REVISTA

katálysis

Revista de Serviço Social
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação em Serviço Social
Universidade Federal de Santa Catarina

Copyright © 1997
Revista Katálysis



A Revista Katálysis é editada pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e pelo Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Foi indexada na *Scientific Electronic Library Online* – SciELO – em 2006. Recebe desde o ano de 2008, pelo Sistema de Avaliação e Qualificação da Capes/Qualis, a classificação A1. A Revista Katálysis tem o objetivo de publicar produções científicas atuais e relevantes, relacionadas ao Serviço Social, abrangendo temáticas das ciências sociais aplicadas, ciências humanas, política social, trabalho, questão social, saúde pública, cidadania, democracia, ética, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, questão urbana e agrária e globalização, bem como temas cuja interdisciplinaridade lhe são inerentes. É uma Revista científica, de periodicidade quadrimestral, arbitrada, indexada, de circulação nacional e internacional. De natureza acadêmica, é voltada para o Serviço Social e áreas afins, para professores, pesquisadores, profissionais e para os segmentos da sociedade civil e política. Por seu vínculo com uma universidade pública, contribui para a construção de espaços públicos de socialização do conhecimento científico, acumulando, desde 1997, um rico acervo de informações, análises, fontes teóricas, debates, pesquisas e experiências.

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Ubaldo Cesar Balthazar – Reitor
Catia Carvalho Pinto – Vice-Reitora

Centro Socioeconômico – CSE
Irineu Manoel de Souza – Diretor
Maria Denize Henrique Casagrande – Vice-Diretora

Departamento de Serviço Social – DSS
Carla Rosane Bressan – Chefe

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS
Tânia Regina Krüger – Coordenadora

Revista Katálysis – PPGSS – UFSC
Telefone: +55 48 3721 6524
E-mail: revistakatalysis@gmail.com
Websites:

Avaliadores da Edição
Alessandra Ximenes da Silva - Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Campina Grande – PB, Brasil
Alexandre Aranha Arbia - Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Juiz de Fora – MG, Brasil
Aline Aparecida Justino - Universidade Federal de Santa Catarina– UFSC, Florianópolis-SC, Brasil
Aline de Andrade Rodrigues – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Aline Aparecida Justino – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Ana Carla Werneque Ribas - Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis-SC, Brasil
Ana Cristina Brito Arcoverde – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife – PE, Brasil
Antônio Gabriel Santana Martins - Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Beatriz Augusto de Paiva – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Carla Rosane Bressan - Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Carla Sónia Lopes da Silva Serrão - Instituto Politécnico do Porto - IPP, Porto - Portugal
Carlos Montaño - Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro – RJ, Brasil
Cláudia Gomes – Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa – PB, Brasil
Cláudia Mônica dos Santos – Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Juiz de Fora – MG, Brasil
Cláudia Priscila Chupel dos Santos - Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Christian Adel Mirza - Universidade da República – UdelaR, Montevideo, Uruguai
Cristiane Bonfim Fernandez - Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Manaus – AM, Brasil
Cristiane Luiza Sabino de Souza – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Cristina Kologeski Fraga – Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Santa Maria –RS, Brasil
Daniela Neves de Sousa - Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Natal – RN, Brasil
Dilceane Carraro - Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Edivane de Jesus – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis - SC
Eduardo Baldissera Carvalho Salles - Pontifícia Universidade Católica - PUC, Porto Alegre – RS, Brasil.
Edvânia Ângela de Souza Lourenço – Universidade Estadual Paulista, Franca – SP, Brasil
Elizabeth Regina Negri Barbosa - Universidade de Ribeirão Preto - UNAERP, Ribeirão Preto - SP, Brasil
Eliete Cibele Cipriano Vaz - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis - SC, Brasil
Fábio César Fonseca – Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM, Uberaba –MG, Brasil
Giovana Sampaio – Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador – BA, Brasil
Helena Lúcia Chaves - Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife - PE, Brasil
Helenara Silveira Fagundes – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Jaqueline Carvalho Quadrado – Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, Bagé – RS, Brasil
Josefa Batista Lopes – Universidade Federal do Maranhão – UFMA, São Luís – MA, Brasil
Julian Borba – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis –SC, Brasil
Juliene Tenório de Albuquerque - Centro Universitário Joaquim Nabuco - UNINABUCO, Recife - PE, Brasil
Leandro Nunes - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis - SC, Brasil
Lobelia da Silva Faceira – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Rio de Janeiro – RJ, Brasil
Lourdes de Maria Leitão Nunes Rocha – Universidade Federal do Maranhão – UFMA, São Luís – MA, Brasil
Luiz Inácio Germany Gaiger - Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos - São Leopoldo – RS
Maria Cecília Olivio - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Maria das Graças Osorio Pitombeira Lustosa – Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói – RJ, Brasil
Maria Odete Simão - Universidade Estadual Paulista - UNESP, Botucatu - SP, Brasil
Maria Ozanira da Silva e Silva – Universidade Federal do Maranhão – UFMA, São Luís –MA, Brasil
Maria Regina de Ávila Moreira – Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Mariana Pfeifer Machado - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis - SC, Brasil
Marilia Carbonari - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Marina Cruz Silva - Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, Montes Claros – MG, Brasil
Marisa Camargo - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis - SC, Brasil
Marlon Garcia Silva – Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, Ouro Preto – MG, Brasil
Mary Garcia Castro - Universidade Católica do Salvador – UCSal, Salvador – BA, Brasil
Mary Kazue Zonfra - Prefeitura Municipal de Florianópolis – PMF, Florianópolis – SC, Brasil
Michelly Laurita Wiese - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis - SC, Brasil
Mônica Castro Maia Senna – Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói – RJ, Brasil
Mónica Solange De Martino Bermúdez - Universidad de la República - UDELAR, Montevidéu, Uruguai
Myriam Raquel Mitjavila – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Patricia Barreto Cavalcanti - Universidade Federal da Paraíba - UFPB, João Pessoa - PB, Brasil
Patrícia de Lima Felix - Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ, Chapecó – SC, Brasil
Priscila Keiko Cossual Sakurada - Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói – RJ, Brasil
Ramofly Bicalho – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFFRJ, Nova Iguaçú – RJ, Brasil
Ranieri Carli de Oliveira - Universidade Federal Fluminense – UFF, Rio das Ostras – RJ,Brasil
Raquel Cavalcante Soares – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife – PE, Brasil
Renilda Vicenzi - Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, Chapecó – SC, Brasil
Ricardo Lara – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Rodrigo Castelo - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Rio de Janeiro – RJ, Brasil
Sara Caumo Guerra - Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre– RS, Brasil
Silvana Mara de Morais dos Santos - Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN – Natal – RN, Brasil
Silvina Verônica Galízia – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro – RJ, Brasil
Solange Maria Gayoso Costa – Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém – PA, Brasil
Soraya Franzoni Conde – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Tânia Horsth Noronha Jardim - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio, Rio de Janeiro – RJ, Brasil
Valeria Lucilia Forti - Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, Rio de Janeiro – RJ, Brasil
Vania Maria Manfroi – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Valquíria Padilha - Universidade de São Paulo – USP, Ribeirão Preto – SP, Brasil
Valter Martins - Universidade Federal Fluminense - UFF, Campos dos Goytacazes - RJ, Brasil
Vera Lúcia Batista Gomes - Universidade Federal do Pará - UFPA, Belém - PA, Brasil
Virgínia Rosário Baptista – Universidade Nova de Lisboa – NOVA, Lisboa – Portugal
Walfrido Nunes Menezes – Centro Universitário Estácio do Recife, Recife – PE, Brasil

Apoio:
CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CAPES
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL
FEPESE

Comissão Editorial
Beatriz Augusto de Paiva, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.
Marisa Camargo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.
Dilceane Carraro, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, Brasil.
Cristiane Luiza Sabino de Souza, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.
Edivane de Jesus, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.
Jaime Hillesheim, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Suplentes
Heloísa Teles, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.
Fabiana Luiza Negri, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.
Keli Regina Dal Prá, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.
Sirlândia Schappo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Conselho Editorial Científico
Aldaíza Sposati - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, São Paulo - SP, Brasil
Ana Elizabete Mota - Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife - PE, Brasil
Ângela Maria Quintero Velásquez - Universidad de Antioquia - UdeA, Medellín, Colômbia
Beatriz Gershenson - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Porto Alegre - RS, Brasil
Berenice Rojas Couto - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Porto Alegre - RS, Brasil
Claudia Sandra Krmpotic - Universidad Nacional de La Matanza - UNLAM, Buenos Aires, Argentina
Cristina González - Universidad Nacional de Córdoba - UNC, Córdoba, Argentina
Denise Bomtempo Birche de Carvalho - Universidade de Brasília - UnB, Brasília - DF, Brasil
Edvânia Ângela de Souza Lourenço, Universidade do Estado de São Paulo - UNESP - Franca - SP, Brasil
Estela Grassi - Universidad de Buenos Aires - UBA, Buenos Aires, Argentina
Fábio Machado Pinto, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Educação, Departamento de Metodologia de Ensino, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil., Brasil
Fernanda Rodrigues - Universidade Católica Portuguesa - UCP, Braga, Portugal
Irene Rizzini - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio, Rio de Janeiro - RJ, Brasil
Ivanete Boschetti - Universidade de Brasília - UnB, Brasília - DF, Brasil
Jorge Manoel Leitão Ferreira - Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa - Lisboa, Portugal
Jussara Maria Rosa Mendes - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Porto Alegre - RS, Brasil
Lígia Helena Hahn Lüchmann - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis - SC, Brasil
Manuel Jesús Sabariego Gómez - Universidad Pablo de Olavide - UPO, Sevilha, Espanha
Maria Carmelita Yazbek - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, São Paulo - SP, Brasil
Maria da Glória Gohn - Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo - SP, Brasil
Maria do Rosário de Fátima e Silva - Universidade Federal do Piauí - UFPI, Teresina - PI, Brasil
Mariangela Belfiore Wanderley - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, São Paulo - SP, Brasil
Marilda Villela Iamamoto - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Rio de Janeiro – RJ, Brasil
Marta Silva Campos - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, São Paulo - SP, Brasil
Mónica Solange De Martino Bermúdez - Universidad de la República - UDELAR, Montevidéu, Uruguai
Nora Aquín - Universidad Nacional de Córdoba - UNC, Córdoba, Argentina
Paulo Marques Alves, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Departamento de Sociologia, Lisboa, Portugal, Portugal
Potyara Amazoneida Pereira Pereira - Universidade de Brasília - UnB, Brasília - DF, Brasil
Raquel Cardeira Varela, IHC/UNL (Instituto de História Contemporânea/ Universidade Nova de Lisboa), Portugal
Ronaldo Vielmi Fortes, Universidade Federal de Juiz de Fora - Faculdade de Serviço Social
Sergio Lessa - Universidade Federal de Alagoas - UFAL, Maceió - AL, Brasil
Sueli Bulhões da Silva - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio, Rio de Janeiro - RJ, Brasil
Susana Cazzaniga - Universidad Nacional de Entre Ríos - UNER, Entre Ríos, Argentina
Susana Malacalza - Universidad Nacional de la Plata - UNLP, Buenos Aires, Argentina
Yolanda Aparecida Demetrio Guerra - Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro – RJ, Brasil

Editor-Chefe
Ricardo Lara

Vice-Editora Chefe
Michelly Laurita Wiese

Projeto Gráfico
Pedro Paulo Delpino

Editoração Eletrônica
Editora Cubo

Formatação e Revisão da Normalização
Heloísa Costa
Larissa Salete Zotti

Tradução
A2Z Serviços de Idiomas - Inglês

Assistente em Administração
Newton de Mendonça Barbosa Jr.

ISSN 1982-0259

Catalogação na fonte pela Biblioteca Universitária da UFSC

Revista Katálysis / Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Curso de Graduação em Serviço Social. – n.1 (junho 1997) – .
– Florianópolis; 1997 – .
v. ; 28 cm

Quadrimestral
Resumo em português e inglês
Até 2003 vinculada ao Departamento de Serviço Social.
A partir de 2004 vinculada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e ao Curso de Graduação em Serviço Social.
A partir de 2006, disponível na SciELO em: <
A partir de 2008, disponível no Portal Periódicos UFSC em:
<
Versão impressa ISSN 1414-4980 até edição v. 18, n. 1 2015.
Versão online ISSN 1982-0259

1. Serviço Social. 2. Periódico. I. Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. II. Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de Graduação em Serviço Social

CDU 36

Publicação indexada em:

SciELO - Scientific Electronic Library Online
DOAJ - Directory of Open Access Journals
REDALYC - Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal
DIALNET - Difusión de Alertas en la Red - Universidad de La Rioja/España
LATINDEX - Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal
vLEX - Base de Dados da Área de Direito
OEI - Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura
ULRICHSWEB – Global Serials Directory
CAPES - Portal de Periódicos da Capes
PKP - Public Knowledge Project Index
REDIB - Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico
DIADORIM - Diretório de políticas editorias das revistas científicas brasileira

Sumário

Editorial

Antirracismo no debate da formação social brasileira e classes sociais: desafio ao serviço social contemporâneo
Ana Paula Procopio da Silva 177

Espaço Temático: Serviço Social, Racismo e Classes Sociais

Tradução das teorias raciais no contexto brasileiro
Fabiane Barbosa Ferraz; Rafael Lazzarotto Simioni 181

Vozes de resistência no Brasil colonial: o protagonismo de mulheres negras
Mirla Cisne; Fernanda Ianael 191

Capitalismo e racismo: uma relação essencial para se entender o predomínio do racismo na sociedade 202
Mário Luiz de Souza

A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural
Leonardo Dias Alves 212

Clóvis Moura e a questão social no Brasil
Sandra Regina Vaz da Silva; Gustavo Fagundes 222

Contribuições para o aprofundamento do debate étnico-racial na formação em serviço social a partir de Lélia Gonzalez
Thamires Costa Meirelles dos Santos 232

***Preto é o lugar onde eu moro*: o racismo patriarcal brasileiro**
Nathalia Diorgenes Ferreira Lima 242

Armadilha da identidade e crítica ao empreendedorismo social: a exploração da opressão
Janaynna de Moura Ferraz 252

Racismo, colonialidade do poder e trabalho doméstico remunerado no Brasil
Francilene Soares de Medeiros Costa; Maria Elizabeth Tereza Moraes Rodrigues 262

Sumário

Racismo entre psicologia social e criminologia crítica: encontros e perspectivas decoloniais
Felipe de Araujo ChersoniMaria Eduarda Delfino das Chagas; Veyzon Campos Muniz 272

Da escravidão à prisão pelo fio condutor da tortura no Brasil
Ionara dos Santos Fernandes 283

Encarceramento em massa e racismo: a realidade no sistema prisional sergipano
Paulo Roberto Felix dos Santos; Laryssa Gabriella Gonçalves dos Santos; Fabiane Ferreira Nascimento Santos; Maria Tailaine dos Santos Menezes 291

Prevalência racial e de gênero no perfil de docentes do ensino superior
Edimara Maria Ferreira; Marco Aurelio Marques Ferreira 303

Vulnerabilidades das travestis e das mulheres trans no contexto pandêmico
Renato Tadeu Veroneze 316

Espaço Tema Livre

Marx: universalidade filosófica e ciência positiva
Frederico Fernando Moisés Lambertucci; Mariana Collette Piai Ersina 326

A obra madura de Lukács: sobre a correlação entre ética e ontologia
Vitor Sartori 337

Lentes feministas à renovação do marxismo: intercambiando olhares
Silvana Marinho 346

Decolonialidade do saber: as ecologias dos saberes na produção do conhecimento
Ronaldo Silva 356

Neoliberalismo, sofrimento e indiferença
Cleyton da Silva Oliveira 365

Sumário

Destruir o Estado, emancipar os trabalhadores! Lições da Comuna de Paris de 1871

Glauber Lopes Xavier 374

A funcionalidade do salário por peça no trabalho *mediado* por plataformas digitais

Diego de Oliveira Souza 383

Da bio à necropolítica: a política de saúde, narrativas e ações do neoliberalismo do governo Bolsonaro e seus impactos junto aos idosos na pandemia de Covid-19

Aparecido Francisco dos Reis 392

Arte e Serviço Social: aspectos necessários sobre o ser-artístico

Daniel Péricles Arruda 404

Atribuições privativas, estudo socioeconômico e serviço social: o trabalho profissional na assistência estudantil

Marileia Goin; Adriana de Melo Miranda 415

The invisibility of women caring for women victims of violence

Karine David Andrade Santos; Leonor María Cantera Espinosa 425

Contents

Editorial

The anti-racism theme in the debate on Brazilian social formation and social classes: a challenge to contemporary Social Work
Ana Paula Procópio da Silva 179

Thematic Space: Social Work, Racism and Social Classes

Translation of racial theories in the Brazilian context
Fabiane Barbosa Ferraz; Rafael Lazzarotto Simioni 181

Voices of Resistance in Colonial Brazil: The Protagonism of Black Women
Mirla Cisne; Fernanda Ianael 191

Capitalism and racism: an essential relationship to understand the predominance of racism in Brazilian society
Mário Luiz de Souza 202

The racial division of labor as an ordering of structural racism
Leonardo Dias Alves 212

Clovis Moura and the social issue in Brazil
Sandra Regina Vaz da Silva; Gustavo Fagundes 222

Contributions to the deepening of the ethnic-racial debate in social work formation based in the work of Lélia Gonzalez
Thamires Costa Meirelles dos Santos 232

Black is where I live: bBrazilian patriarchal racism
Nathalia Diorgenes Ferreira Lima 242

Mistaken Identity and critique of social entrepreneurship: the exploration of oppression
Janaynna de Moura Ferraz 252

Racism, coloniality of power and paid domestic work in Brazil

Contents

Francilene Soares de Medeiros Costa; Cleice Santos Santos; Maria Elizabeth Tereza de Moraes Rodrigues 262

Racism between social psychology and critical criminology: encounters and decolonial perspectives

Felipe de Araujo Chersoni; Maria Eduarda Delfino das Chagas; Veyzon Campos Muniz 272

From slavery to imprisonment by the thread of torture in Brazil

Ionara dos Santos Fernandes 283

Mass incarceration and racism: the reality in Sergipe's prison system

Paulo Roberto Felix dos Santos; Laryssa Gabriella Gonçalves dos Santos; Fabiane Ferreira Nascimento Santos; Maria Tailaine dos Santos Menezes 291

Racial and gender prevalence in the profile of higher education professors

Edimara Maria Ferreira; Karla Maria Damiano Teixeira; Marco Aurelio Marques Ferreira 303

Vulnerabilities of transvestites and transgender women in the pandemic

Renato Tadeu Veroneze 316

Open-Themed Space

Marx: filosofical universality and positive science

Frederico Fernando Moisés Lambertucci; Mariana Collette Piai Ersina 326

Lukács´ late work: on the relation between Ethics and Ontology

Vitor Sartori 337

Feminist lenses to the renewal of marxism: exchanging views

Silvana Marinho 346

Decoloniality of knowledge: the Ecologies of Knowledge in the production of knowledge

Ronaldo Silva 356

Contents

Neoliberalism, suffering and indifference
Cleyton da Silva Oliveira 365

Destroy the State, emancipate the workers! Lessons from the Paris Commune of 1871
Glauber Lopes Xavier 374

The functionality of piecework wages in work mediated by digital platforms
Diego de Oliveira Souza 383

From bio to necropolitics: the health policy, narratives and actions of the Bolsonaro government's neoliberalism and its impacts on the elderly in the Covid-19 pandemic
Aparecido Francisco dos Reis 392

Art and Social Work: nNecessary aspects about being artistic
Daniel Péricles Arruda 404

Specific assignments, socioeconomic assessment, and social work: the professional work within student assistance
Marileia Goin; Adriana de Melo Miranda 415

The invisibility of women caring for women victims of violence
Karine David Andrade Santos; Joilson Pereira da Silva; Leonor María Cantera Espinosa 425

O RACISMO ME FAZ SENTIR FRIO

De Daniel Péricles Arruda (Vulgo Elemento)

“Que terno bonito!”

É comum ouvir isso. E, educadamente, eu agradeço!

Mas há um motivo para me vestir assim, dentre vários... Confesso que gosto muito, principalmente, do paletó acompanhado de uma blusa de malha de cor única por baixo... Sinto-me bem...

A roupa, para mim, não veste somente a nudez. Ela também protege a minha subjetividade...

Vestir assim, às vezes, é uma estratégia, um modo de lidar com o racismo. “Racismo?” Sim, isso mesmo! Sinto frio, quando sofro racismo. O paletó me serve como proteção, dá margem ao corpo que habito, e, como um abrigo, me faz sentir que estou comigo...

EDITORIAL

Antirracismo no debate da formação social brasileira e classes sociais: desafio ao serviço social contemporâneo

Ana Paula Procopio da Silva[1]
https://orcid.org/0000-0003-4420-1114

[1]Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social, RJ, Brasil

O mundo atravessa uma crise civilizatória que acirrada pela pandemia de Covid-19 fez com que contradições históricas se tornassem mais visíveis. Vivemos a crise – e lutamos pela derruição – do modelo ocidental de civilização inventado pela branquitude, um modelo que nos últimos cinco séculos têm se servido de tudo e de todos como mercadorias e excluído da condição humana quem não está em seu âmbito.

A construção da ideia moderna de raça e as relações sociais derivadas conformaram em termos mundiais a hierarquização racial, o racismo contemporâneo estrutural e estruturante do capitalismo, que no Brasil está na base das iniquidades de acesso a direitos quando comparadas as condições de vida das populações brancas com as populações negras e indígenas. Raça remete ao racismo, à escravidão, ao colonialismo e às imagens historicamente construídas sobre "ser negro", "ser indígena" e "ser branco", ou seja, tem um significado político e ideológico que cria e perpetua desigualdades sociais e privilégios vinculados a racialização dos grupos sociais.

Conquistadores e conquistados foram colocados em seus "lugares". Os nativos da terra e os africanos escravizados em uma condição "natural" de inferioridade em relação aos europeus. Essa é a ideia constitutiva, fundacional das relações de dominação colonial a partir da conquista, cuja formatação ideológica de um sistema que "não existe mais" se mantem pela forte internalização de suas ordenações, mesmo após as independências das colônias.

No caso brasileiro, uma particularidade importante é a positivação da "mestiçagem" como principal forma de administrar os conflitos raciais através da criação e disseminação de um mito, a democracia racial. Uma leitura naturalizada da miscigenação que encobre as condições sociais em que o fato biológico ocorreu, pois convenientemente "esquece" a origem concreta da "mistura brasileira": o estupro de mulheres indígenas, africanas e suas descendentes. Uma estratégia incorporada pelo Estado que ao mesmo tempo nega o racismo nacional e abafa o debate sobre o papel das políticas públicas na reparação às populações historicamente oprimidas e exploradas, pois amortece o antagonismo fundante da sociedade brasileira.

O modo de produção central que perdurou no país por mais de 300 anos é não somente relegado a pano de fundo de outros processos sociais, mas também suavizado em termos de sua desumanização e brutalidade. A escravidão no Brasil não foi suave, assim como também não foram brandas nenhuma das ditaduras ocorridas durante a nossa República. Não é de espantar que a democracia instalada com a Constituição de 1988 nos igualou formalmente como cidadãs e cidadãos, mas não foi capaz de arrefecer a violência do Estado contra as populações negras. O resultado cotidiano do medo branco contra a onda negra está nos números diários de mortes e sua banalização generalizada. *Vidas negras importam*?

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

No Brasil, a construção da ideia de trabalhador assalariado se ancorou na inferiorização dos elementos que durante o escravismo exerceram todas as atividades produtivas e improdutivas na condição de escravizados. O que torna o processo de branqueamento do trabalho uma condição estruturante da classe trabalhadora brasileira. E por conseguinte, entendemos que a questão social no Brasil ainda que seja intrínseca à sociabilidade hegemônica do capitalismo, ao mesmo tempo condensa as especificidades históricas do país, que tem sua origem marcada pela exploração do trabalho compulsório e pela resistências negras e indígenas contra a opressão. Assim, a apreensão crítica da luta de classes e dos processos sociais em sua totalidade está conectada a uma análise do movimento histórico da sociedade e nos tensiona ao aprofundamento das relações raciais em seu aspecto estrutural na vida social, pela via do conflito e não da harmonia.

Uma revisão importante de ser feita no campo das Ciências Sociais e particularmente para o Serviço Social, uma profissão que se assume inscrita na trama das relações entre as classes sociais e destas com o Estado, cuja direção social na contemporaneidade está balizada pela teoria social crítica, pautada pela apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade e tendo a centralidade da categoria trabalho na compreensão das relações sociais. Um avanço em relação ao modelo estrutural-funcionalista que fundamentava anteriormente a profissão, mas que requer a permanente mediação entre os elementos estruturais e estruturantes da vida social e as condições concretas dos espaços sócio ocupacionais, como por exemplo, as correlações de forças, a cultura organizacional, as demandas das entidades empregadoras e as demandas e condições de vida das/os sujeitas/os que acessam as políticas e os serviços. Condições de vida que tem como dimensões interseccionais: a classe, a raça, o gênero e a sexualidade vivenciadas como expressões materiais de desigualdade em função do pauperismo, do racismo, do sexismo e da homofobia e transfobia.

Na atualidade as nossas lutas no interior dos movimentos classistas, antirracistas e antifascistas, com pandemia ou sem pandemia, são pelo direito à vida, para existirmos como humanas/os para além do aspecto jurídico-formal. E são em uma percepção mais ampla lutas contra o próprio modelo civilizatório que está em crise. Porque como foi muito bem-dito por Angela Davis: "*Não basta não ser racista. É preciso ser antirracista*."

Não existe um "novo normal", porque o que havia antes da pandemia como normal continua existindo, só que agora de máscara e de forma mais agudizada. A pandemia não parou o racismo, não reduziu os feminicídios (de mulheres transgênero, travestis e cisgênero), não conteve a exploração, não arrefeceu no capital a gana de apropriação da riqueza socialmente produzida. Mantém-se a pactuação do Estado com a necropolítica.

O sociólogo e historiador Clovis Moura chamava atenção em seus estudos para a coerência metodológica na produção do conhecimento sobre a realidade social, no sentido de determinar a partir dos critérios objetivos de análise – os dados - o que é determinante e o que é secundário. Transpondo para o momento que vivemos, podemos nos perguntar: *O que afinal é novo*? *Ao que não podemos mais ficar indiferentes*? *O que pode abrir caminhos para uma práxis social que atue no que é fundamental? O que mantém a estabilidade do sistema*?

Os artigos desta edição da Revista Katálysis não respondem diretamente todas as perguntas lançadas, mas a diversidade de abordagens ao eixo temático Serviço Social, Racismo e Classes Sociais compõem um mosaico bastante abrangente e inovador para pensar (e transformar) o Brasil contemporâneo.

Que seja uma leitura instigante ao pensamento crítico e provocadora à ação antirracista que "*incomode o sono dos injustos*" como nos aconselha sabiamente Conceição Evaristo.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2022.

Ana Paula Procopio da Silva
anapaulaprocopio@yahoo.com.br
Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Professora adjunta da Faculdade de Serviço Social – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Coordenadora do Programa de Estudos e Debates dos Povos Africanos e Afro-americanos – PROAFRO
UERJ

UERJ
Rua São Francisco Xavier, 524, Maracanã
Rio de Janeiro – RJ – Brasil
CEP: 20.550-900

EDITORIAL

The anti-racism theme in the debate on Brazilian social formation and social classes: a challenge to contemporary Social Work

Ana Paula Procopio da Silva[1]
https://orcid.org/0000-0003-4420-1114

[1] Rio de Janeiro State University, Faculty of Social Work, RJ, Brazil

The world is undergoing a civilizational crisis that, aggravated by the Covid-19 pandemic, has made historical contradictions striking. We are experiencing the crisis – and fighting for the overthrow – of the Western civilization invented by whiteness, a model that in the past five centuries has used everything and everyone as merchandise and excluded from the human condition those who are not within its scope.

Race and the social relations derived from it, while being developed as a modern idea, shaped the racial hierarchy worldwide, altogether with the contemporary structural and structuring racism of capitalism. In Brazil, it is at the base of inequities in access to rights when comparing the living conditions of white populations with black and indigenous ones. Race refers to racism, slavery, colonialism and historically constructed images of "being black", "being indigenous" and "being white". It has a political and ideological meaning that creates and perpetuates social inequalities and privileges linked to racialization of social groups.

Conquerors put the conquered in their "places". The natives and enslaved Africans were set in a "natural" condition of inferiority to Europeans. It is the constitutive and founding idea of colonial domination from the conquest, whose ideological formatting outlives the demise of the system through the strong internalization of its ordinances, even after the independence of the colonies.

An important particularity is present in the Brazilian case, while the "miscegenation" was sublimated to manage racial conflicts by way of creating and spreading a myth: the racial democracy. A reading that naturalizes the miscegenation, hiding the social circumstances in which the biological fact occurred, as it conveniently "forgets" the concrete origin of the "Brazilian mixture": the rape of indigenous and African women and their descendants. The state incorporated this strategy, which simultaneously denies national racism and stifles the debate on the role of historical reparation public policies for the oppressed and exploited populations, as it dampens the founding antagonism of Brazilian society.

The predominant mode of production that lasted in the country for more than 300 years is not only relegated to the background of other social processes, but also softened in terms of its dehumanization and brutality. Slavery in Brazil was not gentle, just as none of the dictatorships that occurred during our Republic were soft. It is not surprising that the democracy installed with the 1988 Constitution formally equated us as citizens, but was unable to shimmer down the state's violence against black populations. The daily result of the white fear towards the black wave is in the daily numbers of deaths and their widespread trivialization. *Black lives matter*?

This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution Non-Commercial License which permits unrestricted non-commercial use, distribution, and reproduction in any medium provided the original work is properly cited.

In Brazil, the idea of the wage worker was built and anchored in the downgrading of those elements that, during slavery, performed all productive and unproductive activities in the condition of enslaved. The whitening of labor is a key process and a structuring condition of the Brazilian working class. Therefore, the social question in Brazil, although intrinsic to the hegemonic sociability of capitalism, simultaneously condenses the historical specificities of the country, which emerged by the exploitation of compulsory labor and by black and indigenous resistance against oppression. Thus, a critical apprehension of class struggle and the social processes in their totality requires an analysis of the historical movement of society, which pushes us to deepen racial relations in their fundamental aspect, through the way of conflict and not harmony.

An important review in the field of Social Sciences is required, particularly, in Social Work. A profession assumed to be inscribed in the fabric of relations between social classes and the state, whose social direction in contemporary times is guided by critical theory, by the apprehension of the social totality in its dimensions of universality, particularity, and singularity and, having labor as a central category in the understanding of social relations. It is a step forward compared to the structural-functionalist model that previously led the profession, but which requires permanent mediation between the structural and structuring elements of social life, and the concrete conditions of socio-occupational spaces. For example, the correlations of power, institutional culture, the demands of employers, and the claims and living conditions of subjects who access policies and services. Such living conditions are intersected by different dimensions: class, race, gender, and sexuality experienced as material expressions of inequality due to pauperism, racism, sexism, homophobia, and transphobia.

Currently, our struggles within the class, anti-racist and anti-fascist movements, with or without a pandemic, mean to defend the right to life, for us to exist as human beings beyond the legal-formal aspect. And they are, in a broader perception, struggles against the civilization model itself in crisis. Because as Angela Davis said so well: "*In a racist society it is not enough to be non-racist, we must be anti-racist.*"

There is no "new normal", because what was considered normal before the pandemic still exists, only now in a mask and in a sharper way. The pandemic did not end racism, decrease femicides (of transgender, transvestite, and cisgender women), not limit exploitation, or not dampen capital's impulse to expropriate socially produced wealth. The pact between the state and necropolitics stands.

The sociologist and historian Clovis Moura emphasized in his studies the methodological coherence in the production of knowledge about social reality, in the sense of determining from objective criteria of analysis -- the data -- what is decisive and what is secondary. Contemporizing, we can ask ourselves: *What is new after all? What can we no longer be indifferent to? What can open paths for a social praxis that acts on what is fundamental? What maintains system stability?*

The works in this issue of Katálysis Journal do not directly answer all the questions raised, but the diversity of approaches to the themes of Social Work, Racism and Social Classes comprise a comprehensive and innovative mosaic to interpret (and transform) contemporary Brazil.

May it be an instigating reading for critical thinking and provocative anti-racist action that "*disturbs the sleep of the unjust*" as Conceição Evaristo wisely advises us.

Rio de Janeiro, March 7th, 2022.

Ana Paula Procopio da Silva
anapaulaprocopio@yahoo.com.br
PhD in Social Work at the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ)
Adjunct Professor at the Faculty of Social Work – Rio de Janeiro State University (UERJ)
Coordinator of the Program of Studies and Debates of African and Afro-American Peoples – PROAFRO
UERJ

UERJ
Rua São Francisco Xavier, 524, Maracanã
Rio de Janeiro - RJ - Brazil
ZIP CODE: 20.550-900

ESPAÇO TEMÁTICO: SERVIÇO SOCIAL, RACISMO E CLASSES SOCIAIS

Tradução das teorias raciais no contexto brasileiro

Fabiane Barbosa Ferraz[1]
https://orcid.org/0000-0002-3473-7372

Rafael Lazzarotto Simioni[2]
https://orcid.org/0000-0002-8484-4491

[1]Faculdade de Direito do Sul de Minas, Programa de Pós-graduação em Direito, Pouso Alegre, MG, Brasil
[2]Faculdade de Direito do Sul de Minas, Programa de Pós-graduação em Direito, Pouso Alegre, MG, Brasil

Tradução das teorias raciais no contexto brasileiro

Resumo: A pesquisa tem como objetivo a formação das relações raciais no Brasil, partindo da análise da inclusão das teorias raciais no contexto de um país marcado pela mestiçagem. O ponto de partida foi refletir sua formação a partir da conjuntura pós-independência, momento em que era necessário pensar uma nova identidade para o povo que já era condenado pela mistura racial. A investigação foi realizada por meio da pesquisa bibliográfica, buscou-se reorganizar um possível caminho percorrido pela formação do racismo no Brasil, partindo da reflexão do prisma científico das explicações das diferenças entre as raças e como se inseriram no pensamento social da época.

Palavras-chave: Raça; Racismo científico; Mestiçagem.

Translation of racial theories in the Brazilian context

Abstract: The research aims at the formation of racial relations in Brazil, starting from the analysis of the inclusion of racial theories in the context of a country marked by miscegenation. The starting point was to reflect on its formation from the post-independence conjuncture, when it was necessary to think of a new identity for the people who were already condemned by racial mixing. The investigation was carried out through bibliographic research, seeking to reorganize a possible path taken by the formation of racism in Brazil, starting from the reflection of the scientific prism of the explanations of the differences between the races and how they were inserted in the social thought of the time.

Keywords: Race; Scientific racism; Miscegenation.

Recebido em 13.08.2021. Aprovado em 16.12.2021. Revisado em 07.02.2022.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

O objeto da investigação será a tradução das teorias raciais no contexto de um país marcado pela escravidão e mestiçagem. O racismo, no Brasil, tem caráter estrutural e estruturante das relações sociais. A partir desta premissa, nosso ponto de partida é refletir sua formação a partir da conjuntura pós-independência, momento em que era necessário pensar uma nova identidade para o povo desta terra, que até então era condenado pela mistura racial. O problema de pesquisa será repensar, sob o enfoque dos autores elegidos, o aparente paradoxo travado entre as práticas sociais racistas ao mesmo tempo em que estava em voga no Brasil o discurso acerca dos ideais liberais.

A relevância acadêmica e social do tema se justifica ao aprofundar o estudo sobre a formação do racismo no Brasil, a fim de desvelar meandros do passado, desta forma nos aproximamos do presente e temos a oportunidade de repensar novas perspectivas para o futuro. A mestiçagem como objeto de estudo demonstra-se ainda atual para considerar a formação do imaginário social.

A investigação foi realizada por meio da pesquisa bibliográfica, em decorrência do tema abordado, valendo-se de autores da história, antropologia e sociologia. Buscou-se a reconstrução histórico-crítica da formação das variantes teóricas não necessariamente sistemáticas, embora voltadas para a compreensão sobre raças, considerando-se tal como foram absorvidas no cenário brasileiro, composto por ideias, publicações e produções de autores que se por um lado não tiveram suas biografias mais diretamente ligadas às atividades acadêmicas, formaram um incipiente primeiro momento instituinte da composição da população brasileira.

Os estudiosos citados no decorrer do texto demonstram curiosidade pelo estudo do outro, a partir do signo da diferença. A partir da conceituação daquele que era diferente é que acabavam por nomear características e interpretações atribuídas a si. O objetivo de tais estudos foi encontrar uma singularidade na identidade nacional, baseando-se na questão que buscava ser respondida pelos intelectuais da época: quem é o povo brasileiro? A preocupação era da sociedade como um todo, especialmente dos profissionais liberais, em especial pesquisadores, que temiam o futuro de um país sentenciado ao desaparecimento e degeneração em decorrência da miscigenação.

No primeiro capítulo abordamos o racismo científico, no segundo, o darwinismo social e teorias raciais. No terceiro capítulo da investigação discorremos acerca da procura do elemento comum para o povo brasileiro, tendo como itens os títulos *a miscigenação como saída* e *a redenção de Cam*.

Racismo científico

Segundo Renato da Silveira (1999, p. 94), o racismo denominado científico tem sua origem "quando o etnocentrismo espontâneo e racionalizações mais ou menos fragmentárias dão lugar a sistemas de representação elaborados, integrados a uma concepção geral do mundo".

A Europa, além de possuir posição hegemônica no plano econômico, militar e tecnológico, era o modelo de centro *civilizado* a ser seguido pelos países ocidentais. Dessa forma, os valores europeus passam a ser, ora impostos, ora assimilados como os mais avançados no modelo de civilização a ser percorrido pelo mundo ocidental (COSTA, 2004, p. 55).

A referência era o darwinismo, a constituição de ciências biológicas e a influência que tais paradigmas promoveram em todo pensamento da época, compreendendo o mundo a partir do organicismo. Esses saberes se valeram de técnicas de poder, que se concretizaram e constituíram subjetividades, passando a construir os sujeitos, os objetos dos novos saberes em ascensão. O século XIX é um marco da crença na ciência, no conhecimento do homem e de sua realidade a ser descoberta, que passa a ser encarada de forma determinável inspirada nas teorias das ciências naturais, constituindo um conjunto de leis estimáveis. É o período que se denomina Positivismo Científico, em que os cientistas tinham maior rigor na busca pela comprovação de suas hipóteses, reduzindo como sinônimo o conhecimento e a ciência. O cientista tinha a premissa de que o passado a eles pertence descobrir, e por meio da lente do conhecimento trazer a verdade sobre o presente. Para o cientista da época, havia uma linha evolutiva entre passado, presente e futuro (DIAS, 2012, p. 172).

A partir dessa reflexão, percebe-se que a questão racial na ciência surge coerentemente com o período em que se constitui, já que no contexto brasileiro os problemas que envolvem o negro e o mestiço representam

uma conformidade com a influência dos estudos estrangeiros e uma ilusão em proteger a sociedade. Em defesa da sociedade o inimigo combatido era tudo aquilo que representava um obstáculo à evolução, no qual a linha de chegada é a civilização — nos moldes europeus.

No século XVIII, o projeto iluminista passa a trazer a construção de um saber que tem o homem como principal objeto de estudo. O homem decorrente dos projetos iluministas não é mais o sujeito do século XVII, que tem a função principalmente de conhecer, representado pela afirmação do filósofo francês René Descartes *penso, logo existo*, mas passa a se descobrir enquanto objeto de conhecimento, momento em que utiliza da ciência para se autodescobrir e conhecer sua relação com o mundo (ALMEIDA, 2018, p. 20).

O ser humano passa a existir enquanto objeto de compreensão de si mesmo, a partir de saberes em voga como a psicologia, antropologia, biologia e criminologia. Passa-se a delimitar o ser humano ideal, por meio de normas de como ele deve agir e deve ser; em contrapartida também é pensado o seu avesso. Nesse sentido, as normas, não são necessariamente regras jurídicas, mas símbolos de normalização, são regras de conduta, parâmetros que representam a normalidade do ser humano, o que se espera dele em sua condição perfeita. É conceituada a figura do imperfeito, daqueles que são identificados por esses estudos como os anormais, os que não se inserem no grupo de indivíduos de uma sociedade que caminha para a evolução, sendo, portanto, identificados como regressivos, obstáculos a serem eliminados, já que são uma *ameaça à ordem social* (DIAS, 2012, p. 173).

O contexto era de total aceitação dos líderes políticos e intelectuais da principal premissa científica acerca da hierarquização social, onde o branco europeu estava no topo, abaixo dele os índios e por último, os negros. Gould nos ensina que a acolhida em relação ao racismo científico se deve ao fato de que tais estudos nunca foram questionados em relação a sua maior premissa: a hierarquia racial. A aceitação das teorias foi fruto não do resultado de estudos de dados objetivos coligidos com o intuito de colocar tais dados à prova, mas de uma crença socialmente compartilhada (GOULD, 1991).

A introdução do termo *raça* como o centro da reflexão científica no final do século XIX e início do XX, não foi uma eventualidade. O conceito de raça rompia a ideia de *linhagem*, incorporando ao significado de sociedade, cultura e principalmente civilização. Os estudiosos passaram a relacionar a imagem do homem branco ao mais puro conceito de progresso e a superioridade da raça branca, enquanto as demais raças eram adjetivadas como supersticiosos, ignorantes, irresponsáveis, infantis, preguiçosos e imorais. O *mito da fundação da ordem ocidental* passava a contar com o auxílio da ciência, o que acarretou sua verdadeira consolidação, já que a ela cabia o papel de dizer a verdade, podendo ser contestada somente por aqueles que estivessem no meio científico. O chamado profetizado pelos cientistas da expansão ocidental era: difundir o cristianismo, a ciência e a indústria para que o outro também pudesse viver em civilização, e evoluísse em sua condição de vida (SILVEIRA, 1999).

No final do século XIX, o Brasil era conhecido nacionalmente e internacionalmente como um caso único de extrema miscigenação racial, o que era altamente criticado pelos naturalistas. O Brasil era conceituado como uma nação de raças miscigenadas, mas em transição, já que havia uma certa *esperança* de que um dia ele fosse mais branco, por meio do cruzamento e seleção natural. O país era motivo de atrativa curiosidade e palco de estudos, cientistas que por aqui passavam procurando novas espécies de fauna e flora, se deparavam com um "espetáculo dos homens e da mistura de raças" (SCHWARCZ, 1993, p. 15-18).

Darwinismo social e teorias raciais

O *darwinismo social* ou *teoria das raças* era uma perspectiva que via de forma pessimista a miscigenação racial. As raças eram entendidas como resultados finais, e qualquer amálgama, à princípio, era entendido como um erro. Assim, os pesquisadores partiam da premissa de enaltecer as raças puras e entendiam a mistura racial como sinônimo de degeneração. Os adeptos ao darwinismo social se contradiziam entre si, mas podemos perceber três teses pilares desta teoria: o primeiro era a distância entre as raças, comparando-as com animais, o exemplo mencionado é do cavalo ao asno, o que presume a impossibilidade natural da hibridação. O segundo era a hereditariedade das características físicas e morais, logo, a divisão das raças era correspondente a cisão de culturas. O terceiro se refere à negação do arbítrio do indivíduo, sendo que cada ser humano teria as mesmas atitudes originadas do seu grupo racial, tal situação era imutável, enquadrando-se numa doutrina de psicologia coletiva (SCHWARCZ, 1993).

O darwinismo social, para Silveira (1999, p. 134-135), é a "ideologia de exaltação da elite loura de olhos azuis e utilização sistemática da linguagem e dos métodos científicos com objetivos políticos". Em 1899, o antropólogo Georges Vacher de Lapouge publica seu livro *L'aryen – son rôle social* (O ariano – seu papel social), um dos mais relevantes representantes do darwinismo social. Era professor de antropologia, defendia que o ramo da ciência estava trazendo esclarecimentos sobre as *causas naturais* dos erros cometidos até então a partir de uma ilusão, se referindo as conquistas da Revolução Francesa. Para ele, justiça, igualdade, fraternidade eram ilusões e que os cientistas deveriam se preocupar com as leis naturais e suas evidências. O antropólogo denominou esse ramo da ciência de antropossociologia, o campo da sociologia que estuda o homem na sociedade.

No final do século XIX, tanto o evolucionismo quanto a teoria racial eram essenciais para as ciências naturais, estruturavam o pensamento dos intelectuais que idealizavam a possibilidade de uma nação brasileira (DOMINGUES; SÁ, 2003). O saber das raças possibilitou um ideal político, "um diagnóstico sobre a submissão ou mesmo a possível eliminação das raças inferiores, que se converteu numa espécie de prática avançada do darwinismo social — a eugenia —"; O objetivo de tais teorias que foram justificativas para políticas públicas era a intervenção na reprodução da população brasileira (SCHWARCZ, 1993, p. 78).

O termo eugenia, que significa *boa geração* foi instituída pelo cientista britânico Francis Galton em 1883. Escreveu seu primeiro ensaio em 1865, *Hereditary genius* (texto considerado o fundador da eugenia), após ser influenciado pela *Origem das Espécies* de Darwin. A partir de 1880, a eugenia passou a desempenhar papel importantes na sociedade, tanto como ciência quanto movimento social e político. Como ciência, era a justificativa para uma nova compreensão das leis da hereditariedade humana e enquanto movimento social, seu objetivo era promover o melhoramento da raça, por meio de promoção de casamentos entre grupos *favorecidos* hereditariamente e evitando outras uniões, de grupos pertencentes às raças indesejáveis, já que eram prejudiciais à sociedade (SCHWARCZ, 1993).

O projeto eugênico no Brasil foi influenciado pela tradução das teorias raciais e tentativas de branqueamento da população. No início do século XX, o projeto de modernização da sociedade brasileira tinha a educação como temática mais relevante nos discursos oficiais. A educação era o principal mecanismo para resguardar a *valorização do homem*. Assim, era utilizada com a finalidade principal de contribuir no aperfeiçoamento da vida dos brasileiros, em perspectiva moral, intelectual e econômica. Destarte, a educação era a política de Estado (ROCHA, 2018).

O texto do artigo 138 da Constituição de 1934 é um exemplo claro da eugenia como política oficial do Estado. Segue seu texto original:

> Art. 138 - Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas:
>
> a) assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurarão coordenar;
>
> b) estimular a educação eugênica;
>
> c) amparar a maternidade e a infância;
>
> d) socorrer as famílias de prole numerosa;
>
> e) proteger a juventude contra toda exploração, bem como contra o abandono físico, moral e intelectual;
>
> f) adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a moralidade e a morbidade infantis; e de higiene social, que impeçam a propagação das doenças transmissíveis;
>
> g) cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais. (BRASIL, 1934)

Os ideais oriundos dos cientistas evolucionistas foram o alicerce das principais teorias raciais em voga desde o século XVIII na Europa, mas somente a partir do final do século XIX é que passaram a receber grande acolhida pela elite científica no Brasil. A proximidade com a recepção de tais teorias com a abolição da escravidão indica que não houve coincidência. O advento da equiparação jurídica (formal) entre as pessoas ocorreu simultaneamente aos princípios de cunho racista com fundamentação científica. Havia a necessidade de resguardar posições e manter as hierarquias nesta sociedade em transformação, sem a construção de uma legislação específica. A inferioridade científica sobrepõe a anterior carência de alma e reafirma uma interpretação de mundo ainda mais hierarquizadora (COSTA, 2004).

Pelo prestígio científico e da ampla aceitação social de tais teorias, o argumento da hierarquia racial alcança seu grau mais robusto, tornando ainda mais fácil sua difusão e mais difícil sua retratação.

No final do século XIX, o evolucionismo e as teorias raciais eram o arcabouço da sociedade intelectual. Estruturavam o pensamento científico, buscava encontrar qual seria o elemento comum do povo brasileiro, idealizando a nação, assim como aconteceu em tantos outros países (DOMINGUES; SÁ, 2003).

A emergente elite profissional brasileira tinha como premissa a adoção de um discurso científico evolucionista como modelo formal de análise. O país deixava de ser objeto de estudo para se tornar o sujeito das explicações, em relação ao atraso brasileiro em comparação com o Ocidente ao mesmo tempo em que utilizava das diversidades raciais como razão das diferenças sociais, respaldando novas formas de hierarquização social. Negros africanos, trabalhadores, escravizados e ex-escravizados eram conceituados como *classes perigosas*, transformando-se em objetos de ciência (SCHWARCZ, 1993).

O papel do racismo científico foi crucial na formação do racismo brasileiro, moldou a sociedade brasileira e a própria linguagem do negro e mestiço. A questão racial estruturou as primeiras instituições de pesquisa no Brasil, as primeiras faculdades e permeou os discursos jurídicos acerca do povo brasileiro. Os primeiros intelectuais tiveram como missão redescobrir o país a partir da responsabilidade de desvendar quais seriam os caminhos que deveriam ser percorridos rumo à civilização, industrialização e urbanização.

À procura do elemento comum para o povo brasileiro: a miscigenação como saída

Sílvio Romero (1851-1914) defendia a tese de que a miscigenação seria a indicação de um novo tipo racial, associava a mestiçagem à luta das espécies no processo de sobrevivência. Acreditava que a sociedade brasileira seria no futuro "branca", o que, segundo ele, percebia-se pela "sua história evolutiva" (DOMINGUES; SÁ, 2003, p.117).

Jurista relevante do século XIX buscou aplicar todo o ideário científico da época à complexa realidade nacional, radicalista e adepto ao evolucionismo, inspirado pelos conceitos de Haeckel, Spencer e Darwin, acreditava na mestiçagem como saída para a homogeneidade nacional, como característica ímpar, elemento do povo brasileiro (SCHWARCZ, 1993).

O contexto entre 1870 e os primeiros anos do século XX era de grandes transformações sociais, econômicas e políticas. A monarquia e a escravidão eram contestadas, era um momento em que a urbanização se instaurava. Rio de Janeiro e São Paulo tinham a concentração do poder político e econômico da região, o café passou a ter importância em detrimento do açúcar produzido no Nordeste do país. Tais fatos contribuíram para a formação de um "terreno fértil" para a constituição dos novos ideais. O Brasil, ainda que sob os comandos do poder da elite, passava por um período de modernização material e ideológica. O parâmetro a ser seguido pelo país eram os valores e modos de vida europeus, o que fez com que muitos intelectuais duvidassem da integridade dos indivíduos brasileiros. A geração de intelectuais tinha como objeto de estudo a situação peculiar brasileira e a solução para encontrar o melhor caminho rumo à civilização, nos moldes do padrão branco e europeizado (SCHNEIDER, 2011, p. 165).

Ao mesmo tempo em que o jurista assume a posição de defensor da modernização e ocidentalização do país, paradoxalmente, ele era um nacionalista. A partir desses dois extremos, aparentemente contraditórios, entre a ocidentalização e o nacionalismo se insere o pensamento de Sílvio Romero e outros intelectuais da época, oriundos da faculdade de direito de Recife (SCHNEIDER, 2011).

Sílvio Romero e Tobias Barreto, intelectuais da Escola de Direito de Recife, baseavam-se no evolucionismo professado por Spencer e Haeckel. Tobias Barreto dirigia um jornal publicado em alemão, Recife era a

propagação da cultura germânica. Na faculdade de Recife as ideias de Haeckel obtiveram maior aceitação, além das ideias de Spencer, difundidas por Silvio Romero (DOMINGUES; SÁ, 2003).

Sílvio Romero foi membro fundador da Academia de Letras (1897), professor no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro e autor de diversas obras, dentre elas a mais relevante: *História da Literatura Brasileira*, a qual não somente narrou à história da literatura brasileira, como o próprio país. Segundo Schneider "o livro é um tratado destinado a fazer saltar de suas páginas um país". Seu objeto de pesquisa foi, por intermédio de uma história da literatura, a interpretação do país, uma espécie de hermenêutica do Brasil. "Aludir o passado, explicar o presente e propor um norte ao futuro" era o que um país tão malvisto pelos teóricos estrangeiros carecia, era preciso encontrar esperanças (SCHNEIDER, 2011, p.166-168).

O jurista sergipano, em meados de 1888 fazia uma espécie de genealogia do Brasil, defendendo que a história de um povo depende de uma explicação mais detalhada possível acerca da sua evolução. A teoria da evolução da sociedade brasileira deveria envolver o meio físico, as raças que constituíram seu povo, entendendo como relevante que os pesquisadores brasileiros estudassem os povos africanos, heranças da colonização, tanto em seu aspecto biológico, físico como social e econômico. Deveriam ser objeto de estudos os comportamentos, hábitos e órgãos humanos que com o passar do tempo foram atrofiando pela não utilidade, qualidades e costumes dos negros no período colonial e da época para descobrir o que foi se alterando com o tempo, e no seu pensamento, o quanto evoluíram (DOMINGUES; SÁ, 2003).

O problema do negro no Brasil passava a ser o principal objeto de estudo no Brasil, tanto que Silvio Romero na abertura do livro *Os africanos no Brasil* de autoria de Nina Rodrigues, assim menciona:

> É uma vergonha para a ciência no Brasil que nada tenhamos consagrado de nossos trabalhos ao estudo das línguas e religiões africanas. Quando vemos homens, como Bleek, refugiarem-se dezenas e dezenas de anos nos centros da África somente para estudar uma língua e coligir uns mitos, nós que temos o material em casa, que temos a África em nossas cozinhas, como a América em nossas selvas, e a Europa em nossos salões, nada havemos produzido nesse sentido! É uma desgraça. Bem como os portugueses estanciaram dois séculos na Índia e nada ali descobriram de extraordinário para a ciência, deixando aos ingleses a glória da revelação do sânscrito e dos livros bramínicos, tal nós vamos levianamente deixando morrer os nossos negros da Costa como inúteis, e iremos deixar a outros o estudo de tantos dialetos africanos, que se falam em nossas senzalas! O negro não é só uma máquina econômica; ele é antes de tudo, e mau grado sua ignorância, um objeto de ciência. Apressem-se os especialistas, visto que os pobres moçambiques, benguelas, monjolos, congos, cabindas, caçangas... vão morrendo. O melhor ensejo, pode-se dizer, está passado com a benéfica extinção do tráfico. Apressem-se, porém, senão terão de perdê-lo de todo. (ROMERO, 1895, p. 10-11).

O critério etnográfico era a chave para entender os problemas nacionais, todos os impasses seriam lidos a partir da raça. A questão racial era ao mesmo tempo o dilema e solução capaz de explicar o futuro de uma nação já miscigenada (SCHWARCZ, 1993).

Em decorrência de não se ter uma característica elementar do povo brasileiro, o jurista e outros intelectuais da época definiam o mestiço como produto final da raça, que estava em formação. Romero encontrava a explicação para suas ideias a partir da interpretação de que o mestiço era o produto da luta pela sobrevivência das espécies, se inspirando nas teorias deterministas da época, mas ao invés de condenar a miscigenação, a via como uma saída viável para a construção de uma nação.

A aceitação da mestiçagem era o ponto crucial da teoria do Brasil formulada por Romero, já que tal afirmação era fonte de desconfiança diante dos teóricos que o autor referendava. O jurista acolhia a tese da superioridade branca, assim como era de costume pela maioria dos estudiosos ocidentais de seu tempo. A mestiçagem era encarada pelo jurista como uma verdade embaraçosa, ou seja, ainda que comumente desprestigiada pela maioria dos estudiosos era preciso aceitar que toda população brasileira tinha a mestiçagem em seu sangue. A partir dessa premissa, o jurista sergipano passa a confirmar a importância da formação histórica e cultural do país a partir da figura do mestiço. De um lado estava a confirmação da ciência, que repudiava o cruzamento racial, de outro está a posição de Sílvio Romero, um intelectual nacionalista capaz de buscar aceitação à mestiçagem como realidade histórica do país. A mestiçagem não era degenerativa, mas fora um importante meio civilizatório em prol das *raças inferiores*, numa perspectiva de pensar a formação do povo brasileiro.

A redenção da Cam

A obra intitulada *A redenção de Cam* de Modesto Brocos y Gomes (1852-1936), (Figura 1) pintor espanhol naturalizado brasileiro, datada de 1895, é considerada um dos registros mais relevantes do Brasil no período pós-abolição da escravidão dos negros e relaciona muito bem a questão racial no contexto brasileiro (TAMANINI; MORAIS, 2018).

Figura 1 - *A redenção de Caim* **de M. Brocos, 1895.**



Fonte: Tamanini e Morais (2018, p. 67).

Esta obra elucida a tradução das teorias raciais e o pensamento racial no Brasil na época. Diante das teorias raciais emerge aqui duas correntes: uma pessimista que via na mestiçagem a degeneração de seu povo e a impossibilidade da constituição de uma verdadeira nação no país e de outro lado uma corrente otimista que via na miscigenação racial a saída para a promoção da identidade de formação do povo do Estado brasileiro, desde que fosse direcionada ao branqueamento da população. O quadro do artista da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro foi o escolhido para representar o Brasil. Utilizado na abertura do I Congresso Internacional das Raças, realizado em junho de 1911, a tese de apresentação era "o Brasil mestiço de hoje tem no branqueamento em um século sua perspectiva, saída e solução" e acompanhava a legenda "O negro tornando-se branco, até a terceira geração, por meio do cruzamento de raças" (SCHWARCZ, 1993, p. 15-16, tradução nossa).

O mencionado quadro é um exemplo da representação artística das teses do embranquecimento da população. Era a política oficial da época, confirmando que as teses acerca das raças não estavam inseridas somente no contexto científico, dentro dos debates institucionais, mas representava uma comunhão de pensamento social. Visto que foi fortemente propagado com apoio da ciência, pela literatura, jornais, revistas, músicas, cultura e pela arte na formação do imaginário social.

Na pintura estão representadas três gerações da mesma família, com diferenças que as separam, numa perspectiva não só biológica, mas do que isso representaria socialmente como referência do elemento singular do povo brasileiro. Na parte esquerda do quadro, está representada uma senhora negra, sugerindo ser a avó do bebê, que eleva as mãos e com um semblante que aparenta estar em demonstração de agradecimento. A senhora encontra-se em chão de terra, descalça, de costas a uma palmeira. A mulher com a criança no colo, supostamente mãe do bebê, tem a pele aparentemente um pouco mais clara. Sentado ao lado, supostamente representando a figura do pai do bebê, tem cor branca, supostamente um português pela vestimenta e uso de chinelo, olha para a criança com semblante aparentemente orgulhoso, pisando em chão pavimentado e dando costas para uma casa (TAMANINI; MORAIS, 2018).

O pensamento do jurista Sílvio Romero aliado à análise do quadro de Brocos encara a mestiçagem de forma positiva, sua visão parte do pressuposto de que esta realidade não poderia ser negada, o papel do índio e principalmente do africano foi essencial para a formação do estereótipo do futuro cidadão brasileiro. Para o jurista, a mestiçagem promoveu uma alteração entre as três raças e sua amálgama formou nova criatura: o brasileiro. Nessa lógica, se insere no pensamento do darwinismo social, no qual o cidadão mestiço, desde que mais branco possível, seria mais evoluído do que os indivíduos considerados de "raças inferiores". Seu pensamento foi a integração das raças, a conciliação, evitando a percepção de vencedores e vendidos, de forma que todo brasileiro pudesse se reconciliar com sua formação nacional e caminhar rumo à civilização, porém se identificando com suas peculiaridades nacionais.

Considerações finais

A miscigenação racial era considerada a principal característica do Brasil, motivo de verdadeira curiosidade desde meados do século XVIII, momento em que diversos eram os naturalistas que por aqui passaram para descobrir um pouco mais sobre a humanidade, encarando o Brasil como palco para tais estudos. A preocupação era principalmente: quem somos e para onde vamos.

Os intelectuais da época se aliavam à ideia de que era extremamente necessário constituir um passado, uma espécie de lembrança em que toda a população brasileira se reconhecesse como tal. Um passado para um país recente, no qual as previsões não eram nada esperançosas diante da mestiçagem. Essa ideia foi retomada por Sílvio Romero, no contexto da tradução das teorias raciais no Brasil, a partir dos anos 80. Percebe-se que a questão racial envolvia a forma de interpretação do país desde cedo, da descoberta do cruzamento racial, do darwinismo social e posteriormente com o mito da democracia racial, o Brasil era explicado pelo signo da raça.

Assim, ao analisarmos a imagem da Obra *A redenção de Cam* aliada à investigação proposta, considera-se que por detrás da imagem — da senhora negra, há a figura da Palmeira e em contrapartida, o jovem português dá as costas a uma casa, onde o chão é pavimentado — confirmando a suposição de que o Brasil estaria caminhando rumo à civilização, urbanização por meio da teoria de embranquecimento da população.

Não há racismo dissociado da sua dimensão estrutural. O Brasil foi constituído pelo racismo, robusto o suficiente diante do poder da ciência, na tradução das teorias científicas no país e posteriormente pela descoberta de uma singularidade de seu povo. A figura do mestiço foi a reconciliação entre os povos e entre as aparentes contradições, propositalmente, com a finalidade de manter a estrutura de dominação social e manutenção de privilégios. A visão do mestiço como a representação do brasileiro teve como consequência a tentativa do esquecimento de qualquer passado indígena e negro no país, transformando suas características, costumes e culturas ao que se denomina como pertencente ao brasileiro. A questão racial envolvia a forma de interpretação do país desde cedo, desde a descoberta do cruzamento racial, do darwinismo social e posteriormente com o mito da democracia racial, o país foi esculpido pelo signo da raça.

Referências

ALMEIDA, S. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BRASIL. [Constituição (1934)] Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, [1934]. Não paginado. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 24 jul. 2021.

COSTA, H. Horizontes raciais: a ideia de raça no pensamento social brasileiro – 1880-1920. 2004. 148 p. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/14074/000426320.pdf. Acesso em: 19 jan. 2022.

DIAS, R. F. Guerra de titãs: a disputa entre o discurso médico e jurídico sobre o crime, criminoso e responsabilidade penal. In: FONSECA, R. M. Nova história brasileira do direito: ferramentas e artesanias. Curitiba: Juruá, 2012. p. 171-196.

DOMINGUES, H. M. B.; SÁ, M. R. As controvérsias Evolucionistas no Brasil do século XIX. In: DOMINGUES, H. M. B.; SÁ, M. R. A recepção do Darwinismo no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p. 97-123.

GOULD, S. Jay. A falsa medida do homem. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

ROCHA, S. A educação como projeto de melhoramento racial: uma análise do art. 138 da constituição de 1934. Revista Eletrônica de Educação, v. 12, n. 1, p. 61-73, jan./abr. 2018. Disponível em: http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/viewFile/2116/668. Acesso em: 24 jul. 2021.

ROMERO, S. O evolucionismo e o positivismo no Brasil. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Álvares & C, 1895.

SCHNEIDER, A. L. O Brasil de Sílvio Romero: Uma leitura da população brasileira no final do século XIX. Viagens, viajantes e deslocamentos. Projeto História, online, n. 42, p.163-183, 2011.

SCHWARCZ, L. M. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVEIRA, R. Os selvagens e a massa: papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental. AfroAsia, online, n. 23, p. 87-144 1999. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20980. Acesso em: 19 jan. 2022.

TAMANINI, P. A.; MORAIS, A. M. de. O ensino de história e as imagens postas: a Redenção de Caim como fonte de (des)informação sobre a escravidão no Brasil. In: TAMANINI, P. A.; MORAIS, A. M. de. Proposituras: ensino e saberes sob um enfoque interdisciplinar. São Carlos: Pedro e João Editores, 2018.

Fabiane Barbosa Ferraz
fabianebferraz.adv@gmail.com
Mestre em direito pela Faculdade de Direito do Sul de Minas, Pouso Alegre, MG, Brasil. Advogada.

FDSM
Av. Dr. João Beraldo, nº 1075 – Centro
Pouso Alegre – MG, Brasil
CEP: 37551-089

Rafael Lazzarotto Simioni
simioni2010@gmail.com
Doutor em Direito Público pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).
Professor e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito do Sul de Minas (FDSM).
Professor do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Educação, Conhecimento e Sociedade da Universidade do Vale do Sapucaí (Univás).

FDSM
Av. Dr. João Beraldo, nº 1075 – Centro
Pouso Alegre – MG, Brasil
CEP: 37551-089

Agradecimentos
Agradeço todos os colaboradores e professores do programa de pós-graduação da FDSM, em especial aqueles que diretamente contribuíram para esta investigação: Professora Dra. Ana Elisa Spaolonzi Queiroz Assis, Professor Dr. Eduardo Henrique Lopes Figueiredo, meu orientador do mestrado, Professor Dr. Luis Renato Vedovato e Professor Dr. Rafael Lazzarotto Simioni, que prontamente aceitou o desafio na parceria deste trabalho.

Agência financiadora
Não se aplica.
Contribuições dos autores
A primeira autora contribuiu com este artigo desde planejamento da pesquisa, coleta de referências bibliográficas e redação, este trabalho tem como base a sua dissertação de mestrado. O segundo autor contribuiu com a orientação e apoio durante a redação do artigo.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação
Não se aplica.
Consentimento para publicação
Consentimos a publicação.
Conflito de interesses
Não há conflito de interesses.

ESPAÇO TEMÁTICO: SERVIÇO SOCIAL, RACISMO E CLASSES SOCIAIS

Vozes de resistência no Brasil colonial: o protagonismo de mulheres negras

Mirla Cisne[1]
https://orcid.org/0000-0002-4654-8464

Fernanda Ianael[2]
https://orcid.org/0000-0002-2492-3390

[1]Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais, Curso de Serviço Social, Mossoró, RN, Brasil
[2]Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Departamento de Serviço Social, Curso de Serviço Social, Mossoró, RN, Brasil

Vozes de resistência no Brasil colonial: o protagonismo de mulheres negras

Resumo: Vivemos em uma sociedade patriarcal-racista-capitalista que renova continuamente as relações desiguais que marcam a formação do Brasil, desde o período colonial. Dentre as expressões dessa desigualdade, há uma forte invisibilidade das mulheres negras. Por isso, neste artigo objetivamos apresentar mulheres protagonistas de lutas e resistências contra a escravização no Brasil. É imprescindível descortinar a importância dessas mulheres e romper com o ocultamento das suas ações. Aqui, apresentamos a mulher negra como sujeito histórico e político fundamental nas ações de resistência contra a escravização. Mulheres que permanecem, em sua maioria, silenciadas pela narrativa dominante branca. Para tanto, realizamos uma pesquisa qualitativa, de tipo bibliográfica e documental, fundamentada no feminismo marxista, sob o método do materialismo histórico-dialético. Concluímos que mesmo diante da desigualdade social, as mulheres negras lideraram resistências e lutas contra a escravização, em defesa da liberdade.

Palavras-chave: Mulheres Negras; Resistências; Brasil colonial.

Voices of resistance in colonial Brazil: the protagonism of black women

Abstract: We live in a patriarchal-racist-capitalist society that continually renews the unequal social relations which based the Brazil social formation since the colonial period. Among the expressions of this inequality, there is a strong invisibility of black women. Therefore, in this article we reflect on women protagonists of struggles and resistances against slavery in Brazil. It is essential to reveal the importance of these women and break with the invisibility of their actions. Here, we present the black women as a fundamental historical and political subject in the actions of resistance against slavery. Women who remain silenced by the dominant white narrative. For that, we carried out a qualitative research based on bibliographic and documental review based on a Marxist feminism and a dialectical historical materialism method. We conclude that even in the face of social inequality, black women led resistance and struggles against slavery in defense of freedom.

Keywords: Black women. Resistances. Colonial Brazil.

Recebido em 01.11.2021. Aprovado em 16.12.2021. Revisado em 21.02.2022.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

O racismo e o patriarcado se constituem como sistemas que fundidos ao capitalismo, oferecem as bases para criação de uma sociedade estruturalmente desigual. Com a nossa formação social marcada pela ocupação colonial e os quase quatrocentos anos de regime escravista, presenciamos, até os dias atuais, a continuidade de um intenso processo de exploração e opressão contra a população negra em geral, mas, em particular sobre as mulheres, que sofrem múltiplas violências, violações e invisibilidade sexistas, além de racistas e de classe.

Temos como objetivo apresentar mulheres protagonistas de resistência contra a escravização no Brasil colonial. É imprescindível descortinar a participação de mulheres na história e romper com ocultamento das suas ações e importância. Apontamos a mulher negra escravizada sob nova perspectiva, como sujeito histórico primordial nas ações de resistência.

Analisamos a construção socio-histórica das mulheres na sociedade brasileira colonial com base em uma orientação marxista-feminista. Para tanto, partimos da análise do sistema patriarcal-racista-capitalista como resultado de relações estruturantes da sociedade brasileira, quais sejam, as relações sociais de sexo, raça/etnia e classe. Essa perspectiva é fundamental para identificarmos a classe trabalhadora em sua totalidade, incorporando suas singularidades, não como forma de segmentar a luta, mas de identificar os múltiplos sujeitos que a compõem e "universalizar o grito por liberdade em suas múltiplas dimensões" (CISNE, 2018, p. 227). Em seguida, apresentamos algumas mulheres protagonistas de lutas e resistências no Brasil colônia.

Para a análise do nosso objeto de investigação, realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental, fundamentada no materialismo histórico-dialético, como instrumento que nos possibilita compreender a totalidade social como resultado de múltiplas determinações.

Racismo e patriarcado na formação brasileira

O Brasil é um país estruturalmente marcado pelo escravismo colonial de tipo patriarcal[1], percorrendo um trajeto de dependência e subordinação aos países europeus desde sua construção. Assim, constituiu-se com uma sociedade heteronômica, com "uma economia produtora de mercadorias para o mercado internacional" (IANNI, 1987, p. 24).

É sob esse contexto de dependência e subordinação que se estabelece a escravização no Brasil, como parte do projeto "das nações colonizadoras em fase de expansão comercial e mercantil" (MOURA, 2014, p. 75), com vistas à acumulação originária do capital, baseada na violência, trabalho escravizado, e genocídio, em nome do lucro. Nesse sentido, as expedições para o continente africano, partem em busca de riquezas, sob a forma de saques e raptos de nativos, em busca de novas fontes de lucro e expansão econômica.

Por esse ângulo, a rentabilidade oriunda da concentração de força de trabalho explorável para o capital *justifica* a implementação da escravização, que passa a funcionar como principal sustentáculo econômico da sociedade brasileira em formação. Como nos explica Nascimento (2016, p. 59): "O papel do negro escravo foi decisivo para o começo da história econômica de um país fundado, como era o caso do Brasil, sob o signo do parasitismo imperialista. Sem o escravo, a estrutura econômica do país jamais teria existido".

Assim, quando se analisa a estratégia utilizada para persistência da dominação colonial, verifica-se que o racismo desempenha papel primordial, determinando as "condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática" (ALMEIDA, 2019, p. 64). É então, nesse momento, que as dimensões raciais e de classe articuladas, moldam uma sociabilidade fundamentada na hierarquização, com vistas a manter um padrão de poder que assegura a superioridade da classe dominante, bem como, a continuidade da ordem colonial escravista-patriarcal.

Nesse contexto, a raça[2] surge como padrão classificatório para distribuição de lugares sociais de poder na sociedade em formação. As diferenças se transformam em desigualdades e consequente inferiorização das populações trazidas coercitivamente para o Brasil. Como explica Quijano (2005, p. 108):

> [...] a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na idéia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa idéia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia.

Nesse sentido, Federici (2017, p. 214) explica ainda, que o homem branco não se torna apenas um atributo de privilégio, mas uma imagem idealizada sob a qual a hegemonia foi construída e naturalizada. Por outro lado, negros(as) e africano(as) passam a ser sinônimo de escravizadas(os), ocupando um espaço de inferioridade na vida em sociedade. Essas distinções partem de um mecanismo estratégico da fração dominante, no sentido de conservar seu poder hegemônico e ao mesmo tempo, controlar os segmentos dominados nas últimas escalas da estrutura social.

Compreende-se assim as estruturas do escravismo colonial e do capitalismo fortemente vinculados em uma relação de produção que "organizava a sociedade de forma a criar um mundo de senhores e escravos, proprietários e propriedade, donos e mercadorias" (PINSKY, 1986, p. 30). Uma sociedade que divide as pessoas a partir das dimensões de raça, criando uma condição de superioridade com objetivo de extração de riquezas. Logo, no contexto da invasão colonial, estabelecem-se as identidades raciais indígenas e negras, assim como sua qualificação de inferioridade, no sentido de legitimar dominação e garantir a continuidade da exploração capitalista.

Com efeito, a colonização a partir da reorganização do poder baseada na classificação racial do trabalho, combinou-se de forma precisa à divisão sexual do trabalho e, dialeticamente, à exploração capitalista. O controle do trabalho da população negra e indígena durante a escravização traz reverberações até a atualidade, não apenas como um legado do passado, mas como relação social dinâmica e estrutural que continua estabelecendo lugares de inferioridade e desigualdade no interior da sociedade. Logo, o racismo não pode ser compreendido apenas como construção ideológica, mas como elemento primordial da nossa formação social, indispensável para consolidação do capitalismo mundial emergente.

No tocante a isso, como resultado da nossa formação socio-histórica assentada no modelo escravista patriarcal, encontramos o reflexo das desigualdades relacionadas também às vidas das mulheres. São elas as primeiras a sofrerem com a escravização, principalmente as negras e indígenas. Sob esta ótica, racismo e patriarcado são funcionais ao capitalismo, que serviram e ainda servem às formas de opressão, exploração e dominação, sobretudo, dos sujeitos marcados por raça e sexo.

Por isso, para pensar na estruturação da sociedade de classes no Brasil, fez-se necessário compreender não apenas a consolidação da sociedade escravista, mas também, do patriarcado. Em outras palavras, é preciso analisar as particularidades da vida das mulheres, especialmente as negras e indígenas escravizadas, como explicam Cisne e Santos (2018, p. 100):

> O entendimento da exploração de classe no Brasil, portanto, não pode desconsiderar a exploração da população negra e indígena na economia colonial do país, desenvolvida pelo trabalho forçado e relações de apropriação sobre o corpo e a vida desses povos, destacada e diferenciadamente sobre as mulheres que, além do trabalho forçado, tiverem seus corpos apropriados para exploração sexual.

É importante frisar que essas mulheres tinham não apenas seus corpos apropriados, como os produtos dos mesmos, como o leite — no caso das amas de leite —, bem como na garantia da reprodução gratuita de força de trabalho, mercadoria central para produção de riqueza ou mesmo para venda. Aqui, evidencia-se que a dimensão de classe e raça tornam a vida das mulheres bastante desiguais. Falamos de mulheres negras que serviam às senhoras brancas, que tiveram seus corpos castigados e seus filhos arrancados de si para servirem de mercadoria, enquanto foram obrigadas a amamentar os filhos(as) dos(as) brancos(as). Assim, é importante romper com a imagem da mulher universal branca para apreender as condições materiais particulares de cada uma, levando em consideração, especialmente, que as dimensões de sexo, raça e classe de maneira articulada diferenciam ou mesmo tornam desiguais suas vivências.

Explica-nos Collins (2015), que a escravização se constitui como uma instituição patriarcal baseada no poder do homem branco proprietário, assegurando a autoridade masculina em todas as esferas sociais. Assim, no contexto escravista, as mulheres brancas aparecem como propriedades dos pais, e posteriormente dos maridos, experimentando processos de exploração e submissão, sem direito a participação da vida em sociedade. É delas ainda, o papel de preservar os costumes europeus, sendo exigidos os valores de passividade, cordialidade e submissão aos mandos do patriarca. Como nos explica Saffioti (1976):

> As mulheres brancas da época escravocrata apresentavam os requisitos fundamentais para submeter-se, sem contestação, ao poder do patriarca, aliando à ignorância uma imensa imaturidade. Casavam-se, via de regra, tão jovens que aos vinte anos eram praticamente consideradas solteironas. Era normal que aos quinze anos a mulher já estivesse casada e com um filho, havendo muitas que se tornavam mães aos treze anos. Educadas em ambiente rigorosamente patriarcal, essas meninas-mães escapavam ao domínio do pai para, com o casamento, caírem na esfera de domínio do marido (SAFFIOTI, 1976, p. 91).

Destinadas ao casamento desde muito cedo, as mulheres brancas recebiam educação rígida e controle, só podendo sair de casa para "se batizar, para se casar e para ser enterrada" (ARAÚJO, 2004, p. 40). Depois de casadas, encontrava-se submetida aos mandos de um novo senhor, que passa a ser o seu marido. São voltadas às funções sociais de maternidade e obediência, bem como a realização de tarefas ligada aos espaços privados de cuidado e reprodução.

Essa condição torna evidente o padrão patriarcal imposto pela sociedade, ao modo de estabelecer a supremacia do homem sobre a mulher tanto na esfera familiar, como nos espaços socialmente compartilhados. Posto isto, é imprescindível compreender que as relações de poder formuladas dentro da sociedade escravista patriarcal criam modos de ser mulher, impondo papéis sociais que dão formas à sua existência e imprimem lugares socialmente aceitos que elas podem ocupar. Esses estereótipos firmados sob as funções de mãe dedicada e esposa submissa, persistem até hoje na nossa sociedade, e decorrem, na verdade, não de *uma essência natural feminina*, mas "como resultado de uma construção social" (CISNE, 2015, p. 30), como forma de atender interesses dominantes.

Apesar de também sofrerem opressão patriarcal, essas mulheres brancas impuseram relações de dominação sobre as negras e indígenas, submetidas a níveis de violência, exploração e opressão incomparáveis. Enquanto as mulheres brancas são propriedades dos pais, e posteriormente dos maridos, experimentando processos de submissão, sem direito à participação da vida em sociedade, as mulheres escravizadas, além de subordinadas ao domínio masculino, têm seus corpos apropriados para o trabalho forçado e exploração e violência sexual.

Partindo da condição de trabalhadoras, as cativas desenvolviam serviços iguais aos dos homens escravizados, contudo, vivenciavam experiências distintas, haja vista o fator sexual como elemento capaz de intensificar a exploração e expressões de violência. Em sua análise geral sobre a condição da mulher negra escravizada, Angela Davis (2016) constata que:

> A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas (DAVIS, 2016, p. 25).

Como sumariamente anunciamos, ao serem escravizadas, as mulheres negras eram violentadas pelos colonizadores não apenas como força de trabalho e instrumento de trabalho, mas também como fonte de reprodução humana e satisfação sexual, portanto, além de exploradas, eram violentadas sexualmente. Nessa circunstância, a exploração econômica da mulher cativa se torna "consideravelmente mais elevada do que a do escravo, por ser a negra utilizada como trabalhadora, como mulher, e como reprodutora de força de trabalho" (SAFFIOTI, 1976, p. 90).

Assim, eram apropriadas para além dos papéis desempenhados no âmbito doméstico, nas lavouras, como mãe negra, ama de leite e reprodutora. Ressaltamos ainda, as marcas da violência sexual e o estupro colonial como um mecanismo de dominação e expressão do poder dos homens na sociedade escravista patriarcal. Logo, as mulheres vivenciam castigos mais cruéis, uma vez que além das agressões físicas, estas ainda têm que suportar os abusos sexuais. Explica-nos Davis (2016):

> Como mulheres, as escravas eram inerentemente vulneráveis a todas as formas de coerção sexual. Enquanto as punições mais violentas impostas aos homens consistiam em açoitamentos e mutilações, as mulheres eram açoitadas, mutiladas e também estupradas. O estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras (DAVIS, 2016, p. 26).

É muito importante compreendermos essa circunstância atentando para persistência nos estudos sobre a formação social brasileira da ideia da miscigenação sob visão idílica, cercada pelo discurso da democracia racial e da livre união entre colonizadores e cativas. Basta ampliarmos nossa perspectiva sobre a posição da mulher negra na sociedade escravista patriarcal para percebermos que a fantasiosa integração entre raças é fruto do estupro.

Como vimos, a estrutura patriarcal herdada de Portugal origina uma série de imposições que incidem diretamente sobre as mulheres, a julgar pela exigência dos padrões que impõe o fortalecimento da supremacia masculina em todas as esferas sociais. Essa substância unida ao racismo estrutural constitui uma hierarquia de poder expressa por meio das relações desiguais entre sexos e também, na dimensão étnico-racial. Nesse ambiente, é formulada uma espécie de pirâmide social, na qual os homens brancos ocupam a primeira posição, ao mesmo tempo em que mulheres negras permanecem em sua base.

É importante demonstrar que a dimensão étnico-racial permanece estritamente articulada à desigualdade sexual para estruturação da classe. Por isso, é impossível realizar a análise crítica da realidade sem levar em consideração as relações sociais de sexo, raça/etnia e classe de forma articulada, conformam "um único sistema de exploração, aqui denominado patriarcado-racismo-capitalismo" (SAFFIOTI, 1987, p. 60), sob o qual se edifica as violências, desigualdades e opressões. É então, devido à fusão desse sistema, que a experiência da escravização foi terrivelmente vivida pela população africana e de forma mais acentuada, sobre as mulheres negras escravizadas.

Percebemos o capitalismo como um sistema econômico que lucra com exploração diferenciada entre membros da classe trabalhadora. Assim, por meio da construção das desigualdades sexuais e raciais, "amplia um grande contingente humano disponível para os mais baixos salários, aumentando, portanto, a sua capacidade de exploração" (CISNE, 2014, p. 146). Sob essa lógica, a forma com que a força de trabalho é explorada traz reverberações em toda a dinâmica da sociedade, tornando perceptível a existência da divisão classista, racista e sexual do trabalho, na qual as diferenças se transformam em desigualdades, por meio da hierarquização de atividades. Nesse sentido, o trabalho das mulheres e da população negra ganha dimensões diferenciadas de exploração, tendo em vista a estrutura das relações sociais como relações de opressão, dominação e exploração radicalmente interligadas.

Compreende-se assim que a lógica do capital é forjada de maneira indissociável da lógica de exploração/apropriação patriarcal e racista. Sendo assim, as mulheres são oprimidas pela sua condição sexual, e adquirem um agravante das opressões de raça/etnia. Federici (2017, p. 119), mesmo analisando a situação europeia, é capaz de auxiliar na compreensão dessas opressões ao argumentar que as hierarquias servem como mecanismos funcionais à dominação e que só são capazes de operar por intermédio da divisão e enfraquecimento dos que querem oprimir. Nesse caso, percebemos a especificidade das mulheres escravizadas, uma vez que localizadas em uma sociedade composta por relações antagônicas de poder, vivenciam dimensões diferenciadas de exploração e opressão, o que não ocorreu de forma passiva ou sem resistências.

Resistências e lutas de mulheres cativas no Brasil colônia

Desde o início da vida em cativeiro, a população negra, negando a visão da escravização dócil e passiva, participa como elemento primordial na criação de estratégias de rebeldia e confronto a instituição. Nesse contexto, as ações executadas pelas mulheres correspondem à negação do modo de produção escravista e a consequente oposição ao mando dos senhores proprietários. Assim, travando um movimento entre opressão e resistência, elas arquitetavam diferentes alternativas para sobreviverem e se libertarem. Como demonstram Shumaher (2006):

> As mulheres negras – fossem livres ou cativas – procuraram elaborar e manejar mecanismos diversos de resistência e rebeldia, visando modificar suas vidas e a de seus familiares. Resistiram com uma inventiva obstinação e persistência, minando a escravidão e, em conseqüência, contrariando a idéia de que aceitaram com passividade a opressão imposta (SHUMAHER; 2006, p. 86).

Nesse sentido, os constantes conflitos oriundos da sociedade escravista patriarcal aliado ao crescente descontentamento da população escravizada resultam na insurgência de ações contínuas contrárias à escravização.

As mulheres cativas recorreram a várias formas de recusa a dominação que lhes são impostas. Podendo ir desde ações individuais e cotidianas, como fugas, abortos, infanticídios e suicídios, até ações mais coletivas como as participações nas rebeliões e na formação de quilombos.

Durante toda a época colonial é possível reconhecer na sociedade escravista, uma cadeia ininterrupta de resistência, não apenas com ações pontuais e raras, mas também em uma luta permanente e articulada nas manifestações de inconformismo pela liberdade.

Para melhor compreensão, retomamos a época de aprisionamento da população africana, no qual o tráfico se constituiu como uma atividade rentável de compra e venda de seres humanos reduzidos à condição de mercadoria. Durante o trajeto, elas são acondicionadas e transportadas em verdadeiros calabouços, empilhadas com outras centenas de pessoas. Essa condição, ao mesmo tempo em que acresce os índices de mortalidade e sofrimento decorrente da viajem, apresenta também, expressões de uma luta sem trégua pela liberdade. Não sendo raros os relatos sobre a participação feminina nas revoltas durante o trajeto em alto mar:

> O subcomandante da Companhia Geral das Índias, William Bosman, conta que, em 1702, cativos embarcados num navio holandês ancorado em Ajudá apoderaram-se de várias armas e lançaram-se sobre a tripulação. [...]. No dia seguinte, muitos deles foram enforcados na ponta do mastro, onde permaneceram pendurados. As mulheres, segundo Bosman, pareciam *mais audaciosas e perigosas* (SHUMAHER; 2006, p. 21, grifo nosso).

Com a chegada em solo brasileiro, a luta continua. Mulheres e homens escravizados ocupam ações nas ruas das cidades, promovendo possíveis manobras de resistência à exploração imposta pela sociedade escravista. Nesse contexto, as escravizadas de ganho aparecem em lugares de destaque, uma vez que, posicionadas nos espaços urbanos, possuíam uma maior mobilidade para articulação.

De acordo com Soares (1996, p. 57), as escravizadas de ganho desenvolvem as mais diversas atividades do comércio ambulante, carregando produtos alimentícios em cestas e tabuleiros à cabeça, ou no transporte dos mais variados tipos de carga. Elas eram mandadas às ruas pelos seus senhores para executar a tarefa a que estavam designadas e no fim do dia, tinham de entregar ao proprietário uma determinada quantia, previamente estipulada, numa espécie de contrato informal. O que excede desse valor é, portanto, apropriado pela escravizada, possibilitando o acúmulo dos bens necessários para a obtenção da alforria.

Além disso, a categoria das escravizadas de ganho possibilitava também, a experiência de viver longe dos mandos dos seus senhores, garantindo maior locomoção nos centros urbanos. Nesse contexto, as mulheres de ganho fazem do seu ponto de venda, espaços de articulação política de resistência. Uma vez que além dos seus produtos, transportavam também sua cultura, suas estratégias e seus ideais de liberdade para transformação social.

Dentre essas mulheres, destacamos Adelina. Nascida no Maranhão, era filha e escravizada do mesmo senhor, que promete alforriá-la junto com a mãe ao completar dezessete anos de idade, mas, volta atrás e recua na decisão (DEL PRIORI, 2013; SHUMAHER; 2006). Trabalhou desde a adolescência pelas ruas da cidade, carregada com tabuleiros de charutos para venda, tendo a oportunidade de assistir os discursos libertários promovidos por estudantes. Essa condição serve para alimentar sua repulsa à sociedade escravista, aproximando-a cada vez mais, da causa abolicionista. Ela passa a colaborar como sujeito ativo na luta contra a escravização, tanto na distribuição e repasses de informações, como nas fugas.

Percebemos assim, as contribuições das negras de ganho na construção de redes de solidariedade e articulação entre escravizados na luta na pela libertação das amarras do sistema de dominação escravista. Elas utilizam seus espaços de venda para repasse de informações e deliberações, como lideranças no âmbito da luta contra a escravização. Assim, apesar de ser importante na organização econômica da vida urbana, a mobilidade das mulheres de ganho começa a gerar preocupações para as autoridades, como possíveis ameaças à ordem estabelecida a partir da troca de mensagens, com outras negras(os) revoltosas(os).

De acordo com Soares (1996, p. 67), na Bahia, em 1835, ganhadeiras foram acusadas de participar da revolta do Malês, atuando no fornecimento de bebidas e participando das conspirações. Dentre elas, estava Luiza Mahin, suspeita de se envolver em outros planos de insurreições de escravizados, como a Sabinada de 1837 (MOURA, 2004, 1986). Com a derrota, ela foge para o Rio de Janeiro, dando continuidade às ações em busca pela liberdade, até ser presa e deportada para seu local de origem.

A história dessas mulheres, mesmo cercadas de incertezas, é capaz de evidenciar a insubmissão como uma prática que esteve sempre presente no cotidiano das escravizadas. Nesse sentido, as cativas que não tinham a mesma mobilidade das que ocupavam os centros urbanos, recorriam a outros mecanismos, dentre os quais: agressões, sabotagens, ameaças e até mesmo, o assassinato, para manifestar o inconformismo às condições de vida e exploração impostas pela escravização.

O assassinato de senhores e senhoras proprietárias era um tipo de revolta comum no decorrer do período escravista, sendo justificado, na maioria das vezes, pelo ambiente violento de castigos constantes. Dessa forma, as escravizadas utilizavam do conhecimento com o trato de ervas, venenos naturais e também, dos instrumentos cotidianos do trabalho, para que a partir da morte daqueles que as exploram, pudessem usufruir a tão desejada vida em liberdade.

Analisando essa condição, Pinsky (1986), demonstra que as ações contra os senhores podem acontecer ainda, como revide às opressões e desestruturação de laços familiares, bem como atitudes premeditadas. Como a realizada por Letícia, Querubina, Cecília e Virgínia, acusadas de matar sua senhora, no ano de 1873, em Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro. Elas alegavam que a senhora "muito cruel e violenta", perpetrava castigos contínuos, que iam desde as surras com palmatórias e chicotes, até o acorrentamento no sótão da casa. Assim, as quatro se unem e de comum acordo, combinando o assassinato por vingança (GOMES, LAURIANO, SCHWARCZ, 2021, p. 201).

O fato é que, esse ambiente instaura entre os senhores, um clima de tensão e medo constante, que pode ser exemplificado no aumento das ações repressivas e solicitação de leis mais severas para os que atentassem contra seus proprietários e familiares, como por exemplo, a Lei n. 4, de 10 de junho de 1835, estabelecendo que:

> Art.1º – Serão punidos com a pena de morte os escravos ou escravas, que matarem por qualquer maneira que seja, propinarem veneno, ferirem gravemente ou fizerem outra qualquer grave offensa pshysica ao seu senhor, a sua mulher, a descendentes ou ascendentes, que em sua companhia morarem, a administrador, feitor e às suas mulheres, que com eles viverem[3] (TINÔCO; 2003, p. 558).

Podemos verificar assim, que a população escravizada é tida como uma propriedade viva, sujeita aos mandos do senhor a quem pertence. Nesse contexto, os castigos e as práticas repressivas são indissociáveis do seu cotidiano, como forma pela qual a sociedade se protege das parcelas revoltosas, como um método de alerta, para os outros cativos que pensam em repetir tais ações de rebeldia. Contudo, nesse cenário marcado pelo autoritarismo, as cativas permanecem na luta contra sua condição, com práticas silenciosas ou ações de enfrentamentos.

A fuga, por exemplo, aparece como um afronte ao modo de dominação senhorial. Uma vez que, partindo para longe dos seus proprietários, as escravizadas buscavam escapar não apenas das explorações e castigos diários, mas romper definitivamente com todas as amarras oriundas da sociedade escravista patriarcal. Assim, ao mesmo tempo em que essa ação representa a possibilidade de liberdade, pode apresentar também um caráter de insegurança. Isso porque, entre os grandes riscos de captura, estão a natureza violenta dos castigos e as rígidas medidas de controle. Suas tentativas, contudo, não cessavam, caracterizando a persistência de negação da submissão aos mandos do senhor.

Essa condição pode ser evidenciada nos anúncios de jornais, que publicavam frequentemente, artigos noticiando as fugas de mulheres escravizadas, que mesmo quando recuperadas não desistem de tentar alcançar a libertação. Algumas delas, ainda se encontravam recebendo a sentença pela fuga anterior, quando encontram brechas para tentativa de uma nova partida, como no trecho evidenciado a seguir:

> Carolina, crióla, idade pouco mais ou menos 17 annos, refeita do corpo, altura regular, levou quando fugio, um vestido novo de chila azul de xadrez, e alguns outros velhos também de xilla, traz uma argola de ferro no pé direito, por haver a pouco tempo commettido a mesma fuga: ao porto das canoas, casa nova do Mesquita, que será recompençado (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1834).

Em casos como esses, é comum que as escravizadas, receosos de serem duramente castigados ou mesmo inconformados pela recaptura, optarem pela morte. O suicídio é utilizado como uma forma de protesto e resistência à escravização, ou nas palavras de Pinsky (1986, p. 60), "um derradeiro e eloqüente gesto de revolta".

No caso específico das mulheres escravizadas não bastava à liberdade individual, buscando a todo modo livrar a si, mas também, aos seus filhos(as) das explorações. O aborto e infanticídio, então, apresentavam como métodos de rebeldia eficazes na garantia da liberdade.

Não eram raras as acusações contra as escravizadas que matavam seus filhos para impedir que fossem vendidos. É o caso de Geralda, escravizada durante o século XIX. Ela atenta contra o seu filho sob a justificativa desesperada de evitar os castigos que poderiam ser cometidos contra ele. Quando indiciada pelo crime de infanticídio, chega a declarar em juízo que preferia "morrer com seu filho, do que se separar dele" (GOMES; LAURIANO; SCHWARCZ, 2021, p. 92).

Esses movimentos na exigência pela libertação e dignidade culminam na formação dos quilombos, como uma das maiores expressões de resistência da população cativa, capaz de estremecer as estruturas de uma sociedade organizada sob a dominação senhorial. De acordo com Moura (1986, p. 18), os quilombos surgem como uma unidade de resistência física e de preservação cultural, elaborada por um modelo associativo de ajuntamento entre os demais segmentos oprimidos da sociedade, como indígenas, criminosos e fugitivos do serviço militar.

Durante o período colonial, as referências aos primeiros mocambos são datadas em meados do século XVI (GOMES, 2015). A partir de então, o seu crescente desenvolvimento faz dessa organização um movimento político abrangente e contínuo na oposição ao modo de vida imposto pela escravização. A popularização do movimento faz com que as fugas de escravizados se façam cada vez mais constante no cotidiano da colônia, perdendo o caráter esporádico e individual, para se tornar uma ação contínua e coletiva de resistência. Logo, os quilombos se tornam o foco da população negra, chegando a reunir, durante sua formação, milhares de habitantes fugidos.

As mulheres foram figuras importantes para a estruturação de quilombos, assim como na sua organização política e no desenvolvimento de resistências nos mesmos. De acordo com Gomes (2005, p. 82), elas realizavam as mais diversas atividades, podendo trabalhar nas plantações, no desenvolvimento de atividades produtivas e nos transportes de alimentos, bem como na participação em combates. Tornavam-se ainda, importantes lideranças religiosas, ocupando espaços de destaque como divindades e conselheiras da comunidade, é o que acontece com Acotirene dos Palmares.

Ao chegar aos Palmares ainda no século XVI, antes do líder Ganga Zumba assumir o poder, Acotirene, exercendo função de matriarca do Quilombo, orientava, aconselhava e guiava a população negra no desenvolvimento das primeiras atividades de resistência a escravização. Ela era ainda, a encarregada por receber os primeiros negros refugiados na Cerca Real dos Macacos — um dos maiores mocambos localizado na Serra da Barriga — considerado o centro político para as decisões da comunidade quilombola (SILVA, 2007).

De acordo com Moura (2019, p. 214), a administração pública do Quilombo passava pelo poder absoluto do rei e dos seus conselheiros, representados por chefes de diversas comunidades. Assim, quando Ganga Zumba assume o espaço como regente de Palmares, Acotirene permanece desempenhando a função privilegiada como conselheira, desde questões familiares e internas dos mocambos, até o planejamento e decisões políticas e militares.

Outra importante liderança feminina foi Aqualtune da dinastia Nlanza. Uma princesa guerreira e dirigente política congolesa, que atuou, no século XVII, na linha de frente na batalha de Mbwila, liderando cerca de 10 mil combatentes. Diante à derrota no combate, ela é capturada, aprisionada e marcada a ferro, sendo enviada ao Brasil e, posteriormente, vendida como escravizada na condição de reprodutora. Durante o desembarque em Recife, a princesa aproveitando de uma brecha deixada pelos seus condutores, desempenha uma tentativa de fuga, correndo em direção ao mar em uma busca frustrada de alcançar a liberdade. Sendo novamente capturada, é enviada à região de Porto Calvo (COLETIVO NARRATIVAS NEGRAS, 2020).

Segundo Rezzutti (2018, p.49) é a partir desse contexto, que Aqualtune tem acesso a informações sobre os movimentos negros insurgentes. Dentre eles, o Quilombo dos Palmares, como uma estrutura composta por escravizados fugidos, localizado nas redondezas do seu local de trabalho. Nesse momento, a princesa começa a estruturar um novo plano de fuga. É em meio ao desenvolvimento de uma gestação, que ela consegue partir, junto com outros fugitivos, em direção à comunidade dos Palmares. Chegando lá, Aqualtune tem sua realeza reconhecida, recebendo um mocambo para governar.

Segundo o Coletivo Narrativas Negras (2020, p. 23), como chefe do mocambo — que agora leva o seu nome —, Aqualtune foi peça fundamental na organização dos Palmares. Possuía uma vasta experiência

nos ambientes de batalha. Além da sua contribuição para estruturação da comunidade, Aqualtune se destaca também, por ser mãe de personalidades importantes dos Palmares, dentre eles: Ganga Zumba e Ganga Zona que se tornam, assim como ela, dirigentes do Quilombo. Bem como sua filha Sabina, que "deu-lhe o neto que suplantaria a história da avó e seria mais conhecido que ela: Zumbi" (REZZUTTI, 2018, p. 49).

O fato de conhecermos mais Zumbi do que as mulheres citadas é a confirmação de que o histórico processo de luta contra a escravização permanece ainda reduzido à figura masculina. Assim, essas quase não aparecem na historiografia, e quando são apresentadas, é à sombra da figura de um homem influente, como Dandara, mais conhecida por ser companheira de líder dos Palmares, do que por sua própria história.

Muito além de esposa de Zumbi, Dandara foi uma mulher negra e guerreira, que lutou incansavelmente na resistência dos Quilombos e pela liberdade de negras e negros escravizados, durante o século XVII. Ela foi uma das provas vivas do poder da mulher cativa, destacando-se no processo de organização e defesa da comunidade quilombola. Assim, além de desenvolver atividades dedicadas à produção de alimentos, plantação e caça, ela também lutava capoeira, e quando necessário, empunhava armas, liderando as falanges femininas do exército negro palmarino (FUNDAÇÃO PALMARES, 2014). Não há dados sobre seu nascimento e ascendência africana, o que leva alguns historiadores a acreditar que ela nasce no Brasil e se instala nos Palmares desde criança. A partir de então, aprende técnicas de defesa e fabricação de armas, tornando-se uma das principais lideranças femininas, que junto a Ganga Zumba, luta contra as investidas da sociedade escravista. Essa relação dura até o ano de 1678 quando, segundo Souza e Cararo (2017, p. 18), o líder de Palmares assina um tratado de paz com o governo português, garantindo a liberdade dos palmarinos e do comércio, em troca da entrega dos escravizados fugitivos. Dandara apresenta oposição à decisão de Ganga-Zumba, aliando-se a Zumbi, sucessor do rei, com quem teve três filhos. Desde então, ela assume posição de liderança no Quilombo.

Considerações finais

As relações raciais, patriarcais e de classe moldam, dialeticamente, uma sociabilidade fundamentada na hierarquização, expressa por meio das relações desiguais de raça, classe e entre sexos. Por isso, é impossível realizar a análise crítica da realidade, sem levar em consideração as particularidades do sistema patriarcal-racista-capitalista de maneira articulada, sob o qual se edifica as violências, desigualdades, violências e opressões.

A escravização foi terrivelmente vivida pela população africana, e de forma mais acentuada sobre as mulheres negras, sujeitas não apenas ao trabalho escravizado, mas, também, à exploração sexual. Mesmo diante do contexto de intensa apropriação e opressão, as cativas desafiaram o regime escravista. Foram símbolos de luta e forjaram ações de combate às estruturas dominantes. Identificamos mulheres que participaram ou mesmo lideraram rebeliões, organizando fugas e impondo resistência, que foram fundamentais na organização quilombola, como Adelina, Luiza Mahin, Aqualtune, Acotirene e Dandara. Mulheres que seguem nos inspirando como símbolos de resistência na luta pela liberdade. Assim, a retomada a essas memórias, além de evidenciar um trajeto marcado pela força e o poder daquelas que lutaram contra a escravização, inspira-nos a dar continuidade na luta pela conquista dos nossos direitos e liberdade substantiva.

Referências

ALMEIDA, S. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019.

ARAÚJO, E. A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. *In*: DEL PRIORI, M. (org.) História das Mulheres no Brasil. São Paulo, Editora Contexto, 2013, p.45-77.

CISNE, M. Feminismo e marxismo: apontamentos teóricos-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n.132, p.211-230, maio/ago. 2018.

CISNE, M. Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

CISNE, M. Relações sociais de sexo, "raça/etnia e classe: uma análise feminista-materialista. Brasília (DF), ano 14, n. 28, p. 133-134, jul./dez. 2014.

CISNE, M.; SANTOS, F. Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2018.

COLETIVO NARRATIVAS NEGRAS. Biografias ilustradas de mulheres pretas brasileiras. Curitiba: Voo, 2020.

COLLINS, P. H. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. *In*: COLLINS, P. H. Reflexões e práticas de transformação feminista. São Paulo: SOF, 2015.

DAVIS, A. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEL PRIORI, M. (org.) História das Mulheres no Brasil. São Paulo, Editora Contexto, 2013.

DELPHY, C. Patriarcado. *In:* HIDRATA, H. et al. (org.). Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

<gov>DIÁRIO DE PERNAMBUCO (PE). Escravos fugidos. Diário de Pernambuco, Ano 1834, n. 339, segunda-feira 1 de março, impresso em Pernambuco por José Victorino de Abreu, p. 1356. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_01&hf=memoria.bn.br&pagfis=6516. Acesso em: 10 abr., 2021.</gov>

FEDERICI, S. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Personalidades negras – Dandara. 2014. Disponível em: https://www.palmares.gov.br/?p=33387. Acesso em: 05 mai., 2021.

GOMES, F. S.; LAURIANO, J.; SCHWARCZ, L. M. Enciclopédia negra: biografias afro-brasileiras. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

GOMES, F. Palmares: Escravidão e liberdade no Atlântico Sul. São Paulo: Contexto, 2005.

IANNI, O. Raças e classes sociais no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MOURA, C. Dicionário da escravidão Negra no Brasil. São Paulo: USP, 2004.

MOURA, C. Os quilombos e a rebelião negra. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MOURA, C. Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas. 5. ed. São Paulo: Anita Garibaldi coedição com a fundação Maurício Grabois, 2014.

MOURA, C. Sociologia do negro brasileiro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

NASCIMENTO, A. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. 3ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

PINSKY, J. Escravidão no Brasil. 5. ed. São Paulo: Global, 1986.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In*:* A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

REZZUTTI, P. Mulheres do Brasil: a história não contada. Rio de Janeiro: Leya, 2018.

SAFFIOTI, H. I. B. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

SAFFIOTI, H. I. B. O poder do macho. São Paulo: Moderna, 1987.

SHUMAHER, S. Mulheres negras do Brasil. São Paulo: SENAC, 2006.

SILVA E. Q. R.; BOMFIM, E. A. Dicionário de Mulheres de Alagoas: ontem e hoje. Maceió: EDUFAL, 2007.

SOARES, C. M. As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. Afro-Ásia, Salvador, n.17, 1996.

SOUZA, D. P.; CARARO, A. Extraordinárias: mulheres que revolucionaram o Brasil. São Paulo: Seguinte, 2017.

TINÔCO, A. L. F. O Código Criminal do Império do Brasil annotado. 1. ed. de 1886. Edição fac-similar, com prefácio do Ministro Hamilton Carvalhido. Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

Notas

[1] De acordo com Delphy (2009, p. 113), na acepção feminista, o patriarcado "[...] designa a formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de "dominação masculina" ou de opressão das mulheres".

[2] Concordamos com Almeida (2019, p. 22) na percepção do termo *raça* como um elemento político: "utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de *grupos sociologicamente considerados minoritários*".

[3] Código criminal do Império do Brazil annotado, (TINÔCO, 2003).

Mirla Cisne
mirlacisne@uern.br
Doutorado em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).
Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

UERN
Rua Professor Antônio Campos, s/n, BR 110, Km 48, Costa e Silva.
Mossoró – Rio Grande do Norte – Brasil.
CEP: 59.600-000

Fernanda Ianael Evangelista de Oliveira
fernandaianael16@gmail.com
Graduação em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).
Residente do programa de Atenção Básica/Saúde da Família e Comunidade pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

UERN
Rua Professor Antônio Campos, s/n, BR 110, Km 48, Costa e Silva.
Mossoró – Rio Grande do Norte – Brasil.
CEP: 59.600-000

Agradecimentos
Ao apoio do CNPq.
Agência financiadora
CNPq. Processo: 436384/2018-3. Período de vigência 03/2019 a 02/2022. Artigo resultante de pesquisa com apoio do CNPq, por meio do edital universal 2018; uma bolsa produtividade (PQ2) e uma bolsa de iniciação científica (PIBIC/CNPq).
Contribuições das autoras
Mirla Cisne: pesquisa bibliográfica, produção textual; revisão.
Fernanda Oliveira: pesquisa bibliográfica e documental; produção textual.
Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação
Não se aplica.
Consentimento para publicação
Consentido das autoras.
Conflito de interesses
Não há conflito de interesses.

 DOI: https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e84662

ESPAÇO TEMÁTICO: SERVIÇO SOCIAL, RACISMO E CLASSES SOCIAIS

Capitalismo e racismo: uma relação essencial para se entender o predomínio do racismo na sociedade brasileira

Mário Luiz de Souza[1]
http://orcid.org/0000-0002-0124-9209

[1] Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Pós-Graduação, Mestrado em Relações Étnico-Raciais, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Capitalismo e racismo: uma relação essencial para se entender o predomínio do racismo na sociedade brasileira

Resumo: Este artigo, utilizando a matriz marxista, através de pesquisa bibliográfica, demonstra que o racismo se torna uma das estruturas da sociedade brasileira por ser um dos elementos superestruturais do capitalismo brasileiro, favorecendo o processo de domínio e acumulação de capital da burguesia brasileira, na conjuntura marcada pelo Segundo e Terceiro Projeto de Identidade Nacional, compreendido entre meados do século XIX e meados do século XX.

Palavras-chave: Racismo; Capitalismo; Estrutura Social.

Capitalism and racism: an essential relationship to understand the predominance of racism in the Brazilian society

Abstract: This article, by using the Marxist matrix and by means of bibliographical research, demonstrates that racism becomes one of the structures of the Brazilian society because it is one of the superstructural elements of the Brazilian capitalism. This favours the process of domination and capital accumulation by the Brazilian bourgeoisie, in the context of the second and third national identity projects, between the mid-19th and the mid-20th centuries.

Keywords: Racism; Capitalism; Social Structure.

Recebido em 01.11.2021. Aprovado em 16.12.2021. Revisado em 21.02.2022.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

Dentro de uma concepção histórico-crítica, não há como deixar de trabalhar com a opressão de raça para a construção do conhecimento sobre os processos de exploração, exclusão e apropriação, sofridos pela maioria da população negra. Da mesma forma, não se pode excluir os impactos do racismo sobre a psique da pessoa negra, podendo levá-la ao sentimento de inferioridade frente à pessoa branca e ser consumida pelo desejo de embranquecer (FANON, 2008). Mesmo assim, como Fanon (2008, 2019) adverte, a compreensão do racismo na sua totalidade não pode ser apartada de sua relação com a base econômica da sociedade.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo reside em demonstrar que o racismo se transformou numa força social e numa das estruturas da sociedade brasileira, devido à sua operacionalidade para o capitalismo brasileiro, por favorecer o processo de dominação e acumulação de capital da burguesia, entre meados do final do século XIX e final do século XX, a partir dos dois projetos de identidade nacional constituídos nesse período. Com isso, espera-se contribuir para a construção do conhecimento do racismo, dentro de uma visão histórico-crítica, possibilitando mais instrumentos teóricos para embasar a luta contra o racismo e a luta pela emancipação da população negra na sociedade capitalista.

Em termos teóricos este artigo terá como alicerce a matriz marxista, na relação orgânica entre estrutura e superestrutura, presente no pensamento de Karl Marx e Friedrich Engels, com o racismo sendo trabalhado neste texto como elemento superestrutural. O uso de bibliografia com relação à questão racial no período do percurso do capitalismo abordado constituiu o instrumento metodológico usado no presente estudo. Por fim, além desta introdução, esse artigo é dividido em duas seções, a primeira intitulada a *Relação orgânica entre estrutura e superestrutura, para o entendimento do predomínio do racismo numa sociedade* e a segunda *O racismo e sua relação com o capitalismo no Brasil*.

Relação orgânica entre estrutura e superestrutura, para o entendimento do predomínio do racismo numa sociedade

Marx e Engels não restringem o conhecimento sobre o capitalismo aos avanços das forças produtivas e à organização do setor produtivo. Para os fundadores do marxismo, para a compreensão do domínio e da reprodução e acumulação de capital da burguesia no sistema capitalista, torna-se imperativo o uso da categoria totalidade, estudando o capitalismo como um modo de produção. Dessa forma, estabelecendo de forma orgânica o nexo entre as relações sociais e as relações de produção, forja-se as condições analíticas para entendimento do poder da burguesia e de sua apropriação sobre a maioria da riqueza socialmente produzida, em termos de sua materialidade. No *Manifesto Comunista,* Marx e Engels destacam o quanto, sob o capitalismo, o desenvolvimento das forças produtivas torna-se essencial para a burguesia, acarretando modificações constantes em outras esferas da sociedade: "A burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção, portanto as relações de produção, e por conseguinte todas as relações sociais" (MARX; ENGELS, 1998, p. 11). Na *Contribuição à Crítica da Economia Política* (MARX, 2008), essa relação orgânica toma uma forma mais pedagógica, numa das principais passagens do materialismo histórico:

> O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de *guia para os meus estudos*, pode ser formulado, resumidamente, assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento das forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida condiciona o processo de vida social, política e intelectual. (MARX, 2008, p. 47, grifo nosso)

Transportando essa colocação de Marx para os objetivos deste artigo, a relação orgânica entre estrutura e superestrutura torna-se um *guia de estudo* para a construção do conhecimento do racismo, na sua totalidade, para o entendimento de sua transformação em força social e uma das estruturas da sociedade brasileira, a partir de sua abordagem como elemento superestrutural, no capitalismo brasileiro. Sob esse prisma, acompanhamos Fanon (2008, 2019) e Almeida (2018) na crítica à concepção do predomínio do racismo numa estrutura social

como sendo uma disfunção social decorrente do caráter ou de aspectos psicológicos de alguns indivíduos. Tal assertiva exclui a relação entre o racismo e a base econômica da sociedade, não contribuindo para uma análise histórico-crítica do racismo, como sua inserção nos projetos societários das classes dominantes. Mesmo a questão do privilégio branco pode também reproduzir esse problema epistemológico. Logicamente, racismo e privilégio branco são determinações correlatas. Por exemplo, mesmo uma pessoa branca que more numa favela, tendo as mesmas condições socioeconômicas das pessoas negras, terá mais privilégios do que essas, como no caso da ação da polícia nesses territórios marcados pela vulnerabilidade social. Porém, trabalhar com o privilégio branco como o vetor para o predomínio do racismo, sem uma visão histórico-crítica, pode cair em dois erros teóricos: reduzir o grupo racial branco a um grupo homogêneo, sem conflitos de classe e com todos se aproveitando do racismo na mesma forma e intensidade; e excluir do campo de análise a funcionalidade do racismo para o capitalismo, excluindo os interesses de classe desse processo. Nesse sentido, teóricos e teóricas marxistas têm trabalhado a relação orgânica entre o racismo e a base econômica capitalista.

Segundo Heller (2011), historicamente as classes dominantes têm se notabilizado na perpetuação dos preconceitos sociais nas relações sociais. Fazem uso desse instrumento para manutenção da estrutura social e da mobilização político-ideológica dos indivíduos e dos grupos sociais de acordo com seus interesses, sendo que: "[...] a classe burguesa produz preconceitos em muito maior medida que todas as classes sociais conhecidas até hoje" (HELLER, 2011, p. 78). Nessa mesma linha, Wood (2006) destaca que, mesmo o racismo e o sexismo não sendo imprescindíveis para o estabelecimento das relações de produção capitalista e a acumulação de capital, constituem-se em poderosas formas sociais de organização da vida dentro dos interesses da burguesia, tanto que: "[...] a história do capitalismo foi marcada pelos mais virulentos racismos já conhecidos" (WOOD, 2006, p. 229). Essa historiadora ilustra a sua posição destacando que a opressão de raça favorece a ordem capitalista quando ameniza a tensão entre capital e trabalho ao reservar aos operários brancos os melhores postos de trabalho e ao favorecer a compreensão da exploração e da desigualdade social reinante na maioria da população negra como frutos de sua raça e não como fatores inerentes do capitalismo (WOOD, 2006).Tendo essa mesma posição, Wallerstein (2021) enfatiza o papel proeminente do processo do racismo para acumulação de capital pelos setores capitalistas, no sistema-mundo, ao facilitar a apropriação das riquezas locais e: "[...] minimizar os custos de produção [...] (os custos da força de trabalho) e, ao mesmo tempo, os custos da agitação política (minimizar, não eliminar, pois não é possível eliminar os protestos da força de trabalho). O racismo é a fórmula mágica que concilia esses objetivos". (WALLERSTEIN, 2021, p. 69).

Não obstante, constitui um engano supor que toda luta antirracista leva a uma luta anticapitalista e que o capitalismo não pode fazer uso de práticas antirracistas para atingir um objetivo maior. O conceito de neoliberalismo progressista, construído por Nanci Fraser (2020) exemplifica isso. Essa filósofa cunhou esse conceito para definir a junção do aprofundamento das políticas neoliberais e a adoção de medidas de cunho antirracista e de promoção da melhoria de condições de vida de negros, mulheres e homossexuais, durante os governos Bill Clinton (1993-2001) e Barack Obama (2009-2017). No caso da comunidade negra, Fraser (2020) sustenta que esses governos, ao adotarem medidas favoráveis à população negra e de crítica ao racismo, conseguiram formar uma base social para apoiar as suas políticas neoliberais junto a políticos negros e setores do movimento negro americano. Além disso, conseguiram disseminar entre as organizações negras voltadas para a formação de jovens negros princípios calcados no individualismo, na competitividade e na meritocracia, como forma de romper as barreiras raciais e alcançar *o sonho americano*. Todavia, os resultados concretos das medidas para melhoria das condições socioeconômicas do povo negro acabaram favorecendo mais a classe média negra, não alterando significativamente as dificuldades vividas pela maioria dos negros americanos (FRASER, 2020).

No próximo subitem, farei uso do Segundo e Terceiro Projeto de Identidade Nacional, para tentar demonstrar o quanto o racismo se tornou predominante na sociedade brasileira, devido à sua funcionalidade para o capitalismo brasileiro. Como serão abordados de forma sucinta, peço desculpas ao leitor por deixar de fora aspectos relevantes das conjunturas históricas que serão descritas.

O racismo e sua relação com o capitalismo no Brasil

O Segundo Projeto de Identidade Nacional, forjado no final do século XIX e início do século XX, se deu sob um forte debate sobre os rumos para o progresso do país e de transformações na realidade brasileira, como

a passagem da mão de obra escravizada para mão de obra livre. Nessa conjuntura, uma parcela substancial da intelectualidade brasileira, seguindo a teoria do determinismo racial, importada da Europa, considerava haver evidências científicas suficientes que comprovavam a raça de um povo como fator imperativo para o progresso de uma nação, como também que a raça branca seria a única dotada dos atributos intelectuais e morais essenciais para a consecução desse processo. Sempre sustentando o caráter científico de suas teses, os teóricos do determinismo racial alegavam não haver dúvidas dos não brancos não apenas serem destituídos dos atributos necessários ao progresso nacional, como também constituírem um sério entrave para a implementação de qualquer projeto desse tipo, em decorrência de suas limitações intelectuais e morais. Os intelectuais brasileiros seguidores do determinismo racial passaram a pregar que o fato de a maioria esmagadora da população negra viver em cortiços, realizar trabalho braçal e se entregar a práticas antissociais como violência, prostituição, roubos e tara sexual, seria a comprovação científica do quanto a raça negra seria o principal entrave para o progresso do País.

Entretanto, esses intelectuais, ao seguirem o determinismo racial, se encontraram diante de um dilema. Pelo determinismo racial, o Brasil estava fadado ao fracasso por ter uma população majoritariamente preta e mestiça. Nem mesmo a miscigenação equalizaria esse problema, porque sob o ponto de vista dos deterministas raciais a geração de filhos entre brancos e não brancos resultaria em seres degenerados em termos intelectuais, morais e físicos. Diante disso, como apontam Munanga (1999) e Schwarcz (2005), esses intelectuais resolveram esse problema adaptando o determinismo racial à realidade brasileira, deixando a crítica dos deterministas raciais de lado e passando a criar a teoria do branqueamento. De acordo com essa teoria, com a vinda em massa de imigrantes europeus e a geração de filhos entre pessoas brancas e pessoas negras, como também entre pessoas de pele mais escura com aquelas de pele mais clara, associadas à crescente morte de pessoas negras devido a doenças inatas à sua raça, com o tempo o elemento negro seria extirpado da população e o povo brasileiro seria formado apenas por pessoas com as características fenotípicas, intelectuais e morais próprias do povo europeu. Em outras palavras, a miscigenação não seria um fim em si mesma, mas uma transição visando à eliminação da população negra do povo brasileiro.

Com a teoria do determinismo racial e a teoria do branqueamento, os preconceitos e discriminações que haviam na sociedade brasileira desde o período colonial foram refinados e aprofundados como sendo *cientificamente comprovados*, se materializando em práticas estruturais racistas que dificultavam a inserção do negro como cidadão e a superação das precárias condições materiais de existência da maioria da população negra, reafirmando na dinâmica social a representação social negativa da população negra, principalmente em cinco vieses: (i) intelectual, dotada de atributos voltados apenas para o trabalho braçal e subordinado; (ii) moral, tendência para ações antissociais e imorais; (iii) estético, traços fenótipos símbolos de pessoas destituídas de beleza; (iv) mau trabalhador, precisando ser forçado a realizar as atividades de trabalho; e (v) *naturalização* das precárias condições de vida da maioria da população negra, com a pobreza e a miséria sendo uma condição inata à raça negra. A relação orgânica desses vieses resultou no arquétipo do preconceito contra as pessoas negras, embasando práticas estruturais racistas até os nossos dias.

Essa proposta de progresso da nação assentada no determinismo racial e no branqueamento vinha ao encontro dos interesses da classe dominante brasileira, sobretudo da principal fração dessa classe: os grandes proprietários de terra. Centralizar na raça o fator imperativo para o progresso da nação criava barreiras para propostas baseadas na modificação da estrutura econômica, como havia no pensamento de Manuel Bomfim (1868-1932). Contrário às teses do determinismo racial e da teoria do branqueamento, esse intelectual discordava da explicação sobre as precárias condições socioeconômicas da maioria da população negra serem decorrentes de sua raça. Para Manuel Bomfim, as respostas para esse fenômeno deviam ser buscadas na escravização e, sobretudo, na forma como ocorreu a abolição, com a população negra não sendo contemplada com nenhuma política pública visando sua inserção em melhores condições na sociedade brasileira, como o acesso à terra, à educação escolar e à indenização (CRUZ; BITTENCOURT, 2010). Sobre a tese da raça como imperativo para o progresso do Brasil, Manuel Bonfim também era totalmente contrário. Para ele, somente com a diversificação da economia brasileira, promovida por um amplo processo de industrialização e da educação escolar de todo o povo, o País teria condições de trilhar um verdadeiro caminho de progresso dentro da ordem capitalista mundial (CRUZ; BITTENCOURT, 2010). A leitura desse último aspecto demonstra o quanto o pensamento de Manuel Bonfim vinha de encontro aos interesses dos grandes proprietários de terra. O progresso do país por meio de um amplo processo de industrialização acabaria deslocando os grandes proprietários de terra como

principal fração do bloco no poder, retirando seu lugar como fração da classe dominante mais privilegiada pelas ações do Estado, criando alguns obstáculos para seus projetos econômicos e projetos de poder. Haveria, com certeza, um menor acesso a parcelas do fundo público, porque parte desses recursos seriam aplicados para implantação do projeto industrial e no projeto educacional, defendido por Manuel Bomfim. Em suma, centrar o progresso do país na questão da raça representava não precisar alterar o modelo econômico e nem alterar a posição dos grandes proprietários no bloco no poder.

Por outro lado, a centralidade da raça no debate para o progresso do país também favorecia os grandes proprietários de terra, principalmente a sua principal fração, os cafeicultores do Oeste Paulista, na questão da força de trabalho. No final do século XIX, com a certeza de que mais cedo ou mais tarde haveria o fim da escravização, um dos principais assuntos debatidos por fazendeiros, políticos e governantes, se referia à questão da mão de obra. Muitos membros da classe dominante, arraigados em uma visão preconceituosa sobre as pessoas negras, achavam que sem a força do chicote a força de trabalho negra não seria produtiva. Havia também a concepção, criada a partir das rebeliões e fugas em massa efetivadas pelos escravizados, principalmente a partir da metade da década de 1880, de que com o fim da escravidão as pessoas negras abandonariam as fazendas e não iriam trabalhar para os brancos, devido ao ódio por terem sido exploradas durante a escravização. Os preconceitos contra a força de trabalho negra tornaram-se tangíveis a partir da desaprovação da proposta de vinda de imigrantes negros para o Brasil, conforme constatado na pesquisa realizada pela Sociedade Nacional de Agricultura, junto aos seus membros, 32 anos após a abolição, em que: 44 afirmaram ser contra porque havia um ódio no coração do negro contra o branco; 25 alegaram que o negro era um mau trabalhador; 19 apontaram ser contrários à proposta pelo fato de as pessoas negras serem inferiores intelectualmente e possuírem uma índole voltada para o crime, para a bebida e para a indolência (MOURA, 2020, p. 111).

A solução encontrada pelos fazendeiros e políticos seria a imigração massiva de europeus, vistos como a força de trabalho dotada dos atributos necessários para o progresso do país e para a realização das atividades de trabalho, nas unidades produtivas, dentro das exigências de um trabalho livre, por serem inteligentes, ordeiros e disciplinados, ao contrário do que era dito sobre as pessoas negras. No entanto, para os cafeicultores, esse processo deveria se dar com as passagens sendo subvencionadas pelos recursos financeiros do governo de São Paulo. Não bastava, portanto, a vinda de uma força de trabalho dita como produtiva e ordeira, esse processo também teria que se dar dentro do menor custo possível para esses fazendeiros, para gerar o maior lucro possível. Por sinal, os benefícios da vinda dos imigrantes não se reduziam ao pagamento das passagens feitas pelo estado de São Paulo. Como se dava preferência para contratação de imigrantes que possuíam famílias, os fazendeiros acabavam tendo ao seu dispor a força de trabalho da esposa e dos filhos dos imigrantes. Moura (2020) também destaca que a entrada massiva de imigrantes, saltando de 525.086, entre 1881 e 1890, para 1.129.315, entre 1891 e 1900, com 50% indo trabalhar no Oeste Paulista, permitiu aos cafeicultores rebaixarem o salário dessa força de trabalho ou estabelecerem com eles acordos mais favoráveis, uma vez que a quantidade de mão de obra imigrante foi bem acima de suas demandas (MOURA, 2020). Em síntese, assentando seu discurso no racismo contra a força de trabalho negra, os cafeicultores do Oeste Paulista, além de fazendeiros de outras regiões, viam no imigrante europeu a forma de obter uma mão de obra produtiva, ordeira e disciplinada, mas também barata e que poderia ser amplamente explorada.

Não obstante, os interesses capitalistas com a vinda de imigrantes, centrados na questão da força de trabalho, não se restringiram ao processo de acumulação de capital da burguesia cafeeira. Toda uma cadeia de negócios, envolvendo agências de imigração no Brasil e no exterior, companhias de transporte fluvial e ferroviário, empresas de alimentação e venda de instrumentos de trabalho, entre outras, viu seus lucros crescerem através da vinda massiva de imigrantes (MOURA, 2020). A burguesia industrial também se beneficiou com a entrada massiva de imigrantes com destino às áreas rurais. Como muitos imigrantes se desencantavam com o trabalho nas fazendas, migravam para as cidades em busca de uma melhoria em suas vidas. Porém, como muitos eram desprovidos de condições para sobreviverem por conta própria, acabavam servindo como força de trabalho no setor industrial, sendo submetidos às péssimas condições de salário e de trabalho.

Essa predominância da força de trabalho imigrante, nos mais diferentes campos de trabalho, não pode ser interpretada como um alijamento total das pessoas negras do mercado de trabalho capitalista. O processo de imigração não se deu de forma homogênea em todo o território nacional e nem nos seus principais centros econômicos, se concentrando na região Sul e Sudeste, sobretudo nos estados de São Paulo, Rio Grande do

Sul, Paraná e Santa Catarina, fazendo com que a mão de obra negra fosse utilizada em diversos lugares. Por exemplo, Monsma (2016) aponta que em estados como Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais, havia uma larga utilização da força de trabalho negra nas fazendas. O fato de a cidade do Rio de Janeiro, como aponta Fausto (2009), ter 39% da força de trabalho nas indústrias sendo formada por imigrantes demonstra o quanto os trabalhadores nacionais formavam a maioria do operariado fluminense, o que nos leva a supor que havia a presença negra no operariado na então capital do país. Mesmo num estado como São Paulo, com a força de trabalho imigrante sendo a maioria empregada nos cafezais e nas indústrias, estudos realizados por Monsma (2016), Domingues (2016) e Costa (2015), entre outros pesquisadores e pesquisadoras, sustentam a presença da força de trabalho negra nas fazendas de café e no setor industrial. "Importa realçar que a formação da classe trabalhadora em São Paulo foi complexa, interseccional, dialógica e plural, não sendo desprezível a presença negra nesse processo" (DOMINGUES, 2016, p. 53). Por mais que esses exemplos possam parecer contraditórios, frente à alegação racista sobre a força de trabalho negra, sob a lógica do capital podemos elucidar esse fato.

Nos locais desprovidos da oferta de força de trabalho imigrante ou providos num número reduzido frente aos principais locais onde essa mão de obra foi alocada, a força de trabalho negra não podia ser prescindida, junto com outros trabalhadores nacionais, como produtora de mercadoria e de mais-valia. Todavia, essa necessidade do capital não se reproduzia em melhores condições de trabalho e salário para as pessoas negras, nem mesmo na não existência de barreiras raciais nos locais de trabalho. Nas indústrias, negros e negras formavam parte do operariado, mas dificilmente conseguiam alçar os cargos maiores ou ser alocados no setor administrativo (COSTA, 2015). Nos locais providos por uma grande quantidade de imigrantes, a presença negra surgia como um exército de reserva ampliando as condições, junto à grande oferta de imigrantes, para a burguesia rebaixar o valor do salário dos trabalhadores no campo e nas cidades. Além disso, a burguesia paulista, detentora de indústrias e outras atividades urbanas, fazia uso da contratação de força de trabalho negra como instrumento para furar as greves desencadeadas por imigrantes. Nesses momentos, manter a produção e as taxas de lucros, combatendo os grevistas, suplantava qualquer representatividade negativa sobre o uso da força de trabalho negra.

Agora, independentemente do local ser servido ou não com uma grande presença de mão de obra imigrante, a força de trabalho negra sempre esteve presente em atividades que requisitassem muita força física, trabalhos subalternizados e no trabalho doméstico. Sobre esse último destaca-se o papel da mulher negra. Desde o fim da abolição, o trabalho doméstico tornou-se a principal forma de inserção da mulher negra no mercado de trabalho, tendo mais facilidade de achar emprego do que muitos homens negros. Inclusive, entre os estereótipos construídos e difundidos sobre as pessoas negras, havia a concepção de que os homens negros eram refratários a trabalhar porque viviam dos recursos financeiros do trabalho de suas esposas negras. Mas esse maior acesso das mulheres negras a cargos de trabalho doméstico não significava ter acesso a um bom emprego. Vigorava nessa relação de trabalho a imposição da exploração no local de trabalho e os baixos salários. Somado a isso, em muitas casas essas mulheres sofriam com o assédio sexual dos patrões e de seus filhos.

O racismo presente nessa conjuntura também favorecia o capitalismo brasileiro, ao deslocar para a questão racial a explicação para a precária situação socioeconômica da maioria da população negra, excluindo as contradições do capitalismo nesse processo. Mesmo com os brancos pobres (imigrantes ou nacionais) beneficiando-se das teses racialistas, acabavam sendo atingidos pelo predomínio dessa visão de mundo. A centralidade da raça, alinhada ao liberalismo excludente da época, acabava ensejando que a superação da pobreza seria alcançada com o esforço individual, não sendo necessário o Estado estabelecer políticas públicas voltadas para a solução do problema social, nem para as pessoas brancas pobres. Com isso, a questão racial engendrava as condições político-ideológicas ideais para a burguesia brasileira ampliar e manter a sua privatização do Estado, com a maioria das políticas públicas e do fundo público sendo direcionado para os seus interesses.

Mesmo nas mentes de muitas das vítimas do racismo houve a penetração da ideia de que as precárias condições socioeconômicas de suas vidas não estariam ligadas à base econômica da sociedade e sim ao fato de serem negras. Esse processo de inferiorização se materializou, em termos subjetivos e objetivos, na adoção por parte de muitas pessoas negras do branqueamento biológico, do branqueamento estético e do branqueamento cultural, como forma de suplantarem as barreiras raciais e se inserirem, em melhores condições, na sociedade competitiva brasileira (MOURA, 2020; DOMINGUES, 2003; FERNANDES, 2008; IANNI, 2004). Esse movimento foi reproduzido por muitas pessoas negras como forma de entender e atuar sobre a realidade concreta ao longo de todo o século XX, em certo sentido ainda estando presente em nossos dias. Nesse caso,

o branqueamento deve ser entendido tanto em termos de seu impacto sobre a psique das pessoas negras quanto em termos de uma barreira subjetiva à formação de uma visão histórico-crítica contra o racismo e contra as opressões do capitalismo sobre as pessoas negras.

No Terceiro Projeto de Identidade Nacional, iniciado a partir da década de 1930, houve uma mudança substancial na questão racial, em contraposição às bases do Segundo Projeto de Identidade Nacional, com a valorização da mestiçagem como característica do povo brasileiro e a população negra sendo alçada a elemento fundamental da composição do povo brasileiro, junto com os indígenas e o branco europeu. Mas isso não significou o término do racismo nas relações sociais. Ao contrário, continuou como força social e sendo mais difícil de ser combatido, devido a um componente central desse novo Projeto de Identidade Nacional: o mito da democracia racial (FERNANDES, 2008; MOURA, 2020; GUIMARÃES, 2021; MUNANGA, 2017).

O mito da democracia, presente no Terceiro Projeto de Identidade Nacional, deriva do pensamento de Gilberto Freyre sobre as relações raciais no Brasil, a partir de sua obra *Casa-Grande & Senzala*. Nessa obra, lançada em 1933, Gilberto Freyre, partindo de uma abordagem culturalista, estabeleceu uma análise sobre a escravização na região nordestina, sustentando que não houve no Brasil uma escravização marcada pelo grau de violência presente em outros países, como no caso dos Estados Unidos. Na opinião desse intelectual, isso favoreceu o estabelecimento de relações raciais, após o fim da escravização, sem a presença de uma forte discriminação racial ou de práticas raciais segregacionistas, prevalecendo uma relação *harmoniosa* entre as raças na sociedade brasileira. Sob esse ponto de vista, não haveria no Brasil barreiras raciais que inviabilizassem a realização da população negra na sociedade brasileira, com a precária situação socioeconômica dessa parcela da população sendo decorrente de sua situação de classe (no sentido weberiano), cabendo ao povo negro trabalhar com afinco para suplantar as adversidades presentes na sua realidade concreta.

O mito da democracia racial, a ideologia do branqueamento[1] e a manutenção de todo o conjunto de estereótipos sobre os aspectos intelectuais e morais sobre a população negra que vinha desde o período colonial, modernizados através do determinismo racial, tornaram-se a base da ideologia racial brasileira no transcorrer de boa parte do século XX. Essa conjunção, gerou um aspecto singular ao racismo no Brasil, denominado por muitos de racismo à brasileira. Diferente do existente em países cujo racismo se materializa por meio de práticas assumidamente como sendo de preconceito e de discriminação racial, seja através de leis de segregação racial seja sem uso desse tipo de legislação, no racismo à brasileira não se assume a existência do racismo na sociedade brasileira. O Estado, as instituições, as pessoas que praticam a discriminação (consciente ou inconscientemente) e até mesmo muitas das vítimas do racismo não reconhecem a existência do racismo, o privilégio que gera para as pessoas brancas e a exploração e a exclusão sobre as pessoas negras. Mais ainda, as atitudes racistas são entendidas, em muitos casos, como simples brincadeiras ou deslises sem intensão de ofender ou excluir. Como Munanga (2017) definiu "[Eu] Resumiria o racismo brasileiro como difuso, sutil, evasivo, camuflado, silenciado, em suas expressões e manifestações, porém eficiente em seus objetivos, e algumas pessoas talvez suponham que seja mais sofisticado e inteligente do que o de outros povos" (MUNANGA, 2017, p. 41). *Sofisticado* e *inteligente*, porque ao mesmo tempo em que atua como força de poder, gerando privilégios para as pessoas brancas e respondendo aos interesses das classes dominantes, dificulta a luta contra ele pela forma como penetra na mente das pessoas brancas e negras, transformando-se num "[...] 'crime perfeito', pois além de matar fisicamente, ele alija, pelo silêncio, a consciência tanto das vítimas quanto da sociedade como um todo, brancos e negros" (MUNANGA, 2017, p. 40).

A conjuntura econômica que marca o período do surgimento e desenvolvimento da ideologia racial brasileira tem como marco mudanças no capitalismo brasileiro, caracterizado pela expansão de núcleos urbanos e industriais, através do modelo desenvolvimentista. Em linhas gerais, do transcorrer da década de 1930 a meados da década de 1980, por um lado, houve a expansão das atividades econômicas, da oferta de empregos e da riqueza socialmente produzida, com o setor industrial passando a ser a fração de classe dominante no bloco do poder, por outro lado, houve o aprofundamento do País de forma subordinada no sistema capitalista mundial e a crescente desigualdade social, cuja aviltante concentração de renda tornou-se o aspecto mais

1 A partir da hegemonia da democracia racial, o projeto de branqueamento, nos moldes idealizados no Segundo Projeto de Identidade Nacional, foi perdendo substância e deixando de ser um projeto nacional no final da segunda metade do século XX. No entanto, enquanto ideologia, continuou pautando os aspectos estéticos, culturais e morais do grupo branco como o modelo social a ser seguido, inclusive junto a uma parcela substancial da população negra.

tangível desse processo capitalista. Nessa conjuntura, a ideologia racial brasileira, formulada a partir da década de 1930, serviu como importante componente superestrutural, confirmando o que Fanon (2019) alertou: para não se ater ao racismo como algo petrificado, mas como um elemento político-ideológico que se transforma para se adequar ao avanço das forças produtivas, das novas relações sociais e das contingências históricas, dentro dos interesses das classes dominantes.

Com certeza, nessa nova conjuntura, ampliou-se a presença das pessoas negras no mercado de trabalho. O expressivo refluxo da vinda de imigrantes, em relação à conjuntura anterior, a institucionalização da Lei de 2/3, em 1932, estipulando que nos estabelecimentos com mais de três funcionários, 2/3 do quantitativo de trabalhadores fossem de origem nacional, e a expressiva oferta de empregos, no setor industrial e comercial, com o projeto desenvolvimentista, possibilitou a maior entrada de pessoas negras no mercado de trabalho. Contudo, as práticas estruturais racistas presentes na dinâmica social, constituíam barreiras raciais privilegiando o grupo racial branco no mercado de trabalho. A barreira racial já se fazia presente no processo de seleção e contratação do corpo de funcionários, como nos anúncios de ofertas de emprego que vinham acompanhado da exigência de "boa aparência", ou seja, o padrão branco. Na maioria dos locais de trabalho, não era comum haver pessoas negras nos cargos de gerência, chefia e direção de empresas.

Mesmo que esses exemplos demonstrem o quanto o racismo criava privilégios para as pessoas brancas, também vinham ao encontro dos interesses capitalistas ao proporcionar a diminuição da tensão social entre o capital e o grupo racial branco e a penetração da visão de mundo mais afeita ao capital na subjetividade dessas pessoas, com o acesso dessas a um maior número de vagas no mercado de trabalho, as melhores vagas de emprego e uma maior ascensão funcional. O caso das empregadas domésticas, em sua maioria negras, também pode ser inserido nesse mesmo movimento. Para a família de classe média, em sua maioria branca, a contratação de empregada doméstica, além do serviço doméstico, representava ter as condições objetivas para a mulher trabalhar e aumentar o rendimento familiar. No entanto, nos marcos da exploração presente no capitalismo brasileiro, para facilitar a contratação de empregadas por parte dessas famílias, como um resquício da escravidão adaptado aos novos tempos, essas funcionárias eram contratadas sem terem direitos trabalhistas, recebendo baixos salários e, muitas, sofriam com as péssimas condições de trabalho. Só recentemente, em pleno século XXI, essa situação mudou com as empregadas domésticas passando a possuir direitos como qualquer trabalhador brasileiro.

Nessa nova conjuntura, a ideologia racial brasileira teve um papel fundamental em permear na tecitura social a cresça no esforço individual como caminho único para a superação dos problemas sociais e econômicas presentes na sociedade, a partir da questão racial. Como não há barreiras raciais para a realização do povo negro na sociedade brasileira, bastaria às pessoas negras se esforçarem e investirem no seu próprio capital humano para as dificuldades socioeconômicas dessa parcela da população serem suplantadas. Às assimetrias entre brancos e negros, dentro dos mais distintos índices econômicos e sociais, paradoxalmente eram interpretados de formas distintas, mas tendo em comum a exclusão das contradições do capitalismo brasileiro como responsáveis por esse processo. De um lado, eram vistas não como resultado de uma opressão de raça, mas como falta de empenho das pessoas negras no campo dos estudos e no campo do trabalho, para darem um salto qualitativo em suas vidas. De outro, reforçava os estigmas presentes na dinâmica social sobre a população negra como sendo resultado do fato de serem negras. O caso das favelas, como citou Ianni (2004), é emblemático nessa forma de perceber a realidade concreta do povo negro inserido, sob a ótica da ideologia racial brasileira. Esses territórios são vistos por muitos como a comprovação da população negra possuir atributos intelectuais e morais inferiores, excluindo a formação das favelas como resultado da expansão urbana desordenada, do descaso do poder público e da exploração e exclusão sobre os mais pobres, decorrentes das contradições do capitalismo brasileiro. Muitos moradores das favelas, quando despossuídos de uma consciência histórico-crítica sobre sua realidade social, acabam incorporando o sentimento de inferioridade e culpabilidade pela realidade em que vivem, achando que somente podem exercer papéis sociais subalternizados na sociedade, suprimindo desejos de um futuro melhor.

Nessa mesma linha, temos o quanto o racismo obceca, na mentalidade de negros e brancos, a compreensão sobre as contradições do capitalismo, ao engendrar nas relações sociais como ser *natural* a maioria da população negra trabalhar em profissões caracterizadas pela pouca qualificação técnica e baixa escolaridade; não haver um grande número de médicos, dentistas, arquitetos, professores universitários, juízes, promotores e engenheiros negros; e o fato da maioria das empregadas domésticas, dos porteiros, dos serventes, dos pedreiros,

dos moradores das favelas e da população carcerária ser composta por negros ou negras. Fazendo uso de uma expressão de Almeida (2018), uma das principais funcionalidades do racismo para o sistema capitalista brasileiro seria "[...] que a desigualdade social seja naturalmente atribuída à identidade racial dos indivíduos ou, de outro modo, que a sociedade se torne indiferente ao modo com que determinados grupos sociais detêm privilégios" (ALMEIDA, 2018, p. 57).

O caso dos brancos pobres também acaba sendo inserido nesse tipo de explicação. Afinal, num país marcado pela *harmonia* racial e sem grandes conflitos sociais, também cabe aos brancos pobres o caminho do trabalho árduo e ordeiro para ascender em termos sociais e econômicos, como os brancos de classe média conseguiram. A penetração dessa visão de mundo na mentalidade das pessoas brancas torna-se importante para o capitalismo brasileiro, porque apesar do racismo estrutural presente no País privilegiar as pessoas brancas, o grau de exploração no capitalismo brasileiro também atinge a maioria das pessoas brancas. Por mais que as pessoas negras sofram mais no capitalismo brasileiro do que as pessoas brancas, entre esses a quantidade de brancos pobres é superior aos situados na classe média. Ou seja, em ambos os casos, a questão racial emerge para gerar entraves para o entendimento das questões sociais e econômicas, que se abatem sobre negros e brancos, dificultando a constituição de uma consciência crítica sobre o quanto a ordem capitalista brasileira é excludente.

A ideologia racial brasileira, através do mito da democracia racial, engendra mais dois aspectos importantes, a partir da questão racial, para a classe dominante e a ordem capitalista brasileira. Na esteira da conformação do Brasil caracterizado como o país onde reina uma *harmonia racial*, forja-se o mito fundador do povo brasileiro como sendo pacífico, ordeiro, trabalhador e refratário a qualquer ideologia ou movimento contrário a esses valores definidores da nação brasileira. Tal concepção foi amplamente utilizada por setores conservadores e reacionários para se contrapor a movimentos contrários à ordem capitalista reinante, mesmo no sentido reformista, ou das tensões sociais imanentes desse sistema. Questões como racismo, comunismo, reforma agrária, movimento de trabalhadores e movimentos sociais contestatórios à ordem vigente se notabilizaram por serem considerados contrários a índole do povo brasileiro, devendo ser reprimido pelo Estado, de acordo com as teses conservadoras e reacionárias.

Considerações finais

Ao longo desse artigo busquei demonstrar o quanto o racismo se transforma em força social e numa das estruturas da sociedade brasileira, devido à sua inserção no percurso do capitalismo brasileiro. Como elemento superestrutural, o racismo manteve uma relação orgânica com a base econômica da sociedade, beneficiando a burguesia em termos de força de trabalho, da privatização do Estado e da *naturalização* das situações de exclusão social e da abissal desigualdade social existente no País. Fortalecendo a visão de mundo calcado nos princípios capitalistas como a única forma de realização dos indivíduos na sociedade brasileira.

Nesse movimento, o preconceito e a discriminação contra a população negra, reinantes no período da escravização, foram adequados às novas demandas dos setores capitalistas, através da teoria do determinismo racial e da teoria do branqueamento, no pós-abolição e no transcorrer da Primeira República. A partir de 1930, o racismo sofre uma nova metamorfose, mais adequada ao avanço das forças produtivas e das correlações de forças presentes na dinâmica social, através do uso do mito da democracia racial, da ideologia do branqueamento e da manutenção de práticas estruturais racistas na realidade brasileira. Em suma, a luta contra o racismo e a luta pela emancipação da população negra, assim como a construção da luta pela emancipação de todo povo brasileiro, passa pelo entendimento de que o racismo se torna uma força social e um dos elementos estruturais da sociedade brasileira, por ser um dos fatores para o domínio e a exploração capitalista.

Referências

ALMEIDA, S. O que é racismo estrutural. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

COSTA, E. V. Brasil: história, textos e contextos. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

CRUZ, J. V.; BITTENCOURT, J. A. Manuel Bomfim e a América Latina: a dialética entre o passado e presente. Aracaju: Editora Diário Oficial, 2010.

DOMINGUES, P. Protagonismo Negro em São Paulo. São Paulo: Edições Sesc, 2016.

DOMINGUES, P. Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição. São Paulo: Senac, 2003.

FANON, F. Pele negra, máscara branca. Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON, F. Racismo e cultura. *In*: MANUEL, J.; FAZZIO, G. L. (org.). Revolução Africana: uma antologia do pensamento marxista. São Paulo: Autonomia Literária, 2019. p. 65-79.

FAUSTO, B. História do Brasil. 13 ed. São Paulo: Edusp, 2009.

FERNANDES, F. A integração do negro na sociedade de classes: ensaio e interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008. v. 1.

FRASER, N. O velho está morrendo e o novo não pode nascer. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

GUIMARÃES, A. S. Modernidades negras: a formação racial brasileira (1930-1970). São Paulo: Editora 34, 2021.

HELLER, A. O cotidiano e a História. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

IANNI, O. Raças e classes sociais no Brasil. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto Comunista. São Paulo: Boitempo, 1998.

MARX, K. Contribuição à Crítica da Economia Política. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MONSMA, K. A Reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes o oeste paulista, 1880-1914. São Carlos: EdUFSCar, 2016.

MOURA, C. Sociologia do Negro Brasileiro. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2020.

MUNANGA, K. As Ambiguidades do Racismo à Brasileira. *In*: KON, N. M.; SILVA, M. L.; ABUD, C. C. (org.). O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise. São Paulo: Perspectiva, 2017. p. 71-90.

MUNANGA, K. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999.

SCHWARCZ, L. M. O espetáculo das raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil (1870-1930). 6. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

WALLERSTEIN, I. As tensões ideológicas do capitalismo: universalismo versus racismo e sexismo. *In*: BALIBAR, É; WALLERSTEIN, I. Raça, nação, classe: as identidades ambíguas. São Paulo: Boitempo, 2021. p. 63-74.

WOOD, E. M. Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2006.

Mário Luiz de Souza
maraols@uol.com.br
Doutorado em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF).
Professor do Mestrado em Relações Étnico-Raciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ).

CEFET-RJ
Avenida Maracanã, número 229, bairro Maracanã
Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil
CEP: 20271-110

Agradecimentos
Não se aplica.
Agência financiadora
Não se aplica.
Contribuições das autoras
Não se aplica.
Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação
Não se aplica.
Consentimento para publicação
Consentimento do autor.
Conflito de interesse
Não se aplica.

 DOI: https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e84641

ESPAÇO TEMÁTICO: SERVIÇO SOCIAL, RACISMO E CLASSES SOCIAIS

A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural

Leonardo Dias Alves [1]
https://orcid.org/0000-0002-9702-0029

[1] Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural

Resumo: Este artigo situa a divisão racial do trabalho no capitalismo como uma categoria fundamental para analisar o racismo estrutural no mercado de trabalho assalariado. Assim, o presente artigo, com o objetivo de analisar a sedimentação da divisão racial do trabalho na formação social brasileira, parte da compreensão de que os elementos do complexo escravismo — modo de produção, escravizado e trabalho — são bases da formação do capitalismo e do racismo desenvolvidos no Brasil. A partir de pesquisa bibliográfica, documental e banco de dados, utilizando o método materialista histórico-dialético, aborda como o racismo, enquanto elemento estrutural, é um indicador de discriminação e desigualdade na constituição do mercado de trabalho brasileiro. Esse conjunto de determinantes históricos contribuiu para a sedimentação da divisão racial do trabalho. Os efeitos nocivos dessa realidade para a vida da população negra são expressos nas mais variadas formas de discriminação, violência, desemprego, inserção em ocupações laborais precárias e pobreza.

Palavras-chave: Escravismo; Racismo; Relações raciais; Realidade brasileira; Trabalho.

The racial division of labor as an ordering of structural racism

Abstract: This article situates the racial division of labor in capitalism as a fundamental category for analyzing structural racism in the wage labor market. Thus, the present article, with the objective of analyzing the sedimentation of the racial division of labor in the Brazilian social formation, starts from the understanding that the elements of complex slavery -- mode of production, enslaved and labor -- are the bases of the formation of capitalism and of the racism developed in Brazil. Based on bibliographic, documental and database research, using the historical-dialectical materialist method, it approaches how racism, as a structural element, is an indicator of discrimination and inequality in the constitution of the Brazilian labor market. This set of historical determinants has contributed to the sedimentation of the racial division of labor. The harmful effects of this reality for the life of the black population are expressed in the most varied forms of discrimination, violence, unemployment, insertion in precarious labor occupations, and poverty.

Keywords: Slavery; Racism; Race relations; Brazilian reality; Labor.

Recebido em 08.11.2021. Aprovado em 16.12.2021. Revisado em 21.02.2022.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

A partir da realidade brasileira busca-se investigar como a presença do racismo no mercado de trabalho vem sedimentando uma divisão racial do trabalho, como um ordenamento do racismo estrutural cuja finalidade é estabelecer as condições necessárias para a exclusão e marginalização das(os) trabalhadoras(res) negras(os) do mercado de trabalho assalariado, assim como determinar as condições materiais para a população negra ser inserida de forma precária em postos de trabalho informais ou com salários insuficientes para a reprodução da vida.

O racismo é decorrente da estrutura social — que é constituída por inúmeros conflitos, como de classes, raciais, sexuais, dentre outros — e se apresenta como um modo *normal* da constituição das relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares (ALMEIDA, 2018). O racismo deve ser compreendido como uma questão estrutural e a ausência da reflexão crítica sobre o racismo estrutural tem bloqueado os avanços mais profundos e radicais no enfrentamento ao racismo no Brasil (OLIVEIRA, 2016) e na identificação da divisão racial do trabalho como um problema estrutural no País.

Essa compreensão deve ser voltada para o movimento do real, ou seja, como o racismo se expressa na sociedade capitalista para captar, na atualidade, as possibilidades, os limites, as tendências e as contradições que podem servir de fundamentação teórica para identificar a divisão racial do trabalho no Brasil.

Este artigo utiliza o método materialista histórico-dialético. De acordo com Almeida (2018), por ser uma relação social, o racismo não escapa das lentes marxistas. O marxismo permite ter uma compreensão científica da questão racial e, portanto, da divisão racial do trabalho no Brasil.

O artigo está organizado em três partes: a primeira apresenta uma breve contextualização histórica do escravismo moderno, com apontamentos sobre o modo de produção escravista, a transformação de seres humanos em escravizados e as principais contradições desse período; a segunda parte indica como a divisão racial do trabalho se constituiu no período pós-emancipação do trabalho escravo e como a população negra foi inserida no mercado de trabalho; a terceira apresenta uma análise contemporânea sobre as principais ocupações trabalhistas da população negra. Em síntese, o presente artigo, a partir de uma abordagem qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica, documental e acesso a banco de dados sobre as relações raciais no Brasil, busca apresentar elementos constitutivos e constituintes sobre a divisão racial do trabalho forjada nas particularidades do capitalismo que determinam a realidade brasileira.

Apontamentos históricos para compreender a inserção da trabalhadora e do trabalhador negro na divisão racial do trabalho no Brasil

A divisão racial do trabalho é uma categoria fundamental para analisar o racismo estrutural no mercado de trabalho assalariado. Porém, para analisar a divisão racial do trabalho, como uma categoria de análise da atualidade, é importante compreender o seu processo histórico. Esse esforço teórico requer uma análise crítica da complexa dinâmica do escravismo moderno e do processo de transformação de seres humanos em sujeitos escravizados.

Costa (2017) afirma que o passado colonial e escravista brasileiro deita raízes profundas na formação social brasileira. Para o autor, esse passado "[...] faz parte da configuração do nosso capitalismo dependente e alimenta a divisão racial do trabalho e o racismo como forma de dominação política das camadas populares e das classes trabalhadoras" (COSTA, 2017, p. 10).

Não se trata de buscar as heranças da escravidão, mas de se aproximar da historiografia social do trabalho, com o objetivo de compreender como o racismo emergiu no mundo do trabalho. A compreensão da estrutura do escravismo moderno e a sua forma específica de determinar os sujeitos escravizados, a partir da racialização das pessoas traficadas do continente africano, serve como fundamentação teórica para localizar o racismo e os problemas derivados dele no processo histórico de desenvolvimento do Brasil.

O escravismo que se desenvolveu no Brasil tinha singularidades e particularidades específicas. A gênese da estruturação do racismo no Brasil, fundamentalmente, está vinculada ao modo de produção escravista que produziu a vida material por meio da exploração da força de trabalho dos sujeitos escravizados. Demonstra-se que aqui no Brasil as relações raciais surgiram a partir da inserção de pessoas traficadas de outro continente no

trabalho escravo, determinadas pela exploração compulsória da força de trabalho por intermédio da racialização que inferiorizava os sujeitos traficados.

A temática da escravidão é uma categoria essencial para analisar a formação histórica, social, econômica, política e racial do Brasil e os seus desdobramentos nas relações sociais. Moura (2020a, p. 13) afirma que "o escravismo no Brasil tem particularidades substantivas em relação aos demais países ou regiões da América". A análise crítica das contradições do escravismo possibilita compreender a unidade matriz do modo de produção escravista, ou seja, o sujeito escravizado. Dessa forma, o sujeito escravizado era, ao mesmo tempo, trabalhador, instrumento de produção de mercadorias e mercadoria. Portanto, esse é o nó inicial para analisar a divisão racial do trabalho no Brasil, não como uma questão anacrônica, mas como uma fundamentação histórica de um problema atual.

A complexidade do escravismo moderno determinou a relação entre as classes fundamentais desse período — escravizados e escravagistas. Moura (2020) afirma que essa relação não foi resultado de choques culturais, mas que os antagonismos sociais, econômicos e raciais que emergiram nesse período foram, fundamentalmente, decorrentes das posições estruturais e do dinamismo dessas duas classes no espaço social.

O escravismo nas Américas foi elaborado enquanto uma nova categoria social[1], porém é preciso explicitar que "a escravidão é uma categoria social que, por si mesma, não indica um modo de produção" (GORENDER, 2016, p. 89). Destaca-se, de acordo com Gorender (2016a), que como escravidão doméstica, a função do escravismo é improdutiva, e essa foi a forma que o escravismo antigo emergiu em vários povos. No entanto, o autor sinaliza que quando a escravidão se manifesta como um tipo fundamental e estável de relações de produção, pode elaborar dois modos de produção distintos: o escravismo patriarcal com uma economia predominantemente natural; e o escravismo colonial (mercantil) que é orientado pela lógica de produção de bens comercializáveis, como é o caso do modo de produção escravista que se desenvolveu nas Américas.

De acordo com Moura (2014, 2020) e Gorender (2016) o modo de produção escravista brasileiro se estruturou como uma unidade econômica que só poderia existir com e para o mercado mundial, e esse mercado dinamizou todo o processo de compra e venda de mercadorias produzidas por meio da exploração da força de trabalho da(o) escravizada(o). Ao mesmo tempo, era no mercado mundial que eram vendidos e comprados sujeitos escravizados, por intermédio do tráfico negreiro, contribuindo com o processo de acumulação primitiva[2] de capital sob a existência indispensável do modo de produção escravista.

No modo de produção escravista a(o) escravizada(o) tinha a particularidade de ser "[...] a mercadoria que produzia mercadoria, a coisa que se movia, o homem alienado de qualquer direito humano" (MOURA, 2014, p. 44). O trabalhador-mercadoria foi inserido numa relação de produção extremamente alienante e com instrumentos violentos para impulsionar a sua produtividade, como também dominar e condicionar a sua vida cotidiana ao cativeiro e ao trabalho forçado.

Gorender (2016a, p. 107) aponta que as(os) escravizadas(os) enquanto uma das classes fundamentais do escravismo, na condição de trabalhadores-mercadorias, se apresentam em três pontos: "[...] a) é propriedade privada de outro indivíduo; b) trabalha sob coação física extraeconômica; c) todo o produto do seu trabalho pertence ao senhor". Essas são as características sociorraciais que levaram a população negra à condição de trabalhador-mercadoria, ao serem subordinados ao modo de produção escravista como sujeitos escravizados.

A força de trabalho das(os) escravizadas(os) foi empregada em diversos postos de trabalho e espaços ocupacionais. Como exemplo, pode-se mencionar a inserção no extrativo, na mineração, nos trabalhos domésticos nas cidades urbanas e nas casas-grandes, como escravos de ganho nos centros urbanos, dentre outros tipos de trabalho. Em linhas gerais, o trabalho escravista é um componente fundamental da história social do trabalho no Brasil.

A utilização da força de trabalho das/os escravizados no modo de produção escravista remete às raízes da divisão racial do trabalho no Brasil. A superação do modo de produção escravista e a transição do trabalhador escravizado para o trabalhador livre se materializaram em uma sociedade em que o racismo[3] se tornou um elemento estruturante das divisões de classes, possibilitando a marginalização e a exclusão da população negra do mercado de trabalho assalariado e a inclusão em postos de trabalho de subsistência e informais.

Esses aportes teóricos oferecem subsídios para compreender que a gênese da divisão racial do trabalho se encontra no período escravista, mas o seu desenvolvimento encontra-se no período pós-abolição do escravismo e na consolidação do mercado de trabalho assalariado no Brasil. Portanto, carece de uma análise

aprofundada para localizar a importância da divisão racial do trabalho para a formação e desenvolvimento do tipo de capitalismo em que o Brasil se inscreve.

Divisão racial do trabalho no mercado de trabalho assalariado no Brasil pós-emancipação do regime de trabalho escravista

A abolição do escravismo moderno expressou o fim do regime de trabalho escravista, mas não eliminou as dominações, explorações, opressões e violências pautadas em determinantes raciais. Os diversos níveis de problemas enfrentados pela população negra na reestruturação da sociedade brasileira consequente à abolição são de caráter estrutural e precisam ser analisados de forma crítica.

Quando a abolição do escravismo moderno aconteceu em 1888, no Brasil já existia iluminação a gás, cabo submarino, estrada de ferro que transportava para Santos o café produzido pelos escravizados e transporte coletivo (bondes) com tração animal (MOURA, 2014). Destaca-se que o escravismo moderno no Brasil, desde meados de 1850, quando o tráfico negreiro foi proibido e gerou um colapso no modo de produção escravista, tornou-se um anacronismo traumatizante. Moura (2014, p. 48-49) afirma que "em pleno apogeu do capitalismo industrial, chegando-se já às primeiras manifestações do capitalismo monopolista, o modo de produção escravista no Brasil era um entrave estrangulador ao seu desenvolvimento".

Fernandes (2017, p. 30) compreende que a abolição foi um drama humano, pois "[...] largou a massa dos ex-escravos, dos libertos e dos ingênuos à própria sorte, como se eles fossem um simples bagaço do antigo sistema [...]". A abolição, na análise do autor, não expressou um processo revolucionário favorável à população negra, pelo contrário, tratou-se de uma "[...] revolução das elites, pelas elites e para as elites; no plano racial, de uma revolução do BRANCO para o BRANCO, ainda que se tenha de entender essa noção em sentido etnológico e sociológico" (FERNANDES, 2017, p. 30, grifo do autor).

A forma política que se deu a abolição no Brasil, de acordo com Theodoro (2008, p. 27), significou a exclusão da população negra das regiões e setores dinâmicos da economia, e a inclusão em postos de trabalho não assalariados. Segundo o autor, com o processo de imigração em massa, a população negra egressa do cativeiro (ou aquelas que foram libertas antes da Lei Áurea de 1888), foi obrigada a se juntar aos contingentes de "[...] trabalhadores nacionais livres que não têm oportunidades de trabalho senão nas regiões economicamente menos dinâmicas, na economia de subsistência das áreas rurais ou em atividades temporárias, fortunais, nas cidades" (THEODORO, 2008, p. 27).

Fica nítido que o processo de abolição do escravismo moderno não ocorreu como um projeto de emancipação da população negra, longe disso, culminou como um projeto do Estado de marginalizar a população negra nas franjas maltrapilhas do emergente mercado de trabalho assalariado brasileiro. Esse processo foi direcionado pela ideologia racista que foi manipulada e entrou "[...] como componente do pensamento elaborado pelas classes dominantes [...]" (MOURA, 2014, p. 42), contribuindo com a estruturação da divisão racial do trabalho brasileira.

O emergente mercado de trabalho assalariado no Brasil não absorveu a população liberta do cativeiro da escravidão, que era a base econômica do sistema escravista enquanto trabalhadores-mercadorias. A população negra foi inserida "[...] no setor de subsistência e em atividades mal remuneradas" (THEODORO, 2008, p. 25), ou seja, foi inserida predominantemente na informalidade.

O processo de abolição desencadeou uma série de problemas, sendo um deles a divisão racial do trabalho, que ganha fôlego, especialmente, no processo de compra e venda da força de trabalho, resultando na ausência de condições materiais para a população negra satisfazer as suas necessidades humanas básicas de reprodução da vida.

Gomes e Domingues (2013, p. 19) avaliam que desde o final do século XIX e a primeira metade do século XX, constituiu-se a ideologia de desracialização ou não racialização no Brasil. Segundo os autores, isso gerou uma contradição, pois alegava-se não haver raças no Brasil, e reforçava-se a ideia de uma igualdade e não diferenciação no país, ao mesmo tempo em que se produziam mecanismos de exclusão em termos raciais.

Nesses primeiros momentos, pode-se observar que um dos produtos da relação que foi estabelecida entre o racismo e o mercado de trabalho assalariado brasileiro foi a divisão racial do trabalho, que de forma engenhosa excluiu a população negra da formação da classe trabalhadora.

O racismo estrutural no emergente mercado de trabalho assalariado brasileiro determinou a constituição da divisão racial do trabalho, que se desenvolveu mediando a exclusão dessa população dos postos de trabalho formais, assim como também alocou essa população no desemprego e na desocupação, e aquelas(es) que eram inseridas(os) no mercado de trabalho assalariado ocupavam postos de trabalho de subsistência, precarizados, subalternizados, com baixa ou nenhuma remuneração.

É possível observar que existe uma questão em aberto nesse processo, que na análise de Gomes e Domingues (2013, p. 31) encontra-se no significado de classe social, "[...] ou o que pode constituir a razão de não se delinearem classes num processo de lutas de classes". Os autores afirmam que o processo histórico dos trabalhadores extrapola definições rígidas ou até mesmo pré-noções generalizantes. Nesse sentido, compreende-se que se a análise da classe trabalhadora se constituir no "sentido marxista clássico", ou seja, o operário de carteira assinada, braços cruzados e macacão, raramente conseguirá localizar a população negra nesse processo. Portanto, os autores afirmam que "[...] aqueles fenômenos coletivos que não são urbanos, industriais, nem galvanizados por multidões sindicalizadas podem ser, perfeitamente, fenômenos da história operária".

É necessário que se aborde a classe trabalhadora brasileira para além da excludente perspectiva "[...] branca, fabril, de ascendência europeia, masculina e urbana" (GOMES; DOMINGUES, 2013, p. 25). Entender a população negra como classe trabalhadora é compreender que ela compõe a luta de classes, e a sua luta foi travada dentro da divisão racial do trabalho. Dessa forma, a população negra, para sobreviver na sociedade capitalista, dependeu da sua inserção no mercado de trabalho assalariado, já que o trabalho assalariado é central na divisão social e técnica do trabalho no modo de produção capitalista.

O ponto alto do aprofundamento da divisão racial do trabalho no Brasil foi a política de imigração[4], pois "o desenvolvimento do modo de produção capitalista na Europa resultou no crescimento de seu contingente populacional" (SANTOS NETO, 2015, p. 176). Isso significou a formação do exército industrial de reserva europeu. O pensamento dominante desse período foi o de realocar da Europa o seu exército industrial de reserva para o resto do mundo na divisão internacional do trabalho. Desta forma, "[...] a população ativa europeia podia resolver o problema da necessidade de força de trabalho nas outras partes do mundo" (SANTOS NETO, 2015, p. 177), o que deu base sólida para constituir no processo histórico brasileiro a divisão racial do trabalho, por meio da visão racista de desqualificação das trabalhadoras e trabalhadores negros no novo regime de trabalho e no estágio de desenvolvimento da acumulação de capital.

O racismo passou a impulsionar a divisão racial do trabalho no mercado de trabalho assalariado brasileiro, por meio da segregação social e da barreira racial, que bloqueou trabalhadoras(os) negras(os) dos principais canais de mobilidade social ascendente. Os resultados foram "[...] graves desigualdades raciais e a concentração de negros [...] no extremo inferior da hierarquia social" (HASENBALG, 1979, p. 223). O racismo assumiu papel social, ideológico e político no mercado de trabalho brasileiro, e serviu para demarcar o lugar das(os) trabalhadoras(es) negras(os) na sociedade capitalista, sedimentando a divisão racial do trabalho no Brasil.

Martins (2012, p. 456) descreve que as(os) trabalhadoras(es) negras(os) foram profundamente bloqueados "[...] pela ideia de trabalho assalariado associado a uma força de trabalho estrangeira e branca". A autora destaca que ao imprimir a exploração como condição fundamental da lógica de acumulação capitalista, imprimiu-se também a prerrogativa da discriminação racial como insígnia do modo de produção baseado no trabalho assalariado.

De acordo com Carneiro (2011), o trabalho é uma condição necessária para a reprodução social, um direito de reprodução da vida, e a sua exclusão é a primeira negação da cidadania. Na lógica competitiva do mercado de trabalho assalariado brasileiro, a divisão racial do trabalho assumiu um importante papel: delimitar a absorção ou não da população negra nos postos de trabalho formais e assalariados, assim como garantiu as condições materiais para justificar a inserção da população negra em postos de trabalho precarizados e subalternizados e no desemprego.

Essa observação é necessária para não minimizar ou deslocar o racismo para o campo individual. Por isso, é importante apreender as determinações da divisão racial do trabalho a partir de uma perspectiva estrutural e estruturante, que se apresenta como fenômeno imbricado na trama da formação social brasileira e de desenvolvimento capitalista.

Racismo e mercado de trabalho assalariado brasileiros: apontamentos para analisar a divisão racial do trabalho na contemporaneidade do País

Como já mencionado, as relações sociorraciais e o racismo no Brasil têm a sua gênese no sistema escravista. A utilização da raça como referencial para a exploração compulsória da força de trabalho se configurou como um tipo de racismo e a sua metamorfose se iniciou no processo de abolição do escravismo moderno.

Oliveira (2017) pontua que a transição societária pelo alto resultou na formação de um Estado capitalista tendo por base: a concentração de renda e patrimônio; o racismo como elemento estruturante da divisão das classes sociais; a cidadania restrita; e a violência como práxis política central.

A cidadania restrita (OLIVEIRA, 2017) consiste na criação de uma tipificação de *cidadão* que não abrange toda a população, principalmente o segmento racialmente discriminado e marginalizado. Uma das características das ordens societárias capitalistas liberais é a transfiguração da desigualdade de classe da dimensão econômica para a igualdade jurídica, ou seja, "somos todos iguais perante a lei". Compreende-se que "[...] os direitos jurídicos são, então, estendidos a todos, vistos não como pertencentes a uma ou outra classe social, mas como *cidadãos* (OLIVEIRA, 2017, p. 50).

A cidadania é típica dos ordenamentos capitalistas liberais, mas como ressalta Moura (1977), a população negra nunca foi tratada como cidadã, pelo contrário, foi tratada como má cidadã, ou seja, como um cidadão incompleto, que deveria ser eliminado. Isso explica a lógica da cidadania restrita. A violência, ao se articular diretamente com esses elementos na sociedade capitalista, se apresenta como uma práxis política central e não uma prática episódica, os aparelhos repressivos do Estado agem como instrumentos que auxiliam na manutenção dessa forma de sociabilidade.

Pode-se constatar, de acordo com Menezes (2010), que a igualdade jurídico-formal, assegurada pela Constituição Federal de 1988, que ganhou corpo nas últimas décadas do século XX e permeou as duas primeiras décadas do século XXI, não tem dado conta de dirimir as profundas desigualdades sociais e raciais presentes no Brasil.

Para compreender a divisão racial do trabalho na atualidade, é necessário entender os desdobramentos da conjuntura a partir da década de 1960 para a população negra. Gonzalez (1982) afirma que o golpe militar de 1964 estabeleceu uma *nova ordem* na sociedade brasileira. Ocorreu o estabelecimento de mudanças na economia impulsionadas pela implementação da *pacificação* da sociedade civil, que se constituiu por meio da repressão violenta contra os setores populares e das suas representações políticas. Nesse momento houve a concretização do conhecido *milagre econômico*[5] brasileiro.

A entrada agressiva do capital estrangeiro no Brasil ampliou o seu parque industrial, o que resultou na desnacionalização ou desaparecimento das pequenas empresas (GONZALEZ, 1982). Esse processo reverberou de forma direta nas(os) trabalhadoras(es) negras(os), pois era justamente nas pequenas empresas "[...] que o trabalhador negro participava do mercado de trabalho industrial" (GONZALEZ, 1982, p. 12-13). Outro reflexo observado foi no campo, pois houve um processo de destruição das pequenas propriedades rurais para a continuação da expansão do grande empreendimento do latifúndio, ou seja, o capitalismo invadiu todos os setores da economia brasileira.

Essa ofensiva desencadeou grandes índices de desemprego no campo, e consequentemente provocou um fluxo migratório massivo para os grandes centros urbanos, ampliando as periferias das cidades. Gonzalez (1982) observou que a construção civil e a prestação de serviços, como os serviços de limpeza urbana, serviços domésticos, correios, segurança, transporte público urbano, dentre outros, se tornaram *grandes escoadouros* para a inserção das(os) trabalhadoras(es) negras(os), pois se tratava de ocupações que não exigiam qualificação educacional e profissional. Compreende-se que essa ofensiva do capital estrangeiro e a ditadura instaurada no Brasil contribuíram fortemente para aprofundar a divisão racial do trabalho contra a população negra.

Martins (2014) indica que desde 1964 é possível identificar um aprofundamento da associação da economia brasileira com o capital internacional — ressalta-se que o marco dessa associação é a década de 1950. É importante observar que nessa conjuntura "[...] concretiza-se a 'revolução burguesa', cujos traços oligárquicos, autárquicos e senhoriais da burguesia brasileira constituem a sua marca" (MARTINS, 2014, p. 119).

O aprofundamento da divisão racial do trabalho com essa marca, mencionada por Martins (2014), está associado ao desenvolvimento da primeira fase da "industrialização pesada", de 1956 até 1964, que possibilitou, de certa forma, uma maior inserção das(os) trabalhadoras(es) negras(os) no mercado de trabalho.

Essa inserção expressou 36% em 1950 e chegou em 62% na década de 1980. Essa observação da autora indica a materialização da divisão racial do trabalho, pois a "[...] absorção significativa da força de trabalho negra na indústria de transformação dinâmica (16,4%) e na indústria tradicional (13,4%) era predominantemente nas ocupações manuais e de menor nível de rendimento" (MARTINS, 2014, p. 119).

Observa-se que os vínculos empregatícios das(os) trabalhadoras(es) negras(os) é um forte indicativo da presença da divisão racial do trabalho no Brasil, pois a população negra estava inserida em ocupações irregulares, subalternizadas e precarizadas. Além disso, Martins (2014) também observa que nessa relação de vínculos empregatícios, verificou-se uma tendência às flutuações cíclicas e sazonais. Dessa forma, compete afirmar que o racismo, ao determinar a divisão racial do trabalho, ao longo dos processos de constituição e desenvolvimento do mercado de trabalho assalariado brasileiro, "[...] ao se articular às determinações da sociabilidade do capital, traz em si determinações contundentes, com consequências incisivas na vida da classe trabalhadora negra" (MARTINS, 2014, p. 121).

É importante observar, ao utilizar a divisão racial do trabalho como uma categoria de análise do racismo estrutural no mercado de trabalho assalariado brasileiro, a relação das bases que modelaram o sistema capitalista no Brasil com a superexploração do trabalho.

A superexploração do trabalho é uma forma específica de extração de mais-valia, a qual permite remunerar a força de trabalho abaixo de seu valor, violando estruturalmente o valor da força de trabalho. Isso significa que os salários no capitalismo dependente não dão conta (estruturalmente) de repor a força de trabalho com o mínimo para sua reprodução. Esse mecanismo surge como uma forma das burguesias locais compensarem suas perdas devido à inserção subordinada e dependente no mercado mundial, operada por meio das transferências de valor das economias dependentes para as imperialistas (MARINI, 2005), e é resultado do capitalismo dependente que se desenvolveu nos países latino-americanos. O Brasil está inserido nesse tipo específico de capitalismo *sui generis*, que também se baseia na forma *sui generis* de extração de mais-valia.

Moura (2020) explica que as particularidades do capitalismo dependente, que se desenvolveu no Brasil, foram desenhadas com raízes profundas no sistema escravista mercantil (principalmente no tipo de exploração do trabalho — sobretrabalho —, modo de produção e economia). A superexploração do trabalho no Brasil é uma metamorfose do sobretrabalho escravista. Por isso a relação visceral da superexploração do trabalho com o racismo, já que, de acordo com Almeida (2018, p. 135), "[...] o racismo normaliza a superexploração do trabalho [...]". Portanto, a superexploração do trabalho e o racismo condicionam as(os) trabalhadoras(es) negras(os) no desemprego, subemprego, precarização do trabalho, adoecimentos decorrentes do trabalho e da violência racista, assim como na pobreza.

A relação entre superexploração do trabalho e a divisão racial do trabalho fica evidente ao observar os dados apresentados pela "*Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*" do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O IBGE (2018) destaca que em 2017 a proporção populacional de brancos era de 45,8%, enquanto pretos e pardos (negros) era de 53,2%. Essa proporção é um dado importante, pois permite compreender a segmentação das ocupações laborais de acordo com o quesito raça/cor e esboça a divisão racial do trabalho na contemporaneidade do Brasil.

É importante salientar que a predominância do trabalho assalariado é o que fornece o índice do desenvolvimento das relações capitalistas em uma dada formação social (ALMEIDA, 2018), e por esse motivo é essencial considerar a divisão racial do trabalho como uma categoria de análise que possibilita localizar as ocupações trabalhistas da população negra.

As(os) trabalhadoras(es) negras(os) em 2017 ocuparam os trabalhos com os menores rendimentos médios[6] como, por exemplo: na Agropecuária (60,8%), na Construção civil (63,0%) e nos Serviços domésticos (65,9%). Por outro lado, as(os) trabalhadoras(es) brancas(os) ocuparam, em 51,7%, os trabalhos na educação, na saúde e nos serviços sociais (IBGE, 2018).

Martins (2012) compreende que a deterioração dos postos de trabalho repercute diretamente na classe trabalhadora racialmente discriminada. Nesse caso, o racismo exerce uma dupla função no mercado de trabalho: "[...] ao mesmo tempo, deixou a grande parcela de trabalhadores(as) negros(as) no exército dos(as) desocupados(as) e distanciou-a do mercado formal de trabalho" (MARTINS, 2014, p. 126). De acordo com o IBGE (2018), a taxa de desocupação, por nível de instrução, é maior entre as(os) negras(os)[7].

O IBGE (2018, p. 29) explica que "mesmo controlando pelo número de horas trabalhadas e pelo nível de instrução, a desigualdade nos rendimentos médios auferidos segundo cor ou raça se mantém significativa". Destaca-

se que as(os) trabalhadoras(es) brancas(os) recebiam um rendimento-hora superior às(aos) trabalhadoras(es) negras(os), isso em todos os níveis de escolaridade[8]. A diferenciação é mais expressiva no nível de instrução mais elevado, sendo o rendimento-hora das(os) trabalhadoras(es) brancas(os) de R$ 31,90 contra R$ 22,30 das(os) trabalhadoras(es) negras(os), o que significa 43,2% a mais para as(os) trabalhadoras(es) brancas(os).

A divisão racial do trabalho não é uma construção recente, e também não é estranha à forma social do Estado capitalista, mas parte constitutiva e constituinte das relações sociais e da formação dos indivíduos no decorrer do processo histórico. Por isso, é importante analisar as estruturas sociais marcadas por formas de opressão, exploração, dominação e segregação sob a ótica do racismo. Essa chave heurística permite apreender, para além das aparências e superficialidades, os fenômenos sociais que permeiam a vida em sociedade, como a violência, a educação, o trabalho e a pobreza. Relações sedimentadas pela inscrição do Brasil no modelo de superexploração do trabalho e da cidadania restrita, que normaliza e naturaliza a divisão racial do trabalho.

Cabe sublinhar que o fim do escravismo não encerrou as relações de exploração, opressão e dominação presentes na vida da população negra e da sociedade como um todo. A divisão racial do trabalho é um entrave para a realização da emancipação política da população negra no sentido de acesso a bens, riqueza socialmente produzida e aos direitos de cidadania. Cabe aprofundar as determinações econômicas e sociais de como o racismo estrutural sedimenta a divisão racial do trabalho no Brasil, para compreender a sua forma de ser e se materializar no mercado de trabalho, e como na contemporaneidade estabelece o processo de diferenciação entre as(os) trabalhadoras(es) negras(os) e as(os) trabalhadoras(es) brancas(os).

Considerações finais

A divisão racial do trabalho é uma categoria de análise do racismo estrutural no mercado de trabalho assalariado brasileiro, que possibilita explicar a diferenciação das oportunidades, das condições materiais, sociais e políticas que estruturam o cotidiano das(os) trabalhadoras(es) negras(os) no Brasil.

Como apontado anteriormente, a divisão racial do trabalho possui historicidade e materialidade, e faz parte da formação social do Brasil. As protoformas da divisão racial do trabalho encontram-se no modo de produção escravista, com a sujeição das(os) trabalhadoras(es) negras(os) ao trabalho escravista, pautado na exploração do sobretrabalho e na violência como instrumento de controle do trabalho. Porém, é importante indicar que o seu desenvolvimento pleno ocorreu com a propaganda da política de imigração e na radicalização do trabalho assalariado como fundamental para o modo de produção capitalista.

A divisão racial do trabalho não é um arranjo institucional provocado pelo racismo estrutural, mas uma forma de ser do racismo no mercado de trabalho, fornecendo uma filtragem racial na compra e venda da força de trabalho, e está diretamente ligada ao modo de produção capitalista. A divisão racial do trabalho penetrou profundamente na sociedade capitalista, alargando o pauperismo, com a racialização do desemprego e com os baixos salários, que refletem na educação, na saúde, nas políticas sociais, na economia, ou seja, em todas as esferas que compõem a vida material da população negra.

Portanto, entender o racismo estrutural no Brasil requer compreender as suas formas de ser e de se materializar na sociedade brasileira, considerando a divisão racial do trabalho como uma delas. Além disso, a divisão racial do trabalho carrega em si uma contradição que é a reatualização e modernização da desumanização pautada em determinantes raciais no mercado de trabalho assalariado, inserindo as(os) trabalhadoras(es) negras(os) em uma lógica produtiva desumanizadora e alienante, que impossibilita que esses tenham uma consciência social e racial da sua situação degradante no mercado de trabalho assalariado brasileiro.

Referências

ALMEIDA, S. L. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Letramento, 2018.

CARNEIRO, S. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011.

COSTA, D. V. A. Florestan Fernandes: luta de raça e de classes. In: FERNANDES, F. O significado do protesto negro. São Paulo: Expressão Popular; Perseu Abramo, 2017.

FERNANDES, F. O significado do protesto negro. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2017.

GOMES, F. S.; DOMINGUES, P. Da nitidez e invisibilidade: legados do pós-emancipação no Brasil. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

GONZALEZ, L. O movimento negro na última década. Lugar de Negro. *In*: GONZALEZ, L; HASENBALG, C. Lugar de Negro. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GORENDER, J. A escravidão reabilitada. São Paulo: Expressão Popular, 2016a.

GORENDER, J. O escravismo colonial. 6. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

HASENBALG, C. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

MARINI, R. M. A dialética da dependência. *In*: TRANSPADINI, R.; STEDILE, J. P. (org.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARTINS, T. C. Determinações do racismo no mercado de trabalho: implicações na "questão social" brasileira. Revista Temporalis, Brasília, ano 14, n. 28, 2014.

MARTINS, T. C. O negro no contexto das novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 111, set. 2012. https://doi.org/10.1590/S0101-66282012000300004.

MENEZES, F. C. Repensando a funcionalidade do racismo para o capitalismo no Brasil contemporâneo. Revista Liberta, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 9-72, 2010.

MOURA, C. Dialética Radical do Brasil Negro. 3. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

MOURA, C. O negro de bom escravo a mau cidadão? Rio de Janeiro: Conquista, 1977.

MOURA, C. Quilombos: resistência ao escravismo. São Paulo: Expressão Popular, 2020a.

MOURA, C. Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas. 5. ed. São Paulo: Anita Garibaldi coedição Fundação Maurício Grabois, 2014.

OLIVEIRA, D. Drogas, opressão social e racismo. *In*: OLIVEIRA, D. et al. (org.). A Luta Contra o Racismo no Brasil. São Paulo: Fórum, 2017. p. 48-57.

SANTOS NETO, A. B. Capital e trabalho na formação econômica do Brasil. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

THEODORO, M. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. *In*: THEODORO, M. (org.) As políticas públicas e as desigualdades raciais no Brasil 120 anos após a abolição. Brasília: IPEA, 2008. p. 15-43.

Notas

[1] Gorender (2016a, p. 89-90) afirma que o que caracterizava a escravidão enquanto uma categoria social, encontra-se "[...] no ser escravo, reside na condição de propriedade de outro ser humano. [...] O escravo, instrumento vivo como todo trabalhador, constitui ademais 'uma propriedade viva'. A noção de propriedade implica a de sujeição a alguém fora dela: o escravo está sujeito ao senhor a quem pertence".

[2] Santos Neto (2015, p. 33) pontua que é importante reconhecer que o processo de acumulação primitiva de capital surgiu no mundo pela mediação do roubo e da pilhagem. Curiosamente, é nesse processo que surgiu a colonização e a institucionalização da escravidão. O autor também destaca que "[...] desvelar o segredo desse processo é fundamental para se compreender o desenvolvimento da história econômica do Brasil, pois a economia nacional está diretamente relacionada aos propósitos da empresa colonizadora (portuguesa, holandesa, inglesa etc.)".

[3] Moura (2020a, p. 215) destaca que o racismo no Brasil, "[...] como vemos, na sua estratégia e nas suas táticas, age sem demonstrar a sua rigidez, não aparece à luz, é ambíguo, meloso, pegajoso, mas altamente eficiente nos seus objetivos".

[4] Theodoro (2008, p. 15) aponta que o trabalho escravo foi "[...] gradativamente substituído pelo trabalho livre no decorrer dos anos 1800. Essa substituição, no entanto, dá-se de uma forma particularmente excludente. Mecanismos legais, como a Lei de Terras, de 1850, a Lei de Abolição, de 1888, e mesmo o processo de estímulo à imigração, forjaram um cenário no qual a mão-de-obra negra passa a uma condição de força de trabalho excedente, sobrevivendo, em sua maioria, dos pequenos serviços ou da agricultura de subsistência".

[5] Gonzalez (1982, p. 12), sobre o *milagre econômico* brasileiro, destaca: "E o que foi que caracterizou esse tal 'milagre'? De acordo com analistas econômicos e políticos, sua caracterização se constituiu naquilo que eles chamaram de *Tríplice Aliança*, ou seja, no 'casamento entre estado militar, as multinacionais e o grande empresariado nacional'. E foi graças a essas *núpcias* que se deu o processo de crescimento desse *barato* que a gente tanto discute nos dias de hoje, mas que está saindo muito caro para o trabalhador brasileiro: a dívida externa. Desnecessário dizer que as massas, pra variar, ficaram completamente excluídas da partilha do bolo do *milagre*. Muito ao contrário, os benefícios que receberam tiveram como resultado o seu empobrecimento, determinado pela política do arrocho salarial".

[6] De acordo com o IBGE (2018), os rendimentos mínimos foram os seguintes: Agropecuária: R$ 1.223; Construção Civil: R$ 1.687; Serviços Domésticos: R$ 832; e Educação, Saúde e Serviços Sociais: R$ 2.748. Ainda de acordo com o IBGE, em "[...] 2017, os brancos ganhavam em média 72,5% mais do que pretos ou pardos e os homens ganhavam, em média, 29,7% mais que as mulheres" (IBGE, 2018, p. 28).

[7] De acordo com o IBGE (2018), em 2017 o percentual de trabalhadoras(es) sem instrução ou fundamental incompleto foi 13,2% de negros e 8,5% de brancos; em relação ao fundamental completo ou ensino médio incompleto foi de 19,7% de negros e 14,7% de brancos; com médio completo ou superior incompleto foi de 15,5% de negros e 11,5% de brancos; e o percentual com ensino superior completo foi de 7,4 de negros e 6,3 de brancos.

[8] É importante destacar, de acordo com o IBGE (2018) que o nível de escolaridade se relaciona de forma direta com o trabalho informal, que se relaciona com os trabalhos que possuem menor rendimento médio, como os Serviços Domésticos (70,1%) e a Agropecuária (68,5%). Além disso, cabe destacar que "[...] o recorte por cor ou raça indica que há maior participação da população preta ou parda em trabalhos informais (46,9%) quando comparada com os trabalhadores brancos (33,7%)" (IBGE, 2018, p. 45).

Leonardo Dias Alves
leonardodiasalves93@gmail.com
Mestre em Política Social – PPGPS/SER/UnB.
Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

UFRJ
Escola de Serviço Social / Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Av. Pasteur, 250 - Fundos - Praia Vermelha
Rio de Janeiro, RJ
CEP 22.290-240

Agradecimentos
Não se aplica
Agência financiadora: CAPES
Preencher. Informar número do protocolo: 88887.647782/2021-00 e período de execução: de 10/2021 a 09/2025
Contribuições das autoras
Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação
Não se aplica.
Consentimento para publicação
Consentimento do autor.
Conflito de interesses
Não há conflito de interesses.

 DOI: https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e8413

ESPAÇO TEMÁTICO: SERVIÇO SOCIAL, RACISMO E CLASSES SOCIAIS

Clóvis Moura e a questão social no Brasil

Sandra Regina Vaz da Silva[1]
https://orcid.org/0000-0002-2218-7318

Gustavo Fagundes[2]
https://orcid.org/0000-0002-0893-0515

[1]Universidade Federal Fluminense, Escola de Serviço Social, Niterói, RJ, Brasil
[2] Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Clóvis Moura e a questão social no Brasil

Resumo: O artigo procura apresentar as contribuições do pensamento de Clóvis Moura para a análise da questão social no Brasil, por meio de investigação bibliográfica, documental e reflexões sobre o pensamento do autor, consoante ao Serviço Social. A proposta está estruturada em três momentos, sendo o primeiro uma breve apresentação da análise da questão social no Serviço Social, o segundo sobre o pensamento moureano a respeito da formação econômico-social brasileira e as relações étnico-raciais, e, por fim, o último momento busca diálogo entre o pensamento de Clóvis Moura, o capitalismo dependente e a questão social no Brasil. Procuramos demonstrar que a gênese e o desenvolvimento da questão social perpassam necessariamente pela análise da questão racial, compreendendo que o racismo não é uma expressão da questão social, mas as expressões da questão social perpassam substancialmente pelas relações raciais.

Palavras-chave: Clóvis Moura; Racismo; Escravismo; Capitalismo dependente; Questão Social.

Clovis Moura and the social issue in Brazil

Abstract: The article seeks to present the contributions of Clóvis Moura's thinking to the analysis of the social issue in Brazil, through bibliographic and documentary research and reflections on the author's thinking, according to Social Work. The proposal is structured in three moments, the first being a brief presentation of the analysis of the social issue in Social Work, the second on the Mourean thought about Brazilian economic-social formation and ethnic-racial relations, and, finally, the The last moment seeks a dialogue between the thought of Clóvis Moura, dependent capitalism and the social question in Brazil. We seek to demonstrate that the genesis and development of the social question necessarily pass through the analysis of the racial question, understanding that racism is not an expression of the social question, but the expressions of the social question substantially permeate racial relations.

Keywords: Clóvis Moura; Racism; Slavery. Dependent capitalismo; Social issues.

Recebido em 13.10.2021. Aprovado em 16.12.2021. Revisado em 11.02.2022.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

O artigo tem como objetivo apresentar as elaborações do intelectual Clóvis Moura, com intuito de apontar suas contribuições às discussões sobre a questão social no Brasil. Para esse alcance, utilizamos recursos bibliográficos e documentais como aporte teórico-metodológico, além do adensamento de reflexões produzidas em grupo de estudos e pesquisas sobre o pensamento do autor, consoante ao Serviço Social.

A análise parte de uma breve incursão sobre a questão social no Serviço Social, a partir do projeto de formação profissional construído coletivamente pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) (1996), além da referência em dois dos principais expoentes do debate no Serviço Social brasileiro: Iamamoto (2001) e Paulo Netto (2001); em seguida, apresentaremos o percurso teórico-metodológico de Clóvis Moura, demonstrando que seu pensamento é de grande valia para uma concepção histórico-crítica das relações raciais no Brasil, o que em nossa perspectiva diz respeito a abordar a formação econômico-social brasileira e o racismo na gênese do capitalismo e suas ressonâncias na sociedade contemporânea.

Tal esforço investigativo se localiza em contribuir com o debate da questão social no âmbito da formação e exercício profissional em Serviço Social e pressupõe enriquecer as análises a partir de elementos que auxiliem a compreensão da realidade brasileira. Além disso, reivindica a pertinente contribuição intelectual e política de Clóvis Moura, componente fundamental da tradição marxista no Brasil, cujo pensamento social detém uma análise fundante das relações étnico-raciais articulada à constituição das classes sociais na formação social brasileira.

A abordagem da Questão Social no Serviço Social

O projeto de formação profissional em Serviço Social instituído a partir da renovação da profissão culminou na construção das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, de 1996. Uma lógica curricular composta por núcleos de fundamentação que permeiam a formação profissional e perpassam pelos fundamentos teórico-metodológicos da vida social, da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e dos fundamentos do trabalho profissional. De modo transversal e articulado, os núcleos procuram superar o processo de fragmentação do ensino-aprendizagem, propiciando conhecimento e habilidades que possam orientar um exercício profissional crítico e fundamentado em seus pressupostos (ASSIS et al., 2021).

Desse modo, a questão social se caracteriza como fundamento basilar da existência do Serviço Social. É por meio dela que a profissão se particulariza como interventiva no bojo das relações sociais de produção e reprodução da vida social, visando ao enfrentamento de suas expressões, que são frutos das contradições do modo de produção capitalista.

Em *A Questão Social no Capitalismo*, Marilda Iamamoto (2001, p. 10) parte da premissa de que a "[...] análise da questão social é indissociável das configurações assumidas pelo trabalho". Isso implica considerar a vinculação da gênese da questão social com o processo de acumulação capitalista e os desdobramentos sobre as classes sociais, em especial a parcela trabalhadora despossuída dos meios de produção. Fundamentada na Lei Geral da Acumulação Capitalista, Iamamoto (2001, p. 16) mostra que os desdobramentos da questão social se caracterizam pelo "conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura", expressam "disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizada por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais" (IAMAMOTO, 2001, p. 17). Temos, com isso, uma firme orientação sobre a gênese e expressão da questão social situada na relação de contradição entre capital e trabalho, cujos resultantes se configuram como elemento nuclear que delineiam o significado social da profissão no contexto do seu enfrentamento, mediatizada pela relação entre as classes sociais.

Ao fazer um resgate histórico e político em torno da questão social, Paulo Netto (2001) recupera o surgimento da expressão na Europa Ocidental, destacando a sua emergência concomitante ao desenvolvimento da onda industrializante na terceira década do século XIX e o fenômeno do pauperismo generalizado, cuja "[...] pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas" (PAULO NETTO, 2001, p. 42). Ou seja, o capitalismo se consolidava e expandia, e com isso os desdobramentos sociopolíticos e a ameaça às instituições sociais do período, por parte dos protestos e insurgências dos pauperizados, fizeram com que a designação dada ao fenômeno como questão social fosse tomada pelo pensamento conservador,

que contornava a situação por meio de um ideário reformista e de medidas sociopolíticas de amenização de seus agravantes.

O salto qualitativo ocorreria em torno da compreensão teórico-política e dos processos formativos, a partir das obras marxianas, que possibilitaram situar a questão social por meio de uma radicalidade histórica e remeter a sua expressão a uma tergiversação conservadora, avançando nos processos de luta e consciência política no horizonte da supressão da sociabilidade erguida pelo capital.

A partir das considerações sobre a gênese da questão social, sua dimensão econômico-política, social e ideocultural, é possível afirmar que o debate da questão social no Serviço Social encontra-se em plena efervescência e atualidade, tendo em vista as análises cada vez mais particularizadas e aprofundadas da gênese da questão social na realidade brasileira e das transformações societárias decorrentes da reestruturação produtiva do capital e do ascenso neoliberal, que impuseram reconfigurações na relação capital e trabalho e rebatimentos nas expressões da questão social. Esses rebatimentos, embora tenham perpetuado novas expressões da questão social, continuam tendo em sua raiz os mesmos elementos de contradição e dinamização, como convergem Iamamoto (2001) e Paulo Netto (2001).

Na particularidade latino-americana, o Brasil apresenta, de forma singular, processos históricos que demarcam as relações entre capital e trabalho pautadas pela superexploração do trabalho como determinante econômico do capitalismo dependente, e tem como base fundante e dinamizadora o racismo, que, instituído desde a invasão colonial, ao contrário de ser concebido como traço morto ou vestígio do sistema escravista, foi dinamizado e incrementado como um dos mecanismos reguladores do capitalismo dependente e do imperialismo. Desse modo, as contribuições de Clóvis Moura possibilitam compreender a dinâmica brasileira a partir das relações raciais e sua centralidade na formação da estrutura da sociedade de classes, e explicita que a questão racial não é uma expressão da questão social, mas constitutiva da relação entre capital e trabalho e seus desdobramentos. Por fim, Moura nos ajuda compreender a vinculação da luta antirracista e anticapitalista como única forma de superação do racismo e, por conseguinte, dessa ordem societária.

Queremos com esses apontamentos afirmar que o debate sobre a questão social no Brasil perpassa necessariamente pela questão racial, coadunando com Márcia Eurico (2017), Renata Gonçalves (2018), Sheila Dias Almeida (2015), Magali da Silva Almeida (2014), Tereza Martins (2012) e uma vasta produção contemporânea que vem pautando a importância de maior contundência na incorporação da temática étnico-racial na abordagem sobre a questão social e o Serviço Social.

Nesse sentido, entendemos, assim como Santos (2010), que as particularidades do capitalismo no Brasil determinam a questão social no país. O que ressalta a premissa fundamental de apreciar as categorias da relação capital-trabalho, a Lei Geral da Acumulação Capitalista em sua amplitude e compreender que é preciso também captar as minúcias próprias dessa formação social, histórica e econômica.

Clóvis Moura e a realidade brasileira

Clóvis Steiger de Assis Moura, conhecido como Clóvis Moura, nasceu em Amarante, interior do Piauí, no ano de 1925. Dez anos depois, mudou-se para Natal-RN, local onde teve contato com o colégio formal pela primeira vez, iniciando seu processo de liderança política através da atuação no grêmio estudantil. Tempos depois, ao mudar-se para o interior da Bahia, Clóvis Moura se aproxima do Partido Comunista Brasileiro (PCB), tornando-se um substantivo militante e propagador do pensamento da esquerda marxista, com importantes contribuições para pensar a luta de classes no Brasil (FARIAS, 2019).

Clóvis Moura foi sociólogo, jornalista e historiador. Sua trajetória, assentada no jornalismo, rendeu uma vasta produção literária e incansável atuação militante combativa. Alinhado ao pensamento crítico, sobretudo referenciado na teoria marxista e no método em Marx, seu pensamento nos remete a reflexões sobre a sociedade, denunciando o racismo em sua conformação e atuação a partir de mecanismos dinamizadores. Assim, o pensamento de Moura inova, portanto, na interpretação sobre a formação social brasileira, pois aponta a dinâmica das relações raciais como central no processo de estruturação da sociedade de classes no Brasil e formação da classe trabalhadora.

Nos anos 1960, Moura se desliga do PCB e até 1980 se dedica a estudos, congressos e publicações de sua autoria em revistas científicas, jornais, periódicos e livros. A intensificação das suas produções em

torno da relação entre raça e classe o fez se aproximar do Movimento Negro Unificado (MNU) ao final dos anos 1970, período este marcado também pelo estreitamento do diálogo entre ativistas do movimento negro e intelectuais (FARIAS, 2019).

As produções de Clóvis Moura se pautaram pelo desvelo da relação entre racismo e capitalismo a partir da realidade brasileira. Como define Farias (2019), as suas produções têm como "raízes os estudos sobre relações raciais, a história e a historiografia da escravidão, o chamado "pensamento social brasileiro" e o marxismo, em seu desenvolvimento teórico e histórico" (FARIAS, 2019, p. 50).

Sua primeira obra sistematizada foi "Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas", publicada em 1959. Trata-se de uma elaboração que tinha o intuito de reafirmar os antagonismos da relação senhor e escravo, instituída como relação entre classes sociais, além de apontar a participação de negras e negros na formação política do país como sujeitos históricos e protagonistas da história. Um salto qualitativo na historiografia contemporânea da escravidão que o coloca como vanguarda deste processo (FARIAS, 2019).

As obras de Moura apontam que a história da luta de classes não começa no final do século XIX ou início do século XX, com a chegada dos imigrantes e a formação dos primeiros sindicatos e greves operárias, mas, antes disso, inicia com a história do trabalho, a partir do Brasil Colônia, cuja relação no sistema escravista era marcada pelo antagonismo entre a classe proprietária-senhores e a classe despossuída-escravizados (ROCHA, 2020).

Ao mostrar um Brasil pelas lentes de suas particularidades, Clóvis Moura inaugurou uma leitura que interpreta o negro como sujeito político, protagonista no processo de transformação social e superação do escravismo por meio da sua rebeldia, insurgência e organização quilombola. Significativas são as contribuições de Gabriel Rocha (2021), Márcio Farias (2019), Ana Paula Procópio da Silva (2017), Fábio Nogueira de Oliveira (2009) e de uma produção crescente em revistas científicas e espaços diversificados que assinalam a vanguarda do pensamento moureano.

Nessa perspectiva, Clóvis Moura (1984, 1988, 2014) segue na contramão das leituras estáticas e coisificadas atribuídas ao africano e ao negro escravizado, conforme a vasta produção historiográfica e literária sobre a época. Essas leituras Moura debate em suas produções teóricas, fazendo duras críticas ao pensamento social brasileiro de matriz, sobretudo, culturalista, que fortaleceu o mito da democracia racial no processo de modernização brasileira. Essa concepção, na medida em que ressaltava e valorizava a questão da mestiçagem por meio da amálgama entre brancos, negros e indígenas, na tentativa de criação de uma identidade nacional brasileira, levava à diluição das relações raciais e ao ocultamento do racismo.

Moura (2014) estabelece contraponto ao pensamento de Gilberto Freyre, sinalizando o racismo como elemento pertencente à gênese do capitalismo brasileiro, o qual se desenvolve com o fortalecimento das estruturas de opressão racial. Sobre o mito da democracia racial, considera que "[...] toda essa produção cultural, quer científica quer ficcional, que escamoteia ou desvia do fundamental o problema do negro nos seus diversos níveis, (o desvincula) da dinâmica dicotômica produzida pela luta de classes, na qual ele está inserido" (MOURA, 1988, p. 30). E assim, de forma incisiva constata, que "[...] o mito da democracia racial é uma ideologia arquitetada para esconder uma realidade social altamente conflitante e discriminatória no nível das relações interétnicas" (MOURA, 1988, p. 30).

Moura (2014) também critica as análises mecanicistas e esquemáticas de um marxismo eurocêntrico e dogmático, que buscavam fazer uma interpretação analógica entre Europa e Brasil, desconsiderando as lutas e resistências negras e os mecanismos de barragens instituídos pela classe dominante. Como demonstra o autor, os desdobramentos do racismo na dinâmica das relações sociais denotam que o problema de negros e negras não se limita apenas ao âmbito da condição de classe social, pois perpassa necessariamente pelas relações étnico-raciais mediadas por ideologias mistificadoras da realidade, que demarcaram processos de inferiorização, fragmentação e hierarquização no âmbito das relações sociais e na divisão social do trabalho.

O racismo para Moura (1994) é uma construção ideológica que serviu para justificar a expansão de grupos e nações na dominação e expansão de seus territórios, apropriados por meio de invasão, saqueamento e violência. Essa base ideológica foi necessariamente a mediação utilizada para explicar os "[...] crimes cometidos em nome do direito biológico, psicológico, e cultural" das raças que se autointitularam eleitas, por acreditarem deter superioridade em nível intelectual, moral e cultural (MOURA, 1994, p. 28). Um processo que, dado o objetivo político e econômico de expansão, promoveu o extermínio dos povos, sua cultura, crença e história em nome da civilização e justificação do tráfico negreiro.

Em "Dialética Radical do Brasil Negro", Clóvis Moura (2014) apresenta uma análise consistente da escravidão no Brasil, mostrando a importância de compreender este processo histórico que perdurou por quase quatro séculos, cuja dinâmica social esteve marcada por contradições, conflitos, modificações tangenciais e regionais e influências externas. Ao organizar a sua análise a partir de uma periodização, Moura (2014) define o escravismo no Brasil em duas fases: a primeira denominada como Escravismo Pleno e a segunda por Escravismo Tardio. A partir dessas duas fases, o autor busca examinar o nascimento, apogeu, decadência e decomposição do escravismo no Brasil.

Na fase do escravismo pleno, ou seja, no período que abrange cerca de 1550 a 1850, criou-se uma estrutura rígida e centralizada na unidade administrativa e judiciária, de modo a racionalizar o sistema de governo da Colônia e criar condições repressivas contra as revoltas negras e indígenas. Nesse período, a escravidão e o número de escravizados cresceram genuinamente, e a repressão era a condição eficaz para conter a rebeldia e manter o equilíbrio social do sistema, alicerçado pela unidade entre a colônia e o mercado mundial. No entanto, a resistência negra foi a marca substantiva de sua libertação e humanização.

A convergência da análise moureana com as vias de conformação de um capitalismo dependente no Brasil é um ponto que queremos destacar. Moura (2014), ao apresentar o dinamismo do sistema escravista, nos mostra que, sendo este um circuito fechado e articulado, em que o escravo é produtor-mercadoria e produtor de mercadoria, as economias coloniais em sua totalidade são subordinadas ao monopólio comercial da metrópole. Nessa relação, o sistema colonial brasileiro foi partícipe na dinâmica do capitalismo mercantil e acumulação primitiva, gênese da constituição e desenvolvimento do modo de produção capitalista na Europa. Esse processo levou como única via possível a subordinação da sociedade brasileira (e sua burguesia nacional) à dominação externa, que logrou mudanças sem modificações estruturais e preservou o domínio e interesse das nações do centro no mercado capitalista mundial.

O Escravismo Tardio é apresentado como recorte temporal responsável pela desagregação do regime escravista, ao passo que aponta a edificação da sociedade brasileira em base a um novo arranjo jurídico-político. Sua definição compreende os anos de 1850 até 1888, sendo seu início demarcado pela proibição formal do tráfico de pessoas negras escravizadas e findado com a abolição do trabalho escravo. Dentre os principais elementos de caracterização, possuem maior centralidade os movimentos jurídico-políticos que antecederam a abolição da escravatura e transformaram a legislação escravista, a importação da mão de obra imigrante para o trabalho assalariado e a consolidação da dependência econômica. Esse conjunto de aspectos reformulou os eixos fundamentais da estrutura societária do Brasil escravista, possibilitando um rearranjo do país na transição do antigo regime de trabalho em direção ao regime de assalariamento. No entanto, essa transição perdurou por décadas, tendo escravizados e trabalhadores livres convivido nos mesmos espaços de trabalho e compartilhado formas de resistência e lutas políticas.

Esse processo garantiu a permanência e os interesses políticos e econômicos da oligarquia brasileira, não havendo mudança no tocante à distribuição de poder e renda. Para Moura (2014), o processo de modernização, apesar de estabelecer um conjunto de valores nas relações entre grupos e classes sociais, estava em sua essência subordinado aos interesses do capitalismo internacional — particularmente inglês —, à classe senhorial que detinha a posse do escravizado e de parcelas livres no sistema escravista.

A subalterna incorporação do negro ao mercado de trabalho e sua composição à grande *franja marginalizada* passaram a cumprir necessariamente a exigência do modelo de capitalismo dependente que emergia no Brasil, em substituição ao escravismo. Na transição do escravismo para o trabalho assalariado, o negro foi subjugado incapaz de exercer plenamente seus ofícios laborais. Mas o que Moura (2014) nos revela é que, durante o escravismo, os negros exerciam o trabalho de forma contundente seja no setor manufatureiro seja no artesanal em que era desenvolvido. Por meio de mecanismos repressivos e reguladores das relações, estabeleceu-se a divisão entre brancos, negros e seus descendentes: de um lado, trabalho qualificado e intelectual; de outro, trabalho não qualificado, braçal, mal remunerado (MOURA, 1988).

De diferentes formas, medidas instituídas provocaram a desagregação do sistema escravista, mas com manutenção das elites senhorial e cafeeira enquanto classe dominante e a inserção subordinada de negras e negros no regime de trabalho assalariado. Dessa forma, foi inaugurada uma sociedade de classes mediada por um capitalismo de caráter dependente que se ergueu mediante a compulsória localização do negro liberto no exército industrial de reserva. Considerando a ampliação e a consolidação de relações comerciais em nível

internacional, o Brasil da metade final do século XIX respondia às tendências estabelecidas no âmbito do mercado mundial e da divisão internacional do trabalho.

Racismo e capitalismo dependente: a questão social em debate

Mediante a natureza específica da opressão racial sob os contornos do capital e a lógica mercantil, entender o funcionamento do sistema capitalista, a forma como se desenvolve e o que é necessário para sua expansão e reprodução é elemento substancial para a compreensão do racismo. Assim, Ruy Mauro Marini (2005) aponta que é nas determinações desse caráter que deve estar contida a atenção daqueles que examinam o capitalismo dependente na região. Portanto:

> O que deveria ser dito é que, ainda quando se trate realmente de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá desenvolver-se jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas avançadas. É por isso que, mais do que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo sui generis, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional. (MARINI, 2005, p. 138).

Para Marini (2005), a economia dependente é a condição necessária do avanço do capitalismo mundial. Dessa forma, "o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador" (MARINI, 2005, p. 144). Esta relação, que é dialética, favorece o intercâmbio desigual no mercado mundial, jogando "[...] formas particulares de extração da riqueza para o processo produtivo e, portanto, também no âmbito da reprodução social" (SOUZA, 2020, p. 145).

Os efeitos do capitalismo dependente, portanto, possuem particularidades que estão relacionadas à superexploração da força de trabalho, a qual se manifesta nas seguintes formas: a) pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor; b) prolongamento da jornada de trabalho além dos limites normais; c) aumento da intensidade do trabalho além dos limites normais; d) hiato entre o pagamento da força de trabalho e o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho. Luce (2018, p. 178) afirma que "em todas elas, o capital se apropria do fundo de consumo do trabalhador, deslocando-o para o fundo de acumulação", ou seja, uma espécie de mecanismo de transferência de renda às avessas, que impõe uma diminuição geral na renda das famílias. E não é só do fundo de consumo que o capital se apropria por meio da superexploração, ocorre também um avanço sobre os anos de vida do trabalhador, em que o capital abastece sua acumulação com a violação do fundo de vida da classe trabalhadora.

Mediante esse contexto, gênero e raça são categorias substanciais para nossa compreensão de que racismo e patriarcado possuem efeitos contínuos, por sua feição estrutural neste modo de produção. Souza (2020, p. 158) aponta que, na compressão do mercado de trabalho, "o estrangulamento da dependência, o emprego, assim como o desemprego estrutural, o subemprego, e as condições mais precárias de trabalho, também se apresentarão aos sujeitos a partir de sua racialização".

Na realidade de trabalho livre e igualdade jurídico-política, a contradição estabelecida entre as relações étnico-raciais foi necessariamente a saída para o rebaixamento salarial dos trabalhadores. Como assinala Moura (1984):

> Há, finalmente, a contradição que se estabelece entre o trabalhador negro, recém-saído da escravidão, quase sempre desempregado ou na faixa do sub-emprego, e o trabalhador branco, estrangeiro, que veio para suprir de mão-de-obra uma economia que entrava em um modelo econômico já condicionado pelo imperialismo. Por isto mesmo necessitava de um contingente marginalizado bem mais compacto do que o exército industrial de reserva no seu modelo clássico europeu. Havia necessidade da existência de uma grande *franja marginal* capaz de forçar os baixos salários dos trabalhadores engajados no processo de trabalho. Essa *franja* foi ocupada pelos negros, gerando isto uma contradição suplementar. (MOURA, 1984, p. 133).

Coaduna-se com Souza (2020), quando esta afirma que no capitalismo dependente o racismo se torna a contradição suplementar para a conformação da classe trabalhadora, pois, sendo este modo de produção composto por uma massa de trabalhadores correspondente a uma população muito superior às necessidades produtivas, seus mecanismos não conseguem inserir qualitativamente essa massa na "dinâmica da valorização do capital, sequer como consumidor; pois essa é a franja marginal capaz de forçar os baixos salários dos trabalhadores engajados no processo de trabalho" (SOUZA, 2020, p. 154).

Esse seria um elemento indispensável, portanto, para compreendermos o processo de conformação do trabalho assalariado e da luta de classes no Brasil. Perpassa essencialmente pela compreensão da realidade da população negra na transição entre o pré e pós-abolição, que sofreu diretamente a influência do padrão de dominação burguesa vigente. Um marco que foi de encontro à forma como homens e mulheres da classe trabalhadora e imigrantes foram sendo incorporados aos postos de trabalho, antes ocupados por negros libertos ou escravizados, que foram inseridos em uma zona de desemprego e subemprego permanente. Uma perspectiva que influencia diretamente nos estudos sobre a formação da classe trabalhadora e da luta de classes no Brasil, pois, como afirma Mattos (2009):

> Numa sociedade como a brasileira, marcada por quase quatro séculos de escravidão, não seria possível pensar o surgimento de uma classe trabalhadora assalariada consciente de si sem levar em conta as lutas de classe – e os valores e referências – que se desenvolveram entre os trabalhadores escravizados e seus senhores, particularmente no período final da vigência da escravidão. (MATTOS, 2009, p. 54-55).

Aliado às péssimas condições de trabalho que o conjunto da classe enfrentava no início do século XX, com destaque à parcela de trabalhadores negros, houve uma elevação na piora das condições de vida da classe trabalhadora. Ao analisar a situação do Rio de Janeiro, então capital da República, Marcelo Badaró Mattos (2008) aponta as condições degradantes de moradia, saúde, educação e transporte para a maior parte da população:

> O grau de desigualdade no meio urbano, radicalizado pela intervenção literalmente demolidora do Estado naquele contexto de reformas, acentuando em muito a percepção de injustiça em relação à experiência dos trabalhadores que moravam no Rio de Janeiro. Custos de moradia, transporte e alimentação se elevavam com a fúria "modernizadora" das obras, ao passo que os baixos salários e a inexistência de políticas sociais ou compensatórias tornavam a miséria um horizonte próximo e ameaçador para a maioria dos que viviam do próprio trabalho. (MATTOS, 2008, p. 167).

O que podemos avaliar dessa situação imposta à parcela negra do proletariado brasileiro é que as décadas posteriores à abolição impuseram uma situação de desemprego e subemprego permanente. Podemos constatar que esse quantitativo populacional se estabeleceu como uma massa excedente no mercado de trabalho. Homens e mulheres, que apesar de estarem em idade economicamente ativa e aptos para realizar distintas ocupações laborais, não conseguiam estabelecer vínculos consolidados. Ou seja, acabavam por ampliar, ano após ano, a avolumada parcela de trabalhadores que estavam fora dos postos de trabalho, numa relação caracterizada pela elaboração marxiana de *superpopulação e exército industrial de reserva*. Nesta concepção, Marx (2017, p. 709) considera que a produção "de uma população excedente relativa, isto é, excedente em relação à necessidade média de valorização do capital, é uma condição vital da indústria moderna". Ademais, essa compreensão perpassa também pela gênese da questão social, conforme verificamos com Iamamoto (2001) e Paulo Netto (2001).

Dada a compreensão de que o exército industrial de reserva é essencial para controlar o valor da força de trabalho e sua oscilação, em direção a um maior contingente que favorece o rebaixamento dos salários e a piora nas condições de trabalho, Fagundes (2020) aponta como a racialização dessa superpopulação fomenta a agudização das expressões da superexploração. Dessa forma, fica exposta a funcionalidade do racismo ao capitalismo, principalmente na sua face dependente. Racializa uma parcela da população, reproduz ideologias de inferiorização, concentra de forma majoritária nas piores ocupações laborais ou fora do mercado de trabalho e na informalidade. Essa equação implica em pressão negativa contra os salários e condições de vida de toda classe trabalhadora (principalmente pela população não branca ser a maioria no Brasil), mas com especial brutalidade à população negra.

Além da contradição inerente ao capitalismo, Clóvis Moura (1988) considera que os mecanismos de barragens criados pela classe dominante, em seu arcabouço jurídico e político, afetaram as dimensões econômico, social, política, cultural e existencial, e impediu de emergir uma consciência crítica e radical que fosse capaz de extrapolar a ordem social vigente e de fato estabelecer uma verdadeira democracia racial. Perpassando pela Tarifa Alves Branco (1844), a Lei da Terra (1850), Lei Eusébio de Queiroz (1850), Guerra do Paraguai (1865-1870), o movimento imigracionista associado à política do branqueamento, esses e outros mecanismos de barragens possibilitaram a manutenção do bloco dominante no poder político-econômico, face à emergência e desenvolvimento do capitalismo na realidade brasileira.

Responsabilizada por sua própria condição, a sociedade não havia obstruído a possibilidade de ascensão negra. Assim, a falsa ideia de democracia racial anulava a contestação em torno da desigualdade racial, que foi substituída pela preguiça, ignorância, estupidez e incapacidade. Esses fatores explicaram de forma pejorativa o não aproveitamento de negras e negros frente às oportunidades oferecidas pela sociedade.

Assim, as concepções de raças humanas e qualidades civilizatórias inatas e degradantes foram superadas pela conjugação de povo, absorvido e abrasileirado, com diferentes manifestações culturais e relações de democracia racial. Guimarães (2001) considera isso como uma estratégia de compromisso político e social do Estado moderno. Este consistiu na incorporação da população negra no mercado de trabalho, ainda que objetivamente essa incorporação tenha sido pela via da informalidade e/ou subalternidade, ampliação da educação formal e outras possibilidades formais que pudessem romper com os estigmas da escravidão e perpetuar a economia capitalista brasileira.

Assim, a questão social em sua gênese e desenvolvimento no Brasil, a qual consideramos ter sido gestada de forma embrionária na transição do século XIX para o século XX, em sua concretude, perpassa necessariamente pela compreensão: a) dos processos de lutas e resistências negras que impuseram a conformação das classes sociais no capitalismo dependente; b) dos processos de diluição e fragmentação política em detrimento dos mecanismos de barragens, associados sobretudo à perspectiva da mestiçagem, que culminou na fragmentação da consciência étnico-racial por meio de uma escala de valores e padrão de civilização branco imposto pela classe dominante; c) dos elementos de superexploração da força de trabalho em geral e do racismo.

Sendo assim, é de extrema importância observar o destino dos milhões de brasileiros e africanos escravizados responsáveis pela produção da riqueza nacional no período escravista e após a abolição da escravidão; principalmente por essa abrangente parcela populacional ser representada por homens negros e mulheres negras, o que indica a existência do elemento racial nessa equação. Neste sentido, o entrelaçamento de gênero, raça, classe e orientação sexual denota a diversidade humana e as diferenças no interior da classe trabalhadora, a qual deve ser explicitada, como destaca Eurico (2018):

> Quero reafirmar que nosso compromisso com a classe trabalhadora precisa compreender necessariamente suas pautas universais, mas também apreender suas particularidades. Entre o universal e o particular se põe um campo de disputas onde certamente o pertencimento étnico-racial, a identidade de gênero, a orientação sexual, o lugar ocupado na divisão social e técnica do trabalho revelam a diversidade humana, mas também acirram a desigualdade no interior da própria classe. (EURICO, 2018, p. 516-517).

Desse modo, o trato da questão social, como assinala a ABEPSS (1996), perpassa necessariamente pelo trato da questão racial numa conjugação entre o universal e o particular. Frente a isso, acreditamos que as reflexões aqui apontadas podem valer de subsídio à formação e exercício profissional, de modo a contribuir com o debate e a realidade em que atuam assistentes sociais os quais têm como compromisso ético-político o combate ao racismo.

> Para o Serviço Social, que tem a questão social como seu elemento fundante, a apropriação dessa discussão torna-se imprescindível, pois é sobre as múltiplas expressões da questão social que irá atuar. Assim, interrogamos: Quem são os sujeitos sociais historicamente discriminados e alvos preferenciais das ações de violações de direitos? Quem são os sujeitos que mais demandam a intervenção do profissional de serviço social em seus diversos espaços sócio-ocupacionais? Sobre quem as políticas de repressão e controle do Estado age mais fortemente? Conhecer esses sujeitos vai para além de conhecer o seu "registro de identidade". É preciso conhecer sua história e com ela aprender as diversas formas de resistência às pressões que são forjadas individual e coletivamente. (ROCHA, 2014, p. 303-304).

Considerações Finais

Diante da explanação inicial sobre o lugar que partimos acerca da questão social e do caminho teórico-metodológico sobre o objetivo da presente reflexão, indicamos que relacionar a superexploração da força de trabalho, o racismo estrutural e o patriarcado moderno enquanto categorias é um esforço necessário para captar não só as minúcias circunscritas a questão social no Brasil, mas compreender as determinações da própria formação econômico-social brasileira. Nesse sentido, a elaboração presente buscou apontar a necessária articulação do debate sobre racismo, capitalismo e questão social, bem como enseja que seus desdobramentos sejam esmiuçados, levando em consideração a importância de outras categorias marxianas no desvelo dos nós investigativos e o esforço de nos despirmos dos dogmas, com objetivo de nos debruçarmos às armas da crítica de maneira criativa, rigorosa, transformadora e ético-política.

Sem perder de vista a centralidade das categorias raça e racismo, a contribuição de Clóvis Moura é profícua no entendimento da questão social no Brasil, pois desvela as particularidades vivenciadas em nosso território a partir da formação social, submetidas às determinações das relações sociais de produção. Entendendo negras e negros enquanto sujeitos políticos, ativos na conformação das classes sociais no país, nas lutas e resistências, o potente pensamento de Clóvis Moura denuncia as questões estruturais da nossa sociedade, e, ao contrário da passividade, ressalta a práxis negra como sinônimo de rebeldia, insurgência e combatividade que demarca a história brasileira e a contemporaneidade. Um pensamento revolucionário que se faz norteador e necessário em tempos de ascensão neoconservadora e mistificação da luta de classes. Reivindiquemos Clóvis Moura e sua inspiradora crítica marxista.

Referências

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social: com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

ALMEIDA, M. da S. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. EM PAUTA, Rio de Janeiro, n. 34, v. 12, p. 131-154, 2014.

ALMEIDA, S. D. Serviço Social e relações raciais: caminhos para uma sociedade sem classes. Temporális, Brasília, ano 15, n. 29, jan./jun. 2015.

ASSIS, E.; VALDO, J. P. S.; VAZ, S. Questão Racial e Serviço Social: desafios e perspectivas de uma formação profissional antirracista. *In*: ELPÍDIO, M. H.; VALDO, J. P. S.; ROCHA, R. (orgs.). Desafios para o Serviço Social na luta antirracista: questão étnico – racial em debate. São Paulo: Annablume, 2021.

EURICO, M. Da escravidão ao trabalho livre: contribuições para o trabalho do assistente social. SER Social, Brasília, v. 19, n. 41, p. 414-427, jul./dez. 2017.

FAGUNDES, G. O racismo no caso brasileiro e as raízes da superexploração do proletariado negro. Revista EM PAUTA, Rio de Janeiro, n. 45, v. 18, p. 55-68, 2020.

FARIAS, M. Clóvis Moura e o Brasil. São Paulo: Editora Dandara, 2019.

GONÇALVES, R. Quando a questão racial é o nó da questão social. Revista Katálysis, Florianópolis, n. 3, v. 21, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592018v21n3p514. Acesso em: 29 set. 2021.

GUIMARÃES, A. S. A. A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos). Revista Tempo Social, São Paulo: USP, nov. 2001.

IAMAMOTO, M. V. A Questão Social no Capitalismo. Revista Temporalis, Brasília, ano 2, n. 3, p. 9-32, jan./jul. 2001.

LUCE, M. S. Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias: uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. *In*: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (org.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARTINS, T. C. S. Racismo no mercado de trabalho: limites à participação dos trabalhadores negros na constituição da "questão social" no Brasil. 2012. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, 2012.

MARX, K. O Capital Livro 1: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo. 2017.

MATTOS, M. B. Escravizados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

MATTOS, M. B. Trajetória entre fronteiras: o fim da escravidão e fazer-se da classe trabalhadora no Rio de Janeiro. Revista Mundos do Trabalho, Florianópolis v. 1, n. 1, janeiro-junho, 2009.

MOURA, C. Dialética Radical do Brasil Negro. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2014.

MOURA, C. Escravismo, Colonialismo, Imperialismo e Racismo. Revista Afro Ásia, Salvador, n. 14, 1984. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/issue/view/1448/showToc. Acesso em: 10 jun. 2021.

MOURA, C. O Racismo como arma ideológica de dominação. Revista Princípios, São Paulo, n. 34, 1994.

MOURA, C. Sociologia do Negro Brasileiro. São Paulo: Ática, 1988.

OLIVEIRA, F. N. Clóvis Moura e a sociologia da práxis negra. 2009. 153 f. Dissertação (Mestrado Ciências Jurídicas e Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense, Niterói: UFF, 2009.

PAULO NETTO, J. Cinco notas a propósito da "questão social". Revista Temporális, Brasília, ano 2, n. 3, p. 41-50, jan./jul. 2001.

ROCHA, G. S. Rebeliões da Senzala de Clóvis Moura: Uma abordagem histórica da luta de classes no Brasil. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH, 5, 2020, São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Anais [...]. São Paulo, 2020. Disponível em: https://www.encontro2020.sp.anpuh.org/resources/anais/14/anpuh-sp-erh2020/1588776606_ARQUIVO_249f1667161be24b63b68818162c74a7.pdf. Acesso em: 10 jun. 2021.

ROCHA, R. A inserção da temática étnico-racial no processo de formação em Serviço Social e sua relação com a educação antirracista. *In*: ABRAMIDES, M. B. C.; DURIGUETTO, M. L. Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014.

SANTOS, J. S. Particularidades da "Questão Social" no Brasil: Elementos para o debate. *In*: Dossiê: A "Questão Social". Temas & Matizes, v. 9, n. 17, p. 125-150, 2010.

SILVA, A. P. P. da. O contrário de "Casa Grande" não é Senzala. É quilombo! A categoria Práxis Negra no pensamento social de Clóvis Moura. 2017. 293 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.

SOUZA, C. L. S. de. Racismo e Luta de Classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente. São Paulo: Hucitec, 2020.

Sandra Regina Vaz da Silva
sandravaz@id.uff.br
Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).
Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF).

UFF
Endereço: R. Alexandre Moura, 8 - São Domingos.
Niterói – Rio de Janeiro – Brasil.
CEP: 24210-200

Gustavo Gonçalves Fagundes
ggf.fagundes@gmail.com
Doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
Professor substituto na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (FSS-UFJF).

UFJF
Rua José Lourenço Kelmer, s/n – Campus Universitário – São Pedro.
Juiz de Fora – Minas Gerais - Brasil.
CEP: 36.036-330.

Agradecimentos
Agradecemos às pesquisadoras/es e discentes do Grupo de Estudos sobre o Pensamento de Clóvis Moura, coordenado pelo Grupo de Estudos Ilè Si Imó (UFES) e GEPEQSS (UFF), pelos diálogos mensais e aquilombamento.
Agência financiadora
Não se aplica.
Contribuições das autoras
Sandra Vaz e Gustavo Fagundes trabalharam na concepção, redação, revisão e aprovação da versão a ser publicada.
Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação
Não se aplica.
Consentimento para publicação
Consentimento da autora e do autor.
Conflito de interesses
Não há conflito de interesses.

 DOI: https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e84637

ESPAÇO TEMÁTICO: SERVIÇO SOCIAL, RACISMO E CLASSES SOCIAIS

Contribuições para o aprofundamento do debate étnico-racial na formação em serviço social a partir de Lélia Gonzalez

Thamires Costa Meirelles dos Santos [1]
https://orcid.org/0000-0002-7361-2433

[1]Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Contribuições para o aprofundamento do debate étnico-racial na formação em serviço social a partir de Lélia Gonzalez

Resumo: O presente artigo objetiva contribuir para a visibilidade da trajetória acadêmica-militante e do legado intelectual de Lélia Gonzalez, buscando apresentar ao Serviço Social aportes para o avanço e maturação do debate étnico-racial na formação profissional. Parte-se da hipótese que a ampla bagagem intelectual de Lélia, dada sua relevância para o Movimento Negro brasileiro e para o pensamento social crítico, possua contribuições fundamentais para a compreensão do racismo e do sexismo na particularidade brasileira e, das formas de resistências organizadas ante a eles, possibilitando a apreensão de categorias-chave para a incorporação efetiva e transversal do debate étnico-racial à formação em Serviço Social.

Palavras-chave: Serviço social; Lélia Gonzalez; Questão étnico-racial; Formação profissional.

Contributions to the deepening of the ethnic-racial debate in social work formation based in the work of Lélia Gonzalez

Abstract: This article main goal is to contribute to the visibility of the academic-militant trajectory and the intellectual legacy of Lélia Gonzalez, seeking to present contributions to the advancement and maturation of the ethnic-racial debate in the Social Work professional formation. It is assumed that Lélia's broad intellectual background, given its relevance to the Brazilian Black Movement and to critical social thought, has fundamental contributions to the understanding of racism and sexism and the forms of resistance organized against it in the Brazilian particularity, enabling the apprehension of key categories for the effective and transversal incorporation of the ethnic-racial debate into the Social Work formation.

Keywords: Social work; Lélia Gonzalez; Ethnic-racial issue; Professional qualification.

Recebido em 31.10.2021. Aprovado em 16.12.2021. Revisado em 21.02.2022.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

Assumir a tarefa coletiva em contribuir para o avanço qualitativo em torno do debate étnico-racial na formação profissional, tem sido um desafio posto à categoria de assistentes sociais, tanto para superar a lacuna em torno da referida questão, quanto para o fortalecimento do próprio Projeto Ético-Político da profissão (ELPIDIO; ROCHA, 2019). Este movimento reivindicatório dentro e fora do ambiente acadêmico, não se dá de forma exclusiva ao campo do Serviço Social, tampouco a centralidade dessas reivindicações se restringem a esta área de conhecimento, ao contrário, elas se expressam como questões de ordem macrossocial e estrutural da sociedade brasileira, na qual historicamente militantes, intelectuais e lideranças dos Movimentos Negros, vêm chamando à atenção, rompendo os paradigmas de silenciamento, denunciando e apontando a direção.

O ingresso de estudantes negras (os) nos cursos de graduação e pós-graduação, ampliado pela conquista das Políticas de Ações Afirmativas (Lei nº 12.711*)*, tem provocado mudanças nos novos quadros docentes e no próprio perfil discente das universidades. A adoção de estratégias de permanência e resistência no ambiente acadêmico através dos Coletivos Negros, Grupos de Estudos e Projetos de Pesquisa e Extensão, têm possibilitado que redes de articulação coletiva sejam criadas, provocando o tensionamento das bases e influências eurocêntricas que compõem o universo acadêmico e o campo da produção de conhecimento (SILVA, 2003).

É importante frisar que este contexto de insurgências, denúncias e construção coletiva, só se tornou possível pela luta incansável e muitas vezes solitária, de intelectuais, militantes, docentes e outras lideranças negras que antecederam essa nova geração e arduamente abriram os caminhos possíveis a serem percorridos por nós. Contraditoriamente, a invisibilidade e a deslegitimação dessas contribuições são estratégias históricas de apagamento reafirmadas pela colonialidade do saber (QUIJANO, 2000), de modo que, manter viva a memória de luta e o legado intelectual desses sujeitos se constitui como um compromisso político dos Movimentos Negros contemporâneos.

Em se tratando de intelectuais e militantes negras, os processos de silenciamento e exclusão são ainda mais notórios, a considerar os efeitos opressores provocados pelo imbricamento do racismo e do sexismo — aspecto central para que se compreenda a incorporação tardia e processual de autoras negras nas referências bibliográficas dos cursos. Na esteira dessa discussão, o Serviço Social vem sendo cada vez mais demandado em apreender o debate étnico-racial como lupa analítica para a compreensão da complexa realidade brasileira, avanço esse que pressupõe a utilização e o acúmulo teórico-metodológico de autoras (es) negras (os), a fim de que se construa uma formação efetivamente antirracista (ROCHA, 2014).

Por identificar o solo profícuo que existe na categoria profissional, mediante ao seu acúmulo histórico e compromisso com as lutas sociais, acredita-se nas possibilidades efetivas de contribuição do Serviço Social no fortalecimento do debate das relações raciais (EURICO, 2017 apud ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 2018), assim como, a devida incorporação dessa discussão para além de debates fragmentados ou disciplinas isoladas. Sendo assim, objetiva-se apresentar ao Serviço Social diálogos e interlocuções com a trajetória e o pensamento de Lélia Gonzalez — filósofa, professora, militante e uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado (MNU) —, com ênfase em suas contribuições sobre o fenômeno do racismo e do sexismo na particularidade brasileira, a veiculação do mito da democracia racial, bem como as resistências negras diante dos processos discriminatórios.

Parte-se da hipótese que ampla e múltipla bagagem intelectual de Lélia Gonzalez seja fundamental para a maturação dos estudos sobre a questão étnico-racial, possibilitando a reinterpretação da história e da realidade brasileira, sob a ótica negra. Para isso, será apresentada uma breve exposição acerca da trajetória de vida e militância de Lélia, atentando para sua capacidade crítica e criativa em interpretar o capitalismo dependente brasileiro, sem perder de vista a forma como seu percurso intelectual se expressa como parte do projeto político construído pelo Movimento Negro. E na sequência, trataremos sobre como tem se delineado o debate étnico-racial no Serviço Social, articulando a lupa analítica elaborada por Gonzalez para o avanço e maturação desses estudos em uma perspectiva histórico-crítica, plural e antirracista.

De Lélia De Almeida à Lélia Gonzalez: nasce uma intérprete do Brasil

A historiografia brasileira tem sido marcada pela invisibilidade da negritude, seja tratando-os como objetos de estudos ou até mesmo desconsiderando-os como sujeitos históricos, possuidores de intelectualidades, potencialidades e contribuições significativas para pensar a situação social, política, econômica e cultural do País de forma abrangente e múltipla (RAMOS, 1955). Quando se trata de mulheres negras, a invisibilidade racial se imbrica a desigualdade de gênero e classe, tornando os processos de reconhecimento social, econômico e político duplamente violentos e opressores, o que resulta em um protagonismo histórico nitidamente masculino, branco e cishétero.

O machismo, portanto, soma-se ao racismo estrutural (ALMEIDA, 2018) que perpetua o retrato social de invisibilidade generalizada da qual sofre a mulher negra. Essa realidade histórica na sociedade brasileira, reafirma o perverso processo de silenciamento e apagamento sofrido pelas etnias africanas, povos originários e pela diáspora amefricana[1], dos quais as mulheres negras seguem sendo as principias vítimas, permanecendo à margem da visibilidade e do prestígio social. Por outro lado, essas mesmas mulheres insurgem em diferentes contextos e momentos históricos, denunciando os mecanismos de opressão e inaugurando novas latitudes teóricas e de prática política.

Lélia Gonzalez emergiu na cena da luta política e no campo das intelectualidades brasileiras através do movimento reivindicatório negro e feminista na década de 1970, se contrapondo ao tradicional reduto de homens brancos em que se predominava o pensamento social brasileiro. Essa autora foi fundamental para reinterpretar a formação social brasileira e a realidade do País à época, com base no processo de escravização das etnias africanas e indígenas. Na análise dos seus pesquisadores e biógrafos, a intelectual e militante histórica do Movimento Negro Unificado (MNU)[2], expoente do feminismo negro, deve ser considerada como uma verdadeira intérprete do Brasil (ARAÚJO, 2020; BARRETO, 2018; RATTS; RIOS, 2010).

Retomaremos a discussão acerca da caracterização de Lélia Gonzalez como uma intérprete do Brasil adiante, mas antes interessa-nos evidenciar sua trajetória e a construção de seu legado conceitual. Lélia nasceu na capital mineira (Belo Horizonte – MG), em fevereiro de 1935, filha mais nova entre seus dezoitos irmãos, seu pai, Joaquim de Almeida, era ferroviário negro e sua mãe, Urcinda de Almeida, trabalhadora doméstica de origem indígena (GONZALEZ, 1994). Seu nome de nascimento era Lélia de Almeida, e foi a partir do casamento com o espanhol Luiz Carlos Gonzalez, que adotou o sobrenome *Gonzalez*. Ainda na infância, a morte precoce de seu pai, a levou juntamente com sua mãe e seus irmãos a tentar a vida no Rio de Janeiro, cidade onde com muita dificuldade concluiu seus estudos.

Graduou-se em História e Geografia em 1962, pela antiga Universidade do Estado de Guanabara, atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e desde então começou a atuar como professora na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Gama Filho, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), entre outros colégios. Segundo ela, ao iniciar seu processo de imersão no contexto universitário, paradoxalmente começava a perceber as contradições existentes nesse universo, bem como suas implicações para a mulher negra (GONZALEZ, 1994).

Os processos de formação e atuação docente significaram um marco na trajetória de Lélia Gonzalez, caracterizando um período intenso de formação política e articulando reflexões acerca de sua condição racial, do processo de embranquecimento sofrido nestes e em outros contextos e do reconhecimento coletivo de sua negritude. Paralelamente, neste mesmo período engajou-se na construção e militância do Movimento Negro contemporâneo e em diferentes frentes de organização de mulheres negras dentro e fora do País.

Cabe destacar que apesar de inserida em uma espécie de "divisão interna da mulher negra"[3] no espaço acadêmico e nos limites do movimento de mulheres e do próprio Movimento Negro Unificado (MNU) — aspecto que aparece nas críticas elaboradas a esses segmentos (GONZALEZ, 1994, 2018a, 2020b), Gonzalez surge dentro e fora desses espaços partilhando de uma interpretação única e ao mesmo tempo coletiva sobre um Brasil negro. É do chão de efervescência dos movimentos sociais e de ebulição dos Movimentos Negros durante o período de redemocratização do País, que saltam as experiências coletivas e de ativismo na trajetória de Lélia Gonzalez, razão pela qual também se candidatou a deputada estadual pelo PT (1982) e a deputada federal pelo PDT (1985).

Vale ressaltar que as articulações entre os Movimentos Negros no contexto nacional e internacional, durante a Ditadura Militar, foram fundamentais na sua trajetória e no que vem a ser a importância de seu legado

conceitual, na contemporaneidade[4]. Lélia Gonzalez foi uma das vozes fundamentais durante esse período, após o falecimento de seu companheiro, ela iniciou a prática de debates de filosofia em sua casa, juntamente com outros estudantes e militantes — espaço profícuo para a construção de estratégias coletivas, emergência de discussões importantes em relação ao cenário nacional e para o fortalecimento das lideranças negras dentro e fora do Rio de Janeiro (BARRETO, 2005; RATTS; RIOS, 2010).

A repressão e a perseguição a essas lideranças foi uma realidade concreta vivenciada no período ditatorial, foi também neste contexto que as informações sobre Lélia aparecem pela primeira vez nos fichários do Departamento de Ordem Político e Social (DOPS)[5], em 1972. De acordo com Raquel Barreto (2005, p. 25) "nessa ocasião, foi solicitada a averiguação sobre o seu possível envolvimento no recrutamento de adeptos à doutrinação marxista", ao que parece, as reuniões de estudos e debates que ocorreram em sua casa tornaram-se alvos de especulações ditatoriais, como também aconteceu com a sua presença em atos públicos junto ao MNU e em suas candidaturas.

Conhecida por possuir uma espécie de intelectualidade criativa, Lélia Gonzalez emerge de um cenário acadêmico-político contestador, que a tornou pioneira em diferentes debates ainda pouco discutidos no contexto da época, principalmente por mulheres (CARNEIRO et al., 2014). Havia um esforço da parte de Lélia em comunicar a experiência cotidiana e os saberes populares com o conhecimento científico, legitimado nas universidades. A antecipação de uma análise interseccional em suas reflexões sobre a condição da classe trabalhadora no Brasil, fez com que Lélia já identificasse a existência da divisão sexual e racial do trabalho, além de atentar para a forma como o racismo e o sexismo se imbricam no interior das classes mantendo a grande maioria da população trabalhadora, feminina e negra em desvantagem na sociedade (GONZALEZ, 2018b, 2020b).

Os conceitos de racismo e sexismo, amplamente trabalhados no artigo *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, original de 1984, e em outras obras da autora, revelam e denunciam os mecanismos políticos, sociais, econômicos, culturais e simbólicos, que não apenas favorecem como apregoam a existência de uma *democracia racial* no Brasil, escamoteando uma série de desigualdades históricas sofridas por negros e indígenas. Desse modo, além de analisar a condição e o lugar do negro na sociedade brasileira, Lélia a faz a partir de uma perspectiva que inclui gênero, tratando do racismo e do sexismo como fenômenos oriundos da herança colonial e da violência patriarcal, que por sua vez recaem sobre a mulher negra de forma duplamente opressora (GONZALEZ, 2018b).

Além de tratar sobre os processos opressores sofridos pela população negra e pelos povos originários, Lélia também escolhe dar ênfase as resistências históricas protagonizadas por esses mesmos sujeitos ante a escravização, ao cunhar a categoria de *amefricanidade*[6] esta intelectual defende a tese de que a chamada América Latina "[...] é na verdade, muito mais ameríndia e amefricana do que outra coisa" (GONZALEZ, 2020a, p. 135), de modo que a identidade cultural forjada na diáspora, foi construída a partir da confluência das etnias africanas e indígenas, sendo, portanto, amefricana. Outra proposição elaborada por ela foi um *feminismo afro-latino-americano*[7], uma ampliação categorial de amefricanidade que inclui com centralidade a perspectiva de gênero, sua crítica essencial reside em questionar a ausência da questão étnico-racial nas formulações e na práxis do feminismo hegemônico, propondo uma prática e teoria feminista plural e que contemple as mulheres negras das classes populares, as mulheres quilombolas e indígenas — as *amefricanas*".

Seus esforços sistemáticos em compreender a formação contraditória do capitalismo dependente brasileiro, o racismo como parte integrada a ele e consequentemente a população negra ocupando a posição de *massa marginal* (GONZALEZ, 2020a,), fizeram com que para além de teórica feminista ou militante do Movimento Negro, o conjunto de sua obra a tornasse uma das pensadoras negras mais importantes de sua geração, nos apresentando categorias-chave para reinterpretação do Brasil e metodologias fundamentais para uma prática política efetivamente popular, feminista e antirracista. Não à toa, seu pensamento oferece subsídios para compreendermos a história da diáspora negra e suas estratégias de resistência ante ao escravismo e a discriminação racial na contemporaneidade, fornecendo as referências basilares para nossos ativismos contemporâneos.

Reafirmar a sua trajetória e legado conceitual na condição de intérprete do Brasil, além de ser um movimento contra hegemônico essencial, indica romper com as rotulações normalmente atribuídas ao pensamento de mulheres negras, principalmente as que se pretendem fixar a bagagem intelectual dessas mulheres em eixos monolíticos, ou a um determinado recorte temático do debate étnico-racial. Portanto, os

diálogos e interlocuções que trataremos a seguir partem do pressuposto de que apesar de ter sido uma intelectual do seu tempo, disposta a responder as perguntas que marcaram a sua geração e a enfrentar a transformações sociais, econômicas, culturais e políticas postas ao contexto da época, a atualidade do pensamento de Gonzalez faz com que suas reflexões atravesse a contemporaneidade, apontando caminhos para que desvendemos as artimanhas do tempo presente[8].

Diálogos possíveis e fundamentais entre Lélia Gonzalez e o Serviço Social

O Serviço Social brasileiro como profissão de caráter interventivo, possuí um inegável acúmulo e aproximação com a classe trabalhadora e os sujeitos sociais, a processualidade de sua construção como tal expressa os esforços coletivos na apreensão do seu significado social na sociedade capitalista. De acordo com Iamamoto e Carvalho (2006, p. 71), essa profissão situa-se como um dos elementos que participa da reprodução das relações de classe e, do relacionamento contraditório entre elas, sendo assim, configura-se como "um tipo de especialização do trabalho coletivo dentro da divisão social do trabalho, peculiar à sociedade industrial".

Foi através da aproximação com a teoria crítica e de seu acúmulo teórico-metodológico que a questão social passou a ser compreendida como núcleo fundante da profissão, uma vez que "está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho — a exploração" (PAULO NETTO, 2001, p. 45). Essas sistematizações foram imprescindíveis para o avanço do Serviço Social em reconhecer a questão social e suas expressões como subproduto da relação contraditória entre capital x trabalho, bem como sua origem na sociedade brasileira. Segundo Carvalho e Iamamoto (2006, p. 125) "a questão social, seu aparecimento, diz respeito diretamente à generalização do trabalho livre numa sociedade em que a escravidão marca profundamente seu passado recente".

Se por um lado, o Serviço Social brasileiro nas últimas décadas, avançou construindo um projeto profissional vinculado a um projeto societário, sustentado por um arcabouço teórico-metodológico que se direciona na tentativa de apreensão da realidade, sob a perspectiva crítica (PAULO NETTO, 1999), por outro, apresentou limites em reconhecer os impactos étnico-raciais na conformação desta classe, bem como na conformação da própria questão social. O que de forma direta "reverbera na formação profissional limitando o aprofundamento de uma análise de totalidade da realidade brasileira, ou seja, em que medida o racismo impacta o processo de formação e trabalho profissional" (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 2018, p. 11).

Desse modo, surge também, nas últimas décadas, a urgente necessidade em retomarmos as bases da formação do capitalismo à brasileira, de onde emerge o Serviço Social, demandado pelo Estado, Igreja e empresariado em uma perspectiva muito mais vinculada aos interesses das elites, do que necessariamente aos da classe trabalhadora. Em uma relação contraditória institucionalizou-se, em seus primórdios, como uma profissão que atuava na reprodução do controle social e da ideologia dominante, "expressando o poder de influência de determinados agentes pessoais sobre o cotidiano de vida dos indivíduos, reforçando a internalização de normas e comportamentos legitimados socialmente" (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 107-108).

A virada histórica representada no *Congresso da Virada* de 1979, configurou-se como o marco na ruptura do Serviço Social com suas bases conservadoras, repercutindo na construção coletiva do Projeto Ético-Político Profissional. Seu valor ético central está no reconhecimento da liberdade, interligando-se a um projeto societário que acredita na possibilidade de construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, raça, gênero, etnia e sexualidade, afirmando a defesa dos direitos humanos e repudiando toda e qualquer expressão discriminatória e/ou preconceituosa (PAULO NETTO, 1999).

Apesar disso, pouco atentou-se para a determinação escravista brevemente apontada por Raul de Carvalho e Marilda Iamamoto (2006), ponto central para pensarmos sua influência no desenvolvimento e sustentação do modo de produção capitalista, e nos primórdios da profissão (haja vista seu passado recente), bem como, para articularmos as necessárias formas de enfrentamento dessa questão na contemporaneidade, uma vez que o racismo estrutural constitui-se como um braço do capitalismo nesta sociedade (ALMEIDA, 2018), sendo portanto, "raça a maneira como a classe é vivida, da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida" (DAVIS, 2011).

A despeito dessa problemática, e da lacuna existente em torno da questão racial, assistentes sociais, docentes, estudantes e pesquisadores têm somados esforços para contribuir na incorporação e no aprofundamento do debate, assim como, para o confronto crítico e antirracista das bases do Serviço Social (ALMEIDA, 2013; ROCHA, 2014)[9]. Em um movimento que objetiva lançar luz nas contradições internas da formação e da prática profissional, a fim de colaborar para a construção coletiva de estratégias de luta contra a exploração de classe, gênero e raça na sociedade brasileira e para a superação dessas ausências no campo da produção de conhecimento.

Considerando a formação socio-histórica do País, e o acúmulo teórico do Serviço Social em relação a questão social brasileira, Renata Gonçalves (2018, p. 515) enfatiza que a questão étnico-racial não é apenas uma expressão da questão social como também sua antecessora e, ao mesmo tempo o que "sustentou a conformação do antagonismo entre as classes sociais, isto é, foi o alicerce da desigual distribuição de riquezas no emergente capitalismo brasileiro". Com o marco da "abolição de 1988", este sistema de produção desenvolveu-se a partir de aparatos jurídicos, culturais, econômicos, sociais e científicos para manter os egressos da senzala como a "escória da escória do operariado em formação" (FERNANDES, 2008 apud GONÇALVES, 2018, p. 515).

Nesse mesmo direcionamento, Lélia Gonzalez (2020b, p. 35), ainda na década de 80, já chamava atenção para a forma como os trabalhadores negros a partir do estigma negativo da escravização, se constituíram como *massa marginal*, salientado que o racismo enquanto articulação ideológica e um conjunto de práticas, "denota sua eficácia estrutural na medida em que estabelece uma divisão racial do trabalho e é compartilhado por todas as formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas". Assim, o racismo se constitui como uma das ferramentas de maior importância no recrutamento para as posições na estrutura das classes e no sistema de estratificação social, consequentemente, a população negra "é que vai constituir, em sua grande maioria, a massa marginal crescente" (GONZALEZ, 2020b, p. 35).

O entendimento acerca das condições de produção e reprodução da força de trabalho negra, fez com que Gonzalez (2020b) compreendesse que as possibilidades de mobilização social e econômica para esse grupo eram praticamente nulas, justamente porque ocorreu sua marginalização do processo competitivo em relação ao mercado de trabalho, posto substituído pela mão de obra imigrante. Paralelamente, a ideia de uma democracia racial se constituía como uma das principais ideologias do Estado, que por intermédio de práticas, discursos e instituições, apregoava que o País era o grande complexo de harmonia inter-racial a ser seguido por aqueles cuja discriminação racial é declarada, encobrindo a trágica realidade vivida pelos negros (as) (DAMATTA, 1987; HASENBALG, 1996).

Ao mesmo tempo em que oculta a condição excludente e desigual de negros e negras, o mito da democracia racial revela o racismo à brasileira como seu principal fundamento, quando autoriza a culpabilização individual caso o(a) negro(a) não alcance a mobilidade social almejada, tampouco participe com maior efetividade dos processos políticos, sociais, econômicos e culturais. De acordo com Lélia Gonzalez (2020b, p. 38) "dadas as suas características de 'preguiça', 'irresponsabilidade', 'alcoolismo', 'infantilidade etc. ele só pode desempenhar, naturalmente, papéis sociais mais inferiores", nesses termos, a autora subverte a ideia do *negro como problema* também apontada pelo sociólogo Guerreiro Ramos (1955), e expõe o real problema do negro.

O Estado por sua vez assumiu um papel central para a promoção dessa ideologia racista, responsável também por fornecer uma das bases de sustentação da lógica capitalista no Brasil. Gonzalez (2020b, p. 39) também salienta que os aparelhos ideológicos do Estado, na medida em que servem à manutenção das relações de produção existentes, desenvolvem com eficácia a veiculação e o reforço das práticas discriminatórias. Neste mesmo escopo, o operariado negro visto como um problema para o desenvolvimento da nação, passa de classe perigosa à objeto de caridade na aurora do Serviço Social (GONÇALVES, 2018), de modo que, para além de tratar os problemas sociais como *problemas de ordem moral*, como destacou Iamamoto e Carvalho (2006, p. 232), os primeiros assistentes sociais através da sua formação, práticas e discursos, legitimaram o racismo através de sua naturalização.

Logo, com o objetivo de contribuir para ampliação da discussão em torno das bases de legitimação da profissão e do papel que o Serviço Social foi demandado a cumprir no controle das classes mais pobres, visando o ajustamento social dos "desajustados" (IAMAMOTO, CARVALHO, 2006, p. 233), é que insistimos em considerar também a dimensão racial presente nesse processo. A indagação sobre o porquê de o Serviço Social ainda guardar reticências em perceber a questão racial como nuclear a questão social, parte justamente da constatação de que, se a questão social é produzida compulsoriamente pelo capitalismo, "a questão racial

e seu mais grave subproduto: o racismo, fazem parte das relações que impulsionam e dinamizam a sociedade burguesa" (GONÇALVES, 2018, p. 520).

Assim como outros pensadores e intelectuais negros(as), Lélia Gonzalez possui um conjunto de análises que contribui para um amplo entendimento sobre bases que possibilitaram o desenvolvimento do capitalismo dependente no País, bem como para forma na qual o racismo penetrou nas relações sociais e políticas, de modo que, até mesmo entre os setores considerados progressistas, nota-se uma espécie de *esquecimento da questão racial* (GONZALEZ, 2018a, 2020a, 2020b). Em relação a essas contradições, a autora salienta que apesar das denúncias elaboradas em face das injustiças socioeconômicas, que caracterizam as sociedades capitalistas, esses grupos não se enxergam como reprodutores de uma injustiça racial paralela, que tem por objetivo exatamente a reprodução e perpetuação desse sistema, veiculando, portanto, o mito da democracia racial.

Sendo assim no que concerne ao Serviço Social brasileiro, cabe salientar que nas últimas décadas a partir principalmente da implementação da Políticas de Cotas (Lei nº 12.711/2012)[10], houve uma maior demanda em considerar a discussão étnico-racial como um dos aspectos centrais no processo de formação e na instrumentalização da prática profissional. O fortalecimento de grupos de estudos, pesquisa e extensão direcionados a tratar do debate étnico-racial, o surgimento dos coletivos negros e a inserção de um maior número de docentes e pesquisadores negras/os no âmbito da graduação e da pós-graduação, fizeram com que o solo crítico do qual se assentam nossas perspectivas fossem ampliados.

Nesse sentido, torna-se fundamental uma proposta de revisão curricular que objetive lançar luz nas contradições internas do Serviço Social e em seus referenciais teóricos-metodológicos, nomeando as ausências percebidas em torno da questão étnico-racial, a partir da crítica elaborada por referências negras. O exercício de uma práxis antirracista começa quando reconhecemos que o racismo é uma ideologia de dominação que confere privilégios para um determinado grupo, em detrimento de outro, portanto, na construção dessa práxis se impõe também a recusa em construir novas epistemologias e práticas, por intermédio de antigos padrões ocidentais, principalmente quando estes servem para perpetuar os violentos paradigmas coloniais de exclusão.

Considerações finais

Na breve exposição aqui apresentada, discorremos inicialmente sobre a trajetória e o legado conceitual de Lélia Gonzalez na condição de intérprete do Brasil. Além de teórica feminista negra e expoente do Movimento Negro brasileiro, Lélia reinterpretou a realidade do País incluindo o impacto negativo dos quase 400 anos de escravização na formação do capitalismo dependente, salientando também as estratégias de resistência e organização coletiva da população negra diante de sua desigual condição socioeconômica, cultural e política. Essa autora amefricana, também foi fundamental para desvelar as particularidades do racismo à brasileira, e sua articulação com o sexismo e a desigualdade socioeconômica, identificando também o mito da democracia racial como uma ideologia de dominação amplamente naturalizada nas relações sociais como um todo.

Na esteira dessa discussão, apresentamos também ao Serviço Social as possibilidades de diálogo e interlocução com a trajetória acadêmico-militante e a bagagem teórico-crítica de Gonzalez, objetivando contribuir para o aprofundamento do debate étnico-racial na formação profissional. Apesar dessa discussão ter sido inserida como tópico nas Diretrizes Curriculares do curso (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 1996), no núcleo de fundamentos da formação socio-histórica da sociedade brasileira, desde 1996, a concretização desse princípio no processo de formação ainda é uma questão em disputa no interior da categoria profissional, sendo por vezes secundarizada e tratada como um *eixo temático*.

Desse modo, nas últimas décadas têm se atentado para a necessidade de incorporar o debate étnico-racial de forma transversal na formação de assistentes sociais, uma vez que se trata de um elemento estruturante na formação da nossa sociedade. Sendo assim, ao se propor a retomada as bases da nossa formação socio-histórica para compreender como o Serviço Social emerge ancorado em responder a demanda das classes, mas principalmente, a *demanda do problema negro* presente no interior dessa classe, propõe-se também a possibilidade de rompermos efetivamente com a reprodução histórica de práticas e discursos que mais escamoteiam do que desvelam a realidade concreta vivenciada pela grande maioria da classe trabalhadora brasileira, mantendo a falsa perspectiva de *universalidade*.

É a partir da possibilidade de construirmos uma abordagem que compreenda efetivamente os sujeitos que determinam e movimentam os processos históricos — aspectos que consubstanciam e dão significado às nossas lutas e ao direcionamento ético-político do Serviço Social — que partilhamos da trajetória e do legado conceitual de Lélia Gonzalez, na perspectiva de contribuir para o maior acúmulo em torno de discussões centrais que denotam a condição da população negra no Brasil e na Améfrica, bem como para o aprofundamento do debate étnico-racial em uma perspectiva crítica, interseccional e transversal na formação de assistentes sociais.

Referências

ALMEIDA, M. Pioneirismo na discussão étnico-racial no Serviço Social. Revista Libertas, Fac. Serv. Soc., Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 231-239, jan./jun. 2013.

ALMEIDA, S. O que é racismo estrutural. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ARAÚJO, B. Lélia Gonzalez, intérprete do capitalismo brasileiro. Jacobin Brasil, [s. l.], p. 1, 13 set. 2020. Disponível em: https://jacobin.com.br/2020/09/lelia-gonzalez-interprete-do-capitalismo-brasileiro. Acesso em: 15 out. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). Cadernos ABESS, n. 7, nov. São Paulo, Cortez, 1996.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). Subsídios para o debate da questão étnico-racial na formação em serviço social. Vitória (ES), dez. 2018.

BARRETO, R. Enegrecendo o Feminismo ou Feminizando a Raça: Narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez. 2005. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/Rio), Rio de Janeiro, 2005.

BARRETO, R. L. Gonzalez: Uma intérprete do Brasil. *In*: GONZALEZ, L. Lélia Gonzalez: Primavera para as Rosas Negras. São Paulo: Diáspora Africana, 2018. p. 12-27.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais do ensino técnico do nível médio e dá outras providenciais. Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1, p. 1, 30 ago. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 15 out. 2021.

CARNEIRO, S.; CEVA, A.; CORREA, P.; SCHUMAHER, S. Lélia Gonzalez: o feminismo negro no palco da história. Brasília: Abravídeo, 2014.

DAMATTA, R. Digressão: A fábula das Três Raças ou o Problema do Racismo à brasileira. *In*: DAMATTA, R. Relativizando: Uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

DAVIS, A. As mulheres negras na construção de uma nova utopia. Instituto da Mulher negra: Geledés, [s. l.], p. 1, 2011. Disponível em: https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/ Acesso em: 15 out 2021.

ELPIDIO, M. H.; ROCHA, R. Subsídios para o debate da questão étnico-racial na formação em serviço social. Temporalis, online, v. 18 n. 36, 2019. Disponível em: https://www.periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/23060. Acesso em: 15 out. 2021.

GONÇALVES, R. Quando a questão racial é o nó da questão social. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, 2018.

GONZALEZ, L. A Categoria Político-Cultural da Amefricanidade. *In*: RIOS, F.; LIMA, M. (org.). Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020a. p. 127-138.

GONZALEZ, L. Cultura, etnicidade e trabalho: Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. *In*: RIOS, F.; LIMA, M. (org.). Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020b. p. 25-44.

GONZALEZ, L. Lélia fala de Lélia. Revista Estudos Feministas, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 383-386, 1994.

GONZALEZ, L. O movimento negro na última década. *In*: GONZALEZ, L. Lélia Gonzalez: Primavera para as rosas negras. São Paulo: UCPA, 2018a. p. 142-179.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afro latino-americano. *In*: RIOS, F.; LIMA, M. (org.). Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020c. p. 139-150.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: GONZALEZ, L. Lélia Gonzalez: Primavera para as rosas negras. São Paulo: Diáspora Africana, 2018b. p. 190-214.

HASENBALG, C. Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil. *In*: MAIO, M.; SANTOS, R. (org.). Raça, ciência e sociedade. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; CCBB, 1996. p. 235-249.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2006.

PAULO NETTO, J. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: Serviço Social e Saúde. São Paulo: Cortez, 2006. Disponível em: http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/inicio.htm. Acesso em: 15 out. 2021.

PAULO NETTO, J. Cinco notas a propósito da "questão social". Revista Temporalis, Brasília, ano 2, n. 3, p. 41-50, jan./jun. 2001.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (comp.). La colonialidade del saber: eurocentrismo y ciências sociales. Buenos Aires: Clacso, 2000.

RAMOS, A. G. Patologia social do branco brasileiro. Pernambuco: Editora Jornal do Commercio, 1955.

RATTS, A.; RIOS, F. Lélia Gonzalez: Retratos do Brasil Negro. São Paulo: Selo negro, 2010.

ROCHA, R. A incorporação da temática étnico-racial no processo de formação em serviço social: avanços e desafios. Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, P B. G. Negros na Universidade e produção de conhecimento. *In*: SILVA, P. B. G.; SILVÉRIO, V. R. (org.). Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: INPE, 2003.

Notas

1 A compreensão da categoria de amefricanidade, parte de sua identificação como uma identidade cultural e política instituída na diáspora a partir da confluência de etnias africanas e ameríndias. Para além de suas determinações geográficas e socioculturais, ela incorpora e aglutina todo um processo de adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas, desenvolvidas por esses sujeitos ante aos processos de escravização. Apesar das tentativas sistêmicas de apagamento – reatualizadas na colonialidade – a subversão aos mecanismos coloniais de extermínio de existências, saberes, conhecimentos e tecnologias emerge na histórica contribuição desses povos tanto na conformação da América Latina (Améfrica Ladina), quanto na própria identidade nacional (GONZALEZ, 2020a).

2 O Movimento Negro Unificado (MNU) foi fundado a partir de um ato público que ocorreu em resposta à discriminação racial sofrida por quatro garotos do time infantil de voleibol do Clube de Regatas Tietê e a prisão, tortura e morte de Robison Silveira da Luz, trabalhador, acusado de roubar frutas numa feira, sendo torturado no 44º Distrito Policial de Guaianases, vindo a falecer em consequência às torturas. Na ocasião, lideranças, representantes e entidades dos Movimentos Negros brasileiros que já vinham se articulando contra o racismo e repressão policial, ocuparam as escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, ato que marcaria a constituição de um movimento de caráter nacional, o MNU, dentre os quais Lélia Gonzalez foi figura fundamental.

3 Lélia Gonzalez utiliza esse termo para referir-se a notória marginalização sofrida por mulheres negras no ambiente acadêmico. Preteridas nos diferentes espaços da vida social, as intelectuais negras são estrategicamente invisibilizadas no contexto universitário, espaço representado majoritariamente por homens brancos (GONZALEZ, 1994).

4 Apesar da desarticulação sofrida por intelectuais e lideranças negras durante o regime militar, e do processo de semiclandestinidade ao qual foram lançados (isolados das organizações propriamente clandestinas, onde um pequeno número de militantes negros se integrava), houve também um processo de retomada política-ideológica dos Movimentos Negros brasileiros, coadunando no alargamento de suas ações em nível nacional e internacional (GONZALEZ, 2018a).

5 O DOPS foi um órgão de repressão aos movimentos sociais e populares durante a Ditatura Militar no Brasil, tendo como principal alvo os militantes de partidos de esquerda.

6 A categoria de amefricanidade cunhada por Lélia Gonzalez, representa as similaridades percebidas pela intelectual entre o Brasil e outros países do continente americano, unidos pelo legado de resistência deixado pelos sujeitos insurgentes que conseguiram subverter o controle quase absoluto dos seus corpos e subjetividades, fornecendo os principais elementos culturais e linguísticos que vão compor o que ela mesma chama de Améfrica. Nos aspectos relativos ao seu caráter metodológico, a amefricanidade possibilita o resgate de uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formaram numa determinada parte do mundo (GONZALEZ, 2020a).

7 O duplo pertencimento de Lélia Gonzalez no Movimento Negro Unificado (MNU) e no movimento de mulheres, fez com que a intelectual e ativista questionasse o sexismo presente no interior do Movimento Negro e o racismo que existia no movimento feminista, por outro lado, os intercâmbios culturais e as trocas com outras mulheres de dentro e fora do Brasil, acadêmicas e não acadêmicas, militantes e ativistas, possibilitaram a conceituação de uma práxis política que efetivamente representasse a trajetória das mulheres negras das classes populares e traduzisse suas necessidades prioritárias, dialogando também com suas próprias expressões culturais. A proposição por um feminismo afro-latino-americano oriunda das experiências de Lélia em Congressos organizados pelo movimento de mulheres latino-americanas, da fundação e atuação no NZINGA – Coletivo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro, e do I Congresso Nacional de Mulheres Negras (1988) (GONZALEZ, 2020c; RATTS; RIOS, 2010).

8 Lélia Gonzalez faleceu precocemente, aos 59 anos, vítima de um infarto miocárdio, em junho de 1994.

[9] A importância da luta e das elaborações teóricas de ambas as autoras para a incorporação efetiva do debate étnico-racial na formação em Serviço Social, foram imprescindíveis para o avanço qualitativo em torno da referida questão. Magali Almeida, intelectual considerada pioneira na discussão étnico-racial no Serviço Social, em entrevista (ALMEIDA, 2006), atribuiu a inserção desse debate e o desenvolvimento das primeiras ações antirracistas no campo, como influência da organização dos Movimentos Negros, especificamente do Movimento Negro Unificado (MNU), do qual ela também destaca a participação fundamental de Lélia Gonzalez. Roseli Rocha, teve um papel inegável para a transversalidade do debate étnico-racial na formação em Serviço Social, em sua tese ela destaca que reconhecimento em torno da importância dessa discussão no fortalecimento do Projeto Ético-Político Profissional, indica uma importante oportunidade de ser apresentado ao Serviço Social "um pouco da história de luta e conquista do movimento negro, sua trajetória, seus desafios e contradições" (ROCHA, 2014, p. 162), bem como a utilização de autores que tematizaram a questão étnico-racial sob diferentes matizes teóricas, dentre os quais ressalta a figura de Lélia Gonzalez.

[10] A Lei nº 12.711/2012 constituiu-se como uma medida compensatória do Estado diante dos privilégios sociais da parcela branca da população e das desigualdades nas condições de acesso ao ensino superior, destinando, assim, vagas para estudantes de baixa renda, oriundos de escolas públicas, negras/os, quilombolas e indígenas. (BRASIL, 2012).

Thamires Costa Meirelles dos Santos
thamiresmrlls@gmail.com
Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF).
Mestranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

UFRJ
Av. Pasteur, 250 - Urca
Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – Brasil
CEP: 22290-240

Agradecimentos
Não se aplica.
Agência financiadora
Não se aplica.
Contribuições das autoras
Não se aplica.
Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação
Não se aplica.
Consentimento para publicação
Consentimento da autora.
Conflito de interesses
Não há conflito de interesses.

 DOI: https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e84646

ESPAÇO TEMÁTICO: SERVIÇO SOCIAL, RACISMO E CLASSES SOCIAIS

Preto é o lugar onde eu moro: o racismo patriarcal brasileiro

Nathalia Diorgenes Ferreira Lima[1]
https://orcid.org/0000-0001-7575-2205

[1]Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Recife, PE, Brasil

***Preto é o lugar onde eu moro*: o racismo patriarcal brasileiro**

Resumo: Este artigo tem como objetivo refletir sobre a relação entre racismo, relações patriarcais e pobreza como parte de um sistema de opressão específico, denominado racismo patriarcal. Trata-se de uma pesquisa teórica que buscou articular a particularidade do racismo brasileiro à conformação das relações patriarcais, a partir do pensamento das mulheres negras. Assim, tem-se um racismo produzido no processo de colonização escravocrata no Brasil, haja vista que a escravidão foi um sistema patriarcal. As particularidades da formação social e histórica do Brasil produziu um tipo específico de racismo que atualmente se apresenta a partir do mito da democracia brasileira. Esses contornos articulados às relações patriarcais e à pobreza estruturante conformam para as mulheres negras contextos de opressão específicos em que imbrica estereótipos, invisibilidades e processos de exploração.

Palavras-chave: Racismo patriarcal; Mulheres negras; Pobreza.

***Black is where I live*: brazilian patriarchal racism**

Abstract: This article aims to reflect on the relationship between racism, patriarchal relationships and poverty as part of a specific system of oppression called patriarchal racism. It´s about theoretical research that sought to articulate the particularity of Brazilian racism to the conformation of patriarchal relations, from the thinking of black women. Thus, there is a racism produced in the process of slave colonization in Brazil, given that slavery was a patriarchal system. The particularities of Brazil's social and historical formation produced a specific type of racism that currently presents itself from the myth of Brazilian democracy. These contours, articulated to patriarchal relationships and structuring poverty, shape specific contexts of oppression for black women in which stereotypes, invisibilities and processes of exploitation overlap.

Keywords: Patriarchal racism; black women; Poverty.

Recebido em 01.11.2021. Aprovado em 16.12.2021. Revisado em 21.02.2022.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

Carolina Maria de Jesus, catadora de lixo, negra e favelada, escreveu na década de 1950 diários, publicados no livro *Quarto de Despejo — Diários de uma favelada,* em 1960, que retratavam e analisavam a síntese da opressão vivenciada pelas mulheres negras: "Como é horrível ver um filho comer e perguntar: tem mais? Essa palavra 'tem mais' fica oscilando no cérebro de uma mãe que olha para as panelas e não tem mais" (JESUS, 2014, p. 38).

A vida das mulheres negras é constituída historicamente por múltiplas opressões que além de relegar essas mulheres aos piores índices sociais, invisibilizaram seus contextos de opressão. A pobreza é comumente analisada desconsiderando o racismo e as relações patriarcais que a conformam. Assim, perde-se de vista que a articulação entre racismo e as relações patriarcais é essencial para o processo de reprodução do capitalismo periférico. É preciso se distanciar da lógica dos recortes para a apreender a totalidade das relações sociais.

As mulheres negras representam 39,8% da extrema pobreza e 38,1% da pobreza; lideram as taxas de desemprego e de subutilização, 18,2% e 40,5% respectivamente; representam 68% das mortes maternas e 47,9% das internações por aborto contra 24,8% entre as mulheres brancas; são maioria entre mulheres encarceradas e vítimas de homicídios (CRIOLA, 2021). Além dos dados que retratam esse cenário, o Dossiê Mulheres Negras e Justiça Reprodutiva elaborado pela ONG Criola (2021), apontou para a violência institucional produzida pelos próprios dados oficiais, haja vista que dados são fundamentais para conhecermos a realidade não são segregados por sexo e raça/cor, apagando a situação de vulnerabilidade em que essas mulheres estão inseridas. É importante destacar que a produção de dados estatísticos é crucial para a elaboração de políticas públicas.

Assim, este artigo objetiva refletir sobre o racismo patriarcal proposto por Werneck e Silva (2016) a partir das concepções de racismo brasileiro de Guimarães (1995), Gonzalez (1983), Carneiro (2011) e Jesus (2014) com um conceito potente para analisar a realidade. Em um primeiro momento aborda-se a história particular do racismo brasileiro. Em seguida propõem-se uma discussão conceitual sobre o racismo brasileiro. Por fim, aprofundamos e discutimos o racismo patriarcal como um sistema de opressão particular que articula racismo, sexismo e pobreza.

Uma história para cada racismo

De acordo com Brah (2006, p. 344), "cada racismo tem uma história particular. Surgiu no contexto de um conjunto específico de circunstâncias econômicas, políticas e culturais, foi produzido e reproduzido através de mecanismos específicos e assumiu diferentes formas em diferentes situações". A história do racismo brasileiro é a história do embranquecimento da identidade nacional. A construção da identidade do povo brasileiro precisou recorrer a uma série de fragmentos simbólicos que formou um mosaico de contraditórios. O mito nacional, no nosso caso da brasilidade, de acordo com Souza (2009) é algo que tem como propósito construir um sentimento de solidariedade aos filhos daquele território, daquela nação. Trata-se de um conjunto simbólico de características que não necessariamente reflete as dinâmicas reais das relações micro e macrossociais. Acima de tudo, são invenções que justificam processos nos quais os países estão submetidos.

O fato é que a história da formação social do Brasil é a história da escravidão e, consequentemente, dos seus desdobramentos: racismo científico, racismo cultural, mito da democracia racial, ideologia da mestiçagem. A escravidão é o motor da colonização brasileira e estendeu-se por quase quatro séculos. Para além de um modo de produção, a escravidão era um tipo de sociabilidade, uma mentalidade coletiva que ordenava as práticas sociais. Collins (2016) argumenta que a escravidão era uma instituição específica de raça, classe e gênero, na qual sujeitos colonizados ocupavam lugares sociais diferenciados. "A escravidão foi uma instituição profundamente patriarcal" (COLLINS, 2016, p. 21), uma vez que o centro do poder era o homem branco proprietário de terras e de escravos, que regia a familiar nuclear em que as mulheres brancas desempenhavam uma função específica. O controle dos corpos e da sexualidade dessas mulheres era feito a fim de assegurar a sucessão dos bens daquela família, nos termos da autora, e para garantir-lhes status de inferioridade.

A escravidão funcionou como um processo de intensa desumanização dos sujeitos colonizados. A partir dessa concepção, o racismo patriarcal (WENERCK; SILVA, 2016) representa a matriz de dominação (COLLINS, 2019) do Brasil, já que caracteriza sua organização social geral. Werneck e Silva (2016) elaboram o termo

racismo patriarcal para analisar como as formas de hierarquização racial persistentes são marcadas por relações patriarcais. Assim, o racismo patriarcal heteronormativo

> é um modo de definir o racismo atuante no Brasil e seus modos de atuação diferenciada a partir do sexismo e das fobias LGBT. O conceito permite chamar atenção para os diferentes processos que atuam na produção da subordinação de indivíduos e grupos, jogando luz ao fenômeno denominado de interseccionalidade. Sob o racismo patriarcal heteronormativo, processos de subordinação, violência e inferiorização das pessoas negras adquire ferramentas que atingem de forma específica todas as que se situam em posições femininas dentro do espectro das identidades de gênero. (WENERCK; SILVA, 2016, p. 11).

O racismo não pode ser restringido a uma mera continuação da escravidão, pois constitui um desdobramento das relações raciais de dominação após a abolição. Entretanto, os lugares sociais das mulheres negras na sociedade escravocrata são cotidianamente reatualizados e materializados na pobreza, desemprego, emprego informal, morte materna, barreiras de acesso à saúde, insegurança alimentar, hipersexualização, marginalização das esferas políticas, controle da sexualidade e, ainda imagens de controle.

Gonzalez (1982) e Davis (2016)[1] revisitaram esse lugar social, um lugar subordinado, obviamente, mas principalmente marcado por uma profunda resistência. Essa história permite, por um lado desestabilizar categorias caras para o feminismo como divisão sexual do trabalho, mulher e experiência (BAIRROS, 1995), e por outro, possibilita compreender os contextos de opressão das mulheres negras engendrados pelo racismo.

As mulheres negras tiveram uma centralidade no período escravocrata que ultrapassa a exploração das suas existências através do trabalho compulsório. Elas foram protagonistas no processo de sobrevivência do seu povo (GONZALEZ, 1982; DAVIS, 2016). A população negra na escravidão era objeto e propriedade, como já largamente compreendido, a condição humana era inexistente. Coisificado, o povo escravizado não tinha gênero, ou para utilizar as palavras de Davis (2016, p. 17), "já que as mulheres eram vistas, não menos que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero". Ou seja, as mulheres negras escravizadas trabalhavam no eito tanto quanto os homens. O trabalho pesado nas lavouras também era atribuição das mulheres, que eram enviadas desde crianças, e mesmo grávidas e recém-paridas não eram retiradas dele. Essa realidade também foi constatada por Gonzalez (1982). As mulheres negras trabalhavam de sol a sol, eram subalimentadas e não incomum recorriam ao suicídio, infanticídio e aborto para que suas crianças não tivessem como destino a escravidão.

Entretanto, a sua condição de mulher impunha-se mesmo que, de modo geral, fosse desconsiderada. É o que Davis (2016, p. 19) designa como uma postura dos senhores regida pela conveniência em relação as escravas: "quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmea". A violência sexual era um castigo recorrente destinado às mulheres negras. Além dos açoites e mutilações, também sofridos pelos homens escravizados, as mulheres negras eram estupradas, condicionando seu lugar específico de mulher (lida como fêmea) no regime escravista.

Segundo Davis (2016), após o fim do tráfico internacional de mão de obra escrava, a capacidade reprodutiva da mulher negra passou a ser valorada como meio para perpetuar a população escravizada. As mulheres negras que tinham a capacidade biológica de gerar uma prole numerosa eram valiosas. Mas isso não as colocava no ensejo do ideário da maternidade, essas escravas eram vistas como trabalhadoras e não gozavam de numa condição especial.

> A exaltação ideológica da maternidade – tão popular no século XIX – não se estendia às escravas. Na verdade, aos olhos dos seus proprietários, elas não eram realmente mães; eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava. Elas eram *reprodutoras* – animais cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir da sua capacidade de se multiplicar (DAVIS, 2016, p. 19).

De acordo com Gonzalez (1982, 1983), uma outra função destinada às mulheres negras era a mucama. A mucama era responsável pelo trabalho doméstico da casa grande, incluindo a criação das crianças. Essa função específica cria a figura da mãe preta que Gonzalez (1983) vai designar como uma colher de chá do racismo, pois aparentemente é construída como uma metáfora da dedicação e do cuidado, ao passo também que era resistência ao regime escravista, uma *resistência passiva*, pois consistia em passar os valores da população

negra para as crianças brancas. A mucama também representava a função de prestadora de serviços sexuais; ela era o objeto com o qual os filhos e parentes dos senhores brancos iniciavam-se sexualmente. A política sexual brasileira escravista consistia na violação das mulheres negras de forma indelével, ao passo que os estupros ocorriam, as mulheres escravas eram categorizadas como promíscuas, permissivas e reduzidas ao estatuto de fêmeas animais.

A miscigenação brasileira é fruto da violência colonial contra as mulheres negras (CARNEIRO, 2003). O estupro foi o meio utilizado pelo qual a miscigenação tornou-se possível e diferentemente da versão romanceada proposta por Freyre (2003) fazia parte de uma realidade excruciante vivenciada pelas mulheres negras, pela qual terminavam de retirar toda a sua dignidade humana. O pensamento do cruzamento inter-racial harmônico, bem como a ideia da mucama como permissiva e promíscua, estão presentes na construção da mulata brasileira e em todos os elementos que lhe dão significado: carnaval, samba, produto de exportação e símbolo da democracia racial brasileira.

Entretanto, além dessas funções atribuídas às mulheres negras no regime escravista, havia uma que lhe era própria e lhe dotava da humanidade devida: a resistência. Davis (2016) e Gonzalez (1982) explanam que a história das mulheres negras escravas é, antes de mais nada, uma história de resistência. Seja qual fosse a categoria de escrava à qual estava submetida, à mulher negra (trabalhadora do eito e mucama ou reprodutora), "cabia-lhe a tarefa de doação de força moral para o seu homem, seus filhos ou seus irmãos de cativeiro" (GONZALEZ, 1982, p. 92). As mulheres, estadunidenses e brasileiras, enfrentaram a escravidão em todos os momentos: incentivaram e protagonizaram lutas e revoltas, lideraram fugas, construíram quilombos, lutaram capoeira, cometeram suicídios contra o regime, elaboraram uma rede de espionagem dentro da casa grande, envenenaram seus senhores, apressaram as conspirações de escravos, aprenderam a ler e a escrever de forma clandestina, mataram os próprios filhos para livrá-los da escravidão, foram 'insolentes', participaram da luta armada; e, formaram famílias negras, como forma de dar assistência ao seus filhos e companheiros, bem como criar um espaço de resistência para a comunidade negra sobreviver à escravidão (DAVIS, 2016; GONZALEZ, 1982). "A consciência que tinham de sua capacidade ilimitada para o trabalho pesado pode ter dado a elas a confiança em sua habilidade para lutar por si mesmas, sua família, seu povo" (DAVIS, 2016, p. 24). Essas mulheres negras, ainda nos termos da autora, lançam as bases para uma nova condição de mulher.

O racismo brasileiro

O racismo moderno, enquanto discurso e doutrina, é criado após o processo de abolição e a partir da igualdade política e formal (GUIMARÃES, 2008). Devido às consequências políticas do racismo científico (vide holocausto e sistemas formais de discriminação racial)[2], após a Segunda Guerra Mundial, o ocidente inaugurou uma agenda antirracialista, que em muitas vezes foi confundida com antirracismo (GUIMARÃES, 1995). Esse programa consistia numa lógica universal que negava a existência de diferenças raciais entre os seres humanos, enfatizava o estatuto formal de cidadania em detrimento da igualdade prática entre os homens, de acordo com Guimarães (1995).

Esse discurso alimentou as elites brancas brasileiras, que no início do século XX estavam em busca da construção de uma identidade nacional que, aproveitando o ensejo da queda do conceito biológico de raça e a ascensão da concepção preconceito de cor que relegava as discriminações raciais ao plano comportamental, contrapôs-se aos regimes raciais estadunidense e sul-africano, construindo para si e para o mundo a imagem de paraíso racial.

O mito da democracia racial edificado nas primeiras décadas do século XX, bem como o projeto de embranquecimento ainda dirige as práticas políticas, sociais e econômicas no Brasil. *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre, publicada em 1922, é considerada um marco no pensamento social brasileiro. A obra oferece uma narrativa ideológica nas relações sociais no Brasil escravocrata, a partir das dinâmicas dos engenhos de açúcar pernambucanos; uma sociologia despretensiosa acerca da vida cotidiana. A obra consiste em uma etnografia funcionalista que se propunha a descrever e explicar um contexto sociocultural novo. Decerto, é uma obra genial, ideológica, porém escrita em um tom literário, rapidamente se entranhou no pensamento social brasileiro, exceto nas escolas de direito, nas quais o pensamento racialista persistia (GUIMARÃES, 1995). Freyre (2003) constrói um discurso sobre a formação do Brasil, na qual o povo brasileiro é fruto das

melhores qualidades das três raças que aqui habitavam, elaborando uma sociedade composta por mestiços vivendo harmonicamente.

Dos inúmeros problemas da obra de Freyre (2003), destacamos a romantização das violências sexuais cometidas contra as mulheres negras escravizadas. A miscigenação foi elaborada como fruto do "contato íntimo natural" entre os portugueses e as mulheres negras e indígenas. A violência colonial contra as mulheres negras escravas não é coisa alguma que se possa romantizar, mas sim "uma arma de dominação, uma arma de repressão, cujo objetivo oculto era aniquilar o desejo das escravas de resistir e, nesse processo, desmoralizar seus companheiros" (DAVIS, 2016, p. 36).

A partir desse cenário, de acordo com Guimarães (1995), a classe é posta no centro do debate. É essa categoria apenas que definirá as oportunidades de vida de uma pessoa. Esse pensamento foi difundido pós-Freyre por um leque de autores, incluindo Donald Pierson (GUIMARÃES, 1995). Tal autor afirmou que o Brasil seria uma sociedade multirracial de classes; as barreiras existentes não se devem às origens étnico-raciais, mas são decorrentes da ordem econômica cultural. Esse ideário antirracialista é, portanto, uma política de negação do racismo como fenômeno social.

Segundo Gonzalez (1982a), o mito da democracia racial será incorporado veementemente pela ditadura brasileira. Falar de discriminação racial era considerado contravenção pelo Estado Ditatorial, através da Lei de Segurança Nacional. O chamado milagre econômico brasileiro, fruto da tríplice aliança entre Estado militar, multinacionais e empresariado nacional, gerou o empobrecimento das massas, e como as massas eram (e são) compostas em sua maioria por negros e negras, ficou cada vez mais explícito a exclusão social desta população. O avanço do agronegócio no campo potencializou o êxodo rural das massas negras; nas cidades, este contingente populacional ocupou progressivamente postos de trabalho precarizados na construção civil e principalmente no setor de serviços. A servidão, pois reatualizava-se no Brasil. A tensão entre o ideário antirracista e a vida concreta das pessoas tornou-se insuportável (GUIMARÃES, 1995).

Esse contexto político, social e econômico colocou em suspeita o mito de ascensão do homem negro, nos termos de Carneiro (1995), bem como da incorporação de mestiços pelo status de grupo dominantes, tal qual o pensamento de embranquecimento social brasileiro preconizava. As massas negras empobrecidas eram compostas por pretos e mulatos. Os poucos negros que ascenderam individualmente não compartilhavam do poder real com os homens brancos. Como menciona Carneiro (1995), a exaltação dessa ascensão servia apenas para alimentar o mito da democracia social. Ainda de acordo com a autora, a ascensão dos homens negros brasileiros é vazia politicamente, pois, não expressa conquistas para a sua comunidade racial.

Assim, em meados dos anos 1970, o Movimento Negro Unificado retoma a categoria raça no seu sentido político como forma de denunciar a clivagem racial vivida no Brasil (GUIMARÃES, 1995; GONZALEZ, 1982a). Para Guimarães (1995), a categoria de raça foi compreendida como "construtos sociais, formas de identidade baseadas numa ideia biológica errônea, mas eficaz socialmente para construir, manter e reproduzir privilégios e diferenças" (GUIMARÃES, 1995, p. 153). A partir dessa retomada do conceito social de raça, as desigualdades apresentam um componente racial que não pode ser restringido à classe, tampouco a categoria objetiva da cor de pele (GUIMARÃES, 1995).

Apesar da reformulação do debate racial no Brasil, o racismo está longe de ser superado, sobretudo em sua imbricação intrínseca com o patriarcado. O racismo brasileiro patriarcal cavou um não lugar para as mulheres negras em diversas esferas sociais, inclusive nos movimentos sociais: invisibilizadas pela raça e classe, as mulheres negras esbarravam no racismo do movimento feminista e no sexismo do movimento negro centrado nas experiências masculinas. Ao nomear e datar a luta das mulheres e de formar pretensiosa universalizar as experiências de seus próprios grupos sociais e raciais, o feminismo hegemônico deixou à margem um contingente enorme de mulheres, de lutas, estratégias, experiências e vidas (WERNECK, 2005).

Racismo, sexismo e pobreza a partir do pensamento das mulheres negras

Dessa forma, as mulheres negras brasileiras (JESUS, 2014; BAIRROS, 1995, GONZALEZ, 1982a, 1982; WERNECK, 2005, 2009, 2016; CARNEIRO, 1995, 2003, 2011, 2019) postularam críticas contumazes a ambos os movimentos que ao mesmo tempo que invisibilizavam as contribuições das mulheres negras na sociedade brasileira, descredibilizavam as práticas político-teóricas das mulheres negras.

> A consciência de que a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em *solidariedade racial intragênero* conduziu as mulheres negras a enfrentar, no interior do próprio movimento feminista, as contradições e as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produzem entre as mulheres, particularmente entre negras e brancas no Brasil. O mesmo se pode dizer em relação à solidariedade de gênero intragrupo racial que conduziu as mulheres negras a exigirem que a dimensão de gênero se instituísse como elemento estrutura. (CARNEIRO, 2003, p. 120).

Acusadas de falta de solidariedade racial de um lado e de 'criadoras de caso' e agressivas por outro, as mulheres negras arquitetaram estratégias políticas próprias para a enfrentar a asfixia social (CARNEIRO, 2019) que o racismo patriarcal as submetia. Um momento emblemático desse processo foi a presença massiva de mulheres negras na III Conferência contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, conhecida como Conferência de Durban no ano de 2001. Carneiro (2019) argumenta que as conquistas políticas das mulheres negras na conferência inauguraram um novo momento no relacionamento entre mulheres brancas e negras no Brasil.

Ao longo dos anos 2000, o debate racial no Brasil, bem como sobre os direitos humanos da população negra, implicou na forma como raça e racismo são compreendidos no País. O debate sobre a Lei de Cotas, o Estatuto da Igualdade Racial, a criação da Secretária de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em 2003, e demais políticas afirmativas, mesmo que ambíguas, já que o Estado busca corrigir as desigualdades raciais que ele mesmo cria (CARNEIRO, 2011), descredibilizou, mesmo que de modo tímido, a premissa de que no Brasil há uma democracia racial. A denúncia das mulheres negras em uma conferência internacional é notável, haja vista que anos antes a ONU empenhou-se, através do Projeto Unesco, para provar que no Brasil não havia racismo, apenas preconceito de cor aliado às questões de classe.

No final da década de 1940 e na década de 1950, logo após a Segunda Guerra Mundial e a criação da ONU em 1948, essa dedicou-se a criar uma contranarrativa global ao nazismo. Imbuída desse propósito, a ONU financiou uma série de intelectuais brasileiros e enviou outros estrangeiros ao Brasil em busca de uma sociedade com baixos conflitos étnico/raciais. Participaram desse projeto intelectuais como Florestan Fernandes, Oracy Nogueira, Guerreiro Ramos, Arthur Ramos e estrangeiros como Charles Wagley e Alfred Métraux, entre outros. O Brasil foi escolhido devido a estudos anteriores que apontavam o país como harmônico socialmente. O pensamento social brasileiro, após os estudos de Donald Pierson (1930-1940), privilegiou a categoria cor nos seus estudos. A incorporação dessa categoria objetiva variava entre considerar a cor um critério de identidade de classe juntamente ao status, e considerar o preconceito de cor como uma reação das elites à integração tardia dos negros à sociedade de classes. O primeiro caminho afirmava que no Brasil ocorria um processo de embranquecimento social a partir da elevação econômica de mestiços, bem como a assimilação de estilos comportamentais dos grupos dominantes e, o segundo, apesar de avaliar a sociedade brasileira composto por hierarquias entre grupos, esses não eram codificados a partir da raça, mas sim da cor (GUIMARÃES, 1995).

Esse pensamento continha, segundo Guimarães (1995), uma série de equívocos: a elaboração de que raça inexiste no Brasil, apenas há diferenças de cor, o que poderia ser constatado a partir da aparência física dos sujeitos e não com base na sua origem racial; a suspeita de que a discriminação por raça ou por cor não poderia ocorrer no Brasil, por que nos faltaria critérios claros de classificação, bem como uma homogeneidade de sujeitos (mestiços) compondo o território nacional, como se a própria categoria de cor fosse possível fora de um sistema de representações raciais; a pressuposição de que mulatos poderiam ascender ao status de brancos; e, que se há discriminação racial no Brasil, ela seria apenas resquício de uma ordem escravocrata em extinção. Esse conjunto de elementos, segundo o autor, articulados ao insistente antirracialismo dará corpo ao que chamamos de democracia racial.

Assim, as mulheres negras brasileiras elaboraram a tese de que a realidade brasileira é conformada pelo colonialismo, racismo, sexismo e pobreza, imbricados em um sistema de opressão que oprime as mulheres negras de forma específica, perpetrando contra elas a violência sexual colonial e seus desdobramentos, bem como estereótipos (imagens de controle) que impedem a ascensão das mulheres negras e relegam-nas sistematicamente a um lugar de animalização. Nesse sentido, era salutar modificar as bases do feminismo brasileiro para que as diferenças entre as mulheres fossem reconhecidas. Ao negar sistematicamente os lugares sociais distintos das mulheres negras, o feminismo brasileiro alimentou o mito da democracia brasileira e contribuiu para o abismo social entre as mulheres.

A violência sexual colonial, conforme Carneiro (2003), constitui as hierarquias de gênero e raça, o que possibilita a erotização das desigualdades entre homens e mulheres, bem como a romantização da violência sexual. O mito da fragilidade feminina não encontra repouso sobre a vida das mulheres negras, pois essas nunca foram consideradas frágeis, tampouco rainhas do lar. As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que sempre tiveram sua força de trabalho explorada, seja no modo de produção escravagista seja no capitalismo moderno. As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que sempre tiveram sua subjetividade arruinada por meio do padrão estético branco.

Assim, as mulheres negras impuseram ao feminismo brasileiro a urgência de compreender que gênero, classe e raça estão necessariamente vinculados. Para a autora, o feminismo tem um desafio teórico-político evidente em relação ao debate racial, pois a liberação (e/ou empoderamento) das mulheres só é possível a partir da problematização de todos os eixos de opressão. Ou seja, é necessário enegrecer o feminismo.

> Enegrecer o movimento feminista brasileiro tem significado, concretamente, demarcar e instituir na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial tem na configuração, por exemplo, das políticas demográficas, na caracterização da questão da violência contra a mulher pela introdução do conceito de violência racial como aspecto determinante das formas de violência sofridas por metade da população feminina do país que não é branca; introduzir a discussão sobre as doenças étnicas/raciais ou as doenças com maior incidência sobre a população negra como questões fundamentais na formulação de políticas públicas na área de saúde; instituir a crítica aos mecanismos de seleção no mercado de trabalho como a "boa aparência", que mantém as desigualdades e os privilégios entre as mulheres brancas e negras. (CARNEIRO, 2003, p. 3).

Não obstante, enegrecer o feminismo contribui para alicerçarmos a nossa história em outros pilares. Inspirada em Collins (2019) e Gonzalez (1982), argumento que o feminismo negro é tecido também por mulheres anônimas e mulheres não acadêmicas que escreveram sobre suas histórias. Jesus (2014), em Diário de uma favelada[3], oferece um lúcido esquema de análise para compreensão da subordinação das mulheres negras e as opressões interseccionais que atravessam suas vidas. A pobreza é o pano de fundo sob o qual ela tece as tramas de uma cotidianidade atravessada por classe e raça. Jesus (2014) analisou a fome — a Amarela, designando que uma pessoa quando atingia essa cor era porque estava transcendendo o estágio do suportável. A condição das mulheres e mães pretas faveladas não era interpretada por Jesus (2014) como descolada de uma estrutura de dominação.

> Até que enfim parou de chover. As nuvens deslizam-se para o poente. Apenas o frio nos fustiga. E várias pessoas da favela não tem agasalhos. Quando uns tem sapatos, não tem paletó. E eu fico condoída vendo as crianças pisar na lama [...] percebi que chegaram novas pessoas para a favela. Estão maltrapilhas e as faces desnutridas. Improvisaram um barracão. Condoí-me de ver tantas agruras reservadas aos proletários. Fitei a nova companheira de infortúnio. Ela olhava a favela, suas lamas e suas crianças paupérrimas. Foi o olhar mais triste que já presenciei. Talvez ela não mais tenha ilusão. Entregou sua vida aos cuidados da vida ... Há de existir alguém que lendo o que eu escrevo dirá ... isto é mentira! Mas, as misérias são reais.... O que eu revolto é contra a ganância dos homens que espremem uns aos outros como se espreme uma laranja. (JESUS, 1963, p. 41).

Em toda a obra, Jesus (2014) articula as condições de vida das mulheres negras às estruturas políticas.

> Quando um político diz nos seus discursos que está ao lado do povo, que visa incluir-se na política para melhorar as nossas condições de vida pedindo o nosso voto prometendo congelar os preços, já está ciente que abordando este grave problema ele vence nas urnas. Depois divorcia-se do povo. Olha o povo com olhos semi-cerrados. Com orgulho fere a nossa sensibilidade. (JESUS, 2014, p. 38).

Não se trata de um mero retrato da miséria que acomete as mulheres negras brasileiras, mas de uma proposta analítica às múltiplas opressões que desenham a vida destas mulheres, situando a fome como um problema político, questionando profundamente os pressupostos da meritocracia brasileira. Apesar da vida exasperante imposta a ela, e demais mulheres negras periféricas, pelo racismo patriarcal, Jesus (2014) escreve sobre a sua realidade para resistir e resiste à miséria no cotidiano. Sua obra revela que ao contrário dos esforços intelectuais, em sua maioria brancos, que compuseram o Projeto Unesco na década de 1950, as questões que afligiam o Brasil não eram de classe, mas sim de classe e raça. "A vida é igual um livro. Só depois de ter lido é

que sabemos o que encerra. E nós quando estamos no fim da vida é que sabemos como a nossa vida decorreu. A minha, até aqui, tem sido preta. Preta é a minha pele. Preto é o lugar onde eu moro". (JESUS, 2014, p. 160).

O projeto eugênico erguido no país nas primeiras décadas do século XX visou espremer a população negra, recentemente liberta, nos piores espaços urbanos; nenhuma política compensatória foi ofertada, prisões e manicômios foram construídos para reter a massa negra indesejada e a fome refletiu uma estratégia de aniquilar a parcela que não encarcerada. A despeito das tensões que decorreram dos resultados das pesquisas do Projeto Unesco, o legado consistiu em consolidar o mito da democracia brasileira, conferindo unicamente à pobreza a responsabilidades pelas desigualdades sociais no País.

Assim, para Gonzalez (1982a, p. 94), o racismo é "uma construção ideológica cujas práticas se caracterizam nos diferentes processos de discriminação racial. Um discurso de exclusão, interpretado e reinterpretado de acordo com os interesses de quem dele se beneficia". A importância da categoria raça impõe-se a partir da necessidade de denunciarmos o mito da democracia racial e as tentativas de embranquecimento da população negra brasileira. Resgatar nossas origens, língua, costumes e culturas diz respeito a valorar um povo historicamente massacrado pelo escravismo colonial. Negar a categoria raça significa negar a construção discursiva dos sujeitos negros, bem como potencializar o racismo brasileiro, com a sua aversão aos conflitos e diferenças, aquele racismo arraigado nas instituições, relações sociais e movimentos.

Considerações finais

O racismo patriarcal (WERNECK; SILVA, 2016) é um sistema de opressão específico por onde são produzir e reproduzidas desigualdades e injustiças, que por sua vez atingem de forma diferenciada as mulheres negras. Nesse sentido, o racismo brasileiro e as relações patriarcais atuam de forma imbricada fomentados por um capitalismo dependente. O resultado desse processo é um racismo que se apresenta como cordial, chama a si mesmo de antirracista (GUIMARÃES, 1995) e nega as desigualdades raciais. A mestiçagem é resultado de um esforço do Estado brasileiro em busca do embranquecimento. Apesar de fracassarem na construção de um Brasil branco, as elites ergueram o mito da democracia racial, dificultando a constituição de identidades entre a população negra. Vivemos em um país que insiste em dizer: somos todos brasileiros e não negros ou brancos.

O Movimento Negro Unificado denuncia há mais de 40 anos o mito da democracia racial como uma farsa das elites e a miscigenação como uma estratégia de embranquecimento. A luta da população negra organizada resultou em algumas conquistas, tais como: lei de cotas, Estatuto da Igualdade Racial, Programa Juventude Viva, entre outras. Contudo, mudanças nas estruturas de supremacia branca requerem um tempo histórico considerável. Além disso, a resistência da população brasileira em relação à discussão racial dificulta a transformação do padrão dessas relações. De fato, nos últimos anos com ascensão do fascismo ao poder, assistimos também a uma mudança nesse debate. Frases e posturas racistas proferidas por Jair Bolsonaro, representante desse projeto político no Brasil, causaram indignação e a resposta a essas posturas foi a efervescência do debate sobre racismo.

Entretanto, é um debate que carece de aprofundamento dos contornos particulares do racismo brasileiro, compreendendo esse sistema como fundamental para o desenvolvimento do capitalismo dependente e a imbricação desses dois sistemas com as relações patriarcais. A vida das mulheres negras não um mero recorte ou produto de uma falha, mas uma estratégia minuciosa de um sistema de opressão poderoso que precisa amortecer suas crises na vida e nossos corpos dessas mulheres para continuar se reestruturando.

Por fim, relembro o caso de Mirtes, moradora do Recife, que perdeu seu filho Miguel, assassinado pela negligência racista. Mirtes precisou levar seu filho para o trabalho em pleno isolamento na pandemia, pois não tinha como *ficar em casa*. Perdeu seu filho porque não tinha nenhuma segurança trabalhista do Estado Brasileiro e nenhum apoio social que garantisse o exercício da sua maternidade com qualidade. O Estado brasileiro cotidianamente assassina os filhos dessas mulheres, impondo, além de desproteção social, sofrimento, morte e adoecimentos. Analisar a sociedade trazendo a vida das mulheres negras para o centro do debate é urgente.

Referências

BAIRROS, L. Nossos feminismos revisitados. Revista Estudos Feministas, v. 3, n. 2, 2. sem. 1995.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciações. Cadernos Pagu, Campinas, n. 26, jan./jun. 2006.

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Rio de Janeiro: Takano Editores, 2003.

CARNEIRO, S. Gênero e raça na sociedade Brasileira. *In*: CARNEIRO, S. Escritos de uma vida. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

CARNEIRO, S. Gênero, raça e ascensão social. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 3, n. 2, 1995.

CARNEIRO, S. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011.

COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider whitin: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 31, n. 1, jan./abr. 2016.

COLLINS, P. H. Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

CRIOLA. Dossiê Mulheres Negras e Justiça Reprodutiva, 2021. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1eHGSM3DmKx1m9NbXEqrFBKRQQnZgeoBx/view. Acesso em: 19 out. 2021.

DAVIS, A. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

FREYRE, G. Casa grande e senzala. São Paulo: Global, 2003.

GONZALEZ, L. A mulher negra na sociedade brasileira. *In*: LUZ, M. (org.). O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

GONZALEZ, L. O movimento negro na última década. *In*: GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. (org.). Lugar de negro. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982a.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: SILVA, L. A. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. Ciências Sociais Hoje, Brasília, ANPOCOS, n. 2, 1983.

GUIMARÃES, A. S. Racismo e anti-racismo no Brasil. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, 1995.

GUIMARÃES, A. S. Raça, cor e outros conceitos analíticos. *In*: SANSONE, L.; PINHO, O. A. (org.). Raça: novas perspectivas antropológicas. Salvador: EDUFBA, 2008.

JESUS, C. M. Quarto de Despejo: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2014.

SOUZA, J. A construção do mito da brasilidade. *In*: SOUZA, J. (org.). A ralé brasileira: quem é e como vive? Belo Horizonte: Ed. UFMG. 2009.

WERNECK, J. De ialodês y feministas: reflexiones sobre el acción de las mujeres negras en América Latina y el Caribe. *In:* CURIEL, O.; FALQUET, J.; MASSON, S. (org.). Nouvelles Questions Féministes Feminismos disidentes en América Latina y el Caribe, v. 24, n. 2, 2005. Disponível em: http://www.catedradh.unesco.unam.mx/SeminarioCETis/Documentos/Doc_basicos/5_biblioteca_virtual/5_participacion_politica/10.pdf. Acesso em: 23 mar. 2011.

WERNECK, J. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo Vents d'Est, vents d'Ouest: Mouvements de femmes et féminismes anticoloniaux [en línea]. Genève: Graduate Institute Publications, 2009. Disponível em: https://books.openedition.org/iheid/6316. Acesso em: 11 nov. 2019.

WERNECK, J., SILVA, N. I. Dossiê: a situação dos direitos humanos das mulheres negras no Brasil: violências e violações. Rio de Janeiro: Criola, 2016.

Nathália Diórgenes Ferreira Lima
nathaliadiorgenes@gmail.com
Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).
Pesquisadora vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Poder, Cultura e Práticas Coletivas – GEPCOL (UFPE).

UFPE
Avenida dos Economistas S/N – Cidade Universitária
Recife – PE – Brasil
CEP: 50740-590

Agradecimentos
Ás mulheres negras organizadas politicamente ou não que cotidianamente denunciam o racismo patriarcal brasileiro como sistema de opressão.

Agência financiadora
Não se aplica.
Contribuições das autoras
Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

Consentimento da autora.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

[1] *Mulher, raça e classe* de Angela Davis (2016) foi publicado originalmente em 1981, porém lançado em português apenas em 2016. Lelia Gonzalez e Angela Davis desenvolveram um pensamento negro sobre a mulher na sociedade racista, bem como reflexões sobre a mulher negra na escravidão na mesma década. Ambas foram protagonistas de uma construção que visava à emancipação do povo negro, em especial, da mulher negra. Aproximá-las temporalmente diz respeito a um compromisso político de corporificar um debate negro que estava em pleno vapor nas Américas nos anos de 1980.

[2] Guimarães (2008) aponta que foi construída primeiro uma justificativa em termos teológicos e não em termos científicos para escravidão.

[3] O livro foi lançado em 1960.

 DOI: https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e84255

ESPAÇO TEMÁTICO: SERVIÇO SOCIAL, RACISMO E CLASSES SOCIAIS

Armadilha da identidade e crítica ao empreendedorismo social: a exploração da opressão

Janaynna de Moura Ferraz [1]
https://orcid.org/0000-0003-3668-4195

[1]Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Departamento de Ciências Administrativas, Natal, RN, Brasil

Armadilha da identidade e crítica ao empreendedorismo social: a exploração da opressão

Resumo: Objetiva-se refletir sobre como o desdobramento das *questões identitárias* encontrou terreno fértil para difusão social ao ser combinado com a ideologia do empreendedorismo, como se a solução para as opressões passasse pela disseminação de um pretenso *espírito empreendedor* como meio de inclusão das minorias sociais que historicamente têm tido dificuldades para vender e reproduzir sua força de trabalho. Tais práticas culminaram o chamado empreendedorismo social que engloba variantes como empreendedorismo negro, na favela, feminino, entre outros e que vem sendo aludido por setores progressistas como uma ação inclusiva e de combate ao preconceito. Dentre as reflexões, demonstra-se que se trata da expressão da conjugação eficaz do capital ao se valer da opressão constituída historicamente para ampliar a exploração e alerta-se, que desconsiderar as condições materiais de existência, ocultando a ampliação da exploração dessas populações, pode se tornar uma armadilha que amplia a opressão, eis a armadilha da identidade.

Palavras-chave: Armadilha da identidade; Crítica ao empreendedorismo; Exploração.

Mistaken Identity and critique of social entrepreneurship: the exploration of oppression

Abstract: The objective is to reflect on how the unfolding of identity issues found fertile ground for social diffusion when combined with the ideology of entrepreneurship, as if the solution to oppressions passed through the dissemination of an alleged entrepreneurial spirit as a means of inclusion of social minorities that historically have struggled to sell and reproduce their workforce. Such practices culminated the so-called social entrepreneurship that encompasses variants such as black, favela, female entrepreneurship, among others, and which has been alluded by progressive sectors as an inclusive action to combat prejudice. Among the reflections, it is shown that it is the expression of the effective conjugation of capital when using the oppression historically constituted to expand the exploitation and it is warned that disregarding the material conditions of existence, hiding the expansion of the exploitation of these populations, can become a trap that magnifies oppression, that is the mistaken identity.

Keywords: Mistaken identity; Criticism of entrepreneurship; Exploration.

Recebido em 29.10.2021. Aprovado em 12.12.2021. Revisado em 15.02.2022.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

No Brasil, o debate acerca da relação entre raça, classe e gênero, conta com formulações formidáveis como em Lélia Gonzalez (2020) ou em Clóvis Moura (2019), ou mesmo em Saffioti (1987) apenas para mencionar três teóricos de cariz marxista. Há, portanto, uma tradição e igualmente um potencial para subsunção, considerando o estágio atual do desenvolvimento das forças produtivas.

Os desdobramentos recentes da luta de classe trouxeram a necessidade de recuperar e aprofundar o debate entre classe e raça, assim como fez Haider (2019) em sua obra, quando recusa a *santa trindade* gênero, raça e classe, sem, contudo negar as identidades como concernentes à subjetividade dos indivíduos. O autor explica que a identidade não pode ser o ponto de partida da análise, pois é, sim, uma mediação necessária para compreender as relações de opressão a partir do modo como as relações de (re)produção conformam a subjetividade.

Social e econômico, portanto, não são esferas separadas da vida, são partes constitutivas das abstrações demandadas para apreender o movimento do real; diante do atual estágio da sociabilidade capitalista, a armadilha da identidade pode tomar a constituição da singularidade isolando-a das demais determinações constitutivas do que Marx (2015) nomeia como generidade humana.

Neste artigo, nos interessa particularmente refletir sobre como o desdobramento das *questões identitárias* encontrou terreno fértil para crescimento alinhado com a ideologia do empreendedorismo, como se a solução para as opressões (racismo, sexismo) passasse pela disseminação de um pretenso *espírito empreendedor* como meio de inclusão das minorias sociais que historicamente têm tido dificuldades para vender e reproduzir sua força de trabalho.

E, ao mesmo tempo, seria um meio de resolver problemas sociais por meio de iniciativas empreendedoras (COLLAVO, 2018; DEES, 1998; GARCIA et al., 2021; GIBBONS; HAZY, 2017, LOPES et al., 2020; LUMPKIN; BACQ; PIDDUCK, 2018; SILVA, 2018). À guisa de exemplo: o empreendedorismo negro seria parte da solução para o racismo.

Interessante notar que esses autores são aceitos por parte da academia como sendo do campo progressista, ao sustentarem uma distribuição econômica *inclusiva*, contudo, em analogia ao que aponta Marx (2017) sobre os economistas filantropos, *esses progressistas*" do empreendedorismo social, terminam sendo *mais burgueses que outros*, como exporemos. Assim, nosso objetivo consiste em elaborar uma crítica acerca da ideologia do empreendedorismo (FERRAZ, 2021), sobre o que vem sendo chamado *empreendedorismo social* (SILVA, 2018; VALE, 2014; GRIFFITHS; GUNDRY; KICKUL, 2013; NAUDÉ, 2011), considerando a armadilha da identidade (HAIDER, 2019).

Faltam estudos que tratem das questões do trabalho junto às *questões identitárias* (FERRETTI; SOUZA, 2020; MARLOW; MARTINEZ, 2018), especialmente diante do quadro da crescente pauperização do trabalho (ANTUNES, 2018) como movimento em consonância com as chamadas políticas neoliberais (SAAD FILHO, 2015), que apresentam o empreendedorismo como sendo uma das alternativas, senão a única, para os problemas econômico-sociais destes tempos (FERRAZ; FERRAZ, 2021), por isso, precisamos fazer a crítica, colocando a opressão e a exploração dinamizada em uma abordagem histórico-materialista. Ademais, o fomento ao empreendedorismo social vem sendo ampliado, sobretudo nos países periféricos, mas trata-se de categoria arbitrária (CUNHA, 2010), que mais esconde do que explica, devemos, portanto, examiná-lo criticamente.

Para realizarmos o objetivo anunciado nos valemos de uma análise imanente (CHASIN, 2009) de artigos e livros em busca de apreender como essas pesquisas explicam a relação entre empreendedorismo social e questões identitárias. Para isso, o artigo está organizado da seguinte maneira, após essa introdução apresentamos a discussão acerca da armadilha da identidade e na sequência discorremos acerca da crítica ao empreendedorismo social e por fim, expomos as reflexões gerais nas considerações finais.

A armadilha da identidade diante da diversidade na classe trabalhadora

Partamos de uma definição inicial de identidade como "a formação de múltiplas formas de ser que se sobrepõem e não eliminam uma ou outra e que são determinadas constantemente pelas relações sociais" (SALVAGNI, 2020, p. 575). Ou, como Haider (2019, p. 45) salienta, "identidade é um fenômeno real: ela

corresponde ao modo que o Estado nos divide em indivíduos, e ao modo que formamos nossa individualidade em resposta a uma ampla gama de relações sociais". Tanto Salvagni quanto Haider tomam caminhos particulares para denotar o aspecto social que engendra a identidade, o que nos possibilita perceber que o modo como se dão as relações sociais entre os indivíduos age sobre o ser social e sobre a subjetividade de cada um (FERRAZ, 2019).

A formação da subjetividade como uma relação social dialética cujo momento preponderante é dado pela objetividade — pelas condições concretas para viver — já foi apontada por Marx (2013) e por Lukács (2010). Na sociabilidade capitalista, o mercado é meio socializador onde as pessoas compram e vendem as mercadorias necessárias para reproduzir sua existência. É por meio dessas múltiplas e complexas relações que nossa subjetividade vai sendo engendrada, feita e refeita constantemente, de modo que os preconceitos e as opressões "entram na conta" das trocas realizadas. É desse modo que surgem as políticas identitárias, formadas por grupos de pessoas que têm sido oprimidas e igualmente vem sendo os indivíduos mais pauperizados nas relações de trabalho (SAFIOTTI, 1987).

Porém, o que tem ocorrido, conforme Haider (2019, p. 47), é o esvaziamento das pautas identitárias que se afastam das questões essenciais e colocam o ideal do homem branco heterossexual burguês para preencher o vazio, "codificando as demandas que vêm de grupos marginalizados ou subordinados como política identitária, a identidade branca masculina é consagrada com o status de neutra, geral e universal. Sabemos que isso não é verdade".

A opressão, desse modo, precisa ser tratada considerando a exploração (HAIDER, 2019; SAFIOTTI, 1987), pois opressões não são *coisas dadas*, são construções históricas, que têm sido reforçadas para ampliar a exploração e dividir o movimento dos/as trabalhadores/as, ao pinçar a identidade em um plano abstratamente individual, desconsiderando as relações sociais que produzem o preconceito e a opressão.

> O paradigma da identidade reduz a política a quem você é como indivíduo e a ganhar reconhecimento como indivíduo, em vez de ser baseada no seu pertencimento a uma coletividade e na luta coletiva contra uma estrutura social opressora. Como resultado, a política identitária paradoxalmente acaba reforçando as próprias normas que se propõe a criticar (HAIDER, 2019, p. 49-50).

Quando a afirmação das identidades se torna centrada na individualidade e na subjetividade, apartada da estrutura econômica-social que engendra essa identidade, como se uma identidade (negra, LGBT[1], branco, heterossexual), fosse *coisa dada* acima dos condicionantes materiais da sociedade hodierna, temos a Armadilha da Identidade (Haider, 2019). Haider (2019, p. 45) assinala: "[...] não aceito a divina trindade da 'raça, gênero e classe' como categorias identitárias. Essa ideia de Espírito Santo da Identidade, que ganha três formas divinas consubstanciais, não tem lugar na análise materialista". Para ele, é por meio da historicidade que é possível superar as noções individualistas que isolam classe, gênero ou raça, abstraindo-as e cindindo-as, assim, das condições que as produziram. As relações capitalistas de produção — cuja fonte de sobrevivência é a exploração da força de trabalho — não definem os indivíduos e sua identidade, mas formam a estrutura que apresenta os limites na constituição de sua subjetividade. A classe trabalhadora, nesse sentido, é formada pela diversidade de indivíduos com suas singularidades.

> Considerando o caráter diverso e heterogêneo da classe trabalhadora é necessário compreender a diversidade no interior da classe. A complexidade da reprodução do capital subsome igualmente relações de poder que antecedem o modo capitalista para criar hierarquias e abrir barreiras entre explorados e oprimidos. Com isso, as opressões que atravessam a classe trabalhadora: o patriarcado, o machismo, as questões raciais, a família heteronormativa se tornam pontos de afastamento e não de convergência na luta contra a desumanização provocada pelo estranhamento. (FERRAZ; FERRAZ, 2021, p. 252).

Por outro lado, a representatividade — enquanto possibilidade de se ver nas esferas socialmente relevantes — tem oferecido um pouco de alento a esses grupos, dada a marginalização das minorias, "a rejeição e o sofrimento psíquico em casa, no trabalho e na vida pública, que faz com que esses grupos enxerguem na apropriação das pautas por reconhecimento pelo mercado uma possibilidade de reduzir o impacto subjetivo do preconceito" (GOIS; FERRAZ, 2021, p. 96), o que para Schulman (2016), não passa de um paliativo,

incapaz de superar a condição de opressão. De modo que a política de identidade vai sendo paulatinamente despolitizada e, igualmente, mercantilizada.

Uma pesquisa realizada pela Edelman Trust e Barometer — consultoria em relações públicas e marketing —, que demonstra que 97% dos consumidores consultados/as (brasileiros/as, inclusive) anseiam por *marcas mais engajadas* (MONTESANTI, 2020), ou seja, há uma demanda mercadológica para as *questões sociais*, que como em todo mercado, oscilará de acordo com a oferta e demanda.

"Ademais, se a inclusão e a aceitação se desse apenas para quem consegue *comprar* ou *vender* esse ou aquele produto (inclusive a própria força de trabalho), não seria os indivíduos/grupos que estariam sendo *aceitos*, mas o seu dinheiro" (GOIS; FERRAZ, 2021, p. 96). Assim, à lógica da produção capitalista condiciona os termos do *engajamento em questões sociais* e assim oculta as contradições, esconde a sociedade patriarcal, racista e preconceituosa que *aceita*, *tolera* (HAIDER, 2019), como se a diferença fosse um problema e não exatamente o que nos torna únicos.

Em Marx (2013), há a explanação da diferença substantiva entre trabalho e força de trabalho, isto é, há a capacidade humana de transformar a natureza – transformando a si mesmo no processo – para suprir suas necessidades do estômago ou da imaginação; enquanto há, no capitalismo, a venda dessa capacidade de trabalhar, o que Marx nomeou força de trabalho e marca seu avanço genial em relação aos economistas políticos de seu tempo (WELLEN, 2008). Tal distinção entre trabalho e força de trabalho é essencial, pois do ponto de vista da contribuição produtiva, todos os indivíduos podem ser igualados como meios de produção, enquanto do ponto de vista da venda da força de trabalho, não. Safiotti (1987), a partir de Marx, nos lembra que o valor da força de trabalho é socialmente determinado, é por isso que homens brancos, mulheres brancas, homens negros e mulheres negras têm salários diferentes mesmo realizando a mesma atividade laboral.

A opressão consiste na desumanização do outro, que é visto como inferior, como coisa, como é costumaz na lógica da sociedade capitalista. Opressão, portanto, não se trata apenas de preconceito, mas de um efeito real que impacta na produção da vida cotidiana, e que se eleva a partir do modo como a dinâmica de produção de valor engendra as diferenças entre indivíduos enquanto mercadoria força de trabalho, por isso mulheres negras ganham menos que homens brancos, como supramencionado. Temos com isso que um horizonte emancipatório descolado das condições econômicas de (re)produção da vida pode ter um efeito oposto e intensificar a pauperização dos grupos que defende incluir, concordando com Haider (2019).

É importante destacar, seguindo Gonzalez (2020), Moura (2019), Haider (2019), Davis (2018), Safiotti (1987), que há uma simbiose entre opressão e exploração, não sendo possível estabelecer uma hierarquia, tampouco desconsiderar qualquer um dos aspectos no exame das condições contraditórias, a grande dificuldade nessa crítica é que a existência entre opressão e exploração não é harmônica e nem pacifica e o capital tem se valido desses conflitos para pautar as disputas políticas e mercantilizar a luta por emancipação. E tem funcionado.

Contribuição à crítica do empreendedorismo social

O termo empreendedorismo tem sido difundido à exaustão nas últimas décadas, um de seus derivados, o chamado empreendedorismo social, ganha força na década de 1990 (COLLAVO, 2018; LUMPKIN; BACQ; PIDDUCK, 2018), e se apresenta como sendo uma "alternativa pela busca de resolução de demandas, despontando a partir de iniciativas que prezam pela inclusão social e valorização de pessoas e atividades que foram negligenciadas pelo mercado e Estado" (LOPES et al., 2020, p. 76).

Podemos observar o discurso da política neoliberal nas entrelinhas, que avança sobre as minorias sociais, sob a justificativa de solução para problemas sociais, isto é, hipoteticamente visando o ganho coletivo (GARCIA et al., 2020), admite-se o lucro, mas ele aparentemente não seria a finalidade da ação. Com isso, aceita-se que exista uma profunda desigualdade econômico-social entre brancos e negros, por exemplo, que poderia ser mitigada com iniciativas empreendedoras *sob medida* para cada opressão.

Vamos analisar se há, de fato, alguma diferença e entre o empreendedorismo e sua versão *social* antes de avançar sobre opressão e exploração. O Quadro 1, adaptado a partir de Silva (2018), apresenta um resumo dos elementos que distinguiriam o chamado empreendedorismo [privado] do empreendedorismo social, o autor argumenta que o segundo excede o primeiro, na medida em que pode unir negócios lucrativos com um impacto

Quadro 1 - Comparativo entre empreendedorismo privado e empreendedorismo social

Empreendedorismo privado	Empreendedorismo social
É individual.	É coletivo e integrado.
Produz bens e serviços para o mercado.	Produz bens e serviços para a comunidade local e global.
Tem foco no mercado para o alcance de vantagem competitiva.	Tem o foco na busca de soluções para os problemas sociais e necessidades da comunidade.
Sua medida de desempenho é o lucro.	Sua medida de desempenho é o impacto e a transformação social.
Visa satisfazer as necessidades dos clientes e ampliar as potencialidades dos negócios.	Visa resgatar pessoas da situação de risco social e promovê-las para gerar capital social, emancipação e cidadania.

Fonte: Adaptado de Silva (2018, p. 49)

1 Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros (transexual e travesti).

positivo na sociedade. Seria um modelo de negócio híbrido (SMACHYLO; KHALINA; KYLNYTSKA, 2018). Tomaremos, linha por linha, a análise das alegações.

Comecemos pela primeira linha: alguém dentre os empreendedores (privados) afirmaria que seu negócio é individual? Certamente responderia que não, uma vez que com a sua empresa ele *promove empregos*, atende às necessidades dos clientes e cria soluções. A alusão ao caráter individual, portanto, se dá quanto à apropriação do lucro, por se dar privadamente, mas a realização da produção é social, mesmo para o empreendedor privado. Então a não ser que o empreendedor social distribua seus lucros para os/as trabalhadores/as envolvidas na produção, sua apropriação é igualmente individual.

Sobre o foco (na segunda linha), mesmo os empreendedores sociais competem, e por isso, são levados a buscar um *diferencial competitivo*, mesmo que se destine a uma prestação de serviço coletiva.

Sobre o lucro (terceira linha), há controvérsias. À guisa de exemplo, há ideólogos da burguesia que advogam por um *Capitalismo de Valor Compartilhado* (CVC), relacionando lucro com questões sociais, sendo esse o caminho para o enfrentamento da crise atual (PORTER; KRAMER, 2011), dentre as praticantes desse CVC, está a Nestlé (2021, tradução nossa), gigante capitalista multinacional do segmento de alimentação, que afirma:

> Acreditamos que nossa empresa terá sucesso no longo prazo, criando valor, tanto para nossos acionistas quanto para a sociedade. Chamamos essa abordagem de Criação de Valor Compartilhado (CVC). CVC é o princípio de como fazemos negócios. Nosso impacto positivo na sociedade se concentra em possibilitar vidas mais saudáveis e felizes para indivíduos e famílias, em ajudar no desenvolvimento de comunidades prósperas e resilientes e em administrar os recursos naturais do planeta para as gerações futuras, com um foco particular na água. Essas áreas de impacto estão interligadas e estão firmemente incorporadas ao nosso objetivo empresarial: melhorar a qualidade de vida e contribuir para um futuro mais saudável.

Em outro exemplo, Collins e Porras (2020), na mesma linha, afirmam que *empresas visionárias* não são movidas à lucro, mas por uma *ideologia* forte. Podemos sugerir que mesmo os empreendedores *privados* podem ter outros indicadores que não apenas o lucro, enquanto não é possível que os empreendedores sociais se mantenham caso não aufiram lucro.

Quem defende o empreendedorismo como saída para a crise, em especial o empreendedorismo social sustenta que este tem, nas ações coletivas e nos interesses sociais, sua grande diferença, enquanto no empreendedorismo privado, o individualismo e os interesses particulares são prevalecentes, mas nem por isso aquele pode ser explicado como filantropia ou assistencialismo (SILVA, 2018). Porém, os grandes capitalistas se apresentam como operadores sociais da justiça e da riqueza coletiva, o que enfraquece a defesa dos virtuosos empreendedores sociais. A justiça social, portanto, aludida pelo empreendedorismo social, mas também pelos empreendedores não-sociais (o que seria um paradoxo), não os distingue, mas os iguala, ao menos no plano

aparente, uma vez que o que guiaria todos os negócios seria um mundo socialmente melhor e mais justo. Nesse sentido, Cunha (2016, p. 37) arremata:

> E mesmo as mais recentes investidas do empreendedorismo, mesmo daquele que quer ser "social", não se coloca fora dessa primeira tendência dado que paga tributo ao ideário gerencial proveniente também das corporações (técnicas de mercado, competição, individualismo etc.), além – o que é mais importante – de ser uma renovação do ideário do pequeno proprietário em tempos de crise da sociabilidade do capital.

Outro ponto similar, seria no aspecto humanístico do empreendedorismo social, por isso Paiva Jr. e Guerra (2010, p. 270) acreditam que os críticos do empreendedorismo social precisariam ter uma perspectiva mais ampla, pois uma visão curta "fragiliza sua potencialidade no sentido de contribuir para o desenvolvimento local e para a emancipação de grupos sociais periféricos", perdendo, assim, a oportunidade de promover o desenvolvimento social por meio de um empreendedorismo *humanizado*, ressignificando as relações e os limites entre público e privado, e criando um ambiente de cidadania e cooperação. Enquanto Vale (2014) explica que o empreendedorismo social seria uma possibilidade para as pessoas que não conseguiram seguir carreiras tradicionais ou mesmo que não puderam ascender economicamente, conseguir mobilidade social.

Empreendedores sociais seriam os agentes que unem *paixão com a missão social* associada com inovação e disciplina (DEES, 1998), é por isso que Griffiths, Gundry e Kickul (2013, tradução nossa) afirmam, que "em vez de se concentrar exclusivamente na criação de valor financeiro, o empreendedorismo social centra-se na criação de valor social para membros marginalizados da sociedade", isto é, reforça-se do argumento da inclusão pela atividade virtuosa desses indivíduos, de modo que já pressupõem silenciosamente que eles ganharão pouco dinheiro, mas o que importa é que estarão praticando o *bem* e que estarão incluídos no maravilhoso mundo da extração do valor.

Essa tal *missão social* e os grupos socialmente minoritários, como na definição de Gibbons e Hazy (2017), que salientam a importância de transmitir confiança para integrar os excluídos, não é mais do que uma ideologia ainda mais perversa que a da prática empreendedora (FERRAZ; FERRAZ, 2021), que mobiliza a exploração de negros e negras, mulheres em geral, moradores de favela, para criar um ciclo de conformação e precarização devastador. Os empreendedores sociais (empreendedorismo negro, empreendedorismo feminino etc.) seriam os agentes do capital — o mercado — agindo para remediar as *falhas* do Estado, como? Transformando a precariedade em negócio.

Finalmente, quanto à última linha referente ao empreendedorismo social do quadro 1, que aponta que *Visa resgatar pessoas da situação de risco social e promovê-las para gerar capital social, emancipação e cidadania*, temos a própria definição do que seria o empreendedorismo social, e o ponto nevrálgico no que concerne à sua efetividade, pois se tirarmos *empreendedorismo social* e colocarmos *Estado* a explicação também serviria.

Espinosa-Cristia e Bernasconi (2020), analisando a situação do Chile com sua política neoliberal, demonstram como o empreendedorismo tem sido um discurso demandado para perpetuação do neoliberalismo e do autoritarismo que lhe é característico. Fica ocultado o caráter ideológico, contrariando o que Garcia et al. (2020) sustentam acerca da defesa do empreendedorismo como saída econômica para a crise que se apoia no desemprego e da desigualdade social como plano político.

Cria-se um ciclo vicioso de desalento em que o empreendedorismo *pari passu* com o neoliberalismo se apresenta como o caminho para o crescimento econômico (CARMO et al., 2021). E é por se manter restrito à lógica de produção capitalista que o empreendedorismo social parece ser acometido do mesmo limite que a economia solidária: transforma valor de troca em solidariedade e qualidades solidárias em mercadoria (WELLEN, 2008).

Uma pequena parte dos pesquisadores da temática vem alertando para os efeitos nocivos do empreendedorismo (inclusive o social) no mundo. Atems e Shand (2018) destacaram, com base em dados dos Estados Unidos, que há uma relação entre empreendedorismo e desigualdade de renda. Enquanto Doran et al. (2018), que analisaram dados de mais de cinquenta países e encontraram que, em países com rendas mais baixas, o empreendedorismo intensifica a pobreza. Ou seja, em regiões onde as condições para reproduzir a existência são mais severas, o empreendedorismo não gera nem o "crescimento econômico" que promete (ALVAREZ; BARNEY, 2014), nem contribui para a melhoria das condições de vida (ANDERSON; OBENG, 2017). E ainda que tentem justificar

tal tendência por conta das *péssimas condições para empreender* (SARKAR; RUFIN; HAUGTEN, 2018), a situação é bem mais complexa, pois como Matos e Hall (2019) apontaram, empreendimentos relacionados com redução da pobreza, não tem sido capaz de se configurarem em um negócio que gere lucro, trata-se de em um ciclo vicioso.

Fica a questão: se o empreendedorismo tem efeitos distintos em resposta à região e ambiente onde está inserido; se as minorias sociais são também os grupos mais explorados nas relações capitalistas de produção, a tendência é que não seja efetivo no caso dos países com economia dependente, como é o caso do Brasil, assim, qual o motivo que leva a ideologia do empreendedorismo a continuar se propagando como tábua de salvação?

O empreendedorismo — deem a ele o nome de social ou de privado —, tem nas relações capitalistas sua base para produzir e quem o sustenta crê que é o instrumento necessário para reduzir (e não acabar) as iniquidades hodiernas. Parte dessa lógica é inerente ao chamado espírito empreendedor, que é a representação da subjetividade capitalista, especialmente nas últimas décadas, quando o empreendedorismo é defendido como se fosse a tábua de salvação contra a miséria, e não parte da produção da exploração. (FERRAZ; FERRAZ, 2021).

Diferente do que sustentam Ferretti e Souza (2020), o problema da junção entre empreendedorismo e gênero [e adicionaríamos, raça], não decorre de um viés econômico apartado do social; ou de crítica os discursos sobre uma matriz hegemônica (homem branco heterossexual) para criar a imagem de sucesso que seria resolvido com *mulheres empreendedoras radicais*, ambos elementos são manifestações do mesmo movimento: a opressão sendo demandada para possibilitar a ampliação da exploração, e o empreendedorismo pode ser um meio bastante eficiente para isso. Ademais, separar o econômico do social só seria possível abstraindo a realidade. Assim, resolver a opressão apenas no plano aparente, no nível do discurso, se resume apenas a tolerar e aceitar as diferenças, sem alterar as estruturas sociais que produzem as relações de opressão (HAIDER, 2019). "No lugar das diferenças serem aceitas como parte constitutiva da pluralidade da vida em sociedade, uma igualdade apenas formal é encetada nos discursos acerca da inclusão, conciliando os interesses a partir das demandas do mercado." (GOIS; FERRAZ, 2021, P. 91).

Do começo ao fim, a lógica subjacente à prática empreendedora não se distingue substancialmente da moral relatada em Adam Smith (1983), quando examina o surgimento da sociedade capitalista, e postula o individualismo como elo social. Em outras palavras, a filosofia liberal é base sobre a qual se erguem as noções de sociedade, de riqueza e de humanidade dos filantropos do empreendedorismo. Portanto, ainda que fosse genuíno o anseio dos reformistas por desenvolvimento social, o capital, enquanto força social, permanece se apoderando de homens e mulheres que precisam vender sua força de trabalho, das suas dores, das suas cores e da sua condição; mais capitalismo, desse modo, não pode ser solução para os problemas que o capitalismo criou. Só é possível almejar uma transformação social, em termos práticos (MARX, 2015), a partir do que engendra as iniquidades, portanto, reduzir ou gerenciar a opressão se diferencia qualitativamente de acabar com ela. A luta contra racismo deve se dar ombreada com a luta contra o capitalismo.

Considerações finais

Este ensaio teve por objetivo elaborar uma crítica acerca da ideologia do empreendedorismo, considerando a armadilha da identidade, sobre o que vem sendo chamado *empreendedorismo social*. Buscamos situar dois grandes temas que costumam ser tratados separadamente: a questão identitária e o empreendedorismo social. Dentre as principais conclusões apontamos o paradoxo da identidade, pois a opressão existe, contudo, sua manutenção é perpassada pelo modo como a sociabilidade capitalista produz seus indivíduos: mercantilizando objetos, serviços e afetos. Então há uma questão identitária, mas ela não se resume ao mérito mercantil do indivíduo. E nesse caminho, o empreendedorismo social tem sido apresentado como um caminho um meio de inclusão e de superação das opressões de raça, gênero, de orientação sexual, entre outras.

A inclusão das minorias sociais na sociedade via empreendedorismo social conjuga as esferas do reconhecimento e a reprodução material da existência, por isso buscamos demonstrar que se trata da expressão da conjugação eficaz do capital ao se valer da opressão constituída historicamente para ampliar a exploração. Se o capital depende da sua reprodução e ampliação constante, não exclui ninguém, embora se valha das diferenças nesse processo, assim os grupos marginalizados podem, a partir da lógica individualizante, ser

inseridos no mercado *apesar do que são*, sendo forçosamente aceitos como *iguais* dada sua capacidade de valorizar o valor, e *desiguais*, no momento de apropriar da produção social.

A classe trabalhadora é diversa, plural e heterogênea e isso precisa ser considerado. A vida de uma mulher trabalhadora negra e lésbica que mora na periferia não tem qualquer semelhança com um homem trabalhador branco heterossexual da zona sul, *exceto* em uma questão que é constitutiva do engendramento da existência humana do nosso tempo: ambos, enquanto classe trabalhadora, precisam vender diariamente sua força de trabalho para conseguir adquirir os bens e serviços que demandam para sobreviver, ainda que em *condições desiguais*. A luta contra opressão, portanto, não pode se dar sem considerar a luta contra exploração.

É nesse contexto que o empreendedorismo social é apresentado como solução para o desemprego estrutural, mas também para a opressão, dando a impressão de que o esforço individual e o sucesso capitalista acabariam com o preconceito, surgindo, assim empreendedorismo negro, feminino, periférico, entre os setores progressistas. O empreendedorismo social é um meio de ampliar a reprodução do capital ao ampliar o contingente de trabalhadores e trabalhadoras que serão inseridos na dinâmica de mercado com o valor de sua força de trabalho abaixo do mínimo necessário, no mesmo movimento em que rebaixa o salário médio da classe. Se defende a justiça social enquanto, na verdade, é um meio que possibilita ao capital ampliar a exploração.

Ademais, vale ressaltar que quando se advoga pelo empreendedorismo social como um instrumento para a redução do impacto desses problemas decorrentes da redução do Estado pela pauta neoliberal, termina-se praticando aquilo que se critica: centralizar o individualismo como solução para problemas que são sociais. A luta contra opressão tem sido cooptada com maestria por aqueles que Fraser (2020) chamou *neoliberais progressistas*, embora o termo pareça contraditório resume bem a possibilidade de os capitalistas mobilizarem o preconceito, o sofrimento e a opressão para a manutenção do sistema.

O que estamos buscando demonstrar é que capitalismo e emancipação humana são opostos, pois não há capitalismo sem opressão. Na medida em que a luta deixa de ser conduzida pelos grupos sociais que a encapam para serem individualizadas ou terceirizadas ao mercado, a pauta da identidade é esvaziada de sua força transformadora e se converte em uma mercadoria ou apenas um meio que possibilita a ampliação da exploração. Alertamos para o perigo de apoiar a luta contra as opressões sobre a atraente política capitalista de inclusão, sob a ameaça de cairmos na armadilha da identidade — uma vez que não seriam os indivíduos que pautariam a agenda de luta, mas o capital e sua sanha pela reprodução ampliada. Se atentarmos ao quadro mais amplo da sociedade, são exatamente esses grupos que morrem mais pela violência, que perfazem os menores salários e são também os que trazem em seu corpo e sua história a força e a coragem para enfrentar as agruras do capital.

Finalmente, para estudos futuros sugerimos que sejam realizadas pesquisas que analisem na produção de conhecimento e nas relações de trabalho, como o empreendedorismo tem sido defendido, adotado, fomentado englobando classe, gênero e raça, a partir de abordagens histórico-materialistas.

Referências

ALVAREZ, S. A.; BARNEY, J. B. Entrepreneurial opportunities and poverty alleviation. Entrepreneurship Theory and Practice, v. 38, n. 1, p. 159-184, 2014.

ANDERSON, A. R.; OBENG, B. A. Enterprise as socially situated in a rural poor fishing community. Journal of Rural Studies, [s. l.], v. 49, p. 23-31, 2017.

ANTUNES, R. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviço na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ATEMS, B.; SHAND, G. An empirical analysis of the relationship between entrepreneurship and income inequality. Small Business Economics, Bloomington, v. 51, n. 4, p. 905-922, 2018.

CARMO, L. J. O. et al. Empreendedorismo como uma Ideologia Neoliberal. Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 18-31, 2021.

CHASIN, J. Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica. São Paulo: Boitempo, 2009.

COLLAVO, T. Unpacking social entrepreneurship: exploring the definition chaos and its consequences in England. Journal of Entrepreneurship, Management and Innovation, v. 14, n. 2, p. 19-47, 2018.

COLLINS, J.; PORRAS, J. I. Feitas para durar: práticas bem-sucedidas de empresas visionárias. Rio de Janeiro: Alta Books, 2020.

CUNHA, E. P. Ensino da administração política e consciência de classe. Revista Brasileira de Administração Política, Salvador, v. 9, n. 2, 2016.

CUNHA, E. P. Marx e a organização como abstração arbitrária. *In*: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD, 6., 2010, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis, p. 1-7, 2010.

DEES, J. G. The meaning of social entrepreneurship 1, 2. In: Case Studies in Social Entrepreneurship and Sustainability. Routledge, 2018. p. 22-30.

DORAN, J.; MCCARTHY, N.; O'CONNOR, M. The role of entrepreneurship in stimulating economic growth in developed and developing countries. Cogent Economics & Finance, [s. l.], v. 6, n. 1, 2018.

ESPINOSA-CRISTIA, J. F.; BERNASCONI, O. Nem Política, nem Sociedade: Questionando a Justificativa de Políticas Públicas Pró-Empreendedorismo no Chile. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 60, n. 2, 131-143, 2020.

FERRAZ, D. L. S. Sequestro da Subjetividade: Revisitar o Conceito e Apreender o Real. REAd: Revista Eletrônica de Administração, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 238-268, 2019.

FERRAZ, J. M. Para além da prática empreendedora no capitalismo brasileiro. São Paulo: Almedina, 2021.

FERRAZ, J. M.; FERRAZ, D. L. S. Do espírito do capitalismo ao espírito empreendedor: a consolidação das ideias acerca da prática empreendedora numa abordagem histórico-materialista. Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/83811. Acesso em: 11 jan. 2022.

FERRETTI, A. S. Z.; SOUZA, E. M. Resistir para existir: compreensão dos discursos sobre gênero e empreendedorismo a partir de uma perspectiva crítica. In: ENAPAD, 64, 2020, evento on-line. Anais ..., 2020. p. 1-16.

FRASER, N. O velho está morrendo e o novo não pode nascer. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

GARCIA, A. S. et al. Produção científica sobre empreendedorismo social e construção de uma agenda para pesquisa futuras: um Estudo Bibliométrico na base Web Of Science (1994-2018). Administração Pública e Gestão Social, v. 13, n. 1, 2021.

GIBBONS, J.; HAZY, J.K. Leading a Large Scale Distributed Social Enterprise. Nonprofit Management and Leadership, [*s. l.*], v. 27, p. 299-316, 2017.

GOIS, P.; FERRAZ, J. M. Introdução ao pinkwashing: Representatividade e marcas engajadas. Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 88-103, 1 jul. 2021.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2020.

GRIFFITHS, M. D.; GUNDRY, L. K.; KICKUL, J. R. The socio political, economic, and cultural determinants of social entrepreneurship activity: An empirical examination. Journal of Small Business and Enterprise Development, v. 20, n. 2, p. 341-357, 2013.

HAIDER, A. A armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje. São Paulo: Veneta, 2019.

LOPES JR, D. S. et al. Fatores socioeconômicos como motivadores para o empreendedorismo social. Revista de Ciências da Administração, Florianópolis, v. 22, n. 56, p. 75-90, 2020.

LUKÁCS, G. Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo: Boitempo, 2010.

LUMPKIN, G. T.; BACQ, S.; PIDDUCK, R. J. Where Change Happens: Community Level Phenomena in Social Entrepreneurship Research. Journal of Small Business Management, v. 56, n. 1, p. 24-50, 2018.

MARLOW, S.; MARTINEZ DY, A. Annual review article: Is it time to rethink the gender agenda in entrepreneurship research? International Small Business Journal, [s. l.] v. 36, n. 1, p. 3-22, 2018.

MARX, K. O capital: crítica da economia política, livro 1, o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2015.

MARX, K. Miséria da Filosofia. São Paulo: Boitempo, 2017.

MATOS, S.; HALL, J. An exploratory study of entrepreneurs in impoverished communities: when institutional factors and individual characteristics result in non-productive entrepreneurship. Entrepreneurship & Regional Development, [s. l.], v. 32, n. 1-2, p. 134-155, 2020.

MONTESANTI, B. Brasileiros esperam marcas mais engajadas, aponta levantamento. Folha de São Paulo, São Paulo, 20 nov. 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/11/brasileiros-esperam-marcas-mais-engajadas-aponta-levantamento.shtml. Acesso em: 04 jan. 2021.

MOURA, C. Sociologia do negro brasileiro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

NAUDÉ, W. Entrepreneurship is not a binding constraint on growth and development in the poorest countries. World Development, v. 39, n. 1, p. 33-44, 2011.

NESTLÉ. Our approach, 2021. Não paginado. Disponível em: https://www.nestle.in/csv/what-is-csv. Acesso em: 12 set. 2021.

PAIVA JR, F. G.; GUERRA, J. R. F. O empreendedorismo como marco solidário na esfera do desenvolvimento. Revista Gestão & Planejamento, Salvador, v. 11, n. 2, p. 267-276, 2010.

PORTER, M. E.; KRAMER, M. R. The Big Idea: Creating Shared Value. How to reinvent capitalism—and unleash a wave of innovation and growth. Harvard Business Review, Cambridge, v. 89, n. 1-2, 2011.

SAAD FILHO, A. Neoliberalismo: Uma análise marxista. Marx e o Marxismo-Revista do NIEP-Marx, Niterói, v. 3, n. 4, p. 58-72, 2015.

SAFFIOTI, H. O poder do macho. São Paulo: Moderna, 1987.

SALVAGNI, J. As caminhoneiras: uma carona nas discussões de gênero, trabalho e identidade. Cadernos EBAPE. BR, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 572-582, 2020.

SARKAR, S.; RUFIN, C.; HAUGHTON, J. Inequality and entrepreneurial thresholds. Journal of Business Venturing, [s. l.], v. 33, n. 3, p. 278-295, 2018.

SCHULMAN, S. A Documentary Guide to Pinkwashing. Huffington Post, Washington, 12 jun. 2011. Disponível em: https://www.huffpost.com/entry/israel-pinkwashing_b_1132369. Acesso em: 12 set. 2021.

SILVA, J. R. Empreendedorismo social: redes de relacionamento entre os stakeholders e parcerias para formação de competências pessoais e sociais no Instituto Favela da Paz. Dissertação (Mestrado) – Curso de Administração, Universidade Paulista, São Paulo, 2018.

SMACHYLO, V.; KHALINA, V.; KYLNYTSKA, Y. Development of the social entrepreneurship in Ukraine as an innovative form of the business. Marketing and Management of Innovations, n. 1, p. 235-246, 2018. https://doi.org/10.21272/mmi.2018.1-17.

SMITH, A. A riqueza das nações investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

VALE, G. M. V. Empreendedorismo, marginalidade e estratificação social. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 54, n. 3, p. 310-321, 2014.

WELLEN, H. A. R. Contribuição à crítica da 'economia solidária'. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 105-115, 2008.

Janaynna de Moura Ferraz
Janaynna.ferraz@ufrn.br
Doutora em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
Professora Permanente no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (UFRN).

UFRN
Avenida Senador Salgado Filho, S/N, Campus Universitário
Lagoa Nova, Natal, RN, Brasil
CEP: 59.072-970

Agradecimentos
Agradeço às demais pesquisadoras/es e às/aos discentes da Rede TraMa (UFRN e UFMG) pelos diálogos, estudos e pesquisas acerca da luta de classes no Brasil e na América Latina.

Agência financiadora
Pró-reitoria de Pesquisa da UFRN. Projeto de pesquisa PVE17515-2020: "A especificidade do desenvolvimento econômico dependente no Brasil de pós-1970 em seu liame com o progresso tecnológico", período de execução: dezembro de 2020 a julho de 2022.

Contribuições das autoras
Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação
Não se aplica.

Consentimento para publicação
Consentimento da autora.

Conflito de interesses
Não há conflito de interesses.

 DOI: https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e84573

ESPAÇO TEMÁTICO: SERVIÇO SOCIAL, RACISMO E CLASSES SOCIAIS

Racismo, colonialidade do poder e trabalho doméstico remunerado no Brasil

Francilene Soares de Medeiros Costa[1]
https://orcid.org/0000-0001-5731-1609

Maria Elizabeth Tereza Moraes Rodrigues[1]
https://orcid.org/0000-0001-9766-7044

Cleice Santos Santos[1]
https://orcid.org/0000-0003-2847-9415

[1]Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Faculdade de Serviço Social, Belém, PA, Brasil

Racismo, colonialidade do poder e trabalho doméstico remunerado no Brasil

Resumo: Este artigo tem por objetivo problematizar as implicações da dimensão de raça sobre o trabalho doméstico remunerado no Brasil. Com base em pesquisa bibliográfica e documental, e sob uma matriz teórico-metodológica crítica e dialética, a discussão de raça será abordada enquanto uma expressão da colonialidade do poder, que para além do colonialismo, situa-se no contexto da reprodução do sistema capitalista em escala global, que demarca os lugares e as relações sociais de poder, mando e subordinação entre sujeitos, povos, etnias, nações e países. Verifica-se uma significativa incidência da dimensão de raça dessa colonialidade do poder sobre as condições de trabalho doméstico remunerado no país. O histórico de lento reconhecimento dos direitos sociais e trabalhistas para essa categoria de trabalhadores, enquanto inflexão da dimensão de raça, permanece nos dias de hoje repercutindo em pouco acesso aos direitos do trabalho e ao sistema de proteção previdenciária.
Palavras-Chave: Racismo; Colonialidade do poder; Capitalismo; Trabalho doméstico remunerado; Brasil

Racism, coloniality of power and paid domestic work in Brazil

Abstract: This article aims to discuss the implications of the race dimension on paid domestic work in Brazil. Based on bibliographic and documental research and under a critical and dialectical theoretical- methodological matrix, the discussion of race will be approached as an expression of the coloniality of power. Beyond colonialism, the coloniality of power is situated in the context of the reproduction of the capitalist system on a global scale, which demarcates the places and social relations of power, command and subordination between subjects, peoples, ethnicities, nations and countries. There is a significant impact of the racial dimension of this coloniality of power on the conditions of paid domestic work in this country. The history of slow recognition of social and labor rights for this category of workers, as an inflection of the racial dimension, remains today, resulting in little access to labor rights and the social security protection system.
Keywords: Racism; Coloniality of power; Capitalism; Paid domestic work; Brazil

Recebido em 01.11.2021. Aprovado em 16.12.2021. Revisado em 11.02.2022.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

Em vários países do mundo, o trabalho doméstico remunerado tem sido a ocupação de milhões de pessoas, sobretudo mulheres. Trata-se de um conjunto diverso de trabalhadoras(es). Essa diversidade diz respeito não somente ao perfil demográfico e sociocultural, às particularidades de cada país e região do globo onde se situam, mas também às possibilidades de tarefas e atividades que podem realizar por essas(es) trabalhadoras(es): faxina ou limpeza, cuidados com crianças, pessoas idosas ou portadoras de necessidades especiais, vigilância domiciliar, cozinha, jardinagem, dentre outras. Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), embora tarefas específicas e o tipo de empregador possam mudar de país para país, o que está no centro da definição de trabalho doméstico é o fato do local de trabalho corresponder a um ambiente privado e domiciliar (INTERNATIONAL LABOR ORGANIZATION, 2010).

Em geral, as pessoas que nele se ocupam sofrem discriminações de diferentes naturezas. Por exemplo, a herança servil é uma marca que lhe é atribuída de forma longeva na história das civilizações humanas em função do pouco reconhecimento social da própria natureza da atividade, os afazeres domésticos. Além disso, o caráter subalterno da atividade assume também uma característica comum em vários outros lugares do mundo, que é atribuição naturalizada das tarefas domésticas à figura feminina (INTERNATIONAL LABOR ORGANIZATION, 2010).

No Brasil, essa marca de servilismo e subalternidade se particulariza pelo fato de suas primeiras ocorrências terem se dado no contexto da escravidão tanto dos povos originários da América, mas, sobretudo, da população negra africana. Desde o pós-abolição, passando pelo período de formação do mercado de trabalho brasileiro, mesmo se ressignificando por meio de discursos e práticas, muitas heranças do servilismo do contexto escravista são mantidas. A problemática se complexifica, ao mesmo tempo em que é agravada, pelas profundas desigualdades, que marcam a realidade social e econômica do país.

Este artigo tem por objetivo problematizar as incidências e as implicações da dimensão de raça sobre o trabalho doméstico remunerado no Brasil, evidenciando sua histórica vinculação à cultura de servidão e subordinação de classe e gênero. Com base em pesquisa bibliográfica e documental, e sob uma matriz teórico-metodológica crítica e dialética, analisaremos o tema da raça enquanto uma expressão da colonialidade do poder. A colonialidade, aqui considerada enquanto um fenômeno para além do colonialismo, situada no contexto da formação do sistema capitalista em escala global — neste trabalho também denominado de sistema-mundo moderno-colonial — e sua persistente reprodução e determinação das características que marcam a formação social, política e econômica das regiões e países considerados da periferia do sistema capitalista, como é o caso da América Latina e Brasil.

Em dias de profundos retrocessos no campo da democracia e dos direitos sociais no Brasil e no mundo, aprofundar, em um viés crítico, a discussão teórica e conceitual acerca do significado e a relevância da dimensão de raça na produção e reprodução das relações sociais capitalistas de dominação e exploração de classes, representa um esforço de resistência e de continuidade da luta no campo progressista. Dar visibilidade às particularidades dessa realidade vivenciada pelas(os) trabalhadoras(res) domésticas(os) brasileiras, aponta na mesma direção.

O artigo está organizado em duas seções. Na primeira, discutiremos o significado da dominação e discriminação de raça enquanto colonialidade do poder, no âmbito da formação do sistema-mundo moderno-colonial. Na seção seguinte, problematizaremos a incidência da dimensão de raça sobre a produção e reprodução das relações sociais de trabalho doméstico no Brasil, buscando demonstrar a persistência dessa incidência até os dias atuais.

Dominação e discriminação de raça e a formação do sistema-mundo moderno-colonial

Nos dias atuais, a discussão sobre preconceito e discriminação racial no Brasil, mais ainda sobre as determinações dessa dimensão para a formação social, política e econômica deste país assume as mais diversas nuances. Há desde a negação dessas determinações às posições que reproduzem visões superficiais, que via de regra, mais contribuem para a reprodução dos padrões discriminatórios do que para sua superação.

Se partirmos do entendimento de que a sociedade capitalista é uma sociedade dividia em classes, as dominações de gênero e raça, por exemplo, podem ser consideradas seus derivativos, ou fenômenos que se assentam sobre essa característica fundante das relações sociais capitalistas. Nesse sentido, a exploração da força de trabalho, que é realizada pela classe burguesa sobre a classe trabalhadora, sofre atenuantes os mais diversos, de acordo com o tempo e o espaço em que se localizam essas mesmas relações sociais.

No caso das porções do espaço global comumente consideradas periféricas, como é o caso de países de continentes como a América Latina, África e Ásia, a exploração da força de trabalho ocorre inicialmente pela dominação dos povos originários desses continentes, e em se tratando de América, sobretudo a Latina, dos negros africanos escravizados no longo período colonial e imperial. A partir daí se constituem *colonialidades* de poder, onde hierarquias e padrões de dominação e subordinação vão se reproduzindo tanto entre países periféricos em relação aos da economia central, quanto no interior dos Estados, assim como entre raças, povos, etnias ou nações, entre gêneros, entre classes sociais e, ainda, entre porções distintas dos territórios dos Estados.

De acordo com Dussel (2005, p. 27), "[...] empiricamente, nunca houve História Mundial até 1492 (como data de início da operação do Sistema-mundo)". A concepção imperialista de modernidade, segundo a qual, a determinação fundamental do mundo moderno seria o fato de ser a Europa, seus Estados, exércitos, economia, filosofia etc., o centro da história mundial, faz supor, simbólica e praticamente, que todas as outras culturas são sua periferia. Nas palavras de Quijano,

> [...] o mito fundacional da versão eurocêntrica da modernidade é a ideia do estado de natureza como ponto de partida do curso civilizatório cuja culminação é a civilização europeia ou ocidental. Desse mito se origina a especificamente eurocêntrica perspectiva evolucionista, de movimento e de mudança unilinear e unidirecional da história humana. Tal mito foi associado com a classificação racial da população do mundo. Essa associação produziu uma visão na qual se amalgamam, paradoxalmente, evolucionismo e dualismo. Essa visão só adquire sentido como expressão do exacerbado etnocentrismo da recém constituída Europa, por seu lugar central e dominante no capitalismo mundial colonial/moderno, da vigência nova das ideias mitificadas de humanidade e de progresso, inseparáveis produtos da Ilustração, e da vigência da ideia de raça como critério básico de classificação social universal da população do mundo. (QUIJANO, 2005, p.116).

Sob este ponto de vista, a colonialidade é vista enquanto um processo que ultrapassa as especificidades do colonialismo datado, não desaparecendo com a independência ou com a descolonização. Essa distinção permite explicar a continuidade das formas de dominação em determinados países e continentes, mesmo após o fim das administrações coloniais e ajuda a entender a formação das estruturas de hierarquias, mando, subordinação, clientelismo e coronelismos no interior dos países dependentes e entre esses os de capitalismo central. Assim,

> [...] a globalização em curso é, em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial. Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo. Esse eixo tem, portanto, origem e caráter colonial, mas provou ser mais duradouro e estável que o colonialismo em cuja matriz foi estabelecido. Implica, conseqüentemente, num elemento de colonialidade no padrão de poder hoje hegemônico. (QUIJANO, 2005, p. 107).

O controle do trabalho nesse padrão de poder mundial determinou a distribuição racial e geográfica das formas integradas do capitalismo. No que diz respeito à América Latina, as formas de trabalho não remunerados foram designadas às *raças* colonizadas (índios, negros, mestiços) e o trabalho pago, assalariado, designado à *raça* colonizadora – os brancos, na maioria dos países da América. O protagonismo que este continente teve no processo de formação do sistema-mundo no sentido de viabilizar sua construção revela o paradoxo da sua posição de subordinação e dependência. O processo de concentração espacial do capital, dos assalariados, do mercado de capital, da cultura e do saber hegemônico na Europa foi, nesse sentido, um dos fatores determinantes para o estabelecimento desse paradoxo, assim como ocorreu também com os demais continentes periferizados.

Na lógica particular da dependência histórico-estrutural da América Latina, é imprescindível considerar que os senhores capitalistas dos países dessa região tinham a forte percepção de que os seus interesses eram ou deveriam ser semelhantes a outros dominantes, brancos, dos países europeus e estadunidenses. Contudo,

> [...] por óbvias razões, os dominadores coloniais dos novos Estados independentes, em especial na América do Sul depois da crise de fins do século XVIII, não podiam ser nada além de sócios menores da burguesia europeia. Quando muito mais tarde foi necessário libertar os escravos, não foi para assalariá-los, mas para substituí-los por trabalhadores imigrantes de outros países, europeus e asiáticos. A eliminação da servidão dos índios é recente. Não havia nenhum interesse social comum, nenhum mercado próprio a defender, o que teria incluído o assalariado, já que nenhum mercado local era de interesse dos dominadores. Não havia, simplesmente, nenhum interesse nacional. (QUIJANO, 2005, p. 123).

A dimensão racial da colonialidade do poder se expressa nessas relações e repercute nas dificuldades de estabelecimento de sociedades amplamente democráticas, já que os interesses das maiorias não encontram legitimidade e representatividades frente aos setores dominantes dos países latino-americanos. E, não poderia ser diferente, já que os privilégios das classes dominantes minoritárias brancas estavam assentados na exploração das maiorias, indígenas, negras, mestiças. Por isso, "[...] do ponto de vista dos dominadores, seus interesses sociais estiveram muito mais próximos dos interesses de seus pares europeus, e por isso estiveram sempre inclinados a seguir os interesses da burguesia europeia. Eram, pois, dependentes". (QUIJANO, 2005, p. 123).

No processo de intensificação da industrialização vivenciado no continente nos anos 1930, diante da crise mundial, a substituição das importações como estratégia das classes dominantes é uma demonstração do padrão de dependência estabelecido, a qual foi utilizada para garantir na verdade a substituição do,

> [...] consumo ostentador dos senhores e dos pequenos grupos médios associados a eles, por produtos locais destinados a esse consumo. Para tal finalidade não era necessário reorganizar globalmente as economias locais, assalariar massivamente servos, nem produzir tecnologia própria. A industrialização através da substituição de importações é, na América Latina, um caso revelador das implicações da colonialidade do poder. (QUIJANO, 2005, p. 123).

A reprodução dessa forte estrutura de múltiplas dominações, dependências e subordinações tem tornado a construção do Estado nacional um projeto artificializado nos países latino-americanos, dados os fracos processos democráticos da região, face à desidentificação dos setores dominantes com os anseios e os interesses das massas populares dos países. Por tudo isso,

> [...] a colonialidade do poder estabelecida sobre a ideia de raça deve ser admitida como um fator básico na questão nacional e do Estado-nação. O problema é, contudo, que na América Latina a perspectiva eurocêntrica foi adotada pelos grupos dominantes como própria e levou-os a impor o modelo europeu de formação do Estado-nação para estruturas de poder organizadas em torno de relações coloniais. (QUIJANO, 2005, p. 125)

No caso do Brasil, a presença do trabalho escravo e da servidão, os quais sustentaram a economia nacional durante os três primeiros séculos de sua existência, ganha destaque na formação das relações sociais hierárquicas, de subordinação e mando. No cenário colonial, o país foi "[...] muito além de um simples espaço para geração de excedentes para as metrópoles. Aqui, a escravidão se estendeu pelas áreas rurais, minas, cidades, oficinas, ranchos e um vasto conjunto de atividades econômicas". (BARBOSA, 2008, p. 39).

A posição de colônia de exploração do país, associada ao uso irrestrito do trabalho escravo, legou, desde o período colonial, uma sonegação da existência econômica e social da população negra — sem esquecer os indígenas e as populações tradicionais remanescentes — tanto à escravizada, quanto a que viria a ser livre ou liberta nos anos pré e pós-abolição formal. Os homens livres, que não eram nem escravos nem donos de escravos, eram,

> [...] pobres, verdadeiros párias dessa sociedade, tendencialmente ociosos – pois ausentes da relação de produção básica, mas condicionados pela mesma – amargavam, no limite, uma vida social inútil onde

> o trabalho realizado era tão-somente o mínimo necessário para a sua existência à margem do mercado. (BARBOSA, 2008, p. 62).

Naquele contexto, "[...] os lugares e papéis sociais dos homens e mulheres brancos, bem como de homens e mulheres negros e indígenas estavam fixados" (BERNARDINO-COSTA, 2013, p. 47). Em outras palavras, foram construídas no Brasil lógicas e práticas sociais baseadas na hierarquização, exploração e subordinação de raça que ainda se reproduzem contemporaneamente, amplamente funcionais ao desenvolvimento interno e internacional do capitalismo. Assim,

> [...] a escravidão engendrou um modo de relacionamento entre ricos e pobres, dominantes e dominados, no qual as clivagens de classe e raça coincidiram quase perfeitamente. Ainda que a referência básica dos colonizadores fosse a organização estamental portuguesa, na colônia a condição social repousava na condição econômica. Afinal, *todos procuravam a nova terra em busca de fortuna: todos visavam melhorar a sua condição econômica*. Ser fidalgo aqui somente era possível a partir da posse de escravos. Daí a síntese brilhante de Manuel Correia de Andrade: *sociedade aristocrática dividida em classes.* (BARBOSA, 2008, p. 66, grifo do autor).

Segundo o mito da democracia racial[1], a miscigenação e todo o discurso que a envolve, constrói a falsa ideia de que não há hierarquia racial no país, encobrindo os padrões de dominação e exploração de raça que permanecem vivos nas práticas sociais. Essa falácia, construída no contexto do projeto de unificação e desenvolvimento da nação, antes e ao longo do período autocrático do século XX no Brasil, encobriu em grande medida as fortes hierarquias e a fixação dos lugares sociais subalternos no país e sublimou a forte vinculação desses processos como passado escravocrata.

Contudo, são substanciais as repercussões dessa realidade sobre as características peculiares do mercado de trabalho, da política social, dos estados e da democracia brasileira. As condições materiais de reprodução da classe trabalhadora, marcadas pelas desigualdades sociais, subordinações de classe, gênero e raça, num ambiente de democracia não popular, são o pano de fundo em que se processa o fenômeno do trabalho em geral no Brasil.

Analisando as relações raciais que compareceram nas décadas de 1940 e 1950, Negro e Gomes (2006, p. 226) constatam que era marcante uma tendência interpretativa de distanciar as experiências do trabalho (coerção, tecnologia, relações de produção e forças produtivas) da escravidão e da pós-emancipação, especialmente com o impacto industrial do século XX.

Diante disso, é possível afirmar que, o trabalho escravo, assim como as determinações que este firmou nas relações sociais e econômicas no Brasil, é um fator de significativa relevância para a formação da classe trabalhadora brasileira, assim como para relações sociais em geral. Torna-se, por sua vez, ainda mais relevante para o trabalho doméstico remunerado e as relações sociais que o envolvem, já que é uma ocupação que congrega, dos *invisibilizados* da classe trabalhadora (NEGRO; GOMES, 2006), uma parcela das mais emblemáticas.

No caso específico das relações sociais que perpassam no trabalho doméstico, conforme analisou Bernardino-Costa (2013), a colonialidade do poder intersecciona-se nas dimensões de raça, sexo e classe social, ocorrendo na realidade de maneira inter-relacionada, imbricada e de forma não hierárquica. Essa constatação nos permite apreender as formas pelas quais "[...] o racismo, as relações patriarcais, a opressão de classe e outros eixos possíveis de poder e discriminação criam desigualdades". (BERNARDINO-COSTA, 2013, p. 48).

Na próxima seção, discutiremos alguns aspectos que particularizam e fundamentam nossa análise sobre o trabalho doméstico remunerado no país, particularizando a inflexão da dimensão de raça sobre este fenômeno social.

A persistente inflexão da dimensão de raça no trabalho doméstico no Brasil

Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD-C), realizada pelo IBGE no Brasil, em 2018, 93% dos postos de trabalho doméstico eram ocupados por mulheres; destas, 67% se autodenominavam negras[2]. Enquanto 10,1% do total de mulheres não negras da população ocupada feminina está no trabalho doméstico remunerado, do universo negro foram 17,4%. No mesmo ano, o percentual de mulheres

negras entre as trabalhadoras domésticas foi 10% superior às demais mulheres da População Economicamente Ativa. Enquanto no primeiro grupo a população de negras foi de 67%, as do segundo grupo representavam 57% na média nacional (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020).

Esses dados apontam para a inflexão de gênero e raça no fenômeno do trabalho doméstico remunerado no Brasil, que estão imbricados ou interseccionados na realidade social, ainda, com a dimensão de classe social. Tal como analisou Melo,

> [...] uma observação baseada na vivência dos lares brasileiros, memórias de nossas infâncias, o estereótipo de babás e cozinheiras era de negras e mulatas. Tal constatação permite sugerir que no Brasil as negras passaram diretamente da senzala para o trabalho doméstico. Como assinalou Gonzalez (1982, p. 98), quando a mulher negra "*não trabalha como doméstica, encontramos esta prestando serviços de baixa remuneração nos supermercados, nas escolas ou nos hospitais, sob a denominação genérica de "empregadas de limpeza*". (MELO, 1998, p. 8, grifo da autora).

De acordo com registros contidos em Barbosa (2008) referentes ao Recenseamento da População de 1872, 70,1% da população escrava estava na agricultura e 23,4% nos serviços, sendo que destes, 15,2% especificamente nos serviços domésticos. Naquele tempo, exerciam funções como jardineiros, mucamas, amas de leite, costureiras, aias, pajens, cozinheiros. Também cuidavam dos filhos dos senhores, transmitiam recados, serviam à mesa e recebiam as visitas.

Assim, a posse de um criado para os cuidados domésticos foi se arraigando no imaginário social enquanto um símbolo de *status*. As elites brasileiras desenvolveram um "estilo de vida que, em todas as suas variantes, dependia dos criados não apenas para suprir as necessidades da existência diária, mas também para exibir uma posição social de privilégios" (GRAHAM, 1992, p. 20). Por isso, as babás e amas precisavam estar presentes nos "cartões de visita" dos seus filhos.

A Figura 1, a seguir, faz parte de um acervo digitalizado, no contexto de um projeto da Unicamp, que contém imagens de um passado recente que se processava no Brasil nos idos do século XIX. Ou seja, há pouco mais de cem anos. A foto foi feita na cidade do Rio de Janeiro, e é originária dos acervos de famílias de elites dessa cidade.

Analisando as experiências sociais de mulheres escravas, libertas e descendentes livres, na cidade de São Paulo, durante o último quartel do século XIX, no contexto do crescimento urbano acelerado, do processo avançado da abolição e da política imigratória que conduziam para a Capital imigrantes pobres e libertos destutelados, Telles (2011), identificou nos registros policiais um alto percentual de mulheres negras inscritas, o que indica que,

> [...] a expansão do mercado de trabalho não lhes significou ganhos significativos: o peso das relações escravistas patriarcais e seu habitual desapreço pelo trabalho manual desempenhado tradicionalmente pelas escravas, relegavam aquelas agentes da subsistência e suas ocupações desqualificadas a baixos salários e a condições de trabalho particularmente opressivas: alicerces da subsistência apagada no contexto da construção da hegemonia econômica e política da burguesia cafeeira. (TELLES, 2011, p. 125).

A herança escravocrata na formação social brasileira agravou o desprezo social pelo trabalho doméstico, já naturalizado historicamente como lugar social da mulher e da servilidade. Na sociedade escravista, o trabalho manual era visto como desqualificado e aviltante. Segundo Barbosa (2008), o Recenseamento da População de 1872 apontava que da população escrava ocupada nos serviços domésticos, já havia mais mulheres do que homens: 129.816 e 45.561, respectivamente. Assim, não é irrelevante que o trabalho doméstico e de cuidado da casa-grande tenha sido atribuído exclusivamente às mulheres negras e vetado às mulheres brancas (KOFES, 1990). O fato de a delegação das tarefas domésticas e de cuidados no Brasil, desde o período colonial, ter sido realizada predominantemente às mulheres negras, "[...] pressupõe a existência de uma divisão racial do trabalho reprodutivo entre mulheres. [...] assentada em tão sólida referência, a divisão racial do trabalho, desempenha funções relevantes tanto na perpetuação da divisão sexual, quanto na segregação racial do trabalho". (ENGEL; PEREIRA, 2015, p. 14, 19).

Por sua vez, sem se dissociar da forte vinculação à cultura de servidão e subordinação de raça, ao longo do século XX foi havendo e do ponto de vista formal uma passagem da condição *de criadas a trabalhadoras*,

Figura 1 – Retrato de babá brincando com criança. Sem especificação de formato. Foto de Jorge Henrique Papf. Petrópolis (RJ), c. 1899. Coleção G. Ermakof. Rio de Janeiro.



Fonte: Koutsoukos (2007).

assim como uma certa *profissionalização* e *mercantilização* dessa ocupação, o que tencionou no sentido da modificação do padrão das relações de criadagem e de servilismo predominantes no período da escravidão e que permaneceram vigendo no período pós-abolição mesmo que com formatos renovados (MELO, 1998). Contudo, dados da PNAD de 1992 apontam que, naquele ano, ainda existiam no país 19,2% de trabalhadoras(es) domésticas(os) remuneradas que residiam em seus locais de trabalho (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020), o que representa situação mais propícia ao desenvolvimento de relações de trabalho servis e subordinadas. O reconhecimento da(do) doméstica(o) enquanto trabalhadora(r), assim como a garantia dos seus direitos sociais e trabalhistas foi ocorrendo ao longo das décadas do século XX de forma muito lenta e discriminatória.

Nos anos de 1940, a criação da Consolidação dos Direitos do Trabalho (CLT) não contemplou a totalidade das situações de trabalho já existentes no país naquela época. Esse foi o caso do trabalho doméstico, que mesmo sendo uma das primeiras ocupações registradas no território nacional não foi objeto do conjunto de direitos consolidados. Essa discriminação prolongou-se por várias décadas e as regulamentações da atividade doméstica remunerada foram ocorrendo no país de maneira parcial e paulatina.

Somente na década de 1970, por meio da Lei n. 5.859/1972, foi assegurado à(ao) trabalhadora(r) doméstica(o) o direito ao registro do contrato na carteira de trabalho, e com isso os benefícios e serviços da previdência social. Porém, mesmo assim, a maior parte dos direitos previstos para os demais trabalhadores urbanos na CLT não foram estendidos à categoria.

A Constituição Federal de 1988, no art. 7º, instituiu vários direitos referentes aos trabalhadores em geral, mas somente nove destes foram estendidos às(os) empregadas(os) domésticas(os): salário-mínimo; irredutibilidade do salário; décimo terceiro salário; repouso semanal remunerado; férias anuais, com adicional de 1/3 do salário normal; licença maternidade por 120 dias; licença paternidade e aviso prévio. O direito à organização e representação sindical também foi reconhecido por meio da Constituição de 1988 (BRASIL, 2015).

Em 2001, a Lei n. 10.208 acrescentou o direito à(ao) empregada(o) doméstica(o) ter acesso ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que é condição para acesso ao benefício do seguro-desemprego (BRASIL, 2001). No entanto, nesse momento foi instituído de forma facultada ao interesse do empregador.

Já em 2006, a Lei n. 11.324 assegurou obrigatoriamente o direito à estabilidade à doméstica gestante, vetou ao empregador doméstico efetuar descontos no salário de seu empregado e assegurou descontos no imposto de renda para estimular a formalização do vínculo via assinatura da carteira de trabalho (BRASIL, 2006). E, ainda, ampliou para 30 dias o período de férias anuais.

Somente por meio da Lei Complementar n. 150/2015, as(os) trabalhadoras(res) domésticas(os) tiveram pela primeira vez a jornada de trabalho delimitada, que passou a ser de 44 horas semanais, 8 horas diárias e horário de almoço, além do pagamento de hora extra, com banco de horas; recolhimento obrigatório do FGTS por parte do empregador; adicional noturno, auxílio-creche; e auxílio família; multa em caso de demissão sem justa causa, dentre outros (BRASIL, 2015).

Contudo, os dados da PNAD-C registram que, no ano de 2018, somente 30% na média nacional de pessoas ocupadas nos serviços domésticos tinham seus contratos de trabalho formalizados por meio da assinatura da carteira de trabalho por parte dos empregadores (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020). Em alguns estados de regiões como Norte e Nordeste, esse percentual é ainda menor. Esses dados apontam para o fato de que o horizonte de luta por reconhecimento e efetivação dos direitos dessa parcela da classe trabalhadora no Brasil ainda é longo.

Assim, apesar do avanço representado pela aprovação da LC n. 150/2015, as consequências do tratamento discriminatório e excludente sofrido pelas(os) trabalhadoras(res) domésticas(os) remuneradas(os) no Brasil, no que se refere ao reconhecimento de direitos e de condições de trabalho, ainda são uma realidade a ser enfrentada seriamente quando está em pauta a dignidade da pessoa humana, a cidadania e a democracia no Brasil. Uma dessas frentes de luta é a expansão do acesso das(dos) domésticas(os) aos direitos trabalhistas conquistados e ao sistema de proteção social previdenciária.

Considerações finais

Neste artigo, analisamos a questão de raça sob o ponto de vista da colonialidade do poder, geradora de subalternidades e dominações próprias do sistema-mundo colonial-moderno, o qual, por sua vez, posiciona a América Latina e, consequentemente o Brasil, de maneira dependente e periférica na dinâmica da reprodução ampliada e mundializada do capital. Esta realidade vincula as determinações da formação e desenvolvimento das relações sociais e da própria classe trabalhadora nesse país e região.

No que diz respeito ao trabalho doméstico remunerado, as inflexões da dimensão de raça, associadas às determinações de gênero e classe social, são significativas e persistentes ao longo da história, gerando consequências nas condições de trabalho e vida de milhões de trabalhadoras(es) negras(os) que se ocupam dessa atividade, como forma de sustento de suas próprias vidas e de suas famílias.

Não obstante a longeva participação do trabalho doméstico na dinâmica reprodutiva das famílias brasileiras, esta sociedade tem conferido às(os) domésticas(os) um tratamento discriminatório, ignorando o estatuto do trabalho, e, consequentemente, seus direitos como trabalhadoras(es). As condições socio-históricas em que se desenvolveu essa ocupação no Brasil denuncia que não bastam medidas isoladas e pontuais para garantir e assegurar a concretização de direitos. Diante das persistentes marcas da herança escravocrata na

sociedade brasileira, se faz necessário um amplo trabalho de educação e reflexão sobre as práticas cotidianas que a naturalizam e perpetuam.

Concluímos apontando para a necessidade de que as(os) trabalhadoras(es) domésticas(os) remuneradas(os) brasileiras(os), em sua massiva maioria mulheres negras, sejam vistas(os), respeitadas(os), cuidadas(os) e protegidas(os) enquanto trabalhadoras(es) e cidadãs(ãos).

Referências

BARBOSA, A. F. A formação do mercado de trabalho no Brasil. São Paulo: Editora Alameda, 2008.

BERNARDINO-COSTA, J. Colonialidade e interseccionalidade: o trabalho doméstico no Brasil e seus desafios para o Século XXI. *In:* SILVA, T. D.; GOES, F. L. (org.). Igualdade racial no Brasil: reflexões no ano internacional dos afrodescendentes. Brasília: Ipea, 2013.

BRASIL. Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Brasília, DF: Presidência da República, 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 18 jan. 2022.

BRASIL. Lei complementar nº 150, de 1º de junho de 2015. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e no 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm. Acesso em: 18 jan. 2022.

BRASIL. Lei no 10.208, de 23 de março de 2001. Acresce dispositivos à Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico, para facultar o acesso ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e ao seguro-desemprego. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10208.htm. Acesso em: 18 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.324, de 19 de julho de 2006. Altera dispositivos das Leis nº s 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 5.859, de 11 de dezembro de 1972; e revoga dispositivo da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11324.htm. Acesso em: 18 jan. 2022.

DUSSEL, H. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, E. (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

ENGEL, C.; PEREIRA, B. C. J. A organização social do trabalho doméstico e de cuidado: considerações sobre gênero e raça. Revista Punto Género, Santiago, n. 5. nov. 2015.

GRAHAM, S. L. Proteção e obediência, criadas e seus patrões no Rio de Janeiro 1860-1910. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

INTERNATIONAL LABOR ORGANIZATION (ILO). Global Wage Report 2010/11: Wage policies in times of crisis (Geneva). Geneva: ILO/International Labour Office, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). Notas Metodológicas. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

KOFES, M. S. Diferença e identidades nas armadilhas da igualdade e desigualdade: Interação e relação entre patroas em empregadas domésticas. 1990. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

KOUTSOUKOS, S. S. M. Amas na fotografia brasileira da segunda metade do século XIX 3/4. Programa Cultura e Pensamento, online, 2007. Disponível em: https://www.studium.iar.unicamp.br/africanidades/koutsoukos/3.html. Acesso em: 18 jan. 2022.

LARA, S. H. Escravidão, cidadania e história do Brasil. Projeto História, São Paulo, v. 16, p. 25-38, jan./jun. 1998. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11185/8196. Acesso em: 18 jan. 2022.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. *In*: TRASPADINI, R.; STÉDILLE, J. P. (org.) Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARTINS, S. P. Manual do Trabalho Doméstico. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MELO, H. P. O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras. Rio de Janeiro: IPEA, 1998.

NEGRO, A. L.; GOMES, F. Além das senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. Tempo Social, São Paulo, v. 18, n. 1, 2006.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

TELLES, L. F. S. Libertas entre sobrados: contratos de trabalho doméstico em São Paulo na derrocada da escravidão. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

Notas

[1] Segundo o qual a miscigenação e todo o discurso mítico que a envolveu e envolve, constrói a falsa ideia de que não há hierarquia racial no país, encobrindo os padrões de dominação e exploração de raça que permanecem vivos nas práticas sociais.

[2] Categoria constituída da soma daquelas autodenominadas pretas e pardas na PNAD-C. As pessoas consideradas não negras referem-se ao somatório das que se autodenominam indígenas, brancas ou amarelas.

Francilene Soares de Medeiros Costa
francilene@ufpa.br
Doutora em Geografia pela Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita filho" (FCT/UNESP – Campus de Presidente Prudente).
Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA).

UFPA
Rua Augusto Corrêa, 01 - Guamá
Belém – Pará – Brasil
CEP: 66075-110

Cleice Santos Santos
cleice.santos@icsa.ufpa.br
Graduanda em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA).
Bolsista pelo Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica da Universidade Federal do Pará (UFPA).

UFPA
Rua Augusto Corrêa, 01 - Guamá
Belém – Pará – Brasil
CEP: 66075-110

Maria Elizabeth Tereza Moraes Rodrigues
melizabethmr@gmail.com
Graduanda em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA).
Bolsista pelo Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica da Universidade Federal do Pará (UFPA).

UFPA
Rua Augusto Corrêa, 01 - Guamá
Belém – Pará – Brasil
CEP: 66075-110

Agradecimentos
Não se aplica.
Agência financiadora
Não se aplica.
Contribuições das autoras
As autoras contribuíram coletivamente.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação.
Não se aplica.
Consentimento para publicação
As autoras consentem a publicação
Conflito de interesses
Não há conflito de interesses.

 DOI: https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e84171

ESPAÇO TEMÁTICO: SERVIÇO SOCIAL, RACISMO E CLASSES SOCIAIS

Racismo entre psicologia social e criminologia crítica: encontros e perspectivas decoloniais

Felipe de Araujo Chersoni[1]
https://orcid.org/0000-0002-4912-574X

Veyzon Campos Muniz[3]
https://orcid.org/0000-0002-5324-3829

Maria Eduarda Delfino das Chagas[2]
https://orcid.org/0000-0003-2780-0705

[1]Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-graduação em Direito, Criciúma, SC, Brasil
[2]Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Residência em Saúde Mental, Atenção e Reabilitação Psicossocial, Criciúma, SC, Brasil
[3]Universidade de Coimbra, Instituto Jurídico, Programa de Doutoramento em Direito Público - Estado Social, Constituição e Pobreza, Portugal

Racismo entre psicologia social e criminologia crítica: encontros e perspectivas decoloniais

Resumo: O presente artigo objetiva pensar os campos da Psicologia Social e da Criminologia Crítica, a partir de seu compromisso com transformações sociais radicais na sociedade brasileira. Em abordagem dialética e por meio de revisão bibliográfica, secciona-se o ensaio em três partes. Inicialmente, faz-se notas sobre a Psicologia Social, inserta na realidade brasileira. Em segundo segmento, debruça-se sobre o positivismo criminológico e a constituição de uma Criminologia Crítica, dita como marginal. Segue-se em estudo de caso sobre o Massacre do Jacarezinho, analisando-se sua repercussão em meios de comunicação e denunciando-se discursos de neutralidade e sua justificação. Por fim, advoga-se pela defesa de ações teórico-práticas democráticas e comprometidas com a defesa de direitos humanos e com engajamento na oposição às estruturas que mitigam e validam o epistemicídio e as violações de direitos da população vulnerabilizada, especialmente a negra.

Palavras-chave: Antirracismo; Criminologia Crítica; Direitos Humanos; Estudos decoloniais; Psicologia Social.

Racism between social psychology and critical criminology: encounters and decolonial perspectives

Abstract: This article aims to think about the fields of Social Psychology and Critical Criminology, based on their commitment to radical social transformations in Brazilian society. In a dialectical approach and through a literature review, the essay is divided into three parts. Initially, notes are made on Social Psychology, inserted in the Brazilian reality. In the second segment, it focuses on criminological positivism and the constitution of a Critical Criminology, said to be marginal. It is followed by a case study on the Jacarezinho Massacre, analyzing its repercussion in the media and denouncing neutrality discourses and their justification. Finally, it advocates the defense of democratic theoretical-practical actions committed to the defense of human rights and engaging in opposition to structures that mitigate and validate epistemicide and violations of the rights of the vulnerable population, especially the black population.

Keywords: Anti-racism; Critical Criminology; Human rights; Decolonial Studies; Social Psychology.

Recebido em 10.07.2021. Aprovado em 16.12.2021. Revisado em 07.02.2022.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

> "Ao tratar como vítimas traficantes que roubam, matam e destroem famílias, a mídia e a esquerda os igualam ao cidadão comum, honesto, que respeita as leis e o próximo [...] É uma grave ofensa ao povo que há muito é refém da criminalidade. Parabéns à Polícia Civil do Rio de Janeiro!" (BOLSONARO, 2021 apud EXAME, 2021).

As palavras do Presidente da República epigrafadas, a respeito do massacre ocorrido na favela do Jacarezinho, na cidade do Rio de Janeiro, são emblemáticas de um raciocínio de legitimação da violência letal contra a população negra, pobre e periférica do país. A partir dessa lógica exposta, problematiza-se neste artigo que a colonização enquanto processo histórico forjou critérios existenciais, econômicos e políticos para a subcidadania. Sob novas roupagens, presentificam-se os ideais coloniais nos imaginários sociais, nos processos de subjetivação, nas legislações e em modos de viver.

No período pós-colonial, pontua-se que a psicologia e a criminologia tiveram um papel sodalício ao corroborarem a elitização social e amalgamarem-se ao regime autoritário, aliadas aos discursos positivistas. Todo esse arcabouço de mecanismos veio abarcado por uma dogmática, sobretudo de direito penal, que legitimou não somente o crescimento econômico e o acúmulo de riquezas desenfreados, como também forjou no imaginário social essa legitimação. Quando se trata de realidade brasileira, pensar raça, gênero e classe é inevitavelmente pensar em genocídios. Durante todo o processo de desenvolvimento econômico brasileiro, o racismo foi fio condutor de relações de poder e de violações de direitos da população negra e de periferia.

A Psicologia Social em sua virada teórico-prática nos anos 1980 assumiu um posicionamento de intervir a fim de impactar na transformação social, com e pelos sujeitos e frente aos atravessamentos culturais que os constituem. Na mesma toada, a Criminologia Crítica tratou de se apegar à materialidade prática, não somente como forma de denunciar as mazelas sociais, mas também, aliada à luta de classes, constituir-se como um braço vivo de processos revolucionários – e, assim, se consolidou na América Latina amparo de resistência viva a favor da derrubada dos muros acadêmicos para uma luta popular juntamente com os movimentos sociais.

Por conseguinte, o presente ensaio se propõe a construir um relato através de escrevivências embasadas em revisão bibliográfica específica sobre as áreas da Psicologia Social e da Criminologia Crítica brasileiras. Alega-se, nesse sentido, apontar os encontros e perspectivas para efetividade da decolonização epistêmica e prática, partindo da análise do caso concreto do massacre do Jacarezinho.

Notas sobre a Psicologia Social e a realidade brasileira

Conceituar Psicologia Social demandaria um saber primário do trabalho que ela exerce. Opta-se por iniciar, portanto, com as provocações: "a quem serve a psicologia? Qual o seu papel na transformação da realidade? As práticas e teorias psicológicas estão alinhadas com as demandas da população?" (SILVA, 2013, p. 34), a fim de pensar quais psicologias construímos.

Por todas as suas ramificações, definir a Psicologia Social como um campo único não se faz possível, visto que ela não nasce de um projeto unificado. Indagar os objetivos e conceitos que permeiam a área é constantemente revisar metodologias, técnicas e teorias (SILVA, 2013). Nascendo em berço comportamentalista, esse campo era posto como responsável por observar estímulos dos indivíduos dentre os grupos. Ainda que recente, a Psicologia Social em perspectiva crítica compromete-se a ser um campo político e engajado com demandas atuais e trabalhando em caráter multidisciplinar: classe *psi*, assistência social, na interface com o direito e com os movimentos sociais.

A partir disso, deve-se pensar a Psicologia Social e suas possibilidades de "construir e implementar concepções normativas de conduta humana e de subjetividade" (SPINK; SPINK, 2005). Ela, via de regra, não se reduz aos serviços públicos ou se encerra em alguns espaços. Não está apenas no serviço institucional ou em dinâmicas de grupo, tampouco posicionada a mensurar o comportamento do indivíduo nestes espaços. Diante de sujeitos, ao percebermos a sociogênese nas relações e os efeitos psíquicos de violências estruturais no sofrimento, lançamos mão de uma perspectiva social, atenta às afetações que os corpos produzem.

Na Psicologia Social da qual falamos, a pesquisa e a intervenção se fazem com e pelo sujeito e todos os atravessamentos que o constituem. Os sujeitos não se constituem sozinhos, uma vez que falam, pensam, criam, aprendem, eles fazem parte de uma cultura.

Uma análise pela perspectiva da psicologia socio-histórica permite justificar que as experiências compartilhadas se dão como uma problemática psicossocial, ao defender-se que as violências cotidianas deixam marcas em instâncias subjetivas e sociais. Na ambiguidade do racismo à brasileira, ser *invisível*, a saída proposta é a efetivação de ações afirmativas no ensino, pesquisa e extensão, reformas na curricularização e paridade na docência. A desobediência epistêmica convoca a romper com os saberes normativos das psicologias e tensionar os espaços, produções e discursos. O compromisso social e o cuidado como ferramenta ético-política são imprescindíveis às psicólogas e psicólogos sociais, aptos à função de denunciar as mazelas causadas pelo racismo e potenciar seres marginalizados para a defesa de seus direitos. A decolonização enquanto mecanismo de transformação social torna-se aliada neste processo, pois se atenta à afetação que os corpos produzem e reforça a necessidade de engajamento e práxis críticos, fazendo-se assim pertinente ao eixo que discute as imbricações sociais que produzem desigualdades.

A revisão da historicidade da Psicologia Social pode partir do início do século XX quando, na América do Norte, William McDougall e Edward Ross fizeram as primeiras publicações do campo teórico. No entanto, por essas obras seguirem uma tendência sociológica e behaviorista, defendia-se que as pesquisas "deveriam concentrar-se no estudo experimental do indivíduo, na medida em que o grupo se constituía tão somente a mais um estímulo do ambiente social a que esse indivíduo era submetido" (FERREIRA, 2010, p. 52). Os autores sustentaram que a Psicologia Social se dividia em duas modalidades: uma sociológica e uma psicológica; com a primeira propondo-se um caráter mais experimentalista para estudar a sociedade, e a segunda focada na linguagem, pensamentos e comportamentos (FERREIRA, 2010). As duas perspectivas eram dicotomizadas de modo que a primeira se baseava em métodos laboratoriais para analisar comportamentos individuais e a segunda fundamentava-se na análise de mitos, religiões e produtos culturais (ALMEIDA, 2012).

Com efeito, a Psicologia Social nascida na América Latina foi mobilizada inicialmente a partir de questionamentos e críticas às vertentes nortistas, e "em prol de uma Psicologia Social mais contextualizada, isto é, mais voltada para os problemas políticos e sociais que a região vinha enfrentando" (FERREIRA, 2010, p. 58). Articulada num contexto de tensões sociais e políticas, ao constituir de maneira mais elaborada o conceito de "compromisso social", eclode desse movimento a Psicologia Social crítica, em defesa da ação e transformação sociais na construção de culturas e realidades que gestem melhorias nas condições de vida da população (SILVA, 2013). Nessa perspectiva, cabe dizer que:

> Na América Latina, a preocupação coletiva com os graus de desigualdade e de exclusão social no continente e com a violência e arbitrariedade dos regimes militares dominantes entre meados da década de 1960 e meados da década de 1980, criou sua própria atualidade que resultaria numa reforma radical em termos de temas de estudo como também, em alguns casos, em termos de enfoque teórico (SPINK; SPINK, 2005, p. 573).

Torna-se válido ressaltar as diferenças entre os países que formam geograficamente essa região, onde se inclui o Brasil, marcado também por contextos culturais e geopolíticos diversos. Mas, o esforço para cruzar as similaridades que fortalecesse o continente política e economicamente era feito também para que se construísse uma identidade própria ao campo. Logo, integrar nesta a historicidade da Psicologia Social produzida em outros países Latino-Americanos e no Brasil transfigura-se como um posicionamento político. Visto que esses países trazem em sua constituição, traços e traumas da colonização, "vivenciar tal choque de realidade torna-se fundamental para o seu amadurecimento e retratação como ciência e profissão" (SILVA, 2013). Como defende Martín Baró (apud FERREIRA, 2010, p. 59), "a construção teórica em Psicologia Social deve emergir dos problemas e conflitos vivenciados pelo povo latino-americano, de forma contextualizada com sua história".

No período colonial e pós-colonial brasileiro, a psicologia teve um papel congregado com a higienização moral e a elitização social. Conforme aponta Bock (2004, p. 2), a psicologia da época dava "ênfase à preocupação cientificista, transformando as escolas em verdadeiros laboratórios" e era "associada à administração e à gestão do trabalho, baseadas no pensamento taylorista". Junto à educação, à industrialização e à medicina, as ideias

psicológicas amalgamaram-se ao regime autoritário do Brasil-Império, à medida que se coadunavam com o controle de corpos de mulheres, crianças e dos que se encontravam reclusos em hospícios.

A institucionalização da Psicologia Social no Brasil ocorreu apenas em 1962 – concomitante com a regularização da Psicologia enquanto profissão no contexto nacional – quando o Conselho Federal de Psicologia (CFP) tornou obrigatória a curricularização da disciplina (FERREIRA, 2010). Durante os anos de 1970, ela continuava crescendo no campo teórico e profissional no país, mas ainda com fortes influências estadunidenses (BOCK; FURTADO, 2005). Porém, em decorrência do crescente movimento da Psicologia Social crítica na América Latina, um movimento de cisão com a Psicologia Social tradicional, com diversos autores conceitualizando diferentes vertentes e enfatizando o papel psicossocial de ruptura e superação das situações de violências, desigualdades sociais, pobreza (FERREIRA, 2010) estruturava-se também no Brasil.

A visão crítica e militante de Silvia Lane a guiava para uma práxis que se preocupasse com a realidade social. Para ela, a realidade deve se transformar para criar condições de vida digna a todos, e "o conhecimento e a profissão deveriam estar a serviço da transformação" (BOCK et al., 2007, p. 47). O materialismo histórico abriu novos caminhos para a Psicologia Social brasileira, pois trouxe possibilidades de metodologia importantes para a superação do pensamento cognitivista e com a ressalva de que "sujeito e objeto estão em relação dialética, portanto não há neutralidade no conhecimento, há sempre uma intenção do sujeito sobre o objeto" (BOCK et al., 2007, p. 50).

Para subverter a Psicologia Social tradicional, autoras e autores do Brasil e de outros países da América Latina enfrentaram conceitos e métodos de maneira crítica. Em concordância com Bock e Furtado (2005) e Ferreira (2010) apresentam, entendia-se que o conhecimento da psicologia deveria contribuir para ampliar a consciência dos indivíduos e os métodos para a superação das desigualdades. À luz da história, dentre todas as lições ofertadas, resiste a necessidade de revisar e revisitar a psicologia quanto a sua formação e acerca da práxis à medida que se postam como demandas constantes. Desse modo, a fim de não se repetirem padrões, advoga-se pela inspiração na criticidade e na ação política de pensadoras e pensadores latino-americanos. Afinal, entender os sujeitos dentro de sua cultura e historicidade, assim como transformar teorias e práticas dentro das conjunturas próprias, são possibilidades que a Psicologia Social oferece (na linha de JACÓ-VILELA; DEGANI-CARNEIRO; OLIVEIRA, 2016).

Positivismo criminológico e a construção da Criminologia Crítica marginal

Cabe enfatizar que a criminologia é uma ciência que estuda materialmente os processos de criação das leis e normas sociais que se correlacionam com os comportamentos denominados de desviantes, bem como a relação desses comportamentos com a reação social que geram (ANIYAR DE CASTRO, 1983). Mudar este enfoque positivista no sentido de não tratar mais os sujeitos como criminosos e sim atribuir-lhes a roupagem de sujeitos criminalizados, afastando a individualização deste amplo fenômeno. Sendo assim, o objeto desloca-se da criminalidade para a criminalização, esta última como uma realidade construída, demonstrando acima de tudo que o crime é uma atribuição dada a comportamentos ou pessoas, algo construído não só através da normatização, mas também da própria construção como sociedade (SANTOS, 2005).

A Criminologia Crítica constitui-se como uma nova criminologia, que além de contrapor os dizeres da burguesia e do liberalismo, desconstrói referencialmente e, sobretudo na práxis, uma criminologia pautada no conservadorismo — esta que, em um contexto de hegemonia do pensamento eurocêntrico, foi uma das ferramentas responsáveis pela segregação social dos "indesejáveis". O que caracteriza os dizeres dessa nova maneira de questionar o fenômeno criminal é justamente a confrontação aos princípios conservadores (DORNELLES, 2017).

Na década de 1970, portanto, a criminologia encontrou o marxismo, onde com base no materialismo e pautada na crítica à expansão do capital e nas crises sociais e econômicas, deu uma nova forma de abordar e problematizar o delito (ZILIO, 2015). Portanto, a criminologia foi, dentro do contexto europeu de seu tempo, responsável, ou no mínimo, contributiva para grandes *apartheids* ao redor do mundo; dentro do campo crítico e geográfico latino, se tornou uma combatente de tudo que esse velho pensamento representava, ainda que os resquícios desta máquina ainda maior (o capitalismo) estejam operando dentro dos territórios periféricos (ZAFFARONI, 2018).

O diálogo entre a Psicologia Social e a Criminologia Crítica se faz, justamente, para se pensar em maneiras de enfrentamento ao que ressoa no encarceramento que se apresenta hoje: um produto das relações coloniais, liberais, econômicas, racistas e sexistas. Esta relação não se deu há pouco tempo, pois, a punição esteve no bojo de diversas culturas e agrupamentos anteriores ao desenvolvimento da história moderna.

Na realidade brasileira, o sistema de justiça penal, para além de manter um contingente de pessoas marginalizadas, foi importante ferramenta para acumulação primitiva de capital, pois mantém acirrada a luta no mercado de trabalho, causando diversos efeitos nefastos, como a baixa nos salários, apresentada por pensadores da economia política da pena que pensaram tal questão em solos brasileiros (SERRA, 2007). Fania Davis (2019), ao refletir sobre a experiência estadunidense, bem explicita realidade análoga a existente no Brasil, que, igualmente, reluta em confrontar e ser honesto sobre o legado contemporâneo da escravidão, do genocídio, do linchamento, da segregação, do encarceramento em massa e da torrente incessante de abusos racistas contra a comunidade negra.

Sob roupagens ainda mais cruéis, o Brasil operou um verdadeiro campo de guerra contra corpos que não eram necessários no projeto populacional. Após a *abolição* dos escravizados e com base no mito da democracia racial, uma verdadeira importação de mão-de-obra branca desembarcou em territórios brasileiros, jogando ainda mais às margens a população de ex-escravizados. Pela ótica da Criminologia Crítica e de estudos afrocentrados, caracteriza-se um genocídio cultural, subjetivo e de corpos. Configura-se a partir daí um sistema de direitos, limites das territorialidades e cerceamento sistemático de corpos que desejam viver. Ultrapassa-se, dessa forma, o limite legal do genocídio, que se expande da morte demasiadamente projetada, mas assola as corporeidades, manifestações e performances de ser e estar no mundo (MOURA, 2019).

Em um pós-abolição sem nenhuma política pública adequada para receber negros libertos, aponta-se que a psicologia e a criminologia se cooptaram à falácia da democracia racial e auxiliaram no processo de higienização social. Na história do tempo presente, a sequência de silenciamento destas discussões de maneira progressiva e crítica compactua, mesmo que indiretamente, por fazer com que os assassinatos de dezenas de pessoas em uma favela possam ser vinculados simplesmente nos veículos de comunicação como uma *operação*. Isto porque, a estratégia de justificação vem sendo criminalizar as vítimas, aproximando tais pessoas do crime organizado – como se ser membro de alguma organização ou já ter respondido algum processo penal fosse uma aptidão à morte (FRANCISCO, 2021). Na burocratização da vida, através da normatização desumana, coloca-se a periferia e seus residentes como descartáveis (HULSMAN; CELIS, 1993).

Quando se trata do genocídio da população negra, o Estado (de fato, antinegro) possui um braço a seu favor: a produção de conhecimento. O constante apagamento de pesquisas e pesquisadores negros é projeto estruturado para a procriação de tais modo de operacionalidade. Desta forma, o humanismo radical, em termos objetivo e subjetivo, é esvaziado por tal discurso que diminui a dor de quem se encontrada em integral condição de vulnerabilidade. Urge, assim, a união contra o colonialismo, mesmo que em forma de rebelião, que não pode ser relativizada pelo Estado que muitas vezes assume o lugar dos colonizadores (FANON, 1968). Opor-se a esta lógica, reivindicando o pensamento decolonial, é uma das alternativas possíveis para derrubar muros de passibilidade. Muros que marcam a distância com a periferia, os movimentos populares e com uma suposta cientificidade branca, e afastam tais pautas de discussão.

O agigantamento dos muros, ao seu turno, tenta engolir o pensamento crítico. A lógica de produção passa a subjetivamente transformar o ser humano em uma espécie de máquina e a legislação positivada coopera para justificar a barbárie e isolar os iguais. Portanto, as mulheres, os negros, os operários, os prisioneiros e os pobres constituíram os excluídos da história, que em territórios brasileiros, constituíram a sociabilidade da barbárie (NEGRI, 2015; PERROT, 2017; MASCARO, 2018).

Discurso de neutralidade e justificação da barbárie: uma análise comunicacional sobre o Massacre do Jacarezinho

A neutralidade cientificista chegou ao Brasil juntamente com a academia brasileira, que produzem não somente corpos dóceis para a crítica social e para a manutenção da estrutura burguesa e colonial, como também pouco questionam as possibilidades de a legislação ter sido pensada a manter tais estruturas de dominação. Fato é que a estrutura neutra da legislação de drogas é responsável por aprisionar em massa milhares de jovens

negros e de periferia, junto com um discurso legitimador midiático que torna as pessoas vulneráveis a serem cooptadas por tal raciocínio (ALEXANDER, 2017).

Na realidade brasileira, Vera Regina Pereira de Andrade (2016) nos convida a questionar a própria produção acadêmica e militante das ciências penais com um olhar abrangente, transdisciplinar e conectado com a realidade material da vida em sociedade. Isso faz com que se questione as próprias produções acadêmicas no campo crítico, seja dentro das teorias criminológicas propriamente ditas ou das teorias críticas das demais matérias que formam o arcabouço da criticidade social. Tal realidade complexa faz com que se entenda que nos solos de capitalismo periférico, a estrutura racista se moldou com base nos genocídios e deve-se pensar uma produção que englobe tais questões ao ponto de enfrentá-las na práxis (ANDRADE, 2016).

A partir de tais premissas chega-se à centralidade da discussão proposta, a partir da análise de reportagens a respeito do Massacre do Jacarezinho e compreender como os discursos de neutralidade burocratizam a vida em sociedade e justificam a barbárie desenfreada em solos periféricos. Dessa forma, são analisadas reportagens veiculadas em jornais de grande e média circulação, com cunho de defesa ou não do acontecido. Tais textos foram escolhidos de maneira a privilegiar agência de maior circulação e, na sequência, optando-se por veículos tangenciados por opiniões políticas, a exemplo de textos e blogs independentes, finalizando-se com coletivos de defesa populacional e de direitos humanos.

O jornal *CNN*, em reportagem que questiona a legalidade do acontecimento, estampa em sua chamada o dizer *operação*; apontando que a *operação no Jacarezinho completa um mês neste domingo* e ao abrir a reportagem, mesmo após questionar que no lapso temporal indicado pouco havia sido feito, prende-se a dogmática penal para se referir aos fatos: "A ação planejada pela Polícia Civil para cumprir mandados de prisão contra o tráfico de drogas e suspeitos de outras práticas criminosas terminou em um confronto marcado pela violência e as mortes de 28 pessoas, entre elas, um agente da Delegacia de Combate às Drogas" (ARAUJO, 2021, p. 1).

Observa-se, portanto, uma linguagem carregada de palavras que colocam em xeque a inocência das pessoas assassinadas pela chacina. Ainda se tratando de jornais de grande circulação, o *Correio do Povo* em sua manchete aponta que "Operação no Jacarezinho tem ao menos 25 mortos no Rio, diz polícia", em sequência aduz que:

> A incursão da Polícia Civil ocorreu para apurar o suposto aliciamento de menores e o sequestro de trens da SuperVia pela maior facção do tráfico no Estado, o Comando Vermelho. Os mortos são um policial e outras 24 pessoas. Segundo a corporação, elas seriam suspeitas de integrar o tráfico (OPERAÇÃO..., 2021, p. 1).

Na sequência da reportagem, observa-se ênfase nas teses defendidas pelo Estado policial atribuindo mais uma vez roupagens de suspeitos às pessoas assassinadas. A dogmática penal punitivista, mais uma vez contida na linguagem, traz consigo ares de tecnicismo e imparcialidade para tratar dos fatos, os afastando da realidade concreta.

Reportagem veiculada pelo jornal *Gazeta do Povo* (A AÇÃO..., 2021), em um editorial de *opinião*, trouxe estampada em sua chamada: *a ação policial no Jacarezinho e a guerra entre polícia e tráfico*. Avançando na análise da matéria, observa-se mais uma vez uma linguagem densamente justificadora, apontando que as entidades que estavam contra o massacre sequer esperaram os fatos serem esclarecidos, indica-se que:

> A ação da Polícia Civil do Rio de Janeiro contra o Comando Vermelho no Jacarezinho, que terminou com 28 mortos, sendo um deles um policial alvejado na cabeça, gerou uma repercussão mais que esperada: muito antes que sejam esclarecidas todas as circunstâncias em que se desenrolou a operação, entidades de direitos humanos, políticos de esquerda, comunidade acadêmica e boa parte da imprensa já escolheram seu lado e estão promovendo a demonização unânime e precipitada dos policiais. O veredito está evidente na escolha do palavreado usado para descrever a ação, e termos como "chacina" ou "massacre" são usados livremente. O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, ordenou ao procurador-geral da República que abra uma investigação sobre a conduta dos agentes da lei, aparentemente deixando de lado a conduta do outro lado, o dos criminosos (OPERAÇÃO..., 2021, p. 1).

O texto denominado de opinião traz consigo uma carregada linguagem técnica, apontando que as pessoas que foram contra os acontecimentos brutais não esperaram o desfecho dos acontecimentos, dando a entender que, as pessoas precipitadamente agem contra a força policial e que se deve esperar as conclusões para se

chega a um denominador comum. Outra questão que chama atenção é o fato de deslegitimar as pessoas que defendem os direitos humanos e de maneira pejorativa apontar *a esquerda* como inimiga das forças policiais.

Ainda em tom de análise discursiva, o jornal *G1 Rio de Janeiro* trouxe em sua chamada que "operação no Jacarezinho deixa 25 mortos, provoca intenso tiroteio e tem fuga de bandidos", e ainda que: "A polícia diz que 24 mortos são suspeitos, mas não deu detalhes sobre quem eles são e o que faziam ao serem baleados. A 25ª vítima é o policial civil" (HAIDAR, 2021, p. 1). No decorrer da matéria, apesar de apontar o que dizem moradores sobre o ocorrido e explicitar que muitas pessoas discordam da versão apresentada pela corporação, dá grande ênfase às versões oficiais, com destaque e de forma minuciosa aos relatos prestados pelos policiais.

Em contrapartida, no mesmo jornal, outra matéria aponta que o acontecido foi um *desastre* e que a polícia do Rio de Janeiro não esclareceu de maneira correta os fatos apontados, porém, na chamada da matéria ainda se destaca o termo *operação* em detrimento do massacre que de fato ocorreu (BARREIRA; BRASIL, 2021). Demonstra-se, nesse sentido, que o tecnicismo é um grande fio condutor nos veículos de comunicação, sobretudo nos jornais de maior circulação, quando se trata de justificar barbáries, diferentemente do manejo de terminologias pejorativas direcionadas a destacar a população pobre e negra — comumente chamadas de *bandidos*, *suspeitos* ou *traficantes*, mas jamais vítimas.

O jornal *Diário do Rio 100% Carioca*, de menor expressividade nacional, mas de grande circulação no Estado do Rio de Janeiro, trouxe um editorial no qual defende com veemência a barbárie ocorrida no Jacarezinho. Logo na chamada da manchete já se depara com os dizeres: "Jacarezinho teve Operação Policial, não chacina" (FREIRE, 2021, p. 1). Avançando na análise do editorial, observa-se uma total negação das pessoas que vivem em tal localidade. E mais uma vez ares de tecnicismo e cientificidade para justificar o acontecimento, como bem traz a matéria:

> Assim, é bom diferenciar o que é chacina do que é uma operação policial. Afinal, a chacina é um assassinato coletivo, um massacre, normalmente de pessoas desarmadas, e não é o que houve no Jacarezinho. Ali ocorreu um combate entre a Polícia Civil e bandidos fortemente armados, armados até os dentes, e com orientação de resistir até o último homem à ação do Estado. Dos 25 mortos, 1 era policial civil, 18 tinham passagem pela polícia, e outros 6 ainda deverão ser identificados com mais detalhes, mas a Polícia tem evidências de serem criminosos (FREIRE, 2021, p. 1).

Batista (2011, p. 109), em *O Alemão é muito mais complexo*, aborda perspectivas de Marx e Foucault, transitando também pelo pensamento político de autores como Milton Santos, destacando que a noção de território em termos políticos, quando se trata do contexto de colonialidade e dependência é uma noção política. O território das classes dominadas, pobres e negras normalmente é desconsiderado pelo aparato estatal que age como colonizadores em uma espécie de retomada territorial, negando totalmente aspectos humanitários às pessoas que vivem e reexistem nestes locais. Impossível também não resgatar as questões mercadológicas levantadas por Losurdo (2018, p. 56) quando aponta que o Estado burguês em verdade está à mercê da política do dinheiro vestido com uma espécie de capuz *democrático*. E, nos territórios colonizados, percebe-se o exercício de dominação e invasão nas retomadas territoriais em bairros maciçamente constituídos por pessoas negras, rememorando concepções coloniais de poder, que negam integralmente a humanidade dos residentes. O recorte raça foi (e é) um mecanismo de extrema relevância, no que tange à supressão de direitos e à colonialidade burguesa do poder, enxergando a população sob a ótica do racismo cientificista e como alvo necessário para a acumulação de riquezas da branquitude (QUIJANO, 2005, p. 118).

Nesse contexto de ampla contaminação do pensamento colonial, retomando-se os principais dizeres das reportagens analisadas, observa-se que as terminologias utilizadas ao se referir à chacina são extremamente diferentes dos termos utilizados para se referir às verdadeiras vítimas. No contexto do Massacre do Jacarezinho, tais pessoas não foram tratadas como seres humanos, e os veículos de comunicação analisados corroboram as teses da colonialidade — materialmente presentes na vida de tais pessoas, muito por conta de discursos que justificam o injustificável.

Tal normalização é forjada discursivamente e amparada pela legislação que, com ares de neutralidade, formam um arcabouço técnico-científico penal que meramente foi transportado de contextos externos para uma realidade totalmente distinta. Nessa linha, sobre o tecnicismo jurídico colonial, Thula Pires leciona que:

> O sistema jurídico reproduzido no Brasil não só estava intimamente ligado ao empreendimento colonial e às categorias de pensamento que decorriam dele, como desempenhou um papel central na sua consolidação. A história dos institutos jurídicos que afirmavam a liberdade se desenvolveu simultaneamente ao regime de escravidão, ao genocídio e à exploração dos povos colonizados. Nesse contexto, o sujeito de direito é a afirmação de uma pretendida uniformidade, forjada pela exclusão material, subjetiva e epistêmica dos povos subalternizados. A régua de proteção que determina o padrão a partir da qual bens como a liberdade passam a ser pensados deriva da afirmação da supremacia branca, masculina, cisheteronormativa, classista, cristã e inacessível a todos os corpos, bem como do resultado dos processos de assimilação e aculturação violentos empreendidos pelo colonialismo (PIRES, 2019, p. 71).

Negri (2015, p. 208) revela a *revolução* do trabalho como constituição de uma revolução burguesa, que colocou nas mãos dos capitalistas uma tríade que domina, até os dias atuais, as classes populares. Pela via das relações de trabalho, constitui-se o pobre, negro e periférico como "chão de fábrica" e deu-se a constituição dogmática de normas jurídicas pensadas e operadas para a manutenção da estrutura colonial, capitalista e racista, que nessa altura já detinha a fábrica e agora também detém o sistema de justiça. Tripé que se conclui com a detenção do tempo, pois dentro da *fábrica* se opera um controle cronológico e, sendo eles donos do tempo, são não somente proprietários dos meios de produção. Tais ferramentas de dominação também passam a ser subjetivas, uma vez que sem tempo, sem norma e aprisionados nos espaços, não se pode pensar em suas condições subjetivas e, muito menos em revolução.

Leal (2021, p. 67), por sua vez, pondera que para compreender a totalidade da realidade das violências que se vivencia no Brasil, é necessário retomar aos marcos teóricos que passam por diversas vertentes de pensamento sem negar a importância de nenhum. A realidade forjada entre uma concepção de trabalhadores laborais *honestos* em oposição à ideia de *vagabundos* faz parte dessa transportação de noções eurocêntricas que negam as especificidades das realidades locais. Em tempo, deve-se considerar tanto as vertentes materialistas quantos as culturalistas para que se compreenda que, dentro dessa separação forjada por dogmas religiosos, a colocação da *família tradicional* e do *trabalho* como alvos potenciais da violência apenas negam a realidade sociorracial histórica brasileira.

Portanto, cabe retornar então à citação prefacial, na qual o Presidente da República afirma com veemência a diferenciação entre o arquétipo de um *cidadão comum, honesto, que respeita as leis e o próximo* e daqueles *que roubam, matam e destroem famílias*, para justificar a ação policial, exemplo dramático do genocídio negro no Brasil.

Considerações finais

Davis (2019, p. 31) é precisa: "A raça não é real, mas o racismo é muito real". Ele, enquanto fenômeno complexo, estabelece uma sistemática de domínio de uma raça – na realidade brasileira, de matriz europeia branca — em detrimento de outras em múltiplos campos, importando na suspeição de corpos (dimensão criminogênica), em exclusões sobre o acesso a bens e serviços e à renda (dimensão econômica), a gestão e a dinâmica nas relações e espaços de poder (dimensão política), a construção de narrativas e a reprodução de subjetividades na sociedade (dimensão psicológica) e a regulação de mecanismos normativos e a garantia de direitos (dimensão jurídica) (MUNIZ, 2020).

Modos de subjetivação, no mesmo sentido, estão amalgamados a questões múltiplas, porém racializadas. Ao analisar-se o contexto brasileiro e latino-americano é necessário evidenciar que esse processo histórico é marcado por diferentes formas de colonização, pelo processo de higienização, pelo eurocentrismo e, sensivelmente, pelo racismo.

Uma das grandes viradas da Psicologia Social foi justamente, entender os movimentos sociais como sujeitos e não somente objetos de pesquisa. Os movimentos populares no bojo da luta contra Ditadura trouxeram a necessidade de pensar com as bases materiais marxistas a decolonialidade do pensamento social dentro da psicologia, fazendo com que ela estivesse nas trincheiras junto da Criminologia Crítica, no enfrentamento aos pensamentos hegemônicos coloniais, misóginos, patriarcais, patrimonialistas e racistas.

A repercussão do Massacre do Jacarezinho, comunidade periférica, preta e pobre, é, de um lado, sintomática do racismo à brasileira, e, de outro, é catalizadora do pensar crítico que aproxima quem luta por

direitos humanos dos movimentos populares na desconstrução cooperativa de raciocínios dominantes — pelo que se defende no presente ensaio, justamente, o combate de uma suposta neutralidade acadêmica.

Pensar um caminho inverso às normativas coloniais é, por conseguinte, se posicionar em prol da realidade brasileira, que em sua esmagadora maioria é vulnerabilizada. Este posicionamento é a busca intransigente por ação e atuação comprometidas com as demandas marginais, extramuros e socialmente responsável. Que Psicologia Social e Criminologia Crítica estejam sempre ao lado da democracia e aptas a reivindicar a defesa de direitos humanos ao povo, manifestando-se em discursos de luta e com engajamento na oposição às estruturas que mitigam e validam o epistemicídio e o genocídio negros.

Referências

A AÇÃO policial no Jacarezinho e a guerra entre polícia e tráfico. Gazeta do Povo, Curitiba, 8 maio 2021. Disponível em: http://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/editoriais/operacao-jacarezinho-seguranca-rio-de-janeiro-trafico/. Acesso em: 9 set. 2021.

ALEXANDER, M. A nova segregação: Racismo e encarceramento em massa. São Paulo: Boitempo, 2017.

ALMEIDA, L. P. de. Para uma Caracterização da Psicologia Social Brasileira. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 24, n. 32, 2012.

ANDRADE, V. R. P. de. A Criminologia crítica na América Latina e no Brasil: em busca da utopia adormecida. In: LEAL, J. S.; FAGUNDES, L. M. Direitos Humanos na América Latina. Curitiba: Multideia, 2016.

ANIYAR DE CASTRO, L. Criminologia da Reação social. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

ARAUJO, T. Operação no Jacarezinho completa um mês neste domingo. CNN, São Paulo, 6 jun. 2021.

BARREIRA, G.; BRASIL, F. Operação no Jacarezinho é a mais letal da história do RJ. G1, Rio de Janeiro, 6 maio 2021.

BATISTA, V. M. O Alemão é muito mais complexo. Rev. Justiça e Sistema Criminal, Curitiba, v. 3, n. 5, 2011.

BOCK, A. M. B. A perspectiva histórica da subjetividade: uma exigência para la psicologia atual. Psicol. Am. Lat., México, n. 1, 2004.

BOCK, A. M. B. et al. Sílvia Lane e o projeto Compromisso Social da Psicologia. Psicol Soc. Porto Alegre, v. 19, n. 2, 2007.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O. A psicologia no Brasil e suas relações com o marxismo. In: JACÓ-VILELA, A. M.; FERREIRA, A. A. L.; PORTUGAL, F. T. (org.). História da Psicologia: rumos e percursos. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2005.

BOLSONARO defende operação no Jacarezinho, Exame, São Paulo, 10 maio 2021. Disponível em: https://exame.com/brasil/bolsonaro-defende-operacao-no-jacarezinho/. Acesso em: 2 set. 2021.

DAVIS, F. E. The little book of race and restorative justice: black lives, healing, and US social transformation. Nova Iorque: Good Books, 2019.

DORNELLES, J. R. Atualidade da Criminologia Crítica. Metaxy, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2017.

FANON, F. Os Condenados da Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FERREIRA, M. C. A Psicologia Social contemporânea: principais tendências e perspectivas nacionais e internacionais. Psic.: Teor. e Pesq., Brasília, v. 26, 2010.

FRANCISCO, M. Jacarezinho não foi acidente. Esse genocídio precisa acabar! Carta Capital, São Paulo, 6 maio 2021.

FREIRE, Q. G. Editorial: Jacarezinho teve Operação Policial, não chacina. Diário do Rio, Rio de Janeiro, 2021.

HAIDAR, D. et al. Operação no Jacarezinho deixa 25 mortos, provoca intenso tiroteio e tem fuga de bandidos. G1, Rio de Janeiro, 6 maio 2021.

HULSMAN, L.; CELIS, J. B. O sistema penal em questão penas perdidas. Rio de Janeiro: Luam, 1993.

JACO-VILELA, A. M.; DEGANI-CARNEIRO, F.; OLIVEIRA, D. de M. A formação da Psicologia Social como campo científico no Brasil. Psicol. Soc., v. 28, n. 3, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822016000300526&lng=pt&nrm=isol. Acesso em: 6 jul. 2020.

LEAL, J. da S. Uma razoável quantidade de violência: a aceitação das prisões como síntese da atual sensibilidade acerca da violência. Revista Brasileira de Segurança Pública, São Paulo, v. 15, n. 1, 2021.

LOSURDO, D. O marxismo ocidental: como nasceu; como morreu e como pode renascer. São Paulo: Boitempo, 2018.

MASCARO, A. L. Crise e Golpe. São Paulo: Boitempo, 2018.

MOURA, C. Sociologia do Negro Brasileiro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MUNIZ, V. C. Racismo: porque não se deve simplificar um conceito complexo. Justificando, São Paulo, 9 jul. 2020.

NEGRI, A. O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

OPERAÇÃO no Jacarezinho tem ao menos 25 mortos no Rio, diz polícia. Correio do Povo, São Paulo, 6 maio 2021. Disponível em: http://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADcia/opera%C3%A7%C3%A3o-no-jacarezinho-tem-ao-menos-25-mortos-no-rio-diz-pol%C3%ADcia-1.615197. Acesso em: 2 set. 2021.

PERROT, M. Os excluídos da história: Operários, Mulheres e Prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

PIRES, T. Direitos humanos e Améfrica Ladina: Por uma crítica amefricana ao colonialismo jurídico. In: VIVEROS-VIGOYA, M. (org.). América Ladina: Vinculando Mundos y Saberes, Tejiendo esperanzas. Guadalajara: LASA, 2019.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

SANTOS, J. C. dos. A Criminologia Crítica E A Reforma Da Legislação Penal. Florianópolis: Conferência Nacional Dos Advogados, 2005.

SERRA, M. A. de Sa. Economia política da pena. 2007. 255 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

SILVA, C. V. P. da. Psicologia Latino-Americana: desafios e possibilidades. Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, v. 33, 2013.

SPINK, M. J. P.; SPINK, P. K. A psicologia social na atualidade. In: JACÓ-VILELA, A. M.; FERREIRA, A. A. L.; PORTUGAL, F. T. (org.). História da Psicologia: rumos e percursos. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2005.

ZAFFARONI, E. R. A Questão Criminal. Rio de Janeiro: Revan, 2018.

ZILIO, J. O que resta da criminologia crítica. REDES – Revista Eletrônica Direito e Sociedade, vol. 3, n. 1, 2015.

Felipe de Araujo Chersoni
Felipe_chersoni@hotmail.com
Mestrando em Direito pela Universidade (comunitária) do Extremo Sul Catarinense (PPGD/UNESC).
Pós-graduando a nível de especialização em Direitos Humanos na América Latina pela Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA).

UNESC
Av. Universitária, 1105
Criciúma – SC – Brasil
CEP: 88806-000

Maria Eduarda Delfino das Chagas
medelfinochagas@gmail.com
Bacharela em Psicologia pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Residente em Saúde Mental, Atenção e Reabilitação Psicossocial pelo Programa de Residência Multiprofissional na Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).

UNESC
Av. Universitária, 1105
Criciúma – SC – Brasil
CEP: 88806-000

Veyzon Campos Muniz
veyzon.muniz@gmail.com
Doutorando no Programa de Doutoramento em Direito Público - Estado Social, Constituição e Pobreza do Instituto Jurídico da Universidade de Coimbra.
Mestre e Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS)

UC
Pátio da Universidade, s/n,
Coimbra - Portugal
CEP 3004-528

Agradecimentos
Não se aplica.
Agência financiadora
Não se aplica.
Contribuições das autoras
Todos os autore/as contribuíram na construção teórica, quanto na pesquisa empírica, destacando-se que; Maria Eduarda Delfino das Chagas contribui de maneira direta no desenvolvimento teórico acerca da psicologia social e das relações raciais, da mesma maneira, Felipe de Araujo Chersoni no desenvolvimento das questões acerca da criminologia crítica e pesquisa empírica, por fim, Veyzon Campos Muniz, contribui com as duas partes acerca de ideias e revisões, como também na pesquisa empírica de maneira direta.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação
Não se aplica.
Consentimento para publicação
Consentimento dos autores.
Conflito de interesses
Não há conflito de interesses.

ESPAÇO TEMÁTICO: SERVIÇO SOCIAL, RACISMO E CLASSES SOCIAIS

Da escravidão à prisão pelo fio condutor da tortura no Brasil

Ionara dos Santos Fernandes[1]
https://orcid.org/0000-0001-6060-7697

[1]Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Direito, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, Niterói, RJ, Brasil

Da escravidão à prisão pelo fio condutor da tortura no Brasil

Resumo: A tortura é uma técnica utilizada no Brasil desde a colonização para controlar as massas. Embora existam normativas que proíbam a prática, ela segue sendo impetrada com a mesma finalidade. O texto aborda as semelhanças entre os tempos históricos a partir de uma obra que retrata o cotidiano da escravidão nos quatro primeiros séculos, e de documentos públicos que retratam as condições do aprisionamento no Rio de Janeiro, nos últimos dez anos. As proximidades das ações revelam que a tortura é direcionada aos corpos socialmente referenciados e não brancos, o que garante uma contenção eficaz através das mais variadas formas de violência.

Palavras-chave: Tortura; Escravidão; Prisão; Violência.

From slavery to prison through the thread of torture in Brazil

Abstract: Torture is a technique used in Brazil since colonization to control the masses. Although there are norms that prohibit this practice, it continues to be used for the same purpose. The text addresses the similarities between these historical times based on a work that portrays the daily life of slavery during its first four centuries, and public documents that presents the conditions of imprisonment in Rio de Janeiro for the last ten years. The proximity of the actions reveals that torture is directed to bodies socially referenced and non-white, what assures an effective containment through the most varied forms of violence.

Keywords: Torture; Slavery; Prison; Violence

Recebido em 13.09.2021. Aprovado em 16.12.2021. Revisado em 09.02.2022.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

"[As pessoas] achavam-se fechad[a]s em compartimentos gradeados, entre as cobertas. O espaço era tão baixo que [as pessoas] tinham que ficar sentad[a]s entre as pernas dos outros e não podiam deitar-se nem sequer mudar de posição". Essa descrição te remete a quê? Às prisões atuais? À senzala? Ao navio negreiro? Ela pode ser enquadrada em qualquer um desses cenários. A citação acima foi transcrita pelo antropólogo Arthur Ramos (1942), na obra *A aculturação negra no Brasil*, utilizando uma descrição do Reverendo R. Walsh, em 1829, de um navio negreiro, substituindo o termo *as pessoas*, por mim utilizado, pela expressão *os escravos*.

Em condições semelhantes a população negra no Brasil segue sendo torturada por mais de 500 anos. A tortura atravessa e constitui o cotidiano de negros e negras desde a colonização. Enquanto um dispositivo de poder, é utilizada para o disciplinamento, o controle e a punição da classe trabalhadora, garantindo a reprodução dos sistemas de dominação de um grupo pelo outro.

O objetivo deste texto é apresentar os processos de continuidade da tortura contra negros e pobres, que constituem os grupos de pessoas escravizadas no Brasil de ontem, e majoritariamente de pessoas presas, no Brasil de hoje. Refletindo sobre as reconfigurações, recombinações e reposicionamentos das técnicas de tortura, no passado e no presente, contra esses corpos, reafirmando que o perfil da vítima de tortura liga a história de uma ponta a outra, ao revelar que esses corpos sempre foram os alvos da prática compreendida como a mais desumana dos séculos.

Neste trabalho, fazemos as correlações entre um tempo e outro, a partir do caminho percorrido pelos diferentes tipos de aprisionamento. Utilizamos como referência a obra de Arthur Ramos, que descreve os cenários dos primeiros séculos de colonização vivenciados pelos negros africanos escravizados no Brasil, e os relatórios do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro, produzidos entre 2011 e 2021, que registra as condições e o tratamento dado a pessoas privadas de liberdade no estado do Rio de Janeiro. Neste artigo são utilizados os documentos frutos de fiscalizações do órgão em unidades prisionais e socioeducativas.

Assim, haverá inicialmente um debate sobre os entendimentos das práticas de tortura, a partir das reflexões construídas em minha tese de doutorado e na sequência uma construção comparativa da tortura ao longo do tempo, iniciada com a perseguição e apreensão dos sujeitos, seguido do transporte, como instrumento e forma de condução desses corpos, o acautelamento inicial, o processo de compra dos escravizados, equiparado aqui ao julgamento dos presos, e por fim, o aprisionamento em si, e seu viés econômico e político.

Em todos esses momentos, percebe-se a combinação de cinco elementos que se apresentam no passado e no futuro: a superlotação, a higiene precária, a alimentação insuficiente, o acesso limitado à saúde e as intensas violências físicas, verbais e sexuais.

Tortura: problematizações

A tortura é uma prática mundial e milenar, impetrada contra indivíduos e grupos segregados. Atualmente sua prática é proibida e criminalizada, no entanto ainda exercida. No Brasil, há registro da prática desde o processo de colonização. Indígenas, africanos escravizados, opositores políticos, pessoas presas, são os grupos, em sua maioria, que sofreram e sofrem práticas de tortura no país.

A formação sócio-histórica do Brasil é forjada na utilização da tortura como um expediente regular de controle das massas. A tortura em períodos coloniais demonstra o rebaixamento do torturado pelo torturador, criando uma espécie de áurea animalesca nos dominados e consequentemente um processo de desumanização. A população nativa indígena não era aceita e compreendida na intensidade de sua humanidade, bem como, os negros africanos que foram aqui escravizados, e eram compreendidos como mercadoria.

A colonização das Américas foi terreno fértil para o processo de demonstração violenta do poder e da dominação por intermédio da tortura. O aprisionamento e a crueldade administrada aos nativos dos territórios colonizados e posteriormente aos imigrantes e pessoas sequestradas para o processo de escravidão era brutal. Suas peles carregavam as marcas que identificavam seu caráter de propriedade no processo de comercialização, mas também exprimiam as marcas dos castigos aplicados (RAMOS, 1942). A população indígena carregava o estereótipo de insubordinação aos colonizadores e, por isso, eram punidos com muita severidade, inclusive

tendo membros do corpo amputados. Essa realidade demonstra explicitamente a relação profunda da tortura com o poder, na relação entre dominação e assujeitamento.

A distinção entre os grupos é estruturante para a construção política e econômica do Estado brasileiro, e o aprofundamento da desigualdade social e racial em consonância com as práticas autoritárias e violentas que conformam a realidade do país (ALMEIDA, 2019).

Pessoas negras e indígenas escravizadas, opositores políticos, presos, moradores de territórios periféricos, enfim, grupos específicos da classe trabalhadora são as pessoas mais propensas a sofrer práticas de tortura, revelando que seu exercício está articulado diretamente as relações de poder.

No entanto, é no momento em que a tortura imprime sua prática contra outros tipos de pessoas, que sua dimensão desumanizadora ganha uma proporção mais trágica em relação à opinião pública. É na ditadura civil-militar, que intelectuais, artistas e comunistas também tiveram seus corpos expostos a esse tipo de violência, e as vivências dessa época são lembradas com um tom maior de repulsa e tem uma comoção mais intensa as experiências e relatos desse momento histórico. É evidente, que eu não estou fazendo uma crítica às narrativas e vivências desse contexto, mas marcando que a tortura é anterior e posterior a esse momento, porém, sua repercussão nem tanto assim, justamente porque há uma aceitabilidade maior dessas violências aos corpos pretos e periféricos (PIRES, 2018).

No entanto, o que quero chamar atenção aqui com essa breve contextualização é que a tortura opera a partir de ressignificações, reconfigurações, recombinações e por isso, são reposicionadas ao longo do tempo como estratégia de perpetuação das relações de dominação. Novas técnicas não são inventadas nos dias de hoje, elas são reconfiguradas para caber nos contextos atuais, em que há normativas que criminalizam determinadas ações. (FERNANDES, 2021).

Hoje, embora haja uma descontinuidade com o ritual torturador revelado na ditadura, suas práticas se perpetuam com outros ritos, em outras dimensões, mas garantindo que os corpos atingidos sejam os marcados por relações de poder relacionadas à raça e classe, como em pessoas privadas de liberdade, pessoas não brancas, e moradores de territórios periféricos, em sua maioria.

É a partir desse entendimento, de que a tortura no Brasil é uma prática estrutural, que sua concepção jurídica tem sido disputada, no cenário internacional e nacional. Os limites de uma compreensão que enquadra a natureza da tortura como um crime de oportunidade, favorece a desresponsabilização das instituições e políticas públicas mais responsáveis pela execução de tais práticas, como a política de segurança pública, a política penitenciária, de atendimento socioeducativo e também as políticas de assistência social e saúde.

O caminho da tortura ontem e hoje

Com a proposta de compreender a trajetória das práticas de tortura nos corpos do passado e do presente, apenas por conta do caráter didático, opta-se por seguir uma ordem cronológica das ações, iniciando pela captura, seguido do transporte e o aprisionamento em si.

A busca pelos corpos submissos começa por uma caçada que perpassa a serventia da ação, estruturado pelos discursos econômicos e políticos. Na escravidão, o sequestro dos africanos move a economia do colonizador, enquanto na apreensão há um processo de economia prisional, mas que é justificado pela necessidade de punição e repressão de sujeitos com envolvimento em práticas criminais (WACQUANT, 2015). O que o tempo não separa nesses processos de captura são os rituais que envolvem as formas de contenção. Os instrumentos são outros, mas as condições são bem próximas.

> Uma vez capturados, eram os negros conduzidos em grupos, em fileiras enormes de homens, mulheres e crianças presos uns aos outros. Então começava o calvário negro, em longas, intermináveis marchas, em todas as direções do Continente, em busca do litoral para o embarque nos navios negreiros. Não eram seres humanos, aquela fila extensa como animais encangados. [...] Os escravos vinham, ainda, atados uns aos outros pelo pescoço, por meio de cordas feitas de couro de boi retorcido. Para impedir a fuga, costumavam os negreiros também a unir a perna direita de uma perna esquerda do outro com cêpo de madeira. Para maior segurança, as mãos eram fechadas em grilhetas e correntes, atadas ao pescoço e aos pés. (RAMOS, 1942, p. 86).

Se observarmos as apreensões atuais com determinados grupos de pessoas, é possível identificar alguns fatores como: algemados uns aos outros, enfileirados, descalços e sem camisa[1]. Formas de dificultar a fuga e humilhar o sujeito, com uma imagem pública de contenção. Vale considerar aqui que, pessoas com outras características, como brancos, por exemplo, raramente são apreendidas fazendo uso de algemas visível no trajeto, e em geral são conduzidas sem estarem aprisionadas a outras pessoas e na maioria das vezes estão vestidas[2].

Como parte da captura/apreensão, a sequência imediata do rito está relacionada ao transporte. Na escravidão foi mediada pelo navio negreiro, na prisão, com o uso de viaturas. Ambas apresentam como similaridades a superlotação e as condições físicas precárias desses veículos.

> Embora as legislações inglesa, portuguesa e espanhola estabelecessem que os *navios destinados ao tráfico, só poderiam embarcar escravos na proporção de cinco por duas toneladas, a superlotação era quase regra*. Muitas vezes, os navios negreiros viajavam com o duplo de carga permitida. [...] *Muitas das vezes ficam tão aglomerados que quase não podiam se mexer.* (RAMOS, 1942, p. 90-91, grifo nosso).

A superlotação é, definitivamente, parte do expediente de tortura contra os corpos contidos. A ideia de amontoamento sugere um processo de descartabilidade da dignidade dessas pessoas, que são vedadas da locomoção, da possibilidade de destinar seus excrementos em locais corretos, são vedados movimentos comuns, como coçar determinada parte do corpo. É a animalidade convertida para pessoas em condição de descarte.

> Esse serviço [SOE – Serviço de Operações Especiais] é destaque na queixa dos custodiados e os relatos *são de viagens superlotadas – sequer há indicação do número de pessoas que podem ser transportadas* -, violência, abuso da força, xingamentos e humilhações. *Os presos estão sempre algemados uns nos outros, mão direita no da frente e mão esquerda no de trás, alguns sentados e outros em pé.* Além da grave situação relatada, há atrasos para audiência e longa permanência dentro do veículo que conduz presos para fóruns de vários municípios. (MEPCT/RJ; JUSTIÇA GLOBAL, 2016, p. 65, grifo nosso).

As características encontradas nos transportes que conduzem pessoas escravizadas e presos atuais apresentam elementos de subjugação, uma tortura produzida em escala populacional, ou seja, uma ação que impacta um coletivo de corpos. (FERNANDES, 2021). No Brasil é uma estratégia bastante conhecida pelo grupo dominante do país.

Aglomeração, amontoado, montante, lotação, abarrotamento e superlotação, todos esses são termos que podem ser utilizados para expor uma realidade destinada à população empobrecida, encontrada do processo de escravização de pessoas negras e indígenas, na construção das favelas e espaços periféricos das cidades com suas moradias e atualmente, na produção do encarceramento em massa no País. Motivos políticos, sociais, culturais e econômicos são capazes de explicar e justificar essa situação.

Nesse sentido, algumas relações precisam ser consideradas aqui, por exemplo o lucro das vendas dos escravos pode se assemelhar aos lucros produzidos pela economia no encarceramento. Aprisionar, deter o poder sobre a vida de outrem mediante repressão não aparece no Brasil com o surgimento das prisões. A escravização de pessoas negras e indígenas institui a economia pelo aprisionamento no país. Criaram-se escravos, na medida em que se produzem criminosos. Navios lotados e porões amontados estão para cadeias superlotadas e celas abarrotadas. O passado reproduzido no presente.

A relação entre escravidão e prisão é bem trabalhada por Michelle Alexander (2017) que constrói seus argumentos a partir da realidade estadunidense, com base nos movimentos sociais locais que disputaram as relações de hierarquias raciais abertamente resultando no segregacionismo e no uso político da *guerra as drogas* em favor ao encarceramento da população negra na atualidade. Nesse sentido, Alexander (2017) afirma que [...] "o racismo é altamente adaptável. As regras e razões que o sistema político emprega para impor relações de distinção social de qualquer tipo, inclusive de hierarquia racial, evoluem e se modificam na mesma medida em que são contestada" (ALEXANDER, 2017, p. 60).

No Brasil isso não é diferente, não é por acaso que há semelhanças entre os espaços de controle atuais e os navios e senzalas de cinco séculos atrás. O racismo estrutura as relações sociais, econômicas, políticas e culturais no Brasil. Silvio Almeida afirma que "[...] o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo 'normal' com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares,

não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural". (ALMEIDA, 2019, p. 50).

O autor ainda salienta que o racismo é definido por sua sistematicidade, justamente por se constituir em "um processo em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política da economia e das relações cotidianas". (ALMEIDA, 2019, p. 34).

Um fator relevante também são as semelhanças entre o navio negreiro e a arquitetura de algumas prisões, como foi comparado pela própria mídia em 2010. No Rio de Janeiro, por exemplo, já existiu uma Polinter – Serviço de Polícia Interestadual – onde a ausência de circulação do ar, em virtude da superlotação e da arquitetura fazia com que a temperatura interna superasse os 50 graus (WERNECK, 2010). Há também o Presídio Ary Franco, conhecido como a pior prisão da América Latina, no qual parte das celas está localizada no subsolo.

> O Ary Franco é notadamente a pior unidade em termos de arquitetura no sistema prisional do Estado. A unidade é vertical, mas de modo que parte dela encontra-se no subsolo, em nível inferior a própria entrada, o que por sua vez faz com que os andares mais baixos tenham problemas de inundações nos dias de chuva. (MEPCT/RJ, 2021, p. 8).

Nos navios negreiros, as condições se assemelham:

> Chegados a bordo, os Negros são separados e atados, dois a dois, por algemas e grilhetas que lhes prendem as mãos e os pés. Muitas vezes ficam tão aglomerados que quase não se podem mexer. No porão ficam os homens empilhados, isolados por grade da tripulação, por medo a que se sublevem. Às crianças e às mulheres reservam as cobertas, onde permanecem literalmente atulhadas, em promiscuidade incrível. Barris de água destinada aos escravos formam o lastro do navio no fundo do porão. (RAMOS, 1942, p. 91).

As doenças são comuns nos ambientes descritos, e mais que isso, dado ao contexto, pode ser facilmente compreendido como uma figuração da tortura. Afinal, gestar as doenças e condicionar os doentes a tratamentos precários ou inexistentes é uma forma de intensificar a dor e o sofrimento nesses corpos.

> Muitas vezes, a fome, as doenças, dizimavam a população dos barracões. As feridas abertas pelos grilhões, ulceradas e gangrenadas muitas vezes exalavam um odor insuportável [...] verdadeiras salas de putrefação onde os escravos confundem todos os seus excrementos, onde permanecem trancados à noite e dia, com medo de que fujam. Ali se sentem esses odores infectos que intoxicam os europeus que penetram nos barracões alguns minutos, e aí sofrem os escravos até a sua partida, um verdadeiro suplício que esgota em poucos dias sua saúde e seu vigor. Os fracos, os velhos, os enfermos, ficavam separados e contam algumas testemunhas que eram lançados ao mar, para que morressem. (RAMOS, 1942, p. 88).

O MEPCT/RJ costuma registrar imagens dos ferimentos encontrados nos corpos dos presos durante as fiscalizações, feridas, lesões, doenças infectocontagiosas que raramente têm acompanhamento médico, fornecimento de medicação e referência hospitalar. A insalubridade das estruturas e a presença de doença infectocontagiosa, alastra a proliferação de vírus e bactérias, sobretudo em virtude do alto número de pessoas que ocupam o mesmo espaço.

> Situações como demora no socorro das emergências, falta de efetividade no encaminhamento para a realização de exames e transferências para unidades de tratamento intensivo, ou ainda, a total falta de controle em relação à saúde dos presos na porta de entrada, onde poderiam ser identificadas diversas doenças tratáveis, falta de acesso a medicações de uso contínuo e de oferta de dieta, como para cardiopatas, portadores de diabetes, hepatites e hipertensão arterial, além da falta de acesso a antibióticos para o tratamento de infecções como pneumonias e elevada prevalência de portadores de HIV que desenvolveram quadros graves de tuberculose pulmonar, com elevado índice de registros em laudos cadavéricos de caquexia e mau estado nutricional. Ao contrário do que se poderia supor, apesar de viver em ambiente violento e opressor, a violência física é causa relatada de um número baixo de óbitos se comparadas às morbidades relacionadas à (péssima) qualidade de vida. Ainda segundo o estudo, a maior parte dos óbitos tem relação com doenças como diabetes, hipertensão e HIV associada a doenças oportunistas, em especial as pulmonares como tuberculose e pneumonias, portanto, grupo de enfermidades que poderiam ser tratadas e curadas caso houvesse acesso a cuidados básicos para a saúde, inclusive sem a necessidade

> de internações hospitalar, portanto, desde que houvesse acesso ao sistema de saúde desde a atenção básica. (MEPCT/RJ, 2018, p. 7-8).

A combinação da superlotação com a estrutura precária e o acesso limitado à saúde gerencia a prática da tortura no corpo populacional, uma tortura difusa e continuada (GODOI, 2017; FERNANDES, 2021). Um grau de tortura sofisticado, que incide em um processo de violência sem tocar o corpo diretamente. Em uma produção em série, ritmada e coletiva de dor em que não há num único sujeito a figura do torturador. A administração de um cotidiano violento sem o toque é gerenciada pelo poder e se constitui em um projeto coletivo de tortura que marca a história brasileira.

Por fim, mas não menos importante, outras formas de violência se fazem presentes nas perspectivas de controle desses corpos, há 500 anos. É uma estética da tortura mais inteligível e também a mais bárbara. Tende a ser compreendida como práticas de violência física e psicológica impetradas a uma pessoa ou a um grupo de pessoas com a intenção de causar dor e sofrimento com diversas finalidades, como intimidar, obter confissões e informações, e principalmente, castigar. Ramos (1942) traz alguns instrumentos e formas de tortura aos corpos escravizados:

> Nos açoites, muitas vezes o senhor acendia um comprido cigarro enquanto assistia ao castigo, e enquanto o cigarro durava, o chicote não parava. [...] A série de instrumentos de suplício desafia a imaginação das convivências mais duras: o tronco, o vira-mundo, o cepo e as correntes, as algemas, o libambo, a gargalheira, a gomilha ou golilha, a peia, o colete de couro, os anjinhos, a máscara, as placas de ferro. (RAMOS, 1942, p. 101-106).

Hoje, alguns instrumentos foram substituídos por outros. Mas, o caráter sistemático e intenso da prática permanece. O ferro, as algemas e o chicote permanecem no cotidiano punitivo das pessoas aprisionadas.

> Na inspeção realizada no Instituto Padre Severino é uníssona a queixa dos adolescentes a respeito das agressões físicas e verbais sofridas na unidade. Segundo relato, ocorrem em situações corriqueiras do cotidiano [...]. As agressões geralmente consistem em xingamentos, tapas e socos, tendo também relatos de utilização de barras de madeira e spray de pimenta. (MEPCT/RJ, 2011, p. 20).

> Outra questão problemática é uso corriqueiro de algemas como forma de contenção ou mesmo como método arbitrário de imposição de punição às adolescentes. Causou perplexidade na equipe visitante, a informação de uso excessivo da força, denominado pejorativamente de "bailarina" que consiste em algemar as adolescentes nos alojamentos junto a uma grade onde entra iluminação natural consistindo em esticar o corpo e o braço das mesmas, inclusive em uma das ocasiões com uma adolescente gestante. (MEPCT/RJ, 2013a, 2013b, p. 10).

> Segundo relato, o adolescente que sempre esteve algemado foi submetido primeiramente a espancamento perpetrado pelo referido agente como socos, chutes, golpes de barra de (madeira), golpes de fivela de cinto nas costas. Ato contínuo, o adolescente ainda sofreu jatos de spray de pimenta em seu rosto e ainda teve seu corpo molhado para em seguida ser submetido a choques com auxílio de teaser. Em seguida, o adolescente foi jogado em uma espécie de lata de lixo. (MEPCT/RJ, 2015, p. 8).

Não existem formas e instrumento infinitos de tortura, e dada a sua finitude os padrões se repetem e se reatualizam no presente. Ainda que na modernidade, as formas de punição tenham sido ressignificadas pela prisão, parece que a violência segue sendo uma extensão da pena, de maneira extraoficial. É importante compreender que esse território da extraoficialidade é estabelecido pela tolerância dada pelas autoridades e o senso comum. Nesse sentido, a tortura deixa de ser orquestrada, utilizada e defendida pelo Estado como política e passa a ser uma estratégia de cobrir as reais ações e ideologias desse mesmo Estado.

A tortura no corpo individual remete aos rituais de suplício que envolvem um corpo em uma conduta individualizante, ainda que possa ocorrer de maneira coletiva. A dinâmica está estabelecida no corpo individual porque inscreve a desigualdade do poder no sujeito. Mas, de alguma forma, pode afetar um coletivo de pessoas.

Trata-se de uma escala de incidência e pertinência da tecnologia do poder direcionada ao corpo individual e que se repetem em pessoas escravizadas e pessoas presas.

Instrumentos para contenção legal ou objeto de uso comum para tarefas divergentes da intenção punitiva são instrumentalizados por atores institucionais que os levam para serem utilizados como materiais de tortura e violência. É um processo de ressignificação dos objetos, que em alguma medida foram utilizados para tortura em outros momentos da história, como na escravidão, ainda que de outras formas, mas que hoje, nas prisões, está aliada à fomentação de novas tecnologias para produção de dor.

Ainda que esses tipos de violência não atinjam a todos diretamente, seus efeitos são prolongados no tempo e no pensamento dos sujeitos que participaram da ação ao ver ou ouvir as imagens e sons produzidos. E também são produzidos por narrativas que assombram a memória dos sujeitos que sequer vivenciaram o feito em alguma dimensão. A reiteração dessas atuações torna a prática cotidiana e produto operacional das dinâmicas institucionais ontem e hoje.

Considerações finais

"Tinha razão Mirabeu em chamar estes barcos de 'prisões flutuantes'. Eram, porém, mais do que prisões flutuantes. Eram túmulos flutuantes". (RAMOS, 1942, p. 92). Os navios negreiros, as prisões e os túmulos funcionam como sinônimos e equiparam as variáveis da tortura quando são direcionadas aos corpos negros e periféricos.

No passado, o negro foi mercadoria, no presente, o negro é monstrualizado. A desumanização do negro é perene, e isso se dá por justificativas continuadas, pautadas na estética do medo e do inimigo (MALAGUTI BATISTA, 2003). É através do movimento de expansão e redução do gradiente da dor na tortura moderna que vai sendo construído a partir da figura do inimigo (ASAD, 1997). Portanto, o que se tem é a necessidade de uma administração dos corpos negros pela dor, dada a aceitabilidade histórica de um cálculo útil do sofrimento infligido aos corpos dessas pessoas.

Não nos faltam elementos históricos que consolidem a continuidade da violência estruturada pelo racismo. No entanto, há ainda quem defenda a ausência de relação direta, enquanto herança entre os períodos (SALLA; ALVAREZ, 2006). Mas, como é possível perceber, nossa realidade atual em espaços de privação de liberdade não passa de uma continuidade nas trajetórias de contenção e punição dos sujeitos dominados. Novos arranjos, dada as conjunturas, mas as reconfigurações permitem o avanço e a continuidade das práticas de tortura, como um elemento constituidor das relações de poder no Brasil.

Referências

ALEXANDER, M. A nova segregação: racismo e encarceramento em massa. São Paulo: Boitempo, 2018.

ALMEIDA, S. L. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019.

ASAD, T. On torture, or cruel, inhuman, and degrading treatment. *In*: KLEINMAN, A.; DAS, V.; LOCK, M. (org.). Social Suffering. Berkeley: University of California Press, 1997. pp. 285-308.

FERNANDES, I, S. Torturas no Sistema Socioeducativo do Rio de Janeiro. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2021.

GODOI, R. Tortura difusa e continuada. *In*: MALLART, F.; GODOI, R. (org.). BR 111: a rota das prisões brasileira. São Paulo: Veneta, 2017.

MALAGUTI BATISTA, V. O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

MEPCT/RJ; JUSTIÇA GLOBAL (JG). Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro. Quando a liberdade é exceção: a situação das pessoas presas sem condenação no Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

MEPCT/RJ. Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro. Sistema em Colapso: Atenção à Saúde e Política Prisional no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: MEPCT/RJ, 2018.

MEPCT/RJ. Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro. Relatório do MEPCT/RJ de visita ao Instituto Padre Severino em 06 de outubro e 11 de novembro de 2011, Rio de Janeiro: MEPCT/RJ, 2011.

MEPCT/RJ. Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro. Relatório do MEPCT/RJ de visita ao Centro de Socioeducação Professor Antônio Carlos Gomes da Costa (CENSE PACGC) em 06 e 09 de maio e 25 de junho de 2013, Rio de Janeiro: MEPCT/RJ, 2013a.

MEPCT/RJ. Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro. Relatório do MEPCT/RJ de visita ao Centro de Socioeducação Professora Marlene Henrique Alves (CENSE CAMPOS) em 13 de março de 2013, Rio de Janeiro: MEPCT/RJ, 2013b.

PIRES, T. R. de O. Estruturas intocadas: Racismo e ditadura no Rio de Janeiro. Revista Direito e Práxis, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 1054-1079, 2018.

RAMOS, A. A aculturação negra no Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca Pedagógica Brasileira, 1942.

SALLA, F.; ALVAREZ, M. C. Apontamentos para uma história das práticas de tortura no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Criminais, n. 63, p. 277-308, 2006.

WACQUANT, L. Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

WERNECK, A. Masmorra medieval: carceragem da Polinter registra 56,7 graus. O Globo, São Paulo, fev. 2010. Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/masmorra-medieval-carceragem-da-polinter-registra-567-graus-3054340. Acesso: 10 jan. 2021.

Notas

[1] Uma imagem atual que ilustra a afirmação: Disponível em: https://www.osaogoncalo.com.br/seguranca-publica/13167/troca-de-tiros-termina-com-um-morto-e-7-presos-em-sao-goncalo. Acesso em: 11 set. 2021.

[2] Uma imagem atual que ilustra tal afirmação: Disponível em: https://veja.abril.com.br/politica/descubra-quais-sao-os-9-politicos-ainda-presos-na-lava-jato/. Acesso em: 11 set. 2021.

Ionara dos Santos Fernandes
inr_fernandes@hotmail.com
Doutorado em Ciências Jurídicas e Sociais – Programa de Pós-graduação de Sociologia e Direito (UFF).
Integrante do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro.

MEPCT/RJ - ALERJ
Rua da Ajuda, 5, sala 2101, Centro
Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – Brasil
CEP: 20040-000

Agradecimentos
Aos integrantes do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro, Natalia Damazio, Graziela Sereno, Alexandre Campbell, João Marcelo Dias e Joyce Gravano.
Agência financiadora
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Bolsa de doutorado entre04/2017 a 04/2021.

Contribuições das autoras
Não se aplica.
Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação
Não se aplica.
Consentimento para publicação
Consentimento da autora.
Conflito de interesses
Não há conflito de interesses.

ESPAÇO TEMÁTICO: SERVIÇO SOCIAL, RACISMO E CLASSES SOCIAIS

Encarceramento em massa e racismo: a realidade no sistema prisional sergipano

Paulo Roberto Felix dos Santos[1]
https://orcid.org/0000-0003-1538-8207

Fabiane Ferreira Nascimento Santos[3]
https://orcid.org/0000-0001-7401-7110

Laryssa Gabriella Gonçalves dos Santos[2]
https://orcid.org/0000-0002-6112-6585

Maria Tailaine dos Santos Menezes[3]
https://orcid.org/0000-0002-6756-7605

[1]Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Serviço Social, Curso de Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social, São Cristóvão, SE, Brasil
[2]Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Fundamentos do Serviço Social, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
[3]Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Serviço Social, Curso de Graduação em Serviço Social, São Cristóvão, SE, Brasil

Encarceramento em massa e racismo: a realidade no sistema prisional sergipano

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar dados sobre a dinâmica contemporânea da política de encarceramento na realidade sergipana, com ênfase na racialização que tem incidido, majoritariamente, sobre a população negra. Fundamentada no materialismo histórico-dialético, articula dados de natureza bibliográfica e documental, utilizando as informações disponíveis no Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), bem como contribuições da teoria social marxista e da criminologia crítica. Com os resultados, expõe-se parte do perfil da população prisional no estado nos anos de 2018 e 2019. Constatou-se que existe um perfil racializado da população carcerária com predominância de homens negros, além da tendência de aumento da população carcerária feminina, com índices acima da média nacional, bem como das condições de desumanização e de violação de direitos, a que estes sujeitos estão submetidos, reafirmando uma articulação estrutural entre capitalismo, racismo e sexismo, a partir da ampliação das estratégias de criminalização desses segmentos por meio do cárcere.

Palavras-chave: Encarceramento; Sistema Prisional; Racismo; Sergipe.

Mass incarceration and racism: the reality in Sergipe's prison system

Abstract: The aim of the text is to present data on the contemporary dynamics of incarceration policy in Sergipe reality, with an emphasis on the racialization that has mostly focused on the black population. Based on historical-dialectical materialism, it articulates bibliographic and documentary data, using data available from the National Survey of Penitentiary Information (INFOPEN), as well as contributions from Marxist social theory and critical criminology. With the results, part of the profile of the prison population in the state in the years 2018 and 2019 is exposed. It was found that there is a racialized profile of the prison population with a predominance of black men, in addition to the tendency of the prison population to increase female, with rates above the national average, as well as the conditions of dehumanization and violation of rights, to which these subjects are subjected, reaffirming a structural articulation between capitalism, racism and sexism, from the expansion of criminalization strategies of these segments by middle of prison.

Keywords: Incarceration; Prison System; Racism; Sergipe.

Recebido em 01.11.2021. Aprovado em 16.12.2021. Revisado em 02.03.2022.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

Indícios mais recentes têm demonstrado o agravamento da crise do sistema prisional brasileiro, seja pela escalada dos níveis de encarceramento, pela superlotação das unidades prisionais, ou mesmo pelas condições de resguardo desses indivíduos, submetidos a toda sorte de violação de direitos (SANTOS, 2018; BORGES, 2019), ao mesmo tempo em que uma série de políticas sociais vem sendo cada vez mais enfraquecidas. Dentre as inúmeras consequências que a agenda neoliberal trouxe para a reconfiguração do papel do Estado, destaca-se o aprofundamento das desigualdades e da elevação dos índices de pauperização, que, por sua vez, reflete-se no agravamento da chamada *questão social*[1] e seus impactos em segmentos racializados, notadamente a população negra, conformando desigualdades sociorraciais. Diante desse quadro, verifica-se a acentuação de diversas formas de "controle social" operado, sobretudo, junto aos segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora. Das diversas formas mobilizadas por meio do aparato estatal, o *controle penal* tem se destacado como um recurso permanente de intervenção junto à pobreza. Para Wacquant (2018), esse fenômeno denota a transição do *Estado Providência* para a emergência, em grande escala, do *Estado Penal*. Com efeito, existem diversas formas de explicitação do *Estado Penal*, a exemplo das medidas de incremento da atuação policial, do aumento nas estratégias de vigilância social, e da ampliação do processo de encarceramento. São medidas direcionadas, via de regra, para segmentos (sujeitos) específicos, a partir do acionamento de medidas de seletividade penal.

É preciso, portanto, entender quais condicionantes estruturais e conjunturais têm balizado esse processo no âmbito da realidade brasileira, e suas expressões particulares nas unidades da federação. Destarte, o presente texto tem por objetivo discutir algumas das determinações que conformam o perfil racializado da população prisional no estado de Sergipe, bem como algumas das condições a que esses sujeitos, em sua maioria negros(as), são submetidos(as)[2]. Trata-se de uma investigação acerca do sistema prisional em Sergipe que perquiriu as tendências no âmbito da reprodução de formas mobilizadas pelo aparelho estatal de estratégias de *controle social*, com ênfase no *controle penal*, na atual conjuntura da sociabilidade capitalista, enfatizando o cenário sergipano.

A construção deste texto fundamentou-se no materialismo histórico-dialético e buscou compreender as peculiaridades do sistema prisional no Estado de Sergipe, partindo da perspectiva do *Estado Penal* como meio de efetivação de formas atualizadas de controle sociorracial. Nesse percurso, foram utilizados os dados estatísticos do INFOPEN acerca das unidades prisionais sergipanas nos anos de 2018 e 2019. Desse modo, buscamos aproximações por meio de pesquisa bibliográfica e documental. No tocante à pesquisa bibliográfica, destacamos o recurso a algumas análises e conceitos da criminologia crítica marxista e da economia política da pena, buscando estabelecer uma conexão estrutural entre reprodução socioeconômica e modos de punir, enfatizando o lugar da prisão como instituição de controle capitalista (MELOSSI, 2004).

Em relação à pesquisa documental, ressalta-se o acesso ao Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN) como fonte principal de coleta de dados, disponibilizados pelo Departamento Penitenciário, vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública. Ademais, foram extraídos dados fornecidos pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e pelo Relatório da Ordem dos Advogados do Brasil-Seccional Sergipe (OAB-SE). A partir desses elementos, buscamos explicitar um panorama da realidade do sistema prisional sergipano na atualidade, bem como problematizar o perfil que vem se estruturando esse espaço. Nessa perspectiva, entendemos uma estreita relação entre racismo estrutural (ALMEIDA, 2019) e o *encarceramento em massa* da população negra em Sergipe, enquanto expressão particular de tendências que delineiam a dinâmica brasileira.

Brasil: Sistema de Justiça Criminal e a função da prisão como mecanismo de controle sociorracial

Em Marx (2013) e suas contribuições na crítica da economia política, encontram-se as bases para situarmos o significado da prisão, enquanto mecanismo funcional ao processo de gestão, controle e disciplinamento da força de trabalho na ordem do capital, a exemplo das passagens que podem ser encontradas no capítulo XXIV do Livro I d'*O Capital*, intitulado *A assim chamada acumulação primitiva*, demonstrando como o aparelho punitivo-estatal mostrou-se também uma potência político-econômica fundamental ao desenvolvimento capitalista. Tal constatação pode ser evidenciada a partir da economia política da pena e sua crítica ao significado da prisão no

sistema capitalista (MELOSSI, 2004; DE GIORGI, 2017). O sistema prisional, tal qual o conhecemos hoje, é um produto da modernidade capitalista, uma forma particular de penalização das classes dominadas. Segundo Marx (apud DE GIORGI, 2017), as instituições de reclusão, e dentre estas a prisão:

> Elas se caracterizam por serem incumbidas pelo Estado da sociedade burguesa da gestão dos vários momentos da formação, produção e reprodução do proletariado de fábrica; elas são um dos instrumentos essenciais da política social do Estado, política que persegue o objetivo de garantir ao capital uma força de trabalho que - por hábitos morais, saúde física, capacidades intelectuais, conformidade às regras, hábito à disciplina e à obediência etc. - possa facilmente adaptar-se ao regime de vida na fábrica em seu conjunto e produzir, assim, a quota máxima de mais-valia extraível em determinadas circunstâncias. (MARX 1969 apud DE GIORGI, 2017, p. 44).

Ainda que possuindo uma mesma funcionalidade, é fato que a organização dos distintos sistemas de justiça criminal, bem como dos institutos prisionais, guarda elementos estruturais em consonância com as particularidades de cada formação socio-histórica, a exemplo de como esse processo se organizou na realidade brasileira. O Brasil foi constituído através da exploração de corpos negros trazidos da África que consolidaram a economia do país. Contudo, a força da escravidão não se restringiu apenas a economia, mas estruturou as relações sociais e políticas tal como conhecemos hoje. Assim, o racismo foi o pilar estruturante da sociedade brasileira, como aponta Borges (2019). Considerá-lo como um elemento coesionador de determinadas relações é afirmar, portanto, o seu caráter estrutural. Isso porque ele é

> [...] um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Em suma, o que queremos explicitar é que o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea. (ALMEIDA, 2019, p. 15-16).

Na afirmação da estrutura racializada com a qual se conformou a sociabilidade brasileira, o Estado desempenhou um papel primordial na criação e manutenção do sistema de hierarquização racial que possibilitou a marginalização dos(as) negros(as), mesmo após a abolição da escravatura. E isso se deu através da criação de um sistema de justiça criminal que tinha seus "alvos" preestabelecidos, e, por isso, tipificava como crimes as atividades ligadas à essa parcela da população, como a capoeira e os cultos de origens africanas, sob o pré-texto de perturbar a ordem, evidenciando que o caráter racializante continuava perpassando as instituições brasileiras (BORGES, 2019; FLAUZINA, 2017). O sistema prisional é o mais bem acabado exemplo de controle sociorracial operado pelo Estado que, juntamente com parte de setores midiáticos, dentre estes *espaços sensacionalistas*[3], contribui para que se tenha medo de negros(as), sendo este perfil associado, em regra, a indivíduos com alto nível de periculosidade, reafirmando-se, frequentemente, a ideia de que eles(as) devem ser tratados(as) com repressão.

A origem do sistema de justiça criminal brasileiro também foi pautada na ideologia racista advinda do processo de escravismo, que tinha a coerção, a violência e a punição como suas principais estratégias de indicar qual a posição dos(as) negros(as) na sociedade brasileira:

> O que poderíamos chamar de germe do sistema de justiça criminal brasileiro já se iniciou punitivista. De 1500 a 1822, o que seria um código penal eram as *Ordenações Filipinas*, notadamente o Livro V, onde predominava a esfera privada e da relação senhor/proprietário-escravizado/propriedade. Com isso, a lógica do direito privado imperava já no nascedouro do nosso sistema e, dado caráter violento do escravismo, já tinha em seu cerne as práticas de tortura, fossem psicológicas, fossem físicas, por mutilações e abusos sofridos pelos escravizados. (BORGES, 2019, p. 68, grifo da autora).

Desse modo, existiam diferenciações entre os tipos de penas aplicadas para pessoas livres e para aquelas escravizadas, essas últimas eram punidas através da *morte desonrosa*, a morte com corda. Com a promulgação da Lei Criminal no Brasil, em 1830, o sistema de justiça criminal brasileiro se consolida mantendo esse caráter punitivista e de garantia da propriedade privada do escravismo, pois os(as) escravos(as) eram punidos(as) fisicamente e depois devolvidos(as) aos seus senhores. Borges (2019) aponta que essa ação era entendida

como uma intervenção estatal sobre preservação da propriedade privada. Ou seja, a criação do sistema de justiça brasileiro não se deu por motivações de garantias de direitos aos(às) cidadãos(ãs), mas como uma forma institucionalizada de proteger patrimônios. Essa intenção já dava indícios de quem seriam os alvos do sistema de justiça no Brasil. Seguem-se algumas reformas no Código Criminal, em especial a de 1871, que deu mais poderes às forças policiais nos crimes considerados leves, salientando que, desde o princípio, a polícia já atuava como um importante aliado do Estado na criminalização e que hoje tal situação vê-se mais intensificada.

De acordo com as formulações de Borges (2019), a partir dos anos de 1930 o *mito da democracia racial* foi bastante difundido no Brasil e que, conforme nos situa Nascimento (2016, p. 111), "designa o racismo estilo brasileiro [...] profundamente penetrante no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país". É a partir desse mito que se cria a narrativa de uma identidade nacional composta por três raças, portanto, não haveria de se falar em racismo em um país como o Brasil, dado o caráter miscigenado da população. Entretanto, serviu como suporte para subsidiar a ideologia racista que sustentou e sustenta as instituições brasileiras, de modo a camuflar o racismo difundido e mitigar o peso das formas gerais e institucionais pelas quais esse fenômeno se manifesta nessa sociabilidade. Assim,

> O efeito disso é que o racismo pode ter sua forma alterada pela ação ou pela omissão dos poderes institucionais – Estado, escola etc. –, que podem tanto modificar a atuação dos mecanismos discriminatórios, como também estabelecer novos significados para raça, inclusive atribuindo certas vantagens sociais a membros de grupos raciais historicamente discriminados. (ALMEIDA, 2019, p. 41).

Vale destacar, inclusive, como vem sustentando Borges (2019), que as instituições do Estado brasileiro foram forjadas por meio da repressão e da criminalização contínua, mas se utilizando de outras mediações que não explicitassem o caráter racial como fator decisivo de hierarquização social, como a criminalização das religiões de matrizes africanas, especialmente durante o período da ditadura militar, sob a argumento de que esses espaços eram locais de encontros e reuniões que poderiam resultar em rebeliões.

Assim, o processo de criminalização das pessoas negras e pobres teve suas bases na reformulação das instituições escravistas, cerceando direitos e negando espaços como forma de controlar os(as) ex-escravizados(as). Essas limitações nas vidas das pessoas negras não foram alteradas nem mesmo na passagem para o período republicano, ao contrário, estabeleceram outras políticas que limitassem ainda mais as vidas negras na sociedade. Borges (2019) destaca ainda que nos anos 1990 iniciou-se um novo estágio da criminalização: "há uma série de medidas e edições de leis elevando penas, dissertando sobre crimes hediondos, dificultando progressão de penas, e assim por diante." (BORGES, 2019, p. 85). Não à toa tal período coincide com a emergência do projeto neoliberal no Brasil, que demarca um processo de fragilização da estruturação de políticas sociais, acompanhada de um aumento da verve punitiva do Estado brasileiro. Foi a partir desse momento que o cárcere e o extermínio da população negra ficaram em evidência como mecanismos cada vez mais utilizados de controle sociorracial e que ao longo dos últimos anos tem se ampliado e consolidado cada vez mais.

O sistema prisional sergipano como expressão do *estado de coisas inconstitucional* brasileiro

A história do sistema prisional sergipano[4] inicia-se no século XIX com a criação da Cadeia Pública de Sergipe, destinada às reclusões que pautassem a valorização do trabalho como forma de ressocialização. No entanto, a falta de administração adequada levou ao seu fechamento. Em 1872 foi regulamentada a maior cadeia pública de Sergipe, a *Casa de Prisão*, um espaço precário onde os(as) detentos(as) ficavam em calabouços. Seguiu-se com a implantação do regime penitenciário, porém eram necessárias mudanças na arquitetura e no funcionamento do local, que em virtude das dificuldades financeiras impostas pelos administradores de Aracaju, efetivou-se de maneira limitada (SANTOS, 2012).

Santos (2012) aponta que o método de regime penitenciário objetivava regenerar o(a) detento(a) dos males físicos, morais e sociais através da instrução, do trabalho e da religião católica. Todavia, o projeto acabou obtendo pouca adesão e logo surgiram as denúncias sobre o funcionamento inadequado das oficinas de marceneiro e sapateiro. A estrutura de funcionamento da *Casa de Prisão* de Aracaju no século XIX não difere muito das condições apresentadas nas unidades prisionais do estado de Sergipe atualmente, o que atesta

o papel estrutural da prisão como instituição de controle dos segmentos mais pauperizados, menos que de uma pretensa ressocialização.

No século XIX a ideia difundida de *Casa de Prisão* como um lugar de valorização do trabalho tinha como pano de fundo a necessidade de recrutar força de trabalho, uma vez que o tráfico de escravos havia sido proibido desde 1850. Assim, sob a égide da valorização do trabalho, a escassez da força de trabalho seria suprida ao mesmo tempo em que os(as) rebeldes e vagabundos(as) seriam disciplinados(as), revelando que o real propósito era manter as relações escravagistas. A respeito das condições dos(as) detentos na "Casa de Prisão" de Aracaju no século XIX, Santos (2012) ressalta que as reclamações acerca do vestuário e alimentação eram constantes. Os(as) presos(as) eram mal alimentados(as), em virtude do quantitativo insuficiente fornecido diariamente, e as roupas também não chegavam regularmente. Desse modo, as famílias ficavam encarregadas de levar alimentos para os(as) detentos(as), em condições análogas ao que ocorre atualmente. Por exemplo, como identifica a OAB/SE, em 2018, acerca do Complexo Penitenciário Dr. Manoel Carvalho Neto (COPEMCAN), a maior, dentre as nove unidades prisionais do estado de Sergipe: "Sabe-se que familiares levam a chamada 'mensagem', termo utilizado para se referir aos mantimentos alimentícios entregues aos(às) presos(às), devido à ineficácia estatal no fornecimento de alimentação adequada e suficiente" (OAB/SE, 2018, p. 5). A água também não é fornecida de modo regular, inexistindo sequer vasos sanitários, conforme apontou o mesmo relatório. Sobre a estrutura o relatório assim descreve: "Os prédios que compõem o estabelecimento são antigos, úmidos, escuros, insalubres e mal-cheirosos (cheiro de mofo, esgoto e putrefação), com 'ratos gigantes, baratas e esgoto entupido". (OAB, 2018, p. 5) Essa realidade repete-se nas demais unidades prisionais do estado.

Santos (2012) relatou que cada cela comportava de sete a dez presos(as) e esse quantitativo tendia a aumentar em razão de presos(as) de outros locais da província de Aracaju serem enviados para lá. A superlotação, portanto, tem raízes estruturais, e é um problema que persiste, conforme atesta o relatório da Ordem dos(as) Advogados(as) do Brasil, Seccional Sergipe (OAB/SE) acerca do sistema prisional sergipano no contexto atual. De acordo com o documento, divulgado em 2018, Sergipe tinha 5.274 pessoas privadas de liberdade para uma capacidade de comportar apenas 2.199 (OAB/SE, 2018). Em 2019, esse quantitativo aumentou para 6.244, entretanto, tinha capacidade de comportar tão somente 3.089 pessoas, segundo informações do Conselho Nacional do Ministério Público (BRASIL, 2019b). De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020), o quantitativo de presos(as) condenados(as) em 2019 no estado correspondia a 53,7% e os(as) provisórios(as) correspondiam a 46,3%, incrementando o déficit no número de vagas, razão preso/vaga. Em 2018 o déficit era de 1,7 e em 2019 subiu para 2,0.

Por outro lado, a taxa geral de presos(as) por 100 mil habitantes no ano de 2019 no Brasil era de 359,4%, deixando o país, inclusive na 3ª posição no ranking dos países que mais encarceram no mundo (BORGES, 2019). A taxa de Sergipe no mesmo ano, considerando os(as) presos(as) no sistema prisional e sob custódia da polícia, era 276,7%, menor do que a média nacional. E comparando com os demais estados brasileiros, Sergipe possuía taxa geral maior do que a de estados como Paraná (260,3%), Pará (247,3%), Maranhão (175,1%), Piauí (138,0%) e Bahia (112,5%) (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020). Evidencia-se um *encarceramento em massa* no estado com implicações para os sujeitos que estão sob essa condição.

Todo esse cenário só reforça a condição degradante que é conferida à população prisional em Sergipe, reafirmando um cenário em que o Supremo Tribunal Federal (STF) classificou como *estado de coisas inconstitucional* (BRASIL, 2015), em que se revela toda a sorte de violação de direitos, inclusive em afronta o que preconiza a Lei de Execuções Penais (LEP). Situação também denunciada por visitas realizadas pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (BRASIL, 2018) a diversas unidades da federação, e que evidencia a função da prisão na atualidade brasileira, não outra senão inserir-se como *depósito de indigentes* (WACQUANT, 1999). Nesses termos, longe de qualquer ideal ressocializador, o papel reservado à prisão é de uma instituição estratégica de controle nos marcos do capitalismo. Essa determinação torna-se ainda mais evidente ao problematizarmos o perfil das pessoas que vem sendo encarceradas em Sergipe, e que abordaremos na próxima seção.

O perfil da população prisional em Sergipe e a reprodução do racismo estrutural

Esse cenário de precarização das condições de vida da população prisional sergipana traz ainda um dado revelador quando observado o perfil dos sujeitos que tem sido mais impactados por esse processo de *encarceramento em massa*. No que diz respeito à raça/etnia, os dados trazem o panorama apresentado nos Gráficos 1 e 2.

Conforme podemos observar, os Gráficos 1 e 2 apresentam os dados relativos à raça/etnia de homens e mulheres no sistema prisional sergipano no ano de 2019. Em relação à população masculina, conforme ilustra o Gráfico 1, o percentual total de homens não brancos (pretos, pardos, amarelos e indígenas) correspondia a 82,4%, em contrapartida o percentual de homens identificados como brancos era de 7,6%, revelando uma elevada disparidade. Entretanto, tal discrepância revela-se ainda mais sintomática quando agrupados os dados que identificavam homens pretos e pardos, que juntos somavam 80,9% (BRASIL, 2019).

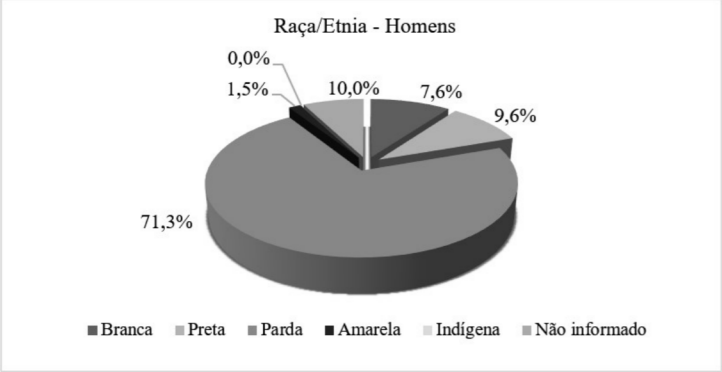


Gráfico 1 – Raça/Etnia – Homens
Fonte: Elaboração da equipe com base nos dados do INFOPEN (BRASIL, 2019).

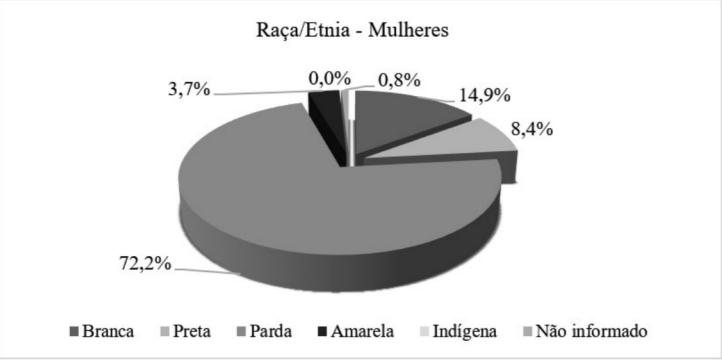


Gráfico 2 - Raça/Etnia – Mulheres
Fonte: Elaboração da equipe com base nos dados do INFOPEN (BRASIL, 2019).

De modo semelhante, em relação aos dados relativos à raça/etnia de mulheres no sistema prisional sergipano, o Gráfico 2 demonstra que o percentual de mulheres não brancas (pretas, pardas, amarelas e indígenas) correspondia a 84,3%, enquanto o percentual de mulheres identificadas como brancas era de 14,9%. É perceptível a discrepância entre os percentuais e quando comparamos o percentual de mulheres pretas e pardas, 80,6%. É fato que a população negra tem sido alvo privilegiado na conformação socio-histórica do sistema de justiça criminal no Brasil, como vimos. Entretanto, resta patente que nos últimos anos esse número vem crescendo. Basta verificarmos que se em 2005 os negros representavam 58,4% do total de presos, enquanto os brancos

eram 39,8%, em 2019 essa proporção chegou a 66,7% de negros e 32,3% de brancos. A taxa de variação nesse período mostra o crescimento de 377,7% na população carcerária identificada pela raça/cor negra, valor bem superior à variação para os presos brancos, que foi de 239,5% (BRASIL, 2019).

Ao retomarmos a particularidade sergipana, resta evidente uma representação ainda maior da população negra, acima da média nacional e que atesta um processo de racialização do sistema prisional no estado. Afirmando-se a partir de mecanismos que operam o racismo institucional, o Estado em sua particularidade local direciona sua política punitiva para a população negra de Sergipe, e reatualiza o *genocídio negro* (NASCIMENTO, 2016).

Esse processo, por sua vez, guarda relação com a reafirmação do racismo estrutural na sociedade brasileira, que, de acordo com as formulações de Almeida (2019), é reproduzido pelas instituições quando, por exemplo, confere mais oportunidades de inserção no mercado formal de trabalho para pessoas identificadas racialmente como brancas. Essa discrepância explicita a desigualdade racial que opera criminalizando e penalizando a população negra no país e em Sergipe. Trata-se da afirmação de uma *política de controle sociorracial*, que na menor unidade da federação manifesta-se de modo ainda mais intensificado, e que nos requisita problematizar quais as determinações estruturais e estruturantes desse fenômeno.

Outro elemento que aponta tendências no cenário do encarceramento sergipano refere-se à condição de sexo. No que diz respeito a esse critério, apresentamos, nos Gráficos 3 e 4, os dados nos anos de 2018 e 2019, respectivamente.

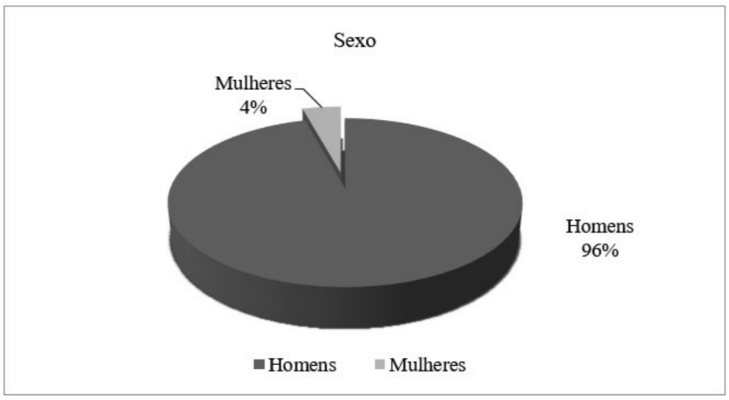


Gráfico 3 – Sexo – ano de 2018
Fonte: Elaboração da equipe com base nos dados do INFOPEN (BRASIL, 2018a).

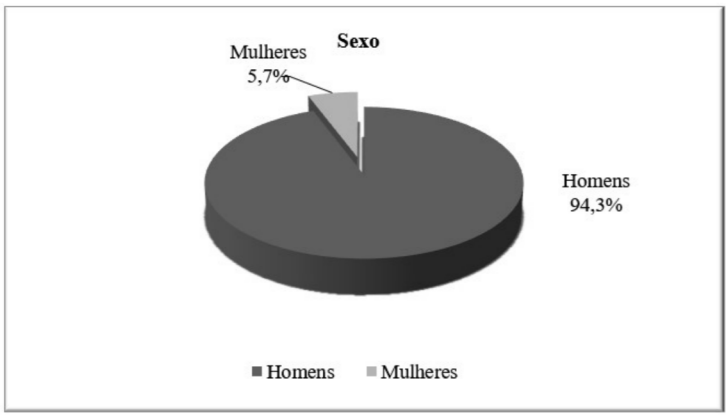


Gráfico 4 – Sexo – ano de 2019
Fonte: Elaboração da equipe com base nos dados do INFOPEN (BRASIL, 2019).

Conforme ilustra o Gráfico 3, há uma sobreposição masculina no sistema prisional sergipano, onde 96% são homens e 4% mulheres. No Gráfico 4, a predominância masculina permanece, porém, há um pequeno aumento de 1,7% no percentual feminino. É possível relacionar o alto percentual de homens nos cárceres com a construção social do que se entende por "masculinidades"[5], que através de valores viris associam a figura do homem à criminalidade. De acordo com Davis (2020), originalmente, as prisões foram espaços pensados para correções públicas masculinas, uma vez que eram eles os portadores de direitos econômicos e políticos. Para as mulheres, as punições ocorriam no âmbito privado, cabendo aos maridos o papel de puni-las caso elas não desempenhassem adequadamente suas funções domésticas. Considerando essas determinações, as prisões foram (e têm sido) pensadas *por* e *para* homens, o que traz diversas implicações sexistas, quando observada a tendência de aumento de inserção de mulheres nessas instituições.

Ao retomarmos a indicação nos gráficos anteriores, verificamos o aumento percentual de mulheres no sistema prisional sergipano no ano de 2019, que avança para 5,7%. Esse dado, apesar de parecer baixo, indica uma tendência já captada por analistas como Borges (2019) e Akotirene (2020), que revelam o aumento da presença de mulheres no sistema prisional brasileiro. Essa população, segundo Borges (2019), aumentou 567,4% entre 2006 e 2014, revelando que tem sido cada vez mais comum mulheres adentrarem ao sistema prisional. Comparando com a realidade nacional, o percentual de mulheres encarceradas no sistema prisional em Sergipe no ano de 2019 era maior do que o do Brasil, 5,7% e 4,94% respectivamente (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020), evidenciando uma tendência de aumento do encarceramento feminino no estado, ainda que prevaleça a presença masculina.

O aumento gradativo das mulheres no sistema prisional, em parte associado ao recrudescimento penal pela lei de drogas[6], coloca em debate a invisibilização da questão do gênero/sexo. São elementos que articulam determinações de classe, raça e gênero/sexo nas unidades prisionais (BORGES, 2019; AKOTIRENE, 2020). Como aponta Davis (2020), a baixa representação percentual das mulheres no sistema prisional contribuiu para invisibilizar uma série de violações a que estão submetidas, tais como constantes abusos sexuais.

Borges (2019) ressalta que o cárcere significa muito mais do que simplesmente a restrição do direito de ir e vir, mas que é um espaço onde a violência, especialmente contra mulheres, é continuamente reiterada. Além da negação de direitos básicos, as mulheres têm que lidar com a ausência de itens de higiene pessoal como papel higiênico e absorvente, sendo obrigadas a recorrer a formas improvisadas para manter a higiene íntima. Borges (2019) menciona o caso das *revistas vexatórias* as quais as mulheres são submetidas quando vão visitar seus familiares e parceiros(as). Medidas que longe de significarem prevenção e proteção explicitam o caráter controlador e degradante do poder do Estado sobre os corpos femininos, sobretudo corpos negros. Assim, é evidente que uma das determinações nas quais se assenta o *Estado Penal* em Sergipe, em sintonia com a dinâmica brasileira, é o racismo (em unidade estrutural com o sexismo) e que opera de modo a criminalizar seletivamente pessoas negras, a partir de determinados padrões de estigmatização. Almeida (2019) aponta que o racismo tem funções relacionadas ao poder do Estado. Conforme o autor:

> A primeira é a de fragmentação, de divisão no contínuo biológico da espécie humana, introduzindo hierarquias, distinções, classificações de raças. O racismo estabelecerá a linha divisória entre superiores e inferiores, entre os bons e os maus, entre os grupos que merecem viver e os que merecem morrer, entre os que terão a vida prolongada e os que serão deixados para morte, entre os que devem permanecer vivos e os que serão mortos. E que se entenda que a morte aqui não é apenas a retirada da vida, mas também é entendida como a exposição ao risco da morte, a morte pública, a expulsão e a rejeição. (ALMEIDA, 2019, p. 115).

Dessa forma, o racismo é um ponto central para a expansão do poder do Estado na sociedade. Ou seja, trata-se do controle sociorracial, e que constituiu-se como uma das variáveis que conformam o Estado Penal brasileiro e sergipano e, em um cenário de barbarização da vida social, se assenta em um mecanismo de gestão pela morte, a partir da chamada *necropolítica*:

> A necropolítica, portanto, instaura-se como a organização necessária do poder em um mundo em que a morte avança implacavelmente sobre a vida. A justificação da morte em nome dos riscos à economia e à segurança torna-se o fundamento ético dessa realidade. Diante disso, a lógica da colônia materializa-se

> na gestão praticada pelos Estados contemporâneos, especialmente nos países da periferia do capitalismo, em que as antigas práticas coloniais deixaram resquícios. (ALMEIDA, 2019, p. 125).

Nessa direção, a partir da exposição realizada, torna-se patente a lógica racializada pela qual se opera o Estado Penal em sua particularidade sergipana, operando um controle sociorracial, afirmando-se a partir de uma lógica racista e sexista, que reedita o estatuto colonial brasileiro, e seu peso sobre a população negra. Convém ressaltar que não se trata de um fenômeno isolado, ao contrário, a dinâmica identificada no estado é parte integrante do processo do recrudescimento da política neoliberal no País, com a adoção de políticas que acentuam o processo de *encarceramento em massa*, cujo perfil atingindo é rigorosamente o mesmo: jovens negros(as) e pobres das periferias brasileiras. Ao não fugir dessas tendências, como vimos, Sergipe as acentua, reafirmando em sua região as *marcas* do racismo como elemento estruturante de sua dinâmica socioterritorial.

Considerações finais

Ao longo da exposição, restou evidente a importância de traçar o perfil da população carcerária no País e suas particularidades regionais, o que pode nos subsidiar em desnudar as estruturas do Estado em sua faceta punitiva, e que, no contexto atual, de fragilização de políticas sociais estruturantes, tem contribuído para a ampliação das medidas de encarceramento da população negra e pobre brasileira, e, em especial, sergipana, reatualizando seu projeto genocida (NASCIMENTO, 2016; FLAUZINA, 2017), conforme apontamos no presente texto. Tais elementos reafirmam a relação estrutural entre racismo, política (Estado) e economia (ALMEIDA, 2019). Desse modo, nos marcos de uma afirmação cotidiana do racismo estrutural no estado de Sergipe, algumas das "oportunidades" que se atribuem à população negra têm sido mediadas por uma "inclusão punitiva", tendo em vista o caráter majoritariamente racializado de sua população carcerária, acima, inclusive, da média nacional.

Problematizamos com o estudo a atuação do aparato estatal em sua dinâmica regional e identificamos algumas das formas de controle sociorraciais que pautam a estrutura do cárcere, mas que são camufladas pela ideia de ressocialização difundida na sociedade. É importante estudar sobre a realidade sergipana, diante da escassa produção acerca do tema, como demonstrou o aprofundamento da pesquisa que ensejou os resultados aqui sumariados. Ademais, tais resultados acabam por contribuir na construção de subsídios que fortaleçam uma pauta antirracista no estado e no País, que passa, necessariamente, pela adoção de estratégias de desencarceramento e de medidas alternativas ao encarceramento, dada a condição a que vem sendo submetida a população negra e que tem conformado o "exército prisional" no Brasil.

Referências

AKOTIRENE, C. Ó pa í, prezada: racismo e sexismo institucionais tomam bonde nas penitenciárias femininas. São Paulo: Pólen, 2020.

ALMEIDA, S, L, D. Racismo Estrutural. São Paulo: Pólen, 2019.

BORGES, J. Encarceramento em massa. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm. Acesso em: 17 jan. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADPF 347 MC/DF. Rel. Min Marco Aurélio. Diário de Justiça, Brasília (DF), 11 set. 2015. Disponível em: http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10300665. Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. Relatório Anual. Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT). Brasília: 2018.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias-INFOPEN. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2018b. Disponível em: http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-analiticos/SE/se. Acesso em: 30 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias -INFOPEN. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2019. Disponível em: http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-analiticos/SE/se. Acesso em: 28 out. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. Sistema Prisional em Números. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público, 2019. Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/relatoriosbi/sistema-prisional-em-numeros. Acesso em: 10 out. 2020.

CECCHETTO, F. Violência e estilos de masculinidades. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

DAVIS, A. Estarão às prisões obsoletas? Rio de Janeiro: Difel, 2020.

DE GIORGI, A. A miséria governada através do sistema penal. Rio de Janeiro: Revan, 2017.

FLAUZINA, A. L. P. Corpo negro caído no chão. O sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. 2. ed. Brasília: Brado Negro, 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/. Acesso em: 29 jan. 2021.

IAMAMOTO, M. O Serviço Social na contemporaneidade. São Paulo: Cortez, 1998.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital [1867]. São Paulo: Boitempo, 2013.

MELOSSI, D. A questão penal em O capital. Tradução de Márcio Bilharinho Naves. Margem Esquerda, v. 4, 2004. p. 124-141.

NASCIMENTO, A. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

OAB. Ordem dos Advogados do Brasil. Relatório: sistema prisional do estado de Sergipe. Sergipe: Comissão de Direitos Humanos, 2018. Disponível em: https://www.conjur.com.br/dl/sergipe-cinco-estados-maior-risco.pdf. Acesso em: 29 jan. 2021.

SANTOS, R. C. F. Representações sociais de aprisionados (as) e técnicos (as) sobre os programas de ressocialização (atividades de educação e trabalho) no sistema prisional no estado de Sergipe. 2012. 183 p. (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

SANTOS, S. M. C. Controle penal e criminalização da pobreza no contexto de crise do capital. *In:* AZEVEDO, E. E. B; BRASIL, G. M. (org.). Estado de exceção e políticas punitivas na sociedade contemporânea. Campinas: EDUECE, 2018.

WACQUANT, L. As duas faces do gueto. São Paulo: Boitempo, 2018.

WACQUANT, L. As prisões da miséria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

Notas

[1] Situada aqui nos termos apontados por Iamamoto (1998, p. 27), segundo a qual: "A questão social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade".

[2] Expomos aqui parte dos resultados da Pesquisa *Estado Punitivo* e a *Política de Encarceramento* como estratégia de controle social: Uma proposta de análise do sistema prisional em Sergipe a partir dos dados de 2018 e 2019. Trata-se de investigação realizada entre os anos de 2020 e 2021 e contou com apoio da Coordenação de Pesquisa da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe (COPES/POSGRAP/UFS).

[3] De modo exemplar, são programas de cunho policialesco exibidos na TV aberta, como o *Aqui e agora* do Sistema Brasileiro de televisão (SBT), o *Brasil Urgente* da Rede Bandeirantes e o *Cidade Alerta* da Record TV, que alimentam uma *cultura punitivista*, reforçando estereótipos de quem seria tido como criminoso(a), alimentando um conservadorismo penal no País, que se rege pelo mantra: *bandido bom é bandido morto*. Não raro, tal estereótipo associa a figura do(a) criminoso(a) a pessoas negras.

[4] A Dissertação de Ruth Conceição Farias Santos, intitulada "Representações sociais de aprisionados(as) e técnicos(as), sobre os programas de ressocialização (atividades de educação e trabalho) no sistema prisional no estado de Sergipe" traz um apanhado histórico sobre o sistema prisional sergipano. Para um maior aprofundamento sobre o tema, é importante conferir Santos (2012).

[5] Cecchetto (2004) no livro *Violência e estilos de masculinidade* trata sobre a associação entre violência e masculinidades.

[6] Nos últimos anos, a política proibicionista adotada por governos brasileiros, tem incrementado a chamada *guerra às drogas*, sobretudo com a implementação da Lei n. 11.343/06 (Lei de drogas) (BRASIL, 2006) que, além de ampliar o encarceramento negro no País, vem se constituindo como um dos principais fatores do encarceramento de mulheres negras, sendo o primeiro tipo penal atribuído para justificativa dessas prisões.

Paulo Roberto Felix dos Santos
fellix.ufs@gmail.com
Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, Graduação e Pós-Graduação. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas (GEPEM)

UFS
Avenida Marechal Rondon, s/n, Rosa Elze,
São Cristóvão, Sergipe, Brasil
CEP: 49100-000

Laryssa Gabriella Gonçalves dos Santos
laryssasantos21@yahoo.com
Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ, Bolsista Capes, Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas (GEPEM/UFS) e do Núcleo de Estudos e Pesquisa Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade (NEFSSC/UFRJ)

UFRJ
Avenida Pasteur, 250, Urca
Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – Brasil
CEP: 21941-901

Fabiane Ferreira Nascimento Santos
fabi.aneferreira@hotmail.com
Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Bolsista Remunerada do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas (GEPEM/UFS)

UFS
Avenida Marechal Rondon, s/n, Rosa Elze,
São Cristóvão, Sergipe, Brasil
CEP: 49100-000

Maria Tailaine dos Santos Menezes
mariataylainne@gmail.com
Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Bolsista Voluntária do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas (GEPEM/UFS)

UFS
Avenida Marechal Rondon, s/n, Rosa Elze,
São Cristóvão, Sergipe, Brasil
CEP: 49100-000

Agradecimentos
Agradecemos aos membros da pesquisa pela elaboração das análises e resultados apresentados, bem como agradecemos ao Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas (GEPEM/UFS) e à Coordenação de Pesquisa da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe (COPES/POSGRAP/UFS) pelo apoio com concessão de bolsa remunerada de iniciação científica no desenvolvimento do projeto de pesquisa "Estado Punitivo" e a "Política de Encarceramento" como estratégia de controle social: Uma

proposta de análise do sistema prisional em Sergipe a partir dos dados de 2018.

Agência financiadora
COPES/POSGRAP/UFS – Projeto PIC9330-2020. Período de Execução: Agosto/2020 a Julho/2021.

Contribuições das autoras
O artigo é resultante do Projeto de Pesquisa "Estado Punitivo" e a "Política de Encarceramento" como estratégia de controle social: Uma proposta de análise do sistema prisional em Sergipe a partir dos dados de 2018. Todos(as) os(as) autores(as) são responsáveis pelas análises e considerações apresentadas no texto.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação
Não se aplica.

Consentimento para publicação
Consentimento dos autores.

Conflito de interesses
Não há conflito de interesses.

ESPAÇO TEMÁTICO: SERVIÇO SOCIAL, RACISMO E CLASSES SOCIAIS

Prevalência racial e de gênero no perfil de docentes do ensino superior

Edimara Maria Ferreira[1]
https://orcid.org/0000-0001-8017-7022

Marco Aurelio Marques Ferreira[2]
https://orcid.org/0000-0002-9538-1699

Karla Maria Damiano Teixeira[1]
https://orcid.org/0000-0001-8078-9766

[1]Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Economia Doméstica, Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, Viçosa, MG, Brasil
[2]Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Administração e Contabilidade, Programa de Pós-Graduação em Administração, Viçosa, MG, Brasil

Prevalência racial e de gênero no perfil de docentes do ensino superior

Resumo: A partir de uma abordagem interseccional e da análise dos microdados do Censo da Educação Superior, referente ao ano de 2018, este estudo teve por objetivo verificar o perfil racial e de gênero de docentes do magistério superior de instituições públicas e privadas. Para tanto, buscou-se, por meio de testes estatísticos e modelos de análise multivariada, verificar se existe primazia racial ou de gênero, além de prevalência de outros quesitos na ocupação do cargo de docência superior. Constatou-se a existência de disparidades raciais e de gênero na docência superior, sendo prevalentes os docentes brancos e do sexo masculino. Além disso, observaram-se associações significativas em relação à interseção de gênero e raça na ocupação deste espaço. A idade e a atuação profissional e o fato de ser uma instituição pública ou privada condicionaram as chances de homens não brancos e de mulheres em geral atuarem no ensino superior. Esses elementos sustentam a tese de primazia racial e de gênero amplamente discutidas na literatura especializada.

Palavras-chave: Gênero; Raça; Ensino superior; Interseccionalidade; Assimetrias sociais.

Racial and gender prevalence in the profiles of higher education professors

Abstract: From an intersectional approach and the analysis of microdata from the "Censo da Educação Superior" - Census of Higher Education - of 2018, this study aimed to verify higher education professors' racial and gender profiles from public and private institutions. Therefore, we sought, through statistical tests and multivariate analysis models, to verify whether there is a racial or a gender prevalence, as well as other aspects in professional higher education. The existence of racial and gender disparities in higher education was detected, with the prevalence of white and male professors. In addition, significant associations were observed at the intersection of gender and race in this space. Age, professional activity, and being it a public or a private institution conditioned the chances of non-white men and women, in general, of working in higher education. These elements confirm the thesis of racial and gender primacy widely discussed in the specialized literature.

Keywords: Gender; Race; University education; Intersectionality; Social asymmetries.

Recebido em 29.10.2021. Aprovado em 16.12.2021. Revisado em 14.02.2022.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

A sociedade brasileira se caracteriza por níveis significativos de desigualdades sociais, sendo que essas assimetrias, presentes em diferentes esferas sociais, resultam de construções sócio-históricas acerca do patriarcado. O patriarcado condicionou as mulheres à condição de subalternidade no mercado de trabalho e, inclusive, no ambiente universitário. Além disso, o campo científico é um espaço de disputa em que são valorizadas a objetividade, abstração, racionalidade, lógica e universalidade, características tradicionalmente associadas ao sexo masculino.

Lado outro, nas análises das desigualdades sociais, a categoria gênero não pode ser considerada homogênea, uma vez que existem assimetrias intragênero, isto é, dentro da categoria mulher, que constituem e condicionam vivências hierarquizadas e em configurações diversas para diferentes mulheres (PASSOS; SOUZA, 2019). Portanto, é impossível um diagnóstico apropriado das assimetrias sociais presentes na sociedade a partir da análise de somente uma variável, de modo isolado, tendo em vista que, a articulação de diferentes marcadores sociais, atuam no ordenamento das estruturas sociais, tais como classe, raça e gênero (BIROLI; MIGUEL, 2015).

Os marcadores sociais de gênero e raça, portanto, são delimitadores de espaços e, por isso, se deve considerar a dimensão espacial das relações raciais e de gênero. Essa espacialização se reflete nas diferentes configurações dos espaços sociais em que se observa a demarcação diferenciada de lugares entre homens e mulheres e/ou brancos e negros, sendo que sobre as mulheres negras incidem os efeitos tanto do racismo quanto do sexismo. A este respeito, estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2017) indica que, entre 2005 a 2015, a taxa de analfabetismo foi maior entre mulheres negras e homens negros, as taxas de desocupação feminina e a atuação no trabalho doméstico remunerado também foram maiores para as negras, sendo que elas apresentavam maior proporção no emprego doméstico sem carteira assinada, observando-se a manutenção do padrão em que o maior rendimento é percebido pelo homem branco e o menor pela mulher negra (com a mulher branca e o homem negro com a segunda e terceira posições, respectivamente).

Essa realidade também se reflete nas instituições públicas e privadas, as quais têm contribuído como produtoras e reprodutoras de desigualdades raciais através da hierarquização do campo científico, tendo privilegiado os saberes e conhecimentos eurocêntricos. No que tange às organizações públicas, o reconhecimento dessas assimetrias, no âmbito institucional, culminou na promulgação da Lei nº 12.990/2014 que trata da reserva, aos negros, de 20% das vagas em cargos e empregos públicos da Administração Pública Federal (BRASIL, 2014).

Entretanto, em que pese a promulgação da Lei de Cotas para concursos públicos representar um avanço na equalização das desigualdades raciais na Administração Pública Federal, sua aplicabilidade não tem sido efetiva para ingresso na carreira docente, posto que a maioria dos editais preveem apenas 01 (uma) vaga, sendo que para aplicação dos 20% previstos na Lei seria necessário a disponibilização de três ou mais vagas (BRASIL, 2014).

Cabe destacar que a Lei nº 12.288/2010, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, traz que é responsabilidade do poder público promover ações que propiciem, aos negros, igualdade de oportunidades de acesso ao mercado de trabalho, inclusive através da efetivação de medidas que fomentem a igualdade nas admissões das repartições públicas e incentive as instituições e empresas privadas a adotarem práticas similares. Para além disso e considerando que as mulheres negras apresentam dupla desvantagem social, de gênero e de raça, o Estatuto estabelece, ainda, que seja assegurado "o princípio de proporcionalidade de gênero entre os beneficiários" (BRASIL, 2010). Entretanto, dados da pesquisa de Mello e Resende (2019) apontam que as universidades não têm sequer aplicado a reserva de vagas prevista na Lei, portanto, pode-se pressupor que a proporcionalidade de gênero também não tem sido adotada.

Diante do exposto, a partir da consideração de gênero e raça como marcadores sociais de desigualdades que definem a posição que os indivíduos ocupam no mercado de trabalho, em especial na docência superior, o presente estudo, de abordagem quali-quantitativa e estratégia exploratório-descritiva, teve por objetivo analisar a prevalência racial e de gênero no perfil dos docentes das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, a partir de uma perspectiva interseccional.

Como base de dados foram utilizados os microdados do Censo da Educação Superior, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), referente ao ano de 2018, sendo as análises realizadas a partir dos microdados de 271.514 docentes ativos nas Instituição de Ensino Superior (IES), sendo excluídas as informações dos docentes falecidos ou afastados (para qualificação, exercício em

outro órgão, para tratamento de saúde ou outros motivos) e de professores com vínculo de visitantes, além das categorias "Docente não quis declarar raça/cor" e 'não dispõe da informação (Não resposta)" da variável raça/cor (BRASIL, 2019, p. 14).

As variáveis utilizadas se referem ao sexo, raça/cor, escolaridade, idade, categoria administrativa da IES, regime de trabalho, atuação em curso de ensino a distância (EAD), extensão, gestão, graduação presencial, pós-graduação EAD, pós-graduação presencial, curso sequencial, pesquisa e recebimento de bolsa de pesquisa. Cabe sublinhar que a análise dos dados foi realizada no *software* Stata, versão 14.0 (*Stata Corp., College Station*, Estados Unidos), sendo realizados os seguintes procedimentos estatísticos: análise descritiva, teste do Qui-quadrado e regressão logística, com os resultados apresentados em formato de tabelas (BRASIL, 2019).

A análise estatística exploratória foi utilizada para descrever o perfil demográfico do professor do magistério superior (sexo, raça/cor e idade), a formação acadêmica (escolaridade) e o perfil profissional (categoria administrativa da IES, regime de trabalho e atuação profissional), com as informações sumarizadas e apresentadas em formato de frequência relativa. Além disso, para verificar a existência de associações significativas entre as variáveis estudadas, foi utilizado o teste do Qui-quadrado (^{2}) de Pearson (BRASIL, 2019).

Ao passo que, para análise da associação entre as variáveis de interesse, por se tratar de desfecho com quatro categorias (mulher branca e não branca e homem branco e não branco) foi realizada uma regressão logística multinomial (mLogit) a fim de verificar se as variáveis explicativas idade, escolaridade, categoria administrativa da IES e atuação profissional apresentariam poder preditivo em relação à amostra analisada, sendo raça_sexo a variável dependente do modelo Logit. Salienta-se que a regressão logística multinomial foi estimada pelo comando mlogit do Stata, sendo *homem branco* a categoria de referência na análise (BRASIL, 2019).

O artigo foi estruturado em quatro seções, além desta introdução e das considerações finais: nas três primeiras seções foram traçadas considerações sobre a teoria interseccional, o caráter sexista e racista do campo científico e de produção de conhecimento e a respeito da aplicabilidade da Lei nº 12.990/2014 em concursos públicos para docentes. Na quarta seção foram apresentados os resultados das análises que evidenciam as assimetrias raciais e de gênero na docência superior brasileira.

Teoria interseccional

A interseccionalidade é uma categoria teórica que tem sido bastante utilizada pelas feministas contemporâneas e que possibilita o entendimento das sobreposições das diferentes formas de subordinação presentes na sociedade. O termo foi cunhado a partir da crítica das feministas negras de que o discurso feminista desconsiderava outros marcadores sociais, a exemplo do recorte racial e da classe, ao contemplar somente a realidade das mulheres brancas e de classe média (ACKER, 2006).

A este respeito, Lorde (2019) aponta que a invisibilidade da mulher negra na política feminista resulta da concepção errônea da existência de uma universalidade na categoria mulher, considerando apenas as experiências e vivências das mulheres brancas. Por outro lado, a política antirracista desconsiderava a perspectiva do gênero e priorizava somente a questão racial (LORDE, 2019). Portanto, uma vez que a raça é um eixo de poder que impacta, consideravelmente, na invisibilização e marginalização das mulheres negras, as concepções feministas construídas a partir da concepção universal da categoria mulher ignoravam as opressões sociais impostas às mulheres negras.

A partir dessas mesmas considerações, em 1991, o artigo "*Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color*", de Kimberlé Crenshaw (2002), apresentou uma análise crítica sobre a forma como a vivência e as estratégias de enfrentamento às violências eram experienciadas de modo diferente por mulheres negras e brancas, tendo em vista o entrelaçamento de raça e gênero. Para Crenshaw (2002):

> A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam

> desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

A experiência da mulher negra é moldada, coletivamente, por múltiplos sistemas de opressão, tais como pelo patriarcado, pelo racismo, pela exploração de classe (COLLINS, 2017). Os vários âmbitos de estruturação da sociedade, bem como os diferentes e dinâmicos cenários relativos às lutas de classe, possibilitam vincular outros marcadores sociais, a exemplo da raça, à construção social do gênero, posto que o entrelaçamento desses marcadores ocasiona o acirramento dos contextos de dominação (SANTOS; OLIVEIRA, 2010). Assim, partindo da consideração que o racismo e o sexismo permanecem condicionando as oportunidades das mulheres negras em ocuparem postos no mercado de trabalho, realidade essa que se repete nas instituições de educação superior enquanto lócus privilegiado de construção e produção da ciência e do conhecimento científico, a teoria interseccional é uma ferramenta indispensável para o entendimento do lugar dessas mulheres no espaço acadêmico.

Gênero e raça no campo científico e de produção de conhecimento

O campo científico, enquanto uma construção humana, não é isento de diferentes formas de opressões e preconceitos, sejam raciais, de classe, nacionalidade, geração, gênero etc. (SILVA; RIBEIRO, 2014), pois "a ciência também é uma construção social e histórica, produto e efeito de relações de poder [...]" (SILVA, 2012, p. 55). Pode-se acrescentar, ainda, que a dimensão racial, enquanto um eixo de poder estruturante e em associação com o gênero, perpassa a construção e organização do campo científico, ocasionando a marginalização e invisibilização da mulher negra.

Assim, o ambiente universitário foi construído como um espaço de segregação racial, em que é frequente a invisibilidade da mulher negra na docência universitária de instituições de ensino públicas e privadas. A este respeito, Crisóstomo e Reigota (2010) revelam que, de acordo com uma de suas entrevistadas, na faculdade particular em que trabalhava, em Sorocaba/SP, dos 328 docentes, 41,77% eram mulheres e, dentre essas, os autores encontraram somente três negras atuando na docência universitária, ou seja, 0,91% em relação ao quantitativo total. Ao passo que na Universidade Federal de Brasília (UNB), o perfil racial da docência revelou que, dos 2.785 professores da instituição, 7% eram mulheres negras (pretas e pardas), 9,8% homens negros (pretos e pardos), 28% mulheres brancas e 32% homens brancos (SILVA, 2019).

Este cenário também foi observado na Universidade Federal da Bahia (UFBA), em que docentes negras e negros correspondiam a somente 18,85% do total de 1.252 professores das duas áreas de conhecimento analisadas, com o quadro docente constituído de 38,58% de professoras brancas e 42,57% de professores brancos (BRITO, 2017). Na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), as docentes negras correspondiam a 5,4% do total de professores da instituição (SILVEIRA, 2020) e na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) constituíam apenas 2,3% do universo de 434 docentes (SOARES; SILVA, 2018).

Os dados apresentados demonstram que gênero e raça, enquanto construções sociais e históricas, condicionam a participação das mulheres negras na docência superior. Neste sentido, dispositivos legais reparativos, a exemplo das Políticas de Ações Afirmativas, em conjunto com outras medidas políticas, despontam como uma das possíveis estratégias para redução das assimetrias raciais nos cargos de docência universitária, concorrendo para o acesso da população negra à carreira docente, via concursos públicos (BRITO, 2017). Entretanto, considerando que as trajetórias das mulheres negras são marcadas pela dupla discriminação, racial e de gênero, é imprescindível adotar uma perspectiva interseccional na implementação e monitoramento de políticas públicas voltadas para a população negra.

Concursos públicos para docentes e a aplicabilidade da Lei nº 12.990/2014

A Lei nº 12.990/2014 é um dos possíveis caminhos para redução das disparidades raciais nas instituições de ensino públicas. Promulgada em 09 de junho de 2014 e tendo por base a classificação de raça/cor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir da autodeclaração do candidato, a Lei de Cotas para

ingresso no serviço público federal está longe de alcançar sua aplicabilidade no que tange aos concursos para ingresso na carreira docente (BRASIL, 2014).

A este respeito, Mello e Resende (2019) salientam a ausência de consenso na aplicação da referida lei nos concursos para docentes, em que os editais, na maioria das vezes, oferecem um número de vagas inferior ao estabelecido legalmente (três ou mais vagas) ou que se observa uma interpretação equivocada da legislação, com a não reserva de vagas para os negros em editais que contemplam mais de três vagas, mas em diferentes áreas de conhecimento.

Neste sentido, na análise dos editais para concursos de docentes em 63 instituições de educação superior públicas brasileiras, das 18.132 vagas oferecidas, houve a reserva de somente 964 vagas para negros (cerca de 5,3%), sendo que algumas instituições atenderam ao preestabelecido em lei (reserva de 20% das vagas em seus editais), enquanto outras não atenderam à reserva de nenhuma vaga para os candidatos negros (MELLO; RESENDE, 2020). Já com relação à reserva de vagas para a carreira docente no Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), os autores apontam que, das 5.197 vagas oferecidas em 38 institutos federais, apenas 624 foram reservadas para candidatos negros (aproximadamente 12%). Cabe salientar ainda que, estes números não correspondem ao quantitativo de negros efetivamente nomeados, tendo em vista a possibilidade de não existência de candidatos negros inscritos ou aprovados nos certames, mesmo com a reserva de vagas (MELLO; RESENDE, 2020).

Portanto, em que pese o aumento do quantitativo de negras e negros nos cursos de graduação das universidades públicas federais, consequência da Lei 12.711/2012, se constata uma reduzida representatividade negra em cursos de pós-graduação *stricto sensu*, o que, consequentemente, repercute em seu acesso à carreira docente (MELLO; RESENDE, 2019). Neste sentido, os autores destacam a importância de implementação de políticas afirmativas para ingresso nos cursos de pós-graduação, bem como a necessidade de realização de novas análises que verifiquem, não só o perfil racial dos candidatos, dos aprovados e dos nomeados nas vagas reservadas para negros na carreira docente, mas também que interseccionem outros marcadores sociais, tais como sexo, idade, titulação, dentre outros, no levantamento do perfil desses candidatos.

Perfil racial e de gênero de docentes da educação superior

A análise do mercado de trabalho, bem como das repercussões da divisão sexual e racial do trabalho, a partir do recorte de raça e gênero, evidenciam uma intensa assimetria entre mulheres e homens e entre mulheres negras e mulheres brancas, posto que as desigualdades e exploração/opressões de raça, gênero e classe foram as bases sobre as quais se assentaram as relações sociais brasileiras (PASSOS; NOGUEIRA, 2018). Neste contexto, o perfil demográfico dos docentes amostrados revelou que 53,79% eram do sexo masculino e que o magistério superior era um espaço privilegiado da branquidade com 76,67% professores autoclassificados como brancos (agrupamento de brancos e amarelos). No que se refere à variável idade (em anos), esta não apresentou distribuição normal segundo o teste de Kolmogorov-Smirnov ($p<0.0001$), sendo que a normalidade dos dados seria indicada caso o valor de p fosse igual ou superior a 0,5. Nesse sentido, estes dados foram descritos em mediana e intervalo interquartílico (IQR) que nada mais é do que o percentil 75 e o percentil 25 dos dados, sendo atualmente mais utilizado do que o valor mínimo e máximo. Logo, os dados indicaram que, no ensino superior, havia maior proporção de professores com idade entre 36 e 52 anos (BRASIL, 2019).

Em relação à formação acadêmica, como apresentado na Tabela 1, a maioria dos docentes possuíam mestrado ou doutorado como nível máximo de escolaridade (41,89% e 39,11%, respectivamente), sendo que a maioria atuava em instituições privadas (63,16%), em cursos de graduação presencial (96,05%) e em regime de trabalho de tempo parcial (30,64%) ou em tempo integral com regime de dedicação exclusiva (25,33%) (BRASIL, 2019).

Ainda com relação à escolaridade e a atuação na docência superior, é importante considerar as interfaces entre gênero e raça, tendo em vista que, conforme Queiroz e Santos (2016), as assimetrias no acesso à educação superior e em ocupações de alto prestígio social são condicionadas por estes marcadores sociais, caracterizando estes espaços como lugares privilegiados de brancos e de homens. Assim sendo, segundo a Tabela 2, observa-se que as mulheres negras apresentaram as menores taxas relacionadas à formação acadêmica, com menor proporção entre os docentes com graduação (15,30%), especialização (11,84%), mestrado (11,92%) ou

Tabela 1 - Análise descritiva dos dados.

Idade	**Mediana**	**IQR**
	43	52-36
Sexo	n	%
Feminino	125465	46,21
Masculino	146049	53,79
Raça /cor		
Branco	208163	76,67
Não Branco	63351	23,33
Escolaridade		
Sem graduação	13	0,00
Graduação	2072	0,76
Especialização	49502	18,23
Mestrado	113740	41,89
Doutorado	106187	39,11
Regime de Trabalho		
Tempo integral com dedicação exclusiva (DE)	68773	25,33
Tempo integral sem dedicação exclusiva (DE)	64882	23,90
Tempo Parcial	83179	30,64
Horista	54680	20,14
Categoria Administrativa da IES		
Pública Federal	62020	22,84
Privada	171475	63,16
Outras	38019	14,00
Atuação profissional		
EAD	13686	5,04
Extensão	73096	26,92
Gestão	67499	24,86
Graduação presencial	260780	96,05
Pós EAD	571	0,21
Pós Presencial	32911	12,12
Sequencial	316	0,12
Pesquisa	75654	27,86
Bolsa de Pesquisa	12221	16,15

Fonte: elaborado pela autora a partir de Brasil (2019).

doutorado (8,54%). Além disso, o magistério superior permaneceu, predominantemente, branco e masculino (41,07%) quando comparado ao quantitativo de mulheres negras (10,61%) e homens negros (12,72%), com as mulheres brancas correspondendo a 35,6% do contingente total (BRASIL, 2019).

Estes resultados vão ao encontro daqueles encontrados por Ghirardi et al. (2013) que, em sua análise dos dados do Censo da Educação Superior 2012 e considerando somente os professores com a informação racial, observaram que a docência superior era formada, majoritariamente, por homens brancos. Verifica-se

Tabela 2 - Quantitativo de docentes, por raça e sexo, de acordo com a escolaridade, categoria administrativa da IES e regime de trabalho.

Escolaridade	Nº total de docentes	Homens brancos	Mulheres Brancas	Homens negros	Mulheres negras
Sem graduação	13	5	6	1	1
Graduação	2072	775	559	421	317
Especialização	49502	20993	14913	7734	5862
Mestrado	113740	44258	40612	15314	13556
Doutorado	106187	45475	40567	11073	9072
Categoria Administrativa da IES					
Pública Federal	62.020	25.247	20.221	9.549	7.003
Privada	171.475	70.172	63.084	20.524	17.695
Outras	38.019	16.087	13.352	4.470	4.110
Percentual	100%	41,07%	35,60%	12,72%	10,61%
Regime de Trabalho					
Tempo integral com DE	68773	29077	23566	9333	6797
Tempo integral sem DE	64882	24944	24260	7890	7788
Tempo Parcial	83179	32908	30104	10675	9492
Horista	54680	24577	18727	6645	4731

Fonte: elaborado pela autora a partir de Brasil (2019).

que este fenômeno é um reflexo do que acontece no mercado de trabalho brasileiro em que, de acordo com os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2017), existe uma hierarquia ocupacional com os homens brancos presentes no topo das ocupações profissionais e as mulheres negras na base. A este respeito, Ratts (2003) aponta que a hierarquia de gênero conforme a raça, resulta da correlação entre gênero e raça e se desenha com a primeira posição ocupada pelo homem branco, a segunda pela mulher branca, seguida do homem negro e com a mulher negra em último lugar.

A fim de analisar se a formação acadêmica explicaria os perfis racial e de gênero do ensino superior, analisou-se a escolaridade segundo cada grupo racial, verificando-se que, desconsiderando outras variáveis como classe social, tal diferença pode ser explicada pela relação entre nível de instrução e classificação racial, tendo em vista que 40,78% dos homens brancos e 35,39% das mulheres brancas tinham mestrado, doutorado ou especialização; ao passo que dentre os não brancos, 12,57% dos homens e 10,49% das mulheres possuíam estes mesmos níveis de instrução (BRASIL, 2019).

A Tabela 3 apresenta os resultados da associação entre raça e variáveis de interesse, de acordo com o sexo. Entre as mulheres foram observadas diferenças significativas para a escolaridade, o regime de trabalho, a categoria administrativa da IES e a atuação profissional. O mesmo se observou entre os homens, exceto para atuação em Pós EAD e atuação sequencial. Tanto entre mulheres quanto homens, os indivíduos não brancos possuem menor nível de escolaridade e menor percentual de participação em qualquer categoria administrativa.

A análise de regressão permitiu evidenciar que, no que tange à escolaridade, não houve diferenças significantes entre homem não branco e mulher branca e não branca quando comparados à categoria de referência, embora observou-se uma diferença significativa de gênero e raça quanto à categoria administrativa da IES, idade dos docentes e atuação profissional dentro da IES, considerando as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Na categoria administrativa da IES, homens e mulheres não brancos tinham uma menor chance de estarem em uma instituição privada e em outras categorias de instituições do que homens brancos. Por outro lado, a mulher branca possuía maior chance de estar em uma instituição privada em relação a todas as

Tabela 3 - Associação entre escolaridade, regime de trabalho, categoria administrativa e atuação profissional de interesse, conforme o sexo e a raça dos servidores.

	Mulher				Valor p*	Homem				Valor p*
	Branca		Não Branca			Branco		Não Branco		
	n	%	n	%		n	%	n	%	
Escolaridade										
Sem graduação	6	85,71	1	14,29	0,000	5	83,33	1	16,67	0,000
Graduação	559	63,81	317	36,19		775	64,80	421	35,20	
Especialização	14913	71,78	5862	28,22		20993	73,08	7734	26,92	
Mestrado	40612	74,97	13556	25,03		44258	74,29	15314	25,71	
Doutorado	40567	81,72	9072	18,28		45475	80,42	11073	19,58	
Regime de Trabalho										
TI com DE	23566	77,61	6797	22,39	0,000	29077	75,70	9333	24,30	0,000
TI sem DE	24260	75,70	7788	24,30		24944	75,97	7890	24,03	
Tempo Parcial	30104	76,03	9492	23,97		32908	75,51	10675	24,49	
Horista	18727	79,83	4731	20,17		24577	78,72	6645	21,28	
Categoria Administrativa da IES										
Pública Federal	20221	74,28	7003	25,72	0,000	25247	72,56	9,549	27,44	0,000
Privada	63084	78,09	17695	21,91		70172	77,37	20524	22,63	
Outras	13352	76,46	4110	23,54		16087	78,26	4470	21,74	
Atuação profissional										
EAD										
Não	91087	76,78	27,545	23,22	0,000	10598	76,14	33208	23,86	0,000
Sim	5570	81,52	1263	18,48		5518	80,52	1335	19,48	
Extensão										
Não	67924	76,19	21232	23,81	0,000	83123	76,08	26139	23,92	0,000
Sim	28733	79,13	7576	20,87		28383	77,15	8404	22,85	
Gestão										
Não	71184	76,12	22326	23,88	0,000	83492	75,55	27013	24,45	0,000
Sim	25473	79,72	6482	20,28		28014	78,81	7530	21,19	
Graduação presencial										
Não	4384	81,79	976	18,21	0,000	4418	82,21	956	17,79	0,000
Sim	92273	76,83	27832	23,17		107088	76,12	33587	23,88	
Pós EAD										
Não	96487	77,05	28736	22,95	0,012	111267	76,36	34453	23,64	0,113
Sim	170	70,25	72	29,75		239	72,64	90	27,36	
Pós Presencial										
Não	84570	76,06	26625	23,94	0,000	96026	75,37	31382	24,63	0,000
Sim	12087	84,70	2183	15,30		15480	83,04	3161	16,96	
Sequencial										
Não	96531	77,03	28791	22,97	0,002	111363	76,34	34513	23,66	0,051
Sim	126	88,11	17	11,89		143	82,66	30	17,34	
Pesquisa										
Não	67871	75,41	22132	24,59	0,000	79332	74,94	26525	25,06	0,000
Sim	28786	81,17	6676	18,83		32174	80,05	8018	19,95	
Bolsa de Pesquisa										
Não	24331	80,91	5741	19,09	0,003	26489	79,40	6872	20,60	0,000
Sim	4455	82,65	935	17,35		5685	83,22	1146	16,78	

* Teste χ^2 de Pearson. Fonte: elaborado pela autora a partir de Brasil (2019).

Tabela 4 - Regressão Logística Multinomial para a variável Raça_Sexo.

	Homem				Mulher							
	Não Branco				Branca				Não Branca			
	OR	Valor p	IC95%		OR	Valor p	IC95%		OR	Valor p	IC95%	
Escolaridade												
Graduação	0,240	0,331	0,0135	4,262	0,531	0,609	0,0471	5,987	37387	0,980	0	0
Especialização	0,323	0,438	0,0187	5,596	0,331	0,368	0,0299	3,667	36013	0,980	0	0
Mestrado	0,265	0,361	0,0153	4,585	0,419	0,478	0,0378	4,634	34698	0,980	0	0
Doutorado	0,169	0,221	0,00978	2,919	0,432	0,494	0,0390	4,782	21730	0,981	0	0
Categoria Administrativa da IES												
Privada	0,595	*>0,001*	0,560	0,632	1,148	*>0,001*	1,103	1,194	0,740	*>0,001*	0,693	0,790
Outras	0,658	*>0,001*	0,613	0,707	0,972	0,206	0,930	1,016	0,764	*>0,001*	0,707	0,826
Idade												
	0,972	>0,001	0,969	0,974	0,993	>0,001	0,991	0,994	0,972	>0,001	0,969	0,974
Atuação profissional												
EAD	0,971	0,656	0,854	1,104	0,960	0,308	0,888	1,038	0,921	0,241	0,802	1,057
Extensão	1,053	*0,043*	1,002	1,108	1,249	*>0,001*	1,209	1,290	1,229	*>0,001*	1,164	1,298
Gestão	1,039	0,153	0,986	1,095	0,963	*0,0290*	0,931	0,996	0,952	0,088	0,899	1,007
Graduação presencial	1,439	*>0,001*	1,243	1,665	0,842	*>0,001*	0,778	0,912	1,179	*0,030*	1,016	1,369
Pós EAD	1,622	*0,003*	1,182	2,226	0,816	0,121	0,632	1,055	1,344	0,113	0,933	1,937
Pós Presencial	0,757	*>0,001*	0,711	0,805	0,889	*>0,001*	0,857	0,923	0,612	*>0,001*	0,571	0,657
Sequencial	0,668	0,283	0,320	1,396	1,028	0,875	0,730	1,448	0,504	0,141	0,202	1,256
Bolsa de Pesquisa	0,921	*0,022*	0,858	0,988	0,906	*>0,001*	0,867	0,946	0,953	0,217	0,882	1,029
Cons.	4,503	0,302	0,259	78,31	3,163	0,348	0,285	35,11	3,20e-05	0,980	0	0

Fonte: elaborado pela autora a partir de Brasil (2019).

categorias, inclusive em relação à categoria de referência. Corroborando esse resultado, Arboleya e Meucci (2015) destacaram que os dados do Censo da Educação Superior 2012 apontaram a sub-representação negra na docência superior, com os negros correspondendo a 13,22% de um total de 378.939 docentes e um quantitativo de 40% de subnotificações. Além disso, a menor chance de participação negra em instituições privadas pode ser uma expressão do racismo estrutural, como explicado por Almeida (2019), com a avaliação dos atributos fenotípicos e estéticos para ocupação de postos de trabalho.

Em relação à idade, para cada ano adicional, a chance do docente ser homem e não branco foi de 0,97 vezes à chance de ser homem branco, de mulher branca foi de 0,99 vezes e de mulher não branca foi de 0,97 vezes em relação à categoria de referência, ou seja, menor a chance de ser homem não branco, mulher branca e não branca.

Ao passo que na atuação profissional, a chance do homem não branco e da mulher branca e não branca atuarem na extensão foi maior quando comparado ao homem branco; na gestão, a mulher branca possuía menor chance de atuação do que a categoria de referência; curiosamente, homem não branco e mulher branca e não branca possuíam maior chance de atuarem na graduação presencial quando comparado ao homem branco; na pós-graduação EAD, a chance do homem não branco atuar foi maior do que a categoria de referência; na pós-graduação presencial, a chance do homem não branco e da mulher branca e não branca foi menor em relação ao homem branco; e a chance de ter uma bolsa de pesquisa entre homem não branco e mulher branca foi menor em relação à categoria de referência.

No que tange à atuação em pesquisa e gestão, os resultados corroboraram com o que a literatura aponta quanto à predominância de homens brancos nestes espaços considerados de maior prestígio social (SIQUEIRA et al.,

2016). A este respeito, Morcelle, Freitas e Ludwing (2019) destacam a sub-representação de mulheres, em especial as negras, no campo científico brasileiro, desde a iniciação científica até a distribuição de bolsas de produtividade em pesquisa, com as mulheres negras percebendo somente 3% das bolsas de pesquisas na área de Ciências Exatas.

Sublinha-se que, embora não tenha sido possível encontrar outras pesquisas para comparar a prevalência de gênero e raça na docência superior, pode-se assinalar que tais achados revelam o viés androcêntrico e eurocêntrico no ambiente universitário pois, como destacado por Löwy (2009), o fazer científico, desde sua gênese, foi feito pelo sexo masculino, caracterizando a ciência como um campo de disputa entre mulheres e homens. Além disso, podem ser considerados uma expressão do racismo à brasileira que se manifesta na violência simbólica e estrutural e que reitera a "crença no mito de supremacia branca que transversaliza instituições, profissões e demarca estruturas de poder que responsabiliza os/as negros/as pelos fracassos socioeconômicos herdados historicamente" (SILVA; LIMA, 2021, p. 332).

Considerações Finais

Este artigo se propôs, a partir de uma abordagem interseccional, analisar o perfil de gênero e raça dos docentes das Instituições de Ensino Superior brasileiras. Nesse sentido, considera-se que os espaços de produção do conhecimento privilegiam a perspectiva androcêntrica e eurocêntrica, o que foi demonstrado pela existência de diferenças raciais e de gênero na academia, em especial no magistério superior, sendo observadas associações significativas em relação ao gênero, à raça e à intersecção dessas duas categorias na ocupação deste espaço, posto que tal cargo é ocupado majoritariamente por homens brancos. Além disso, observou-se que a categoria administrativa da IES, a idade e atuação profissional atuam como condicionantes na chance de homens negros e mulheres negras e brancas de atuarem na docência superior, quando comparados à categoria de referência (homem branco).

Considerando a perspectiva metodológica, a inter-relação entre gênero e raça constitui uma estratégia profícua para a análise das desigualdades de inserção e posicionamento no mercado de trabalho, posto que o ingresso neste espaço e, em especial, no magistério superior é marcado tanto pelo gênero quanto pela raça, o que limita as possibilidades de as mulheres negras acessarem os espaços de produção do conhecimento. Como indicam os resultados, em que pese às assimetrias de gênero, as mulheres brancas se encontram melhor representadas, tanto no magistério superior quanto em relação ao nível de escolaridade, em comparação a homens negros e mulheres negras, com essas ocupando a última posição.

Gênero e raça permanecem atuando como marcadores sociais de diferença que, ao intercruzarem-se, geram assimetrias distintas na participação de mulheres e homens no mercado de trabalho, como demonstra o perfil da docência superior, resultando em espaços racializados e sexualizados, caracterizados pela dicotomia feminino/masculino e/ou brancos/negros. Lado outro, se observa que as esferas institucionais refletem o que ocorre na sociedade de modo geral, através da perpetuação das desigualdades raciais e de gênero nessa esfera.

Conclui-se que diferentes marcadores sociais atuam no acesso a cargos docentes da educação superior, sendo necessária a análise sistemática desses indicadores a fim de equalizar essas desigualdades. Além disso, apesar de a Lei nº 12.990/2014 representar um importante instrumento normativo para garantia da representatividade negra em instituições públicas de educação superior, no que tange à docência, esse dispositivo legal não vem apresentando eficácia e aplicabilidade significativas. Nesse sentido, sugere-se a realização de novos estudos, considerando a inter-relação entre gênero e raça na análise dos concursos públicos para ingresso na educação superior, a fim de avaliar a efetividade das políticas públicas vigentes e para a proposição de novas ações que reduzam as disparidades raciais e de gênero ainda presentes no âmbito institucional.

Referências

ACKER, J. Inequality regimes: Gender, class, and race in organizations. Gender & Society, California, v. 20, n. 4, p. 441-464, 2006.

ALMEIDA, S. L. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ARBOLEYA, A.; MEUCCI, S. Trajetórias de docentes negros no ensino superior brasileiro e a construção de significados para o mérito "incomum". *In*: REUNIÃO EQUATORIAL DE ANTROPOLOGIA, 5.; REUNIÃO DE ANTROPÓLOGOS DO NORTE E NORDESTE, 14., 2015, Maceió. Anais [...]. Maceió: UFAL/UNIT, 2015.

BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. Mediações-Revista de Ciências Sociais, Londrina, v. 20, n. 2, p. 27-55, 2015.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo da Educação Superior 2018. Brasília, 19 de setembro de 2019. Disponível em: https://download.inep.gov.br/microdados/microdados_educacao_superior_2018.zip. Acesso em: 11 nov. 2020.

BRASIL. Lei n.º 12.990, de 09 de junho de 2014. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Não paginado. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm. Acesso em: 15 nov. 2019.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Não paginado. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 24 maio 2021.

BRITO, A. E. C. A balança de Efa: uma análise quantitativa de raça e gênero sobre a inserção de negros e negras no magistério superior da UFBA (2016-2017). Revista Gênero, Niterói, v. 18, n. 1, p. 6-25, 2017.

COLLINS, P. H. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. Parágrafo, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 6-17, 2017.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171, 2002.

CRISOSTOMO, M. A. S.; REIGOTA, M. A. S. Professoras universitárias negras: trajetórias e narrativas. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas, v. 15, n. 2, p. 93-106, 2010.

GHIRARDI, J. G. et al. Observatório do ensino do Direito. Quem é o professor de Direito no Brasil? São Paulo: FGV, 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Retrato das desigualdades de gênero e raça - 1995-2015. Brasília: Ipea, 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf. Acesso em: 11 nov. 2020.

LORDE, A. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. *In*: HOLLANDA, H. B. (org.). Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LÖWY, I. Ciências e gênero. *In*: HIRATA, H. et al. (org.). Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 40-44.

MELLO, L.; RESENDE, U. P. Concursos públicos federais para docentes e ações afirmativas para candidatos negros. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 50, n. 175, p. 8-28, 2020.

MELLO, L.; RESENDE, U. P. Concursos públicos para docentes de universidades federais na perspectiva da Lei 12.990/2014: desafios à reserva de vagas para candidatas/os negras/os. Sociedade e Estado, Brasília, v. 34, n. 1, p. 161-184, 2019.

MORCELLE, V.; FREITAS, G.; LUDWIG, Z. M. C. From school to university: an overview on stem (science, technology, engineering and mathematics) gender in Brazil. Quarks: Brazilian Electronic Journal of Physics, Chemistry and Materials Science, [s. l.] v. 1, n. 1, p. 40-52, 2019.

PASSOS, L.; SOUZA, L. Normas de gênero e a heterogeneidade das mulheres: vivências distintas no mercado de trabalho e nos cuidados. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 21., p. 1-22, 2019, Poços de Caldas. Anais [...]. Poços de Caldas: ABEP, 2019.

PASSOS, R. G.; NOGUEIRA, C. M. O fenômeno da terceirização e a divisão sociossexual e racial do trabalho. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 21, p. 484-503, 2018.

QUEIROZ, D. M.; SANTOS, C. M. As mulheres negras brasileiras e o acesso à educação superior. Revista da FAEEBA-Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 25, n. 45, 2016.

RATTS, A. J. P. Gênero, raça e espaço: trajetórias de mulheres negras. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 27., 2003, Caxambu. Anais [...]. Caxambu: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, v. 27, p. 1-21, 2003.

SANTOS, S. M. M.; OLIVEIRA, L. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 13, p. 11-19, 2010.

SILVA, E. C. Trajetória profissional de mulheres negras docentes na Universidade de Brasília (UnB): estratégias e resistências. 2019. 101 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SILVA, F. F. Mulheres na ciência: vozes, tempos, lugares e trajetórias. 2012. 147 f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2012.

SILVA, F. F.; RIBEIRO, P. R. C. Trajetórias de mulheres na ciência: "ser cientista" e "ser mulher". Ciência & Educação, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 449-466, 2014.

SILVA, H. C. B.; LIMA, T. C. S. Racismo institucional: violação do direito à saúde e demanda ao Serviço Social. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 24, p. 331-341, 2021.

SILVEIRA, T. M. Docências negras no ensino superior: o caso da Universidade Federal de Pelotas. 2020. 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

SIQUEIRA, R. F. B. et al. A presença de docentes mulheres em cargos gerenciais nas universidades federais do estado de Minas Gerais. Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 49-69, 2016.

SOARES, C. B.; SILVA, F. F. Professoras universitárias negras rompendo a fronteira da invisibilidade. *In*: SEMINÁRIO CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE, 7.; SEMINÁRIO INTERNACIONAL CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE, III.; LUSO-BRASILEIRO EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE, GÊNERO, SAÚDE E SUSTENTABILIDADE, 3, p. 1-8, 2018, Natal. Anais [...]. Natal: UFRN, 2018.

Edimara Maria Ferreira
edimara.ferreira@ufv.br
Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania pela Universidade Federal de Viçosa (UFV).
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa (PPGEd/UFV).

UFV
Av. Peter Henry Rolfs, s/n - *Campus* Universitário
Viçosa – MG – Brasil
CEP: 36570-900

Karla Maria Damiano Teixeira
kdamiano@ufv.br
Doutorado em Family Ecology pela Michigan State University (MSU), Estados Unidos.
Professora Titular do Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

UFV
Av. Peter Henry Rolfs, s/n - *Campus* Universitário
Viçosa – MG – Brasil
CEP: 36570-900

Marco Aurelio Marques Ferreira
marcoaurelio@ufv.br
Doutorado em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (UFV).
Professor Associado do Departamento de Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

UFV
Av. Peter Henry Rolfs, s/n - *Campus* Universitário
Viçosa – MG – Brasil
CEP: 36570-900

Agradecimentos
Agradecemos a leitura e observações realizadas pela professora Andréia Queiroz Ribeiro (DNS/UFV). Contudo, ressaltamos que as análises e conclusões apresentadas é de inteira responsabilidade dos autores.

Agência financiadora
Não se aplica.

Contribuições dos autores
A primeira autora concebeu e desenhou o estudo, analisou os dados, redigiu o rascunho original e realizou a revisão e edição

final. A segunda autora orientou todas as etapas de elaboração do artigo e realizou a revisão crítica do manuscrito. O terceiro autor participou da concepção e do planejamento da pesquisa, da análise dos dados e realizou a revisão crítica do artigo. Os três autores aprovaram a versão final do texto.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

Consentimento dos autores.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

 DOI: https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e83737

ESPAÇO TEMÁTICO: SERVIÇO SOCIAL, RACISMO E CLASSES SOCIAIS

Vulnerabilidades das travestis e das mulheres trans no contexto pandêmico

Renato Tadeu Veroneze[1]
https://orcid.org/0000-0002-9404-448X/

[1]Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, São Paulo, SP, Brasil

Vulnerabilidades das travestis e das mulheres trans no contexto pandêmico

Resumo: Este artigo objetiva analisar os impactos da pandemia de Covid-19 na comunidade LGBTQIA+, em específico a situação das travestis e mulheres trans. Nessa direção, este texto privilegia a análise secundária em uma pesquisa direcionada à população nacional LGBTQIA+ e outra pesquisa direcionada às travestis e mulheres trans da cidade de São Paulo, bem como a revisão bibliográfica do tema proposto. Para tanto, nos apropriamos das categorias que perpassam e vão além da questão de gênero e incorporam a diversidade humana, contemplando as relações sociais de sexo, raça e classe social, bem como aquelas que determinam as mutações do mundo do trabalho no contexto do "capitalismo pandêmico".

Palavras-chave: Comunidade LGBTQIA+; Capitalismo pandêmico; Mundo do trabalho.

Vulnerabilities of transvestites and transgender women in the pandemic

Abstract: This article aims to analyze the impact of pandemic the new coronavirus of Covid-19 on the LGBTQIA+ community, particularly the situation of transvestites and transgender women. With this in mind, this text advocates a secondary analysis in one research aimed at the national LGBTQIA+ population and another research aimed at transvestites and transgender women in the city of São Paulo, as well as the bibliographical review of the proposed. To this end, we use the categories that permeate and go beyond gender and include human diversity, taking into account the social relationships of gender, race and social class, as well as those that determine the changes in the world of work in the context of "pandemic capitalism".

Keywords: LGBTQIA+ Community; Pandemic capitalism; World of work.

Recebido em 03.09.2021. Aprovado em 16.12.2021. Revisado em 07.02.2022.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

Como em toda sociedade patrimonialista, patriarcal e sexista, na sociedade brasileira a mulher tem sido historicamente relegada à condição de inferioridade em relação ao homem. Apesar das diversas lutas, resistências e dos avanços conquistados, as mulheres ainda encontram dificuldades para se inserirem num universo heteropatriarcal, sendo que a situação das mulheres lésbicas e bissexuais é ainda mais complicada.

Como reflexo das alterações no mundo do trabalho, em decorrência da pandemia de Covid-19, muitas pessoas tiveram que aderir ao trabalho remoto, teletrabalho ou *home office*[1] como uma necessidade implicada pelo isolamento social. A Carta de Conjuntura nº 50, publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2021), aponta que em novembro de 2020, a partir de estimativas realizadas com base nos dados da PNAD Covid-19, elaborada pelo IBGE (2020 apud GÓES; MARTINS; NASCIMENTO, 2021), 7,3 milhões de trabalhadores/as exerciam suas atividades de forma remota no País. O levantamento ainda revelou que o perfil destas pessoas é, em sua maioria, mulheres (57,8%), brancas (65,3%), de nível superior completo (76%), com idade entre 30 e 39 anos (31,8%) e distribuídas entre os setores públicos e de serviços (GÓES; MARTINS; NASCIMENTO, 2021).

Contudo, das trabalhadoras que se designaram como negras ou pardas o percentual é de 34,7%, o que demonstra uma porcentagem bem inferior em relação às trabalhadoras brancas. Os dados revelam que a grande maioria da população de mulheres negras ou pardas se encontra nas ruas, em circulação, mais expostas ao contágio do novo coronavírus, causador da Covid-19 (GÓES; MARTINS; NASCIMENTO, 2021).

Outro levantamento desta vez pelo IBGE, mostrou que mulheres, negros/as e pobres são as pessoas mais afetadas pela doença. A cada dez pessoas que relatam mais de um sintoma da Covid-19, sete são negras ou pardas, o que se explica dado ao padrão de desigualdades sociais, vulnerabilidades, exclusão, preconceito e discriminação que esta população vem sofrendo ao longo da história. A população negra e periférica tem condições de vida, trabalho e saúde muito mais precários que as demais (PECHIM, 2020a).

Para as mulheres lésbicas e bissexuais a situação é ainda mais complicada. Além de sofrerem discriminações por simplesmente terem nascido mulheres e por ousarem divergir dos padrões de heteronormalidade impostos, sofrem ainda com a negação de sua expressão ou identidade sexual, com a misoginia, lesbofobia, discriminação contra o sexo e a sexualidade, entre outros tipos de violências direcionadas a este público.

Somando-se estes fatores, entre as mulheres negras e pobres, a discriminação e o preconceito ainda são maiores e permeiam todas as camadas sociais, mas se fizerem parte da população LGBTQIA+, e mais especificamente sendo travestis ou mulheres trans, a situação é ainda mais complexa. Além do mais, a grande maioria de travestis e mulheres transexuais, na maioria das vezes, são socialmente induzidas ao trabalho sexual ou são forçadas a se adequarem em um mercado de trabalho generificados (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2016).

Assim, partindo dos resultados de duas pesquisas recentes realizadas junto à população LGBTQIA+, buscaremos expor as principais fragilidades e impactos negativos em relação ao isolamento social, em decorrência da pandemia do novo coronavírus, principalmente no que se refere às relações sociais e sexuais de trabalho vivenciadas por travestis e mulheres trans.

Ampliando o debate

Apesar das inúmeras pesquisas e estudos em relação às mutações do mundo do trabalho[2], há todo um emaranhado social que nos resta conhecer. É justamente este terreno que a população LGBTQIA+ ganha pertinência nas discussões sobre suas características e lugares de trabalho, na tessitura das relações sociais de sexo, de poder e de exploração de uma sociedade capitalista, patriarcal, sexista, racista e LGBTQIA+fóbica.

Nesse sentido, as relações sociais e sexuais de trabalho se descolam dos dispositivos do trabalho concreto e terminam por implodir nas distinções entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho, entre emprego e desemprego, de modo que o trabalho abstrato é levado às suas últimas consequências, que, nos dizeres de Telles (2006, p. 174), "captura, mobiliza e transforma processos sociais e atividades as mais disparadas em sobrevalor. Quebra-se o vínculo entre trabalho, empresa e produção de riqueza, e são outros os agenciamentos e diagramas de relações que se constituem".

Com a paralização da economia mundial e os longos períodos de isolamento social em virtude do momento pandêmico, temos assistidos cenas de desespero mundo afora que levam a refletir sobre a situação de populações vulneráveis, excluídas, exploradas e menosprezadas socialmente, principalmente aquelas que enfrentam desafios no contexto social da pandemia de Covid-19 para a sua sobrevivência.

Do ponto de vista da divisão sexual do trabalho, Cisne e Santos (2018) ampliaram as discussões para a esfera da diversidade sexual, incorporando o segmento LGBTQIA+, de modo a apreender a totalidade social do sistema de exploração, opressão e apropriação de uma sociedade marcada historicamente por relações sociais machistas (heteropatriarcal-monogâmica), heteronormativas, sexistas e racistas, questões que não só perpassam, mas vão além da relação e identidade de gênero.

Ao trazer para o debate a categoria de *relações sociais de sexo*, as autoras supracitadas recuperam a dimensão ontológica da diversidade humana que vai além do gênero/sexo (feminino e masculino; mulher e homem), afirmando que discutir relações sociais de sexo incorpora questões como sexualidade, afetividade, misoginia, racismo e LGBTQIA+fobia. Ademais, incorpora, ainda, expressões de luta e resistência pelos direitos sociais e sexuais, igualdade entre as relações sociais e sexuais, denunciando as formas e expressões de violência, exploração e opressão social e sexual estabelecidas no cotidiano. Enfim, incorpora as lutas pela emancipação e pela liberdade.

Nesse sentido, por meio de um estudo realizado pelo coletivo #VoteLGBT[3], em parceria com a Box1824[4], e de um Mapeamento de Pessoas Trans na cidade de São Paulo, pesquisa realizada pela Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA)[5], buscaremos mostrar neste artigo os impactos do novo coronavírus na população LGBTQIA+, no Brasil, delimitando o nosso universo à população de travestis e mulheres trans na cidade de São Paulo, frente ao isolamento social, imposto pela pandemia de COVID-19. Esta amostragem é significativa em virtude do município de São Paulo ser o maior centro populacional e econômico do País.

A potencialização de uma série de problemas previamente enfrentados pelas pessoas LGBTQIA+ no contexto pandêmico aumentam o status de insegurança social. Contudo, é preciso levar em consideração que a realidade de um homem gay difere da mulher lésbica, e mais ainda as questões se complexificam em relação aos homens e mulheres trans, levando ainda em conta as diferenças de raça, classe e expressão sexual.

Desenrolando o novelo

De modo geral, a pesquisa realizada pelo coletivo #VoteLGBT buscou entender melhor a realidade específica da população LGBTQIA+ do Brasil. De caráter nacional e quantitativa, a pesquisa detectou as maiores incidências dos impactos negativos do isolamento social causados a este grupo em decorrência da pandemia do novo coronavírus. A pesquisa foi realizada entre os dias 28 de abril e 15 de maio de 2020 e contou com cerca de 10.065 respondentes, contemplando as cinco regiões do País. O estudo realizado de forma virtual, em função do isolamento social, disponibilizou um questionário on-line, contendo 50 perguntas endereçadas à população LGBTQIA+. As questões versavam sobre trabalho, renda, saúde, acesso à informação e atuação dos gestores públicos durante a pandemia. O estudo revelou que os três principais impactos da pandemia nesse grupo são a piora da saúde mental (42,72%), o afastamento da rede de apoio (39,23%) e a falta de fonte de renda (17,62%) (#VOTELGBT, 2020).

Os problemas de saúde mental durante o isolamento social são a maior preocupação dos respondentes, afirmaram 44% das lésbicas; 34% dos gays; 47% dos bissexuais e pansexuais; e 42% das transexuais[6], sendo que 21,6% do mesmo grupo de pessoas informou estar desempregado neste período. A título de comparação, a taxa de desemprego no Brasil durante o primeiro trimestre de 2020 foi de 12,2%, de acordo com pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020 apud #VOTELGBT, 2020).

A população LGBTQIA+ sofre com os problemas de saúde mental mais que a média nacional. Enquanto 5,8% da população geral brasileira sofre de depressão e 9,3% sofrem de ansiedade[7], segundo dados da Associação Brasileira de Familiares, Amigos e Portadores de Transtornos Afetivos (ABRATA), 28% dos respondentes relataram já terem diagnóstico de depressão antes da pandemia. Destes, 47% foram classificados com o risco de depressão no nível mais severo (ABRATA, 2021).

A fragilidade emocional da população LGBTQIA+ se manifesta com maior agressividade em virtude do convívio frequente com as diversas formas de preconceito, discriminação e violência direcionada a este público.

Dos respondentes, 54% de pessoas LGBTQIA+ afirmaram precisar de apoio psicológico e/ou psiquiátrico até mesmo e em relação a sua própria aceitação: um em cada dois LGBTQIA+, de 15 a 24 anos, indicaram a saúde mental como o maior problema em decorrência do isolamento social (#VOTELGBT, 2020).

De acordo com Pechim (2020b), o isolamento social tem levado à manifestação de diversos problemas sociais enraizados na sociedade, tais como a violência e a opressão de grupos LGBTQIA+. A vulnerabilidade, violência e as violações aos direitos humanos desse grupo têm sido uma preocupação das organizações internacionais, até mesmo porque o Brasil é o país que mais mata pessoas não cisgêneras no mundo. Em relação às pessoas trans, os números são ainda mais alarmantes, sendo que a estimativa média de vida nacional desse grupo é de apenas 35 anos, segundo a ANTRA (2021).

Um outro fator que incide diretamente nessa problemática está relacionado ao isolamento em ambiente familiar que, em muitos casos, os/as LGBTQIA+ sofrem com a não aceitação, o preconceito e a discriminação intrafamiliar, podendo até mesmo se tornar um ambiente hostil e violento (MODESTO, 2015). Um levantamento feito pelo Aplicativo *Hornet* e divulgado pela Agência Brasil revelou que 30% dos 3 mil homens gays, bissexuais e transexuais entrevistados, não se consideram seguros dentro de casa com suas famílias. Essas pessoas preferem, na maioria das vezes, passar mais tempo na rua ou com os amigos/as, a estarem em casa, dado ao preconceito e a discriminação intrafamiliar (PECHIM, 2020a).

Em relação à população trans, há mais de 13 anos o País lidera o *ranking* mundial de assassinatos deste grupo que, sem acesso ao mercado de trabalho formal e aos direitos básicos, fica vulnerável aos riscos de toda sorte (#VOTELGBT, 2020). Milhares de mulheres e homens trans estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica, principalmente, por não terem uma política de proteção social específica que atenda às suas carências e necessidades.

Segundo a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT, 2021), isso deixa muitos/as LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade ao ponto destas pessoas não terem moradias, alimentação adequada, condições para pagar aluguel e despesas domésticas, entre outras implicações, ficando relegadas à condição de rua, expostas a uma série de riscos sociais, tais como: violência, precariedade e abandono, falta de saneamento básico e higiene, falta de alimentação, frio, maior exposição a contaminações e risco à saúde, entre outras situações.

O segundo maior impacto causado pelo isolamento social, segundo os respondentes da pesquisa do coletivo #VoteLGBT (2020), está em relação ao afastamento da rede de apoio (16,58%). Essas pessoas se sentem afetadas em virtude das novas regras de convívio social, o que se relaciona também, em muitos casos, as hostilidades do convívio familiar. Diversas formas de preconceito e/ou violência (verbal, moral, psicológica e até mesmo físicas) transformam o ambiente familiar em cenários de opressão e, muitas vezes, de agressão. Para 11,74% dos respondentes deste grupo, o maior impacto é a solidão e 10,91% responderam que é o convívio familiar.

De volta à casa dos familiares, para se protegerem da pandemia de coronavírus, muitos gays, lésbicas, travestis e transexuais deparam-se com a intolerância e o ódio de pais, irmãos e parentes dos quais se espera amor, aceitação e proteção, mas ao invés disso, geram conflitos, causando ainda mais desespero, desconforto e medo. Para muitos/as LGBTQIA+, a casa e o seio da família nem sempre significam segurança (MODESTO, 2015). Em razão do confinamento e da intolerância, muitas dessas pessoas enfrentam situações de maus-tratos, violência físico e/ou psicológica, assédio, entre outras situações, já que precisam passar mais tempo com a família sendo que, na maioria das vezes, não os/as aceita.

Para entender por que os temas ligados à esfera social são apontados como o segundo maior impacto da pandemia pela população LGBTQIA+, é preciso levar em consideração o quanto a exclusão e o isolamento já estão presentes na trajetória de vida dessas pessoas. Acompanhando um ciclo de exclusão, percebe-se que este se inicia, na maioria das vezes, na família, perpassando pelos ambientes escolares, pelo trabalho, pela saúde, pela política, pelo social e, em muitos casos, pode culminar com algum tipo de violência, o que provoca um efeito dominó, limitando, assim, as chances de inserção social e, principalmente, de inserção no mercado de trabalho.

Se esta situação é alarmante entre a população LGBTQIA+ de um modo geral, a exclusão ainda é maior para as travestis e transexuais, principalmente entre as pessoas mais idosas, que podem ainda ser excluídas pela própria comunidade LGBTQIA+. A intersecção entre relações sociais de sexo, raça, classe e envelhecimento dessa população ainda são campos de estudos pouco explorados e que necessitam de maior atenção. Em decorrência de limitações e incertezas, essas situações podem agravar os problemas preexistentes

de saúde mental, tais como: solidão, depressão, ansiedade, angústia e ideação suicida, aumentando, assim, as vulnerabilidades desse público.

O terceiro motivo revelado pela pesquisa #VoteLGBT (2020) foi a fonte de renda como o maior impacto da pandemia à população LGBTQIA+. Segundo os dados da pesquisa, 10,62% dos respondentes relataram que o maior impacto estava relacionado à falta de dinheiro e 7,0% apontaram para a falta de trabalho. As dificuldades econômicas decorrentes do isolamento social e dos períodos de isolamento mais intenso na quarentena interferiram tanto na falta de dinheiro, quanto na falta ou perda do emprego.

A taxa de desemprego entre os LGBTQIA+ é de 21,6%. Três em cada dez dos desempregados já estavam sem trabalho há pelo menos 1 ano ou mais. De um a cada cinco não possuíam nenhuma fonte de renda individual, e de um a cada quatro perderam o emprego em decorrência da Covid-19, sendo que quase metade dessas pessoas (44,3%) tiveram suas atividades totalmente paralisadas durante o isolamento social. Quatro em cada dez pessoas LGBTQIA+ (40%) e metade das pessoas trans (53,35%) não conseguem sobreviver sem renda por mais de 1 mês, caso percam sua fonte financeira hoje (#VOTELGBT, 2020).

Algumas pessoas LGBTQIA+ se sentem aliviadas por adotarem o *home office* (trabalho em casa) por não precisarem mais frequentar o ambiente de trabalho, por representar um espaço opressor, de cultura e comportamentos LGBTQIA+fóbicos, transformando-os, assim, em locais hostis e inseguros. As situações de preconceito e discriminação são fenômenos muito recorrentes no cotidiano da vida social da população LGBTQIA+ e as situações de hostilidade, violências, opressão e exclusão social apontam para as várias formas e modos de ações LBGTQIA+fóbicas, buscando inferiorizar determinados grupos e pessoas em relação à diversidade social e sexual, levando em conta, ainda, a questão racial, classe, credo e etnia, necessitando continuamente de um trabalho de enfrentamento capaz de diminuir esta realidade desafiadora (MENEZES; SILVA, 2017).

Outro fato a destacar é em relação às pessoas que moram com seus familiares e não conseguem contribuir com as finanças da casa. Cerca de 30% deste público enfrentam problemas de convivência familiar causadas, principalmente, pela perda ou falta de empregos no período de quarentena, ficando, assim, impossibilitados/as de arcarem com os seus compromissos financeiros familiares.

Tais fatores indicam que os três maiores impactos da pandemia estão todos relacionados. De modo geral, os problemas financeiros e, automaticamente, de trabalho afetam a saúde emocional, a convivência familiar e social da população LGBTQIA+.

O coletivo comparou, ainda, a taxa de desemprego durante a pandemia com a da última pesquisa realizada durante a Parada LGBT de São Paulo, em junho de 2019, revelando que naquela época a taxa de desemprego já era alta, de 15,6%. Assim como nos dois primeiros itens, a perda da fonte de renda também é um fator que causa sofrimentos consideráveis quando observadas as variações das questões de interseccionalidade[8].

Para 10,6% dos respondentes a falta de dinheiro é o maior impacto da pandemia, contudo, entre estes, o impacto tem sido ainda maior para as pessoas trans (14%) do que em relação às pessoas cis (9%), o que demonstra o grau de vulnerabilidade dessa população. Este mesmo problema se agrava em relação ao aumento da idade. Entre as pessoas com 45 a 54 anos o coeficiente é 7% maior em relação às pessoas com idade entre 15 e 24 anos (#VOTELGBT, 2020).

Se o fator que mais diferencia o peso do impacto emocional e social é a idade, quando se trata do financeiro, sem dúvida alguma a realidade é muito mais devastadora para a população trans. Esta população sofre muito mais com a expulsão do ambiente familiar, educacional, de acesso ao mercado de trabalho e de violência, sendo, em grande medida, praticamente invisibilizada, o que mostra o tamanho do barco com que esta população está enfrentando essa tempestade.

No quesito étnico-racial, negros, pardos e indígenas possuem 22% a mais de chance de ficarem sem dinheiro do que brancos e asiáticos no período de quarentena. A pesquisa da #VoteLGBT (2020) apontou ainda que a população trans aponta índices de vulnerabilidade, trabalho e renda bem acentuados em relação aos demais grupos LGBTQIA+. De modo geral, as desigualdades sociais vivenciadas por esta população no Brasil se somam às exclusões sofridas dentro da própria comunidade LGBTQIA+, evidenciando um grupo de indivíduos sociais em uma grave e complexa realidade de vulnerabilidades e exclusão social, com muitas dificuldades e poucos recursos para o enfrentamento da crise pandêmica.

Mapeamento das pessoas trans na cidade de São Paulo

Segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2021), o Brasil é o país que mais mata pessoas não cisgêneros no mundo. A expectativa média de vida de pessoas trans no país é de apenas 35 anos, além disso, a prostituição e o trabalho informal são uma realidade na vida de muitas mulheres trans e travestis, 90% das mulheres trans tem como fonte de renda e possibilidade de subsistência o mercado do sexo.

Estimativas da ANTRA indicam que aproximadamente 2,0% da população brasileira integra a categoria trans. O cenário voltado a essas pessoas é marcado por fragilidades e deficiências institucionais e jurídicas para lidar com a questão trans em sua multidimensionalidade (CENTRO DE ESTUDO DE CULTURA CONTEMPORÂNEA, 2021). A inexistência de um censo nacional da população trans dificulta traçar um perfil desta população, principalmente e em relação ao conhecimento de suas características, localização, condições de vida e de trabalho, escolaridade, renda, situações de vulnerabilidades, violências e impedimento do exercício da cidadania.

Por iniciativa da Secretaria Municipal de Direitos Humanos de São Paulo (SMDCH), o Centro de Estudo de Cultura Contemporânea (CEDEC) realizou, em 2021, uma pesquisa para compreender este universo no mapeamento de pessoas trans na cidade de São Paulo. A pesquisa partir de um questionário semiestruturado, contendo 53 questões que contemplaram: dados sociodemográficos (identidade de gênero, faixa etária, raça, estado civil, local de nascimento, escolaridade, atividade profissional e renda); dados sobre processo de transição, saúde e consumo de substância psicoativas; exposição às situações de violência em locais públicos e privados e exercício da condição de cidadania (CENTRO DE ESTUDO DE CULTURA CONTEMPORÂNEA, 2021). Assim, mesmo que circunscrito a um município, o estudo mostra sua importância ao retratar as condições de vida deste público, residentes no maior centro urbano do País.

Por meio da metodologia de pesquisa *survey* atendeu-se as cinco regiões do município de São Paulo (centro, norte sul, leste e oeste). Ao todo foram realizadas 1.788 entrevistas, cujos questionários passaram por um processo de codificação e consistência de dados. Em relação à identidade de gênero das pessoas trans, os dados indicaram uma parcela significativa de mulheres trans (48%), seguida de travestis (23%), homens trans (23%) e não binários (6%).

Seguindo o objetivo deste artigo, vamos priorizar os dados referentes às condições de trabalho e renda das mulheres trans e travestis. Esta população, em sua maioria, se caracteriza por serem solteiras (76% ambas), com incidência maior na faixa etária entre 21 e 25 anos[9]. Em relação à raça temos: travestis brancas (25%), negras (33%), pardas (36%), amarelas (3%), indígenas (4%); mulheres trans brancas 38%, negras 19%, pardas 38%, amarelas 2%, indígenas 4%. No quesito escolaridade, a maior incidência é para ensino médio completo para 39% das travestis e 48% das mulheres trans. Em sua maioria deixaram de morar com os pais entre os 16 e 20 anos, mas uma parcela significativa deixou a casa paterna com menos de 15 anos (travestis 37%; mulheres trans 31%), em sua maioria, por vontade própria.

Tendo em vista o preconceito e a discriminação, o acesso ao mercado de trabalho formal é muito restrito e tem sérias restrições às pessoas trans e às travestis. Além disso, elas precisam lidar com barreiras nos ambientes educacionais, o que prejudica a qualificação profissional, dificultando ainda mais o seu ingresso no mercado de trabalho. A saída precoce de casa e da escola, as levam, muitas vezes, à exclusão social, acabando por serem empurradas ao desempenho de atividades relacionadas ao mercado do sexo, aos serviços de estética, beleza e atividades artísticas. Essa associação com a prostituição está carregada de fatores estruturais e sociais (GREEN, 2000). Contudo, as informações obtidas durante a realização desta pesquisa corroboraram para relativizar e aprofundar a discussão sobre os desafios enfrentados por este segmento social no mundo da produção e reprodução social.

O primeiro dado que nos chama a atenção é em relação à formação profissional; 43% do total das travestis e mulheres trans entrevistadas afirmaram ter alguma formação técnica ou específica. Contudo, mais da metade delas (57%) não se sentem preparadas para ingressar no mercado de trabalho. As atividades laborais mais destacadas foram as relacionadas à saúde, embelezamento, alimentação, hotelaria, atividades domésticas e de vendas ou prestadoras de serviços no comércio. Em média, mais da metade de mulheres trans e travestis (58%) exerciam alguma atividade remunerada no período das entrevistas.

No que se refere à principal ocupação exercida pela população entrevistada, destaca-se o percentual elevado de travestis (46%) e mulheres trans (34%) que se declararam profissionais do sexo, acompanhantes

e garotas de programa. Dado o caráter informal e a instabilidade que tendem a caracterizar os vínculos de trabalho das travestis, há fortes indícios que encontrem condições adversas no mercado de trabalho e, portanto, surge novamente a atividade de garota de programa, comum a 24% das travestis e a 32% das mulheres trans, o que aponta para as atividades do mercado do sexo como a ocupação principal ou secundária de 71% das travestis e 60% das mulheres trans (soma da ocupação principal mais a secundária).

Desse modo, há a proeminência da prostituição para as estratégias de sobrevivência de travestis e mulheres trans. A pesquisa buscou, ainda, identificar com que frequência essa atividade é realizada e o quanto já fez ou ainda faz parte do cotidiano das entrevistadas. Para 18% das travestis e 17% das mulheres trans, as atividades ligadas ao mercado do sexo são realizadas com regularidade.

A pesquisa ainda contemplou a fase inicial e intermediária da pandemia, período em que as atividades econômicas foram paralisadas, constatou-se que neste período o auxílio emergencial foi essencial para garantir a sobrevivência de uma parcela significativa da população trans, impossibilitada de trabalhar nas ruas[10]. Das entrevistadas, 45% das travestis e 48% das mulheres trans receberam o auxílio emergencial. De modo geral, este grupo é um dos mais desprotegidos contra os efeitos negativos da Covid-19 (BORGES, 2021). A maioria das mulheres trans respondentes não tiveram escolha a não ser permanecerem na prostituição, expostas, desse modo, às situações de violência e ao contágio do vírus da Covid-19.

A Revista Marie Claire (BORGES, 2021) trouxe um artigo interessante sobre o dia a dia das trabalhadoras sexuais no contexto pandêmico no Brasil. Sem terem uma alternativa de sobrevivência, estas trabalhadoras (travestis e mulheres trans) tiveram que se adaptar à nova realidade, já que o contato físico é inevitável neste tipo de atividade. Os encontros ganharam uma camada extra de perigo e tornou o comércio do corpo ainda mais arriscado. A necessidade de pagarem suas contas e de sobreviverem falou mais alto, ainda que elas tenham restringido o contato físico por um curto período, isso não foi possível de ser levado adiante. Cientes de que estão expondo-se a grande risco, principalmente em relação ao contágio viral, elas afirmaram que têm mantido um certo *protocolo de segurança*, concentrando-se em espaçar o contato com familiares e amigos, usando o álcool em gel, tomando banho antes e depois dos encontros, borrifando álcool na cama e em todo o quarto, além da migração para ambientes virtuais (oferecer anúncios pela Internet ao invés de irem as ruas, videochamadas, pack de fotos, grupos pagos de WhatsApp, entre outras alternativas). Outra mudança foi atender os clientes em suas próprias residências para evitar ir a hotéis, motéis ou outros espaços públicos.

Com isso, o momento para o debate é muito propício para discutir o reconhecimento e a regulamentação da profissão, garantia de direitos e proteção social a este público, tendo em vista que, na maioria das vezes, o mercado do sexo não é uma livre escolha, mas uma imposição, uma necessidade de sobrevivência.

Considerações finais

A interseccionalidade de gênero, raça e classe social presta uma avultada contribuição no entendimento de como outros fatores identitários organizam e hierarquizam as experiências sociais e de trabalho. Pensar as categorias individuais do ser homem e do ser mulher ou mesmo nas liberdades de formas individualizadas, ainda que sejam importantes, não atende a amplitude das desigualdades sociais e sexuais, incluindo os outros fatores identitários, principalmente no que diz respeito aos LGBTQIA+ (CISNE, 2018).

Os estudos sobre as relações sociais de sexo, entendidas como aquelas relações sociais mais amplas, permeadas pelos conflitos, hierarquias e antagonismos entre os sexos, interseccionando as dimensões de raça e de classe, buscam ampliar a diversidade humana na construção social do ser masculino e do ser feminino, perpassando e indo além da consideração biológica ou fisiológica, ou seja, natural, dos indivíduos sociais (CISNE; SANTOS, 2018).

Reconhecer e aceitar a transexualidade no cotidiano da vida social é lutar com as limitações impostas pela sociedade patrimonialista, patriarcal, heteronormativa, LGBTQIA+fóbica e sexista, principalmente num momento em que as questões dos direitos humanos estão na pauta das discussões contemporâneas e que uma parcela significativa da população LGBTQIA+ está desprotegida e vulnerável, principalmente nestes tempos pandêmicos.

Na maioria das vezes, travestis e transexuais são consideradas/os como *anormais*, *doentes* ou *pervertidas/os* por seus familiares e pela sociedade em geral. Por este motivo acabam, de certa forma, afastando-se do convívio

familiar por causa do intenso preconceito intrafamiliar e social. O preconceito, a violência e a discriminação, muitas vezes, causam traumas na vida dessas pessoas desde a infância, principalmente quando os primeiros traços físicos e comportamentais aparecem em desconformidade com a condição corporal e sexual que se apresentam, podendo ser alvos de ataques constantes, a não aceitação da sua identidade ou condição sexual, do modo de se vestir, falar, comportar, da adaptação de um nome social, combinado com a aparência e as adequações físicas, muitas vezes realizadas, tais como aplicação de silicone e hormônios, próteses, cirurgias de mudança de sexo, dentre outras.

Outro ponto a destacar e que ficou visível nas pesquisas estudadas é que muito destas pessoas não terminam os seus estudos devido ao preconceito e a discriminação que são submetidas/os, como também, não conseguem ingressar no mercado de trabalho formal, sendo relegadas/os aos guetos da prostituição. Muitas das travestis e transexuais, principalmente as mais pobres e negras, acabaram vivenciando esta realidade em condições muito precárias, muitas vezes, subumanas. Sendo relegadas e excluídas socialmente, buscam espaço onde são aceitas e, na maioria das vezes, este espaço é a rua. É comum encontrá-las às margens de rodovias, nas casas de prostituição, nas esquinas e, muitas delas, transformam o corpo, correndo riscos e sendo expostas à violência, ao contágio de vários tipos de doenças, entre outros fatores.

Esta diversificada experiência da diversidade social e sexual deve ser delatada, de modo que a atuação do Estado não seja cega ou neutra perante as desigualdades e desproteções sociais. A promoção da cidadania inclui homens, mulheres e população LGBTQIA+, condições que perpassam e vão além das assimetrias entre a condição de ser homem e ser mulher e seus efeitos deletérios na vivência social e profissional. Mas se homens e mulheres são negros/as, pobres, de periferia, as vulnerabilidades e os riscos sociais são ainda maiores, mostrando que as relações sociais de sexo são marcadas pelos condicionantes integradores de raça e classe social.

Assim sendo, a ampliação da proteção dos direitos humanos para este público demanda a percepção e compreensão de que a interseccionalidade entre as relações sociais de sexo, incorporando raça, etnia, classe, credo e expressão (ou orientação) sexual, fatores identitários que delineiam as vulnerabilidades e experiências peculiares precisam ser considerados.

Referências

#VOTELGBT. Diagnóstico LGBT+ na pandemia. Pesquisa realizada pelo coletivo #VoteLGBT, em: jun./2020. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/5b310b91af2096e89a5bc1f5/t/5ef78351fb8ae15cc0e0b5a3/1593279420604/%5Bvote+lgbt+%2B+box1824%5D+diagno%CC%81stico+LGBT%2B+na+pandemia_completo.pdf. Acesso em: 12 abr. 2021.

ABGLT. Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos. Disponível em: https://www.abglt.org/. Acesso em: 25 abr. 2021.

ABÍLIO, L. C. Uberização: a era do trabalhador just-in-time? Estudos Avançados [online]. 2020, v. 34, n. 98, p. 111-126. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.008. Acesso em: 11 jan. 2022.

ABRATA. Associação Brasileira de Familiares, Amigos e Portadores de Transtornos Afetivos. Disponível em: https://www.abrata.org.br/. Acesso em: 15 abr. 2021.

ANTRA. Associação Nacional de Travestis e Transsexuais. Disponível em: https://antrabrasil.org/. Acesso em: 13 abr. 2021.

ANTUNES, R. Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Boitempo, 2020.

BORGES, L. O dia a dia das trabalhadoras sexuais no pior momento da pandemia no Brasil. Revista Marie Claire, São Paulo, 30 mar. 2021. Disponível em: https://revistamarieclaire.globo.com/Comportamento/noticia/2021/03/o-dia-dia-das-trabalhadoras-sexuais-no-pior-momento-da-pandemia-no-brasil.html. Acesso em: 16 abr. 2021.

CENTRO DE ESTUDO DE CULTURA CONTEMPORÂNEA (CEDEC). Mapeamento das pessoas trans no município de São Paulo: Relatório de pesquisa. São Paulo: CEDEC, jan. 2021. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/LGBT/AnexoB_Relatorio_Final_Mapeamento_Pessoas_Trans_Fase1.pdf. Acesso em: 12 abr. 2021.

CISNE, M. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 132, p. 211-1230, maio/ago. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282018000200211&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 16 abr. 2021.

CISNE, M.; SANTOS, S. M. M. dos. Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Série assistente social no combate ao preconceito: Transfobia. Caderno 4, 2016. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno04-Transfobia-Site.pdf. Acesso em: 4 jan. 2022.

GÓES, G. S.; MARTINS, F. dos S.; NASCIMENTO, J. A. S. *O trabalho remoto e a pandemia*: o que a PNAD Covid-19 nos mostrou. Carta de Conjuntura n 50, nata de conjuntura 8. Brasília, DF: IPEA, 1º trimestre de 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/210201_nota_teletrabalho_ii.pdf. Acesso em: 14 abr. 2021.

GRACIOLI, J. Brasil vive surto de depressão e ansiedade. Jornal da USP, São Paulo, 23 out. 2018. Disponível em: https://jornal.usp.br/atualidades/brasil-vive-surto-de-depressao-e-ansiedade/. Acesso em: 14 abr. 2021.

GREEN, J. N. Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Unesp, 2000.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Carta de Conjuntura nº 50: nota de conjuntura 8, 1º trim. 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/210201_nota_teletrabalho_ii.pdf. Acesso em: 12 abr. 2021.

MENEZES, M. S; SILVA, J. P. Serviço Social e homofobia: a construção de um debate desafiador. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 20, n. 1., p. 122-129, jan./abr. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802017000100122&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 16 abr. 2021.

MODESTO, E. Homossexualidade preconceito e intolerância familiar. São Paulo: Edusp, 2015.

PASSOS, L.; SOUZA, L. Vulnerabilidades cruzadas: as mulheres e seus experiências diversificadas. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 198-209, jan./abr. 2021. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/73900. Acesso em 16 abr. 2021.

PECHIM, J. Negros morrem mais pela Covid-19. Faculdade de Medicina, Belo Horizonte, 24 nov. 2020b. Disponível em: https://www.medicina.ufmg.br/negros-morrem-mais-pela-covid-19/. Acesso em: 14 abr. 2021.

PECHIM, J. Pessoas LGBT enfrentam preconceito na quarentena. Faculdade de Medicina, Belo Horizonte, 26 abr. 2020a. Disponível em: https://www.medicina.ufmg.br/pessoas-lgbt-enfrentam-preconceito-na-quarentena/. Acesso em: 14 abr. 2021.

TELLES, V. da S. Mutações do trabalho e experiência urbana. Tempo Social, São Paulo, v. 18, n. 1, jul. 2006, p. 173-195. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/ts/v18n1/30013.pdf. Acesso em: 14 abr. 2021.

Notas

[1] A nova morfologia do trabalho, como indicado por Antunes (2020), consubstancia as diversas formas de trabalho realizadas em domicílio ou em local intermediário, fruto da flexibilização espacial e temporal da força de trabalho devido, principalmente, ao uso de tecnologias da informatização, tem alterado substantivamente as relações sociais de trabalho, culminando em "novas formas de controle, gerenciamento e organização do trabalho" (ABÍLIO, 2020, p. 112). Ainda, Antunes (2020) chama a atenção sobre a utilização de aplicativos, softwares, plataformas digitais pelo infoproletáriado ou cibertariado. Assim, podemos definir home office como o trabalho feito em casa, fora do ambiente da empresa por meio das tecnologias informacionais; por trabalho remoto podemos dizer que é toda prestação de serviços que é feita a distância, ou seja, quando o/a trabalhador/a não está nas dependências do local de seu trabalho; estes, configuram formas de teletrabalho, ou seja, trabalhos que utilizam de ferramentas de telecomunicações (como, por exemplo, o acesso à Internet por meio de computadores) para enviar ou receber o trabalho, o que pode definir o "trabalhador/a como trabalhador/a just-in-time" (ABÍLIO, 2020, p. 114).

[2] O debate colocado sobre estas mutações não está somente centrado na precarização, na ampliação do mercado informal ou da flexibilização das jornadas e contratos de trabalho, mas, hoje em dia, amplia-se para o que os estudiosos estão chamando de uberização das relações sociais de trabalho, entendida como os processos que não se restringem às empresas, nem se iniciam com elas, mas culminam em uma nova forma de controle, gerenciamento e organização do trabalho (ABÍLIO, 2020). As implicações do mundo do trabalho têm acentuado as formas mais predatórias do capitalismo, naquilo que Antunes (2020) vem chamando de capitalismo pandêmico, onde o nível de exploração se assemelha ao do capitalismo de acumulação primitiva, em que a jornada de trabalho diária chega a 10, 12, 14, 16 ou mais horas trabalhadas.

[3] O #VoteLGBT é um coletivo que desde 2014 busca dar maior visibilidade e representatividade ao segmento social LGBTQIA+ em todos os espaços coletivos, principalmente na política. Para maiores informações, consultar o site do coletivo, disponível em: https://votelgbt.org/. Acesso em: 13 abr. 2021.

[4] Empresa de consultoria estratégicas. Para maiores informações, consultar o site da empresa: https://box1824.com/. Acesso em: 13 abr. 2021.

[5] Para maiores informações, consultar o site da associação: https://antrabrasil.org/. Acesso em: 13 abr. 2021.

[6] Em relação aos transexuais, os organizadores da pesquisa #VoteLGBT não encontraram diferenças significativas nos resultados entre pessoas trans masculinas, femininas e não binárias que justificassem uma separação, mas fica evidente que a população de mulheres trans e travestis são as que mais sofrem com os impactos cotidianos em relação as situações de preconceitos, discriminação e violência e, principalmente, no contexto pandêmico.

[7] Segundo Gracioli (2018), em relação à ansiedade, o Brasil também lidera, com 9,3% da população. Esse problema engloba efeitos como fobia, transtorno obsessivo-compulsivo, estresse pós-traumático e ataques de pânico. As mulheres sofrem mais com a ansiedade: cerca de 7,7% das mulheres são ansiosas e 5,1%, deprimidas. Já entre os homens, o número cai para 3,6% nos dois casos (GRACIOLI, 2018).

[8] Segundo Passos e Souza (2021, p. 200), "o conceito de interseccionalidade alerta para o fato de que as vulnerabilidades femininas são mais pujantes que a simples soma do racismo com o sexismo e classicismo. A interseccionalidade, portanto, procura abarcar múltiplas formas de identidade, e, a forma que as relações sociais se transversalizam".

[9] Foram encontradas pessoas na faixa de 16 a 20 anos (travestis 3%; Mulher Trans 6%).

[10] Borges (2021) destaca que o auxílio emergencial não só contribuiu para o seu sustento, como muitos dos clientes pagavam pelo sexo com o dinheiro do auxílio.

Renato Tadeu Veroneze
rtveroneze@hotmail.com
Graduado em Serviço Social pelo Centro Universitário da Fundação Educacional Guaxupé Unifeg (UNIFEG).
Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

PUC-SP
R. Monte Alegre, 984 - Perdizes,
São Paulo – PS – Brasil
CEP: 05014-901

Agência financiadora
Não se aplica.
Contribuições das autoras
Não se aplica.
Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação
Não se aplica.
Consentimento para publicação
Consentimento do autor.
Conflito de interesses
Não há conflito de interesses.

 DOI: https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e84386

ESPAÇO TEMA LIVRE

Marx: universalidade filosófica e ciência positiva

Frederico Fernando Moisés Lambertucci[1]
https://orcid.org/0000-0002-2143-3505

Mariana Collette Piai Ersina[2]
https://orcid.org/0000-0003-1301-3591

[1]Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Maceió, AL, Brasil

[2]Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Economia e Relações Internacionais, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Florianópolis, SC, Brasil

Marx: universalidade filosófica e ciência positiva

Resumo: Neste artigo, procuramos rastrear nos textos de juventude de Marx os nexos que tornam possível Marx fundar uma ontologia do ser social a partir de duas críticas a Hegel, e de sua crítica a Feuerbach. Argumentamos que Marx visualiza na realidade histórico-concreta alemã, e no seu contato posterior com a economia política clássica via Engels o fundamento de uma reorientação radical da filosofia. Momento em que Marx terá como necessidade inverter o sentido de sua crítica em relação à Hegel sem renunciar as suas descobertas fundamentais, isto é, a prioridade descoberta na sociedade civil como chave heurística. A partir dessa crítica Marx irá fundamentar uma estrutura abrangente de sistematização que tem como pressuposto uma reorientação radical da filosofia em um sentido realmente universal, fundamentando ao mesmo tempo uma ciência positiva.

Palavras-chave: Ontologia; Hegel; Jovem Marx; Ciência positiva.

Marx: filosofical universality and positive science

Abstract: In this article, we seek to trace in Marx's youthful texts the nexuses that make it possible for Marx to found an ontology of social being from two critiques of Hegel, and from his critique of Feuerbach. We argue that Marx visualizes in German historical-concrete reality, and in his later contact with classical political economy via Engels the foundation of a radical reorientation of philosophy. A moment in which Marx will need to reverse the direction of his critique of Hegel without renouncing his fundamental discoveries, that is, the priority discovered in civil society as a heuristic key. From this critique Marx will base a comprehensive structure of systematization that has as presupposition a radical reorientation of philosophy in a truly universal sense, founding at the same time a positive science.

Keywords: Ontology; Hegel; Young Marx; Positiv Science.

Recebido em 14.10.2021. Aprovado em 16.12.2021. Revisado em 04.03.2022.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

A discussão presente pretende abordar a constituição da teoria marxiana, em específico a fundação de uma universalidade filosófica — a qual estará já fundamentada em sólidas bases em 1846 na Ideologia Alemã — sobre a qual se alça, em nossa concepção, uma ciência positiva capaz de superar problemas existentes na ciência moderna. Isto é, a divisão social do pensamento, em áreas diversas e fragmentadas que não compõem uma visão unitária do mundo.

Entretanto, não objetivamos aqui, mais que apontar, pelo interior do pensamento marxiano, os traços que a nosso ver prefiguram a instauração de um padrão filosófico-científico radicalmente novo. Padrão instaurado pela viragem filosófica marxiana a partir dos constituintes da sociedade burguesa e que anunciam uma ontologia unitária do ser. Base necessária para uma ciência positiva que possibilite perscrutar seus encaminhamentos de acordo com a totalidade constitutiva de uma tal ontologia.

Em suma, a superação do idealismo pelo materialismo, constitui, para Marx, a superação da filosofia como pensamento autocentrado e autosubstanciado. A partir do erigir de uma filosofia que tem como ponto fundamental uma ontologia materialista fundada no trabalho, se produz a reintegração da filosofia ao seio do universo prático da atividade humana. Isto é, a filosofia pode figurar como um problema antes de tudo teórico-prático, superando seu caráter especulativo e instaurando nesta filosofia uma universalidade concreta real como base de uma ciência positiva.

Este caminho parece-nos passar por continuidades e descontinuidades. Assim, por exemplo, a primeira crítica de Hegel por Marx a partir de Feuerbach condensa elementos que em seguida produzirão a própria superação de Feuerbach através de Hegel.

A primeira distância que Marx toma de Hegel, em fins dos anos 30 se condensa em sua própria tese de Doutorado, — A Diferença entre a filosofia da natureza de Demócrito e Epicuro — a valorização dada aos materialistas gregos é avessa a forma como Hegel os pensou. Para este, os materialistas da transição grega eram um pensamento de segundo escalão que correspondiam justamente a uma época inferior do mundo antigo. Em oposição a isso, Marx reconhece a grandeza desses pensadores.

Em segundo, existe um reconhecimento arguto da real limitação do pensamento hegeliano — é evidente que esse reconhecimento não leva imediatamente à superação dos problemas identificados —, em oposição aos jovens hegelianos que pensavam que em Hegel havia uma dualidade entre um pensamento esotérico e um exotérico, em que o primeiro era ateu e antimonarquista e o segundo religioso e monarquista, Marx recusa tal divisão e aponta as limitações do sistema como limitações do próprio fundamento teórico-prático da filosofia Hegeliana.

Esse apontamento já coloca para Marx problemas que nem compareciam na concepção dos jovens hegelianos que pensavam em libertar o pensamento de Hegel de seu lado exotérico[1] e já demonstra a superioridade da sua concepção em relação aos críticos. Ao mesmo tempo, já é presente a tendência de uma reorientação filosófica ao remeter o pensamento em direção à realidade.

Feuerbach e Hegel

Essa posição marxiana que data da sua tese de doutorado, ou seja, a de que o problema da filosofia de Hegel deve ser buscado nos seus fundamentos socio-históricos, irá ser aprofundada na *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* escrita em 1843. Aqui, já sob a influência de Feuerbach, Marx irá agudizar sua crítica da especulação. Marx identifica nesse momento a tendência de Hegel apontada por Feuerbach de transformar o empírico em resultado de um movimento lógico (MARX, 2005).

Marx ao invés de observar o empírico como resultado místico, já aponta para o acompanhamento das "lutas reais, com as quais a crítica deve se identificar, é visível a busca de um 'novo princípio'" (LUKÁCS, 2007, p. 163), como podemos conferir:

> Portanto, nada nos impede de vincular nossa crítica à crítica da política, à tomada de posição na política, e, desse modo, às lutas *reais*, com as quais a crítica deve se identificar. Então, não enfrentaremos o mundo de modo doutrinário, com um novo princípio: aqui está a verdade, ajoelha-te! Desenvolveremos para o mundo princípios novos que que extrairemos da própria realidade. Não lhe diremos: abandona tuas lutas, elas

> não passam de tolices; cabe a nós te fazer entender a verdadeira divisa do combate. Nós lhe mostraremos apenas por que efetivamente ele luta, já que mesmo a contragosto. A reforma da consciência consiste unicamente em tornar o mundo consciente de si mesmo, em despertá-lo do sono no qual sonha consigo mesmo e em explicar-lhe suas próprias ações. (MARX, 1975 apud LUKÁCS, 2007, p. 163).

Marx já avança em relação a Feuerbach ao aplicar a inversão materialista deste à política, enquanto Feuerbach não se desprende da esfera da religião, Marx já em 1843, tomando como ponto de partida a teoria da alienação deste, consegue visualizar a inversão entre sujeito e predicado do pensamento hegeliano.

Se Feuerbach se limita a condenar o sistema de Hegel por pensar que este quer fazer derivar do pensamento o ser e com isso fazer o mundo a realização do espírito, em suma de uma entidade divina, Marx aplicando a mesma crítica vai observar que Hegel opera a mesma inversão na relação entre Estado e Sociedade Burguesa[2] [*Bürgerliche Gesellschaft*]. A partir dessa inversão se explicitarão duas questões decisivas que indicam o caminho a ser trilhado para a fundação de uma ontologia do ser social.

Se já comparecem neste momento elementos e a indicação do materialismo, ainda falta um elemento central, a classe que é portadora do *ponto de vista* em que poderá se ancorar a nova concepção de mundo [*Weltanschauung*].

Esse elemento só comparecerá mais a frente, depois de Marx já ter perscrutado o terreno da sociedade civil e de sua relação com o Estado em *Sobre a questão judaica*, texto em que polemiza com Bruno Bauer, que escreveu um texto intitulado *A questão judaica*, onde este defende que o caminho da emancipação do judeu era o ateísmo, bem como a emancipação do Estado da religião era a realização da emancipação em geral.

Há duas críticas no texto de Marx que estão vinculadas, a primeira é o pano de fundo geral, e a crítica do idealismo de Bauer, onde este vê a emancipação como a realização do Conceito — que pela mediação da crítica a religião constrói o último degrau do caminho da consciência de si para consciência para-si do gênero humano — Marx vê uma contradição entre emancipação humana e política. E aponta que o fato de o judeu não poder se libertar do judaísmo deriva da própria natureza judaica[3] de sua atividade. A limitação não deriva de o Espírito ainda não ter atingido seu absoluto, mas, sim, do fato que a emancipação é política, e tal parcialidade deriva da própria natureza da classe que a fundamenta.

Tal emancipação ocorre fundada no fato de que a vida social aliena de si as suas próprias forças como forças políticas e que o Estado não é a universalidade universalizada, mas antes a particularidade universalizada. E que, portanto, o Estado constitui uma abstração em face ao egoísmo e ao particularismo real. Daqui nascem de um lado a alienação do indivíduo que se cinde entre *citoyen e bourgeois*, entre indivíduo público e privado, da mesma forma que a vida genérica se torna a *irrealidade* e a particularidade a vida real.

> [...] Só assim, pela *via* dos elementos *particulares*, é que o Estado se constitui como universalidade. O Estado político pleno constitui, por sua essência, a vida do gênero humano em oposição à sua vida material. Todos os pressupostos dessa vida egoísta continuam subsistindo fora da esfera estatal na sociedade burguesa, só que como qualidades da sociedade burguesa. Onde o Estado político atingiu a sua verdadeira forma definitiva, o homem leva uma vida dupla não só mentalmente, na consciência, mas também na realidade, na vida concreta; ele leva uma vida celestial e uma vida terrena, a vida na comunidade política, na qual ele se considera um ente comunitário, e a vida na sociedade burguesa, na qual ele atua como pessoa particular, encara as demais pessoas como meios, degrada a si próprio à condição de meio e se torna um joguete na mão de poderes estranhos a ele. (MARX, 2010, p. 40).

Aqui já aparece a busca de forças sociais reais, ainda que não explícitas, pois, apesar da divisão entre cidadão e burguês não adentrar na determinação fundamental das classes sociais, Marx identifica uma abstração real, uma alienação real. Tal alienação, identificada como fundada na autoalienação do trabalho vai reaparecer nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 44* do qual falaremos mais à frente. Todavia, para apontar a questão, lembremos que aqui Marx (2010, p. 40) identifica que "a vida na sociedade burguesa, na qual ele atua como pessoa particular, encara as demais pessoas como meios, degrada a si próprio à condição de meio e se torna um joguete na mão de poderes estranhos a ele".

Essa investigação o leva a compreender que o atual estágio histórico não é aquele da emancipação humana, mas sim da emancipação política e isso significa que a emancipação do judeu é apenas a completude da emancipação do Estado em relação a religião. É notável novamente a influência de Feuerbach, o Estado é uma alienação da sociedade civil, seu conteúdo perdido e alienado de si. Evidente que Marx já está muito acima

da crítica de Feuerbach e não concordamos com aqueles que pensam em um suposto estágio Feuerbachiano de Marx.

Os problemas que são postos pela análise da sociedade civil como o polo gerador do Estado abrem o campo a ser desvendado de forma que necessariamente comparecem questões que nunca apareceriam na crítica da religião. A prova disto é o avanço de Marx em sua concepção de emancipação humana e emancipação política, bem como na visualização do Estado como corporificação de força social sob a forma de força política.

Devemos apontar aqui, rapidamente, como já comparece no Marx de então a sua orientação antiutópica, sua análise nunca se desprende das determinações do ser, não troca o ser pelo dever-ser por nenhum segundo.

As limitações deste momento do pensamento marxiano, apesar dos avanços, é como dissemos acima, a falta de um elemento fundamental. Isto é, o proletariado.

Em *A crítica da filosofia do Direito de Hegel – Introdução* comparece esse elemento como o fundamento de uma nova estruturação teórica. Marx encontra o sujeito da emancipação humana. Essa classe ainda não comparece como sujeito universal pela sua posição na produção da riqueza social. Antes se faz presente pela identificação entre sofrimento universal e a universalidade da emancipação humana.

Contudo, esse passo possibilita Marx a fundar sua ontologia do ser social. Se aqui o proletariado aparece como um sujeito ainda passivo, no ano de 1844 em que Marx encontrará com o proletariado francês, as sociedades secretas, Engels e a economia política, essa figura mudará radicalmente. Permanecerá como o fundamento intrínseco da teoria social marxiana, mas agora tomada como sujeito histórico que só pode romper suas "cadeias radicais" pela práxis revolucionária.

Filosofia e ciência positiva

Vale aqui, desenvolver dois aspectos ligados: a filosofia marxiana dos anos de 1844 e a ideia de ciência positiva exposta na Ideologia Alemã. Contra uma certa interpretação de Marx, entendemos que o pensamento marxiano não se instaura como uma antifilosofia, como alguns althusserianos nos dias de hoje pretendem, radicalizando a ignorância epistemológica de Althusser.

O que ocorre no pensamento marxiano, que desde 1837 buscava a ideia na realidade é a radicalização mesma dessa posição que se agudiza e aprofunda conforme seu contato com a filosofia se estreita e os problemas reais aparecem pedindo resolução. Essa inflexão é produto, primariamente das limitações filosóficas que não podem ser resolvidas no interior desse complexo problemático. A própria busca de sistematização por parte de Marx pede que os complexos particulares, os quais são seu objeto neste momento, sejam englobados em uma configuração totalizante.

Essa dimensão de totalização é um imperativo de todo e qualquer objeto parcial que se põe como coisa a ser desvendada em seu ser em-si. Marx ao captar tal determinação põe como possibilidade a reorientação radical de toda a estruturação da filosofia anterior. Se aqui se põe como problema fundamental o problema da universalidade da filosofia, é apenas e tão somente porque a filosofia se fundamenta em uma universalidade alienada.

A divisão social do trabalho aparece na história como um impedimento de realização daquela universalidade genuína da criação dos sistemas, que *par excellence* parciais, aqui só podem expressar seus problemas como movimento autoimanente e autônomo das determinações sociais que põem a filosofia como necessidade histórica, como complexo fundado em uma necessidade social, que em última instância deriva de uma necessidade material.

Se há uma negação de Marx em relação à filosofia, ela se expressa tão somente sob a base dessa alienação. A filosofia vista como campo autônomo que se automovimenta e se põe sob a sua própria base, resolve os problemas especulativamente e neste sentido essa universalidade se apresenta como uma falsidade.

Todavia, essa rejeição não leva Marx, em nenhum momento, a negar a sistematização de uma universalidade filosófica. Antes como nos diz Mészáros (2008, p. 94): Marx estava "ciente que de que o desenvolvimento problemático da filosofia como universalidade alienada era a manifestação de uma contradição objetiva e tentava encontrar uma solução para essa contradição".

Disto é simples Marx (2013, p. 163) chegar à conclusão que: "A filosofia não pode se efetivar sem a suprassunção [Aufhebung] do proletariado, o proletariado não pode se suprassumir sem a efetivação da

filosofia" não é simplesmente uma volição idealista da juventude. É antes disso uma reorientação da filosofia em relação a vida real, a posição de que a problemática da parcialidade posta e da universalidade exigida pela filosofia só pode se realizar praticamente.

Essa universalidade real e possível é apontada por Marx em a Ideologia Alemã quando diz que:

> Essa "alienação" [Entfremdung] para usarmos um termo compreensível aos filósofos, só pode ser superada, evidentemente, sob dois pressupostos práticos. Para que ela se torne um poder "insuportável", quer dizer, um poder contra o qual se faz uma revolução, é preciso que ela tenha produzido a massa da humanidade como absolutamente "sem propriedade" e, ao mesmo tempo, em contradição com um mundo de riqueza e de cultura existente, condições que pressupõem um grande aumento da força produtiva, um alto grau de seu desenvolvimento – e, por outro lado, esse desenvolvimento das forças produtivas (no qual já está contida, ao mesmo tempo, a existência empírica humana, dada não no plano local, mas no plano histórico-mundial) é um pressuposto prático, absolutamente necessário, pois sem ele apenas se generaliza a escassez e, portanto, com a carestia, as lutas pelos gêneros necessários recomeçariam e toda a velha imundice acabaria por se restabelecer; além disso, apenas com esse desenvolvimento universal das forças produtivas é posto um intercâmbio universal dos homens e, com isso, é produzido simultaneamente em todos os povos o fenômeno da massa "sem propriedade" (concorrência universal), tornando cada um deles dependente das revoluções do outro; e, finalmente, indivíduos empiricamente universais, histórico-mundiais, são postos no lugar dos indivíduos locais. Sem isso, 1) o comunismo poderia existir apenas como fenômeno local; 2) as próprias forças do intercâmbio não teriam podido se desenvolver como forças universais e, portanto, como forças insuportáveis; elas teriam permanecido como "circunstâncias" doméstico-supersticiosas; e 3) toda ampliação do intercâmbio superaria o comunismo local. O comunismo, empiricamente, é apenas possível como ação "repentina" e simultânea dos povos dominantes, o que pressupõe o desenvolvimento universal da força produtiva e o intercâmbio mundial associado a esse desenvolvimento. (MARX, 2007, p. 38-39).

É justamente tal universalidade real, que põe a possibilidade de uma base real para a filosofia. A realização da filosofia é uma tarefa prática, posta por indivíduos reais.

Não ocorre aqui a realização da filosofia sob a base de uma universalidade fictícia que se move sob a lógica englobando e fundando negativamente seus passos até a verdade absoluta. Marx capta a contradição objetiva que se expressa no complexo filosófico como a existência da divisão social do trabalho.

> Com isso, desenvolve-se a divisão do trabalho, que originalmente nada mais era do que a divisão do trabalho no ato sexual e, em seguida, divisão do trabalho que, em consequência de disposições naturais (por exemplo, a força corporal), necessidades, casualidades etc. etc., desenvolve-se por si própria ou "naturalmente". A divisão do trabalho só se torna realmente divisão a partir do momento em que surge uma divisão entre trabalho material e [trabalho] espiritual. E a partir desse momento, a consciência pode realmente imaginar ser outra coisa diferente da consciência da práxis existente, representar algo realmente sem representar algo real – a partir de então, a consciência está em condições de emancipar-se do mundo e lançar-se à construção da teoria, da teologia, da filosofia, da moral etc. "puras". (MARX, 2007, p. 35).

O significado de "puras" não poderia passar despercebido, são justamente as formas de ideação que parecem autônomas do desenvolvimento real, das formas concretas desse desenvolvimento da humanidade. A particularidade como momento de expressão de todos os complexos parciais. É justamente aqui que se põe a absoluta inépcia do "marxismo" positivista, que quer declarar morta toda universalidade em troca das "ciências positivas".

Não declaremos isso como apenas um problema de intencionalidade prévia daqueles que pendendo para as más querem injetar conteúdos estranhos ao corpus teórico marxiano. Mesmo Engels (1950, p. 24, tradução nossa) cai nesse problema, quando diz que o materialismo consistiria em "*alle veritá relative per la via delle scienze positive e della sintesi dei loro risultati a mezzo del pensieri dialéctico*"[4].

Aqui o problema principal é declarar a filosofia como um mero aglomerado de partes, como uma organização das ciências positivas sem a capacidade ativa de desenvolver e retirar consequências de longo alcance de tais resultados. Engels aceita o pensamento dialético como mero apêndice de ciências particulares. E expurga a universalização e com isso qualquer sistematização mais abrangente das ciências.

É aqui que é possível debilitar o pensamento marxiano gravemente, visto que sem aquele sistema que Mészáros chama de *primeira ordem* de mediações, é impossível qualquer totalização abrangente consequente, e a impossibilidade de qualquer conteúdo ontológico.

Sem querer Engels introduz uma verificação gnosiológica ao imputar a generalização filosófica como soma de resultados das ciências particulares, sem função de universalização teórica abrangente, que constitui realmente uma ontologia.

Engels, no mesmo texto fala em fim da filosofia, o que não condiz com o próprio desenvolvimento teórico de Marx. Como diz Mészáros:

> [...], ele [Marx] não só enfatizou a interdependência necessária do desenvolvimento total dos indivíduos e seu controle consciente da propriedade e da produção, mas também ressaltou que, desde que tais desenvolvimentos não se concretizem na vida real, a filosofia está fadada a continuar a ter uma existência isolada, em ver de se integrar à vida cotidiana e dessa maneira "se realizar. (MÉSZÁROS, 2008, p. 97).

Pois o isolamento da filosofia é antes uma contradição interna da práxis social que não conseguiu produzir ainda uma universalidade real, baseada na superação da contradição entre trabalho manual e intelectual.

De outro lado, a positividade é que a filosofia pode e deve continuar a ser posta como mediação necessária para uma negação prática da parcialidade existente e cotidianamente reposta. Se de um lado a parcialidade se plasma, isso não significa aceitá-la como condição de existência do ser social, antes é só a universalidade que pode tornar conhecida e transformável a totalidade existente.

Dito isso, podemos dizer que sob a universalidade de uma ontologia do ser social, Marx fundou uma ciência positiva — para evitar mal-entendido, aqui ciência positiva nada tem de próximo ao positivismo e ao neopositivismo — esse padrão de cientificidade tem, desde o primeiro momento, a característica de buscar a síntese dos conteúdos sob exame.

A Universalidade Filosófica Marxiana

Para retomarmos a expressão marxiana de 1837, onde dizia em uma carta a seu pai que chegou "ao ponto de buscar a ideia na própria realidade" (MARX apud MÉSZÁROS, 2008, p. 98), tal orientação indica a impossibilidade de permanecer nos limites da filosofia enquanto tal. Sem que a filosofia fosse contraposta, Marx foi forçado a adentrar em novas estruturas de totalização abrangentes, que ao mesmo tempo que punham a universalidade como momento necessário, expressava a necessidade de um conhecimento concreto sobre tal universalidade. Não era mais possível permanecer vinculado a especulação filosófica.

Além disto, este passo forçava Marx a resolver o problema da unitariedade teórico-prática. O desenvolvimento da práxis social real, colocava toda e qualquer solução teórica tendo como elemento crucial a sua transitoriedade, sua relatividade — sem qualquer brecha a relativismos — em relação ao desenrolar real da sociabilidade.

A filosofia se direcionava a uma positividade que externa a ela era seu conteúdo, como diz Chasin:

> Para Marx, contudo, a aniquilação do pensamento especulativo, é um empreendimento imprescindível. Seu esmagamento é uma das condições para a instauração de um novo saber [...] Dar as costas aos *automovimentos da razão* e voltar-se para os *automovimentos do mundo real*, eis o giro marxiano. Calar o pensamento que só fala de si, mesmo quando deseja ardentemente "falar das pedras", para deixar que as "pedras" falem pela boca da filosofia. Esganar a especulação filosófica que fala pelo mundo, para que o mundo possa falar de si pela voz, assim tornada concreta, da filosofia. (CHASIN, 1988, p. 44).

Marx ao buscar a ideia no real aponta a qualidade da sua inflexão ontológica. Tal inflexão imputa como necessidade interpretar o mundo até o fim, pois só assim é possível transformar o mundo até o fim. A crítica ontológica como necessidade histórica da revolução. A filosofia não faz a revolução, a filosofia encontra no seio do ser a necessidade histórica da revolução.

A ciência positiva marxiana consiste nesse saber ontologicamente fundado, que determina e rastreia os nexos determinativos do ser social em suas formas históricas particulares. Que encontra os nexos das

potencialidades reais operantes na socialidade, que determinam as formas e as tendências de desenvolvimento e socialização dos homens em seu pôr-se enquanto generidade autoconstituída.

Nesse sentido específico, a superação real do capital significa a aposentadoria da produção científica marxiana, sem significar a aposentadoria da impostação filosófico-científica de caráter ontometodológico. Isto deriva, fundamentalmente do sistema de totalização aberto fundado por Marx.

Como nos diz Mészáros

> Na verdade, a influência infinitamente incomparável de Marx sobre o conjunto da história dos homens não pode ser separada do fato de que ele tenha redefinido radicalmente a filosofia como um empreendimento coletivo, para o qual muitas gerações contribuem com sua parte, de acordo com os requisitos e potencialidades de sua situação. (Nesse sentido, quando falamos sobre uma reorientação radical de toda a estrutura do conhecimento, enquanto grande empreendimento coletivo, só pode existir marxismo e não "marxismos". (MÉSZÁROS, 2008, p. 100).

Poderia parecer estranho dizer que só existe marxismo, e não marxismos, mas como o próprio Mészáros explica, os marxismos são frutos de especificidades sociopolíticas que se alteram, se reconceptualizam conforme evoluem as condições das quais são produtos históricos. A significação do marxismo enquanto teoria que constitui uma estruturação com uma angulação radicalmente diferente é um fato que deriva da própria impostação ontológica marxiana do ser.

Isto é, a teoria materialista da objetividade não é apenas um componente teórico de Marx, mas uma fundamentação radicalmente nova que ao encontrar os nexos ontológicos do ser social, a prioridade ontológica da objetividade, não pode mais retroceder ao nível da filosofia encastoada em si mesma.

O resumo dessa concepção nos dá Marx,

> O ser objetivo [é] o homem real, o homem de carne e osso, que está na terra firme e redonda, aspirando e expirando forças da natureza. [...] Ele age objetivamente, o que não poderia fazer se a objetividade não fosse sua determinação essencial. Ele cria e põe objetos somente porque ele mesmo é criado e posto por objetos, porque é antes de mais nada *natureza*. No ato de pôr algo, portanto, ele não abandona sua "atividade pura" para produzir um *objeto*; ao contrário, seu produto *objetivo* atesta simplesmente sua atividade *objetiva*, sua atividade enquanto atividade de um ente natural objetivo. [...] Ser material, natural, sensível, ou ter diante de si um objeto material, natural para um terceiro, tudo isso é a mesma coisa. [...] Um ser não objetivo é um *não-ser*. (MARX apud LUKÁCS, 2007, p. 189).

A partir dessa determinação fundamental Marx pôde tirar as consequências teóricas desse fato ontológico. A partir disso, não é de se espantar a impossibilidade de Marx de desenvolver essa estrutura abrangente e ao mesmo tempo conseguir desenvolver todas as questões historicamente específicas.

Sobre a base geral de uma ontologia do ser social, a concreção cientifica se operacionaliza, a chave heurística marxiana tomada erroneamente como uma decisão subjetiva, — lembremos de Weber apontando que Marx partiu de uma escolha dentre outras possíveis na análise do surgimento do capitalismo. Assim, claro, Weber traz a questão para o seu campo, discutindo a questão como se a escolha da pesquisa partisse de um juízo de valor e não de uma impostação objetiva concreta sobre o qual o juízo se faz — a partir dessa impostação ontológica precisa, qual seja, a de que os homens se autoproduzem a partir do trabalho e assim produzem também, com mediações sempre mais sociais, suas formas de consciência social.

Nunca é demais relembrar esse ponto, a descoberta do trabalho como categoria fundamental e responsável primária pela autoentificação do gênero humano, em suma, do homem enquanto humanidade posta. Descoberta que se deve a Hegel, mesmo que de forma idealista e travestida de trabalho do Conceito, é fundamental para a superação por Marx tanto do idealismo hegeliano, quanto do sensualismo feuerbachiano.

Para exemplificar, basta-nos relembrar que Hegel só retorna ao debate do Jovem Marx nos *Manuscritos Econômico-filosóficos de 1844*. Desde 1843, na *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, que Hegel não comparece explicitamente nos textos marxianos. E apenas em 44 é que esse retorno vai se operar.

Marx nos explicita esse motivo ao realizar a síntese de sua impostação filosófica já em início de 46, isto é, a data mais ou menos próxima das *Teses ad Feuerbach*. Como se segue:

> O principal defeito de todo o materialismo existente até agora (o de Feuerbach incluído) é que o objeto [Gegenstand], a realidade, o sensível, só é apreendido sob a forma do *objeto* [Objekt] ou da *contemplação*, mas não como *atividade humana sensível*, não como *prática*: não subjetivamente. Daí o lado *ativo*, em oposição ao materialismo, [ter sido] abstratamente desenvolvido pelo idealismo – que, naturalmente, não conhece a atividade real, sensível, como tal. Feuerbach quer objetos sensíveis [*sinnliche Objekte*], efetivamente diferenciados dos objetos do pensamento: mas ele não apreende a própria atividade humana como atividade objetiva [*gegenstandliche Tatigkeit*]; Razão pela qual ele enxerga, n'*essência do cristianismo*, apenas o comportamento teórico como o autenticamente humano, enquanto a prática é apreendida e fixada apenas em sua forma de manifestação judaica, suja. Ele não entende, por isso, o significado da atividade "revolucionária", "prático-crítica". (MARX, 2007, p. 533).

Esses defeitos descobertos por Marx não derivam simples e diretamente das três fontes constitutivas do Marxismo, como por muito foi elencado por Lênin. A impostação tem uma profundidade mais acentuada.

Quando Marx, em 44, se confronta com a economia política clássica, ele tem que finalmente discutir a categoria trabalho. E quando se põe a discuti-la — e aqui lembremos que Marx está debatendo a partir da filosofia, não se apropriou ainda do conteúdo da economia política a ponto de formular uma crítica interna — o faz rastreando as determinações fundamentais de tal categoria no seio do próprio ser onde esta categoria se faz presente.

Ele, primariamente, ao se confrontar com a Práxis, a relação sujeito–objeto, não pode se manter nos marcos do materialismo de Feuerbach, em que a objetividade é sempre uma objetividade *morta*, sem história, contemplativa. Marx tem que retornar a Hegel, e é por isso que a última parte dos *Manuscritos econômico-filosóficos de 44* termina com uma discussão com a *Fenomenologia do Espírito*.

Como podemos ver, Marx irá ressaltar o grande avanço de Hegel:

> A grandeza da Phänomenologie de Hegel e do seu resultado final – da dialética, da negatividade como princípio motor e gerador – é, portanto, por uma lado, que Hegel apreende a autogeração do homem como um processo, a objetivação (*Vergegenständlichung*), como desobjetivação (*Entgegenständlichung*), como exteriorização e como superação dessa exteriorização; que ele, portanto, apreende a essência do *trabalho* e concebe o homem objetivo, verdadeiro, porque homem real, como resultado do seu *próprio trabalho.* (MARX, 2015, p. 370).

A exaltação da descoberta de Hegel não ocorre por acaso, ela permite Marx fundar a sua sistematização, sua concepção de história, sua ontologia a partir de um solo muito seguro. A descoberta que os homens se autoproduzem sob a mediação do trabalho é a chave para o sistema marxiano.

Não por acaso, é justamente o que permite a crítica ao próprio Hegel, que identifica objetivação [Vergegenständlichung] com alienação [Entfremdung], como diz o próprio Marx:

> Toda a *história da alienação* e de sua reapropriação [aparece como] a *história da produção* do pensamento abstrato, ou seja, absoluto, do pensamento lógico, especulativo. [...] O que constituía a essência da alienação e que faz da sua superação necessária não é o fato de que o ser humano se *objetive desumanamente* em oposição a si mesmo, mas que ele se *objetive diferenciando-se* do pensamento abstrato e *em oposição* a ele. (MARX, 1962 apud LUKÁCS, 2007, p. 188).

É assim que Hegel concebe a objetividade em geral como alienação, já que sua filosofia tem como fundamento a alienação real. Desta forma, misticamente Hegel suprime toda objetividade na transcendência[5] [Aufhebung] do Espírito Absoluto.

Marx pôde transcender o idealismo objetivo de Hegel, justamente ao conceber o trabalho a partir do par modal; objetivação e exteriorização[6]. E conceber a alienação em termos negativos, que se põe sob formas específicas, sob relações sociais de produção onde o trabalho é subjugado por seu próprio produto. E que não aparece como autoprodução humana, mas como algo externo e alheio.

Ao equacionar desta forma, foi possível, primariamente, resolver tanto a gênese ontológica, quanto o desenvolvimento da relação sujeito — objeto, tentativa que comparece em Hegel. Concomitantemente, o desenvolvimento histórico da humanidade tornou-se compreensível sem a necessidade de nenhuma esfera teológica em que necessariamente as teleologias da história, as teodiceias tivessem que se fazer presentes.

É autoevidente que essa superação, como já denotamos acima, depende de fatores objetivos e subjetivos. Primeiro, necessita que o trabalho tenha se tornado uma categoria plenamente social, que venha a luz sob essa forma social a partir de uma personificação particular, e que esse "ponto de vista" se faça presente. Ou seja, a teoria marxiana, a ontologia marxiana só é possível pelo sujeito que possui uma potência realmente universal, pela posição do trabalho em antagonismo ao capital que começa a surgir. Em segundo, pela própria filosofia clássica alemã, pelo socialismo utópico francês e pela economia política clássica. Queremos ressaltar aqui, que esse amálgama constitutivo da teoria marxiana, apesar de imprescindível, não é o que realiza o salto fundamental no pensamento de Marx. Sem a descoberta daquela relação fundante do trabalho e da concomitante superação do idealismo e da contemplação materialista não seria possível a teoria marxiana alçar seu patamar teórico-científico.

Lukács aponta essa questão quando diz que:

> [...]: já os manuscritos de 1843 revelam, de modo bastante claro, que o materialismo dialético não é de modo algum uma síntese eclética de dialética hegeliana e materialismo feuerbachiano; ao contrário, eles demonstram que a inversão da filosofia hegeliana, a "colocação sob os próprios pés" do que estava de cabeça para baixo, modificou qualitativa e fundamentalmente a dialética *enquanto tal*. O marxismo não nasce simplesmente da decisão de cancelar a mistificação do "espírito do mundo" e de outros conceitos deste tipo, mas conservando, ao mesmo tempo, o método de Hegel, combinado de modo eclético, no melhor dos casos, com um material recolhido das ciências naturais, com análises econômicas e sociológicas etc. Trata-se, ao contrário, de desenvolver um método fundamentalmente novo, *oposto* à dialética hegeliana. (LUKÁCS, 2007, p. 150).

Marx inicia seus passos para a fundação de um sistema novo de totalização, ancorado no proletariado como a classe universal como comparece no próprio texto de 1843. Essa inversão materialista abre a superação não apenas do idealismo hegeliano, mas as diferentes formas de idealismo ao ter em seu seio, são, segundo Lukács (2007, p. 148) "os princípios fundamentais de uma superação geral e abrangente de qualquer forma de idealismo no plano dos conceitos".

Essa superação se deve sobretudo ao modo de ser do próprio idealismo, que separa sujeito e predicado e hipostasia as determinações predicativas como se possuíssem existência autônoma. Essa determinação perpassa o idealismo enquanto tal.

Considerações finais

Nos parece claro, dessa forma que Marx não fundou uma antifilosofia, o que significa imediatamente a supressão da universalidade teórica, pois qualquer antifilosofia precisa se manter no nível da particularidade de modo que não podem existir determinações universais, tendo que negar mesmo o caráter de *abstrações razoáveis* das determinações históricas, assim como o próprio caráter fundante do trabalho.

Não há hierarquização categorial dada a partir de níveis de ser e a análise adentra no acidentado terreno do socio-centrismo, no qual o autoengendramento do ser social a partir de sua própria interioridade se torna absolutamente indiscernível. Já que a natureza é excluída do quadro teórico e com isto qualquer diferenciação e articulação possível do ser social em relação a natureza é desprezado como metafísica.

Isto acarreta problemas que não podem ser nem minimamente tratados em um artigo, podemos apenas assinalar que a perca do sujeito histórico e a transmutação do espírito absoluto em capital como sujeito absoluto que impõe de forma irremediável seus imperativos de modo a suprimir o momento subjetivo da processualidade histórica. A partir desse momento as classes sociais passam a ser uma espécie de autômato, apêndice do capital.

Se reinsere a estrutura como uma cela da qual não se pode fugir e sumido o sujeito histórico real, o capital aparece como o seu próprio coveiro, sem necessidade do proletariado. Sustenta-se, então, a tese de que o capital conduz a sua própria superação por contradições internas[7].

Referências

CHASIN, J. (org.) Marx hoje. São Paulo: Ensaio, 1988.

ENGELS, F. Ludwig Feuerbach e il punto d'aproddo della filosofia clássica tedesca. Editori Riuniti: Roma, 1950.

LUKÁCS, G. O jovem Marx e outros escritos de filosofia. Rio De Janeiro: Editora UFRJ, 2007.
MARX, K. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. São Paulo: Boitempo, 2013.
MARX, K. ENGELS, F. A Ideologia Alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.
MARX, K. Sobre a questão judaica. São Paulo: Boitempo, 2010.
MARX, Karl. Cadernos de Paris e Manuscritos Econômico-Filosóficos. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
MÉSZÁROS, I. Filosofia, Ideologia e Ciência Social. Boitempo, 2008.

Notas

[1] É interessante notar como a Werkritik se utiliza da mesma divisão para avaliar a obra marxiana, em que para autores como Robert Kurz, Anselm Jappe etc. haveria dois Marx, um esotérico e outro exotérico. Um Marx que defenderia uma posição ontológica de trabalho e outro que na maturidade teria abandonado tal concepção por descobrir o automatismo do valor. Essa posição é exposta por Kurz em seu Manifesto contra o trabalho. Um texto que se contrapõe a essa questão é o livro de Sérgio Lessa Trabalho e Proletariado no Capitalismo Contemporâneo.

[2] A tradução poderia ser por Sociedade Civil, já que apenas no modo de produção capitalista a sociedade civil se diferencia do Estado com a alienação do poder político em uma esfera apartada da vida social.

[3] No texto, Marx utiliza atividade judaica como a atividade egoísta que existe na sociedade civil como o Bellum omnium contra omnes.

[4] "alcançar verdades relativas, através das ciências positivas e da soma de seus resultados por meio do pensamento dialético". A opção pela edição italiana ocorreu apenas pelo fato de estar a mão (ENGELS, 1950, p. 24).

[5] O conceito de Aufhebung é um dos mais difíceis de se traduzir ao português, simplesmente porque não há palavra que consiga expressar seu movimento interno. Aqui escolhemos o termo conforme Mészáros (2008) costuma utilizar, sem nenhum retorno a Kant, o verbo transcender parece uma boa opção de tradução.

[6] Sem entrar na discussão, só apontamos que a questão do significado da objetivação e da exteriorização no quadro teórico-conceitual marxiano, bem como a tradução dessas categorias são objetos de debate do texto de Sérgio Lessa no posfácio do livro de Marx Cadernos de Paris & Manuscritos econômico-filosóficos publicado pela Expressão Popular e a posição de Mônica Hallak em sua dissertação com o título A diferença entre as categorias Lebensäusserung, Entäusserung, Veräusserung e Entfremdung nos Manuscritos de 1844 de Karl Marx.

[7] Esse complexo de problemas ainda precisa ser analisado cuidadosamente, partindo da juventude de Lukács, passando pela Escola de Frankfurt e chegando a Wertkritik, pois o sociocentrismo existente em História e consciência de classe parece ser o ponta pé inicial e constitutivo dessas escolas do pensamento. Podemos aqui apenas sinalizar que a WertKritik se insere exatamente neste movimento. Desde Gorz e seu adeus ao proletariado, até Kurz onde afirma que as lutas de classes são aspecto secundário e o movimento do capital é o principal. E ponderando uma identidade entre capital e trabalho, donde o último constituir apenas e tão somente um momento do primeiro.

Frederico Fernando Moisés Lambertucci
fredericolambertucci@gmail.com
Mestre em Serviço Social pela Universidade federal de Alagoas (UFAL).
Doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

UFAL
Avenida Lourival Melo Mota, s/n, Tabuleiro do Martins.
Maceió - Alagoas - Brasil
CEP: 57072-900

Mariana Collette Piai Ersina
marianaersina.c@gmail.com
Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).
Doutoranda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

UFSC
Endereço: Rua Roberto Sampaio Conzaga, s/n – Trindade)
Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
CEP: 88040-970

Agradecimentos
Agradecemos aos nossos orientadores e amigos Sérgio Lessa, Ivo Tonet e Maria Gabriela Guillen Carias pelos frutíferos debates e pelas polêmicas.
Agência financiadora
Não se aplica.
Contribuições das autoras
Todas as ideias, frases, parágrafos e linhas constituem uma construção conjunta de ambos que não apenas discutiram, mas escreveram conjuntamente.
Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação
Não se aplica.
Consentimento para publicação
Consentimos dos autores.
Conflito de interesses
Não há conflito de interesses.

ESPAÇO TEMA LIVRE

A obra madura de Lukács: sobre a correlação entre ética e ontologia

Vitor Sartori[1]
https://orcid.org/0000-0001-9570-9968

[1]Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Direito do trabalho e introdução ao Direito, Curso de Direito, Programa de Pós-graduação em Direito, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

A obra madura de Lukács: sobre a correlação entre ética e ontologia

Resumo: Neste artigo, analisaremos a colocação da questão da ética em Lukács, explicitando que a correlação existente em sua obra entre ontologia e ética é distinta do que se pode imaginar de início. Trata-se de uma abordagem que, na esteira da ênfase na necessidade de renascimento do marxismo diante da permanência do stalinismo, enfatiza a importância da apreensão do ser-propriamente-assim da sociedade em ligação com o estudo da prática em meio a esta mesma sociedade. No projeto da Ética, não se tem qualquer teorização que se assemelhe a uma abordagem reflexiva da moral; antes, ao trazer a correlação entre ética e ontologia ao centro do debate, o autor de *Para uma ontologia do ser social* destaca o que chama de dialética objetiva do desenvolvimento da sociedade.

Palavras-chave: Lukács. Obra madura de Lukács. Ontologia. Ética. Renascimento do Marxismo.

Lukács´ late work: on the relation between Ethics and Ontology

Abstract: we will analyze the matter of Ethics in Lukács, explaining that there is a correlation in his work between ontology and ethics. And it something different from what one might initially imagine. It is an approach that, with emphasis on the need for a rebirth of Marxism in the face of the permanence of Stalinism, emphasizes the importance of apprehending society's being and studies the practice that occurs in the medium of this same society. There is no theorizing that resembles a reflexive approach to Moral; rather, by bringing the correlation between ethics and ontology to the center of the debate, the author of *Towards an ontology of social being* emphasizes what he calls the objective dialectic of the development of society.

Keywords: Lukács, Lukács´ late work, Ontology, Ethics, Rebirth of Marxism

Recebido em 14.07.2021. Aprovado em 16.12.2021. Revisado em 08.03.2022.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

Importantes autores como Nicolas Tertulian destacam a centralidade do projeto da Ética colocado por Lukács, dizendo que "não era possível estabelecer a especificidade da atividade ética fora de uma reflexão em conjunto", de modo que "a *Ontologia do ser social* representa a concretização desse vasto programa totalizante, destinado a preparar a Ética" (TERTULIAN, 2010, 390). No Brasil, José Paulo Netto é explícito no sentido de que "sem uma teoria do ser (uma ontologia) social, a ética seria insustentável (enquanto uma ética materialista e dialética)." (PAULO NETTO, 2012, p. 16) E, assim, o projeto lukacsiano seria de tal monta que uma das grandes obras do autor húngaro, *Para uma ontologia do ser social*, poderia ser vista, no limite, como uma espécie de preâmbulo para uma Ética.

Esta última passaria pela questão do estranhamento e do desestranhamento (TERTULIAN, 2006), pela especificidade do gênero humano em-si e para-si (TERTULIAN, 2016), pela crítica ao stalinismo (TERTULIAN, 2007a, 2007b), bem como pela dimensão estética (TERTULIAN, 2008). Ou seja, ao que parece, o projeto lukacsiano da Ética traria temas essenciais a seu legado, bem como ao presente. E isto ocorreria de modo a explicitar questões que apareceriam somente indicadas em suas obras maduras, como a já mencionada *Ontologia*, bem como a *Estética*.

Nessa esteira, Nicolas Tertulian chega mesmo a se dizer que "não se deve esquecer que a *Ontologia do ser social* nasceu como pano de fundo de uma vasta pesquisa consagrada aos problemas da Ética" (TERTULIAN, 2010, p. 390). E, com isto, parece restar claro que a Ética de Lukács apoia-se em sua ontologia, e que esta última teria grande valia por preparar o terreno para este grande projeto do marxista húngaro. No limite, isto poderia levar a defesa de uma Ética que poderia se contrapor aos relativismos atuais e, também por isto, o tema seria de enorme relevância. (CARLI, 2017) Ou seja, salvo poucas exceções, como Mészáros (1972, 2002) — que acredita que a tematização lukacsiana da ética decorre de falta de mediações políticas em seu pensamento, mas que não chega a fazer uma crítica imanente da obra madura do autor húngaro, o que nos parece essencial ao tema (SARTORI, 2018) — há certa concordância no sentido de que a Ética lukacsiana, mesmo não desenvolvida de modo sistemático, poderia ter sido a grande contribuição do marxista magiar. Há, pode-se dizer, uma sensação de vazio. E isto ocorre de tal modo que Oldrini pode falar que "permanece, portanto, verdadeiro que a prometida ética não existe. Os rascunhos das *Versuche*[1] não remedeiam, já que não tem, certamente, o posto de uma Ética" (OLDRINI, 2017, p. 324). Ou seja, embora sempre se reconheça — ao menos nos estudiosos mais autorizados da obra madura de Lukács — os méritos de sua obra, parte substancial dos grandes intérpretes de seu pensamento é tomada pelo sentimento de que a prometida obra traria resolução mais concreta para temas essenciais ao presente, ao mesmo tempo em que poderia desenvolvê-los mais sistematicamente em uma abordagem sistemática digna do *posto de uma Ética*, para que se fale com Oldrini.

No presente escrito problematizaremos tais posicionamentos. A partir daquilo que José Chasin (2009) chamou de análise imanente, pretendemos explicitar a gênese, a estrutura e a função da colocação da questão da ética no pensamento do Lukács maduro.

Ética e ontologia

Se aos grandes intérpretes do pensamento lukacsiano a *Ontologia*, de certo modo, prepara a Ética, há de se ver o contexto em que Lukács diz trabalhar em tais obras:

> Minha atividade essencial depois de 1956 está ligada a estas tarefas. As obras maiores, uma recém-concluída *Ontologie des gesellschaftlichen Seins* (*Ontologia do ser social*) e uma projetada Ética pretendem oferecer contribuições para a fundamentação de uma práxis comunista no presente ... e no futuro. (LUKÁCS, 2008, p. 212).

O primeiro ponto a se destacar é que o próprio Lukács não traz uma relação de hierarquia entre as suas mencionadas obras. Ambas buscam contribuir para a fundamentação de uma práxis comunista; as *Notas sobre uma ética* (2015) têm a escrita contemporânea à *Ontologia*, que o autor húngaro diz estar recém-concluída,

1 Oldrini refere-se aqui às *Notas para uma ética* (2015).

mas que, em sua completude – ao se ter em conta tanto a parte histórica quanto a sistemática –, também restou inconclusa e teve mudanças substanciais na exposição nos *Prolegômenos* (2010).

Ou seja, a rigor, tanto os estudos sobre a ontologia quanto aqueles sobre a ética não foram concluídos e estavam em desenvolvimento quanto Lukács veio a falecer em 1971. Nosso autor diz que não há "nenhuma ética sem ontologia" (LUKÁCS, 2015, p. 181). Mas isto não significa que, primeiro, deva-se desenvolver uma Ontologia sistemática para, então, iniciar uma Ética igualmente sistemática. O significado daquilo que diz Lukács é muito mais mundano; em suas palavras: "Ad Ética e ontologia. Impossível colocar-se o ético sem adicionar condição do mundo" (LUKÁCS, 2015, p. 193). Mesmo que possa existir certo ímpeto à sistematização filosófica no autor húngaro e mesmo que isto possa ser problemático em alguns pontos (CHASIN, 2009) — sobretudo ao se ter e mente sua relação com Hegel em algumas obras como *Introdução a uma estética marxista* (2018b) —, não há uma relação de dependência entre ética e ontologia no sentido em que estas últimas são entendidas na filosofia acadêmica. Antes, nosso autor coloca-se contra esta forma de divisão da filosofia, que decorreria do processo de segmentação do conhecimento, bem como de conformação das ciências parcelares. (LUKÁCS, 2020a, 2020b). E, assim, trabalha-se em uma *Ontologia* em uma Ética, mas há consciência sobre o caráter unitário da realidade, que é apreendida em graus distintos de abstração.

Ontologia e Ética, pois, tratam da mesma realidade, mas em graus diferentes de concretude; são, portanto, indissociáveis e não possuem um desenvolvimento autônomo próprio. O marxista húngaro vê sua obra "como passos mais ou menos bem-sucedidos na direção de minha pretendida renovação do marxismo do ponto de vista ontológico" (LUKÁCS, 2020a, p. 157), o que seria essencial em um momento em que — como a falência da revolução húngara de 1956 atestou (MÉSZÁROS, 2018) — ainda vigia o stalinismo, o qual seria um entrave ao socialismo e ao marxismo: "de fato, somente diante da liquidação do stalinismo podem surgir no socialismo tendências que tornam a vida significativa"; e, infelizmente, diz nosso autor: "elas foram sufocadas no sistema stalinista, e na forma, até agora, stalinista de sua superação" (LUKÁCS, 2014, p. 77-78). Ou seja, a renovação do marxismo seria essencial diante de um cenário em que, inclusive, "é muito baixo o número daqueles que realmente leram Marx" (LUKÁCS, 2020a, p. 92). Também aparece esta temática ao passo que — e aqui nosso autor é bastante duro — diz Lukács: "o marxismo, concebido acertadamente, [...] não existe mais. Em seu lugar, temos o stalinismo, e continuaremos a tê-lo ainda por algum tempo." (LUKÁCS, 1972, p. 32) O autor húngaro diz que "não há mais marxistas. Nós simplesmente não temos uma teoria marxista" (LUKÁCS, 1972, p. 31). Ou seja, a referência ao ano de 1956 não é fortuita: após a repressão à revolução húngara, Lukács se volta à Ontologia e à Ética ao ter em conta, não a formação de um sistema filosófico mais ou menos fechado, mas procurando contribuir na tarefa de renascimento do marxismo (LUKÁCS, 2020a).

O segundo ponto a se destacar, assim, é que dizer que não pode existir uma Ética sem uma ontologia significa algo diferente do que talvez se pense. O autor de *Para uma ontologia do ser social* não está ressaltando que sua Ontologia é uma espécie de introdução ou condição para seu escrito posterior, e inconcluso. O renascimento do marxismo levaria nosso autor a enxergar suas contribuições "como elaboração que vai da doutrina marxista da atividade humana da vida cotidiana à ética sob uma nova luz" (LUKÁCS, 2020a, p. 157). E, dessa maneira, ele aponta para a interrelação entre as esferas da atividade humana, esferas cuja especificidade é apreendida em suas obras de maturidade (SARTORI, 2021), mas cuja relação concreta na realidade efetiva do presente ainda precisaria ser exposta com o devido cuidado. Podemos dizer, portanto, que Ontologia e Ética se colocam em diferentes graus de abstração, mas não com objetos epistemologicamente apartados. Tanto é assim que, ao tratar dos problemas ontológicos, nosso autor os liga também ao critério de verdade que se coloca na prática: "os problemas ontológicos não possuem apenas um caráter puramente teórico, ainda que, naturalmente, a correção teórica seja decisiva para sua extensão à prática, à ética." (LUKÁCS, 2012, p. 104) Ao fazer isto, Lukács traz a correlação entre Ética e Ontologia ao ligar a primeira de modo mais direto à prática ao passo que a segunda estaria ligada a esta de modo mais mediado. A Ontologia, no caso, uma ontologia do ser social, portanto, passa pela apreensão das determinações mais gerais das categorias sociais, ao passo que a Ética traz o movimento concreto destas determinações em meio à atividade humana concreta.

Nosso autor traz à tona o tema ao enxergar o processo de apreensão das categorias da realidade tanto em um nível mais geral quanto em um processo de relativização dos resultados conseguidos. E, assim, os problemas categoriais se colocam em diversos graus de concretude da atividade humana, do trabalho à ética:

> Quanto mais os próprios seres humanos se tornam objetos de atividades humanas, tanto menos essa generalidade se mantém como tal, tanto mais importante nela se torna o momento de uma relativização no processo, a esse propósito; a homogeneização assume o caráter de uma mera aproximação geral. Os problemas categoriais que assim surgem constituem momentos importantes da caracterização adequada da atividade humana. Seu campo de realização estende-se do trabalho, da vida cotidiana, até as formas mais elevadas de atividade, na ética. (LUKÁCS, 2010, p. 225).

E, assim, no tratamento lukacsiano, não há tantas disciplinas ou partes diferentes de um sistema, mas níveis distintos de abstração da atividade humana realizada em meio à realidade social. A apreensão cuidadosa destes aspectos, bem como a teorização sobre o próprio processo de abstração, e das abstrações isoladoras — questões estas abordadas em *Para uma ontologia do ser social* (FORTES, 2013, 2016), mas essenciais à própria análise da obra de Marx (ROSDOLSKY, 2001) — foi de grande relevo à obra madura de Lukács. Seu projeto de renascimento do marxismo trouxe à tona estas temáticas, aqui vistas ao passo que analisamos a relação entre Ética e Ontologia. E, desse modo, é preciso que se desloque a questão da ética da correlação existente em algum sistema filosófico para algo distinto: para a relação existente entre apreensão do real e a atividade humana.

Ética, Ontologia e apreensão do ser-propriamente-assim do ser social

De acordo com o autor húngaro, para se fundamentar a prática comunista do presente e do futuro é essencial que se compreenda a própria sociabilidade de uma época. A Ética e a Ontologia lukacsiana procuram dar passos neste sentido. E, assim, podemos dizer que a correlação entre as duas é bastante mundana, também: a atuação prática, caso queira ser bem-sucedida, traz a correta apreensão do ser-propriamente-assim da sociedade. Se o marxismo não consegue compreender a própria realidade social, sua potência é perdida e, em sua época, diz Lukács, tem-se algo muito preocupante: "nós, marxistas, devemos partir, acima de tudo, do fato de que, por causa do stalinismo, não fornecemos até agora uma análise verdadeiramente séria do capitalismo contemporâneo" (LUKÁCS, 2020a, p. 146). De acordo com nosso autor, a relação entre ética e ontologia se apresenta, também, ao passo que a resposta à questão do que fazer precisa de uma análise coerente e rigorosa sobre o capitalismo contemporâneo. E, assim, Lukács já disse que seria necessária uma "caracterização adequada da atividade humana. Seu campo de realização estende-se do trabalho, da vida cotidiana, até as formas mais elevadas de atividade, na ética" (LUKÁCS, 2010, p. 225). Tal empreitada precisa justamente da compreensão sobre as mudanças e as transformações do capitalismo contemporâneo, o que estaria ausente em um marxismo hegemonizado pelo stalinismo.

A fundamentação da práxis comunista teria isto como essencial, e passaria pela superação do stalinismo e pelo renascimento do marxismo (SARTORI, 2021).

No limite, isto levaria, da correlação necessária entre ética e ontologia à necessidade da atualização da crítica da economia política. Assim, diz o autor de *Para uma ontologia do ser social*: "ora, não sou economista, mas me dou conta de que existem fenômenos sobre os quais os marxistas não refletiram ainda." (LUKÁCS, 2020a, p. 146) Ou seja, a colocação da questão da ética em Lukács não está ligada a um ímpeto sistemático de complementação do marxismo com elementos normativos e deontológicos. Antes, passa pela ligação entre os aspectos teóricos e práticos da crítica à sociedade capitalista. Nosso autor busca responder às condições do presente e sabe que isto somente é possível por meio da práxis; porém, sabe que a compreensão das condições objetivas da atividade humana é central em meio a esta problemática e, com isto, traz um apontamento importante sobre o marxismo de sua época: "as condições objetivas mudam e não sabemos o que fazer. Corremos em direção aos protestos dos jovens e aos movimentos estudantis sem compreendê-los e, naturalmente, sem os termos previsto." (LUKÁCS, 2020a, p. 208) Ou seja, a resposta sobre o que fazer precisa do entendimento acerca do ser-propriamente-assim da sociedade, bem como do movimento do próprio real.

Não basta uma crítica moral ao capitalismo. Isto também seria feito por vários autores não marxistas. O diferencial do marxismo seria que ele conseguiria correlacionar a prática comunista do presente e do futuro com a correta apreensão do movimento e das tendências do real. Heidegger, por exemplo, na mesma época, criticaria de modo duro a democracia burguesa (SARTORI, 2019), o que é tratado por Lukács em diversos momentos (LUKÁCS, 2013, 2021). Porém, destaca o autor húngaro que a questão da cotidianidade e do

impessoal, típicas do pensamento heideggeriano, passam por uma posição a qual "é, no fundo, uma questão ética que, também no caso dele, como veremos mais adiante, necessariamente terminará numa das alternativas oferecidas pela pergunta 'que fazer?'" (LUKÁCS, 2012, p. 91). Isto é, a crítica de Lukács a ontologia de Heidegger, e a outras, liga-se a questões éticas e, assim, ao modo pelo qual os diferentes autores passam pela pergunta do que fazer. As críticas de Lukács a Heidegger, bem como a autores como Sartre, Beauvoir e Merleau-Ponty (LUKÁCS, 1967) são também de natureza ética pois passam pelo questionamento da resposta sobre esta reposta essencial.

Tais autores, ao não primarem pela apreensão do movimento objetivo da própria realidade, adotariam uma posição que culmina numa espécie de idealismo subjetivo. Dizemos tudo isto para enfatizar que o ímpeto lukacsiano no sentido do renascimento do marxismo está ligado à necessidade de se correlacionar de modo correto a apreensão do ser-propriamente-assim da realidade (a ontologia) com a resposta sobre o que fazer (a ética). E a constatação de Lukács é que o marxismo de sua época — tal qual o existencialismo e outras filosofias burguesas —, em verdade, não estaria preparado para isto. As novas condições objetivas do capitalismo restariam incompreendidas e o mínimo para que se possa realizar uma crítica vigorosa ao modo de produção capitalista, a saber, a crítica da economia política, estaria desatualizado. De acordo com nosso autor, "a última análise marxista séria foi aquela feita por Lênin sobre o imperialismo, no tempo da Primeira Guerra Mundial" (LUKÁCS, 2020a, p. 146). E, assim, haveria muito a se fazer, sendo preciso um verdadeiro renascimento do marxismo, com a superação do stalinismo.

Se Lukács havia dito que "é muito baixo o número daqueles que realmente leram Marx" (LUKÁCS, 2020a, p. 92), problema seria ainda mais grave pois não bastaria ler o autor de *O capital*. Seria preciso atualizar o tratamento do autor alemão no presente. Aquilo que Lênin teria conseguido na época da Primeira Guerra Mundial precisaria ser realizado novamente para superar a visão stalinista de mundo e, assim, trazer de modo acertado a correlação entre a questão do que fazer e a compreensão do real. Esta constatação de Lukács, que redunda no clamor pelo renascimento do marxismo, tem íntima conexão com seu posicionamento segundo o qual é "impossível colocar-se o ético sem adicionar condição do mundo" (LUKÁCS, 2015, p. 193). E, nesse sentido, diz-se:

> Devemos agora submeter todas as categorias que Marx estabeleceu para o capitalismo da década de 1880 a uma nova investigação econômica. Isso não aconteceu. Ao mesmo tempo, nós, comunistas, como incapazes, enfrentamos o novo capitalismo e constantemente atribuímos a ele categorias antigas, com as quais em geral não explicamos nada. O que chamo de renascimento do marxismo teria, portanto, como uma de suas primeiras tarefas examinar exatamente quais são as peculiaridades econômicas do capitalismo de hoje e então fazer com que a atitude em relação ao capitalismo dependa dessa análise e não das análises de oitenta anos atrás. (LUKÁCS, 2020a, p. 175).

Não só os marxistas teriam deixado de ler Marx; quando o conheciam, aplicavam mecanicamente as categorias desenvolvidas em *O Capital* ao novo capitalismo. E, por isto, as tarefas do renascimento do marxismo seriam enormes e envolveriam a atualização da crítica da economia política. A atitude diante do capitalismo posterior à II Guerra Mundial precisaria de uma análise econômica sólida e, também neste sentido, mesmo que as expressões não apareçam aqui explicitamente, o mote de Lukács gira em torno da correlação entre ontologia e ética. A atitude diante do capitalismo de determinada época depende da apreensão de sua particularidade, bem como da diferença específica existente entre as categorias econômicas de determinado momento diante daquelas das análises de Marx e dos clássicos do marxismo (nosso autor pensa principalmente em Lênin). Sem ter isto em mente, o marxismo permaneceria na situação em que "as condições objetivas mudam e não sabemos o que fazer." (LUKÁCS, 2020a, p. 208) Seria preciso nada menos que a atualização da crítica da economia política de Marx para que houvesse uma relação plausível entre a atitude diante do capitalismo por parte dos marxistas — ou seja, a prática comunista do presente e do futuro — e a resposta ao problema do que fazer.

E, assim, pode-se mesmo dizer que há maior correlação da projetada Ética de Lukács com a crítica da economia política do que com a criação de uma abordagem marxista da normatividade que se enquadre nos parâmetros da filosofia burguesa.

Mesmo ao termos em mente o debate de Lukács com a filosofia burguesa sobre o tema, ainda se vê algo essencial: nosso autor não está partindo de qualquer tematização que tenha por central a moral e sua correlação com imperativos e com o Direito, como acontece em Kant, por exemplo. Sobre este último autor, diz o marxista húngaro que "na sua ética, estabelece-se uma sujeição exclusiva e incondicionada ao dever ser; e nela não há lugar para uma dialética aos conflitos éticos" (LUKÁCS, 2018b, p. 24) Antes, Lukács valoriza — mesmo que critique sob diversos aspectos (LUKÁCS, 2018a) — a abordagem hegeliana em que, desde cedo, "o fator objetivo, econômico e histórico é enfatizado com intensidade cada vez maior, em contraposição ao papel da simples moralidade." (LUKÁCS, 2018a, p. 493). E, assim, ao valorizar a "riqueza de relações sociais dos homens que caracteriza a ética em Hegel" (LUKÁCS, 2020, p. 244) nosso autor, quando se trata de ética, vem a trazer justamente a correlação entre os fatores objetivos, históricos e econômicos com a questão do que fazer. Haveria, assim, um movimento correto de Hegel na crítica a Kant: "Hegel submeteu o subjetivismo da ética kantiana a uma crítica muito incisiva e, ao fazê-lo, tentou resolver os problemas sociais reais contidos nessa ética com base no idealismo objetivo, da dialética objetiva do desenvolvimento social", mas isto teria sido feito ao passo que tal dialética é "concebida em termos idealistas" (LUKÁCS, 2018a, p. 90). E, assim, seria necessário superar o hegelianismo, dentre outras coisas, ao trazer uma compreensão dialética e materialista daquilo que Hegel chamou de eticidade e que traria consigo a correlação entre família, sociedade burguesa e Estado.

Ou seja, a ligação entre ética e ontologia aparece aqui também à medida que a crítica de Lukács à ontologia de Hegel, ou seja, ao seu modo de lidar com o real (Cf. LUKÁCS, 2012) estaria intimamente conectada com a crítica à visão de mundo, à posição e ao ponto de vista hegeliano sobre o movimento da sociabilidade burguesa. Há uma indissociabilidade entre a apreensão hegeliana do real e sua resposta à questão ética acerca do que fazer. Ao trazer uma crítica à moralidade e ao enfatizar a eticidade, o autor da *Fenomenologia do espírito* teria enfocado na necessidade de apreender aspectos, por assim dizer, normativos ao passo que eles estão colocados concretamente na dialética objetiva do desenvolvimento social. E, neste ponto específico, Lukács é profundamente devedor a Hegel na elaboração de sua Ética (SARTORI, 2017, 2018). Porém, ao criticar o modo pelo qual o autor alemão apreende o real, há também um posicionamento crítico sobre a maneira hegeliana de conceber a atividade prática no presente.

Trazemos à tona tal aspecto para deixar claro que, no embate sobre a ética – que também envolve a crítica a autores como Schopenhauer, Kierkegaard, Weber e Nietzsche em *A destruição da razão*, bem como autores como Spinoza na *Ontologia* — Lukács não cansa de ressaltar a oposição a qualquer análise do tema que tenha a moral (ligada a uma posição individual diante da sociedade) por central. Novamente, isto decorre de certo debate com Hegel: "a dialética de moralidade e eticidade prescreve para Hegel imperativamente que a consciência moral individual, que necessariamente é abstrata, só pode chegar à plenitude na eticidade concreta" (LUKÁCS, 2018a, p. 502). Mas o mais importante a ser destacado neste momento é que sempre que o autor húngaro trata da ética ele não o faz no sentido mais comum na filosofia, no qual, na melhor das hipóteses, há "uma teoria das obrigações morais que se colocaria como referência ao agir moral individual, para além da moralidade vigente — portanto, com um caráter prescritivo" (ALBINATI, 2020, p. 14). A tarefa lukacsiana, ao abordar a correlação entre ética e ontologia, é outra: a de destacar a atividade humana em meio às determinações concretas da sociedade e, portanto, a ligação entre o problema do que fazer e a apreensão do ser-propriamente-assim de cada complexo que compõe o ser social (SARTORI, 2021).

Considerações finais

Nossos apontamentos podem, até certo ponto, trazer certo desconforto. Isto ocorre porque, pelo que vimos, o grande projeto da Ética de Lukács não corresponde à busca por um tratamento sistemático da moral e da normatividade em geral, mas a uma abordagem concreta da prática social. O marxista húngaro, no final de sua vida, não estava buscando explorar um campo no qual a teoria marxista teria algum déficit normativo ou algo do gênero. Antes, no ímpeto de renascimento do marxismo, o autor de *Para uma ontologia do ser social* voltava-se a temas clássicos do marxismo, que, desde Lênin, teriam sido negligenciados em meio à hegemonia do stalinismo. Sua posição sobre a relação entre ética e ontologia, assim, não é aquela segundo a qual se trataria de dois campos complementares da filosofia ao passo que haveria necessidade de elaborar uma Ontologia

para, então, desenvolver uma Ética. Em verdade, destaca-se algo muito mais mundano: a correlação entre a apreensão do ser-propriamente-assim da sociedade, da especificidade de cada complexo social e da atividade humana sensível, que sempre ocorre em condições historicamente determinadas. E o enfoque lukacsiano, com uma crítica à moralidade — e diálogo crítico com a concepção de eticidade —, está justamente nestas condições, que conformam o que chamou de dialética objetiva do desenvolvimento social.

Aqui só pudemos trazer as determinações gerais da colocação da questão da ética na obra madura de Lukács. Para um tratamento aprofundado do tema, seria preciso passar por sua repulsa juvenil — em *Tática e ética*, principalmente — à concepção hegeliana de eticidade (Cf. SARTORI, 2020), e por análise entre a moral e a consciência de classe proletária deveria ser analisada em *História e consciência de classe* (SARTORI, 2018). Para que se mencione a obra propriamente madura de Lukács, colocada após da década de 1930, uma abordagem cuidadosa da crítica lukacsiana às éticas irracionalistas e religiosas, presente em *A destruição da razão*, seria de grande valia, assim como seria importante ressaltar a distinção entre a dimensão estética e ética, a partir da *Estética*. Ou seja, não pretendemos esgotar o tratamento lukacsiano da ética. Mas, acreditamos ter dado um passo importante ao analisar a colocação da questão pelo próprio autor. Ao se tratar da obra do marxista húngaro, é preciso sempre ter em mente a maneira pela qual sua concepção de mundo se posiciona diante dos problemas concretos de seu tempo. E, aqui, pretendemos mostrar aquilo que motiva Lukács a desenvolver uma Ética. Também buscamos destacar em quais embates nosso autor está se colocando ao trazer a correlação entre ética e ontologia ao centro de seu tratamento da temática que aqui destacamos.

Se isso é verdade, mesmo que seja preciso destacar as grandes contribuições de autores como Tertulian, Oldrini e José Paulo Netto, precisamos dizer que o modo como destacam a questão da ética em Lukács pode trazer incompreensões. Isto ocorre, não tanto devido a certa tendência que existe entre os estudiosos da obra do autor húngaro no sentido de destacar certa divisão tradicional da filosofia entre lógica, ontologia, epistemologia, ética, estética etc. Isto, até certo ponto, está presente no próprio autor de *Para uma ontologia do ser social*. (CHASIN, 2009) Tanto o autor que aqui tratamos quanto seus intérpretes mais importantes sabem que é possível se falar nestes termos sem sucumbir necessariamente à autonomização dos diferentes enfoques a serem dados pela filosofia à apreensão da realidade efetiva. Porém, ao passo que os leitores de Lukács tendem a ver a sua Ética como algo de enorme valia que teria sido preparado pela Ontologia lukacsiana, o autor húngaro não coloca as coisas nestes termos.

Ele aborda o entendimento do ser-propriamente-assim da sociedade e a prática nesta mesma sociedade como um processo cuja diferença principal está no nível de abstração da exposição. Para que usemos uma analogia: o livro I de *O capital* não é uma introdução ao livro III da obra magna de Marx. Trata-se de diferentes níveis de abstração na apreensão do movimento do real, e não de um tratamento hierarquizado das diferentes matérias. Porém, é preciso dizer que a questão mais importante é outra: se os comentadores — ao nosso ver, com razão, destacam a grandiosidade da obra tardia de Lukács —, por vezes, dando a entender que seu clamor pelo renascimento do marxismo caminhava a passos largos na própria obra lukacsiana, a opinião do autor húngaro é outra. Ele acredita dar somente os primeiros passos diante de uma situação em que sequer se superou o stalinismo e em que os marxistas não compreendem as mudanças que ocorreram nas condições objetivas que marcam o momento atual do capitalismo.

Para se tratar da prática e, portanto, segundo Lukács, da ética, estas questões são essenciais. E precisariam ser abordadas, inclusive, a se reconhecer que a situação do marxismo não seria das melhores. Seria necessário, inclusive, atualizar a crítica da economia política, de modo que aquilo de mais basilar na compreensão das relações sociais de uma época, a anatomia da sociedade civil-burguesa, restaria incompreendida.

Nosso autor, portanto, destaca a correlação entre ética e ontologia, certamente. Também está a desenvolver uma Ontologia do ser social e o projeto de uma grande Ética. O marxista húngaro é explícito sobre isto e não há como negar. Porém, isto não significa que, ao ver do próprio Lukács, seus esforços tenham a dimensão que lhes é atribuída. Antes, nosso autor vê sua contribuição como um passo essencial, mas que está longe de ser suficiente para o renascimento do marxismo. As tarefas dos marxistas, assim, tanto no plano teórico quanto no prático, ainda seriam hercúleas e, de acordo com o autor de *Para uma ontologia do ser social*, os passos iniciais podem ter sido dados, mas falta muito.

Se isto for verdadeiro, talvez, trate-se mais de se lamentar que uma crítica da economia política digna de tal nome não exista diante das novas condições objetivas que de se lançar no desânimo na medida em que

as notas deixadas por Lukács sobre seu projeto não tenham o estatuto de uma ética sistemática ou o "posto de uma Ética".

Talvez, de acordo com o próprio autor húngaro, devamos enfatizar a relação entre ética e ontologia ao destacarmos que ainda falta muito na compreensão das condições objetivas do sistema capitalista de produção que é efetivo no presente. Isto, de certo modo, significa admitir algumas derrotas, até certo ponto. Em sua época, mesmo sem qualquer pessimismo ou fatalismo, Lukács teve esta atitude com relação ao desenvolvimento do socialismo de seu tempo. Hoje é necessário aos estudiosos de sua obra ressaltar esta dimensão, não só para que seja possível entender a imanência de seus textos, mas para que o ímpeto em direção à apreensão do ser-propriamente-assim da realidade efetiva do presente possa se colocar sem dogmatismos e, assim, dar espaço a uma prática capaz de transformar as condições objetivas que se impõem na sociedade capitalista de hoje.

Referências

ALBINATI, A. S. A questão da moralidade na obra de Marx. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2020.

CARLI, R. Ética, moral e ordem. Campinas: Papel Social, 2017.

CHASIN, J. Marx: Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica. São Paulo: Boitempo, 2009.

FORTES, R. V. As novas vias da ontologia em György Lukács: as bases ontológicas do conhecimento. Saardbrüeken: Novas Edições Acadêmicas, 2013.

FORTES, R. V. Trabalho e gênese do ser social em Lukács. Florianópolis: Em debate, 2016.

LUKÁCS, G. Marxismo ou Existencialismo. São Paulo: Senzala, 1967.

LUKÁCS, G. Conversation with Gyorgy Lukács (Interview with Franco Ferrarotti). New York: World View, 1972.

LUKÁCS, G. Der Spigel entrevista o filósofo Lukács. Verinotio: Revista On Line de Educação e Ciências Humanas, Rio das Ostras, n. 09, 2008.

LUKÁCS, G. Ontologia do ser social I. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, G. Ontologia do ser social II. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUKÁCS, G. Conversando com Lukács. Alagoas: Instituto Lukács: 2014.

LUKÁCS, G. Notas para uma ética. Alagoas: Instituto Lukács, 2015.

LUKÁCS, G. O jovem Hegel e os problemas da sociedade capitalista. São Paulo: Boitempo, 2018a.

LUKÁCS, G. Introdução a uma Estética Marxista. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Alagoas: Instituto Lukács, 2018b.

LUKÁCS, G. Destruição da razão. Trad. Rainer Patriota. Alagoas: Instituto Lukács, 2020a.

LUKÁCS, G. Essenciais são os livros não escritos: últimas entrevistas. Trad. Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2020b.

LUKÁCS, G. Heidegger Redivivus. Verinotio nova fase. Rio das Ostras: UFF, 2021.

MÉSZÁROS, Í. A revolta dos intelectuais na Hungria. Trad. João Pedro Alves Bueno. São Paulo: Boitempo, 2018.

MÉSZÁROS, Í. Lukács'concept of dialetic. London: Merlin Press, 1972.

MÉSZÁROS, Í. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. Trad. Paulo Cezar Castanheda e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

OLDRINI, G. György Lukács e os problemas do marxismo do século XX. Trad. Mariana Andrade. Alagoas: Coletivo Veredas, 2017.

ROSDOLSKY, R. Gênese e estrutura de O capital. Trad. César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

SARTORI, V. B. Moral, ética e direito: lukács e a teoria do direito. Belo Horizonte: PUC MG, 2015.

SARTORI, V. B. Direito, ética e generidade na obra madura de György Lukács: acerca das tensões que permeiam o complexo jurídico. Revista Quaestio Iuris. Rio de Janeiro, 2017.

SARTORI, V. B. O Direito à luz de História e consciência de classe de György Lukács: uma leitura a partir do impacto da Revolução Russa. Revista Direito e Práxis. Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, 2018.

SARTORI, V. B. Lukács e a especificidade da questão da ética: apontamentos sobre a crítica lukacsiana ao Direito e à moral. Revista Direitos humanos e democracia, Vitória, UFES, v. 6, 2018.

SARTORI, V. B. Ontologia nos extremos: o embate Heidegger-Lukács, uma introdução. São Paulo: Intermeios, 2019.

SARTORI, V. B. Responsabilidade Individual e Ação Revolucionária: direito e moral em Lukács anterior a sua obra História e Consciência de Classe. Revista Sequência, Florianópolis, v. 41, n. 24, 2020.

SARTORI, V. B. Lukács e o projeto da "grande Ética": a busca de uma moral marxista? Rio das Ostras: Edições Verionotio, 2021.

TERTULIAN, N. Aliénation et desaliénation: une confrontation Lukács-Heidegger. Actuel Marx, Paris, n. 39, 2006.

TERTULIAN, N. O pensamento do último Lukács. Tradução de Juarez Duayer. Revista Outubro, São Paulo, n. 16, 2007a.

TERTULIAN, N. Lukács e o Stalinismo. Verinotio: Revista de Educação e Ciências Humanas, Belo Horizonte, v. 7, n. 11, 2007b.
TERTULIAN, N. Lukács: etapas de seu pensamento estético. Ed. UNESP. São Paulo: 2008.
TERTULIAN, N. Lukács e seus contemporâneos. Tradução de Pedro Corgozinho. São Paulo: Perspectiva, 2016.

Vitor Bartoletti Sartori
vitorbsartori@gmail.com
Doutor em Filosofia e Teoria geral do Direito pela Universidade de São Paulo (USP).
Professor adjunto da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

UFMG
Rua João Pinheiro, 100, centro
Belo Horizonte – MG – Brasil
CEP: 30130-180

Agradecimentos
Não se aplica.
Agência financiadora:
Não se aplica.
Contribuições das autoras:
Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação:
Não se aplica.
Consentimento para publicação:
Consentimento do autor.
Conflito de interesses:
Não há conflito de interesses.

 DOI: https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e82693

ESPAÇO TEMA LIVRE

Lentes feministas à renovação do marxismo: intercambiando olhares

Silvana Marinho[1]
http://orcid.org/0000-0003-3110-3902

[1]Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, RJ, Rio de Janeiro, Brasil

Lentes feministas à renovação do marxismo: intercambiando olhares

Resumo: Este artigo busca oferecer algumas bases teórico-políticas para uma discussão necessária: a de que as categorias marxianas têm uma história e uma dinamicidade, e, por serem no presente mais complexas, exigem ser saturadas de novas determinações históricas e sociais. Para este esforço, a escrita, tendo como solo de análise a ontologia marxiana do ser social, passeia por contribuições feministas renovadoras da leitura das relações de opressão-exploração de classe, raça e gênero do tempo presente. Pretende-se com esta reflexão, além de apontar a renovação do marxismo pelos feminismos, alargar as lentes que permitam traduzir os elementos estruturantes da histórica e atual precariedade social feminina brasileira, em face do processo de desdemocratização imposta pelo projeto neoliberal e neoconservador.

Palavras-chave: Feminismos; Marxismo; Opressão-exploração; Classe-raça-gênero; Precariedade social feminina.

Feminist lenses to the renewal of marxism: interchanging perspectives

Abstract: This article seeks to offer some theoretical-political bases for a necessary discussion: that the Marxian categories have a history and a dynamicity, and because they are currently more complex, they demand to be saturated with new historical and social determinations. For this effort, writing, based on the Marxian ontology of the social being, walks through feminist contributions that renew the reading of the relations of oppression-exploitation of class, race and gender of the present tense. With this reflection, it is intended, besides pointing the renewal of Marxism by feminisms, broaden the lenses that allow translating the structuring elements of the historical and current Brazilian female social precariousness, in the face of the dedemocratization process imposed by the neoliberal and neoconservative project

Keywords: Feminisms; Marxism; Oppression-exploitation; Class-race-gender; Female social precariousness.

Recebido em 07.07.2021. Aprovado em 16.12.2021. Revisado em 08.03.2022.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

Tanto o método materialista histórico e dialético quanto as categorias marxianas têm validação científica, cuja verificação ocorre pela processualidade histórica. Ambos se mostram atualíssimos, pois ainda explicam o movimento imanente da sociabilidade burguesa.

As categorias marxianas são ontológicas, referem-se às dimensões do ser, e, por isso mesmo, têm natureza histórica e dinâmica, que, no tempo presente, em face de outras necessidades históricas que precisam ser estudadas, ainda que sobre as bases de uma estrutura de classes, vêm merecendo tratamento analítico teórico e político que as sature de novas determinações, exercício possível com o próprio método marxista.

A esse respeito, cabe a lembrança do que afirmou a importante feminista marxista, socióloga brasileira, Heleieth Saffioti, em *Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento?,* acerca do nó entre classe, gênero e raça/etnia: "[...] foi, por conseguinte, o próprio Marx que me ensinou a pensar o nó, embora em sua época não lhe tenha sido possível fazê-lo. Aliás, o mais importante em um esquema de pensamento consiste no vigor de poder ensinar a pensar" (SAFFIOTI, 2000, p. 73-74).

O funcionamento e a legalidade da sociabilidade burguesa foram devidamente descortinados pela teoria social crítica. Com a perspectiva feminista marxista de Saffioti, foi possível compreender que o patriarcado e o racismo também operam como determinação social na realidade junto com o capitalismo, consubstanciando o sistema dominação-exploração. Na analítica do *nó* da socióloga, gênero-raça/etnia-classe constituem-se como três contradições estruturadoras das relações sociais desiguais da sociedade brasileira.

Dominação e exploração para Saffioti (2004, p. 105) são faces de um mesmo modo de produzir e reproduzir a vida social, visto que "não há, de um lado, a dominação patriarcal e, de outro, a exploração capitalista". Na medida em que se concebe o patriarcado como sistema político e o capitalismo como sistema econômico, fragmenta-se o sistema dominação-exploração, denunciava a socióloga, fracionando-se as dimensões política, social e econômica.

Saffioti (1988), ao compreender que o modo de produção capitalista presume reprodução social, ademais de ser o resultado histórico da simbiose capitalismo-patriarcado-racismo, esposava suas formulações em termos de *modo de produção capitalista* e não em termos de *lógica do capital*.

Esse prisma teórico metodológico é fundamental para refutarmos teses de tradição marxista que em seus constructos argumentativos separam a estrutura lógica do capital das suas dimensões históricas, incorrendo numa clássica confusão entre elas, como chama a atenção Cínzia Arruzza (2015), feminista marxista estadunidense. Tal separação, em última análise, incide em reducionismos e economicismos, autonomizando o patriarcado do capitalismo e subestimando a centralidade da opressão de gênero (ARRUZZA, 2015).

No interior da tradição feminista-marxista encontramos estudos que propõem uma teoria unitária, na qual o patriarcado não é um sistema autonomizado do capitalismo.

> Proponentes da 'teoria unitária' discordam da ideia de que o patriarcado seria hoje um sistema de regras e mecanismos que autonomamente se reproduzem. Ao mesmo tempo, insistem na necessidade de *considerar o capitalismo não como um conjunto de leis puramente econômicas, mas antes como uma complexa e articulada ordem social, uma ordem que tem seu núcleo constituído de relações de exploração, dominação e alienação* (ARRUZZA, 2015, p. 38, grifo nosso).

Concernente à indissociabilidade entre produção e reprodução, e entre as determinações de gênero e classe para uma análise da totalidade social, outra relevante feminista, que produz intelectualmente com base na teoria social crítica, é a historiadora italiana Silvia Federici, para a qual gênero é uma especificação das relações de classe e a história das mulheres é a história das classes (FEDERICI, 2017).

A intelectual italiana em *O Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação capitalista* (2017), ao analisar os processos de acumulação primitiva sob uma abordagem feminista e de classe, trouxe-nos uma série de determinantes históricos até então não estudados, que compuseram a crise do feudalismo, permitindo a sua transição para o capitalismo. No estudo das determinações históricas do desenvolvimento capitalista, além da expropriação do campesinato, pondo fim às sociedades comunais, e da conquista da América com o sistema escravagista, Federici (2017) examinou a caça às bruxas dos séculos XVI e XVII, conferindo-lhe importância histórica e determinante para a acumulação primitiva.

A partir desse achado histórico, Federici (2017) nos apresenta a tese de que a caça às bruxas da Era Moderna interagiu de forma estrutural com a escravidão e os cercamentos para a constituição da acumulação capitalista, na qual a violência e a expropriação, praticadas pelas classes dominantes que então se formavam, ocorreram de maneira ainda mais severa sobre as mulheres, configurando uma histórica, sistemática e estrutural degradação das mulheres no curso do desenvolvimento do capitalismo, cuja extensão ainda se processa nos dias atuais.

Dessa forma, a relevância e a atualidade de sua tese para o pensamento feminista e marxista é justamente a de elaborar as devidas conexões entre passado e presente, a exemplo das técnicas de controle social e extermínio acionadas no presente, que ainda podem ser vistas como uma caça às bruxas (MARINHO, 2020). Porém não se limita a esse ponto. No livro *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista* (2019) e no artigo *Notas sobre gênero em O Capital de Marx* (2018), Federici ilumina outros importantes aspectos da transição do feudalismo para o capitalismo, ao considerar que a acumulação primitiva do capital é um processo permanente, e ao dar centralidade ao trabalho reprodutivo, historiando o trabalho doméstico como trabalho para o capital.

A perspectiva feminista marxista tem se mostrado, assim, como um significativo solo de análise para a leitura da configuração atual das relações de opressão-exploração em face do desmonte de direitos e de políticas públicas sob os tempos de *desdemocratização* (BIROLI, 2020). Quando articuladas a outras epistemologias feministas, como a decolonial — a qual situa as formações socio-históricas da modernidade/colonialidade e a violência do projeto intrusivo colonial (capitalista, racista e heteropatriarcal) — potencializam as lentes que permitem traduzir os elementos estruturantes da histórica e atual precariedade social feminina brasileira.

Cumpre ressaltar que, em desacordo com o que se assinala em alguns escritos e estudos no campo da produção decolonial, não há como considerar que exista uma antinomia entre marxismo e perspectiva decolonial no desenvolvimento da produção intelectual e científica. Isso, porque, nos estudos de inspiração marxista em diálogo com as epistemologias decoloniais, o que se deve tomar como rigor para se alcançar os fundamentos estruturais e estruturantes dos fenômenos sociais é a ortodoxia do método marxista, como aprendido com Lukács, e sua natureza ontológica (e não epistemológica), que, em última análise, significa desvelar a essência do ser social (LUKÁCS, 1979). Nesse sentido, as epistemologias decoloniais contribuem para a compreensão de que as relações sociais são marcadas por gênero, raça, sexualidade, nação e classe.

No que diz respeito à apreensão das relações de opressão-exploração como unidade, é válido mencionar que na produção teórica, tanto no interior de parte dos feminismos quanto da tradição marxista, e nos debates políticos, ela ainda não ocupa lugar central, ou ainda não se mostra teórico-conceitualmente bem desenvolvida. Conquanto se demarque, em vários dos estudos feministas, uma compreensão teórico-política em termos de articulação entre gênero, raça, sexualidade e as desigualdades do capitalismo neoliberal, a categoria exploração não ganha arcabouço teórico-conceitual, tendo proeminência o debate das opressões. De outra sorte, a maioria dos escritos marxistas não consideram, ou discutem lateralmente, a dimensão colonial do processo histórico de desigualdades do capitalismo e as clivagens de gênero, raça, e sexualidade, mantendo a centralidade da análise da sociabilidade burguesa na classe social.

Em vista do exposto, do rico quadro categorial de Marx, há que sublinhar a classe social, cuja complexidade e interconexão entre seus determinantes precisa ainda ser mais bem capturadas, o que exige um novo olhar para os sujeitos políticos da ação transformadora da ordem vigente. Afinal, aquele proletariado fabril, reconhecido como sujeito universal da luta emancipatória (leia-se, trabalhadores homens, brancos, cis, heterossexuais e do mundo europeu e anglófono) teve um tempo histórico, e hoje, essa ideia de um sujeito universal masculino não alcança mais a realidade concreta, ao contrário, a reifica.

É assim que os feminismos e a luta feminista situam-se na teia dos novos protagonismos de propostas emancipadoras. As diferentes formulações feministas, como unidade do diverso, animam a articulação entre as lutas anticapitalista, anti-imperialista, anticolonial, antirracista, ecofeminista e anti-(cis)heteropatriarcal.

Lentes feministas e o método marxista: legados analíticos em perspectiva para a leitura das relações de opressão-exploração do tempo presente

Em vista de seu cariz teórico (a reprodução ideal do movimento real constitutivo do ser social na ordem burguesa), a teoria social crítica nos permite compreender a estrutura e a dinâmica da sociedade burguesa a

partir de uma base material e concreta: as relações sociais de produção e reprodução da vida social, ou seja, relações de classe, assentadas no trabalho, categoria fundante do ser social — como atividade vital, vida genérica da humanidade, aquela que traz luz ao sujeito como ser histórico.

Trata-se, pois, de um conceito sociológico fundamental, uma fecunda categoria analítica para a compreensão da história. No mundo de hoje, sob a mundialização e financeirização do capital, ao contrário das teses que advogam o fim do trabalho[1], a categoria trabalho possui centralidade na existência humana.

A partir da ontologia marxiana do ser social compreende-se que o trabalho se configura como fonte de satisfação das necessidades materiais de sobrevivência, como o desenvolver-se da sociabilidade humana, e como possibilidade história. Ele é ontocriativo. O que diferencia o ser humano dos demais animais é justamente a capacidade teleológica de produzir seus próprios meios de vida. Marx (2004, p. 84) sinalizava que "[...] O homem faz da sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade e da sua consciência. Ele tem atividade vital consciente".

Na esteira da concepção materialista histórica, homens e mulheres são sujeitos socio-históricos. A história é produto e processo da ação humana, detendo uma base material, afinal:

> [...] o primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder 'fazer história´. [...] O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, [...] uma condição fundamental do toda a história[...]. (MARX; ENGELS, 2007, p. 32-33).

Perseguindo a ontologia no pensamento marxiano e os elementos metodológicos de sua teoria social alcança-se o concreto pensado. Marx parte do concreto (unidade da diversidade, síntese de múltiplas determinações), dos seus fundamentos histórico-sociais e materialistas, capta as determinações da realidade, tornando-as categorias abstratas, que não são conceitos que se autodefinem, são determinações do ser elaboradas pelo conhecimento enquanto movimento abstrato que reconstrói abstratamente as determinações da realidade.

> O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação. Na primeira via, a representação plena foi volatilizada em uma determinação abstrata; na segunda, as determinações abstratas levam à reprodução do concreto por meio do pensamento (MARX, 2011, p. 76-78).

Quando Marx elaborou suas análises para investigar a *essência* do modo de produção capitalista, criticou os economistas do século XVIII. Nos seus *Manuscritos Econômico-Filosóficos,* Marx (2004) faz uma crítica à Economia Política, a qual tratava os mecanismos econômicos como fatos dados, *naturais*, pois ela não explicava a *historicidade* desses mecanismos, como a origem da propriedade privada, a divisão capital-trabalho e capital-terra.

Em conformidade com José Paulo Netto (2011, p. 18, grifo do autor), "[...] Marx não fez *tabula rasa* do conhecimento existente, mas partiu criticamente dele". Portanto, Marx avançou a partir do conhecimento acumulado. O sentido da crítica em Marx consiste em: "trazer ao exame racional, tornando-os conscientes, os seus *fundamentos*, os seus *condicionamentos* e os seus *limites* — ao mesmo tempo em que se faz a verificação dos conteúdos desse conhecimento a partir dos processos históricos reais" (PAULO NETTO, 2011, p. 18, grifo do autor).

Assim como Marx elaborou a sua crítica da economia política partindo dos economistas clássicos, a historiadora feminista Silvia Federici elabora sua análise dos determinantes históricos contributivos à transição do feudalismo ao capitalismo, partindo da teoria marxista e da crítica aos limites e alcances de Marx, particularmente no que diz respeito ao assunto gênero e a esfera da reprodução social em O *Capital*.

Na descrição analítica da acumulação primitiva, Federici (2017) inclui uma série de fenômenos que estão ausentes em Marx, que, no entanto, são extremamente importantes para a acumulação capitalista. Entre esses fenômenos a autora identifica o desenvolvimento de uma nova divisão sexual do trabalho; a construção de uma nova ordem patriarcal baseada na exclusão das mulheres do trabalho assalariado e em sua subordinação aos homens; a mecanização do corpo proletário e sua transformação, no caso das mulheres, em uma máquina

de produção de novos trabalhadores; e, por fim, o elemento que a autora colocou no centro da sua análise da acumulação primitiva: *a caça às bruxas* dos séculos XVI e XVII que ocorreu na Europa e no chamado Novo Mundo, sustentando que a perseguição às bruxas foi tão importante para o desenvolvimento do capitalismo quanto à colonização e à expropriação do campesinato europeu de suas terras.

Federici (2017, 2018) reconhece que a teoria social crítica nos permite compreender a sociedade burguesa a partir do trabalho assalariado, esteado na chamada acumulação primitiva, que, nas palavras de Marx (1980, p. 830) é "o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista".

Entretanto, quanto aos aspectos da transição para o capitalismo, na interpretação de Federici (2017, p. 161), eles não são coisas do passado ou como afirmou Marx, "pré-condições históricas do desenvolvimento capitalista que seriam superadas por formas mais maduras do capitalismo". Para Federici (2017, p. 161), testemunhamos ainda hoje com a nova fase da globalização, o empobrecimento, as rebeliões e a escala do *crime*, que são elementos estruturais da acumulação capitalista na mesma medida em que o capitalismo deve despojar a força de trabalho de seus meios de reprodução para impor seu domínio.

Na análise histórica do desenvolvimento do capitalismo elaborada por Marx, e também pelos marxistas e socialistas subsequentes, conforme aponta Federici (2017, 2018, 2019), foi dada uma primazia de atenção à formação do proletariado, sendo o trabalho fabril identificado como a forma normativa de trabalho, deixando-se em segundo plano as condições de reprodução social do cotidiano e desconsiderando-se o trabalho reprodutivo como trabalho.

A historiadora denuncia que Marx não historicizou o trabalho doméstico ao naturalizá-lo como algo que sempre existiu. Ao tratar da divisão social do trabalho, segundo Federici (2018, p. 95), Marx identifica uma divisão do trabalho na família sob uma base fisiológica: "dentro da família [...] surge *naturalmente* uma divisão do trabalho, baseada nas *diferenças de idade e sexo*, isto é, em *causas puramente fisiológicas*" (Marx, 1990, p. 471 apud Federici, 2018, p. 95, grifos nossos).

Desta sorte, e, inobstante Marx ter tratado das condições ultrajantes do trabalho fabril feminino na etapa do desenvolvimento industrial, ele não se ocupou da subordinação das mulheres dentro da família burguesa, levando Federici (2018) a concluir que Marx tangeu as questões de gênero de modo descritivo e não analítico, o que nos provoca irmos além de Marx.

Nesse sentido, preenchendo a lacuna de Marx sobre o trabalho reprodutivo, a feminista italiana, ao examinar as determinações do trabalho doméstico na formação da sociedade capitalista, identifica que se trata de um trabalho determinado historicamente, produto da separação entre produção e reprodução engendrada pelo capitalismo. Essa é uma das suas teses centrais. E, ao contrário do *status* periférico do trabalho reprodutivo no interior das análises de tradição marxista, Federici (2019) lhe confere centralidade na sociedade capitalista. Segundo ela, o trabalho reprodutivo é o pilar da organização capitalista do trabalho.

A historiadora italiana arrancou as cortinas dos processos sociais que constituíram a hierarquização dos trabalhos e, por conseguinte, a inferiorização do trabalho reprodutivo, expressa, em última instância, pela sua não remuneração. Conforme analisou Federici (2017), as diferenças de gênero eram menos marcadas nas sociedades comunais. As mulheres executavam tanto atividades vinculadas à subsistência de si e de sua família, quanto as atividades domésticas. Todavia, com a hierarquização dessas atividades pelo capitalismo, amparada em concepções biologicistas sobre o sexo, restou às mulheres o confinamento no trabalho doméstico, produzindo-se o signo da *vocação feminina* para esse tipo de trabalho

> Com o desaparecimento da economia de subsistência que havia predominado na Europa pré-capitalista, a unidade entre a produção e reprodução, típica de todas as sociedades baseadas na produção-para-o-uso, chegou ao fim conforme essas atividades foram se tornando portadoras de outras relações sociais e eram sexualmente diferenciadas. No novo regime monetário, somente a produção-para-o-mercado estava definida como atividade criadora de valor, enquanto a reprodução do trabalhador começou a ser considerada como algo sem valor do ponto de vista econômico e, inclusive, deixou de ser considerada um trabalho. (FEDERICI, 2017, p. 145).

Diante do que se explorou até aqui, é possível inferir que Federici traz historicidade à apreensão da acumulação primitiva e da articulação dialética entre produção e reprodução, recompondo a história do

desenvolvimento capitalista. Ela vai à *essência* dos fenômenos e traz as determinações do trabalho doméstico na sociedade capitalista. Esse é, sem dúvida, o grandioso legado analítico do método de Marx. Sua capacidade de nos auxiliar a ler o movimento da realidade e alcançar o concreto pensado como já patenteado.

Outro importante aspecto da tese de Federici (2017), qual seja, o de que a *acumulação primitiva capitalista* é, na verdade, *estrutural e permanente*, revela também a permanência da degradação das mulheres. Historicamente, ela somente se tornou possível com o recurso da violência da dissociação do ser humano dos seus meios de sobrevivência, do colonialismo, do racismo e do patriarcado, tendo este último como máxima expressão a caça às bruxas. A violência da expropriação da acumulação primitiva sobre as mulheres se exemplifica, como Federici (2017; 2019) historiciza, tendo em vista que às mulheres — despojadas das suas possibilidades de sustento e mobilidade, ao serem expulsas de seus vilarejos em decorrência da prática dos cercamentos — sobejaram o empobrecimento e a violência dos homens.

Essa marca estrutural se reatualiza. É premente afirmarmos que há um processo permanente de apagamento, perseguição e degradação das mulheres do presente, que vem combinado a um processo contemporâneo de desumanização, estratégia de dominação importada da modernidade colonial (MARINHO, 2020).

Com efeito, a caça às bruxas do presente, como demonstrado por Marinho (2020), engloba uma complexidade de violações de natureza estrutural com a agenda neoliberal, em especial nos países do Sul, como o Brasil. Diversos são os efeitos e impactos na vida das mulheres com a mercantilização das políticas sociais, com a privatização da educação e da saúde, com o controle capitalista global sobre a produção e a reprodução social e com o desmonte de direitos de cidadania e da já frágil democracia brasileira.

Os elementos estruturais que explicam a precariedade social feminina e as violências contra as mulheres estão intimamente relacionados aos processos de desumanização sustentadores do projeto de dominação-exploração cisheteropatriarcal, racista, capitalista e colonial, que ideologicamente tem, hoje, no pensamento neoconservador, na moralidade religiosa cristã e no familismo, sua principal argamassa para as reações antigênero, antifeminismo e antiLGBTI+, sob o discurso inventado da *ideologia de gênero*, que é na verdade um pânico de gênero. Esse projeto ganha materialidade nas práticas sociais, seja com as violências diretas, seja com a violação de direitos em face da *desdemocratização* brasileira em curso (BIROLI, 2020), enquanto projeto ultraneoliberal das elites globais imperialistas sobre os países de capitalismo periférico e dependente como o Brasil.

Com o avanço da nova direita, uma extrema direita expressa no projeto bolsonarista, de caráter autoritário e protofascista, estamos, hoje, diante de muitos paradoxos em torno do assunto mulheres, direitos e cidadania brasileira. Se tomarmos como ponto de observação as violências às mulheres, elas são de natureza direta, como demonstram os dados em curva ascendente nos casos de feminicídios, e de natureza institucional programática com a retração de direitos e desfinanciamento sistemático das políticas públicas.

O Brasil ocupa o 5º lugar no ranking dos países que mais registram feminicídios, como comunica o *Dossiê Feminicídio,* da Agência Patrícia Galvão ([2015]). No que tange ao desfinanciamento sistemático das políticas públicas para mulheres, depois de tantas conquistas históricas, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) — ocupado por uma pastora evangélica, cuja personalidade reúne uma série de posturas, falas e discursos francamente criticados por organizações nacionais e internacionais de direitos humanos — gastou, em 2020, apenas 53% do seu orçamento, o que corresponde a um significativo impacto na consecução de ações pró direitos de mulheres. Especialistas convergem para o entendimento de que esse quadro, a longo prazo, irá esvaziar o orçamento da pasta, conforme é apontado por Lola Ferreira (2021) da *Gênero e Número*.

Assim, não há como discordar da tese de Federici (2019) de que o cenário da globalização, em todas as suas formas capitalistas (ajuste estrutural, liberalização do comércio, guerras de baixa intensidade) é, em essência, *uma guerra contra as mulheres*, particularmente devastadora para as mulheres do terceiro mundo, embora também prejudique a vida de mulheres planetárias. Em termos de enfrentamento a essa guerra, a historiadora italiana advoga que a luta feminista precisa atacar os problemas de fundo das mulheres, distanciando-se do esvaziamento do discurso do *empoderamento*, o que requer uma luta anticapitalista, uma luta contra a globalização capitalista e suas agências internacionais como o FMI, o Banco Mundial e a OMC.

Uma guerra já desenhada desde a privatização da terra e a mercantilização das relações sociais, que, de acordo com Federici (2017), devem ser tomadas como a contextualidade socio-histórica em que se deve

situar a história das mulheres, uma vez que a chegada do capitalismo introduziu mudanças na posição social das mulheres.

Importa, desse modo, tratar da modernidade colonial e suas dimensões: gênero, raça, metrópole/colônia — norte/sul. De acordo com Marinho (2021), a historicidade do modo de produção capitalista é edificada apoiada na estrutura patriarcal e racial do projeto colonizador no mundo-aldeia[2], que transformou os referenciais de vida, cultura e trabalho das sociedades não capitalistas. Já não se torna mais raro localizar estudos históricos que demonstram os sistemas imperialista e o colonialista como engendradores de hierarquias de raça/etnia e de gênero em sociedades nas quais os sistemas de gênero e raça desconheciam divisões hierárquicas ou existiam de forma não acentuada.

A feminista argentina Rita Segato (2014), tratando da inter-relação existente entre colonialidade e patriarcado, historiou a existência de sistemas de gênero no mundo pré-intrusão e na modernidade colonial, inferindo que no mundo-aldeia existia uma *organização patriarcal de baixa intensidade*, que, transformada historicamente pelo gênero ocidental com o colonialismo, conformou-se no que chama de *patriarcado colonial moderno*, uma organização patriarcal de alta intensidade. Essa tese de Segato mostra-se relevante, em especial, por inserir a categoria gênero como categoria central no desvelamento das dimensões da vida social totalizadas pela ordem colonial moderna.

Faz-se importante reter que a proposta decolonial é diferente da "descolonização". Enquanto o segundo termo, ao colocar um ponto final no colonialismo, diz respeito aos processos históricos que sucederam o fim da relação colonial oficial, o primeiro, ao contrário, se apresenta com um uso político visando a evidenciar o que ainda permanece vigente nas sociedades hoje tidas como pós-coloniais, embora negado pela estrutura colonial (VERGÈS, 2020).

Destarte, um olhar decolonial reconhece a permanência dos efeitos da colonização nas relações sociais do tempo presente e o entrelaçamento entre gênero, raça, sexualidade, classe e nação para o estudo dos fenômenos sociais em torno da precariedade social feminina. Ou seja, implica situar tais fenômenos na dinâmica histórico-concreta da *colonialidade global* (CURIEL, 2015), cuja chave de análise central é a da trilogia inseparável entre modernidade ocidental eurocêntrica, colonialismo e mundialização do capitalismo. Trilogia que estrutura as hierarquias raciais, sexuais, geopolíticas, de classe e de gênero — expressas concretamente na divisão internacional do trabalho que se dinamiza entre centro versus periferia do capital — hierarquizando, portanto, quem é humano e quem é não humano.

Tal hierarquização é um debate que também ganha vulto nos estudos do importante marxista italiano Domenico Losurdo. De maneira crítica e histórica, Losurdo (2006), ao historicizar o liberalismo e a escravidão racial como um singular parto gêmeo, revela que a doutrina liberal e a escravidão, que em tese são um paradoxo, uma disjuntiva radical, se conformaram como conjunção necessária ao desenvolvimento da burguesia liberal capitalista inglesa e estadunidense. Um ciclo histórico rompido apenas após o fim da Guerra de Secessão diante das necessidades históricas de consolidação do capitalismo com a generalidade do trabalho assalariado e a formação de mercado consumidor.

Com a revolução liberal do século XVII, a escravidão racial se expandiu e marcou-se um período de desumanização baseada na demarcação e discriminação racial (negros e brancos) e espacial (colônia e metrópole), delimitando-se a comunidade dos livre e dos escravizados, as fronteiras do humano e do não humano. Essas fronteiras, racionalizadas por explicações *naturais*/biológicas, inferiorizavam negros e indígenas nativos de regiões de clima quente (o solo do *mundo bárbaro moderno*), retirando-lhes o *status* de humano e imputando-lhes o caráter de mercadoria e propriedade a ser exploradas (LOSURDO, 2006).

Tomando como pano de fundo histórico a guerra civil estadunidense (norte industrial com mão de obra livre assalariada e o sul agrícola e escravista), Losurdo (2006) conclui que o mundo liberal se apresentou profundamente dividido em relação ao problema da escravidão. Em última análise, eram dissensões intra-burguesas: uma burguesia liberal de um lado e uma aristocracia da terra de outro. O que evidenciou antagonismos no próprio estatuto do ser liberal, uma vez que se forjaram, de acordo com as necessidades imperativas da dominação econômica, diferentes usos políticos do termo liberal e sua relação com o instituto da escravidão, seja nas políticas liberais, seja no modo liberal de sentir do século XVIII, o século da modernidade, que ainda se alimentava de estruturas conservadoras como a escravidão.

As dinâmicas históricas aqui esposadas expressam a consolidação do capitalismo colonial moderno. Na atualidade ela pode ser situada com a globalização/mundialização: de um lado, a constituição da periferia

capitalista de economia dependente, os países do Sul, e, de outro, os países centrais de economia dominante, os países do Norte. Um padrão de poder capitalista mundial de natureza patriarcal e racista, com controle sobre o trabalho e sobre produção e reprodução da vida.

Destarte, fica patente na história da formação capitalista a divisão entre civilizados e atrasados, entre humanos e não humanos, entre os que detêm a propriedade e os despossuídos, e os que têm direitos e os que não têm. A herança histórica da concepção moderna de direito formal abstrato, ao não considerar as desigualdades de *status* de cidadão como as mulheres, as pessoas escravizadas, negras, indígenas, não letradas, não proprietárias e não católicas em assimetria ao homem branco, rico, proprietário, letrado e católico se repõe na atualidade reproduzindo desigualdades estruturais da sociedade moderna colonial. Acerca da sociedade brasileira, cuja formação social tem a marca do escravismo e do patriarcado e cuja formação histórico-política tem o estatuto de ex-colônia, a cena neoconservadora atual agudiza ideologias opressoras de gênero, raça/etnia, classe e sexualidade.

Considerações finais

O percurso argumentativo deste artigo, ancorado na ontologia marxiana do ser social e em perspectivas feministas, buscou trazer elementos de análise para uma base material do tempo presente. As relações de opressão-exploração da modernidade colonial, quando lidas a partir da unidade entre teoria, método e história, exigem, pois, uma perspectiva de historicidade, totalidade e dialética, tripé do método marxista, de modo a desvelar o funcionamento das relações sociais pelos seus fundamentos histórico-concretos e estruturais.

É assim que o método materialista histórico e dialético se apresenta como um importante legado analítico para interpretarmos as novas realidades em movimento. Isso significa dizer que as categorias marxianas têm uma história e uma dinamicidade, e, por serem no presente mais complexas, exigem ser saturadas de novas determinações.

Esse tem sido um exercício teórico-político realizado por muitas teóricas feministas, profícuo e animador para novas sínteses e mediações, necessárias, pois, para lermos a raiz histórica das violências cotidianas contra as mulheres e das violações sistemáticas de direitos. Elas estão vinculadas, estrutural e conjunturalmente, ao processo atual de *desdemocratização* (BIROLI, 2020) brasileira, imposta pelas elites globais imperialistas em resposta à crise estrutural do capital.

A erosão das já frágeis conquistas democráticas brasileiras e os sucessivos ataques ao Estado Social, vêm umbilicalmente acompanhados de políticas antigênero, antifeminismo e antiLGBTI+, que, não obstante terem uma característica transnacional, ganha em nosso País, a partir do projeto societário da extrema-direita bolsonarista, uma governança simbiótica entre a dessecularização da política, o autoritarismo, a necropolítica e a corpocracia, resultado da fusão entre o neoconservadorismo com o neoliberalismo (PEREIRA, 2020; BIROLI, MACHADO, VAGGIONE, 2020), solapando nossa soberania política e o lastro de cidadania feminina.

Tendo esse cenário em mente é que a capacidade de amplitude da lente de análise sobre as relações de opressão-exploração, bem como o desenho de estratégias de luta para a sua suplantação, merece um exercício de sucessivas aproximações do real, como ensina o método marxista, e especialmente em articulação com a contribuição de diferentes formulações e teorizações feministas, uma vez que nenhuma teoria feminista conseguirá, sozinha, cumprir a tarefa de traduzir a complexidade dos fenômenos sociais e objetivar respostas estruturais no horizonte da luta feminista.

Sob a inspiração do que que já sinalizava Nancy Fraser (2018) nos debates feministas dos anos de 1990[3], empenhar um exercício teórico, ético e político que aceda a novas significações emancipacionistas, nos exige encararmos a natureza complementar das substantivas ferramentas teóricas e perspectivas metodológicas dos feminismos.

Referências

ANTUNES, R. O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

ARRUZZA, C. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. Outubro Revista, online, n. 23, p. 33-58, 2015. Disponível em: http://bit.ly/1IV8ss1. Acesso em: 4 fev. 2021.

BIROLI, F. Gênero, "valores familiares" e democracia. In: BIROLI, F., MACHADO, M. D. C., VAGGIONE, J. M. Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2020, p.135-187.

BIROLI, F., MACHADO, M. D. C., VAGGIONE, J. M. Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2020.

CURIEL, O. Construyendo metodologías feministas desde el feminismo decolonial. In: AZKUE, I. M. et al. (org.). Otras formas de (re)conocer. Reflexiones, herramientas y aplicaciones desde la investigación feminista. Donostia: Universidad del País Vasco/Hegoa, 2015. p. 45-60.

FEDERICI, S. Notas sobre gênero em O Capital de Marx. Cadernos Cemarx, n. 10, p. 83-111, 2018. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/cemarx/article/view/2940. Acesso em: 10 mar. 2019.

FEDERICI, S. O Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante Editora, 2017.

FEDERICI, S. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante Editora, 2019.

FERREIRA, L. Pouco dinheiro gasto por ministério de Damares em 2020 impacta mulheres e LGBT+ e gera temor sobre futuro da pasta. Gênero e Número, Rio de Janeiro, 14. jan. 2021. Disponível em: http://www.generonumero.media/orcamento-damares-2020-mulheres-lgbt/. Acesso em: 18 jan. 2021.

FRASER, N. Pragmatismo, feminismo e a virada linguística. In: BENHABIB, S. et al. Debates feministas: um intercâmbio filosófico. São Paulo: Unesp, 2018. p. 233-253.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. Dossiê Feminicídio. Plataforma eletrônica, [2015]. Disponível em: https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/feminicidio/capitulos/qual-a-dimensao-do-problema-no-brasil/. Acesso em: 20 jan. 2021.

LOSURDO, D. Liberalismo e escravidão racial: um singular parto gêmeo. Contra-história do liberalismo. São Paulo: Ideias e Letras, 2006. p. 47-77.

LUKÁCS, G. Ontologia do ser social. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979. p. 11-171.

MARINHO, S. Relações de opressão-exploração da modernidade colonial: notas sobre cidadania trans e emancipação. Dossiê Movimento de mulheres, feminismos e estudos de gênero. Em Pauta. Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ. Rio de Janeiro: UERJ, v. 19, p. 248-264, 2021. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/56075/36725. Acesso em: 12 jun. 2021.

MARINHO, S. Mulheres trans, violência de gênero e a permanente caça às bruxas. Dossiê Questão Social, violência e segurança pública. Argumentum. Vitória (ES), UFES, v.12, n.3, p.86–101, set/dez. 2020. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/31355/22394. Acesso em: 04 fev. 2021.

MARX, K. Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MARX, K. Trabalho estranhado e propriedade privada. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K.; ENGELS, F. Feuerbach e história. Rascunhos e anotações. In: MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007, p. 29-51.

MARX, K. A chamada acumulação primitiva. O Capital. Livro 1. v. 2. Capítulo XXIV. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. p. 828-859.

PAULO NETTO, J. P. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PEREIRA, P. A. P. Ascensão da nova direita e colapso da soberania política. Transfigurações da política social. São Paulo: Cortez: Politizia, 2020.

SAFFIOTI, H. I. B. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, H. I. B. Movimentos sociais: a face feminina. In: CARVALHO, N. V. de (org.). A condição feminina. São Paulo: Vértice, 1988. p. 29-55.

SAFFIOTI, H. I. B. Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento? São Paulo: Boitempo, 2000.

SEGATO, R. L. Colonialidad y patriarcado moderno: expansion del frente statal, modernizacion, y la vida de las mujeres. In: MUNOZ, K.; CORREAL, D.; MIÑOSO, Y. Tejiendo de outro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales em Abya Yala. Editorial Universidad del Cauca, 2014.

SEGATO, R. L. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. E-cadernos CES, v. 18, 2012. Disponível em: https://journals.openedition.org/eces/1533. Acesso em: 12 jul. 2020.

VERGÈS, F. Um feminismo decolonial. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

Silvana Marinho
marinho.silvana@gmail.com
Mestra em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).
Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
Pesquisadora do Laboratório Interdisciplinar de Estudos e Intervenção em Políticas Públicas de Gênero (LIEIG/NEPP-DH UFRJ).
Membra da Comissão Temática Gênero, Etnia e Diversidade Sexual (GEDS-CRESS/RJ) e Conselheira Suplente do Conselho Estadual LGBTI do Rio de Janeiro.

UFRJ
Av. Pasteur, 250 – Urca
Rio de Janeiro – RJ – Brasil
CEP: 22290-240

Agradecimentos
Agradeço às colegas pesquisadoras e à coordenadora do LIEIG/NEPP-DH UFRJ, Lilia Pougy, pelos debates proporcionados no escopo das atividades do referido laboratório, contributivos à elaboração deste artigo, assim como aqueles que também se travaram no interior dos encontros do Seminário de Tese I Neoconservadorismo em Perspectiva, do PPGSS/UFRJ, sob coordenação de Lilia Pougy, Ludmila Cavalcanti e Rosana Morgado.
Agência financiadora:
Apoio à pesquisa pelo Programa de Bolsas Demanda Social - CAPES/DS, Modalidade Doutorado, sob o processo nº 88882.424620/2019-01, vigência 09/2019 - 05/2022.

Contribuições das autoras:
Este texto é de minha autoria, enquanto parte integrante das reflexões teóricas do projeto de doutoramento em Serviço Social da UFRJ, cujo tema trata da contribuição dos feminismos para a compreensão do fenômeno do travesticídio-transfeminicídio.
Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação:
Não se aplica.
Consentimento para publicação:
Consentimento da autora.
Conflito de interesses:
Não há conflito de interesses.

[1] No campo da sociologia do trabalho há vários teóricos críticos da chamada "sociedade do trabalho" que desenvolvem teses acerca do fim ou da suposta crise dessa sociedade do trabalho no contexto das mudanças ocorridas no capitalismo a partir da década de 1970. A respeito do assunto, consultar: ANTUNES (2005).

[2] Utiliza-se o termo mundo-aldeia, conforme Rita Segato (2012), de modo a implicar um vocabulário decolonial, referindo-se, assim, a um mundo não hierarquicamente organizado pela matriz da colonialidade. Segundo Segato (2012), este mundo que antecedeu a intervenção colonial não deve ser descrito como pré-moderno, justamente para não sugerir que se encontra simplesmente no estágio anterior da modernidade e marcha inevitavelmente em direção a ela.

[3] Fraser (2018), em desacordos, mas em diálogo com Benhabib, Butler e Cornell, buscou uma síntese, que ela chamou de uma abordagem impura, eclética e não pragmática, apontando lacunas nas estruturas teóricas de cada uma delas para a luta feminista, mas também suas importantes ferramentas analíticas que merecem se complementar, ressalvando que precisam pensar de modo relacional e contextual e considerar aspectos globais do poder de gênero e da luta de gênero.

 DOI: https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e84178

ESPAÇO TEMA LIVRE

Decolonialidade do saber: as ecologias dos saberes na produção do conhecimento

Ronaldo Silva[1]
https://orcid.org/0000-0001-5799-2897

[1]Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-graduação em Direito, Curitiba, PR, Brasil

Decolonialidade do saber: as Ecologias dos Saberes na produção do conhecimento

Resumo: Este texto aborda a decolonialidade do saber, utilizando como recorte espacial os estudos pós-coloniais a partir de uma concepção do Sul Global. Por meio de uma pesquisa bibliográfica amparada sob método dialético, propõe-se repensar como as Ecologias de Saberes que nascem das lutas sociais se constituem enquanto entes de produção de conhecimento e saberes locais que nascem desde um Sul Epistemológico e não mais geográfico. Como referencial teórico utiliza-se o pensamento fronteiriço-abissal proposto por Boaventura de Sousa Santos (2010) enquanto via de decolonização epistêmica que permite-nos romper com os nós-estruturais e epistemológicos da modernidade ocidental. Ademais, como subsídio de análise, recorre-se ao pensamento de Walter Mignolo (2008, 2017) e Maldonado-Torres (2010) numa crítica às concepções dominantes da modernidade ligadas às experiências coloniais e seus marcadores da diferenciação.

Palavras-chave: Coletivos socioculturais; Decolonialidade; Ecologia do saber; Matriz colonial; Pensamento abissal.

Decoloniality of knowledge: the Ecologies of Knowledges in the production of knowledge

Abstract: This paper addresses the decoloniality of knowledge, using postcolonial studies as a spatial cut-out, from a conception of the Global South. By means of bibliographical research supported by the dialectic method, we propose to rethink how the Ecologies of Knowledge that arise from social struggles constitute themselves as ents of knowledge production and local knows that arise from an Epistemological South, and no longer geographic. As a theoretic reference, we use the border-abyssal thinking proposed by Boaventura de Sousa Santos (2010) as a way of epistemic decolonization that allows us to break with the structural and epistemological knots of Western modernity. Moreover, as a subsidy for analysis, we draw on the thought of Walter Mignolo (2008, 2017) and Maldonado-Torres (2010) in a critique of dominant conceptions of modernity linked to colonial experiences and their markers of differentiation.

Keywords: Sociocultural collectives; Decoloniality; Ecology of knowledge; Colonial matrix; Abyssal thinking.

Recebido em 30.09.2021. Aprovado em 16.12.2021. Revisado em 07.03.2022.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado

Introdução

Este texto tem como objetivo uma reflexão sobre a decolonialidade do saber, utilizando como recorte espacial os estudos pós-coloniais a partir de uma concepção do Sul Global. O objetivo é repensar sobre a produção do conhecimento desde uma concepção das Ecologias de Saberes que nascem desde um sul epistemológico e não mais geográfico, rompendo os paradigmas entre Norte-Sul e/ou centro-periferia.

Como recorte para pensarmos a produção do conhecimento, assume-se as Ecologias dos Saberes a partir da concepção de Boaventura de Sousa Santos (2010), enquanto espaço de manifestação e produção de saberes que emergem das lutas sociais a partir das experiências locais, como práticas culturais urbanas que antes eram subalternizadas e agora são reconhecidas enquanto manifestos de produção do conhecimento. Para além de Santos (2010), recorre-se a subsídios de análise conceitual com o pensamento de Walter Mignolo (2017), Maldonado-Torres (2010), Sérgio Costa (2006), Luciana Ballestrin (2013) e Miglievich-Ribeiro (2014).

Para uma melhor compreensão teórica e histórica se fazem necessárias algumas considerações preliminares para entendermos os corpos e lugares nos quais estamos inseridos e dos quais estamos falando. Conforme aponta Costa (2006, p. 117), os estudos pós-coloniais imprimem um exercício de desconstrução epistemológica numa crítica às concepções dominantes da modernidade ligadas às experiências coloniais. Trata-se de uma vertente não mais universalista do conhecimento, mas de uma pluralidade de epistemologias críticas às concepções "essencialistas de produção e modelos de conhecimento científico" que "definiu como a cultura nacional nos países europeus, [reproduziu], em outros termos, a lógica da relação colonial" (COSTA, 2006, p. 117).

Para avançarmos no exercício da decolonialidade no pensamento pós-colonial se faz necessário o reconhecimento de abordagens, estudos e concepções pluriversais que rompam com o pensamento de dogmatização de uma única matriz teórica de conhecimento e saber universal. Para tanto, a matriz pluriversal deve ser compreendida por diferentes abordagens e concepções de conhecimentos que operam ora de forma mútua ora de forma cruzada, e não mais de forma hierarquizadora do saber.

A concepção pluriversal do conhecimento e do saber emerge a partir de um quadro teórico formado por um grupo de intelectuais denominados pós-coloniais, que instituem uma variedade de estudos e contribuições distintas bem como com características comuns que objetiva uma totalidade na forma de pensar e na produção de conhecimento e não mais na universalidade como uma única forma de compreender nossas relações sociais.

O manifesto pós-colonial à luz das considerações de Costa (2006), Ballestrin (2013) e Miglievich-Ribeiro (2014) nos mostra que é formado inicialmente por autores como Albert Memmi (1977), por meio de sua obra *Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador* publicada originalmente em 1947 e posteriormente pela editora Paz e Terra em 1977, Aimé Cèsaire (2010) em *Discurso sobre o colonialismo* publicado em 1950 e posteriormente pela editora Letras Contemporâneas em 2010, e Frantz Fanon (2010) em *Os condenados da Terra*, publicado em 1961 e posteriormente pela Editora UFJF em 2010, constituindo a tríade francesa considerada fundante da crítica pós-colonial. Junto a esses três clássicos somaram-se Edward Said (2007) em *Orientalismo*, publicado em 1978 e posteriormente pela editora Cia das Letras em 2007, bem como o jamaicano Stuart Hall (2009), o indiano Homi Bhabha (1998) e o inglês Paul Gilroy (2001), os quais tiveram suas obras traduzidas para a língua portuguesa sobre os estudos culturais, historiográficos, da Diáspora e do Atlântico negro.

Estabelecer esse quadro preliminar é determinante para pensarmos as passagens de pesquisas e investigações em diferentes *loci* de enunciação decolonial no manifesto pós-colonial, na formação de uma rede maior de análise que se desenvolve a partir de intelectuais de programas/grupos de estudos e investigações, como o Grupo de Estudos Subalternos do Sul da Ásia (1970), que estabelecendo relações de contatos com intelectuais latino-americanos exerceu uma forte influência ao formar no continente o Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos (1990), e posteriormente numa reimpressão a formação do Grupo Colonialidad y modernidad-racionalidad – Grupo Colonialidade/Modernidade (BALLESTRIN, 2013, MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2014).

A autora Ballestrin (2013, p. 98) nos oferece uma crítica a pensarmos o quadro de intelectuais do Grupo Colonialidade/Modernidade (M/C) a partir de diversos nomes, como "Aníbal Quijano, Enique Dussel, Walter Mignolo, Immanuell Wallerstein, Santiago Castro-Gómez, Nelson Maldonado-Torres, Ramón Grosfóguel, Edgardo Lander, Arthuro Escobar, Fernando Coronil, Catherine Walsh, Boaventura Santos, Zulma Palermo", entre outros. Esse esboço de autores constitui um breve quadro que deve ser investigado e amplificado, por se tratar de um movimento que se encontra em desenvolvimento.

Esses autores, com diferentes acepções, conceitos e fundamentos de renovação crítica nas ciências sociais, inauguram um amplo debate de investigação, conferindo na pluralidade epistemológica uma emergência crítica de estudos pós-estruturalistas, desconstrutivistas e pós-modernos, que inicialmente foi formado por intelectuais da diáspora negra e migratória na crítica literária na década de 1970-80 e posteriormente se expandiu para outras disciplinas.

Nesse sentido, à luz do pensamento de Walter Mignolo e Maldonado-Torres numa crítica à modernidade e à matriz do saber ocidental, o presente trabalho assume como recorte de análise o pensamento de Santos (2010) na crítica sobre a produção do conhecimento e do saber relacionando à emergência de lutas e práticas sociais enquanto Ecologias de Saberes a partir de um Sul Epistemológico, permitindo assim, conforme destaca Ballestrin (2013, p. 109), reflexionar no pós-colonial "o universalismo etnocêntrico, o eurocentrismo teórico, o nacionalismo metodológico, o positivismo epistemológico e o neoliberalismo científico contidos no *mainstream* das ciências sociais".

Decolonialidade do saber – *para além do pensamento abissal*

A decolonialidade do saber trata-se de um manifesto do processo de decolonialização epistemológica a partir do Sul Global, onde se constitui um espaço pluriverso que permite desatar os nós-estruturais heterogêneos "entendido[s] como um estado em que qualquer par de itens é provavelmente relacionado de duas ou mais maneiras divergentes" (MIGNOLO, 2017, p. 7). Os nós-estruturais imprimiu diversas marcadores e hierarquias que estruturam a condição humana na sua história através da diferenciação e da distinção, seja por meio raça, do sexo, da etnia, da religião e espiritualidade, da estética, do trabalho, do Estado, da economia, bem como do sujeito moderno, da linguística e da dimensão epistêmica (MIGNOLO, 2017).

Esses marcadores da diferenciação e distinções constituíram-se sob um uma lógica operante da colonialidade na modernidade por meio de uma arquitetura da Matriz Colonial formada por uma tríade hegemônica — o poder, o saber e o ser. Essa Matriz operou por meio de uma narrativa de dominação e agenciamento de corpos e falas, "cujo ponto de origem foi a Europa, uma narrativa que constrói a civilização ocidental ao celebrar as suas conquistas enquanto esconde, ao mesmo tempo, o seu lado mais escuro, a 'colonialidade'" (MIGNOLO, 2017, p. 2).

Dessa forma, o estabelecimento da Matriz Colonial constituiu as bases de afirmação heterogênea de uma narrativa de administração e controle sobre o *outro*, sobre nossos corpos, a partir de dois vieses. De um lado, na criação de um espaço de distinção territorial-geográfico, o oriente, ou seja, a criação do oriente enquanto *outro* impondo uma distinção sobre aqueles que estão do outro lado do ocidente europeu, num processo de instituição e separação entre os que são ocidentais para com os que não são, sob uma lógica da diferenciação.

No entanto, do outro lado ou desse mesmo lado operante, rompendo com o paradigma da criação do oriente e a sua narrativa da diferenciação, objetivando desatar os nós-estruturais os estudos pós-coloniais nos coloca a olharmos a partir dos nossos corpos e espaço de falas o que o Ocidente faz dentro do próprio Ocidente, rompendo a categorização e criação da exclusão dos que se encontram a margem, do outro lado ou de fora do Ocidente.

Nesse sentido, num processo de inflexão o Ocidente enquanto ente de agenciamento sobre nossos corpos e falas, permite-nos inferir uma crítica a geopolítica do conhecimento, exprimindo um "processo pelo qual o senso comum e a tradição são marcadas por dinâmicas de poder de caráter preferencial: discriminam pessoas e toma por alvo determinadas comunidades" (MALDONADO TORRES, 2010, p. 423).

Essa distinção nos impõe olharmos o *ser* formado numa relação entre o *poder* e o *conhecimento*, numa coconstituição que interliga na Matriz Colonial a ideia do sujeito moderno, na formação e na arquitetação de marcadores da raça/sexo/etnia/trabalho/Estado/conhecimento/línguas/religião entre outros. Assim, numa crítica a tríade da Matriz Colonial do ser, do poder e do saber, Walter Mignolo (2004) destaca que

> a ciência (conhecimento e sabedoria) não pode ser separada da linguagem; as línguas não as apenas fenômenos 'culturais' e que as pessoas encontram a sua 'identidade'; elas também são o lugar onde se inscreve o conhecimento. E, dado que as línguas não são algo onde os seres humanos têm, mas algo de que os seres humanos são, a colonialidade do poder e a colonialidade do conhecimento engendram a

> colonialidade do ser [*colonialidad del ser*] (MIGNOLO, 2004, p. 633 apud MALDONADO-TORRES, 2010, p. 89).

Esta relação (ser, poder e saber) a partir da fala de Mignolo (2017) elucida como a linguagem para além de um fenômeno cultural se inscreve na produção do conhecimento, sendo as línguas um elemento de instituição do que os seres humanos são a partir do poder e do conhecimento construídos, engendrando na formação do seu ser.

Mignolo (2017) traz o conhecimento e a sabedoria a partir de uma linguagem–narrativa impondo a reflexionar sobre o fazer ciência modernidade, que foi arquitetada por atores e instituições eurocêntricas, que se utilizaram de suas prerrogativas da verdade *universal* enquanto porta-voz da humanidade, num processo de agenciamento sobre o *outro*, sobre nossos corpos preexistentes, agora regulados e subordinados por um processo de sujeitamento perante o ocidente.

Este processo, assumindo-o enquanto um aprisionamento da condição humana preexistente — do nosso saber, nosso ser e nosso poder — foi constituído por uma Matriz epistêmica na regulamentação da existência e subordinação dos nossos saberes, dos quais não se encontravam inseridos na retórica ocidentalista, num domínio ao "controle da economia, da autoridade, do gênero e da sexualidade, e do conhecimento e da subjetividade" (MIGNOLO, 2017, p. 5).

A Matriz Colonial possui como base, de acordo com Mignolo (2017), uma inter-relação na administração e controle fundamentado pelos pilares raciais e do patriarcal do conhecimento, como prerrogativa de enunciação e legitimação de uma única ordem mundial, o eurocentrismo. Estes pilares de sustentação dessa ordem mundial-ocidental temporalizada pela Europa, numa lógica colonial retórica da modernidade, criaram no agenciamento de indivíduos–pessoas na colonização, uma narrativa disciplinadora e de encarceramento de nossa consciência de *si* e *ser* sobre nossos corpos e saberes, obrigando-nos a aproximar de um modelo de comportamento, de obediência e submissão ao ocidente, como forma de garantia e manutenção na instalação do ocidente em *nós* ou/e *outros*.

Nesse contexto, se faz determinante pensar o papel decolonizador do conhecimento enquanto um espaço heterárquico de produção epistemológica dos saberes, e não mais do 'saber' enquanto único e, mas agora pluriverso. Conforme destaca Mignolo,

> o pensamento e a ação descolonial focam na enunciação, se engajando na desobediência epistêmica e se desvinculando da matriz colonial para possibilidade de opções descoloniais – uma visão da vida e da sociedade que reque sujeitos descoloniais, conhecimentos descoloniais e instituições descolonais (MIGNOLO, 2017, p. 6).

A decolonização epistêmica aqui não se resume a uma desordem de pensamento e/ou desobediência epistêmica (MIGNOLO, 2008, 2017), mas de numa pluralidade de saberes a romperem a lógica da produção do pensamento do fronteiriço ou abissal proposto por Santos (2010). Como espaço de enunciação epistemológica da produção do conhecimento, coloca-se como ponto de inflexão, parte da orquestração da decolonialidade do saber, as Ecologias dos Saberes enquanto agentes que emergem das fronteiras abissais do conhecimento. Assume-se aqui, como pressuposto, as concepções do Boaventura de Sousa Santos (2010) como reflexão do conhecimento *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes* (2010), como subsídio para localizarmos a emergência de saberes na produção do conhecimento desde um sul epistemológico.

Para Santos (2010), as epistemologias emergem do sul epistêmico e não de um sul território, impondo-nos a revisitar a história moderna ocidental na instituição dos marcadores fronteiriços da diferenciação que institui a produção dos nossos saberes, compreendido enquanto um pensamento abissal. Esses marcadores, enquanto "distinções dos visíveis e invisíveis" (SANTOS, 2010, p. 31) caracteriza uma corrente de pensamento abissal marcada enquanto um sistema de distinções em que os visíveis fundamentam os invisíveis. Para Santos (2010, p. 32) "as distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social e dois universos distintos: o universo 'deste lado da linha' e o universo 'do outro lado da linha".

A construção da realidade entre visíveis e invisíveis consiste numa criação de uma *verdade* sobre o *outro*/*nos*, entre os que são reconhecidos e os que não são reconhecidos, que consiste numa divisão do não

reconhecimento daqueles que estão inseridos do "'outro lado da linha' desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente" (SANTOS, 2010, p. 32), numa forma exclusão e inexistência radical de indivíduos.

Para tanto, pensando o marcador da distinção, do não reconhecimento e da invisibilidade de saberes, Santos (2010) aponta que esse paradigma cria as marcas ocidentais na tensão entre a *regulação e a emancipação* fundamentando a distinção do visível em que "todos os conflitos modernos, tanto no relativo a factos substantivos como no plano dos procedimentos" enquanto na distinção do invisível "é a distinção entre as sociedades metropolitanas e os territoriais", aplicando, assim, a dicotomia da regulação versus emancipação apenas às sociedades metropolitanas (SANTOS, 2010, p. 32).

Nesse contexto do pensamento abissal, marcado por linha das distinções visíveis que moldam uma realidade social de um lado da linha, numa justaposição da invisibilidade do que está inserido do outro lado da linha, Santos (2010) nos apresenta que no campo do conhecimento, o pensamento abissal opera sob a lógica de uma "concessão à ciência moderna do monopólio da distinção universal entre o verdadeiro e o falso, [...] entre as formas científicas e não-científicas de verdade" (SANTOS, 2010, p. 33).

Em uma crítica ao paradigma da modernidade ocidental que marcam a tensão da *regulação e a emancipação* ainda no século XIX conforme aponta Santos (2010), as práticas emergentes epistêmicas constituem os pilares emancipatórios a romperem as tensões e marcadores de produção do conhecimento ocidentais. Pois

> a partir de meados do século XIX, com a consolidação da convergência entre o paradigma da modernidade e o capitalismo, essa tensão entrou num longo processo histórico de degradação, caracterizado pela gradual e crescente transformação das energias emancipatórias em regulatórias. Com o colapso da emancipação na regulação o paradigma da modernidade deixa de poder renovar-se e entra em crise afinal (SANTOS, 2000, p. 15).

Desse modo, numa reflexão sobre as fronteiras e tensões da regulação e emancipação se coloca uma crítica à modernidade ocidental na instituição de seu quadro epistemológico, referenciado por Santos (2011) numa *crítica a razão indolente – contra o desperdício da experiência*, que nos coloca a refletir como as experiências sociais a partir de suas vivências constituem um papel determinante e fundamental de possibilidades emancipatórias e decisórias contra as práticas hegemônicas.

Explorar a crítica emancipatória constitui um exercício de revisão gradual das forças de produção de conhecimentos que rompam o assentamento neutralizado bem como as armadilhas da produção do científica ocidental. Uma vez que a produção do conhecimento dos visíveis, "na validade universal da verdade científica é, reconhecidamente, sempre muito relativa, dado o facto de poder ser estabelecido apenas em relação a certos tipos de objetos em determinadas circunstâncias e segundo determinados métodos". (SANTOS, 2010, p. 33).

Nesse contexto, a decolonização do saber constitui um espaço de exercício crítico a considerar a produção do conhecimento moderno que se assenta diante uma validade universal de uma verdade, sempre relacionada "com outras verdades possíveis que podem inclusivamente reclamar um estatuto superior", uma vez que a invisibilidade se lastreia e fortalece contra as formas hegemônicas de saberes, ora demarcada por uma linha que ainda separa os métodos e as "formas de conhecimento que não encaixam em nenhuma destas formas de conhecer [como] conhecimentos populares, leigos, plebeus, camponeses, ou indígenas do outro lado da linha" (SANTOS, 2010, p. 33).

Para tanto, como reflexão para pensarmos os conhecimentos populares, a seguir propõe-se pensar o conhecimento a partir das Ecologias de Saberes enquanto espaço epistêmico que se fazem a partir das experiências sociais.

(Re)conhecimento – as Ecologias dos Saberes

De acordo com Santos (2010, 2011) existe uma cartografia epistemológica da diferenciação que instituiu uma negação ora uma afirmação sobre as distinções que opera o processo de normatização e regulamentação da verdade moderna a partir dos saberes ocidentais. Esse processo instituiu na história moderna ocidental a verdade teórica e metodológica a guiar uma produção 'científica' nas academias, onde as experiências sociais da invisibilidade expressam anteriormente bem como seus autores permaneceram sem uma localização fixa, de afirmação de uma matriz de pensamento enquanto *ciência*.

Nesse contexto, o intelectual Boaventura de Sousa Santos, crítico da modernidade ocidental, assume uma crítica sobre a produção do saber ocidental numa articulação entre o fazer ciência e o senso comum, propondo uma "ruptura epistemológica que obedece a dois princípios: o princípio da não-consciência e o princípio do primado das relações sociais" (SANTOS, 1989, p. 32).

De acordo com Bourdieu, Chamboredon e Passeron (1968, p. 38 *apud* SANTOS, 1989, p. 32), o primeiro princípio refere-se "à reformulação, ao nível da lógica da sociologia, do princípio do determinismo metodológico que nenhuma ciência pode negar sem negar a si própria", enquanto o princípio das relações sociais

> tem igualmente sua origem em Durkheim (1980) e estabelece que os fatos sociais se explicam por outros faltos sociais e não por fatos individuais (psicológicos) ou naturais (da natureza humana ou outra). Pelo contrário, a eficácia social dos fatos individuais ou naturais é determinada pelo sistema de relações sociais e históricas em que se insere (SANTOS, 1989, p. 32).

Por consequência, para Santos (1989), no domínio das ciências sociais exprime-se um obstáculo teórico-metodológico que deve ser superado na produção do conhecimento, no fazer ciência e o senso comum. Trata-se de um giro epistemológico que denota uma constante 'vigilância epistemológica' à uma reformulação ao determinismo metodológico e ao sistema de interações sócio-históricas em que nos encontramos inseridos, haja vista que a primazia do fato social nos obriga no

> plano metodológico a um 'objetivismo provisório' (BOURDIEU, CHAMBOREDON, PASSERON, 1968, p. 41) [na medida em que] a sociologia deve procurar superar a oposição fictícia entre o objetivismo e subjetivismo, uma vez que 'a experiência das significações faz parte da significação total da experiência' ou, por outras palavras, 'a descrição da subjetividade objetivada remete para a descrição da interiorização da objetividade" (BOURDIEU, 1968, p. 20 *apud* SANTOS, 1989, p. 32).

Assim, objetivando superar imposições fictícias na produção do conhecimento social, Santos (1989, 2010) recorre aos saberes subscritos como "marginais" e "subalternos" desde a lógica ocidentalista, a partir das suas experiências locais e seus sentidos, enquanto um exercício de prática ecológica na emergência de um processo emancipatório, sendo que estas não devem ser observadas sob um ponto de vista estanque, ou dual/antinômico e hierarquizado, mas, a partir de um regime pluriversal de saberes, que valorize as práticas de conhecimentos emergentes em um pensamento que se assume agora como pós-abissal, um conhecimento local e total.

Conforme destaca Santos (2010) a proposta do pensamento pós-abissal consiste em superar a linhas das distinções, de um lado os invisíveis, onde "não há conhecimento real; existem crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjetivos, que, na melhor das hipóteses, podem tornar-se objetos ou matéria prima para a inquirição científica" e do outro lado, os visíveis que se assentam por meio de uma retórica a separar "a ciência dos seus 'outros' modernos, [colocando] de um lado, ciência, filosofia, e teologia e, do outro, conhecimentos tornados incomensuráveis e incompreensíveis" (SANTOS, 2010, p. 34).

Sendo assim, rompendo a lógica de uma cartografia epistemológica entre o conhecimento verdadeiro e o falso e assumindo os saberes que foram e são silenciados por meio de uma construção narrativa da epistemologia ocidental moderna, Santos (1989, p. 34) sugere romper essas distinções diante uma crítica aos códigos de produção do conhecimento científico e do senso comum no fazer ciência, "que é um 'conhecimento' evidente, que pensa o que existe tal como existe, e cuja função é reconciliar a todo custo a consciência comum consigo própria" por meio de uma intervenção do real e não mais enquanto uma representação dos códigos disciplinadores.

Esta proposta refere-se a um exercício de uma *policy* cognitiva de um sistema de novos conceitos e de relações entre estes, bem como de novos "objetivos" e novas relações entre eles, que podem ser construídos por meio de narrativa hermenêutica reflexiva e constitutiva do que as "ciências sociais são na sociedade e o que elas dizem na sociedade, [em uma] autocompreensão do nosso estar no mundo-científico contemporâneo" (SANTOS, 1989, p. 14). Trata-se de uma problematização às estruturas teóricas e metodológicas normatizadoras na regulamentação do fazer ciência, agora não mais enquanto um interesse particular, que põe o sujeito à sua racionalidade, mas numa desconstrução ou por assim dizer uma renovação epistêmica (MIGNOLO, 2017) que

transcenda no giro epistemológico as práticas sociais silenciadas, desatando os nós estruturais heterogêneos da modernidade.

Os paradigmas da lógica do pensamento abissal, do saber verdadeiro ou falso, do que é certo e/ou errado, devem serem revisitados pelas agências e centros de pesquisa, que assumiram enquanto espaço de uma produção de conhecimento científico, num exercício de decolonização metodológica bem como teórica da produção do conhecimento, não mais enquanto espaço hierarquizado ou dual, mas, sim, como plural e total em que as diversidades coexistem num pensamento pós-abissal. Para Santos (2010), este espaço de produção de saber se caracteriza por uma espacialidade de abordagem e concepções epistemológicas que devem ser compreendidas enquanto Ecologias de Saberes. E estas são experiências que emergem enquanto um

> conjunto dos conhecimentos nascidos na luta, nas lutas anticapitalistas, anticolonialistas e antipatriarcais, lutas das mulheres, dos povos quilombolas, dos povos indígenas, dos povos colonizados, dos trabalhadores, que ao lutarem sempre usaram e produziram conhecimentos e esses conhecimentos nunca foram reconhecidos como tal. Portanto, é uma tentativa de captar esse processo de conhecimento que nasce na própria luta e no viver na luta contra a opressão". (SANTOS, 2020).

Compreende-se que as Epistemologias do Sul (SANTOS, 2010) são nada mais que as experiências sociais formadas por sujeitos-indivíduos reflexivos e críticos, dotados de conhecimento local bem como de experiências da vida urbana e campesina, que se utilizam de suas condições preestabelecidas enquanto território de reflexão de sua realidade. Esses indivíduos, a partir do pertencimento de suas vivências, usam os elementos que estruturam o espaço no qual estão inseridos, enquanto objetos de debate e crítica a reflexionar a condição que molda a sua realidade como um sujeito político, social e cultural. Trata-se de uma concepção humanista de assumir os conhecimentos "ditos" como invisíveis no exercício de corpos políticos criativos e responsáveis à luz de suas experiências, a partir de um apego local, que se unem a outros indivíduos e que se expressam na coletividade social um processo de emancipação de *si* e de *ser*.

Nessa acepção as epistemologias do sul são as experiências de vida e lutas sociais que operaram contra a submissão, a opressão e a marginalização, que são e foram produzidas por três marcadores, "o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado" (SANTOS, 2020). Estes marcados instituíram os nós-estruturais heterogêneos na regulamentação e normatização da produção de conhecimentos, sob uma lógica *ontológica do mundo* e posteriormente sob uma 'verdade' mercadológica explorada onde o "conhecimento era alternativo ou não moderno, segundo a teologia cristã e, depois, a filosofia secular e as ciências sociais" (MIGNOLO, 2017, p. 8).

Consequentemente, a decolonialidade epistemológica no giro pós-colonial do saber, assume o caráter pluriversal das experiências sociais que emergem contra os marcadores de uma Matriz epistêmica a romper as marcas da invisibilidade patriarcal e estadocêntrica. Sendo assim, o Sul torna-se um espaço epistêmico de exercício *contra-epistemologia* e *trans-escalar*, onde os saberes enquanto práticas diversas e plurais que coexistem sob um exercício do "interconhecimento, aprender outros conhecimentos sem esquecer os próprios". (SANTOS, 2010, p. 56).

Este processo trata-se de um reconhecimento de outros saberes em que compartilham suas experiências sem negarem a *si* e ao *outro*, sem recaírem na dualidade do verdadeiro ou falso, pois nesse "processo de aprendizagem conduzido por uma ecologia de saberes, é crucial a compreensão entre o conhecimento que está a ser aprendido e o conhecimento que nesse processo é esquecido e desaprendido". (SANTOS, 2010, p. 56).

Sendo assim, a proposta de Santos (2010) sobre as formas de produção de conhecimento nos leva a um exercício desestabilizador na decolonialidade do saber, "numa crítica radical da política do possível, sem ceder a uma política impossível" (SANTOS, 2010, p. 64). Não se trata de recusar um passado construído, mas transformar diante os marcadores ocidentais em nossos corpos, saberes e instituições, uma compreensão de "mundos" que permitam-nos coexistir, respeitando os saberes invisibilizados ao longo da história moderna. Trata-se de uma tarefa árdua e diária, que nos impõe sob questionamento o papel enquanto ser social, cultural e político que empreendemos em nossas relações humanas, na medida que ressignifiquemos em nossa consciência os seres pluriversais e não eurocêntricos de *si* e de *ser*.

Considerações finais

As lutas sociais e culturais que emergem no exercício de ecologia de saberes locais imprimem um estado de natureza do (re)conhecimento de experiências e vivências que vai além de um *eu*, que exprime nos *ethos* de indivíduos e coletivos sociais, as marcas de um passado colonial demarcado pela marginalização, opressão e subordinação das estruturas das relações humanas, entre o colonizador e o colonizado ou entre o oriente para com o ocidente.

Compreende-se que os estudos pós-coloniais têm imprimido uma virada de produção acadêmica em diversos centros de estudos mundo afora, principalmente nos de pesquisas latino-americanos e caribenhos, conforme destaca Ballestrin (2013) vive-se desde a década de 1990 e principalmente nos últimos anos uma espécie de "moda" investigativa orientada pelos cânones *pós*, o pós-colonialismo. Este processo não deve ser orientado por uma negação epistemológica do que foi construído, mas por uma reorientação epistêmica de olhares desde um Sul Global, compreendido aqui como Sul Epistemológico que associa diversos estudos locais e totais, valorizando as experiências e lutais sociais enquanto práticas de conhecimentos que rompam os paradigmas de entre o *legal* e *ilegal*, *certo* e *errado*, *verdadeiro* e *falso*.

Devemos reconhecer, conforme aponta Castro-Gómez e Grosfoguel (2007), que a primeira descolonização foi incompleta, limitando-se às instituições jurídicas e políticas. Para tanto, se faz determinante, a partir das emergências pluriversais de estudos e investigações pós-coloniais, um processo rigoroso na segunda onda da descolonização, a decolonialidade, rompendo as hierarquias e marcadores de nossas relações sociais estruturais.

Nesse contexto, as práticas epistêmicas a partir de lutas sociais e culturais que emergem desde um Sul Epistemológico, assumindo as vivências e experiências sociais enquanto práticas e exercício de Ecologias de Saberes, constituem determinante para pensarmos a produção e a valorização desses conhecimentos e saberes, num exercício decolonizador dos marcadores sociais, jurídicos, políticos e institucionais. Vivemos desde a virada do século, um processo de transformação em nossas sociedades, marcada por profundas tensões nos modelos de Estados e suas práticas operantes institucionais, como os centros de pesquisas e investigações.

Dessa forma, o exercício da decolonialidade deve partir principalmente desses centros de pesquisas nos quais se encontram engessados sob uma arquitetura estadocêntrica de produção e validação de conhecimento ocidental. Trata-se de um exercício autorreflexivo de nossos corpos sociais, políticos, culturais, econômicos e patriarcais, em um esforço que permita-nos ir além do assujeitamento de padrões de normatização e regulamentação que reside em nós.

Referências

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política [online]. 2013, n. 11, p. 89-117. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004. Acesso em: 21 jan. 2022.

BHABHA, H. O local da cultura. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CASTRO-GÓMEZ, S; GROSFOGUEL, R. El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontifi cia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

CÈSAIRE, A. Discurso sobre o colonialismo. Blumenau: Letras Contemporâneas, 2010.

COSTA, S. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. Revista Brasileira de Ciências Sociais [online]. 2006, v. 21, n. 60, p. 117-134. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-69092006000100007. Acesso em: 22 jan. 2022.

FANON, F. Os condenados da terra. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010.

GILORY, Paul. O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora 34/Universidade Cândido Mendes - Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

HALL, S. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

MALDONADO-TORRES. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento: modernidade, império e colonialidade. *In*: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010.

MEMMI, A. Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, A. Por uma razão decolonial: Desafios ético-político-epistemológicos à cosmovisão moderna. Civitas: Revista de Ciências Sociais [online], v. 14, n. 1. p. 66-80, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.15448/1984-7289.2014.1.16181. Acesso em: 21 jan. 2022.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Introdução de The darker side of western modernity: global futures, decolonial options. Revista Brasileira de Ciências Sociais [online]. 2017, v. 32, n. 94. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 21 jan. 2022.

MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, n. 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf. Acesso em: 14 fev. 2022.

SAID, E. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

SANTOS, B. de S. Epistemologia do Sul. Entrevistador: Cleyton Andrade. São Paulo: Boletim DOBRADIÇA, 2020. Não paginado. Disponível em: https://www.ebp.org.br/epistemologias-do-sul/. Acesso em: 31 set. 2021.

SANTOS, B. de S. Introdução a uma ciência pós-moderna. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, B. de S. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. São Paulo: Cortez; 2011.

Ronaldo Silva
ronaldosilvars@hotmail.com
Doutorando em Direitos Humanos e Democracia pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR).
Mestre pelo PPG Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

UFPR
Praça Santos Andrade, nº 50, Centro.
Curitiba – Paraná – Brasil
CEP: 80020-300

Agradecimentos
Não se aplica.
Agência financiadora
O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Período de execução, desde março de 2021.
Contribuições das autoras
O artigo foi elaborado na íntegra pelo autor.
Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação
Não se aplica.
Consentimento para publicação
Consentimento do autor.
Conflito de interesses
Não há conflito de interesses.

ESPAÇO TEMA LIVRE

Neoliberalismo, sofrimento e indiferença

Cleyton da Silva Oliveira[1]
https://orcid.org/0000-0002-9575-6171

[1]Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Franca, SP, Brasil

Neoliberalismo, sofrimento e indiferença

Resumo: Este artigo aborda o neoliberalismo a partir das considerações de Christophe Dejours sobre os elementos que o mantêm em funcionamento, apesar de seus efeitos perversos. Para o autor, a indiferença ao sofrimento dele decorrente resultaria não só da lógica do mercado, mas do próprio funcionamento psíquico dos indivíduos, que, por sua vez, produzem estratégias de sobrevivência para conseguirem suportar o sofrimento e, assim, continuarem trabalhando, sem adoecer. A chave explicativa estaria no próprio trabalho, nos esforços de adaptação ao sofrimento imposto no e pelo trabalho no contexto neoliberal que são ampliados a outras dimensões da vida, gerando consequências sociais e políticas preocupantes.

Palavras-chaves: Neoliberalismo; Sofrimento; Indiferença. Trabalho; Christophe Dejours.

Neoliberalism, suffering and indifference

Abstract: The present research aims to approach neoliberalism from Christophe Dejours perspective on the elements that keep it in operation, despite its perverse effects. According to the author, indifference to his suffering resulting from it would result not only from the logic of the market itself, but from the psychic behaviour of individuals, who, in response to it, produce survival strategies to withstand suffering and, thus, continue to work without getting ill. The key to the problem would rest in the work itself, in the efforts to adapt to the suffering imposed on and by work in the neoliberal context that are extended to other spheres of life, resulting in negative social and political consequences.

Keywords: Neoliberalism; Suffering; Indifference; Work; Christophe Dejours.

Recebido em 02.07.2021. Aprovado em 16.12.2021. Revisado em 08.03.2022.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

O neoliberalismo, como vem sendo chamada a nova forma de ser do capitalismo desde a década de 1970, tem provocado mudanças importantes na sociedade no seu todo. No âmbito do trabalho, as novas formas de controle e de gerenciamento da força de trabalho impõem aos indivíduos uma competição mortal, colocando em questão sua própria sobrevivência e tornando-os, a um só tempo, vítimas e algozes de novos tipos de sofrimento.

Ninguém escapa dos seus efeitos perversos. Nas últimas décadas, a racionalidade neoliberal vem ampliando, intensificando e gerando novos processos de informalização do trabalho, tendo como objetivo exponenciar a expropriação de mais-valia. Ademais, provoca um crescimento dramático das taxas de desemprego[1] (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021), levando contingentes de indivíduos à exclusão social.

No entanto, apesar dessa tragédia sem precedentes desenhada a muitas mãos, a sociedade, na sua maioria, tem se resignado diante do sofrimento social por acreditar que nada pode fazer, levando a uma desmobilização política, de maneira significativa e duradoura, contra o neoliberalismo. Ocorre que, mais do que apenas fechar os olhos e tapar os ouvidos para o horror dos nossos dias, muitos indivíduos têm cooperado ativamente não apenas para manter, mas, também, para ampliar esse desastre.

As novas formas de controle e de gerenciamento da força de trabalho instauradas pelo neoliberalismo, cujo elemento central é o medo, levam os indivíduos não apenas a aceitarem as novas imposições do capital, mas a cooperarem com elas. Assim, o recurso aos argumentos neoliberais seria menos por convicção do que como uma forma de justificar racionalmente a si mesmo a própria participação no seu funcionamento. Tal justificação amenizaria ou anularia a própria responsabilidade, permitindo ao indivíduo manter sua participação naquilo que provoca o sofrimento, sem, no entanto, prejudicar seu equilíbrio psíquico.

Porém, nesse contexto, dedicar-se e se concentrar exclusivamente no trabalho, para garantir a própria sobrevivência, é mobilizar-se integralmente visando atingir o desempenho máximo. Dessa forma, quanto mais o indivíduo se dedica ao trabalho, mais ele esvazia seu pensamento em relação a outras dimensões da vida, em especial a política.

Deste modo, esforços teóricos e reflexivos são necessários no sentido de compreender os novos processos no interior do mundo do trabalho contemporâneo, decorrentes do acirramento da ofensiva neoliberal contra a força de trabalho. É nessa direção e partindo de uma perspectiva teórico-metodológica de inspiração marxiana e marxista, que o presente artigo[2] propõe-se a abordar o neoliberalismo a partir da análise crítica das considerações de Dardot e Laval e de Christophe Dejours sobre os elementos que o caracterizam e que possibilitam seu funcionamento, apesar de seus efeitos perversos. Para tanto, na primeira parte do texto, debate-se acerca da definição de neoliberalismo, em especial sobre a formação de uma nova subjetividade assentada no princípio da concorrência; e na segunda parte, são discutidas as alterações e as consequências provocadas por essa nova racionalidade no âmbito do trabalho e no próprio funcionamento psíquico dos indivíduos, especialmente no tocante às suas perspectivas políticas e sociais.

Neoliberalismo, *neossujeito* e novas formas de controle da força de trabalho

Para vários analistas, o capitalismo passou por alterações nas últimas quatro décadas. Mudanças importantes ocorreram desde a crise do *fordismo* e a queda do estado de bem-estar social, de modo que a sociedade que se constituiu de lá para cá, apresenta-se como uma figura singular do capitalismo. Considerado por Dardot e Laval (2016) como *a razão do capitalismo contemporâneo*, o neoliberalismo estende a lógica do mercado a todas as relações sociais, orientando governos, empresas, instituições e os próprios indivíduos e moldando suas subjetividades, constituindo-se, assim, como resposta política não apenas à crise estrutural iniciada entre as décadas de 1960 e 1980, com repercussões atuais, mas ao esgotamento do padrão de dominação então vigente. Deste modo, mais do que uma simples restauração do liberalismo clássico, o neoliberalismo representaria uma alteração radical do funcionamento e do modo de governo do capitalismo.

O mercado não seria mais visto pelos teóricos neoliberais como algo *natural*, mas sim como uma realidade a ser construída, necessitando, assim, da intervenção ativa do Estado, que passa a organizar a si próprio e à

sociedade em torno de uma determinada norma, criando uma nova racionalidade[3]. Essa norma seria o modelo de mercado, porém entendido não tanto no sentido das relações de troca, mas das relações de *concorrência*. Assim, o Estado, através de leis e instituições, passa a criar mercados e a introduzir relações de concorrência em todas as dimensões da vida, e o faz especialmente através do desmonte do sistema de proteção social estatal, da privatização das empresas e dos serviços públicos, da desregulamentação dos mercados financeiros e de trabalho, entre outros.

O reengajamento do Estado na criação de uma ordem que o submete a novas restrições, reflete, entre outras consequências, na redução dos investimentos públicos e no desmonte dos direitos historicamente conquistados. E isso porque, conforme Dardot e Laval (2016), para o neoliberalismo, a proteção social estatal inviabilizaria o desenvolvimento das potencialidades individuais, prejudicando o funcionamento do capitalismo. Segundo esse entendimento, quanto maior a desproteção estatal, isto é, quanto maior o estado de vulnerabilidade, mais os indivíduos se desenvolvem na busca por garantir a própria segurança. Assim, o intervencionismo estatal continua a ocorrer, não no sentido *keynesiano*, como regulador da economia, mas no sentido de promover a retirada do Estado, por ele próprio. Para tanto, o Estado precariza os serviços públicos e desqualifica sua capacidade gerencial perante a sociedade, para justificar a transferência dos fundos públicos aos mercados. Isto ocorre através das privatizações, cujos valores negociados são sempre aquém dos valores de mercado, favorecendo as empresas compradoras.

Além da nova regulação pela concorrência, institui-se outra norma que é o modelo do *empreendedorismo*. Na medida em que a proteção social estatal é destruída, a ideia de coletivo é enfraquecida. Nas relações sociais em geral, a confiança cede lugar à desconfiança e a solidariedade é minada pelo egoísmo, de tal maneira que o indivíduo, desprotegido, precisa proteger-se, individualmente, contra tudo e contra todos[4]. Agora, inserido em um verdadeiro campo de batalha, o indivíduo é considerado o único responsável por sua própria sobrevivência, sendo obrigado a escolher a respeito de todos os aspectos da sua vida pessoal e profissional, isto é, assumir — e administrar — uma série de riscos considerados inerentes à vida em sociedade. Em outras palavras, ao ser colocado em concorrência, o indivíduo é forçado a gerenciar a si próprio, permanentemente, como um *capital humano*", e, como tal, precisa valorizar-se cada vez mais, por meio dos investimentos que deve fazer em si mesmo. Por outro lado, se não o fizer, corre-se o risco de não desenvolver as competências exigidas pelo mercado, perdendo a competitividade, e, assim, ser eliminado do jogo. Portanto, tornar-se empreendedor de si mesmo implica assumir inteira responsabilidade pelo próprio destino diante da incerteza do amanhã e expor-se permanentemente a riscos. Os resultados que o indivíduo obtém na vida são vistos, assim, como decorrentes de uma série de decisões e esforços que dependem exclusivamente dele. A exposição a riscos, em todas as dimensões da vida, é considerada inevitável, e a gestão deste aspecto dependeria unicamente de decisões privadas.

As situações de mercado são impostas aos indivíduos tais como se fossem uma realidade diante da qual não se pode fazer nada a não ser adaptar-se. Negar-se a participar da competição — considerada a fonte de todos os benefícios — seria não apenas um ato irracional, pueril, mas, também, imoral. Por outro lado, a adesão à causa neoliberal significaria uma demonstração de maturidade por um indivíduo sabedor das próprias obrigações. A este respeito, Safatle (2021, p. 18) lembra que, de acordo com os fundadores da Sociedade Mont Pèlerin[5], "a recusa ao primado da propriedade privada e da competitividade não seria apenas um equívoco econômico, mas principalmente uma falta moral". O discurso neoliberal defende a ideia segundo a qual o indivíduo deve ser o único responsável por sua própria vida e por todos os riscos a ela inerentes, tornando-se, assim, independente em relação ao Estado, isto é, recusando sua proteção e, desse modo, recorrendo às próprias armas para combater seus adversários.

A competição exacerbada entre as empresas transformou-se em um tipo normal de relação entre os indivíduos, que, para sobreviverem nesse contexto, estão sempre atentos às melhores oportunidades, avaliando e decidindo, permanentemente, sobre todos os aspectos da vida, por meio de um cálculo econômico, isto é, de relação custo-benefício, de investimento e retorno. Para tanto, somos inseridos em situações que nos forçam a manifestar, na prática, nossa capacidade de gerenciar a si próprios. É nesse sentido que o neoliberalismo vai moldando a subjetividade e a maneira como o indivíduo se relaciona com os outros e consigo mesmo. E na medida em que reconfigura a subjetividade a partir do princípio da concorrência, o neoliberalismo parece produzir um indivíduo de novo tipo, denominado por Dardot e Laval (2016) de *neossujeito*.

Para orientar a conduta desse indivíduo são construídos instrumentos de gestão cujo princípio é a individualização de objetivos, recompensas ou punições, com base em avaliações quantitativas do desempenho. "Gestão por metas, avaliação de desempenhos e autocontrole dos resultados são os métodos empregados por essa gestão dos indivíduos" (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 228). A avaliação consiste em verificar apenas o que é visível, isto é, o que se pode reduzir a termos mensuráveis. Assim, ela torna visíveis, ou invisíveis, determinados aspectos da atividade. Só tem valor o que é visível, enquanto o que escapa aos olhos tende a ser desvalorizado. A valorização dos números leva os indivíduos a focarem suas energias na obtenção de resultados, os quais, no entanto, não correspondem aos esforços por eles empenhados na realização dos objetivos. Porém, todos são obrigados a entrar no jogo da produção coletiva de números, por meio dos quais os indivíduos são avaliados e recompensados ou punidos.

Ocorre que a valorização do desempenho leva a maioria dos indivíduos a experimentar sua insuficiência diante de desafios cada vez mais difíceis de serem superados, apesar dos esforços e sacrifícios realizados, o que conduz a formas depressivas. "A depressão é, na verdade, o outro lado do desempenho, uma resposta do sujeito à injunção de se realizar e ser responsável por si mesmo, de se superar cada vez mais na aventura empresarial" (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 366). O indivíduo que sucumbe por não suportar a brutalidade das relações de concorrência é julgado como um fraco que não está à altura do desafio, cujo "fracasso" é considerado, inclusive, como uma patologia a ser tratada com medicamentos psiquiátricos.

É importante notar que, para além dos problemas bastante graves do sofrimento psíquico e da depressão, esta promoção universal da concorrência tem ainda consequências problemáticas em termos éticos e políticos. Isso ocorre porque espera-se do indivíduo muito mais a obtenção de resultados do que o respeito aos procedimentos e às regras. "Sendo uma racionalidade estritamente gerencial, vê as leis e as normas simplesmente como instrumentos cujo valor relativo depende exclusivamente da realização dos objetivos" (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 382).

Para os autores, essa forma de controle da subjetividade só seria possível em um contexto de mercado de trabalho flexível[6], em que a ameaça do desemprego está presente constantemente para os indivíduos, alavancando a concorrência entre eles. Hoje, como se sabe, o trabalho não oferece mais estabilidade e segurança, não sendo mais possível fazer previsões, tornando os indivíduos cada vez mais dependentes de seus empregadores. A vida, agora, é permanentemente marcada pela instabilidade e pela insegurança, afetando projetos pessoais e profissionais, tornando cada vez mais difícil o estabelecimento de vínculos sociais sólidos, leais e fiéis entre os indivíduos. A ameaça de demissão torna-se, assim, uma estratégia eficaz de controle sobre o trabalho, não apenas do ponto de vista do aumento do desempenho e da produtividade, mas, também, pelo fato de que, ao minar a solidariedade, repercute diretamente no campo político, reduzindo as possibilidades de resistência coletiva.

> Foi esse contexto de *medo social* que facilitou a implantação da neogestão nas empresas. Nesse sentido, a 'naturalização' do risco no discurso neoliberal e a exposição cada vez mais direta dos assalariados às flutuações do mercado, pela diminuição das proteções e das solidariedades coletivas, são apenas duas faces de uma mesma moeda. Transferindo os riscos para os assalariados, produzindo o aumento da sensação de risco, as empresas puderam exigir deles disponibilidade e comprometimento muito maiores. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 329, grifo dos autores).

O indivíduo neoliberal é diferente do indivíduo produtivo das sociedades industriais. Não se trata mais da antiga disciplina que se destinava, pela coerção, a adestrar os indivíduos, tornando-os mais dóceis para a execução de movimentos mecânicos, repetitivos e desprovidos de sentido. Agora, trata-se de governar um indivíduo ativo cuja subjetividade está inteiramente engajada e mobilizada na atividade que se exige que ele cumpra. Para tanto, é feita uma *racionalização do desejo* a fim de atingir o mais íntimo do indivíduo, vinculando a maneira como ele é governado à maneira como ele próprio se governa. Agora, ele é *livre* para decidir a respeito do que deve fazer, sem a necessidade de um outro controlando-o, assumindo para si mesmo a responsabilidade pelo cumprimento dos objetivos. "Trata-se de mobilizar a aspiração à 'realização pessoal' a serviço da empresa, transferindo exclusivamente para o indivíduo, contudo, a responsabilidade pelo cumprimento dos objetivos. O que, evidentemente, tem um alto custo psíquico para os indivíduos" (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 229). Busca-se que ele trabalhe para a empresa como se trabalhasse para si mesmo, ocultando a

distância entre aquele que explora e aquele que é explorado. "Ele deve trabalhar para sua própria eficácia, para a intensificação de seu esforço, como se essa conduta viesse dele próprio, como se esta lhe fosse comandada de dentro por uma ordem imperiosa de seu próprio desejo, à qual ele não pode resistir" (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 327). Assim, o indivíduo passa a concorrer consigo mesmo, buscando, permanentemente, superar-se em termos de desempenho e de produtividade. Para tanto, ele deve desenvolver a capacidade de suportar as novas condições que lhe são impostas, ainda que precise recorrer ao uso de antidepressivos.

Não se trata mais de buscar o equilíbrio, o conformismo, a estabilidade, mas o desempenho máximo, assumir riscos, desenvolver a capacidade de se adaptar às oscilações do mercado, sem certezas, garantias e proteções, isto é, um verdadeiro tiro no escuro. Exige-se do indivíduo que se adapte à nova dinâmica de acumulação de capital, que, mais do que nunca, não pode funcionar em equilíbrio. Esse *mais* seria o que Marx identificou como *mais-valor*, uma exigência própria do regime de acumulação do capital, que, segundo Dardot e Laval (2016), não havia desdobrado todos os seus efeitos, o que ocorreu quando a procura desse *além de si mesmo*, decorrente dos altos níveis de comprometimento subjetivo, tornou-se a condição de funcionamento dos indivíduos e das empresas.

O neoliberalismo, portanto, é muito mais que apenas uma política econômica. Ele traz exigências mais amplas. Não se trata apenas de um modelo de produção de riquezas, mas de produção de indivíduos que, na medida em que produz indivíduos de um novo tipo, reconfigura as modalidades de sofrimento. Estas modalidades de sofrimento, por sua vez, são objetos de estudo de Christophe Dejours, cujo ponto de partida é procurar responder à seguinte pergunta: como é possível tolerarmos a tragédia neoliberal?

Consentimento e cooperação: o sofrimento explorado

Dejours (2007) atribui a origem deste quadro ao neoliberalismo, cujo aspecto central, como vimos, é o desenvolvimento da competitividade, em nome da qual, admite-se, inclusive, passar por cima de certos princípios, antes intocáveis, como a lealdade, a solidariedade, a confiança e a ajuda mútuas, submetendo os indivíduos a sacrifícios sem precedentes. Dejours se refere especialmente aos novos princípios da organização do trabalho que surgem com o neoliberalismo — em particular a avaliação individual do desempenho — e cujas consequências são, de um lado, o aumento extraordinário da riqueza, e de outro, uma nova pobreza que emerge, especialmente no âmbito da subjetividade[7], levando não apenas ao agravamento das velhas formas de sofrimento, mas, sobretudo, resultando no surgimento de novas patologias mentais[8].

Nesse sentido, o problema suscitado por Dejours diz respeito aos motivos pelos quais essa tragédia não tem provocado reações políticas significativas contra o neoliberalismo e em solidariedade aos que sofrem os seus efeitos mais perversos. Ao contrário, ela tem gerado, na maioria das vezes, consentimento e cooperação, tornando os indivíduos aptos a suportarem as novas condições que lhe são impostas e cujo comportamento contribui para tornar essas condições cada vez mais duras e prolongadas.

A percepção do sofrimento alheio como uma injustiça a respeito da qual se teria alguma responsabilidade dependeria, antes, da tolerância do indivíduo em relação ao seu próprio sofrimento. Quer dizer, se o indivíduo tolera o próprio sofrimento, ele tende a não reconhecer o sofrimento de outros como uma injustiça. É possível então dizer que a percepção desse sofrimento, o próprio e o alheio, sofre uma distorção que é decorrente da adesão ao discurso neoliberal. A capacidade para suportar a tragédia, sem se abater, não apenas consentindo, mas cooperando, de modo que ela faça cada vez mais vítimas, seria formada no e pelo próprio trabalho através dos esforços psíquicos mobilizados pelos indivíduos, individual e coletivamente, visando à adaptação ao sofrimento.

Mas, antes de prosseguir, é necessário explicar o que Dejours entende por trabalho:

> Para nós, a partir do olhar clínico, o trabalho é aquilo que implica, do ponto de vista humano, o fato de trabalhar: gestos, *saber-fazer*, um engajamento do corpo, a mobilização da inteligência, a capacidade de refletir, de interpretar e de reagir às situações; é o poder de sentir, de pensar e de inventar etc. Em outros termos, para o clínico, o trabalho não é em primeira instância a relação salarial ou o emprego; é o «trabalhar», isto é, um certo modo de engajamento da personalidade para responder a uma tarefa delimitada por pressões (materiais e sociais). O que ainda aparece para o clínico como a característica maior do «trabalhar», é que, mesmo que o trabalho seja bem concebido, a organização do trabalho seja rigorosa, as instruções e os procedimentos sejam claros, é impossível atingir a qualidade se as prescrições forem respeitadas escrupulosamente. (DEJOURS, 2004, p. 28).

O *real do trabalho* é por ele definido como aquilo que resiste ao *saber-fazer*, isto é, ao conhecimento, à técnica, à experiência. Essa resistência seria compreendida pelo indivíduo sempre afetivamente, isto é, sob a forma de um *fracasso*, e isso porque haveria uma discrepância inevitável entre a dimensão da prescrição — que compete à organização do trabalho, administradores, engenheiros e gerentes que estabelecem o objetivo a ser atingido e os procedimentos para isso — e a dimensão da atividade propriamente dita — que é realizada pelos trabalhadores. Do encontro com o real surge um tipo específico de sofrimento, o qual, no entanto, não se constituiria apenas como resultado dessa relação, mas como origem da própria inteligência no trabalho, na medida em que, ao se deparar com a resistência do real, o indivíduo passa a buscar os meios adequados para superá-la e, assim, transformar o sofrimento em prazer.

Por se tratar de uma atividade dinâmica, é comum no trabalho a ocorrência de imprevistos de todo tipo, de modo que seria impossível cumprir, na prática, os objetivos de determinada tarefa respeitando rigorosamente às prescrições. Ora, mas o que exatamente seria o *zelo*? De acordo com Dejours (2007, p. 30), "o zelo é precisamente tudo aquilo que os operadores acrescentam à organização prescrita para torná-la eficaz; tudo aquilo que empregam individual e coletivamente e que não depende da 'execução'". E segue dizendo que "a gestão concreta da defasagem entre o prescrito e o real depende na verdade da 'mobilização dos impulsos afetivos e cognitivos da inteligência'". Assim, como não é possível prever o que se deve fazer para preencher o vazio existente entre uma dimensão e outra, o indivíduo deve descobrir ou construir cada passo a ser dado em direção à materialização das prescrições, o que implica sua subjetividade por completo, isto é, para além do local e do tempo de trabalho, e isso ocorre clandestinamente, na medida em que é necessário reajustar as prescrições estabelecidas pela organização do trabalho. "Para tornar-se hábil (no trabalho) é preciso fazer-se habitar pela experiência do real e do fracasso, experienciar o sofrimento até não poder dormir à noite, até envenenar as relações no espaço doméstico, até sonhar com essa experiência." (DEJOURS, 2012, p. 364).

O essencial do trabalho pertenceria à dimensão da subjetividade, sendo, portanto, inacessível à quantificação. Apesar de sofisticadas, o que as novas formas de avaliação verificam não corresponderia ao trabalho propriamente dito, mas aos seus resultados, os quais, no entanto, não refletem o real engajamento das capacidades físicas e psíquicas dos indivíduos para a aquisição das habilidades necessárias à sua realização. "Na verdade, não se sabe bem o que se avalia; mas, com certeza, não é o trabalho. Assim, a avaliação funciona, sobretudo, como um meio de intimidação e de dominação" (DEJOURS, 2004, p. 34). A avaliação, uma vez associada a ameaças ou a recompensas em relação ao trabalho, transforma a todos em concorrentes mortais, intimidando-os ao comparar seus números, para controlar seu comportamento e governar sua conduta e torná-los mais produtivos, submetendo-os, assim, a um estado permanente de medo e insegurança. Deste modo, quando um adversário se torna vítima de alguma injustiça, os outros tendem não apenas a permanecer em silêncio, mas, inclusive, a participar dela, esperando obter vantagens em relação ao concorrente na luta pela sobrevivência. A organização, por sua vez, além de fechar os olhos, inclusive, incentiva essas ações, desde que seus objetivos sejam alcançados, isto é, o lucro. Mas, mais do que isso, transforma o próprio indivíduo no seu principal concorrente, em uma busca incessante pelo desempenho máximo e por resultados exponenciais, promovendo uma intensificação da exploração da força de trabalho, o que torna as novas práticas de gestão cada vez mais perversas, por tentar alcançar o inalcançável em termos humanos. O culto ao desempenho e à obtenção de resultados vem sendo utilizado para promover a lógica do empreendedor de si mesmo, que deve superar-se, assumindo todos os riscos. Assim, a avaliação se torna um meio de mobilização total dos indivíduos no trabalho. Mas a verdade é que essa lógica invade todas as dimensões da vida, não só o trabalho. E a consequência disso é que os indivíduos ficam inseguros e passam a se controlar pelo medo, buscando se conformarem aos critérios estabelecidos, para se protegerem.

Dejours parece não ter sido seduzido pelos discursos a respeito da amenização ou mesmo da eliminação do sofrimento no trabalho pelo desenvolvimento científico e tecnológico próprio do *toyotismo*. Para ele, por trás do aspecto *clean* apresentado pelas organizações no período pós-fordista, há o sofrimento dos que trabalham. Além disso, opõe-se às teses neoliberais e pós-modernas que negam a centralidade do trabalho em decorrência do desenvolvimento científico e tecnológico que teria tornado absolutamente dispensável o trabalho vivo[9]. Na verdade, diz ele, "o capitalismo neoliberal continua fundamentalmente centrado na dominação do trabalho e na apropriação das riquezas que este produz." (DEJOURS, 2007, p. 140). Para ele, enquanto enxugam-se os quadros, aqueles que continuam a trabalhar o fazem cada vez mais intensamente — e muitos o fazem na informalidade, uma tendência em expansão no mundo do trabalho[10].

Nesse sentido, "a principal preocupação, do ponto de vista subjetivo, é a resistência, ou seja, a capacidade de aguentar firme o tempo todo, sem relaxar, sem se importar em machucar as mãos, sem se ferir e sem adoecer." (DEJOURS, 2007, p. 47). Mas como isso seria possível apesar dessas condições? A partir dos estudos a respeito do funcionamento desses novos princípios organizacionais, Dejours parece ter descoberto que o medo se tornou o motor da inteligência no trabalho, gerando outro tipo de sofrimento. O sofrimento padecido e infligido no contexto do capitalismo neoliberal seria gerado pelo medo da precarização, do desemprego e da exclusão social, isto é, pelo medo do sofrimento. Desde a virada neoliberal, a ameaça passou a ser usada politicamente por governos e organizações em favor da adoção de medidas austeras e de sua aceitação pelos indivíduos, que, por sua vez, devem desenvolver a capacidade de adaptação e de autossuperação sem limites visando garantir a própria sobrevivência em meio à competição.

Porém, a manipulação pela ameaça teria limites. E isso porque o resultado do trabalho é obtido à custa de esforços, não apenas físicos, mas psíquicos. Por sua vez, o indivíduo que o realiza estaria sempre à espera de ter sua contribuição à organização do trabalho reconhecida, por ela própria e pelos pares, para validá-la, não apenas materialmente, mas, sobretudo, na esfera do simbólico, compensando, assim, parte do sofrimento, ao beneficiar o desenvolvimento e o fortalecimento da identidade. Mas, além disso, por ser através do reconhecimento que o indivíduo obtém o pertencimento a um coletivo. Assim, para garantir o reconhecimento, o indivíduo[11] consente em participar de qualquer ação necessária à realização de determinado objetivo, seja ele qual for e independentemente de suas consequências, renunciando, inclusive, às próprias convicções em submissão ao julgamento alheio, o que pode levá-lo à experiência da traição de si, gerando outro tipo de sofrimento que se soma ao sofrimento causado pelo medo: o sofrimento ético, decorrente do julgamento que o indivíduo faz a respeito de si mesmo.

A verdade é que, nesse contexto, não há nada garantido, apesar dos esforços e sacrifícios. Porém, apesar das pressões que sofrem no trabalho, muitos indivíduos não apresentam manifestações psicopatológicas. Ao contrário, eles permanecem em um estado de *normalidade sofrente*[12] que resultaria das defesas elaboradas e colocadas em funcionamento pelos indivíduos, individual e coletivamente, contra o sofrimento, insensibilizando-os. Um dos recursos defensivos empregados pelos indivíduos para se protegerem dos efeitos desse sofrimento seria a adesão ao discurso neoliberal como forma de justificarem para si mesmos a própria colaboração em ações contrárias às suas convicções. A colaboração acaba se dando, então, na medida em que é vista como a participação no que é considerado um *mal necessário* e um *mal inevitável*[13], uma vez que o indivíduo estaria apenas obedecendo ordens e não seria, portanto, responsável pelas mesmas e por suas consequências. Em outras palavras, para aguentar o sofrimento, o indivíduo não faz outra coisa senão trabalhar. Ele se concentra exclusivamente sobre o trabalho, na sua eficiência, até anular a própria consciência a respeito do seu consentimento e da sua cooperação com a tragédia, compensando parte do sofrimento pelo reconhecimento do dever cumprido (DEJOURS, 2007).

Ocorre que essas defesas modificam apenas a percepção do sofrimento, enquanto as condições que lhe deram origem permanecem inalteradas. Assim, quanto maior o sofrimento, mais o indivíduo recorre às estratégias defensivas, as quais, no entanto, anestesiam a dor, para que o indivíduo suporte cada vez mais sofrimento, levando-o a uma participação frenética de cunho defensivo, cuja aceleração anularia a própria consciência. A verdade é que os esforços estão concentrados em um mesmo sentido: proteger-se, para sobreviver. A resignação e a cooperação seriam, portanto, menos o resultado da adesão por convicção aos argumentos neoliberais do que o resultado de uma estratégia de mobilização dos impulsos psicológicos defensivos, pelo próprio indivíduo, visando-se a autopreservação em um contexto hostil do qual — acredita-se — não seria possível escapar.

Considerações finais

A manipulação política do medo por governos e empresas, no contexto neoliberal, visando o controle e a exploração dos impulsos psicológicos defensivos que levam os indivíduos não somente à adaptação, mas, inclusive, à cooperação sem limites, gera implicações sociais e políticas preocupantes. Como vimos, o neoliberalismo busca produzir certo tipo de relação do indivíduo consigo mesmo. É precisamente nesse sentido que as contribuições de Dejours fornecem elementos importantes para o entendimento e a análise dos motivos pelos quais não haveria reações políticas significativas contra o neoliberalismo, apesar dos seus efeitos nefastos aos indivíduos e à sociedade.

É verdade que Dejours não se apresenta como defensor de uma ruptura radical com a ordem vigente e de um projeto anticapitalista de sociedade. Mas ele tece críticas importantes às teses neoliberais e pós-modernas sobre o fim da centralidade do trabalho e, mais do que isso, atribui à nova fase do capitalismo, chamada de neoliberal, a origem de novas formas de sofrimento e da indiferença ao sofrimento. Assim, apesar de não ser um autor marxista, apresenta-se como defensor da centralidade do trabalho e da emancipação humana. Dejours sugere, nesse sentido, não a superação do capitalismo, mas a eliminação do medo como instrumento de gestão da força de trabalho introduzido pelo neoliberalismo, evidenciando, assim, o limite da sua análise. A noção de zelo é um aspecto central das suas contribuições, na medida em que evidencia que "a evolução contemporânea da organização do trabalho não é uma fatalidade. Ela releva da vontade — e do zelo — dos homens e das mulheres que a fazem funcionar" (DEJOURS, 2004, p. 34). Isso significa que podemos mudar os rumos dessa situação. As contribuições de Dejours, apesar de insuficientes, fornecem pistas importantes que podem nos ajudar a decifrar aquilo que estaria nos desviando do caminho em direção à construção de um novo modo de vida, para além do capital.

Referências

ABILIO, L. C. Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. Psicoperspectivas. v. 18, n. 3, 15 de novembro de 2019.

ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

DARDOT, P.; LAVAL, C. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEJOURS, C. Subjetividade, trabalho e ação. Revista Produção, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 27-34, 2004.

DEJOURS, C. A banalização da injustiça social. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

DEJOURS, C. Psicodinâmica do trabalho e teoria da sedução. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 17, n. 3, p. 363-371, jul./set. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD contínua. 2021. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30793-desemprego-chega-a-14-7-no-primeiro-trimestre-maior-desde-2012-e-atinge-14-8-milhoes-de-pessoas. Acesso em: 30 jun. 2021.

MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2010.

SAFATLE, V. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: SAFATLE, V; SILVA JUNIOR, N.; DUNKER, C. (org.). Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

Cleyton da Silva Oliveira
cleyton.oliveira@unesp.br
Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (UNESP).
Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

UNESP
Av. Eufrásia Monteiro Petráglia, 900, Jd. Dr. Antônio Petráglia
Franca – São Paulo – Brasil
CEP: 14.409-160

Agradecimentos

Não se aplica.

Agência financiadora:

Não se aplica.

Contribuições das autoras:

Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação:
Não se aplica.
Consentimento para publicação:
Autorizo a publicação do manuscrito e dos meus dados pessoais.
Conflito de interesses:
Não há conflito de interesses.

1 De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021), a taxa de desocupados no Brasil, no primeiro trimestre de 2021, subiu para 14,7%, cerca de 14,8 milhões de desempregados e desempregadas, maior taxa registrada desde o ano de 2012. Por sua vez, a taxa de informalidade foi de 39,6%, nesse mesmo período, o que equivale a 34 milhões de indivíduos. Além disso, a pesquisa identificou um aumento de 2,4% de trabalhadores e trabalhadoras por conta própria, totalizando 23,8 milhões de indivíduos.

2 Este artigo resulta do adensamento dos estudos e das reflexões do autor acerca do neoliberalismo e de suas implicações sociais e políticas, desde o mestrado, e agora, no doutorado.

3 A este respeito, Dardot e Laval (2016, p. 215) recorrem à noção foucaultiana de governamentalidade, definida pelos autores "como ação sobre as ações de indivíduos supostamente livres em suas escolhas". Trata-se de uma prática que consiste em governar da melhor maneira possível os indivíduos, no sentido de guiá-los, de dirigir suas condutas, de constranger suas ações e reações, em um quadro e com instrumentos estatais. Assim, como eles explicam na Introdução à edição inglesa, esta racionalidade deve ser entendida como uma racionalidade governamental (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17), a qual consiste nos "tipos de racionalidade que são postos em ação nos procedimentos pelos quais a conduta dos homens é conduzida por meio de uma administração estatal". E esta condução das condutas de outros alcança sua forma mais pura não através da imposição externa de uma disciplina, e sim pela obtenção de um autogoverno do indivíduo. Trata-se de governar pela liberdade (e não contra ela, ou apesar dela), "isto é, agir ativamente no espaço de liberdade dado aos indivíduos para que estes venham a conformar-se por si mesmos a certas normas" (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 19).

4 Ao destruir as formas de solidariedade e reduzir a proteção social garantida pelo Estado, transferindo a assistência estatal e sua gestão para empresas privadas, o risco tornou-se um campo fértil a ser explorado pelo mercado.

5 Primeiro grupo formado nos anos 1940 para a difusão dos ideais neoliberais (SAFATLE, 2021).

6 Por isso, o sistema de proteção do trabalho, considerado responsável por tornar o mercado de trabalho excessivamente rígido, é um dos principais alvos dos governos neoliberais (DARDOT; LAVAL, 2016).

7 Dejours parece fazer uma referência indireta aos Manuscritos econômico-filosóficos de Marx, "O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores de volta a um trabalho bárbaro e faz da outra parte máquinas. Produz espírito, mas produz imbecilidade, cretinismo para o trabalhador" (MARX, 2010, p. 82).

8 Em especial, os suicídios nos locais de trabalho, fenômeno de que, segundo Dejours (2007), não haveria registros antes do neoliberalismo.

9 Teses estas já refutadas por Antunes (2015), como se sabe.

10 Em decorrência dos processos de uberização, que submete os indivíduos a condições absolutamente degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, envolvimento e mobilização total para o trabalho, sem garantias e proteções, cuja organização e distribuição da oferta de trabalho e da sua respectiva remuneração é gerenciada por algoritmos, a partir do mapeamento da força de trabalho realizado por eles que são alimentados pelos próprios indivíduos – consumidores e trabalhadores – vinculados às empresas-aplicativos (ABILIO, 2019).

11 Sobretudo aquele com identidade frágil, pois, acordo com Dejours (2012), indivíduos com identidades frágeis estariam mais vulneráveis a desenvolver uma dependência psíquica do reconhecimento.

12 De acordo com Dejours (2007, p. 36), "a normalidade é interpretada como o resultado de uma composição entre o sofrimento e a luta (individual e coletiva) contra o sofrimento no trabalho. Portanto, a normalidade não implica ausência de sofrimento, muito pelo contrário. Pode-se propor um conceito de 'normalidade sofrente', sendo, pois, a normalidade não o efeito passivo de um condicionamento social, de algum conformismo ou de uma 'normalização' pejorativa e desprezível, obtida pela 'interiorização' da dominação social, e sim o resultado alcançado na dura luta contra a desestabilização psíquica provocada pelas pressões do trabalho".

13 Coisas do tipo: está desempregado porque não se esforça o suficiente, deveria mesmo ter sido demitido depois de apresentar tantos atestados médicos", é merecedor da advertência por ter contestado à organização do trabalho.

 DOI: https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e83419

ESPAÇO TEMA LIVRE

Destruir o Estado, emancipar os trabalhadores! Lições da Comuna de Paris de 1871

Glauber Lopes Xavier[1]
https://orcid.org/0000-0002-7905-4962

[1]Universidade Estadual de Goiás, Departamento de Ciências Econômicas, Anápolis, Goiás, Brasil

Destruir o Estado, emancipar os trabalhadores! Lições da Comuna de Paris de 1871

Resumo: Objetivou-se discutir a relevância histórica da Comuna de Paris de 1871, ainda que um século e meio a separe do tempo presente. Para tanto, procedeu-se revisão bibliográfica de obras de autores anarquistas e comunistas e, fundamentalmente, exaustiva análise da obra de Marx, especialmente de *A guerra civil na França*, escrita por ocasião dos eventos da Comuna. Concluiu-se que a insurreição do proletariado, ocorrida durante a Comuna de Paris, ensejou um momento histórico decisivo de contestação da sociedade de classes, da propriedade privada e das formas burguesas de organização social. Nesse sentido, o retorno ao evento histórico da Comuna lança luzes à compreensão dos desdobramentos da sociedade capitalista, os rumos percorridos pelas lutas do proletariado e o papel ocupado pelo Estado.

Palavras-chave: Estado; Revolução; Comuna de Paris.

Destroy the State, emancipate the workers! Lessons from the Paris Commune of 1871

Abstract: The objective was to discuss the historical relevance of the Paris Commune of 1871, even though a century and a half separates it from the present time. To this end, a bibliographic review of works by anarchist and communist authors was carried out and, fundamentally, an exhaustive analysis of Marx's work was carried out, especially *A civil war in France*, written on the occasion of the events of the Commune. It was concluded that the insurrection of the proletariat, which took place during the Paris Commune, gave rise to a decisive historical moment of contestation of class society, private property and bourgeois forms of social organization. In this sense, the return to the historical event of the Commune sheds light on the understanding of the developments of capitalist society, the paths taken by the struggles of the proletariat and the role played by the State.

Keywords: State; Revolution; Paris Commune.

Recebido em 17.08.2021. Aprovado em 12.12.2021. Revisado em 02.03.2022.

Introdução

Neste texto pretende-se ressaltar a importância da Comuna de Paris após um século e meio de história. Considera-se que a primeira experiência de um governo dos trabalhadores, baseado, portanto,

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

na autogestão por parte dos produtores, incrustou a bandeira da liberdade e da superação da sociedade de classes no âmbito das sociedades europeias e, mais tardiamente, das demais sociedades. Tratou-se de um evento sem precedentes e que revelou o caráter opressivo e alienante das instituições burguesas. A Comuna deixou claro fundamentalmente que o Estado é o Estado da classe dominante na medida em que opera segundo os interesses daqueles que detém a riqueza e, em especial, os meios de produção.

Não obstante o trabalho ideológico realizado a fim de que o Estado fosse apresentado enquanto esfera neutra e que, portanto, pairava acima das classes sociais, a Comuna de Paris, a despeito da breve experiência, retirou-lhe as máscaras e evidenciou que sua burocracia, seu aparato de segurança, sua educação e tudo o mais que o constitui convergem num objetivo: assegurar a dominação política e a exploração econômica de que são reféns os trabalhadores, do campo e da cidade. Daí a necessidade de se tratar desse evento histórico passados 150 anos.

A partir dele é facilitada a compreensão dos rumos que tomou o pensamento e a prática política de esquerda na Europa, principalmente. Notadamente o fato de que tenham sido abandonados, por considerável parte da esquerda, os princípios da autogestão em nome de organizações burocráticas como sindicatos e partidos políticos. E, ainda, o fato de que no último quarto do século XIX o capitalismo tenha assumido uma forma predominantemente monopolista, ensejando conflitos entre as principais economias à época, o que concorreu para os eventos no início do século seguinte.

Assim, a Comuna de Paris, passados 150 anos, lança luzes sobre a compreensão da sociedade de classes, sobre o caráter opressivo e mistificador da burocracia, o que levou ao surgimento das chamadas vanguardas e seus aparelhos, bem como o caráter de classe do Estado burguês, cuja dissolução deve dar lugar a uma sociedade sem classes e, por isso, sem Estado. Lança luzes, finalmente, sobre os desdobramentos econômicos e políticos no decorrer do século XX, como os rumos tomados pelo regime soviético que, ao contrário da propaganda, nada tinha de comunista, mas tratava-se de um modelo político e econômico baseado na exploração dos trabalhadores e no autoritarismo segundo as decisões de uma elite político-partidária.

A Comuna de Paris permite compreender, também, os conflitos interestatais que tiveram, na primeira e na segunda guerras mundiais, seus momentos mais dramáticos e que impactaram na organização política dos trabalhadores, seja desvirtuando seus propósitos, seja dotando suas organizações de maior compreensão dos interesses burgueses investidos nos conflitos. Cento e cinquenta anos separam o nosso tempo do tempo da Comuna, mas os fundamentos daquela sociedade, tais como a propriedade privada, o Estado e o conflito de classes, ainda que metamorfoseados, permanecem vivos e isto por si só — assim entendemos — já é uma justificativa bastante plausível para a reflexão que se propõe.

A tentativa de fornecer uma resposta entabulou uma reflexão sobre a importância da Comuna para a discussão sobre o Estado, o trabalho, a educação/ciência e o caráter internacional da revolução do proletariado. Para tanto, consultamos algumas obras de autores marxistas, sendo que a obra *A guerra civil na França*, do próprio Karl Marx, foi fundamental. Dela extraímos informações tanto de sua versão oficial quanto de seus dois rascunhos a fim de fundamentar as reflexões que seguem e que serão expostas em quatro partes, além das considerações finais.

A Comuna de Paris e a destruição do Estado

Considerada a primeira experiência histórica de um governo autogerido pelos próprios trabalhadores, a Comuna de Paris, deflagrada em Paris no ano de 1871, foi responsável pela dissolução do Estado. Ainda que temporariamente, tal feito atestou o potencial revolucionário dos trabalhadores e deu provas de que o Estado não se trata de uma entidade indestrutível e sob a qual os indivíduos devem se curvar. Ao se organizarem de forma livre e autogerida, os trabalhadores deixaram atônitos os seus apologetas; mostraram que os princípios que regem a associação livre dos produtores, explorados de uma maneira espontânea e coletiva, não possuem qualquer semelhança com aqueles que dirigem o poder estatal e sua burocracia.

O fato de que tais princípios tenham sido reforçados nos últimos 150 anos nutriu a crença de que sem ambos não é possível a vida em sociedade. Contudo, os inúmeros conflitos de classes, ocorridos nos mais diversos cantos do mundo, apenas fornecem substância para a sua crítica, a crítica de seus fundamentos, de seu caráter autoritário e burguês. Seus tentáculos invadem praticamente todas as instâncias da vida social.

Por meio da educação visa o adestramento dos trabalhadores e por meio da religião a sua subserviência às hierarquias terrenas. Na polícia encontra o seu instrumento de vigilância e punição e em seu exército a defesa dos interesses da burguesia perante qualquer ameaça externa.

O objetivo principal da sociedade capitalista é garantir o funcionamento de uma sociedade baseada no trabalho alienado, na separação entre proprietários e não proprietários. "O poder estatal que aparentemente pairava acima da sociedade, era, na verdade, o seu maior escândalo e a incubadora de todas as suas corrupções". (MARX, 2011, p. 56). A Comuna de Paris evidenciou o caráter de classe do Estado, cuja burguesia dele lançou mão para oprimir os trabalhadores e promover o massacre de homens, mulheres e crianças. Nos últimos 150 anos, esse Estado foi aperfeiçoado com o fito de assegurar os interesses da burguesia. Para tanto, aprimorou a sua burocracia e aperfeiçoou os seus instrumentos de dominação, controle, violência e punição. E, principalmente, engendrou novos mecanismos para sustentar a acumulação de capital por parte das burguesias.

Daí a fundamental missiva de Marx de que não caberia ao proletariado simplesmente apropriar-se do Estado. Se a história revela uma postura distinta por parte da classe isto se deve muito mais à conduta oportunista de determinados indivíduos e seus instrumentos de ascensão ao poder (especialmente os partidos políticos) do que por qualquer outro motivo. Enquanto os trabalhadores, honestos e dedicados, se alimentavam do sonho e da esperança da revolução, muitas vezes colocando em risco suas próprias vidas, certas "lideranças" vociferavam palavras de ordem na tentativa de conduzirem as massas a um novo tipo de Estado não menos autoritário e belicoso.

> Mas o proletariado não pode, como o fizeram as classes dominantes e suas diferentes frações rivais nos sucessivos momentos de seu triunfo, simplesmente se apossar desse corpo estatal existente e empregar esse aparato pronto para seu próprio objetivo. A primeira condição para a manutenção do poder político é transformar [a] maquinaria estatal e destruí-la – um instrumento de domínio de classe". (MARX, 2011, p. 169).

Como é bastante conhecido, com raras exceções não foi isto o que se passou nos últimos 150 anos. Não foram poucas as vezes em que as chamadas vanguardas, supostamente irmanadas do propósito revolucionário, solaparam os movimentos dos trabalhadores. Tal foi o que se passou na experiência soviética, circunstância na qual a burocracia do partido bolchevique se sobrepôs aos conselhos constituídos por trabalhadores, denominados sovietes. Segundo as esclarecedoras palavras de Tragtenberg (2008, p. 48): "Em outros termos, ao perderem sua autonomia, os sovietes desaparecem como representativos do proletariado. Lenin e Trotski criam algo original: uma república soviética sem sovietes". Ao tecer comentários sobre a revolução russa e os ensinamentos que esta trouxe para os anarquistas, Guérin (1980, p. 32-33):

> A emancipação efetiva só pode ser realizada por uma ação direta dos interessados, dos próprios trabalhadores agrupados e não por intermédio da bandeira de qualquer partido político ou de uma formação ideológica, mas apenas nos seus próprios organismos de classe (sindicatos de produção, comitês de fábrica, cooperativas etc.) na base de uma ação concreta e da autoadministração, ajudados, mas não governados, pelos revolucionários trabalhando no próprio seio das massas e não fora delas ou sobre elas.

O Estado, seguindo as ordens de seus dirigentes, e sob o domínio implacável de Lenin e, depois, de Stalin, promoveu verdadeiras carnificinas em solo russo e nas porções territoriais daqueles países que foram, doravante, anexados. Dois fatos não deixam dúvida sobre o autoritarismo daquele regime: a rebelião de Kronstadt, ocorrida em 1921, e que resultou no massacre de marinheiros que lutavam pela retomada do poder por parte dos sovietes; e a Revolução Makhnovistchina, deflagrada por camponeses em solo ucraniano e cujo objetivo era realizar a autogestão social dos meios de produção.

Esta Revolução, a Makhnovistchina, bem-sucedida em muitos aspectos (as trocas entre os produtos advindos do campo e aqueles fabricados na cidade, a experiência de uma educação libertária, a autonomia das comunidades agrárias, dentre outras) foi encerrada em 1920, quando o Exército Vermelho dizimou as milícias camponesas (TRAGTENBERG, 2008). É incontestável que o modelo soviético, o qual sempre se arvorou referencial para outras sociedades, aniquilou o comunismo em seu fundamento: não foram os trabalhadores os protagonistas de um projeto revolucionário, mas o Estado, o qual, por meio de sua burocracia, liquidou as experiências autogestionárias e, em nome do partido, instaurou um regime bastante autoritário e violento.

A Comuna de Paris e a superação do trabalho alienado

Seguramente, o principal feito da Comuna de Paris tratou-se do fato de ter sido um governo dos operários, orientado segundo as necessidades dos trabalhadores e não do capital. Assim, qualquer decisão, além de partir dos próprios trabalhadores, visava o bem comum, respeitando alguns princípios como a igualdade de salários e de jornada de trabalho, além da igualdade de gênero. O trabalho ocupa centralidade na vida humana. Por meio dele os indivíduos travam relação com a natureza, entre os próprios homens e edificam um determinado *modus vivendi*.

A Comuna de Paris colocou por terra o trabalho alienado e, com ele, a subsunção do homem pelo capital. Fez com que o trabalho se voltasse ao projeto de emancipação humana, ou seja, fosse revestido de autonomia e liberdade e não violação e cerceamento. "Eis o verdadeiro segredo da Comuna: era essencialmente um governo da classe operária, o produto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política enfim descoberta para se levar a efeito a emancipação econômica do trabalho". (MARX, 2011, p. 59).

Aqui nem o político se sobrepõe ao econômico, nem o econômico se sobrepõe ao político, "[...] elas representam uma unidade no processo da luta dos trabalhadores. Nesse sentido, pode-se dizer que a vanguarda da classe é a própria classe". (TRAGTENBERG, 2008, p. 11). Os trabalhadores, de forma direta, livre e espontânea é que decidem o que produzir e sob quais condições. A maior lição histórica da Comuna foi a sua própria realização. Breve, porém carregada de sentido emancipatório, a Comuna promoveu uma cisão nas experiências das lutas operárias e, com esta cisão, fez com que emergisse uma forma de expressão política forjada na coletividade e na combatividade.

O modo pelo qual os trabalhadores realizavam a produção dispensou, naquela experiência, falsas intermediações. Nenhum espaço foi cedido à vanguarda exatamente porque houve a compreensão de que os trabalhadores devem representar a si próprios e a seus próprios interesses. "O instrumento político de sua escravização não pode servir como o instrumento político de sua emancipação". (MARX, 2011, p. 169).

Há que se ter em conta que pelo próprio contexto, a Comuna foi influenciada por várias concepções políticas, tais como o mutualismo dos proudhonistas, o blanquismo, o anarquismo de Bakunin e o próprio comunismo defendido por Marx. Durante alguns momentos, parece ter prevalecido uma certa estratégia blanquista, dada a importância da figura política da Auguste Blanqui e cujo encarceramento pelas forças do governo de Thiers, instalado em Versalhes, mobilizou as massas insurgentes em Paris. Durante outros, no entanto, os ideais anarquistas parecem ter prevalecido, não obstante a heterogeneidade da Comuna no tocante às motivações políticas de seus adeptos. Quanto aos membros do Comitê Central, o qual rapidamente transmitirá o poder a uma Comuna eleita, Achcar (2009, p. 26) afirma que: "A maioria adere aos ideais anarquistas, próximos da teoria de Proudhon ou de Bakunin. Uma minoria no Comitê Central afirmava-se partidária de Blanqui, os outros membros são simplesmente republicanos mais ou menos radicais, muitos deles nostálgicos do jacobinismo".

Assim, a Comuna não pode ser caracterizada como fundamentalmente blanquista ou anarquista. As condições de sua germinação, como se sabe, foram bastante complexas. Ela se deu nos estertores da Guerra Franco-Prussiana e reunia trabalhadores das fábricas, artesãos, bem como profissionais razoavelmente escolarizados e mesmo alguns intelectuais e escritores. Ao seu fracasso seguiu-se um paulatino aparelhamento e burocratização das lutas dos trabalhadores. Tratou-se de um mecanismo importante no processo de cooptação de parte da classe, o que levou ao surgimento de sindicatos profissionais e de partidos políticos supostamente de esquerda e alinhados às causas dos trabalhadores. Quanto aos sindicatos, deve-se considerar que estes "[...] são produtos históricos da luta operária, mas seu papel é negociar o preço da força de trabalho, e, embora seja um momento da luta, não ultrapassa os marcos da sociedade existente." (VIANA, 2020, p. 33-34).

O resultado desse processo foi perverso para os trabalhadores, bastando considerar os rumos ocupados pelas revoluções ulteriores. Tal foi, ainda, o que se deu com a vida cotidiana de modo geral, paulatinamente capturada pelos efeitos da burocracia estatal moderna, ou, nas palavras de Lefebvre (1968), a *sociedade burocrática de consumo dirigida*, o que fica patente quando se problematiza os rumos tomados pela educação e pela ciência, assunto sobre o qual trataremos em seguida.

Cabe compreender que a experiência da autogestão proporcionada pela Comuna de Paris encetou uma situação revolucionária a partir dos trabalhadores e por meio da superação do trabalho alienado, da propriedade privada. "A propriedade privada resulta, portanto, por análise, do conceito de trabalho exteriorizado, isto é, de homem exteriorizado, de trabalho estranhado, de vida estranhada, de homem estranhado". (MARX, 2004,

p. 87). Com efeito, foram criadas condições para a realização do trabalho com vistas ao atendimento das necessidades coletivas e não da acumulação de capital, um trabalho destinado aos anseios dos trabalhadores e não à produção de mercadorias que sequer seriam destinadas ao atendimento de suas carências.

Em suma, a experiência revolucionária da Comuna consistiu na negação e na superação do trabalho alienado, cuja centralidade na vida do capital é indiscutível. Desfeito o fundamento da produção sob o modo de produção capitalista, o trabalho alienado, mudanças também ocorrerão no âmbito da reprodução da vida cotidiana. Superada a instância do valor de troca, a produção e a reprodução da vida dar-se-ão com base no imperativo do valor de uso e amiúde se moverão segundo o reino da liberdade e da emancipação humana.

A Comuna de Paris e a educação libertária

Um dos maiores feitos da Comuna de Paris tratou-se da ruptura com um modelo social erigido com base nas hierarquias burocráticas e religiosas, o que se fez notar no âmbito da educação. A experiência dos comunardos propiciou um modelo libertário de educação, isto é, uma educação que não se colocara a serviço dos interesses da burguesia e, por isso, dava como naturais processos e relações sociais. A educação passou a ser investida de outro sentido porque as relações a princípio o foram. Aquela é produto desta, assegurando determinado *status quo*. Calcada sob outros pilares, ela deixou de fomentar preconceitos de classes e falsas associações entre indivíduos e conhecimentos.

Assim, o saber deixou de ser um instrumento de opressão e dominação voltado aos próprios trabalhadores. De igual maneira, ele foi desalojado do poder de Estado na exata medida em que nenhum aparato burocrático supostamente inacessível e inalterável o teria como guardião. Com ele o positivismo sofreu rotundo fracasso, afinal a garantia de sua crescente importância e de seu triunfo consistia no fortalecimento do Estado burguês e, portanto, do aperfeiçoamento dos instrumentos de dominação dos trabalhadores. "O positivismo contém implicitamente uma versão 'cientificista' da tecnocracia". (LEFEBVRE, 1969, p. 170).

É claro que o projeto de uma educação libertária e libertadora demandou por parte dos operários algumas medidas de ordem mais pragmática, e outras mais profundas. Marx sumariza algumas delas, como a facilitação ao seu acesso por meio da doação gratuita dos materiais escolares aos professores e alunos. Sabe-se que o difícil acesso à educação e o caráter de seu próprio conteúdo impediam a permanência dos trabalhadores e de seus filhos. E, ainda, perpetuava uma organização social ancorada na opressão burguesa, em seus valores e seus preconceitos.

Promoveu-se uma ruptura com o modelo educacional empregado nas Universidades e, principalmente, foi quebrado o vínculo entre o parasitismo de seus quadros e as relações promíscuas com os interesses da Igreja e do Estado. Os títulos deixaram, ainda que temporariamente, de representarem distintos níveis sociais por meio dos quais as burocracias e os chamados homens de ciência exerciam vergonhosa e despudoradamente sua opressão velada e estabeleciam irretocável subserviência aos donos do poder e do capital.

> Eles sentem que somente a classe trabalhadora pode emancipá-los do domínio do padre, converter a ciência de instrumento de dominação de classe em força popular, converter os próprios homens de ciência de alcoviteiros do preconceito de classe, parasitas estatais ávidos de cargos e aliados do capital em livres agentes do pensamento! (MARX, 2011, p. 136-137).

Eis o sentido de uma educação libertária. Ela é livre não porque propõe novos conteúdos ou novas abordagens, mas porque se realiza no interior de um processo revolucionário e não de uma sociedade burguesa, orientada segundo os ditames da acumulação de capital. Ela opera segundo os interesses da coletividade, de sua organização e de sua emancipação. Daí que somente assim ela possa ser verdadeiramente revolucionária e permita que sejam abandonadas uma série de mistificações geradas e nutridas pela sociedade burguesa ao longo dos tempos.

A educação que emancipa deve constituir uma aliança com o trabalho que torna homens e mulheres livres. Vida, educação e trabalho numa sociedade gerida pelos trabalhadores deixam de ser instâncias separadas e destinadas aos propósitos da produção e acumulação de capital e tornam-se meios para a efetiva e verdadeira apropriação do tempo por parte dos indivíduos. Somente livre do mecanismo despótico do projeto de acumulação capitalista é que se ensina e se aprende com vistas à emancipação humana. Do contrário, a educação jaz em

sua condição de mercadoria e, com ela, mais e mais água é lançada no moinho do capital em que homens e mulheres são não apenas triturados, mas suas consciências são capturadas segundo os interesses por maiores lucros.

Na sociedade capitalista a educação é voltada à produtividade do trabalho e não à produção e à criação. Os sentidos e as habilidades não são desenvolvidos de modo a aprimorar as capacidades e faculdades humanas de compreensão de sua existência. Pelo contrário, os corpos são submetidos não apenas aos processos esfalfantes do trabalho alienado, mas a razão é, também, subjugada aos interesses da fábrica e, com isto, é forjada e retroalimentada uma ideologia sob o nome e a vestimenta que lhe conferem a chamada ciência.

O trabalho — seus fundamentos, como ele se organiza — está na gênese de um determinado modelo de sociedade, de educação e de ciência. A experiência soviética, a qual reivindicava o comunismo, empregou o taylorismo às últimas consequências. Não mediu esforços na racionalização dos processos de trabalho a fim de produzir riqueza e fortalecer o Estado. O resultado foi a destruição dos comitês de fábricas e, com eles, da autogestão nas empresas. (TRAGTENBERG, 2008). A exploração dos trabalhadores antes exercida pelo capital privado deu lugar à exploração encetada pelo Estado e mediada pelo despotismo de sua burocracia.

De Paris para o mundo: o caráter internacional da Comuna

Tudo se inicia numa importante capital europeia, referência pela riqueza cultural, mas também por seu poder econômico e militar. Contudo, as condições internacionais, os arranjos de poder no território europeu, deflagram, em 1870, um conflito entre o Reino da Prússia e o Império francês. O rápido desenvolvimento do capitalismo de modo geral e o alemão, em particular, terá como resultado uma forte disputa em torno dos lucros e, décadas mais tarde, a emergência do capital monopolista como sua forma predominante. Terá, também, como resultado o imperialismo por meio do qual as principais economias passam a competir umas com as outras e a disputar mercados.

Concomitantemente, as principais classes sociais — burguesia e proletariado — vão se tornando cada vez mais nítidas, sendo que o assalariamento e a subsunção do trabalho à propriedade privada alcançam posição hegemônica no que tange às relações sociais de produção. Ademais dessas transformações, o modo de produção capitalista passa a ocupar patamares ainda mais expressivos de abrangência mundial, integrando povos e mercados os mais longínquos e, com isto, imprimindo profundas transformações nas sociedades.

Mundial em sua dinâmica, o capitalismo será responsável pelo surgimento de inúmeros conflitos sociais, mas também conflitos entre Estados nacionais, principalmente entre aqueles cujo desenvolvimento das forças produtivas tenha se dado com maior êxito. Não por acaso, é na Europa que, no limiar do século XX, eclode uma guerra de caráter mundial. De outra parte, o proletariado também busca se organizar mundialmente, sendo a Comuna de Paris a expressão mais avançada dessa natureza internacional ou internacionalizante da luta do proletariado.

De Paris para o mundo. Foi naquela cidade, palco de reformas urbanas levadas a cabo segundo as necessidades da reprodução de uma sociedade capitalista, que se processou a experiência mais radical da luta perpetrada pelo proletariado, fornecendo inspiração para trabalhadores de todo o mundo, e instaurando, no urbano, um novo sentido para a vida cotidiana. “Não foi sem motivo que Haussmann, com suas avenidas largas e retas, dissolveu os bairros fervilhantes e tortuosos, os ninhos do mistério e do folhetim, os jardins secretos da conjuração popular”. (CASSOU, 1936 apud BENJAMIN, 2009, p. 831).

A Comuna de Paris teria, em sua breve duração, recuperado o movimento pulsante, a fantasia, o gozo, a alegria e a festa que caracterizavam as ruas, becos e vielas de Paris antes das reformas empreendidas por Haussmann. Mas não apenas. Teria sido a Comuna de Paris uma festa? Assim conceberam vários pensadores, a exemplo de Henri Lefebvre e dos situacionistas de modo geral. Todavia, a Comuna foi mais do que isto, ela imprimiu mudanças profundas na relação trabalho-vida cotidiana e garantiu, ainda que parcialmente, a emancipação de homens e mulheres das relações sociais alienadas de outrora. Nesse particular, são bastante esclarecedoras as afirmações de Viana (2021, p. 16):

> A Comuna de Paris não foi festa, não foi trabalho, não foi cotidiano. Ela foi a recusa desses elementos separados, pois quando os indivíduos estão transformando o mundo e a si mesmos, estão trabalhando arduamente e com a sensação de alegria que se pode ter numa festa. Não se supera o capitalismo generalizando um momento dele e sim abolindo ele em sua totalidade e gerando uma nova sociedade, radicalmente diferente e que transforma os momentos, mudando o seu significado.

Assim, a nova sociedade em formação a partir da experiência revolucionária da Comuna e que teve as ruas de Paris como palco promoveu, pela primeira vez na história do proletariado, um urbanismo revolucionário, segundo as palavras de Debord, Kotányi e Vaneigem (2021). Naquela cidade trabalhadores de diversos países se irmanavam do mesmo projeto, da mesma causa e, para tanto, não se apresentavam com base em nenhuma nacionalidade. Para o proletariado, a cidade era o mundo e esta não servia ao capital, mas aos próprios indivíduos.

A causa compartilhada pelos comunardos era a emancipação humana. Movidos por ela, nenhuma condição era evocada a não ser o fato de que eram trabalhadores. Não havia espaço para mistificações no âmbito das relações sociais. A verdade do proletariado mundial desmascarava a mentira dos nacionalismos e a sustentação que este fornecia ao projeto burguês em escala planetária. "Sob a mira do mesmo exército prussiano que havia anexado à Alemanha suas províncias francesas, a Comuna anexou à França os trabalhadores do mundo inteiro." (MARX, 2011, p. 63). E, ainda, conforme Marx (2011, p. 141):

> Proclamando em alto e bom tom suas tendências internacionais – porque a causa do produtor é por toda a parte a mesma e seu inimigo o mesmo, qualquer que seja sua nacionalidade (seja qual for seu traje nacional) –, Paris proclamou como um princípio a admissão dos estrangeiros na Comuna, elegendo inclusive um operário estrangeiro (um membro da Internacional) para seu Conselho Executivo, e decretou [a destruição do] símbolo do chauvinismo francês: a coluna Vendôme!"

A condição do apátrida inexistia na Comuna, dado que a pátria dos comunardos tratava-se do mundo. Tal situação só pudera ser garantida porque os pilares daquele Estado estavam sendo paulatina e vigorosamente destruídos. Sem ele, suas funções caiam por terra e, com isto, novas formas e conteúdos eram engendrados. A destruição do Estado implicava no fim da separação entre este e a sociedade civil e das formas burguesas de poder, como a separação entre poderes e a burocracia. Trabalhadores de outras nacionalidades encontravam na Comuna seu verdadeiro lar, porque a cidade deixara de ser a tranquila morada da burguesia, cujas funções existiam segundo os anseios de seu capital.

Vida, trabalho, cotidiano, lazer, tempo e espaço se amoldavam a uma nova realidade. Com isto, as mentiras do mundo burguês, suas fantasias, mistificações e farsas ruíam na medida em que os projetos, anseios e expectativas dos operários ganhavam vida pela forja da autenticidade e da verdade que caracterizavam sua permanente luta. Tratava-se de uma outra cidade, com outro modelo de educação, outra forma de exercício do poder, investida de uma segurança conduzida pelos próprios trabalhadores e destinada a ser palco da liberdade. Nos dizeres de Achcar (2009, p. 25-26):

> Essa é efetivamente a Paris dos trabalhadores – operários, empregados de escritório, artesãos e pequeno-burgueses – que se insurgiram, sob o comando de um Comitê Central da Guarda Nacional, cujos membro são na maioria operários e mais de dois quintos filiados à Associação Internacional dos Trabalhadores, a famosa AIT, dirigida de Londres por um exilado alemão de nome Karl Marx.

Parafraseando Marx e Engels (2010), o espectro do Comunismo rondava, firme como nunca, a Europa. E, com ele, seus ideais de igualdade, superação da sociedade de classes, destruição da propriedade privada e do Estado. A Comuna durou 72 dias, tempo suficiente para que os atos praticados pelos comunardos, seus acertos e seus equívocos, abrissem trilhas no caminho que seria ulteriormente percorrido pelo proletariado em todo o mundo. Viana (2020) arrola algumas revoluções que, embora interrompidas, tiveram os conselhos operários como base, tais como a experiência húngara, em 1956, e a polonesa, em 1980. Em todas elas: "A autêntica meta final da luta proletária de classes não é um determinado estado, por 'democrático', 'comunal' ou 'conselhista' que seja, mas a sociedade comunista sem classe e sem estado [...]". (KORSCH, 2020, p. 94).

Considerações finais

Um século e meio separa nossa época da Comuna de Paris. Tal foi a grandeza e a importância dessa experiência revolucionária que várias revoluções posteriores tiveram, nela, sua fonte de inspiração. A experiência revolucionária dos sovietes, embora precocemente abortada, evoca a luta dos Comunardos. Não seria exagero inferir que os desdobramentos da Comuna, dentre os quais a formação e a consolidação dos sindicatos e a emergência dos partidos políticos de esquerda, conduziram à malfadada experiência soviética. Esta fornece um contraponto à Comuna, ou seja, que a conquista do poder e não a sua destruição/superação não consiste em um projeto verdadeiramente revolucionário.

Pelo contrário, sindicatos e partidos políticos apenas compõem a engrenagem do Estado e, com efeito, jogam água no moinho do modo de produção que explora e oprime trabalhadores. Reforçam, ademais, o trabalho alienado e as relações sociais de produção conforme os propósitos do capitalismo. O projeto de emancipação humana passa pela destruição do Estado e de sua burocracia. Embora breve, a Comuna materializou esse projeto. Eliminou o exército permanente e estabeleceu uma segurança constituída por trabalhadores; promoveu mudanças radicais na educação, como a separação entre o ensino e a igreja; igualou salários e reduziu as jornadas de trabalho, bem como extinguiu a separação entre poderes.

Em suma, a Comuna tratou-se do momento mais vigoroso da luta do proletariado durante o século XIX. Paris foi convertida no lar dos trabalhadores, lugar de vida e de trabalho, mas também de luta e de festa, onde o projeto emancipatório irmanou homens e mulheres franceses e estrangeiros e solapou as estruturas do Estado e os pilares que sustentavam a burguesia. Durante 72 dias os comunardos deram provas de que, além de internacional, sua luta não visava tomar o poder, mas superá-lo e, além dele, sua sociedade correspondente, a sociedade de classes. Com isto, buscavam alterar o modo como produziam sua existência, as relações sociais de produção e os fundamentos de sua reprodução.

Referências

ACHCAR, G. A Comuna de Paris, 1871. *In*: LÖWY, M. (org.). Revoluções. São Paulo: Boitempo, 2009.

BENJAMIN, W. Passagens. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

DEBORD, G.; KOTÁNYI, A.; VANEIGEM, R. Sobre a Comuna. *In*: CONCEIÇÃO, M. V. (org.). O significado da Comuna de Paris. Goiânia: Edições Enfrentamento, 2021.

GUÉRIN, D. As ideias força do anarquismo. *In*: MALATESTA et al. O anarquismo e a democracia burguesa. São Paulo: Global Editora, 1980.

KORSCH, K. A Comuna revolucionária. Goiânia: Edições Enfrentamento, 2020.

LEFEBVRE, H. La vie quotidienne dans le monde moderne. Paris: Gallimard, 1968.

LEFEBVRE, H. Posição: contra os tecnocratas. São Paulo: Editora Documentos, 1969.

MARX, K. A guerra civil na França. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto comunista. São Paulo: Boitempo, 2010.

TRAGTENBERG, M. Reflexões sobre o socialismo. 8. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

VIANA, N. A Comuna e a contestação. *In*: CONCEIÇÃO, M. V. (org.). O significado da Comuna de Paris. Goiânia: Edições Enfrentamento, 2021.

VIANA, N. Karl Korsch e a Comuna revolucionária. *In*: KORSCH, K. A Comuna revolucionária. Goiânia: Edições Enfrentamento, 2020.

Glauber Lopes Xavier
glauber.xavier@ueg.br
Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG)
Professor de Economia Política da Universidade Estadual de Goiás (UEG)

UEG
Avenida Juscelino Bubistchek, 146, bairro Jundiaí
Anápolis – Goiás – Brasil
CEP: 75.110-390

Agradecimentos
Não se aplica.
Agência financiadora
Não se aplica.
Contribuições das autoras
Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação
Não se aplica.
Consentimento para publicação
Consentimento do autor.
Conflito de interesses
Não há conflito de interesses.

ESPAÇO TEMA LIVRE

A funcionalidade do salário por peça no trabalho *mediado* por plataformas digitais

Diego de Oliveira Souza[1]
https://orcid.org/0000-0002-1103-5474

[1]Universidade Federal de Alagoas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Maceió, AL, Brasil

A funcionalidade do salário por peça no trabalho *mediado* por plataformas digitais

Resumo: Este artigo objetiva demonstrar a funcionalidade do salário por peça no trabalho *mediado* por plataformas digitais. A partir dos pressupostos da crítica marxiana da economia política, apresenta-se os fundamentos do processo de acumulação flexível, o tipo peculiar de tecnologia que fomenta e o avanço da precarização do trabalho. Posteriormente, problematiza-se o trabalho *mediado* pelas plataformas digitais como corolário desse regime de acumulação, em face da crise estrutural. Constata-se que a suposta mediação consiste em elaborado mecanismo de controle do trabalho, no qual o salário por peça exerce importante papel, mesmo sob a pecha do fim do assalariamento.

Palavras-chave: Salário por peça; Plataformas digitais; Trabalho; Uberização.

The functionality of piecework wages in work *mediated* by digital platforms

Abstract: This article aims to demonstrate the functionality of piecework wages in work *mediated* by digital platforms. Based on the assumptions of the Marxian critique of political economy, it presents the foundations of the process of flexible accumulation, the peculiar type of technology that it fosters, and the advance of labor precarization. Subsequently, the work *mediated* by digital platforms is problematized as a corollary of this accumulation regime, in face of the structural crisis. It is found that the supposed mediation consists of an elaborate mechanism of labor control, in which the piecework wage plays an important role, even under the pretense of the end of salaried work.

Keywords: Piecework wage; Digital platforms; Labor; Uberization.

Recebido em 05.07.2021. Aprovado em 16.12.2021. Revisado em 08.03.2022.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

Desde meados dos anos 1970, o mundo do trabalho vem passando por transformações que consubstanciam uma nova organização do trabalho, no bojo do capitalismo. No processo de reestruturação produtiva, as formas de acumulação flexível foram sendo consubstanciadas a partir do desenvolvimento dos meios de produção, com tecnologia de caráter dinâmico no que tange à relação espaço-tempo do trabalhador com o seu local e com a sua jornada de trabalho.

Voltaremos à questão da tecnologia e a dinâmica espaço-tempo ao longo da reflexão que desenvolvemos, mas, por ora, cabe sinalizar o caráter peculiar que a organização do trabalho passa a ter desde os anos 1970, com diversas metamorfoses em seu curso. Mais recentemente, desde o final da década de 2010, as plataformas digitais balizam as mudanças, embora com traços de continuidade no que diz respeito às bases da acumulação flexível.

Essas continuidades também dizem respeito às contradições entre o desenvolvimento dos meios de produção e as relações sociais, com aprofundamento da exploração e desigualdade. A precarização do trabalho ganha nova dimensão desde então, marcando uma fase de retrocesso de direitos trabalhistas e modificação da relação tradicional entre capitalista e trabalhadores empregados, determinada pelo novo regime de acumulação.

Não obstante, o trabalho assalariado/alienado/abstrato nos termos de Marx (1988b) — aquele no qual ocorre a venda da força de trabalho e a subsunção da produção de valores de uso ao processo de valorização — permanece sendo o pilar dessas contradições, com vistas à produção e reprodução do capital, embora permanentemente mistificado. Ainda que sob formas diversas, o trabalho assalariado se efetiva na acumulação flexível como processo que possibilita a compra da força de trabalho por valor inferior ao que ela consegue produzir, ao ser consumida no processo. O salário, nas suas variadas faces, continua sendo expressão da exploração da classe trabalhadora, fundada na extração de mais-valia, ainda que sob a égide de novas tecnologias e relações supostamente modernizadas.

Com efeito, os fundamentos da forma salário, descritos por Marx (1988a), comparecem como decisivos para desmistificar a superação da cisão entre patrões e empregados, uma vez que a ideologia do empreendedorismo apregoa a modernização dessa relação, supostamente forjando um trabalho autogerido, logo, sem patrão. Ao desenvolvermos este ensaio, com o objetivo de demonstrar a funcionalidade do salário por peça no trabalho *mediado* pelas plataformas digitais, criticaremos essa ideologia, sobremodo demonstrando que a forma salário continua sendo decisiva no processo.

Para tal, convém resgatar, ainda que brevemente, o debate de Marx (1988a) sobre o salário, em *O Capital*. Isso porque se deve considerar as duas formas elementares de salário: por tempo e por peça. Consoante Marx (1988a, p. 127), "a venda da força de trabalho se dá, como será recordado, sempre por determinados períodos de tempo. A forma transformada em que o valor diário, semanal etc. da força de trabalho se representa diretamente é, portanto, a do 'salário por tempo' [...]".

Nessa forma de salário, os termos da lei do valor-trabalho ficam evidentes, uma vez que a grandeza de valor para qualquer mercadoria é o tempo de trabalho em média socialmente necessário para produzi-la. Por conseguinte, sendo a força de trabalho uma mercadoria, o seu valor é definido pela quantidade de trabalho necessária para lhe reproduzir enquanto tal: o conjunto de mercadorias para repor suas energias físicas e espirituais.

Claro que o salário exerce fetiche sobre a classe trabalhadora e, muitas vezes, pode ocultar a relação de exploração que lhe subjaz. Porém, tomando a lei do valor-trabalho como referência analítica, decompondo a jornada de trabalho "comum", constata-se que ela é dividida em uma parcela de tempo na qual o trabalhador produz o valor equivalente à venda de sua força de trabalho (trabalho necessário) e uma parcela de trabalho excedente (trabalho não pago) (MARX, 1988b).

Então, o salário pré-definido vinculado a um período também pré-definido (jornada de trabalho) carrega consigo a junção de dois momentos distintos, que o compõe. Desvelando a parcela de tempo que representa o trabalho não pago, evidencia-se o caráter de exploração contido na forma salário.

Por sua vez, o salário por peça é mais sofisticado, no que diz respeito a percepção do seu caráter de exploração nos termos da lei do valor-trabalho. Isso porque,

> O salário por peça parece, à primeira vista, como se o valor de uso vendido pelo trabalhador não fosse função de sua força de trabalho, trabalho vivo, mas trabalho já objetivado no produto, como se o preço desse trabalho não fosse determinado, como o do salário por tempo, pela fração: Valor diário da força de trabalho/Jornada de trabalho de dado número de horas (MARX, 1988a, p. 133).

Contudo, o fato de o trabalhador receber por cada peça produzida (por tijolo fabricado, por quilos de fios de algodão trançados etc.) não elimina o fato de que, em cada peça, esteja cristalizado valor, medido em tempo de trabalho. A diferença é que o trabalhador é convencido de que, quantas mais peças produz, mais recebe. No entanto, esse possível aumento de seu salário continua sendo relativo ao tempo de trabalho, apenas variando de acordo com o tempo cristalizado em cada peça (valor), quantas unidades consiga produzir. Ou seja,

> [...] é indiferente que se suponha que o trabalhador trabalhe 6 horas para si e 6 para o capitalista, ou que trabalhe de cada hora metade para si mesmo e metade para o capitalista, aqui tanto faz dizer que de cada peça individual metade é paga e metade não-paga, ou que o preço de 12 peças repõe apenas o valor da força de trabalho, enquanto nas outras 12 peças se corporifica a mais-valia [na hipótese de que em média 24 peças podem ser produzidas em 12 horas] (MARX, 1988a, p. 134).

Em cada peça está cristalizado o trabalho necessário e, também, o trabalho não pago e, com isso, quantas peças mais o trabalhador produza, mais trabalho não pago dele é extraído, isto é, mais explorado ele é. Trata-se apenas de uma metamorfose do salário por tempo, com incrementos do ponto de vista da captura da subjetividade operária. Por essas razões, "o salário por peça é a forma de salário mais adequada ao modo de produção capitalista" (MARX, 1988a, p. 136).

O próprio salário por peça sofre metamorfoses, ganhando novas denominações ou sendo ocultado pelas ideologias que argumentam ter iniciado uma fase no qual não há patrões e nem relações de assalariamento. Como isso se expressa, contemporaneamente, no trabalho *mediado* pelas plataformas digitais é a questão que buscaremos problematizar a seguir.

Para tanto, apresentamos duas seções: na primeira, aprofundamos o debate sobre os fundamentos do regime de acumulação flexível e a precarização do trabalho que lhe é peculiar ante a crise estrutural do capital, a fim de situar as plataformas digitais como resultado desse processo; na segunda, abordamos as características gerais do trabalho *mediado* por essas plataformas, demonstrando a força determinante que a forma salário (por peça) continua a exercer no processo. Em ambas as seções, pautamo-nos pela perspectiva marxista, seja por meio de autores mais clássicos na ocasião dos fundamentos explicitados na primeira seção, seja por meio de autores que têm estudado as transformações mais recentes do mundo do trabalho.

A crise estrutural do capital como determinante de um novo patamar de precarização do trabalho

Na perspectiva de Mészáros (2009), a crise que se estabelece desde meados da década de 1970 se diferencia das crises cíclicas anteriores, uma vez que possui caráter estrutural. Embora as crises, seja de qual for o tipo, sejam produto inerente às leis capitalistas, a crise estrutural se coloca, historicamente, como ponto culminante do esgotamento das estratégias do capital para conter a tendência decrescente da taxa de lucros.

Isso porque, anteriormente à crise estrutural, as limitações imediatas de cada dimensão fundamental do capital (produção, consumo, circulação/distribuição/realização) eram superadas na interação entre essas dimensões. Assim, as barreiras existentes em certa dimensão poderiam ser compensadas pelos incrementos trazidos por outra, em uma dinâmica recíproca. Todavia, essa dinâmica se reproduz de forma seguidamente ampliada a um ponto de as contradições internas das dimensões do capital se tornarem inadministráveis para o próprio capital. Com isso, a partir da década de 1970, o capital não consegue mais deslocar as contradições próprias de cada uma das suas dimensões fundamentais, evidenciando os seus limites absolutos. Por conta da ativação desses limites, a crise assume características distintas em face das crises cíclicas. Consoante Mészáros (2009), a crise estrutural possui: (1) Caráter universal: não se limita a um setor econômico, ramo produtivo, financeiro ou complexo social. Trata-se de uma crise geral e que afeta a totalidade dos complexos sociais e as formas como eles interagem. (2) Alcance global: não se trata de uma crise regional ou localizada em alguns países, uma vez que ela não isenta nenhum Estado-nação, alcançando a totalidade do sistema do capital

mundializado. (3) Escala de tempo permanente: à crise estrutural não sucede uma nova etapa de elevação da taxa de lucros, o que demarcaria uma escala de tempo temporária e cíclica. Ao contrário disto, a crise se cronifica, embora possa ter ciclos internos subordinados aos limites absolutos do capital ora ativados. (4) Curso rastejante: a crise estrutural tem um curso rastejante que contrasta com as erupções violentas das crises cíclicas. Mais uma vez, convém fazer a ressalva de que esse modo rastejante de se desdobrar pode coexistir com (sub)ciclos violentos nele contidos.

Não há precedência de crise semelhante, o que marca uma nova fase no interior do desenvolvimento capitalista. De acordo com Antunes (2009), alguns fatos ou processos marcam essa passagem histórica, a exemplo da crise fiscal gerada no seio do Estado de Bem-Estar Social, onde ele existiu, creditada aos gastos públicos crescentes; a queda da taxa de lucro decorrente do aumento do preço da força de trabalho, cujo um dos ingredientes advinha das lutas sociais travadas na década de 1960 em torno de questões trabalhistas; a obsolescência do binômio taylorismo/fordismo, sobretudo pela retração do consumo, o que tornava insustentável a estratégia fordista de produção em massa, até porque essa estratégia era um dos fatores que produziram a retração; a hipertrofia financeira como reflexo das dificuldades para a rotação do capital, aumentando a especulação e a autonomia relativa do capital financeiro.

Diante de um desafio histórico sem precedentes, o capital coaduna um conjunto de respostas a fim de garantir sua reprodução ainda que sob crise permanente. Onde existia Estado de Bem-Estar Social, deu-se uma guinada neoliberal, cuja experiência inglesa (com Margaret Thatcher) e estadunidense (com Ronald Reagan) são emblemáticas. Nos Estados-nação nos quais as políticas sociais nunca chegaram a um patamar mais consistente, assiste-se um avanço ainda mais violento do neoliberalismo, com o fortalecimento dos mecanismos de heteronomia e subordinação internacional, sobretudo alimentadas pela dinâmica da dívida pública ante os baluartes do capital financeiro internacionalmente, o que dificulta avanços substanciais na área social (MÉSZÁROS, 2009; ANTUNES, 2009).

Na esfera produtiva, o capital se reestrutura, abandonando a primazia da acumulação rígida via taylorismo/fordismo. A retração do consumo, o aumento do valor do componente variável do capital e, consequentemente, a queda da taxa de lucro impeliram o capital a um novo regime de acumulação, de caráter flexível, pautado nas demandas mutantes do mercado e no contingenciamento da força de trabalho (HARVEY, 1992). Com isso, a ideia de trabalhador superespecializado passa a ser substituída pela ideia de polivalência, com constantes remanejamentos dos postos de trabalho ou com o acúmulo de funções nas células produtivas, conforme as necessidades do capital (ANTUNES, 2009; ALVES, 2010).

O regime flexível demanda novas formas de controle da força de trabalho, mais sofisticadas do ponto de vista da subsunção ao capital. Isso porque a figura tradicional do gerente prescritor e regulador de tarefas se torna, cada vez mais, prescindível. Essa figura é substituída por estratégias que impelem os *teams* a se autocontrolarem de acordo com os parâmetros exigidos pelo mercado. Subjetivamente, consiste em um novo patamar de controle que leva o trabalhador a introjetar os interesses da empresa capitalista como se fossem os seus ou, o que é ainda pior, faz com que ele não se reconheça como trabalhador, mas como um agente livre no mercado que, supostamente, tratará de negócios que beneficiam igualmente aos polos da relação (ALVES, 2010).

Nessa perspectiva, os trabalhadores passam a ser chamados de colaboradores ou são estimulados a se organizar sob uma dinâmica de *autogestão* (arranjos produtivos, cooperativas etc.), mas que apenas disfarça as metamorfoses sofridas no âmbito da subsunção ao capital. São estratégias para mistificar os reais interesses da classe trabalhadora, substituindo o horizonte da luta de classes pelo da negociação entre partes (des)iguais. Com isso, constitui-se um mosaico no qual a classe trabalhadora se insere na esfera produtiva ou no setor de serviços sob diversas formas que maquilam a relação tradicional entre patrão e empregado (TAVARES, 2004).

A transformação dessa relação tradicional demandou a superação de barreiras jurídico-políticas outrora constituídas na luta de classes, através de conquistas e avanços parciais na seara estatal, agora destruídas pelas contrarreformas trabalhistas e outros processos de retrocesso no campo dos direitos sociais, levados a cabo sob o pretexto de modernização das relações de trabalho. Na verdade, constituem-se formas de legalizar as formas precárias de trabalho a que estão submetidos os trabalhadores, sem direitos, com contratos temporários ou assumindo os fantasiosos papéis de empreendedores (individuais ou organizados pelo novo associativismo/cooperativismo) forjados na ideologia da acumulação flexível (TAVARES, 2004).

Com efeito, a precarização do trabalho assume um novo patamar a partir das respostas à crise estrutural, sendo uma estratégia fundamental para o barateamento da força de trabalho, para a quebra da organização política

da classe trabalhadora e na flexibilização da produção, no sentido de reduzir custos e aumentar produtividade e lucros. Conforme Alves (2007), a precarização consiste em processo social estrutural, que precede à crise estrutural, mas passa a ser central para a reestruturação produtiva desde meados da década de 1970, marcando um novo período do capitalismo, direcionado ao regime de acumulação flexível.

Para Alves (2007), a precarização do trabalho é uma esfera de reposição política da precariedade inerente ao trabalho explorado, com efeitos presentes desde a Revolução Industrial nos séculos XVIII e XIX, mas que ganha maior eminência a partir do momento em que a esfera política expressa uma quadra histórica de maiores retrocessos e menores conquistas, invertendo a sensação dos períodos anteriores.

A questão do barateamento da força de trabalho comparece como elemento decisivo nessa processualidade, seja pelos mecanismos de retirada de rendimentos indiretos dos trabalhadores (políticas e direitos sociais), seja pela instabilidade gerada com os vínculos atípicos que são (re)inventados pelo capital. É nessa dinâmica que o salário por peça ganha relevância na flexibilidade típica do capitalismo contemporâneo, sobretudo porque as jornadas de trabalho formais, juridicamente delimitadas, são relegadas ao ostracismo ou refuncionalizadas, especialmente pelo seu prolongamento "informal" com o uso da tecnologia.

Desde os processos de automação nas fábricas de modelo toyotista até a explosão da internet no estabelecimento de uma nova relação entre espaço e tempo de trabalho, vê-se o aumento do roubo do tempo de vida, transformado, cada vez mais, em tempo de trabalho. A tecnologia cumpre papel fulcral nessa dinâmica, mesmo diante das jornadas formais de trabalho, pois viabiliza a existência de uma jornada paralela, ilimitada (ANTUNES, 2009; ALVES, 2010). Os exemplos são diversos e cotidianos, como nos *simples* atos de responder a e-mails ou mensagens de celular referentes ao trabalho quando já se está em casa. Com os modelos de *home office* ou *working from home*, o imbricamento entre tempo de trabalho e tempo de vida (transformado em mais trabalho) tem dado mais alguns passos, sempre lastreado pelo desenvolvimento da tecnologia pensada para atender as demandas do capital.

Assim, em face da desregulação trabalhista, a jornada de trabalho regular e o salário conforme um tempo de trabalho pré-definido vão sendo deslocados a um patamar de menor relevância. Tanto na informalidade e contratos temporários, quanto na contratação dos (pseudo) empreendedores individuais ou coletivos, o prolongamento da jornada e a intensificação se encontram em determinação recíproca com o salário por peça, mesmo que travestido em novas roupagens face ao crescimento do setor de serviços.

Isso porque ao mistificar a relação entre salário e tempo de trabalho em média socialmente necessário para a produção das mercadorias, o salário por peça garante a prescindibilidade da limitação regular das jornadas ou de sua vinculação às métricas formais de tempo, ao menos, do ponto de vista da percepção imediata dos envolvidos. É claro, a lei do valor-trabalho permanece operante, cristalizando aquele que é a única medida possível de grandeza de valor, o tempo de trabalho, em cada peça/serviço produzida/o. Portanto, essa forma de salário encontra o regime de acumulação mais fecundo para a sua ampliação com a flexibilidade, consubstanciada na precarização do trabalho e, inclusive, invadindo os diversos complexos sociais, uma vez que se expressa em quantidades de procedimentos ou serviços executados nas novas atividades demandadas pelo capitalismo contemporâneo, para além do trabalho operário tradicionalmente exercido no chão da fábrica (TAVARES; LIMA, 2009).

Com a emergência das plataformas digitais, o trabalho precarizado atinge um novo patamar, com maior sofisticação das formas de controle da força de trabalho, via metamorfoses do salário por peça, consoante debatemos a seguir.

As metamorfoses do salário por peça e a precarização do trabalho em tempos de plataformas digitais

A segunda década do século XXI se constitui como um período de sofisticação dos mecanismos pelos quais a acumulação flexível se efetiva e, consequentemente, implicando novas formas de precarização do trabalho. Emerge um conjunto de atividades *mediadas* por plataformas digitais ligadas a grandes grupos tecnológicos, muitas vezes disponíveis por meio de aplicativos de celular e que forja a ideia de um suposto caminho para o empreendedorismo individual e a autogestão do trabalho (ANTUNES, 2019).

Essa nova modalidade de *mediação* ganhou notoriedade a partir da empresa Uber, entre 2013 e 2015, quando motoristas com os seus carros próprios (ou alugados) começaram a se cadastrar na plataforma dessa

empresa, sob a promessa de trabalharem para si mesmos. Assistiu-se a explosão desse tipo de serviço, com diversos consumidores fazendo o *download* do aplicativo da empresa, a fim de conseguirem corridas similares às que o serviço tradicional de taxi oferece, mas com menor preço e maior conforto (SLEE, 2017).

O modelo se popularizou, surgindo plataformas concorrentes no mesmo setor e se expandido para outros segmentos, como em serviços de pequenos reparos domésticos, cuidadores, entregadores de alimentos ou outras mercadorias. A expansão desse modelo passou a ser chamada de processo de uberização, em alusão ao grupo pioneiro. Com isso, um contingente considerável de trabalhadores desempregados começou a se cadastrar nesses aplicativos/plataformas em face de uma procura crescente por serviços dessa modalidade, os mais diversos.

Em geral, esses indivíduos não são vistos como trabalhadores e as empresas detentoras dos (e que controlam os) aplicativos não são tidas como empregadoras, pois, supostamente, apenas *medeiam* o processo, permitindo o encontro de um consumidor que precisa de um serviço e um prestador livre, que é autogestor do seu trabalho. Aqui, argumentaremos que nem se trata de uma mera mediação, nem esses trabalhadores são autogestores do seu trabalho, ao contrário disso, estão imersos em níveis elevados de exploração e precarização do trabalho, nos quais o salário por peça (metamorfoseado) cumpre papel decisivo.

Antes de chegarmos à questão da forma de remuneração dos trabalhadores uberizados, é preciso destacar a complexificação que ocorre no âmbito do controle do trabalho por parte das empresas plataformizadas, com uma dinâmica espaço-temporal mais fluída. De acordo com Abilio (2019, p. 2),

> O elemento central catalisado pelas plataformas são as novas formas de dispersar o trabalho sem perder o controle sobre ele. Essa possibilidade já era evidente nas cadeias produtivas globais e suas enormes redes de subcontratação (Bernardo, 2004; Bonacichi e Appelbaum, 2000; Klein, 2002). Entretanto, a dispersão/centralização agora se concretiza em uma multidão de trabalhadores subordinados a uma única empresa. Tal processo atualmente consolida o trabalhador como um autogerente-subordinado que já não é contratado, mas se engaja no trabalho via a adesão às plataformas.

Diante disso, destacamos que a uberização representa a continuidade da dinâmica posta pela acumulação flexível, mais ou menos, desde os anos 1970. Além disso, a tecnologia, sempre decisiva à subsunção do trabalhador ao capital, catalisa uma nova dinâmica espaço-temporal, não apenas por permitir o aceleramento das demandas, via comunicação mais rápida, mas também por viabilizar a descentralização e a distribuição dos trabalhadores e dos serviços por um espaço geograficamente ilimitado, tornando obsoleta a tradicional estrutura de empresa com local físico definido, reunindo trabalhadores sob o seu teto (FILGUEIRAS; ANTUNES, 2020).

Essa fluidez espaço-temporal contribui para fortalecer a ideia de que o trabalhador não está subordinado a empresa, sendo ele, supostamente, quem define sua jornada e o quanto pode ganhar. Entretanto,

> a empresa-aplicativo em realidade é muito mais do que uma mediadora; a questão é que a subordinação e o controle sobre o trabalho são mais difíceis de reconhecer e mapear. Elementos centrais para tal reconhecimento: i) é a empresa que define para o consumidor o valor do serviço que o trabalhador oferece, assim como quanto o trabalhador recebe e, não menos importante, ii) a empresa detém total controle sobre a distribuição do trabalho, assim como sobre a determinação e utilização das regras que definem essa distribuição. (ABILIO, 2019, p. 3).

O fato é que a empresa/plataforma reúne uma série de dados que permite definir os mecanismos da organização do processo de trabalho, submetendo trabalhadores e consumidores às suas regras, mas sem precisar se responsabilizar pelas questões trabalhistas, nem pela qualidade do produto/serviço — seja num caso, seja noutro, a responsabilidade recai sobre o trabalhador, pseudo-empreendedor. Inclusive, essas plataformas criaram sistemas de avaliação no qual os consumidores atribuem notas aos trabalhadores e, a partir disso, elas conseguem alimentar o algoritmo que automatiza a distribuição dos serviços solicitados pelos consumidores de acordo com o ranking de avaliações (ABILIO, 2019).

Os algoritmos acabam por traçar perfis de todos os envolvidos, inclusive dos consumidores, sendo também uma ferramenta comercial importante ante outras empresas que queiram anunciar seus produtos nas plataformas. Trata-se de uma sofisticada forma de controlar comportamentos e induzir consumos, exponenciada pela inteligência artificial e que encontrou a fluidez necessária nos espaços virtuais.

Os trabalhadores, portanto, ficam subordinados a esses mecanismos de controle, mesmo que muitas vezes eles mesmos não se percebam trabalhadores. Não à toa, surgem nomenclaturas diversas para essa modalidade de atividades, como *Sharing Economy*, criando a sensação ideológica de que há um processo de compartilhamento de interesses convergentes entre vários tipos de empreendedores; ou *Gig Economy* e *Crowdwork*, quando se tenta cunhar a ideia de trabalhadores livres e independentes acionados sob demanda, através das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

Nesses moldes, não há contratos típicos de trabalho, a empresa/plataforma não possui obrigação trabalhista nenhuma e, com isso, o trabalhador está totalmente desprotegido, sem direitos. Trata-se, claramente, de uma forma de trabalho intensamente precarizada. Para Filgueiras e Antunes (2020, p. 32),

> [...] a chamada uberização do trabalho somente pode ser compreendida e utilizada como expressão de modos de ser do trabalho que se expandem nas plataformas digitais, onde as relações de trabalho são cada vez mais individualizadas (sempre que isso for possível) e invisibilizadas, de modo a assumir a aparência de prestação de serviços.

Entendido como prestação de serviço, o trabalho uberizado não pressupõe regulamentação de jornada de trabalho ou salário, até porque, repitamos, não há vínculo formal de trabalho. De forma complementar, diríamos que, na maioria das vezes, sequer há reconhecimento da existência de vínculo informal, pois a relação é tratada como se fosse estabelecida por agentes empreendedores livres no mercado.

O âmbito jurídico comparece, nesse processo, com alguma evidência, pois de fato há uma ruptura de direitos sociais outrora garantidos. No entanto, entendemos que a pedra de toque desse processo não é de natureza jurídica, mas econômica. Isso porque é a separação entre quem executa o trabalho e quem o controla (reflexo da cisão da sociedade em classes sociais) que determina a consubstanciação do trabalho uberizado, com destaque para o alto grau de complexidade que o fetichismo do salário assume nessas condições.

Como mostram Filgueiras e Antunes (2020), esses trabalhadores, em grande parte das vezes, não conseguem atingir rendimentos equivalentes a um salário-mínimo, ainda que prolonguem suas jornadas (chegando a 11 horas diárias). Isso porque eles recebem por tarefa executada, por exemplo: por corrida do motorista ou por entrega do pedido do restaurante realizada pelo entregador de aplicativo. Para cada serviço individual realizado, o consumidor paga um valor (pela corrida ou pela entrega, para ficarmos nos mesmos exemplos), cujo um percentual (em média, de 12% a 27%) é retido pela empresa (aliás, percentual que é definido unilateralmente por ela.

Trata-se de uma forma camuflada de assalariar o trabalhador e, portanto, extrair mais-valia. Perceba-se que ao receber por tarefa executada, essa forma de pagamento se assemelha ao salário por peça, descrito por Marx (1988a). Já fizemos menção ao fato dessa forma de trabalho mistificar a sua relação com o tempo de trabalho, porque não há valor pré-definido para uma jornada determinada, mas que, mesmo assim, permanece sob a égide da lei do valor-trabalho.

Também convém alertar para as metamorfoses que essa forma de salário sofre, sendo chamada de salário por produção em setores como a da cana-de-açúcar, por exemplo, quando a relação entre quantidade e salário passa a ser mediada por uma série de cálculos e artimanhas que tornam a quantidade de peças mais difícil de ser percebida pelo trabalhador[1]. Porém, na uberização, o grau de complexidade é ainda maior, porque além de mistificar a relação da remuneração com o tempo de trabalho, tenta-se anular a existência do salário. Isto é, se o motorista ou entregador não é trabalhador e se não há relação/vínculo de trabalho, tampouco deve existir salário, mas apenas ganhos proporcionais à produtividade do *prestador de serviço*, lucros de seu empreendimento individual.

Por conta da separação entre quem possui a tecnologia (e controla o trabalho) e quem executa, expressa em dada forma de salário, os trabalhadores são impelidos a prolongarem suas jornadas, a fim de aumentar seu rendimento, mas fadados a aumentarem sua exploração. Cada vez mais, o trabalhador uberizado vê a derruição dos limites entre o tempo de trabalho e o tempo de vida, uma vez que deve permanecer conectado por longos períodos, esperando ser demandado, período que geralmente é maior que aquele no qual executa a tarefa em si. Sob a necessidade de aumentar seu rendimento, o trabalhador, muitas vezes, fica conectado todo o tempo possível, excetuando os horários em que dorme e atende outras necessidades fisiológicas (quando não for possível sacrificá-las). Todo esse tempo consiste em trabalho não pago e que revela a complexidade da relação entre tempo e salário (por peça) estabelecida nessa forma precarizada de trabalho (ABILIO, 2019; FILGUEIRAS; ANTUNES, 2020).

Ademais, amplifica-se os obstáculos aos vínculos de identidade entre os trabalhadores, perpetuando a captura da subjetividade típica da acumulação flexível. O que é pior, cria-se um cenário de competitividade entre os trabalhadores, uma vez que eles estão à disposição desse mercado de trabalho, em uma espécie de leilão invertido que põe as demandas as quais uma fileira de desempregados é obrigada a abraçar sem pestanejar (FILGUEIRAS; ANTUNES, 2020).

Podemos dizer que as plataformas, por meio de sua tecnologia, atuam controlando o processo e criando as condições objetivas para que haja o prolongamento das jornadas de trabalho e o rebaixamento dos salários. Diga-se de passagem, a virtualização de partes do processo é de grande eficiência para o barateamento da força de trabalho e redução de outros custos da empresa, quando comparados a manutenção de uma grade estrutura física. Ademais, alguns custos, como a compra e manutenção do carro, da bicicleta ou do celular, são repassados ao trabalhador, compondo um mosaico no qual o salário é deteriorado.

Com efeito, não se trata de imposição da esfera jurídica, embora seja por ela legitimada, mas se trata de uma imposição da relação-capital. Por conta disso, as discussões da precarização do trabalho e, agora, da uberização, não podem ocorrer apenas pelo viés jurídico ou sociológico, uma vez que, esses caminhos, ainda que tragam argumentos relevantes, são insuficientes. A crítica radical à precarização/uberização deve ser particularidade de uma crítica mais ampla, crítica da economia-política, portanto, crítica do capital.

Considerações finais

Embora o processo de uberização pareça inaugurar uma fase da acumulação capitalista distinta em face dos processos anteriores, a exemplo do Toyotismo, arranjos produtivos locais, cooperativismo etc., uma análise pautada na crítica da economia política revela seu caráter de corolário do processo de acumulação flexível, em resposta à crise estrutural do capital, ainda que em um novo patamar tecnológico.

Essas tecnologias compõem um mosaico ideológico que propaga a autogestão do trabalho e o fim do salário, pois estaria mediando a relação entre prestador de serviço/empreendedor e consumidor. Constatamos que, na verdade, essas novas tecnologias, sobretudo ligadas à inteligência artificial e mecanismos de robotizar o controle espaço-temporal do trabalho por meio de algoritmos, determinam a subordinação do trabalhador às plataformas digitais.

Longe de desaparecer, a forma salário se metamorfoseou e permanece exercendo seu fetichismo sobre o trabalhador que, muitas vezes, não se percebe mais como assalariado. O salário por peça (sob novos moldes) marca a forma de pagamento desses trabalhadores vinculados às plataformas e equalizam a questão do prolongamento da jornada de trabalho e intensificação do ritmo. A máxima de Marx de que essa forma de salário é a mais adequada ao capitalismo continua ainda mais válida na era das plataformas digitais.

Referências

ABILIO, L. C. Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. Psicoperspectivas, Valparaíso, v. 18, n. 3, p. 41-51, nov. 2019.

ALVES, G. Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ALVES, G. O novo (e precário) mundo do trabalho. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. Boitempo Editorial: São Paulo, 2010.

ANTUNES, R. Os Sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. 10. reimp. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, R. Proletariado digital, serviços e valor. In: ANTUNES, R. (org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida: o mosaico da exploração. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 15-23.

FILGUEIRAS, V.; ANTUNES, R. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. Contracampo, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, 2020.

HARVEY, D. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Editora Loyola, 1992.

MARX, K. O capital: crítica da economia política. Livro primeiro, Tomo II. São Paulo: Nova Cultural, 1988a.

MARX, K. O capital: crítica da economia política. Livro primeiro, Tomo I. São Paulo: Nova Cultural, 1988b.

MÉSZÁROS, I. Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição. 1. ed. 3. reimp. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

SLEE, T. Uberização: a nova onda do trabalho precarizado. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

TAVARES, M. A. Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Editora Cortez, 2004.
TAVARES, M. A.; LIMA, R. O. T. de. A "liberdade" do trabalho e as armadilhas do salário por peça. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 170-177, 2009.
VERÇOZA, L. Os homens-cangurus dos canaviais alagoanos: um estudo sobre trabalho e saúde. Maceió: Edufal, 2018.

Diego de Oliveira Souza
diego.souza@arapiraca.ufal.br
Doutor em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).
Professor adjunto II da Universidade Federal de Alagoas, *campus* Arapiraca (UFAL).

UFAL
Avenida Manoel Severino Barbosa, s/n, bairro Bom Sucesso
Arapiraca – Alagoas – Brasil
CEP: 57309-005

Agradecimentos
Agradeço aos camaradas de debate no Grupo de Estudo Trabalho Ser Social e Enfermagem(Getsse) da UFAL, *campus* Arapiraca; no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFAL; e no Coletivo Ofensiva Socialista. Os argumentos aqui expostos, certamente, amadureceram a partir dos debates desenvolvidos nesses espaços.
Agência financiadora:
Não se aplica.

Contribuições das autoras:
Não se aplica.
Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação:
Não se aplica.
Consentimento para publicação:
Consentimento do autor.
Conflito de interesses:
Não há conflito de interesses.

1 Verçoza (2018) explica que o cortador de cana recebe por tonelada, sendo que a cana é medida por uma vara para definir quantos metros foram cortados. Há uma conversão de metros para tonelada na qual o trabalhador não conhece a relação. Em vários momentos, ocorre o roubo por parte do capitalista, como na medição com a vara ou na conversão de metros para tonelada.

 DOI: https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e82854

ESPAÇO TEMA LIVRE

Da bio à necropolítica: a política de saúde, narrativas e ações do neoliberalismo do governo Bolsonaro e seus impactos junto aos idosos na pandemia de Covid-19

Aparecido Francisco dos Reis[1]
https://orcid.org/0000-0003-1389-4317

[1]Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Faculdade de Ciências Humanas, Campo Grande, MS, Brasil

Da bio à necropolítica: a política de saúde, narrativas e ações do neoliberalismo do governo Bolsonaro e seus impactos junto aos idosos na pandemia de Covid-19

Resumo: O presente artigo é parte do projeto de pesquisa sobre as narrativas de autoridades e grupos sociais e seus impactos na sociedade, tendo como tema geral a pandemia de Covid-19. Aborda as falas e ações do governo Bolsonaro sobre a pandemia e suas consequências junto à população de idosos no Brasil. Do ponto de vista metodológico, são consideradas as falas e ações que tiveram repercussão em portais da internet, jornais e redes sociais. A discussão sobre os dados parte da concepção de biopolítica, do fim do Estado de Bem-Estar Social e avanço do neoliberalismo sobre as políticas públicas de saúde e a necropolítica adotada pelo governo, abandonando as populações de maior vulnerabilidade ao vírus SARS- CoV-2, causador da pandemia. Os resultados demonstram que a opção pelo não enfrentamento governamental ao coronavírus tem imposto sofrimento e mortes à população formada por pessoas acima de 60 anos, compondo mais 73% do total de óbitos no Brasil até abril de 2021.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Neoliberalismo; Necropolítica; Saúde.

From bio to necropolitics: the health policy, narratives and actions of the Bolsonaro government's neoliberalism and its impacts on the elderly in the Covid-19 pandemic

Abstract: This article is part of a research project on the narratives of authorities and social groups and their impacts on society, having as a general theme the coronavirus pandemic. The following text addresses the speeches and actions of the Bolsonaro government about the pandemic and its consequences for the elderly population in Brazil. From a methodological point of view, the speeches and actions that had repercussions on internet portals, newspapers and social networks are considered. The discussion about the data is based on the concept of biopolitics, the end of the Welfare State and the advance of neoliberalism on public health policies and the necropolitics adopted by the government, abandoning populations most vulnerable to the SARS-CoV-2 virus, which causes of the coronavirus pandemic. The results demonstrate that the option for not fighting the governmental coronavirus has imposed suffering and deaths on the population made up of people over 60 years of age, making up over 73% of the total deaths in Brazil until April 2021.

Keywords: Public Policies; Neoliberalism; Necropolitics; Health.

Recebido em 16.07.2021. Aprovado em 16.12.2021. Revisado em 08.03.2022.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado

Introdução

Os primeiros casos de Covid-19 surgiram no final de 2019 na cidade de Wuhan e posteriormente se espalharam por quase todos os países do mundo, inclusive o Brasil. Esta doença, apesar de não apresentar uma elevada taxa de mortalidade, apresenta uma elevada taxa de transmissibilidade, sendo particularmente letal em populações imunodeprimidas e em idosos. Por este motivo, a maioria dos países afetados pela doença decretou medidas extremas de isolamento e quarentena para proteger as populações vulneráveis.

Ao contrário de muitos países, no Brasil, a pandemia de Covid-19 tem mostrado que a opção do governo do Presidente da República, Jair Bolsonaro, é cada vez mais a de minimizar o espaço da biopolítica e maximizar o da necropolítica. A estratégia do governo neoliberal de extrema direita para garantir o processo de acumulação capitalista em tempos de crise estrutural, uma combinação de crise econômica e político-ideológica, é adotar medidas que desprezem a vida da população mais vulnerável (trabalhadores, idosos e populações pretas e pobres) em favor de uma pequena fração da burguesia (financeira, comercial e agroindustrial) que dá apoio político ao governo. A hipótese inicial tem apontado na ideia de que as falas negacionistas e as atitudes contrárias do Presidente Jair Bolsonaro ao isolamento social, *lockdow*n, vacina e sua insistência em tratamento à base de medicamentos descartados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e demais autoridades em saúde têm contribuído progressivamente para a produção do desastre sanitário vivido no País desde o início de 2020.

Assim, neste artigo, se fará uma discussão sobre a opção do governo em minimizar a gravidade da pandemia a partir das narrativas e das ações do Presidente da República, Jair Bolsonaro durante o primeiro ano do caos sanitário que foi construído no Brasil. Para tanto, se faz uma discussão sobre as teorias que embasam o pensamento político em torno da biopolítica e da necropolítica, tendo como referência Foucault, Agamben e Mbembe. Serão apresentados ainda, o processo de desconstrução das políticas de bem-estar social e a radicalização do projeto neoliberal no País, tendo como recorte a emenda 95/2016, conhecida como *emenda do teto de gastos* (BRASIL, 2016), e aprofundada por outros projetos, como as reformas trabalhista e previdenciária.

Neste artigo se pensa a necropolítica praticada em larga escala durante o processo pandêmico como parte de um projeto econômico que opta pela concentração da riqueza e pela eliminação de setores sociais indesejáveis ao capitalismo financeiro. Nesse sentido, o enfoque se dará sobre os efeitos da pandemia junto à população idosa no Brasil, até o momento, a mais afetada pelo número de mortes causado pelo SARS CoV-2.

Materiais e métodos

Foram consultados portais de notícias e vídeos com a finalidade de coletar material acerca das falas e ações do presidente relacionados à pandemia, desde seu início até o mês de abril de 2021. Além disso, a análise desse material foi feita a partir de seus efeitos junto à população. Para tanto, várias fontes foram consultadas e muito material foi coletado para análise: Fundação Getúlio Vargas Social (FGV Social), Conselho Nacional de Saúde, Fundação Getúlio Vargas, Tribunal Superior Eleitoral, DataFolha, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2020), Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) e outras, além de leis específicas como a emenda 95/2016 e a Lei nº 10.741/2003. Todos os dados são de domínio público, não necessitando de autorização específica para seu uso.

Discussão e resultados

Os conceitos de biopolítica e necropolítica têm se tornado cada vez mais relevantes nas ciências sociais e, mesmo, na mídia, para interpretar as contradições e as violências da época atual, caracterizada por um sistema capitalista globalizado, neoliberal e financeiro, cuja raiz está o aumento da exploração do trabalho que tem como resultado de acumulação de capital, baixos salários, desemprego, ausência de proteção social e a miséria de populações no mundo inteiro.

Pode-se compreender a biopolítica como forma de poder e gestão da vida humana, da população e da sociedade como parte da espécie, a partir de seus componentes biológicos e existenciais. Além disso, é

entendida como uma função "protetora" e, ao mesmo tempo, de controle e disciplina sobre corpos e grupos humanos, exercida pelo Estado por meio de leis e políticas públicas.

Na década de setenta do século passado, Foucault (2008, p. 3) criou o termo "biopoder". O *biopoder* envolve um certo número de técnicas que permitem o controle da população e dos corpos ou seres individuais. Dessa forma, o biopoder se divide em dois ramos: a anatomopolítica e a biopolítica. Por um lado, o biopoder será exercido por meio da anatomopolítica, que se refere ao controle do corpo e se encontra no nível individual. Este ramo irá proibir certos comportamentos considerados anômalos ou inadequados para a sociedade, como as perversões, a homossexualidade, os comportamentos anti-higiênicos, entre outros. Por outro lado, o biopoder será exercido em nível populacional por meio da biopolítica, seu segundo ramo. A biopolítica ficará encarregada de regular o nível de saúde da população, as estratégias de vacinação, o controle de doenças, a natalidade, entre outros. Esses dados populacionais, referentes às suas características de vida, são periodicamente documentados para que constituam estatísticas sobre a evolução das características biológicas da sociedade.

Segundo Ayala (2020, p. 380), para administrar a pandemia do século XXI correspondente à Covid-19, uma série de aparatos de poder tem sido utilizada, por meio de uma prática chamada de "governamentalidade capitalista". O autor chamou esse tipo de governo de *viropolítica*, uma forma de biopolítica que usaria o aparato jurídico, estabelecendo as limitações da população, o aparato disciplinar que exercerá a vigilância, o aparato de segurança que tentará normalizar os indivíduos e o aparato do algoritmo, no qual modernos meios eletrônicos de recuperação e interconexão de dados, bem como a inteligência artificial, vão moldar padrões de comportamento da população, no marco de um sistema capitalista e neoliberal.

Se a política é voltada para maior produtividade, o trabalhador deve manter-se saudável e apto para realizar suas tarefas diárias. Para isso, o governante biopolítico implementa medidas de proteção à saúde, e cada vez mais intervém na promoção e controle da biologia do cidadão, com ações como exames médicos periódicos, controle de natalidade, desenho e administração do sistema de saúde, entre outros. Atualmente, a biopolítica direciona os destinos de várias nações, baseando-se no saber das disciplinas científicas e nos conhecimentos mais recentes sobre o SARS-CoV 2, produzido pela medicina, biologia e tecnologia. O isolamento social, o uso obrigatório de máscaras para andar pelas ruas e para entrar em qualquer local que não seja a casa do cidadão, tornaram-se recomendações obrigatórias. É obrigatória a lavagem rigorosa das mãos e o uso de álcool em gel após o contato com outras pessoas ou objetos; os cumprimentos devem ser a distância; há uma gama de proibições de expressões de afeto como beijos, abraços ou apertos de mão devido à alta probabilidade de transmissão do vírus, assim o uso da biopolítica permite a instalação de novas formas de vigilância e controle.

O vírus é onipresente, estaria no ar, em objetos de metal, em objetos de plástico, nas solas dos sapatos, nos cabelos, nas narinas e na garganta, sendo transmitido pela tosse ou pelo hálito de qualquer pessoa. Diante desse inimigo invisível, a biopolítica se apresenta como um poder totalitário indispensável, que modifica a vida de todos os habitantes da terra, criando distâncias entre seus diversos integrantes, diante do real perigo de contágio e da possibilidade de morte.

Essa função protetora e controladora do Estado é exercida por meio do biopoder, o poder do Estado de regular a sociedade em vários aspectos da vida, desde o nascimento à morte. No período entre guerras, essa política foi redesenhada a partir da crise do capitalismo de 1929 e recebeu o nome de *Welfare State*. *O Welfare State* era formado por um conjunto de políticas públicas e sociais de bem-estar social de responsabilidade do Estado, que garantiu a promoção de serviços públicos básicos e essenciais à população. Isto é, educação, saúde pública, moradia, manutenção da renda e seguridade social. O Estado de Bem-Estar Social, como ficou conhecido no Brasil, ocorreu principalmente nos países centrais do capitalismo.

A partir da década de oitenta do século passado, a política de bem-estar social, promovida pelo Estado sofreu perdas consideráveis, ocasionada pela nova expansão do capitalismo e um novo processo de acumulação se iniciou, aumentando a exploração do trabalho em outras regiões do planeta. A China e outros países asiáticos se tornaram o centro do capitalismo produtivo e os países centrais do capitalismo, como Reino Unido, Alemanha, França, Estados Unidos e outros precisaram remodelar a estrutura do Estado com a finalidade de manter a lucratividade do empreendimento capitalista, desregulamentando a atividade econômica e trabalhista.

Segundo Gomes (2006), o neoliberalismo e a ideologia contrária ao *Welfare State* ganharam maior dimensão com a chegada ao poder de Ronald Reagan, nos EUA, e Margaret Thatcher, na Inglaterra, na passagem da década de 1970 para 1980. Para o autor, houve uma mudança na condução da política econômica e a entrega do sistema de proteção social às forças do mercado, "[...] reduzindo o papel do Estado, em última

instância, isso trouxe amplas possibilidades de expansão dos mercados para a realização de lucros capitalistas". (GOMES, 2006, p. 2017).

Isso significou, basicamente, diminuir as atribuições do Estado na sociedade a fim de aliviar o peso fiscal e os custos financeiros da produção. Mishra (1996) acentua que uma das saídas foi retirar boa parte dos financiamentos das políticas públicas, acabando com serviços destinados à população mais pobre. Ocorreu ainda o encorajamento do aumento de subsídios fornecidos ao setor privado e ao empregador ao "[...] introduzir mais competição no fornecimento da previdência social, através da privatização e da atividade lucrativa" (MISHRA, 1996, p. 363).

Quais foram os efeitos da crise do estado social? Eles podem ser resumidos em três, em relação aos fenômenos que os causaram. Em primeiro lugar, a redução da proteção das camadas sociais médias e mais vulneráveis por um Estado cada vez mais mínimo e mais privatizado que aloca menos recursos às necessidades públicas e mais às necessidades privadas, o que implica uma reconfiguração do capital mundial em que a concentração da riqueza nas mãos de uma elite minoritária aumenta, enquanto cresce desproporcionalmente a desigualdade; em segundo lugar, a passagem da pobreza à exclusão social, conceito que propõe novas formas de exploração e precariedade e; talvez a menos óbvia, mas a mais profunda de todas, o grande aumento da desconfiança pública em relação ao Estado social e o retorno do medo de cair na marginalização, mergulhando enormes camadas das classes média e baixa na desmoralização e na falta de esperança, entre outras coisas, porque se dão conta de como o poder econômico busca controlar o poder político, o que negaria o próprio conceito de democracia.

Diante do quadro de agudização do fim do sistema de proteção social, o Estado passou a decidir quais segmentos da população deve ou não proteger, estabelecendo hierarquias com recortes étnicos, sexuais, de classe, idade ou de gênero contra aqueles que supostamente representam uma ameaça para o resto da população: por exemplo, isto ocorre com a criminalização da imigração e a negação de serviços de saúde para refugiados; quando o governo Bolsonaro se recusou a fornecer água potável aos povos indígenas; com a decisão sobre qual é a vida mais importante, se a dos jovens ou dos idosos; quando os respiradores são escassos em um hospital lotado de centenas de pessoas infectadas com Covid-19 (BOLSONARO..., 2020a), entre outras questões.

Ao contrário da biopolítica, a necropolítica parte do pressuposto de que o biopoder global na periferia não funciona da mesma forma que no centro capitalista. Refere-se a outro tipo de poder, o de matar por meio de tecnologias e dispositivos, legais e ilegais, com efeitos muito mais radicais, como a guerra às drogas, o feminicídio, o desaparecimento forçado, a escravidão, o tráfico de drogas e de pessoas, entre outras graves violações de direitos humanos. Seu objetivo é lidar com a morte, não mais com a vida.

Na África, Ásia e América Latina, mas também, acrescenta-se, nas periferias do sistema na Europa ou nos Estados Unidos, atinge seus extremos: populações inteiras sobrevivem como mortos-vivos ou caminhantes espectrais dentro de novos campos de concentração, microestados de exceção para lidar com o dispensável ou descartável da sociedade.

Não há dúvida de que a morte está explícita no debate sobre a necropolítica. Mbembe (2008), em sua análise, entende que o capitalismo desde o século XV até a revolução industrial, quando se inventou a maquinaria, não poderia ter funcionado sem a escravidão dos povos africanos. Assim, a escravidão supõe toda a disponibilidade da existência de outrem nas mãos do senhor, simplesmente pelo medo de perder a «vida nua» — como diria Agamben (2007, p. 14) — mera sobrevivência biológica. Para Mbembe (2016), dessa rendição total da liberdade emana uma perda tripla para o sujeito, que o obriga a desistir de uma casa própria, a dispor de seu corpo e, claro, dos direitos políticos (MBEMBE, 2016, p. 131). De alguma forma, isso o torna aquele *homo sacer* de Agamben (2002), um indivíduo que estava destinado a morrer de qualquer modo segundo o direito romano arcaico, seja pela ação do aparato legal ou não e que poderia ser morto impunemente, já que tal ato não era reconhecido como homicídio (AGAMBEN, 2002, p. 16). Transforma-o em um ser descartável que certamente ninguém reclamará, ao qual todas as garantias civis foram suspensas, a começar pelo *Habeas corpus*, deixando-o à mercê da violência em uma ambígua terra de ninguém, entre a natureza e a política. Na sociedade escravista, essa distribuição desigual de poder era sustentada pela tática recorrente do pânico, por meio do castigo corporal e do isolamento, que funcionava como reforço e lembrança daquele medo original que havia levado os curvados a renunciar à liberdade. As políticas modernas de terror e crueldade continuam a fazer uso dos princípios que ainda estão nas profundezas da psique humana. Portanto, há uma concatenação entre o biopoder, o estado de exceção e o estado de sítio.

Sobre essas bases surge o conceito de necropolítica, a ideia de que "a expressão máxima da soberania reside no poder e na capacidade de decidir quem pode viver e quem pode morrer" (MBEMBE, 2016, p. 123). A esta ideia deve-se acrescentar o fato de que a violência econômica não se expressa tanto na exploração do proletariado, mas em tornar supérflua uma parte significativa da população mundial. Um mundo que, como diz Mbembe (2020, p. 7): "questiona radicalmente o projeto democrático herdado do Iluminismo", regido pelo lema da igualdade, liberdade e fraternidade emanado da Revolução Francesa. Devido à maquinização primeiro, depois à digitalização e, por último, à financeirização econômica, que deslocou o investimento monetário das esferas agrícola e industrial para a especulação financeira, o capitalismo vem produzindo um excedente de trabalhadores que não precisa mais explorar.

A forma de se desfazer desses excedentes populacionais é "expô-los a todos os tipos de perigos e riscos, muitas vezes fatais" (MBEMBE, 2020, p. 10), como é o caso do gotejamento de feminicídios no México ou das operações eugênicas descobertas durante o Holocausto, ou mesmo, das operações policiais que ocorrem nas favelas brasileiras. Nesse sentido, não surpreende a situação a que estão submetidos os idosos e trabalhadores atualmente, para os quais o coronavírus parece ter se desencadeado.

Em alguns países, como Reino Unido, Brasil, Suécia e Estados Unidos, seus respectivos governos tentaram, em um estágio inicial, deixar o vírus se espalhar como principal estratégia para sua posterior contenção.

O Reino Unido e a Suécia, de um lado qual, quando 60% da população se infectasse, a transmissão do vírus cessaria ao encontrar uma população que deixaria de estar sujeita ao contágio. Esses governos mostraram práticas políticas erradas, pois o número de casos e a mortalidade nesses países aumentaram dramaticamente. Por isso, tiveram que implementar as medidas clássicas de isolamento social. Os Estados Unidos e o Brasil, por outro lado, implementaram medidas semelhantes, por um motivo diferente: não prejudicar a economia. "O que há de errado é a histeria, como se fosse o fim do mundo. Uma nação como o Brasil só será livre quando um certo número de pessoas se infectar e criar anticorpos". (BOLSONARO, 2020b, p. 1).

Essa decisão errada, que transformou o Brasil no epicentro da pandemia, pode ser considerada um ato de necropolítica. No texto comentado acima, Mbembe coloca como exemplos o massacre e a segregação das populações palestinas em Israel, a falta de soluções para os problemas da pobreza e da fome na África; ou seja, a necropolítica se realiza quando certas populações são deixadas à própria sorte, quando já se sabe que não dispõem de recursos para resolver seus problemas básicos (MBEMBE, 2016, p. 135).

A regulação da vida e da morte são duas faces do mesmo medalhão, os objetivos da bio e da necropolítica, na prática, são conduzidos pelo Estado-nação, mas também por atores privados e paraestatais como milícias, oligopólios e poderes criminosos legais e ilegais (ou uma mistura de ambos), em plena harmonia com o modelo socioeconômico e ideológico dominante, do tipo privatizante e saqueador de bens e direitos comuns em todo o mundo.

No Brasil, a pandemia Covid-19 mostrou que a opção do governo Bolsonaro, é cada vez mais de minimizar o espaço da biopolítica e maximizar o da necropolítica. A estratégia do governo neoliberal de extrema direita para garantir o processo de acumulação capitalista em tempos de crise estrutural, uma combinação de crise econômica e político-ideológica, é adotar medidas que desprezem a vida da população mais vulnerável (trabalhadores, idosos e populações pretas e pobres) em favor de uma pequena fração da burguesia (financeira, comercial e agroindustrial) que dá apoio político ao governo. "Obviamente, temos uma crise agora, uma pequena crise. Na minha opinião, muito mais fantasia. a questão do coronavírus, que não é tudo que a grande mídia espalha ou divulga pelo mundo" (BOLSONARO... 2020c).

Quando os governadores de Rio de Janeiro, São Paulo, Ceará, Bahia e Maranhão propuseram o fechamento dos aeroportos e o isolamento social, Bolsonaro não apenas se manifestou contra, como afirmou que isso se tratava de enganar a população sobre a gravidade da crise sanitária: "Em breve, as pessoas saberão que esses governadores e grande parte da mídia as enganaram sobre a questão do coronavírus" (POPULAÇÃO..., 2020).

Assim, as falas negacionistas e as atitudes contrárias do Presidente Jair Bolsonaro ao isolamento social, *lockdown*, vacina e sua insistência em tratamento à base de medicamentos descartados pela OMS e demais autoridades em saúde tem contribuído progressivamente para a produção do desastre sanitário vivido no País desde o início de 2020 com uma média diária de 2.481 mortes por Covid-19, durante os meses de março e abril do ano de 2021, segundo os dados do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (CONASS, 2020)

Em primeiro lugar, atenta-se para o discurso do presidente com relação à gravidade da pandemia e ao isolamento social em março de 2020, quando havia ainda 19 casos no País.

Todas as falas do presidente fazem propaganda contra a saúde pública, definida como o discurso político que mobiliza argumentos econômicos, ideológicos e morais, além de notícias falsas e informações técnicas não comprovadas cientificamente, com o objetivo de desacreditar as autoridades sanitárias, enfraquecer a adesão popular às recomendações de saúde baseadas em evidências científicas, e promover o ativismo político contra as medidas de saúde pública necessárias para conter o avanço da Covid-19. A opção pela morte como política do governo, contribuiu para o aprofundamento da crise do coronavírus no país. Seu custo era tempo fundamental para a resposta e também vidas. Mas hoje, apesar de seus erros estarem documentados, Bolsonaro se recusa a admitir sua responsabilidade em lidar com a emergência em um ano já completado de pandemia.

No dia 19 de abril de 2020, enquanto no Rio de Janeiro estava sendo concluída a construção de um hospital de emergência para atender os mais de 7 mil pacientes com coronavírus na cidade, o presidente participou de uma passeata em Brasília, capital do país, exigindo o fim das medidas de quarentena implementadas pelos governadores dos estados. Esse também foi o dia em que o presidente, com o rosto descoberto, foi fotografado tossindo nas mãos enquanto fazia um discurso (BORGES, 2020).

Como demonstrado, desde o início da crise, Bolsonaro negou a catástrofe. Ele chamou o vírus de *gripezinha* (HÁ UM ANO..., 2021), pediu aos cidadãos que voltassem aos seus empregos e zombou das medidas de distanciamento, garantindo que *um dia todos morreremos*. Agora, embora a crise tenha se agravado deixando mais de 534.000 mortos (dados de 13 de julho de 2021), *o messias*, como os bolsonaristas o batizaram, foge de qualquer tipo de responsabilidade por sua resposta à emergência sanitária. "Lamento. O que você quer que eu faça? Eu sou o Messias, mas não faço milagres" (GARCIA; GOMES; VIANA, 2020).

Mas, a necropolítica de Bolsonaro, que continua convencido de que a pandemia está sendo exagerada, é antes uma estratégia de eliminação da população, sobretudo de idosos e pobres e não fez nada para evitar esse cenário. Ele pôde trabalhar junto com os governadores, prefeitos e demais autoridades para controlar o caos sanitário estabelecido. Também pôde pedir aos seus cidadãos que evitassem sair de casa, comprar ou consumir, para não propagar o vírus. E pôde ouvir o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, que estava pronto para trabalhar com os cientistas do país para achatar a curva, mas mudou em meio à crise, demitiu o ministro em abril de 2020 e colocou militares no Ministério da Saúde que simplesmente ignoraram a gravidade da pandemia, deixando de comprar insumos para uso hospitalar como: medicamentos necessários para intubação de pacientes com Covid-19, oxigênio e mais grave, deixaram de comprar vacinas e seringas, quando recebeu propostas da Pfizer para compra de 170 milhões de doses, o governo ignorou (AZEVEDO, 2021), preferindo apostar em remédios sem eficácia comprovada. O quadro atual se mostra extremamente grave e tarde demais para responder de forma eficaz ao surto, já que a crise de saúde foi acompanhada por uma postura negacionista e anticientífica do governo central. Sua abordagem arrogante da pandemia o colocou em confronto direto com governadores estaduais e outros líderes locais, alguns dos quais estavam entre seus aliados. A atitude de Bolsonaro também minou qualquer resposta coerente do governo federal. Uma administração Bolsonaro competente estaria apoiando os estados com recursos, coordenando a resposta para garantir que os suprimentos cheguem onde são necessários e ajudando a adquirir medicamentos e outros equipamentos do exterior.

Segundo Ayres (2020), um dos problemas fundamentais da forma como o governo tem tratado a pandemia de Covid-19 é que nos últimos anos, principalmente depois que os conservadores governos federais chegaram ao poder em 2016, houve uma notável falta de recursos para o sistema público de saúde, aprofundando problemas estruturais e históricos e aumentando as desigualdades regionais.

Desde então, diversas medidas têm sido tomadas para reduzir a proteção do Estado, principalmente para a classe trabalhadora de baixa renda e para os idosos: Emenda Constitucional 95/2016 que limita os gastos do Estado em todas as áreas por vinte (20) anos, ficando conhecida como emenda do teto de gastos; reforma trabalhista realizada pela Lei nº 13.467/2017, que afrouxa em vários pontos os direitos dos trabalhadores, inclusive férias e demissão (BRASIL, 2017); reforma previdenciária criada pela emenda constitucional 103/2019, que aprofunda a desproteção da população, já agravada no campo da saúde, pela emenda do teto de gastos. A emenda 95/2016 afetou sobremaneira o Sistema Unificado de Saúde (SUS), o investimento em ciência, educação e as universidades federais (BRASIL, 2016).

Assim, desde que a Emenda Constitucional (EC) 95 foi aprovada, em dezembro de 2016, o orçamento para a Saúde tem diminuído cada vez mais. Somente em 2019, a perda de investimentos na área representou R $20 bilhões, o que significa, na prática, a desvinculação do gasto mínimo de 15% da receita da União com a Saúde.

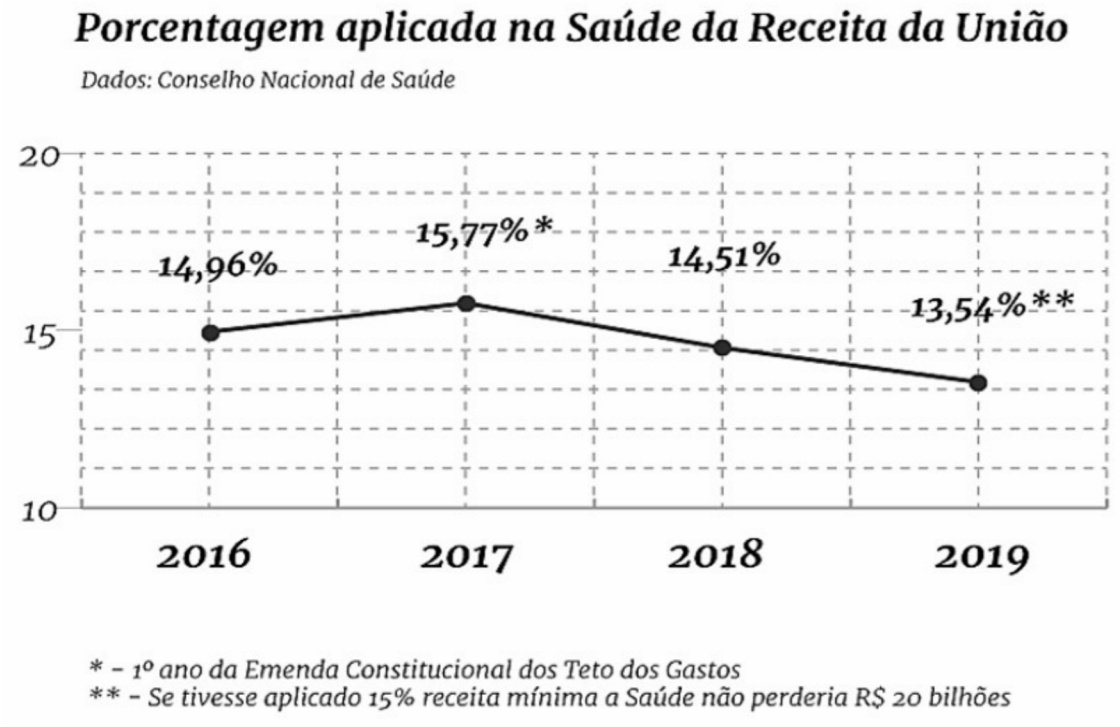
Segundo dados apresentados no relatório da Comissão Intersetorial de Orçamento e Financiamento (Cofin) do Conselho Nacional de Saúde (CNS), desde 2017, quando a emenda passou a vigorar, os investimentos em serviços públicos de saúde representavam 15,77% da arrecadação da União. Já em 2019, os recursos destinados à área representaram 13,54%. O que se percebe desde então, é o encolhimento da receita da área de saúde. Conforme metodologia de cálculo apresentada pelo Cofin, se em 2019 o governo tivesse aplicado o mesmo patamar que aplicou em 2017 (15% da receita corrente líquida de cada ano), a Saúde teria um orçamento de cerca de R $142,8 bilhões e não R $122,6 bilhões aplicados. Ou seja, um encolhimento de R $20,19 bilhões nos recursos (BRASIL, 2020).

É preciso ainda atentar-se que o EC 95/16 congelou o orçamento da União e demais entidades federadas por 20 anos, assim, os cortes no Sistema Único de Saúde (SUS) devem ultrapassar R $400 bilhões nos próximos 15 anos, segundo cálculos do CNS. O presidente do órgão, Fernando Pigatto declarou que com base nesses cálculos, pode-se dizer que, "o SUS, que nunca teve financiamento adequado e sempre foi subfinanciado, agora enfrenta um quadro ainda pior, de desfinanciamento, que poderá causar grave impacto à vida e à saúde da população brasileira" (BRASIL, 2020, p. 1).

Apesar de ter sempre havido um subfinanciamento da saúde pública no Brasil desde a criação do SUS em 1988, é preciso observar ainda uma redução progressiva do que se chama o CNS denomina de *renda per capita em saúde* (BRASIL, 2020). O CNS aponta para a redução progressiva da chamada "renda per capita da Saúde", isto é, o valor aplicado em um ano pelo poder público na Saúde da população dividido pelo número de habitantes. O valor investido por pessoa, que chegou a R $595,00 em 2014, passou a ser de R $555,00 em 2020. Ao invés de crescer, os investimentos em saúde têm diminuído, considerando que a população está crescendo e envelhecendo como se pode ver no Gráfico 1.

Portanto, existe uma curva decrescente dos investimentos em Saúde associados ao envelhecimento dos brasileiros e a uma remuneração cada vez mais insuficiente da aposentadoria.

Gráfico 1 - Porcentagem aplicada na saúde de 2016-2019



Dados: Conselho Nacional de Saúde ([2020]). [Arte: Brasil de Fato[1]]

Segundo o Estatuto do Idoso criado pela Lei nº 10741/2003, são considerados idosos pessoas com idade igual ou superior a 60 anos (BRASIL, 2003). A Lei ainda estabelece os direitos da pessoa idosa em ter prioridade no atendimento em políticas públicas de saúde, significando que o estado deveria ter dado à população idosa prioridade no atendimento, sobretudo em situação de pandemia, todavia, no Brasil, os efeitos da necropolítica têm sido observados na alta mortalidade de pessoas acima de 60 anos, totalizando em abril de 2021 mais 73% das mortes por Covid-19, conforme demonstrado no Gráfico 2.

Quando se analisa o Gráfico 2 pelo recorte de idade, os idosos aparecem como um segmento da população bastante vulnerável ao vírus, seja pelas comorbidades que agravam as infecções, seja pela situação socioeconômica de sua maioria. Segundo levantamento feito Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2020), os idosos vivem em 25,4 milhões dos 73,0 milhões de domicílios

Gráfico 2 - Mortes por faixa etária



Fonte: OpenDataSUS ([2021]).

existentes no Brasil, o que significa que em 34,5% dos lares brasileiros há, pelo menos, uma pessoa com 60 anos ou mais. As informações revelam que, apesar de representarem menos de 17% da população total, os idosos estavam presentes em mais de um terço dos domicílios e representam o maior número de mortes por Covid-19 no País.

A Fundação Getúlio Vargas Social, numa pesquisa publicada em 2020, identifica que os idosos acima de 60 anos recebem 59,64% das aposentadorias da previdência social e 40,78% dos Benefícios de Prestação Continuada (BPC). Tanto a previdência quanto o BCP pagam ao menos um salário mínimo. Entretanto, a pesquisa aponta um dado importante na definição de campanhas de comunicação para o público idoso: a baixa educação de grande parte desse grupo. Cerca de 30% dos analfabetos no país são idosos. Entre as pessoas com apenas de 1 a 3 anos de estudos, a taxa de idosos chega a 16,6%. Nesse sentido, é necessário pensar em campanhas educativas de conscientização sobre a pandemia que seja compreensível para este tipo de público, do mesmo modo, deve-se considerar que boa parte dele, cerca de 22,47 não tem acesso à internet, ressaltando a necessidade de campanhas no rádio, televisão e visitas domiciliares de agentes de saúde. (FGV Social, 2020, n.p.)

Todavia, segundo levantamento do Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA, 2020), a morte por Covid-19 de pessoas com 60 anos ou mais retirou R $3,8 bilhões de circulação do mercado até. Até abril de 2021, foram 301 mil vítimas da Covid-19 constatadas dentro dessa faixa etária. À época, a faixa etária dos que tinham 60 anos ou mais tinha rendimento total médio de R $2.249,00, o equivalente a 1,3% do rendimento total da população em todo o ano de 2019 ou R $294,4 bilhões. O Ipea diz que, em 25,4 milhões dos mais de 72 milhões de domicílios no País, vivem idosos que dividem sua renda com outros membros do grupo familiar. Em 15,4 milhões de lares, mais de 50% da renda vem do idoso. Isso significa diminuição de renda entre os grupos familiares que dependem da aposentadoria ou BCP do componente de mais 60 anos.

Paradoxalmente, os idosos em sua maior parte, compunham a parte do eleitorado de Bolsonaro em 2018. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) indicou que os idosos formavam em 2018, 18,2% do eleitorado brasileiro, 50% desse total declararam voto em Bolsonaro, contra 34% do adversário Fernando Haddad em pesquisa divulgada pelo Datafolha em 26 de outubro de 2018, na véspera do 2º turno da eleição presidencial. A pesquisa considerou somente os votos válidos.

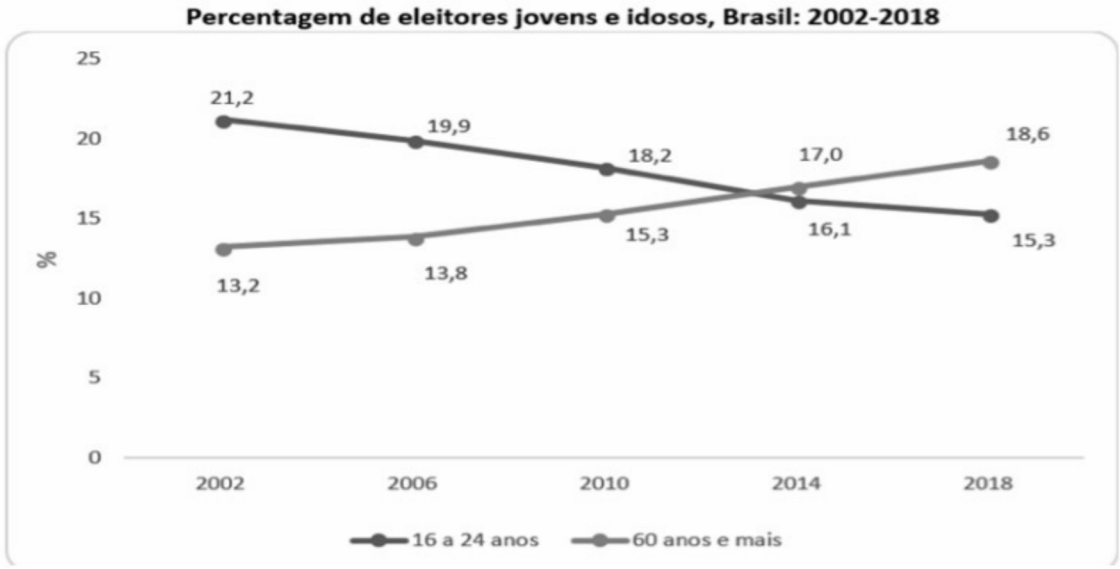
Apesar de ter recebido voto de maior parte dos idosos,em entrevista ao programa Brasil Urgente da Band, no dia 08/04/2020 e reproduzido pelo site CartaCapital, Bolsonaro rejeitou abertamente o dever do governo de proteger as pessoas idosas ao dizer: “Cada família tem que proteger seus idosos, não jogar isso para o Estado. É colocar os idosos em casa e o resto ir trabalhar, porque os empregos estão sendo destruídos”.

Segundo Canineu e Brown (2020), em análise para Human Rights Watch, além dos baixos rendimentos, mais de 4 milhões de idosos vivem sozinhos no País. O governo deveria protegê-los, assim como aqueles que vivem com suas famílias ou em instituições. A pandemia aumenta os riscos à saúde desta faixa etária, mas também os riscos de violência, sobretudo contra mulheres idosas, negligência e outros abusos praticados por parceiros, filhos e cuidadores. As políticas públicas servem exatamente para poder ampliar as chances de sobrevivência dessa população.

As falas do presidente Jair Bolsonaro e a negligência do estado em proteger as populações idosas, influenciaram diretamente no número de mortes, infecções e na ausência de autoproteção por parte da população. Embora não tenha uma pesquisa que trate diretamente da influência da falas e das ações do presidente junto aos idosos, pode-se pensar na possibilidade dessa influência, considerando-se os dados sobre as intenções de voto entre pessoas acima de 60 anos, comentada acima e o levantamento feito por pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas e da Universidade de Cambridge, publicado no Jornal da USP em 06/05/2021, no qual é retratado que nos municípios em que Bolsonaro teve maior número de votos, houve uma adesão menor ao isolamento social imposto por prefeitos e governadores.

Para a referida pesquisa, foram coletados dados de geolocalização de 60 milhões de aparelhos celulares, depois disso, foram cruzados com as informações do Tribunal Superior Eleitoral acerca do resultado das eleições presidenciais de 2018. A metodologia utilizada considerou que o usuário de celular furou o isolamento, quando se afastou pelo menos 450 metros do domicílio residencial os dados finais obtidos permitiram concluir que os níveis de adesão ao isolamento caíram, em média, até três pontos percentuais em municípios que concentram mais apoiadores de Bolsonaro em dois eventos específicos, que tiveram grande repercussão nacional e internacional, nos dias 15 e 24 de março de 2020. Em ambas as situações, o presidente minimizou os impactos

Gráfico 3 - Porcentagem eleitoral de idosos no Brasil em 2018



https://www.tse.jus.br. Fonte: Tribunal Superior Eleitoral ([2018]).

da Covid-19: em 15 de março de 2020, Bolsonaro participou das manifestações de seus apoiadores em Brasília (DF), não fazendo uso de máscara e no dia 24 de março de 2020, ele fez um pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, chamando a pandemia de *gripezinha* mais uma vez; criticou as medidas de isolamento social impostas por governadores e prefeitos e solicitou a todos, a retomada das atividades econômicas, religiosas e escolares.

Considerações finais

O Brasil é liderado por um presidente cujo desprezo pela ciência e pela vida coloca em risco a saúde da população brasileira e põe o mundo em alerta, com as possibilidades dos surgimentos de variantes mais letais do coronavírus. A promessa de combate à corrupção que embasaram a campanha eleitoral de 2018, não se concretizou durante o seu governo e camuflam políticas neoliberais que enriquecem pessoas que já eram ricas, aumentando a concentração de renda do País e o retorno ao mapa da fome. Essa política tem interrompido o atendimento de políticas públicas para setores sociais vulneráveis, compreendendo idosos e demais populações pobres, enfraquecendo o enfrentamento à pandemia, promovendo o caos sanitário ao se posicionar sempre contrário às medidas recomendadas pela OMS e adotadas por prefeitos e governadores. A necropolítica de Bolsonaro não constitui uma agenda isolada; tem se espalhado pelo mundo, à medida que os políticos mobilizam pessoas inseguras com suas perspectivas de declínio para ir contra os inferiores estruturais de raça, gênero, orientação sexual e social, além, é claro, de imigrantes, como, por exemplo, a Turquia, Índia, Hungria, Filipinas e os Estados Unidos da era Trump.

A necropolítica de Bolsonaro, foi facilitada por décadas de políticas neoliberais, reforçando prerrogativas corporativistas, privatização dos serviços públicos, aumento do preconceito e do ódio em relação às populações e indígenas, afro, escândalos de corrupção de governos anteriores e pânicos morais em relação aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, à orientação sexual e a dimensão da transgeneridade. Esse complexo de políticas autoritárias tem criado condições adequadas para mais neoliberalismo, austeridade, flexibilização das leis trabalhistas, estagnação de programas de bem-estar social e muitos milhões retirados do sistema público de saúde.

Ao contrário do que está ocorrendo, o governo deve ser um fazedor, não apenas um financiador, fornecendo diretamente cobertura de saúde e engajando-se no desenvolvimento de medicamentos, insumos e vacinas via universidades públicas e institutos de pesquisas ao invés de pagar laboratórios privados para realizar tais tarefas.

A necropolítica bolsonarista tem imposto sofrimento aos brasileiros mais vulnerabilizados, expondo as fragilidades da ordem social e sanitária e a interconexão da sociedade. É necessária uma nova política de bem-estar social, cujo apelo repousa em uma visão de prosperidade compartilhada e um sistema de proteção social que garanta o acesso universal ao processo de inclusão social.

Referências

AGAMBEN, G. H. S. O poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

AYALA, J. Viropolítica e governamentalidade capitalista: Sobre a gestão da pandemia do início do século 21. Desde el Sur, v. 12, n. 2, p. 377-395, 2020.

AZEVEDO, A. A. Governo recusou seis propostas de vacinas da Pfizer; veja quais foram. Exame, Brasília, 13 maio de 2021. Disponível: https://exame.com/brasil/governo-recusou-seis-propostas-de-vacinas-da-pfizer-veja-quais-foram/. Acesso em: 22 jan. 2022.

BOLSONARO diz haver 'histeria' com coronavírus. PODER 360, 18 mar. 2020b. Disponível em: https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-diz-haver-histeria-com-coronavirus/. Acesso em: 09/03/2022.

BOLSONARO diz que 'pequena crise' do coronavírus é 'mais fantasia' e não 'isso tudo' que a mídia propaga. G1, São Paulo, 10 mar. 2020c. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/10/bolsonaro-diz-que-questao-do-coronavirus-e-muito-mais-fantasia.ghtml. Acesso em: 22 jan. 2020.

BOLSONARO sanciona, com vetos, projeto que prevê medidas para tentar proteger indígenas. G1, São Paulo, 08 jul. 2020a. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/08/bolsonaro-sanciona-com-vetos-projeto-que-preve-medidas-para-tentar-proteger-indigenas.ghtml. Acesso em: 21 jan. 2022.

BORGES, L. Bolsonaro fura quarentena e participa de manifestação no QG do Exército. Veja, São Paulo, 19 abr. 2020. Disponível em:https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-fura-quarentena-e-participa-de-manifestacao-no-qg-do-exercito/. Acesso em: 22 jan. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Ministério da Saúde. Saúde perdeu R$ 20 bilhões em 2019 por causa da EC 95/2016. Brasília, DF: 28 fev. 2020. Disponível em: http://www.conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1044-saude-perdeu-r-20-bilhoes-em-2019-por-causa-da-ec-95-2016. Acesso em: 22 jan. 2022.

BRASIL. Emenda constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Brasília, DF: Presidência da República, [2018]. Disponível em ww.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm. Acesso em 20 jun. 2021.

BRASIL. Emenda constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em 21/06/2021.

BRASIL. Lei nº 10.741, 1 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em 19 jun. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis n º 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm. Acesso em: 20 jun. 2020.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais. Acesso em 09/03/2022.

CANINEU, M. L.; BROWN, B. Bolsonaro precisa mudar o discurso em relação aos idosos e agir durante a pandemia. UOL, 5 de maio de 2020. Disponível em: https://www.hrw.org/pt/news/2020/05/05/375159. Acesso em: 22 jan. 2022.

CONASS. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Painel CONASS Covid-19, 20 jul. 2021. Disponível em: https://www.conass.org.br/painelconasscovid19/ Acesso em 20 jul. 2021.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Boletim Especial: quem são os idosos brasileiros. Dieese, n. 1, 30 abr. 2020.

FALA e comportamento do presidente prejudicam isolamento social. Disponível em https://jornal.usp.br/radio-usp/fala-e-comportamento-do-presidente-prejudicam-isolamento-social/. Acesso em 09/03/2021.

FGV SOCIAL. Onde estão os idosos? Conhecimento contra o Covid-19. Disponível em https://cps.fgv.br/covidage. Acesso em 09/03/2022.

FOUCAULT, M. Segurança, território, população: curso dado no College de France. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes: 2008.

GARCIA, G.; GOMES, P. H.; VIANNA, H. 'E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?', diz Bolsonaro sobre mortes por coronavírus; 'Sou Messias, mas não faço milagre'. G1, São Paulo, 28 abr. 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/28/e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-mortes-por-coronavirus-no-brasil.ghtml. Acesso em: 22 jan. 2022.

GOMES, F. G. Conflito social e welfare state: Estado e desenvolvimento social no Brasil. RAP Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 40, v. 2, p. 201-36, mar./abr. 2006.

HÁ UM ANO, Bolsonaro chamava COVID de gripezinha em rede nacional; relembre. Estado de Minas, Belo Horizonte, 24 mar. 2021. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/03/24/interna_politica,1250005/ha-um-ano-bolsonaro-chamava-covid-de-gripezinha-em-rede-nacional-relembre.shtml. Acesso em: 22 jan. 2022.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Morte de idosos por causa da Covid-19 pode alterar drasticamente a renda das famílias. 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=36198. Acesso em: 30 abr. 2021.

MBEMBE, A. Necropolítica. biopoder soberania estado de exceção política da morte. Arte & Ensaios, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-51, dez. 2016.

MBEMBE, A. Poder brutal, resistência visceral. São Paulo: n-1 edições, 2020.

MISHRA, R. O bem-estar das nações. *In*: BOYER, R.; DRACHE, D. (org.). Estado contra mercados. Lisboa: Instituto Piaget, 1996. p. 359-377.

OPENDATASUS. Dados abertos: Coronavírus. Ministério da Saúde, Brasília, DF: [2021]. Disponível em: http://plataforma.saude.gov.br/coronavirus/dados-abertos/. Acesso em: 22 jan. 2022.

ORÇAMENTO da Saúde perdeu R $20 bilhões em 2019 por conta da Emenda do Teto de Gastos. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2020/02/21/orcamento-da-saude-perdeu-r-20-bilhoes-em-2019-por-conta-da-emenda-do-teto-de-gastos. Acesso em: 09/03/2022.

"PALAVRAS IMPORTAM": estudo revela como Bolsonaro prejudicou isolamento. Disponível em https://exame.com/brasil/as-palavras-importam-estudo-revela-como-bolsonaro-prejudicou-isolamento/. Acesso 10/05/2021

POPULAÇÃO saberá que foi enganada por governadores e imprensa sobre coronavírus, diz Bolsonaro. Folha UOL, Porto Alegre, 20 mar. 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/povo-sabera-que-foi-enganado-por-governadores-e-imprensa-sobre-coronavirus-diz-bolsonaro.shtml. Acesso em: 22 jan. 2022.

PESQUISA Datafolha mostra Bolsonaro com 55% e Haddad com 45% na véspera da eleição. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/pesquisa-datafolha-mostra-bolsonaro-com-55-e-haddad-com-45-na-vespera-da-eleicao.shtml. Acesso em 09/03/2022.

Notas

[1]https://www.brasildefato.com.br/2020/02/21/orcamento-da-saude-perdeu-r-20-bilhoes-em-2019-por-conta-da-emenda-do-teto-de-gastos

Aparecido Francisco dos Reis
E-mail: aparecido.reis@ufms.br
Doutorado em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Franca).
Professor Associado IV da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

UFMS
Cidade Universitária s/n
Cidade – Estado – País Campo Grande - MS- Brasil

Agradecimentos:
Não se aplica.
Agência financiadora:
Não se aplica.
Contribuição dos autores:
Pesquisa, coleta de dados, análise de dados e escrita do artigo.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação:
Não se aplica.
Consentimento para publicação:
Consentimento do autor.
Conflito de interesses:
Não há conflito de interesses.

 DOI: https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e84652

ESPAÇO TEMA LIVRE

Arte e Serviço Social: aspectos necessários sobre o ser-artístico

Daniel Péricles Arruda[1]
https://orcid.org/0000-0002-8347-8215

[1]Universidade Federal de São Paulo, Departamento de Saúde, Educação e Sociedade, Curso de Graduação em Serviço Social, Santos, SP, Brasil

Arte e Serviço Social: aspectos necessários sobre o ser-artístico

Resumo: A finalidade deste artigo é apresentar alguns aspectos relevantes sobre a relação entre arte e Serviço Social. Com base em contribuições teóricas, na perspectiva interdisciplinar, na investigação qualitativa exploratória e com delimitação artística na música *rap*, foram analisadas duas canções: *Periferia é o alvo*, do grupo Visão de Rua – Dina Di (1976-2010), Tum e DJ O.G – e *Rap é compromisso*, de Sabotage (1973-2003). Inicialmente, apresenta-se a introdução; os procedimentos metodológicos; uma breve discussão teórica sobre a história da arte. Em seguida, um diálogo interdisciplinar sobre a arte; e, depois, apresenta-se a trajetória e as contribuições de Dina Di e Sabotage. Por fim, um debate sobre a formação, condição e expressão do ser-artístico. Ficou evidenciado que a arte, nesse caso, a arte periférica, o *rap*, é uma das modalidades artísticas que mais contribui para a profissão, pois apresenta o cotidiano repensado, ou seja, visto de modo crítico, além de apresentar subjetividades, peculiaridades e coletividades dos modos de vida, bem como elementos político-afetivos com base nas experiências socioterritoriais.

Palavras-chave: Arte; Cultura Hip-Hop; Juventudes Periféricas; Ser-Artístico; Subjetividade.

Art and Social Work: necessary aspects about being artistic

Abstract: The purpose of this article is to present some relevant aspects about the relationship between art and Social Work. Based on theoretical contributions using an interdisciplinary perspective, exploratory qualitative research, and artistic delimitation, rap music was analyzed through two songs: *Periferia é o Alvo*, by the group Visão de Rua – Dina Di (1976-2010), Tum and DJ O.G – and *Rap é compromisso*, by Sabotage (1973-2003). Initially, presents the introduction; methodological procedures; a brief theoretical discussion about the history of art is presented. Then, an interdisciplinary dialogue about art; and the trajectory and contributions of Dina Di and Sabotage are presented. Finally, the formation, condition, and expression of being artistic is discussed. It was evident that art, in this case the peripheral art of rap, is one of the artistic modes that contributes most to the profession, by presenting a reevaluation of everyday life, from a critical perspective. This art also includes subjectivities, peculiarities, and collectivities of ways of life, as well as political-affective elements based on socio-territorial experiences.

Keywords: Art; Hip-Hop Culture; Pheriferal Youths; Being Artistic; Subjectivity.

Recebido em 31.10.2021. Aprovado em 16.12.2021. Revisado em 04.03.2022.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

A arte é uma importante dimensão para o desenvolvimento humano. Em razão de sua amplitude, apresenta várias conceituações, modalidades e ramificações. A arte apresenta os valores, os costumes e as ideologias de um grupo e/ou sociedade, conforme o seu tempo sócio-histórico. Está presente em muitas gerações, com sentidos e significados diversos, devido às redes de sociabilidade e aos aspectos culturais, subjetivos e políticos em questão.

Ao reconhecer a potência da arte na sociedade, em uma perspectiva reflexiva e progressista, aqui, tomamos por referência a música *rap*, pois percebe-se que contém elementos essenciais e relevantes para se pensar o Serviço Social na atualidade. Nesse sentido, o presente artigo foi desenvolvido a partir da seguinte indagação: Quais são as relações possíveis entre a arte e o Serviço Social?

Teoricamente, o artigo apoia-se em uma perspectiva interdisciplinar, ou seja, no diálogo entre autores/as de áreas e linhas teóricas diferentes, pois entende-se a importância da pluralidade do saber acerca da temática aqui discutida, considerando o foco e a abordagem de cada autor/a.

Para refletir a arte e a sua relação com o Serviço Social, portanto, foram analisadas as músicas *Periferia é o alvo* (1996), do grupo Visão de Rua – Dina Di (1976-2010), Tum e DJ O.G –, com a participação do *rapper* Kid Nice, do grupo Sistema Negro; e *Rap é compromisso* (2001), de Sabotage (1973-2003). Duas músicas de forte impacto e reconhecimento artístico. É relevante dizer que, em minha trajetória na cultura *hip-hop* como *rapper* e poeta, tive o prazer de conhecer pessoalmente Dina Di e Sabotage, e conversar sobre suas músicas e vivências, encontros marcantes. Por isso, este artigo é também um modo de homenageá-los e manter acessas as suas importantes expressões para a cultura *hip-hop*.

A finalidade foi, a partir dessas duas importantes canções do *rap* nacional, identificar os elementos artísticos que fazem intersecção com o Serviço Social, bem como suas contribuições para se pensar a formação acadêmica, atuação, formação permanente, e a pesquisa em Serviço Social, tal qual a construção e a leitura de realidades.

Além desta introdução, o artigo encontra-se estruturado com a apresentação dos procedimentos metodológicos utilizados para sua construção, a partir de Marconi e Lakatos (2010); Martinelli (1999); Severino (2007) e Silva (2021).

Em seguida, uma breve discussão sobre a história da arte, com base em Gombrich (1950/2015); e Willett (1971/2017). Logo após, um diálogo interdisciplinar, a partir de autores/as, como Benjamin (1936/2014); Eco (2016 e 1962/2015), Dewey (1934/2010), Goldmann (1979); Fischer (1959/1977); Freud (1908/2017 e 1913/2012); Heller (1972); Lukács (2011); Marx (1844/2009); Marcuse (1977/2013) e Vázquez (2011).

Na apresentação de Dina Di, que foi líder do Visão de Rua, grupo com importante influência no *rap* nacional, enfatiza-se suas músicas, que abordam a condição da mulher em vários contextos, como no sistema prisional; na maternagem; na relação conjugal; na expressão de seus sentimentos; na vivência da periferia; e em diversas relações de violência. Em seguida, constam as influências e colaborações no campo social e artístico de Sabotage, e apontamentos sobre a questão do ser-artístico, ou seja, uma das dimensões que fazem parte da constituição do ser humano. E, por fim, as conclusões, sem a pretensão de encerrar o debate, e sim identificando questões emergentes e indicando pistas para reflexão.

Procedimentos metodológicos

Com a finalidade de apreender uma modalidade artística, a música *rap*, o artigo baseia-se em abordagem qualitativa em razão dos sentidos e significados analisados a partir da relação da música *rap* com o Serviço Social. Considera-se que a perspectiva qualitativa, portanto, de acordo com Martinelli (1999), identifica a percepção dos sujeitos conforme o foco temático, considerando que as músicas selecionadas são de sujeitos coletivos, ou seja, representantes de uma coletividade com contextos em comum, as vivências periféricas.

Nessa ótica, como detalhamento dessa abordagem, a partir de Severino (2007), foi utilizada a modalidade exploratória, que visa identificar elementos ou informações de determinado tema. Como apoio teórico, usou-se o levantamento bibliográfico interdisciplinar, segundo Marconi e Lakatos (2010). E as músicas foram analisadas de acordo com Silva (2021) a partir de três aspectos: objetivo, subjetivo e formal.

Breves considerações sobre a história da arte

O debate sobre a arte é profundo, amplo e histórico. A arte revela elementos primordiais sobre a humanidade e sua vida social. Além disso, a arte apresenta diversas conceituações e é tomada de várias maneiras pelo ser humano. Quer dizer, a arte depende de um conjunto de relações para a sua construção, expressão e associação. A arte é um modo de registro vital e um caminho para se constituir enquanto sujeito.

Em uma perspectiva cronológica e para fins didáticos, no período nomeado por muitos autores como *pré-história*, mesmo antes da criação da escrita, já havia pinturas e esculturas que são reconhecidas como as primeiras manifestações artísticas da humanidade, a arte rupestre (GOMBRICH, 1950/2015). Pode-se pensar em povos daquele tempo histórico, que, a partir de suas condições e concepções de mundo, tinham nessas expressões formas de simbolizar as suas experiências e necessidades.

Há no campo teórico discussões sobre a ideia de *arte primitiva*. Sobre essa questão, cabe concordar com a importante reflexão de Willett (1971/2017, p. 38, grifo do autor):

> A palavra "primitivo" tem, é claro, muitos significados. Seu sentido básico é o de "primário no tempo" e, por extensão, subdesenvolvimento, simples, cru, sem sofisticação. Mas a assim chamada arte "primitiva" não é nada disso. Na verdade, a arte mais antiga que conhecemos, a mais primitiva no sentido estritamente temporal – a arte rupestre da Idade da Pedra Lascada na Europa e na África do Sul –, é altamente sofisticada; se não fosse sofisticada, não seria arte, mas apenas um feliz acidente.

A arte, na antiguidade, esteve presente em diversas civilizações, como Mesopotâmia (hoje Iraque); Pérsia (hoje Irã); Roma, Grécia e Egito. A arte egípcia, por exemplo, destacou-se pelas pinturas, os monumentos, arquiteturas, esculturas e obras de imenso reconhecimento, como as pirâmides e esfinges. Essas produções tinham relação com a espiritualidade e a forma de representação do corpo, principalmente daqueles que morreram; conhecida também como *arte funerária.*

Na idade média, a arte foi marcada por várias expressões artísticas, como a românica, gótica e bizantina. Expressões que apresentavam evolução da arte e o uso de outras técnicas para a elaboração arquitetônica, bem como os mosaicos e vitrais.

A arte identificada como renascentista, na idade moderna, tem por referências a obra Mona Lisa, pintada entre 1503 e 1506, pelo italiano Leonardo da Vinci (1452-1519). Ainda nesse período, há outros artistas de referência, como Donatello (1368-1466), Michelangelo (1475-1564) e Sandro Boticelli (1445-1510). Na esteira do desenvolvimento artístico, há também a arte barroca (Itália, meados do século XVI), cuja referência é o pintor Caravaggio (1571-1610), que desenvolveu o tenebrismo, técnica de contraste entre luz e sombra. Na Espanha, foi desenvolvida por Diego Velázquez (1599-1660). Na Holanda, com Rembrandt (1606-1669). No Brasil, referência importante foi o mineiro Antônio Francisco Lisboa, chamado *Aleijadinho* (1730-1814), reconhecido por suas esculturas em pedra-sabão. E o rococó (França, século XVIII).

Para compreender o tempo histórico, idade moderna; e a modalidade artística, arte moderna, é pertinente considerar a explicação de Barbosa e Minerini Neto (2018, p. 8):

> A arte moderna, entretanto, não necessariamente é aquela que está acontecendo neste momento. Ela surge no contexto da modernidade, que se dá como consequência da Revolução Industrial iniciada século XVIII, e não no panorama da história moderna, compreendida entre o Renascimento e a Revolução Francesa.

Assim, no desenvolvimento da arte moderna, insere-se a Arte Neoclássica, em que se destaca Jean-Baptiste Debret (1768-1848), pintor que fez parte da Missão Artística Francesa no Brasil, no século XIX. As telas de Debret retratam o cotidiano da sociedade brasileira, como O Jantar; Um Funcionário Público Saindo de Casa com sua Família; e Feitores Castigando Negros. Ainda há outros movimentos, durante o desenvolvimento da arte moderna: o Romantismo; Realismo; Fauvismo; Expressionismo; Cubismo; Abstracionismo; Futurismo; Surrealismo; Dadaísmo; Concretismo, e vários outros.

Sobre as influências artísticas, o pintor holandês Vicent Van Gogh (1853-1890) seguiu a arte tradicional japonesa Ukiyo-e (pinturas em estampas no estilo xilogravura). Percebe-se similaridade da obra Grande Onda de Kanagawa, feita entre 1830 e 1833, pelo artista japonês Katsushika Hokusai, com a obra A Noite Estrelada,

de 1889, produzida por Van Gogh. Outro pintor que teve influência da arte japonesa, foi o francês Claude Monet (1840-1926).

Interessante pensar que muitos elementos artísticos têm por referência e/ou inspiração a arte africana, como a renomada pintura do espanhol Pablo Picasso (1881-1973) intitulada Les demoiselles d'Avigon/As senhoritas de Avigon. A arte africana também foi uma das referências do escultor e pintor Amadeo Modigliani (1884-1920). Ainda sobre arte africana, é importante destacar a sua potente criação de esculturas, máscaras, estátuas, pinturas, decorações, danças, músicas, roupas, oralidades, etc. que, servem de base para construirmos uma compreensão decolonial sobre a arte.

Ao analisar o contexto histórico, fica evidente que a arte desenvolvida principalmente na Europa obteve reconhecimento pelo mundo, mas, em outros continentes, como o africano, a arte, inclusive, era desenvolvida primeiramente. Nessa perspectiva, é relevante pensar nos processos de colonização e diferenciar as influências da arte africana da *apropriação* das artes africanas. Assim:

> Encontram-se evidências da história da arte africana em diversas fontes, que variam, logicamente, quanto ao seu valor. A principal contribuição para o nosso conhecimento vem das explorações arqueológicas. Estranhamente, as pinturas e gravuras rupestres africanas foram descobertas antes das europeias (WILLETT, 1971/2017, p. 56).

Estudo relevante desenvolvido por Carvalho, Moreschi e Pereira (2019), com o objetivo de analisar a construção dos discursos oficiais da História da Arte, a partir de 11 livros constantemente trabalhados em universidades brasileiras, ficou evidenciado nas produções o eurocentrismo e a apresentação de uma história estruturada para desconsiderar mulheres e negros. Na maioria das ocasiões, os livros abordam as mulheres como tema, e não como autoras. O estudo apresenta outras análises significativas, que chamam a atenção para a história não contada ou distorcida, ou seja, as histórias são constituídas por intencionalidades e não é conveniente considerar histórias únicas. Nesse debate, é de suma relevância atentar-se às produções de Abdias do Nascimento (1914-2011), Carolina Maria de Jesus (1914-1977), Conceição Evaristo (1946), Clementina de Jesus (1902-1987), Jean-Michel Basquiat (1960-1988), Ruth de Souza (1921-2019), e vários/as outros/as na perspectiva de uma arte potente e identificável às lutas sociais.

Desse modo, considera-se essencial o diálogo interdisciplinar para compreender os sentidos da arte, bem como a importância do encontro da arte a partir de sujeitos que foram historicamente invisibilizados por ela, seja na pintura, escultura, dança, música, literatura, arquitetura, cinema, fotografia, no teatro e desenho. A história da arte é imensa, portanto, essa sucinta retomada acerca de seus percursos chama atenção para a necessidade de uma arte decolonizada e atenta ao seu desenvolvimento histórico a partir da realidade de cada cultura. Assim, como expressão da arte contemporânea com foco na música *rap*, que se constitui em bases diaspóricas e ancestrais, que este artigo se baseia, em especial, nas artes de Dina Di e Sabotage.

Arte: um diálogo interdisciplinar

A arte, de acordo com Marx (1844/2009), tem por finalidade contribuir para o desenvolvimento dos sentidos. A arte, nessa perspectiva, não atua contra o trabalho, pelo contrário, a arte é um meio de lidar com materialidades, pois reconhece as subjetividades e considera a dimensão sensível do ser humano. Isto é: "Por outro lado, subjetivamente apreendido: assim como a música desperta primeiramente o sentido musical do homem, assim como para o ouvido não musical a mais bela música não tem *nenhum* sentido [...]" (MARX, 1844/2009, p. 110, grifo do autor).

No desenvolvimento da sociedade capitalista e seus processos de alienação do humano e do fetiche da mercadoria, observa-se que a arte atua no mundo material considerando suas relações com a vida subjetiva, o que é possível identificar em Lukács (2011), ao considerar a arte como elemento essencial para a vida em sociedade, pois apresenta condições para promover processos de *desfetichização*; romper o mundo entorpecido pela exploração do trabalho, no sentido de que fragmenta o humano de sua constituição vital. Ou seja, um modo de romper os processos de distorção da realidade e das influências mercantis da sociedade capitalista.

A arte, nessa perspectiva, insere-se em uma das dimensões possíveis para a *suspensão do cotidiano*, segundo Heller (1972). Quer dizer, um modo de estar e refletir a densidade da vida cotidiana. Essa vida,

que não é homogênea, pelo contrário, está em constante transformação e é constituída por valores e projetos societários em disputa. Suspender-se pela arte refere-se ao ato de ver a vida de modo diferente e se posicionar de modo mais crítico, identificando minúcias da vida cotidiana, que nem sempre são postas de modo imediato, e até mesmo naquilo que se vê, pela suspensão, é possível dar outro sentido.

Por isso, os resultados da arte na vida cotidiana perpassam também o campo da cultura, dos modos de vida. Assim, segundo Goldmann (1979), a arte não se conclui em si. A arte age nas relações sociais e na cultura, e relaciona-se às particularidades e universalidades dos seres humanos. Contribuindo, também, em sua visão de mundo e humanidade.

Não se vive o tempo todo em suspensão, e não se entende nela uma fuga da vida cotidiana e cultural, mas uma via de elaboração de si e das relações sociais. Com a arte, pode-se pensar a suspensão tanto como elevação e reflexão quanto amortecimento e proteção para lidar com os traumas da vida. Considerando, inclusive, que a objetificação da vida pode encobrir ao sujeito desatento as questões que interferem e produzem a sua condição humana. Portanto, um ser humano cingido pela estrutura social. E seria a arte como estratégia ou afirmação de existência e vinculação com o mundo. Nessa lógica, para Fischer (1959/1977, p. 13), "A arte é o meio indispensável para essa união do indivíduo como o todo; reflete a infinita capacidade humana para a associação, para a circulação de experiência e ideias".

E essa vivência artística traz marcações temporais; expressa sentimentos; promove múltiplas identificações e emoções, naquele que se põe no encontro da arte ou que a tem como um modo de vida. A arte não é a criação somente de obras, mas também do próprio sentido de humano. Para Vázquez (2011, p. 109), então, "A arte não é propriamente imitação de uma realidade natural, mas criação de uma nova realidade (humana e humanizada)". Ao pensar a arte em Benjamin (1936/2014), observa-se que a sua reprodutibilidade se volta para a ideia de a arte não ser propriedade de seu criador, mas que a obra de arte possa ser desenvolvida, também, por outros, como uma arte enquanto referência para os outros.

Eco (2016), em sua compilação de textos entre 1955 e 1963, analisa a arte não como uma definição em si, mas atento aos seus aspectos histórico e filosófico, considerando, inclusive, a posição de outros autores em seus estudos. Eco (2016) compreende que a arte não é absoluta, que estabelece relações dialéticas com outras áreas e atividades, conforme as dimensões políticas e morais. Em Eco (1962/2015), o autor desenvolve o conceito de "Obra aberta", compreendendo que a arte é passível de múltiplas interpretações e que pode ser um referencial teórico com o intuito de tentar explicar a arte contemporânea.

Em Dewey (1934/2010), observa-se a arte como experiência do eu com o mundo, das interações e influências. Uma das preocupações do autor é investigar como surgem e evoluem as expressões artísticas referentes às experiências cotidianas, pois entende a arte como uma expressão da vida.

Já para Marcuse (1977/2013, p. 53), influenciado pela teoria crítica e também pela psicanálise, a arte apresenta outros elementos a serem considerados, ou seja, "O mundo significado na arte nunca é de modo algum apenas o mundo concreto da realidade de todos os dias, mas também não é um mundo de mera fantasia, ilusão, e assim por diante". A arte não segue um único caminho, ao longo da história e de sua leitura envolve questões materiais, bem como subjetivas.

Em uma leitura psicanalítica, Freud (1908/2017) apoia-se na arte para o desenvolvimento de sua teoria. Obras de Dostoiévski, Shakespeare e Leonardo da Vinci, por exemplo. Observa-se que diversas expressões artísticas têm como base expressões do inconsciente, seja nos sonhos, nos atos falhos, nos chistes e nas repetições. A arte, em muitas ocasiões, comporta aquilo que, dificilmente pode ser retratado por um diálogo. Encontra-se em Freud (1908/2017, p. 54), que "O poeta faz algo semelhante à criança que brinca; ele cria um mundo de fantasia que leva isso à sério, ou seja, um mundo formado por grande mobilização afetiva, na medida em que se distingue rigidamente da realidade". O poeta subverte a ordem social no sentido de contrapor valores e expressar subjetividades. Freud (1913/2012, p. 359-360), ainda considera que:

> Como realidade convencionalmente admitida, em que, graças à ilusão artística, símbolos e formações substitutivas podem suscitar afetos verdadeiros, a arte constitui um reino intermediário entre a realidade que frustra os desejos e o mundo de fantasia que os satisfaz, um âmbito em que permanecem em vigor, por assim dizer, as aspirações de onipotência da humanidade primitiva.

A arte, desse modo, pode ser compreendida e produzida de várias formas, pois é fonte de produção humana e simbólica, de reprodução de ideias. Tem potencial para apresentar, ao mundo, outros aprendizados. É o que veremos a seguir.

Dina Di: rainha do *rap* nacional

O grupo Visão de Rua marcou gerações. Criado em 1993, na cidade de Campinas/SP, o grupo conquistou notoriedade e reconhecimento da cultura *hip-hop* nacional, com destaque para a música *Confidências de uma presidiária*, de 1994, que fez parte da coletânea *Rap is Rap*. A música abordava a condição da mulher em privação de liberdade.

O grupo teve como líder Dina Di, pseudônimo de Viviane Lopes Matias, e, dentre outras formações, a que ficou mais conhecida foi a composta por Dina Di, Tum e DJ O.G. O grupo tornou-se referência na cena *rap* por várias razões, como a representatividade feminina; a marcante produção musical *gângster*; som pesado, como se diz na linguagem do *rap*, que significa estilo com muita energia. E, também, conteúdo potente, reflexivo e combativo no uso das palavras. E, sobre esse aspecto, de acordo com Bakhtin (1929/2009, p. 117), "A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela apoia sobre mim numa extremidade, na outra apoia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor". Essa é uma questão primordial na arte, o que fez Dina Di em suas produções, transformando palavras em versos; os sentimentos em histórias narradas; indo ao encontro comum.

Ao longo da trajetória de Visão de Rua e da Dina Di, foram produzidos muitos trabalhos, por exemplo, os discos: Periferia é o alvo (*single* – 1997); Herança do vício (1998); Ruas de sangue (2001); A noiva de Thock (2003); e O poder nas mãos (2007). Há outros trabalhos musicais e participações de Dina Di, como nas músicas: Essa é a lei, com Ndee Naldinho e Kid Nice; Mente engatilhada, part. Lakers do Código Fatal, na coletânea KL Jay na Batida, vol. III; A última chance, com Douglas (ex-integrante do grupo de *rap* Realidade Cruel); Dois mundos, com Erick; e Desistir jamais, com Atitude Feminina.

Com várias indicações para o Prêmio Hutúz[1], o grupo foi o vencedor nos anos de 2000 e 2001, na categoria melhor grupo feminino. Em 2009, premiada como a melhor artista solo feminino no Prêmio Hutúz. No dia 19 de fevereiro de 2022, data em que completaria 46 anos de idade, a *rapper* foi homenageada pelo Google no *Doodle;* imagem que ilustra o espaço de busca para os usuários.

Dina Di apresentava, em suas composições, sentimentos e vivências não somente territoriais, mas também subjetivas; suas emoções, sua percepção sobre a maternagem; o modo como lidava com suas perdas, seus desejos. Sua musicalidade não se afastava do discurso periférico, pelo contrário, certamente, sem a periferia, as músicas de Dina Di não seriam tão latentes e significativas, como fica evidente na música escolhida para reflexão. Dina Di era uma *rapper* branca e que obteve respeito na cultura *hip-hop* em razão de sua postura e consciência crítica. Ela tinha outras habilidades artísticas, sabia tocar violão e sabia cantar músicas sertanejas. Em 2010, Dina Di, morreu devido a uma infecção hospitalar após o parto de sua filha.

É importante observar o título da música, *Periferia é o alvo*. O termo periferia, para a cultura *hip-hop*, tem imenso valor, pois trata-se de um território que vive ressignificações e que se afirma enquanto potência de luta e denúncias político-culturais. A periferia, nessa concepção, não se refere apenas ao local geográfico, ou socioespacial, mas também da produção de relações e de subjetivação.

Dizer, desse modo, que a periferia é o alvo, nos dá a ideia de que existe algo que será lançado contra ela, ou seja, como se tem o alvo, quer dizer que a periferia está na mira de alguém. Cabe pensar sobre quem e com qual finalidade: A periferia é o alvo de ações de políticas públicas para promoção da cidadania? Ou a periferia é o alvo da violência e do descaso? Pois bem, a música de Dina Di explica o sentido de ser o alvo: significa correr o risco da morte, a perda do valor humano. E isso, Dina Di, sujeita coletiva e que vivenciava essa cotidianidade periférica, diz que: "Se a periferia é o alvo de toda miséria/ Eu sei o que é viver nas ruas mano, morar na favela/ E ser mina de guerra e de paz, e como diz Racionais:/ *Sua moral não se ganha, se faz*" (VISÃO DE RUA, 1996).

Dina Di apresenta um aspecto relevante, o de ser alvo de toda miséria. Miséria que é uma categoria ampla, mas que, em sua canção, especifica questões materiais e subjetivas. Que não é uma miséria passageira, pois enreda o dia a dia dos/as moradores/as. Por isso, *ser mina de guerra e de paz*, remete às estratégias de

permanência e de vida, onde a moral, ou seja, as condutas e as ações que constroem relações de respeito, por exemplo, não são dadas, e sim construídas.

A narrativa da música é expansiva, ou seja, é o reflexo de muitos territórios periféricos espalhados pelo país. Observa-se que a periferia, hoje, é o resultado sócio-histórico das elites dominantes desde os períodos coloniais. E, na atualidade, é notória a associação da periferia com a violência, com o uso de drogas, com o fato de ser visto como o lugar perigoso, e, conforme a situação, ponto turístico. Alvo também do desemprego, do trabalho precarizado, do preconceito. Território que apresenta muitos contrastes, contradições. Em que questões básicas não são simples de serem garantidas, como a alimentação. A periferia é resultado da produção social da riqueza:

> Confrontar riqueza, fome é o que sobra na mesa/ Morre a esperança e aumenta cada vez mais a incerteza/ Se abrem as portas da destruição é real/ Aí o sistema cria a cada dia um marginal/ Citei um lado mau, taí, porque ninguém aqui está a salvo/ Periferia é o alvo (VISÃO DE RUA, 1996).

O alvo, então, não está voltado somente para o indivíduo, e sim para a coletividade. É o que se percebe na música. Ou seja, alvo, uma terminologia utilizada em táticas de guerra, e que aqui faz sentido, pois a simbologia apresentada por Dina Di relata as condições em que muitos se encontram, em que se tem:

> Ruas de terra, esburacada/ Mal iluminada, um pesadelo pra população/ Fodida e inconformada, e na calada a impunidade mata muita gente/ Pai de família, uma porção de manos inocentes sem dó/ Taí o mote ligado a uma sina/ A mãe que pare o filho, a Rota mata e extermina/ Um desacato à personalidade feminina/ Aqui ninguém meu está salvo/ Periferia é o alvo (VISÃO DE RUA, 1996).

As condições dessas territorialidades periféricas tomadas como um pesadelo, algo que incomoda e que produz medo, insegurança. A periferia é alvo de várias ações, inclusive pela violência dos representantes do Estado. Essa realidade traz a indicação cantada no refrão: "Se piá se pá, mãos pro alto/ Periferia, o sangue escorre pelo asfalto/ Nós somos favela, o verdadeiro alvo/ Estilo de vida que pra nós foi traçado" (VISÃO DE RUA, 1996).

Entender a periferia como *estilo de vida que pra nós foi traçado*, remete a uma construção premeditada da miséria. Nada é por acaso; esse estilo de vida, é mais do que um reflexo ou resultado de forças de classe, mas um acordo traçado historicamente, ou seja, uma determinação e imposição de futuro. São as barreiras psicossociais criadas e internalizadas: "A violenta barreira separa a sociedade/ Medos, seus próprios conflitos, problemas dificuldades/ Guerra entre as periferias causas maiores têm sido/ Pedra, maconha, farinha, ferro, polícia e bandido, eu te digo" (VISÃO DE RUA, 1996).

Sabotage: maestro do Canão

Mauro Mateus dos Santos, ou Maurinho. Na cultura *hip-hop*, Sabotage (1973-2003). Foi integrante da *Família RZO* (Rapaziada da Zona Oeste, grupo de *rap* de São Paulo) e marcou história no *rap* nacional. Sabotage era morador da Favela do Canão, zona sul da cidade de São Paulo. Território referenciado constantemente em suas músicas, entrevistas e apresentações. Obteve reconhecimento com a música *Rap é compromisso*, seguido do CD homônimo lançado em 2001. Sabotage deu importante contribuição para a cultura *hip-hop*. Carismático, humilde, tinha um modo de rimar que chamava atenção, além dos conteúdos de suas letras. Mantinha o cabelo espetado, o que fazia lembrar o *rapper* norte-americano Coolio. Sabotage dialogava e fazia trabalhos com artistas da cena *rap*, mas também de outras modalidades. Participou de dois filmes: O invasor, de Beto Brant (2002); e Carandiru, de Hector Babenco (2003). No auge de sua reconhecida carreira, foi assassinado no dia 24 de janeiro de 2003, atingido por quatro tiros, em via pública, logo que deixou sua esposa no local de trabalho.

Após a morte de Sabotage, alguns trabalhos que estavam em andamento foram divulgados para a público. Na música *Rap é compromisso* percebe-se que, assim como Dina Di, Sabotage expressa peculiaridades de sua vivência periférica; as questões da criminalidade, e demais aspectos que se entrelaçam com suas próprias experiências.

Na música *Rap é compromisso*, na parte introdutória, em uma articulação entre a *rapper* Negra Li e Sabotage, já é dito: "Na zona sul, zona sul, zona sul, zona sul. Hoje choveu nas Espraiadas/ Ah. Polícia sai do

pé, polícia sai do pé/ E mesmo assim ninguém sabe de nada/ Ah. Polícia sai do pé, polícia sai do pé/ Que eu vou dar um pega no..." (SABOTAGE, 2001). A zona sul referenciada é uma das regiões que compõe a cidade de São Paulo, local em que está situada a comunidade em que o *rapper* morava e é apresentada da seguinte maneira: "Favela do Canão, ali na zona sul/ Sim, Brooklin" (SABOTAGE, 2001).

A música anuncia que tinha chovido na região, também anuncia outro personagem, a polícia, que se pode imaginar manter constante presença na comunidade, por isso a expressão, *sai do pé*, como quem quer ter a liberdade de viver, poder andar, em paz.

A parte inicial também cita *Espraiadas*, nome de um córrego da região que está em tratamento, localizado às margens da Avenida Jornalista Roberto Marinho. Esse local fica próximo à comunidade em que o *rapper* morava.

Parte marcante da música, e que se tornou símbolo na música *rap*, está em seu refrão: "Rap é compromisso, não é viagem/ Se pá, fica esquisito, aqui Sabotage/ Favela do Canão, ali na zona sul/ Sim, Brooklin" (SABOTAGE, 2001). Os versos implicam a responsabilidade do *rap*, pois, na concepção do *rapper*, não é uma coisa qualquer, uma "viagem", no sentido de equívoco, fragilidades ou estar no caminho errado. O *rap,* para muitos, é uma forma de existência, fonte de trabalho, caminho de protesto às desigualdades. Esse compromisso, que se percebe na música, está ligado às suas origens, suas relações com os manos e as minas de seu território.

Ser do Canão, como Sabotage, e assumir-se desse território, é um modo de apresentar a origem e, ao mesmo tempo, trazer consigo todos/as aqueles/as que ali estão. Quer dizer, Canão sou eu, e eu sou Canão. Isso ocorre quando o território se funde ao sujeito, proporcionando-lhe a expressão de sua trajetória.

E a narrativa tem por foco o seu território e a apresentação da experiência de outros sujeitos desse local, ou seja: "Tumultuada está demais a minha quebrada/ Tem um mano que vai levando, se criando sem falha" (SABOTAGE, 2001). Não que o local físico esteja tumultuado, mas as relações que ora são vivenciadas ali. E, nesse cenário, Sabotage destaca outro personagem oculto, identificado por *mano*. Sabotage informa que é um "Mano cavernoso, catador, eficaz/ Com 16 já foi manchete de jornal, rapaz" (SABOTAGE, 2001). Isto é, um adolescente que ainda cedo expressa poder em suas relações com a prática de atos infracionais. Sendo, portanto:

> Respeitado lá no Brooklin de ponta a ponta/ De várias broncas, mas de lucro, só leva fama/ Hoje tem Golf, amanhã, Passat metálico/ De Kawasaki ninja, às vezes 7 galo/ Exemplo do crime, eu não sei se é certo/ Quem tem dedo de gesso tromba ele é o inferno (SABOTAGE, 2001).

Ao contar as histórias de seu território, o crime é um ponto presente, talvez uma resposta ao sofrimento, um modo de afirmação e aceitação. E essa consciência de que o crime não é uma coisa em si, para muitos uma *profissão*, porém, trata-se de uma armadilha complexa e que tem outros sentidos quando diz respeito às juventudes periféricas.

Por isso que, na iminência da morte, o personagem da música era "Cabreiro, ligeiro, trepado e esperto/ Tamanduá quer te abraçar, quer te levar pro inferno" (SABOTAGE, 2001). Mesmo que em algum momento fizesse movimentos de mudança: "Passasse uma semana, e tudo começava/ E no lugar que nasceu, a fama só aumentava/ Não era o Plabo Escobar, mas era o cara e pá/ Nunca a milhão, a profissão não exige calma/" (SABOTAGE, 2001).

Rap é compromisso, apresenta o mundo concreto comum em muitas periferias, ao mesmo tempo, ao narrar os desafios dessa territorialidade e como as subjetividades são caminhos explicativos de muitos jovens que ali estão. Sobre esse ponto, considera-se o que Sartre (2015, p. 99) conceitua por subjetividade: "[...] subjetividade é viver o seu ser, vive-se o que se é, e o que se é em uma sociedade, pois não conhecemos outro estado do homem; ele é precisamente um ser social, ser social que, ao mesmo tempo vive a sociedade inteira do seu ponto de vista".

As interfaces entre arte e Serviço Social: refletindo o ser-artístico

A partir das considerações sobre a arte, em especial a música *rap*, observa-se que essa modalidade artística vem passando por modificações, no que diz respeito ao seu modo de cantar; ao conteúdo das letras; no impacto midiático e social, sendo uma arte reconhecida e legitimada pelas juventudes periféricas e que alcança jovens

de outras classes sociais. Essa música apresenta narrativas vivenciadas pelas pessoas e possibilita associações com histórias em comum. O *rap*, portanto, é uma das vozes dos/as sujeitos/as que são atendidos/as em muitos serviços das políticas públicas. É, também, um meio de se impor às diversas formas de extermínio de corpos negros (ARRUDA, 2018 e 2021).

Um ponto relevante é pensar que a arte se constitui no cotidiano com potência de suavizar densidades afetivas e de construir relações entre as pessoas. A arte, nesse sentido, constitui e atravessa formações de consciência social. Quer dizer, desde os primeiros anos de vida, o sujeito é envolvido por algum elemento artístico, como músicas e desenhos, dimensões utilizadas na socialização e que nem sempre se tornam caminhos mantidos na sociabilidade.

Em Marin (2016), ao analisar o ser-artístico do homem e da arte, com base em Heidegger, o autor considera a arte urbana, em seus estudos com foco no *graffiti*, uma possibilidade de humanismo. Aqui, a partir da música *rap*, considera-se o ser-artístico a síntese do encontro do ser humano com a arte. E esse encontro contribui para o seu desenvolvimento, para o seu amadurecimento subjetivo e social. O ser-artístico não opera na lógica de que alguns são artistas e outros não. Nesse sentido, o ser-artístico é o modo como somos envolvidos e respaldados pela arte. Assim, o artista somos todos nós não pelo sentido da criação artística propriamente dita, mas pelo modo como somos tocados, pelas associações possíveis.

Nessa lógica, o ser-artístico envolve também a posição do sujeito perante a coletividade social, ou seja, em como reage na sociedade. Pode ser um/a trabalhador/a da arte ou um sujeito que aprecia uma música para lidar com a solidão. São peculiaridades que fogem de padrões artísticos e culturais. Ademais, até pelas transmissões simbólicas e inconscientes, a arte possibilita diversas possibilidades de experiências. Entendendo que a concepção de arte esbarra nos valores morais que, por vezes, não reconhece ou não aceita algumas expressões artísticas como arte, criando-se, assim, uma cisão e, até mesmo, uma estigmatização do sujeito e de sua própria arte.

Desse modo, o ser-artístico é um sujeito vinculado a essa importante dimensão que promove um olhar diferente do mundo e da humanidade. Considerando que nem sempre à arte é dada importância ou valor.

Por fim, o ser-artístico, na dimensão ontológica e que faz parte da formação e expressão do sujeito, é um caminho e um lugar de produção criativa e reflexiva de outras formas de existência na vida cotidiana (MARTINELLI, 2016).

Considerações finais

A arte, no Serviço Social, é importante no processo de aprendizagem, e um caminho de transmissão e construção de conteúdo que pode ser utilizado, por exemplo, na escuta ou leitura de uma música para analisar a sua temática, os aspectos apresentados pelo/a artista, as enunciações, o contexto em que está inserido, etc. A arte, no processo de formação profissional, oferece condições de tornar o ambiente acadêmico mais dinâmico e criativo.

Outro caminho a ser observado é a arte como fonte de pesquisa, não somente como objeto de estudo, mas como instrumento e fonte de análise. Demonstra-se, assim, que a utilização da arte em trabalhos acadêmicos pode ir além de epígrafes ou citações soltas, mas ser um mergulho na arte com a intenção de analisar com mais sensibilidade e profundidade os elementos que ela oferece. Isto é, a arte como mediação da relação teoria/método (BAPTISTA, 2009).

Na atuação profissional, a arte é um recurso para estabelecer vínculos para observar como as pessoas atendidas apresentam suas questões, como se apresentam e quais são as suas demandas e seus desejos, considerando aspectos sobre diversidade, relações étnico-raciais, gênero, sexualidade, classe social, territorialidade, religiosidade. Quer dizer, os marcadores sociais da *(in)*diferença[2].

Por fim, notoriamente, a arte é capaz de muitas coisas! E como mencionado antes, quando se fala de arte, é relevante indagar de qual arte estamos falando e com quais finalidades. A arte, aqui analisada, trata-se de relatos de vida constituídos em territórios periféricos, em que a violência, a criminalidade são questões vivas, mas é preciso considerar também a reivindicação da vida por meio das letras de *rap*, a denúncia da violação de direitos e a resistência no sentido de romper a invisibilidade que tenta naturalizar as desigualdades e os sofrimentos.

Referências

ARRUDA, D. P. Espelho dos invisíveis: a arte no trabalho com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. São Paulo: Expressão & Arte, 2018.

ARRUDA, D. P. O que o rap tem a dizer sobre o extermínio da juventude negra, pobre e periférica? Revista Mosaico (FGV). Vol. 13, n° 20, 2021. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/82953. Acesso em 28 dez. 2021.

BAKHTIN, M. M. (VOLOCHÍNOV, V. N.). Marxismo e filosofia da linguagem (1929). 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

BAPTISTA, M. V. A relação teoria/método: base do diálogo profissional com a realidade. *In*: BAPTISTA, M. V.; BATTINI, O. A prática profissional do assistente social: teoria ação, construção do conhecimento. vol. I, São Paulo: Veras Editora, 2009.

BARBOSA, A. A. T. B.; MINERINI NETO, J. História da arte: do moderno ao contemporâneo (Série Universitária). São Paulo: Editora Senac, 2018.

BENJAMIN, W. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica (1936). Porto Alegre: Zouk, 2014.

CARVALHO, A.; MORESCHI B.; PEREIRA, G. A história da_rte: desconstruções da narrativa oficial da arte. Revista do Centro de Pesquisa e Formação, n. 8, jul. 2019. Disponível em: https://www.sescsp.org.br/online/artigo/13479_ANANDA. Acesso em: 17 nov. 2019.

DEWEY, J. Arte como experiência (1934). São Paulo: Martins Fontes, 2010.

ECO, U. A definição da arte. 5. ed. São Paulo: Record, 2016.

ECO, U. Obra aberta (1962). 10. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

FISCHER, E. A necessidade da arte (1959). 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

FREUD, S. O interesse da psicanálise (1913). *In:* FREUD, S. Totem e tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914). Obras completas. Volume 11. São Paulo: Companhia da Letras, 2012.

FREUD, S. O poeta e o fantasiar (1908). *In:* FREUD, S. Arte, literatura e os artistas [Vários textos. Obras incompletas de Sigmund Freud]. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

GOLDMANN, L. Dialética e cultura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GOMBRICH, E. H. A história da arte (1950). 16. ed. São Paulo: Editora LTC, 2015.

HELLER, A. O cotidiano e a história. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

LUKÁCS, G. Arte e sociedade: escritos estéticos (1932-1967). 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCUSE, H. A dimensão estética. Lisboa: Edições 70, 2013.

MARIN, T. R. O ser-artístico do homem: o humanismo da arte urbana. 2016. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2016.

MARTINELLI, M. L. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social. *In*: MARTINELLI, M. L. (org.). Pesquisa qualitativa: um instigante desafio. 2. ed. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MARTINELLI, M. L. Poética do cotidiano. *In*: BAPTISTA, M. V.; BATTINI, O. A prática profissional do assistente social: para reconhecer e reconstruir o cotidiano. vol. II, São Paulo: Veras Editora, 2016.

MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos (1844). São Paulo: Boitempo, 2009.

SABOTAGE. Rap é compromisso [Música]. São Paulo: Cosa Nostra, 2001.

SARTRE, J. P. O que é subjetividade? Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Y. Análise de obra de arte. (2021). Disponível em: https://citaliarestauro.com/wp-content/uploads/2021/05/Manual-do-curso-Analise-de-Obras-de-Arte.pdf. Acesso em: 15 set. 2021.

VÁZQUEZ, A. S. As ideias estéticas de Marx. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VISÃO DE RUA. Periferia é o alvo [Música]. Feat. Kid Nice (Sistema Negro). CD: Periferia é o alvo, 1996.

WILLETT, F. Arte africana. São Paulo: Edição Sesc São Paulo, 2017.

Notas

[1] Criado pela Central Única das Favelas (CUFA), o evento visava premiar os/as artistas da cultura hip-hop no Brasil, em diversas categorias. As edições do Prêmio Hutúz aconteceram entre os anos de 2000 e 2009.

[2] Sobre essas questões, chama-se a atenção do/a leitor/a para o evento "I Seminário sobre Arte e Serviço Social da UNIFESP", promovido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Vivências Artísticas, Culturais e Periféricas da UNIFESP, realizado nos dias 10, 17 e 24 de abril de 2021, via YouTube [Grupo Vivências Unifesp]. As palestras podem ser acessadas no site: https://youtube.com/playlist?list=PLIOXfDqrBzx3FCd2vvg2nR7WCpP3RKiu3

Daniel Péricles Arruda
pericles.daniel@unifesp.br
www.vulgoelemento.com.br
Pós-doutor em Psicologia Social e Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).
Professor do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), membro do Departamento de Saúde, Educação e Sociedade e Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Vivências Artísticas, Culturais e Periféricas.

UNIFESP
Rua Silva Jardim, n° 136 – Vila Matias
Santos – SP – Brasil
CEP: 11.015-020

Agradecimentos
A Dina Di (*in memoriam*) e Sabotage (*in memoriam*), pelas importantes trajetórias humana e artística e pelas lições que compõem um grande legado! À cultura *hip-hop,* por me proporcionar caminhos de paz e conhecimento, aspectos essenciais para a produção deste artigo. E a Júnia Costa e Luciana Patrícia Arruda (*Miss Black*), pelas preciosas interlocuções que contribuíram efetivamente para o desenvolvimento das reflexões aqui apresentadas!
Agência financiadora
Não se aplica.

Contribuições das autoras
Não se aplica.
Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação
Não se aplica.
Consentimento para publicação
Consentimento do autor.
Conflito de interesses
Não se aplica.

ESPAÇO TEMA LIVRE

Atribuições privativas, estudo socioeconômico e serviço social: o trabalho profissional na assistência estudantil

Marileia Goin[1]
https://orcid.org/0000-0003-4859-3098

Adriana de Melo Miranda[2]
https://orcid.org/0000-0002-7749-7743

[1] Universidade de Brasília, Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Brasília, DF, Brasil

[2] Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, Brasil

Atribuições privativas, estudo socioeconômico e serviço social: o trabalho profissional na assistência estudantil

Resumo: O artigo tem por objetivo analisar as particularidades da operacionalização do estudo socioeconômico no âmbito das Políticas de Assistência Estudantil dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia da Região Centro-Oeste do Brasil. A partir da perspectiva materialista histórica e dialética, a produção recorreu à pesquisa bibliográfica e documental para elucidar as características e configurações desta atribuição privativa que de longa data vem sendo alvo de debates no âmbito do Serviço Social, em face das imprecisões dispostas na Lei de Regulamentação da Profissão. Os resultados da pesquisa apontam para uma arena contraditória, em que a simplificação torna a operacionalização do estudo socioeconômico burocrático e limitador, em vez de ser um mecanismo de ampliação do acesso e da permanência na educação profissional e tecnológica pública.

Palavras-chave: Assistência estudantil; Serviço social; Estudo socioeconômico; Atribuição privativa.

Specific assignments, socioeconomic assessment, and social work: the professional work within student assistance

Abstract: This article aims to analyze the peculiarities related to the operationalization of the socioeconomic study within the Student Assistance Policies of the Federal Institutes of Education, Science and Technology of the Midwestern Region of Brazil. From the historic and dialectic materialist perspective, bibliographic and documental research were used to explain the characteristics and settings of this specific assignment, which for a long time has been subject of discussions within Social Work considering the imprecisions presented in the law that regulates the profession. The outcomes of the research show a contradictory field in which simplification makes the operationalization of the socioeconomic assessment bureaucratic and limiting when it should be a tool to widen the possibilities of access and permanence in the professional and technological public education.

Keywords: Students' assistance; Social work; Socioeconomic assessment; Specific assignment.

Recebido em 19.10.2021. Aprovado em 16.12.2021. Revisado em 11.02.2022

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

O estudo socioeconômico é uma atribuição privativa do/a assistente social e não um instrumento profissional. Essa definição se embasa na expressão normativa da Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social (Lei nº 8.662/93) e suas análises (BRASIL, 2012), e nos fundamentos teórico-metodológicos hegemônicos do Serviço Social.

No que tange à Lei de Regulamentação da Profissão, o estudo socioeconômico está localizado no âmbito das competências profissionais, ou seja, situado no inciso XI do artigo 4º, com a seguinte redação: "Realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades" (BRASIL, 2012, p. 45). Tão logo a Lei foi promulgada, melhor dizendo, meia década depois, o Conselho Federal de Serviço Social emitiu parecer jurídico em face das imprecisões técnicas e jurídicas da referida Lei (TERRA, 1998, 2019); e, neste, o estudo socioeconômico foi elucidado como atribuição privativa em razão de que tem "como escopo a verificação das condições respectivas para decisão sobre a matéria de Serviço Social [e a] decisão consubstanciada a partir de manifestação técnica, atividade essa privativa do assistente social como previsto pelo inciso IV do art. 5º da Lei 8.662/93"[1] (TERRA, 1998, p. 11).

Para Fávero (2014), que utiliza a terminologia Estudo Social, este processo metodológico visa apreender, de forma crítica, as particularidades de uma determinada situação apresentada ao/à profissional de Serviço Social. Nessa ótica, a realização do estudo socioeconômico impetra o estudo da realidade social e a elaboração de avaliação social crítica, que ultrapasse as primeiras impressões e apreenda os sujeitos em sua particularidade, no intento de dar visibilidade aos processos sociais presentes na realidade dos sujeitos. Assim, conforme refere Mioto (2009), conhecer e analisar as demandas dos/as usuários das políticas sociais requer posição direcionada à garantia de diretos e ao compromisso com a classe trabalhadora, confrontando perspectivas focalizadas e seletivas – partindo do pressuposto de que estas demandas são expressões da *questão social*, decorrem das desigualdades sociais implicadas à organização capitalista e das resistências daí emanadas.

A requisição do estudo socioeconômico está, geralmente, atrelada à concessão de benefícios e/ou inclusão de usuários/as aos serviços e programas ofertados pelas instituições privadas e públicas, sendo estas últimas as que mais empregam assistentes sociais[2]. Desde a gênese do Serviço Social, o/a profissional trabalha na mediação entre a instituição e a população pleiteante dos serviços ofertados, sendo auferido ao/à assistente social a seleção dos/as elegíveis, dentro da capacidade institucional (sempre escassa) de atendimento, exigindo do/a usuário/a o cumprimento de critérios e condicionalidades e o/a submetendo a um cenário de seletividade (PITARELLO, 2013; FÁVERO; FRANCO; OLIVEIRA, 2020).

Assim, se descortinam os dilemas e os desafios postos ao/a assistente social no desenvolvimento do estudo socioeconômico, que precisa se apoiar teórica, metodológica, ética e politicamente para exercer a sua relativa autonomia[3] e romper com características reducionistas, simplistas, desqualificadas, rotineiras e burocráticas dos processos seletivos (MIOTO, 2009; PITARELLO, 2013; MIRANDA, 2021).

Em face do exposto e da breve reflexão teórica acerca da temática, o presente artigo objetiva analisar as particularidades da operacionalização do estudo socioeconômico, atribuição privativa do/a assistente social, no âmbito das Políticas de Assistência Estudantil dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia da Região Centro-Oeste do Brasil, a partir do interesse prévio pela temática no bojo das pesquisas realizadas junto ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Fundamentos do Serviço Social e América Latina (GFAL) e da inserção de uma das autoras no espaço socio-ocupacional da educação, especificamente na assistência estudantil. Para isso, o artigo está estruturado em uma única seção, uma vez que se busca explorar as informações advindas da ampla e rigorosa pesquisa realizada.

A Assistência Estudantil dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia da Região Centro-Oeste e a operacionalização do estudo socioeconômico: traços e particularidades

A Assistência Estudantil, como a conhecemos hoje[4], regulamentada pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que institucionaliza o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), é fruto das reivindicações do movimento estudantil, encadeada à União Nacional dos Estudantes (UNE) e ao Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) (BORSATO, 2015; CAVALHEIRO 2013; DUTRA; SANTOS, 2017).

O PNAES visa a ampliação das condições de permanência dos/as jovens na educação superior pública federal e apresenta como objetivos: (1) democratizar as condições de permanência dos/as jovens na educação superior pública federal; (2) minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; (3) reduzir as taxas de retenção e evasão; e (4) contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

Além disso, o decreto estabelece como áreas de desenvolvimento de ações a moradia estudantil, a alimentação, o transporte, a atenção à saúde, a inclusão digital, a cultura, o esporte, a creche, o apoio pedagógico e o acesso, a participação e a aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Atribui, ainda, autonomia para que as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)[5] definam quais serão os critérios e a metodologia de seleção dos/as beneficiários/as, não obstante, estabelece como público prioritário estudantes provenientes da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um e meio salário-mínimo – podendo a instituição ampliar requisitos para o atendimento, conforme Artigo 5º (BRASIL, 2010).

As Instituições Federais de Educação recebem repasses financeiros e operacionalizam as ações de Assistência Estudantil, em geral, por meio da (1) oferta de serviços, no intento de fomentar a permanência estudantil nos cursos de formação e (2) ações pautadas na concessão de auxílios financeiros pagos diretamente aos discentes, a fim de que esses/as subsidiem despesas pessoais e acadêmicas. Em grande parte, as ações se dão de maneira focalizada e seletiva e sem o caráter de universalidade, em que a dotação orçamentária define as possibilidades de atendimento e não as necessidades apresentadas pelo corpo discente. Num cenário de recursos insuficientes para atendimento da demanda de serviços e auxílios, é imposta a necessidade de processo seletivo para a distribuição das vagas e de "escalonamento da pobreza" (ABREU, 2017; BORSATO, 2015; CAVALHEIRO, 2013; MARQUES, 2014; PRADA; SURDINE, 2018; PRADA; GARCIA, 2019; SILVA, 2015).

O trabalho profissional do/a Assistente Social na Assistência Estudantil, correntemente, está situado nas ações de planejamento, gestão e avaliação do programa, e na execução das ações por meio da elaboração de editais, instrumentos de inscrição e seleção e estudos/análises socioeconômicas para concessão dos serviços e auxílios, sendo essas as atividades predominantes do/a profissional de Serviço Social, exigindo extensa dedicação, tendo em vista a excessiva demanda que se apresenta (ABREU, 2017; BELO, 2019; CAVAIGNAC, COSTA, 2017; CONSTANTINO, 2015; MARQUES, 2014; SILVA, 2015).

Numa perspectiva de intenso volume de trabalho, demasiadas atividades burocráticas e recursos insuficientes, o estudo socioeconômico é reduzido de um trabalho complexo para um trabalho simples, se limitando, muitas vezes, à análise documental e ao cálculo de renda familiar (em detrimento de outros importantes aspectos), transformando o trabalho profissional do/a Assistente Social em uma intervenção simplificada, que pode inclusive ser realizada por outros profissionais e, consecutivamente, levar à perda do seu caráter privativo. Esta racionalidade burocrática regula o trabalho profissional do/a Assistente Social, ao sujeitar o processo interventivo aos formalismos estabelecidos nas legislações e normas institucionais (ABREU, 2017; BELO, 2019).

Cavalheiro (2013), ao analisar a apreensão geral do estudo socioeconômico nos editais da Assistência Estudantil da Rede Federal de Ensino no Brasil (os institutos e as universidades federais), evidencia que este acontece de maneira particular em cada instituição, podendo ocorrer apenas a análise documental ou em conjunto com a entrevista, conforme as condições de trabalho dos/as Assistentes Sociais e a quantidade de discentes inscritos/as.

Em relação à Região Centro-Oeste do Brasil, a análise do estudo socioeconômico, no período entre 2014 e 2019[6], revela particularidades nas Políticas e editais da Assistência Estudantil dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia[7] – a Região Centro-Oeste abriga cinco Institutos Federais, quais sejam: a) Instituto Federal de Brasília (IFB); b) Instituto Federal de Goiás (IFG); c) Instituto Federal Goiano (IF Goiano); d) Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS); e e) Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), que ofertam cursos técnicos integrados ao ensino médio, técnicos subsequentes, graduação, pós-graduação e formação inicial e continuada.

Estes Institutos Federais organizam a Assistência Estudantil por meio de política institucional e ofertam ações de (1) cunho universal – acompanhamento social, pedagógico e psicológico; promoção à saúde, cultura, lazer e esporte; formação para a cidadania, educação para diversidade, eventos; iniciação científica e atividades de extensão; dentre outros – e (2) destinadas a discentes em vulnerabilidade social, requerendo assim processo

seletivo – auxílio permanência, transporte, moradia, vestuário profissional, alimentação, creche, indígena e quilombola; residência estudantil; restaurante estudantil; dentro outros. É importante ressaltar que, em relação aos serviços e auxílios da Assistência Estudantil que requerem processo seletivo, os critérios e as condicionalidades para o acesso são estabelecidos em edital, em que a renda *per capita* de um e meio salário-mínimo é um requisito predominante. No entanto, tendo em vista a quantidade de vagas limitada pelos parcos recursos orçamentários, mesmo que se cumpram os critérios e as condicionalidades, o acesso imediato poderá não ser concedido, sendo necessário compor uma lista de espera.

Este cenário é denominado por Prada e Surdine (2018) de escalonamento, ou seja, a classificação dos/as pobres entre os/as mais pobres para a distribuição dentre as vagas disponíveis. Santos (2017) o nomeia de *paradigma semirregulamentado-concorrencial*, que, além de cumprir os critérios e condicionalidades, os/as discentes concorrem entre si para o acesso aos serviços e auxílios a eles/elas destinados.

Além disso, o processo seletivo traz consigo nuances complexas e burocráticas. Após a publicação do edital, é o corpo discente que precisa avaliar as suas necessidades e os impactos da realização do curso no seu cotidiano, frente às ações de Assistência Estudantil ofertadas, dentro de um prazo predeterminado. Isto significa que a instituição faz a oferta e aguarda a manifestação do corpo discente no requerimento dos serviços e auxílios, para então iniciar o processo seletivo – repleto de documentação e burocratismos.

Dentre os editais analisados[8], de maneira geral, o processo seletivo se dá em três etapas subsequentes: (1) inscrição on-line; (2) entrega da documentação; e (3) estudo socioeconômico. As duas primeiras etapas são de inteira responsabilidade discente, que precisa avistar a divulgação dos editais de seleção dos serviços e auxílios, apreendê-los e cumprir com as exigências de preenchimento de formulários e de declarações e com a organização da documentação a ser entregue.

Com um olhar mais apurado sobre estas duas primeiras etapas do processo seletivo, percebe-se que existe o entendimento institucional de que o/a discente que deseja/necessita dos serviços e auxílios tem condições (subjetivas e materiais) de operacionalizar as fases iniciais da empreitada de acesso à Assistência Estudantil. Mesmo a instituição oferecendo atendimento para os/as candidatos/as obterem informações e tirarem dúvidas, acesso a computador e internet, por exemplo, é visível a racionalidade imbuída da lógica meritocrática, de que todo o corpo discente tenha condições de iniciar o processo de seleção a contento, para que, assim, seja possível a realização da etapa final, o estudo socioeconômico. Logo, a concorrência colocada por Santos (2017) está presente desde o início, em que os/as estudantes precisam cumprir, individualmente, as exigências dos editais de maneira eficiente, para que assim a sua situação socioeconômica seja ao menos analisada.

A documentação solicitada nos editais para embasar a análise da realidade social é referente ao seu grupo familiar, ou seja, o/a discente é avaliado/a a partir de sua inserção familiar[9]. Assim, a Assistência Estudantil segue esta lógica de avaliar se o grupo familiar tem condições ou não em arcar com as novas (combinadas com as já presentes necessidades pessoais) necessidades discentes para a sua permanência no curso, comprovada esta situação, poderá usufruir dos serviços e auxílios disponibilizados.

Nessa via, é importante considerar que

> [...] o/a estudante que requisita a Assistência Estudantil é um sujeito que possui necessidades pessoais e que a ele/a foi agregado novas necessidades a partir do momento em que se torna estudante da Rede Federal de Educação. Quando se fala em permanência e conclusão dos cursos, não é íntegro o viés analítico da situação socioeconômica da família, mesmo que de forma profunda e com uma gama de indicadores, de forma apartada das novas necessidades e dificuldades recém-adquiridas pelo/a estudante. Nessa sequência, o estudo socioeconômico deve/deveria/poderia iniciar a partir das necessidades individuais do/a estudante, relacionando-as com seu contexto familiar, territorial, cultural, de raça, de gênero, de orientação sexual, dentre outras, e com esse embasamento, que o discente fosse incluído nos auxílios e nos serviços ofertados. Hoje, a lógica é inversa, e os limites de atendimento estão dados, uma vez que o que se faz são comparações e classificações das situações socioeconômicas entre as famílias de estudantes requerentes (MIRANDA, 2021, p. 119-120).

Evidencia-se, nessa esteira, que a nomenclatura estudo socioeconômico não é utilizada nos cinco Institutos Federais analisados, bem como a sua operacionalização guarda semelhanças e diferenças entre si, conforme observamos no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 – O estudo socioeconômico presente nos processos seletivos dos auxílios ofertados nos Institutos Federais da Região Centro-Oeste do Brasil

Campi	Nomenclatura	Responsável	Definição
Brasília (IFB)	Estudo Socioeconômico	Assistente Social	Compreende a análise dos dados do formulário de inscrição e a análise da documentação entregue pelo/a estudante, podendo ocorrer ainda entrevistas, contato com familiares e visita domiciliar mediante agendamento.
Goiânia (IFG)	Estudo Socioeconômico	Assistente Social	Compreende a análise de dados preenchidos via sistema SUAP e documentação entregue pelo/a estudante, podendo ainda, quando necessário, ocorrer entrevista e/ou visita domiciliar mediante agendamento.
Urutaí (IF Goiano)	Seleção/Parecer Social	Comissão de Seleção/ Assistente Social	A seleção dos/as candidatos/as far-se-á por critério socioeconômico, através de Parecer Social emitido por um/a Assistente Social, bem como do Quadro de Pontuação Socioeconômica.
Campo Grande (IFMS)	Análise Socioeconômica	Assistente Social/ Servidor Designado/ Comissão de Assistência Estudantil	Análise e julgamento da documentação recebida referente às inscrições do Programa de Assistência Estudantil. Possibilidade de realização de entrevista individual, visita domiciliar ou solicitação de documentos adicionais para dirimir quaisquer dúvidas ou obter esclarecimentos complementares.
Cuiabá (IFMT)	Estudo Socioeconômico	Comissão Local Permanente de Assistência Estudantil, com supervisão do/a Assistente Social	Análise dos formulários de inscrições preenchidos pelos/as candidatos, da documentação de inscrição e da disponibilidade de recurso financeiro para pagamento dos auxílios. Realização de entrevista social e/ou visita domiciliar, exclusivamente pelo/a Assistente Social, para complementar o diagnóstico socioeconômico durante o Processo Seletivo e após concessão do Auxílio.

Fonte: Miranda (2021, p. 120-121).

Verifica-se, no Quadro 1, que o/a Assistente Social é responsável pelo estudo socioeconômico dos processos de seleção das ações de Assistência Estudantil, porém, ao mesmo tempo, constata-se a presença de comissões com outros/as profissionais, que atuam de maneira complementar ou em substituição, ou seja, o estudo socioeconômico não se configura como atribuição privativa do/a Assistente Social, como observamos a seguir:

> (a) IFB (campus Brasília) – admite que o estudo socioeconômico é atribuição exclusiva do Assistente Social quando versa em edital sobre a Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social (Lei nº 8.663/1993), relacionando o inciso XI do artigo 4º, que anuncia os estudos socioeconômicos como competência do/a profissional, e com o inciso IV do artigo 5º, que estabelece que o Parecer Social é atribuição privativa do profissional de Serviço Social;
>
> (b) IFG (campus Goiânia) – sua Política de Assistência Estudantil fala em "parecer técnico" dos/as Assistentes Sociais, e mesmo não citando a legislação, a menção endossa o caráter de atribuição privativa profissional;

> (c) IF Goiano (campus Urutaí) – utiliza a nomenclatura Parecer Social emitido por um/a Assistente Social de acordo com a Lei de Regulamentação da Profissão (que é citada no edital). A comissão faz parte da seleção, mas o caráter privativo do parecer é resguardado ao/à profissional de Serviço Social;
>
> (d) IFMS (campus Campo Grande) – ao tratar da Análise Socioeconômica a menção da atribuição do/a Assistente Social sempre vem acompanhada, em caráter substitutivo, da Comissão de Assistência Estudantil, o que afiança que, na ausência do/a profissional de Serviço Social, a Comissão de Assistência Estudantil assumirá a atribuição de realizar a seleção dos auxílios;
>
> (e) IFMT (campus Cuiabá) – a seleção é realizada por meio de estudo socioeconômico e as análises são feitas pela Comissão Local Permanente de Assistência Estudantil, sem a participação dos/as discentes que a compõem, e sob a supervisão do/a Assistente Social, ficando exclusivo a este/a profissional a realização de entrevista social e/ou visita domiciliar – que se trata apenas de instrumentos e, por isso, não exclusivos à profissão. Na ausência de Assistente Social nos *campi*, deve ser garantida que a condução dos trabalhos da comissão seja presidida por outro membro da equipe multiprofissional do *campus*, quais sejam: Pedagogo/a, Técnico/a em Assuntos Educacionais, Psicólogo/a, Tradutor/a Intérprete de LIBRAS/ Língua Portuguesa, Assistente de Alunos/as e outros/as designados/as pelo *campus*.

Em algumas das instituições indicadas, observam-se a valorização do trabalho profissional do/a Assistente Social e o reconhecimento de que esse/a possui formação técnica e embasamento teórico-metodológico e ético-político para a realização do estudo socioeconômico, por outro lado, nas demais, são definidas situações em que o/a profissional de Serviço Social pode ser substituído/a por outras profissões, enquanto medida de não reconhecimento de que se trata de uma atribuição exclusiva do/a Assistente Social. Dessa forma, "[...] a instituição se esquiva das requisições profissionais de condições subjetivas e materiais para o desenvolvimento dessa atribuição privativa e da fiscalização dos Conselhos Regionais de Serviço Social, em um movimento de apresentar alternativas que afastem a legitimação do estudo socioeconômico enquanto atribuição privativa". (MIRANDA, 2021, p. 123).

Este contexto implica as possibilidades de intervenção e a autonomia do/a assistente social, pois as condições socio-ocupacionais podem influenciar substancialmente no trabalho profissional, em detrimento dos aspectos teórico-metodológicos e ético-políticos, quando o processo interventivo é tomado pelas características próprias das políticas sociais e, consequentemente, pela racionalidade estatal que a constitui, reforçando o princípio da focalização e da seletividade que são características dessas políticas (ABREU, 2017; MIRANDA, 2021). O cenário de escassez, seja de condições materiais, seja de tempo, de recursos, de pessoas, de financiamento, dentre outras questões, implica massivamente o processo interventivo do/a Assistente Social, que não tem atendidas as prerrogativas mínimas ao trabalho profissional, estabelecidas pelas regulamentações atinentes ao Serviço Social.

Em seguida, na realização do estudo socioeconômico, percebe-se que a análise documental é feita por meio da avaliação e reflexão sobre as informações presentes nos questionários e na documentação entregues – como se exibissem a realidade social do/a requerente. Os questionários socioeconômicos/formulários e a lista de documentações a serem entregues são estabelecidos em edital e se trata de informações sobre a composição familiar, renda do/a estudante e familiar, escolaridade, origem escolar, etnia, gênero, despesas, situações de moradia, transporte, saúde, acesso à tecnologia, recebimento de benefícios, bens, dentre outros. "A entrevista social e a visita domiciliar são utilizadas quando se verifica a necessidade de algum esclarecimento sobre situações que não ficaram evidentes na documentação e para a aproximação com a realidade social do/a estudante" (MIRANDA, 2021, p. 126)[10].

> [...] para um estudo socioeconômico aprofundado teórica, ética e politicamente, que apreenda a realidade social por meio da análise documental – se é que é possível –, é necessário que o/a estudante apresente um número elevado de documentos, o que torna o processo mais burocrático. Isso significa que, para cada situação pessoal e/ou familiar, é necessário um comprovante, mesmo que uma declaração de próprio punho. Dessa forma, o/a Assistente Social e o/a estudante precisam manusear uma grande quantidade de papéis

> e ou arquivos digitais, para que o estudo socioeconômico apreenda o maior número de informações e a seleção seja realizada considerando elementos importantes. (MIRANDA, 2021, p. 131).

Após o estudo socioeconômico e pelo número limitado de vagas, é necessário que se faça a classificação discente por meio dos indicadores estabelecidos, mesmo que tenham cumprido com os critérios e requisitos estabelecidos em edital. Ademais do exposto, com a ampliação dos fatores sociais que são considerados no estudo socioeconômico para a seleção, a análise ainda se concentra no aspecto econômico e no corte de renda *per capita*.

Belo (2019, p. 2) nomeia essa realidade de "redução do trabalho complexo do/a assistente social em trabalho simples", em que a avaliação socioeconômica fica limitada à análise documental e ao cálculo de renda familiar, e o trabalho profissional se configura em uma intervenção simplificada e não exclusiva à profissão, visto que outros/as profissionais podem realizá-lo, pois não exige conhecimentos específicos à profissão.

Para romper com a burocratização, é necessário que o estudo socioeconômico, atribuição privativa dos/as profissionais de Serviço Social, seja reconhecido como a ação privilegiada de conhecer profundamente a realidade do sujeito que adentra o espaço educacional, quais as suas necessidades existentes enquanto discente, para ofertar auxílios, serviços e programas que oportunizem a sua permanência e conclusão do curso. Assim, o trabalho profissional ultrapassa a mera conferência de documentos, em que o/a estudante precisa "provar a sua realidade socioeconômica e o/a profissional fica limitado/a a constatar essa realidade e de alguma forma homogeneizar as demandas, transformando os/as estudantes em índices e valores de renda *per capita* possíveis de classificação". (MIRANDA, 2021, p. 132).

> O estudo socioeconômico realizado pelo/a Assistente social oportuniza o conhecimento da realidade do corpo discente de forma micro e macro, e precisa ultrapassar o caráter de seleção e alcançar a lógica universalista, em que o atendimento de necessidades de alimentação, moradia e transporte, por exemplo, sejam vistas como imprescindíveis, assim como a presença de docente em sala de aula e livros na biblioteca. A realidade apreendida por meio do estudo socioeconômico, realizado de forma profunda e especializada e alinhado aos interesses dos/as usuários, pode balizar a percepção sobre a garantia de direitos preconizados constitucionalmente, pois corrobora o entendimento de que para o acesso (em seu sentido amplo) à educação, ao/à estudante precisa que seja assegurado o atendimento das necessidades inerentes ao processo educativo. (MIRANDA, 2021, p. 134).

Por este escopo, é imprescindível que o/a assistente social na Assistência Estudantil apreenda (1) os processos contraditórios que permeiam seu trabalho profissional, em um espaço socio-ocupacional de assistência ao corpo discente, inserido em uma política que, apesar de restritiva e focalizada na concessão de serviços e auxílios, tem cunho universal, e (2) o conflito de interesses entre as classes sociais, e a relação destas com o Estado, que norteiam a lógica de garantia (ou não) dos direitos sociais na educação.

Considerações finais

As possibilidades do trabalho profissional do/a Assistente Social na política de educação, em especial no Programa de Assistência Estudantil, são amplas e não se restringem aos processos de seleção para os auxílios e serviços ofertados pela Instituição. Porém, a ampla demanda pelo estudo socioeconômico para as ações de Assistência Estudantil, a quantidade excessiva de inscrições, o tempo restrito dos editais, a quantidade insuficiente de pessoal, reiteradamente, condiciona o trabalho profissional do/a Assistente Social, compelindo-o ao aspecto burocrático, rotineiro e repetitivo das seleções.

É nesta conjuntura que emergem as contradições, polêmicas e disputas de concepções do estudo socioeconômico, das quais se destacam: (1) lógica de atendimento sob orçamento insuficiente e limitação de vagas, em que ocorre o ajuste da demanda à oferta existente e não o atendimento das necessidades apreendidas pelo estudo socioeconômico; (2) utilização de outras nomenclaturas, como análise/seleção socioeconômica, impelindo ao não reconhecimento da atribuição privativa; (3) centralidade na família, com uma verificação (comparação e classificação) das possibilidades do grupo familiar em atender as necessidades discentes, minorando a responsabilidade do Estado; (4) renda *per capita* como fator determinante na concessão dos auxílios e serviços ofertados; (5) processo burocratizado e meritocrático, com quantidade elevada de documentos que

precisam ser disponibilizados pelo/a discente e avaliado pelo/a Assistente Social; (6) análise documental sem a previsão de entrevista, o que limita a avaliação da situação socioeconômica, das condições de vida e das necessidades concretas, dificultando a apreensão de forma mais abrangente dos fatores apresentados e em articulação com o sujeito demandante; (7) *simplificação* do estudo socioeconômico a uma etapa burocrática do acesso às ações da Assistência Estudantil e distanciamento da atribuição privativa, relegando, muitas vezes, o/a Assistente Social aos preceitos institucionais de eficiência administrativa e de aproveitamento de recursos; (8) e realização por outros/as profissionais, quando não há a definição institucional de que o estudo socioeconômico é atribuição privativa do/a Assistente Social.

Tem-se a premissa de que os/as usuários/as, neste caso discentes, possuem o papel/obrigação de atender os anseios burocráticos, seja do/a assistente social, seja da instituição e/ou do Estado, para poder acessar os benefícios e serviços que foram pensados, planejados e organizados para, justamente, estes/as usuários/as. Percebe-se uma passividade institucional/estatal na satisfação de um fetiche de que quem precisa cumprir normas, regulamentos e critérios para usufruto de direitos constitucionalmente garantidos são os cidadãos e as cidadãs. Por isso, é necessária a reflexão constante se o trabalho profissional do/a assistente social está viabilizando ou complexificando o acesso às políticas sociais e, consecutivamente, aos direitos sociais.

É na contramão deste cenário que o estudo socioeconômico se demonstra como um momento privilegiado de apreensão da realidade social, no caso em tela, do/a discente, público da Assistência Estudantil e da política de Educação, inteirando-se de suas demandas — as já presentes e aquelas recém-manifestadas após o ingresso na educação federal — norteando a construção da Assistência Estudantil, com ações condizentes em número e tipo de demanda vislumbrada, contribuindo para a permanência estudantil. Para apresentar respostas é necessário e imprescindível conhecer as situações concretas do corpo discente das instituições de ensino da rede federal de educação e, teórica, metodológica, ética, política e tecnicamente, constituir processos interventivos condizentes com as particularidades das demandas apresentadas. A realidade indica os processos. Não são os processos predeterminados que indicam como a realidade deve constituir-se.

Referências

ABREU, E. M. C. O Serviço Social na Educação Profissional e Tecnológica: as particularidades do exercício profissional dos/as Assistentes Sociais nos Institutos Federais de Educação. 2017. 278 p. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

BELO, A. S. Trabalho do Assistente Social e Assistência Estudantil: a avaliação socioeconômica enquanto expressão da redução do trabalho complexo em trabalho simples. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16., 2019, Brasília. Anais [...]. Brasília – DF: CFESS, CRESS-DF, ABEPSS, ENESSO, 2019.

BORSATO, F. P. A configuração da Assistência Estudantil na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul após a implantação do PNAES. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS, 1., 2015, Londrina. Anais [...]. Londrina: CRESS-PR, 2015.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, DF: Casa Civil, 2010.

BRASIL. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm. Acesso em: 20 set. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 30 dez. 2008.

CAMPOS, M. S.; MIOTO, R. C. T. Política de Assistência Social e a posição da família na política social brasileira. SER Social, Brasília, n. 12, p. 165-190, 2003.

CAVAIGNAC, M. D; COSTA, R. M. P. Serviço Social, Assistência Estudantil e "Contrarreforma" do Estado. Temporalis, Brasília, DF, ano 17, n. 34, p. 411-435, 2017.

CAVALHEIRO, J. O Programa Nacional de Assistência Estudantil nos Institutos Federais Gaúchos e o trabalho do assistente social: alcances, perspectivas e desafios. 2013. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2013.

CONSTANTINO, J. A. Educação e Serviço Social: um estudo sobre o exercício profissional do/a Assistente Social nos Programas de Assistência Estudantil das Universidades Federais de Pernambuco. 2015. 207 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

DUTRA, N. G. R.; SANTOS, M. F. S. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. Revista Ensaio: Avaliação e Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 25, n. 94, p. 148-181, jan./mar. 2017. DOI:10.1590/S0104-40362017000100006.

FÁVERO, E. T.; FRANCO, A. A. P.; OLIVEIRA, R. C. S. Processos de trabalho e documentos em Serviço Social: reflexões e indicativos relativos à construção, ao registro e à manifestação da opinião técnica. *In*: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (org.). Atribuições privativas do/a Assistente Social – em questão. Brasília, DF: CFESS, 2020. v. 2.

FÁVERO, E. T. O Estudo Social: fundamentos e particularidades de sua construção na Área Judiciária. In: CFESS (org.). O Estudo Social em Perícias, Laudos e Pereceres Técnicos: debates atuais no Judiciário, no Penitenciário e na Previdência Social. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, M. V. Os espaços socio-ocupacionais do assistente social. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 341-375.

MARQUES, S. R. O Programa Nacional de Assistência Estudantil/PNAES: uma análise a partir dos/as assistentes sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). 2014. 268 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

MIOTO, R. C. T. Estudos socioeconômicos. *In*: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília/DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

MIRANDA, A. M. O Estudo Socioeconômico nas Políticas de Assistência Estudantil dos Institutos Federais da Região Centro-Oeste: configurações, contradições e perspectivas. 2021. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2021. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/41764. Acesso em: 20 set. 2021.

PEREIRA, P. A. P. Prefácio. *In*: MIOTO, R. C. T.; CAMPOS, M. S.; CARLOTO, C. M. (org.). Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social. São Paulo: Cortez, 2015.

PITARELLO, M. Seleção Socioeconômica: Legitimação da Desigualdade Social na Sociedade Capitalista – um estudo dos fundamentos socio-históricos de sua operação na política social e no Serviço Social. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

PRADA, T.; SURDINE, M. C. C. A assistência estudantil nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Revista SER Social, v. 20, n. 43, Brasília/DF, 2018.

PRADA, T; GARCIA, M. L. T. Assistentes Sociais nos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia: expansão, dilemas e desafios. *In*: DUARTE, Amanda Machado dos Santos et al. (org.). Serviço Social e Educação Profissional e Tecnológica, São Paulo, 2019, p. 85-106.

SANTOS, C. P. C. A Assistência Estudantil brasileira e a Ação Social portuguesa nas universidades públicas: do conhecimento à prática informada em Serviço Social. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2017.

SILVA, J. F. Serviço Social e Educação em Perspectiva: uma análise da implementação do Programa de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. 2015. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo, 2015.

TERRA, S. H. Atribuições privativas e regulamentação do exercício profissional. In: MOREIRA, S. (coord.) et al. Instrumentos para a fiscalização do Exercício Profissional do/a Assistente Social. Brasília/DF: Conselho Federal de Serviço Social, 2019.

TERRA, S. H. Parecer Jurídico nº 27/98. Assunto: Análise das competências do Assistente Social em relação aos parâmetros normativos previstos pelo art. 5º da Lei nº 8662/93, que estabelece as atribuições privativas do mesmo profissional. Brasília: CFESS, 1998.

Notas

[1] "IV – realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social" (BRASIL, 2012, p. 46).

[2] Para mais informações, consultar Iamamoto (2009).

[3] Para mais informações, consultar Iamamoto (2005), item 1.2 da Parte II.

[4] Precedentemente, as ações de apoio ao/à estudante eram desenvolvidas de forma pontual e residual nas universidades públicas brasileiras, de acordo com os interesses da gestão institucional (BORSATO, 2015).

[5] "Art. 4º As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente" (BRASIL, 2010).

[6] A partir dos dados e informações obtidas na pesquisa de mestrado em Política Social e sistematizada na dissertação de Miranda (2021).

[7] "Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados pela Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, são um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica e têm como foco a justiça social, a equidade, a competitividade econômica e a geração de novas tecnologias, respondendo às demandas de formação profissional, difundindo conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais. Reafirmam que a formação humana e cidadã é anterior à qualificação ao exercício laboral, assegurando aos/as profissionais formados/as a possibilidade de desenvolvimento permanente" (BRASIL, 2008; 2010 apud Miranda, 2021, p. 77-78).

[8] Foram analisados os editais do ano de 2019, dos campi das capitais dos estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, da capital do Distrito Federal e do campus Urutaí do IF Goiano.

[9] A família como alvo das análises para as políticas sociais não é novidade e está longe de ser superada, pois o alicerce deste sentido é a compreensão de que a família é a primeira e principal responsável em atender as necessidades do sujeito, e quando, na sua ausência ou ineficiência, o Estado é acionado para cumprir este "papel", total ou complementarmente (CAMPOS; MIOTO, 2003; PEREIRA, 2015).

[10] "Partindo da perspectiva de que o trabalho profissional do/a Assistente Social possui uma finalidade e que os instrumentos interventivos são escolhidos para o seu atendimento, é necessário que, ao eleger a entrevista social e a visita domiciliar para compor o estudo socioeconômico, tenha-se clareza dos objetivos dessa intervenção e que esses estejam alinhados aos interesses dos/as usuários/as, no caso os/as estudantes, rompendo com a lógica da eficiência administrativa, revestida de um caráter disciplinador e fiscalizatório, que almeja a alocação eficaz dos recursos". (MIRANDA, 2021, p. 126).

Marileia Goin
mari.goin84@gmail.com
Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).
Professora da Graduação em Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB).

UnB
Campus Universitário Darcy Ribeiro
Brasília – DF – Brasil
CEP: 70910-900

Adriana de Melo Miranda
as.adriana.me@gmail.com
Mestrado em Política Social pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília (UnB).
Assistente Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS).

IFMS
Rua Taquarí, 831, Bairro Santo Antônio
Campo Grande – MS – Brasil
CEP: 79100-510

Agradecimentos
Não se aplica.
Agência financiadora
Não se aplica.
Contribuições das autoras
O trabalho foi desenvolvido por ambas autoras.
Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação
Não se aplica.
Consentimento para publicação
A Revista Katálysis tem o consentimento para publicação.
Conflito de interesses
Não há conflito de interesses.

ESPAÇO TEMA LIVRE

The invisibility of women caring for women victims of violence

Karine David Andrade Santos[1]
https://orcid.org/0000-0001-9951-9539

Leonor María Cantera Espinosa[3]
https://orcid.org/0000-0002-4541-5993

Joilson Pereira da Silva[2]
https://orcid.org/0000-0001-9149-3020

[1]Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós Graduação em Psicologia, Aracaju, SE, Brasil
[2]Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós Graduação em Psicologia, Aracaju, SE, Brasil
[3]Universitat Autònoma de Barcelona, Programa de Psicologia Social, Barcelona, Espanha

The invisibility of women caring for women victims of violence

Abstract: The objective of this study was to describe the working conditions of professionals who work in centers providing assistance to women victims of violence, to investigate the experience of female workers in caring for women victims of violence and to analyze the self-care practices of this professional group at the personal, professional, collective and institutional levels. Data were collected through the application of an interview script to 12 professionals who assist victims of violence against women in different care centers for this public in Aracaju and the interior of Sergipe. The five classes generated by the Descending Hierarchical Classification (DHC), generated by the Iramuteq analysis, pointed out five themes: care for women victims of violence, conflicts, violence and professional practice, authors of practice of aggression, personal self-care and handling obstacles in the work environment. In view of the results found, the strengthening of the public policy system is appointed as one of the pillars that reconfigure this reality.

Keywords: Professionals who assist women victims of violence; Self-care; Battered women; Working conditions; Violence in the workplace.

A invisibilidade das mulheres que cuidam de mulheres vítimas de violência

Resumo: O objetivo deste estudo foi descrever as condições de trabalho dos profissionais que atuam em centros de atendimento a mulheres vítimas de violência, investigar a experiência de trabalhadoras no atendimento a mulheres vítimas de violência e analisar as práticas de autocuidado desse grupo profissional em nos níveis pessoal, profissional, coletivo e institucional. Os dados foram coletados por meio da aplicação de um roteiro de entrevista a 12 profissionais que atendem vítimas de violência contra a mulher em diferentes centros de atendimento a esse público em Aracaju e interior de Sergipe. As cinco classes geradas pela Classificação Hierárquica Descendente (CHD) geradas pela análise Iramuteq, apontaram cinco temas: atendimento à mulher vítima de violência, conflitos, violência e prática profissional, autores da prática de agressão, autocuidado pessoal e manejo de obstáculos no ambiente de trabalho. Diante dos resultados encontrados, o fortalecimento do sistema de políticas públicas é apontado como um dos pilares que reconfiguram essa realidade.

Palavras-chave: Profissionais que atendem mulheres vítimas de violência; Autocuidado; Mulheres agredidas; Condições de trabalho; Violência no local de trabalho.

This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution Non-Commercial License which permits unrestricted non-commercial use, distribution, and reproduction in any medium provided the original work is properly cited.

La invisibilidad de las mujeres que cuidan a las mujeres víctimas de violencia

Resumen: Este estudio tuvo como objetivo describir las condiciones de trabajo de profesionales que actúan en centros de atención a mujeres víctimas de violencia, investigar la experiencia de trabajadoras en el cuidado de mujeres víctimas de violencia y analizar las prácticas de autocuidado de este grupo profesional en los niveles personal, profesional, colectivo e institucional. Los datos fueron recolectados a través de la aplicación de un guión de entrevista a 12 profesionales que atienden a víctimas de violencia contra la mujer en diferentes centros de atención a este público en Aracaju y el interior de Sergipe. Las cinco clases generadas por la Clasificación Jerárquica Descendente (CHD), análisis Iramuteq, señalaron cinco temas: atención a mujeres víctimas de violencia, conflictos, violencia y práctica profesional, autores de práctica de agresión, autocuidado personal y manejo de obstáculos en el trabajo. Dados los resultados encontrados, se apunta al fortalecimiento del sistema de políticas públicas como uno de los pilares que reconfiguran esta realidad.

Palabras clave: Profesionales que asisten a mujeres víctimas de violencia; Autocuidado. Mujeres maltratadas; Las condiciones de trabajo; Violencia en el trabajo.

Received in 26.10.2021. Approved in 16.12.2021. Reviewed em 11.02.2022.

Introduction

Studies appoint that this care for cases of violence mobilizes a range of emotions (Souza & Cintra, 2018). Among professionals involved in care for cases of violence indicated that respondents perceived their work as exhausting and experienced many doubts, feelings of helplessness, sadness, anxiety, distrust, frustration, discouragement, stress and fear in the cases treated (Frieze et al., 2020; Vieira & Hasse, 2016). One of the emerging psychosocial risks in care for victims of violence is secondary traumatic stress disorder. The American Psychological Association (APA) included this disorder in 1980 and its symptom extend to cognitive, emotional, motor and somatic reactions. These symptoms have been reported by studies carried out with professionals assisting victims of violence in different countries (Choi, 2017; Ogi ska-Bulik et al., 2020). Another risk to the mental health of these workers is the burnout syndrome, a condition characterized by emotional exhaustion, depersonalization and decreased professional effectiveness, as evidenced by the literature (Brady, 2017; Cieslak et al., 2014).

On the other hand, as a preventive resource for these forms of illness at the group and individual levels, self-care emerges to promote the health of the workers, the workforce and prevent the occurrence of violent practices in work relationships. This term is related to everyday practices and decisions made by an individual, family or society to take care of their own health. These actions are skills learned throughout life, constantly and freely performed, aiming to sustain or rescue health and prevent disease. They vary according to the culture and ability to survive (Correa, 2015). The importance of self-care practices in these professional care teams for cases of violence rests in the fact that maintaining self-directed attention is critical to avoid harm by understanding and knowing one's feelings in service delivery and thus preventing the spread of frustrations or sadness, for example, to the public served. The focus of this resource is on relationships, connections and the network of people (Cruells, 2015). Different studies have reported the positive impact of self-care on the mental health of professionals who deal with cases of violence (Cayir et al., 2020; Parsonson & Alquicira, 2019).

In view of the expansion of women victims of violence in Brazil (Okabayashi et al., 2020), the conceptual risks to the health of workers in care centers and the importance of self-care, as a preventive resource in the face of the mental illness of workers in this place, becomes relevant to identify working conditions, evaluate the experience of assisting women victims of violence and the type of self-care practiced by these workers in the country. So, this research presents the following objectives: to describe the working conditions of professionals working in care centers to women victims of violence, to investigate the experience of female workers' care for female victims of violence and to analyze the self-care practices of the professional group at the personal, professional, collective and institutional levels.

Method: Study population

The audience of this qualitative study, selected by convenience sampling, consisted of 12 professionals working in direct care for victims of violence against women, distributed as follows: two social educators, five

social workers, three psychologists and two lawyers, allocated among 1 CREAS (Specialized Social Service Referral Center), 2 CRAMs (Reference Centers for Women's Care) in the interior of Sergipe and the DEAM (Specialized Delegacies for Women's Care) located at the DAGV (Delegacy for Care to Vulnerable Groups) in the city of Aracaju.

Most of the participants is around 35 years old, held an undergraduate degree and two held a Lato Sensu graduate degree in their respective activity areas and had three years of experience on average. Regarding the marital status, eight professionals were married and had children, two were single, one was divorced, and one had a fixed partner, so that most of those surveyed in marital union lived with their husbands and children, while the single and divorced professionals lived at their parents' house.

Evaluation instrument

The instrument used was the interview script, whose thematic axes that guided the questions were: work trajectory, statements about violence, violence and work, health and daily life in the work with violence. Representatives from four care centers to the demands of violence against women interceded to approach the participants of this project in order to map the number of professionals specialized in providing services of this nature and available to participate in this study. After this stage, a date and place were scheduled with the professionals who assist victims of violence against women for the interviews. The study was conducted after the participants had signed the Informed Consent Form (ICF), which contained a brief description of the purposes of this research. In addition, this research was approved by the Ethics Committee of the University Hospital of Aracaju / Federal University of Sergipe / HU-UFS according to opinion CAAE: 82003917.5.0000.5546.

Data Analysis

The results were obtained by using the computer program *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires* (IRAMUTEQ) [R interface for Multidimensional Analysis of Texts and Questionnaires]. It is a computerized method that enables different forms of textual analysis, resulting in a comprehensible and clear organization of the written material collected. For this research, we selected the Descending Hierarchical Classification (DHC), which organizes the vocabulary into classes in a tree diagram that explains the relationships between them (Camargo & Justo, 2013).

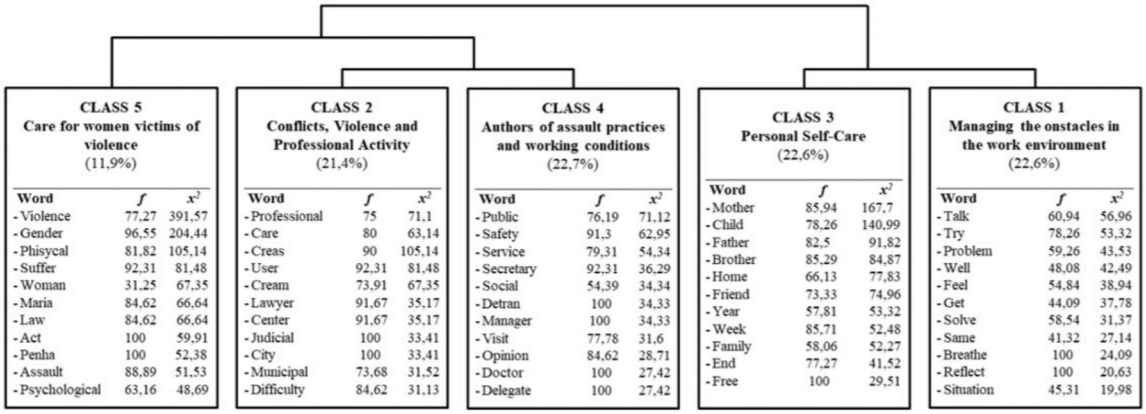
Results

The corpus investigated consisted of 12 ICUs (interviews) and was divided into 1,283 text segments and 4,177 words with a frequency of 10.51 words per answer. The tree diagram elaborated, based on the homogeneity of the text segments (Figure 1), identified five classes of text segments. By exploring the profiles tab generated by the descending hierarchical classification, the lexical contents of each of these classes are identified (Camargo & Justo, 2013).

The most recurring words in each class are described in the tree diagram shown in Figure 1. The first 10 words displayed in each class were chosen. The participants' statements or text segments explained in this analysis were extracted from the Profiles tab so that the context of each class was explained by textual segments characteristic of the investigated reality. At first, the DHC segmented the corpus of five classes into three subcorpora, positioning classes 5, 2 and 4 on one side and classes 1 and 3 on the other. Subsequently, class 5 was separated into classes two and four.

The results and discussion of this study will start with Class 5, called *Care for women victims of violence*, which points to aspects that identify the demand met and the approach to this reality. Next, Class 2 will be discussed, called *Conflicts, Violence and Professional Practice*, followed by Class 4, called *Authors of Assault Practices and Working Conditions*. Proceeding with this construction, the focus of this topic will turn to Class 3, which is called *Personal Self Care*, and finally Class 1, named *Managing Obstacles in the Workplace* will end the debate about the reality of these professionals in the Brazilian context.

Figure 1 - Tree diagram of descending hierarchical classification of the corpus "Work of the Care Professionals for Victims of Violence against Women"



Class 5, entitled *Care for women victims of violence*, was the smallest class in the tree diagram and represents 11.9% of the text segments analyzed. According to the text segments, this class is characterized by contents that cover aspects and elements that cross, dynamize and guide the episodes of violence against women, as well as the description of feelings, elements present in the workers' approach of the attended cases. The following excerpts represent this class:

> *"No, there is no equality between men and women. It does not exist in people's minds. And when the other is different from you, you do not respect that difference."* (Participant 9);

> "I take this demand home. Not at work, but at home, I cry, and then I remember my mother, I remember that I could, because like, there are some cases that involve acquaintances and I wanted to take them home, but I cannot." *(Participant 4).*

The lack of self-care practices, whether personal or institutional, will lead to conflicts, the establishment of violent practices in professional relationships and the emergence of obstacles to the work of the research participants within the care centers for victims of violence against women. These elements are contained in Class 2, called *Conflicts, Violence and Professional Activities*, which covers 21.4% of the text segments.

The statements that clarify these findings are presented next:

> *"Then I don't like it because I think it disrupts the professional environment. Perhaps an abuse of power by being in charge of the coordination, thinking that I wanted to override her order and that wasn't it."* (Participant 7);

> *"Because the other management was higher, you know. There was like, how can I say it, there was like, moral harassment, above all they were very deprived of time, instead of seeking solutions for the processes, the cases that come to us." (Participant 8).*

The class 4 emerges with 22.7% of the statements, reporting on the authors of the harassment practices and working conditions that make up the structure of care services to victims of violence against women. As found in class 2, these professionals are subject to a rigid hierarchy driven by personalistic political dynamics. In addition, they are subject to lack of resources and property security in the places where they operate.

The following excerpts represent this class:

> "*There was one that I cried, that I really cried: it was a boy who received a high function in the security department.*" (Participant 5);
>
> "*You need some things like security right? [...] I just find the physical, the structure [...] bad.*" (Participant 2);
>
> "*The only negative point that I have here in my view is this lack of security, because there is a lot of theft here and we are always apprehensive.*" (Participant 3).

Evidence of self-care is available in Class 3, entitled *Personal Self-Care*. This class, built with 22.6% of the text segments, considers the support networks, the time available for self-care and the role these women play within their family environments. The following excerpts represent this class:

> "*I'm a housewife, student, I take care of my father and mother, of my son, then they only complain that I do not take the care to stop to fix my hair, a nail […].*" (Participant 3);
>
> "*[…] I have no free time. My leisure time today is going out for a walk with my son. I have a 3-year-old son, my husband.*" (Participant 10).

The Class 1, built with 22.6% of the text segments, was named "*Managing obstacles in the workplace*", which encompasses the ways in which professionals deal with conflicts, the difficulties and other issues related to the relationship between the professionals and meeting the demands received in the work context:

> "*The biggest problem we have here at DAGV is called reception because, honestly, there are some people here. We're dealing with people who seem to have stopped in time.*" (Participant 5);
>
> "*We really get our hair up. We keep hoping that on the day we work such a situation. The network is fragmented.*" (Participant 8).

Discussion

This analysis section will discuss the main findings found in each class presented in the results. Throughout the construction of the Class 5, there are elements that allude to the issue of lack of equality between men and women, fertile ground for the emergence of prejudice, which starts from the idea of male superiority, authorizing the imposition and concomitant use of violence by men, especially the partners. In addition, statements are conveyed about the stereotypes constructed about battered women and the users' lack of information about the different forms that violent acts can take. Regarding the phenomenon of violence against women, it is clear that patriarchy orders a hierarchical configuration of the relationship that crosses all social spaces, with a material, embodied scope and a power structure that is based on both an ideology and a practice (Lerner, 2019). Within this logic, the process of naturalization of violence against women manifests itself as the legitimation of the power, possession and control of men over women within a given relationship (Saffioti, 2011). Associated with this cultural aspect, these professionals are in contact with a social reality that both the participants and spectators of violent episodes censor, veil, ground or deny (Ginés & Barbosa, 2010). The approach to the cases of violence causes the women in this research to establish a relationship of rationalization, remembrance of the episodes experienced or even impotence. These clippings indicate the professionals' risks of emotional contagion and concomitant suffering during contact with the cases treated, causing insensitivity or reliving of personal experiences of trauma or violence, aspects denote the health risks for this professional group (Arellanos & Dupuis, 2014; Sprang et al., 2019). In this scenario, self-care emerges as a fundamentally important resource for professional violence care teams, as attention focused on themselves

provides understanding and knowledge of their feelings in the provision of services and, thus, prevents typical actions of institutional violence towards the public (Cruells, 2015).

The quality of the services provided is also affected and this is expressed in the fear of the interviewee below, who appoints the present of violent practices by the institutions, as signaled in the Class 2 sections. These attitudes point to the effects of thematic contamination and strengthen the experience of insecurity by the targets of aggressions, who circulate between interpersonal violence and institutional violence. Thus, the services do not fulfil their purpose of suspending the women's exposure to violence (Villela et al., 2011). Thus, the women are one of the populations that is most exposed to moral harassment in their work environment, giving rise to discriminatory events in this environment (Hirigoyen, 2011; Rosander et al., 2020). In addition to this gender issue, this violent practice is triggered by the abuse of power, which also reports negative impacts on the quality of the professional environment. This reinforces the notes of Sansbury et al. (2015) that the institution should be responsible for managing conflicts within professional teams, so that this point does not affect the performance of care provided to users. Although, there is a distancing and hierarchization within the institutional structure, raising obstacles for the professionals' activities in these places and raising feelings of frustration in the practice of their professional role. This adds more risk of illness to this working population and reinforces the findings of Freitas et al. (2008) that descent harassment is the most commonly found in highly hierarchical structures as well as the most frequent type of care environment for victims of violence, as found by the study by Quiñones et al. (2013).

Regarding the abuse of power by agents occupying the highest positions in the hierarchy, the Class 4 shows the perpetrators of abusive behavior as persons appointed for coordination and secretariat activities in municipal and state agencies. These results described in this class are in line with the Observe (2010, 2011) reports, which, among other considerations, point to the personalistic posture of institutional leaders, insufficient resources and structural deficiencies of the places as obstacles that hinder the flow of care to victims of violence against women. In describing the physical structure and safety of the institutions, the professionals indicated, in excerpts of the interviews, signs of fragility of the physical aspect of the place and lack of property security in their work environments, which indicate signs of precarious working conditions in the places where social welfare services are provided, as discussed by any other researches (Cordeiro & Sato, 2017; Grossi et al., 2015). Within this line of weakness of the public policy system and concomitant dependence on the policy of personal interests in force, this picture adds up to the scarcity of material and human resources, which is consistent with the results presented by Pereira et al. (2016), in which professionals from the SUAS (Unified Social Service System) are also crossed by the aspects presented in this class in their professional practice. These points were stated through indications of insufficiency or lack of material and human resources for the professionals' execution of the activities, damaging the quality of the services rendered. The data point us to the scenario of weakening and precariousness of the public policy system and the removal of the state defended by contemporary capitalism that causes the insufficient supply of resources for professionals to achieve their activities (Gasparotto, 2013). This group of workers is exposed to illness conditions motivated by the dynamics of the institutions they operate in. This is clearly evidenced by Arellanos and Dupuis (2014), who lists the aspects, at the institutional level, that influence the professionals' sickening at care centers, such as: physical conditions of the workplace, the form of decision making and the relationship with the superiors, content and nature of the work and the leadership and communication style the institution adopts.

The Class 3, entitled Personal Self-Care, considers the support networks, the time available for self-care and the role these women play within their family environments. Within the issue of support networks, it is observed that the mother figure occupies an important position for these professionals who represent her as references of well-being, welcome and protection in their personal life. Other components of the family environment also emerged, such as children, father and husband, constituting this role in their personal lives. The family environment is the source of security and support for these professionals, emerging as social support of great importance. Social support is understood as the source of interpersonal relationships that provides feelings of protection and support, generating the feeling of being acknowledged, cared for and accepted, as well as support that offers the conditions for the recipient to cope with daily stress (Campos, 2016). The creation of meaningful social networks is a practice of individual self-care (Ginés & Barbosa, 2010). On the other hand, it is relevant to point out that other actions of individual self-care, such as having a balanced diet, rest, free time and physical activity, individual self-care activities (Gomà-Rodríguez et al.,

2018), are not fully exercised because these women perform different roles within their family environments. This finding becomes more evident for those professionals who perform care activities for elderly parents or childcare, pointing out, as already reported in other studies, how care tasks are predominantly assigned to women (Kantorski et al., 2019; Lemos et al., 2020).

These barriers in the practice of self-care by professionals of care centers for women victims of violence are confirmed in a research that was conducted by Alani and Stroink (2015), which identified discourse on the difficulties of this group to have free time to take care of themselves due to the tasks in the home environment, which consumes a significant part of the time in these women's personal life. The assumption of roles imposed on women within a patriarchal society that determines their insertion in activities and bonds related to the family environment and the care for the loved ones in this group and domestic activities. In this context, it should be noted that both users and professionals in specialized institutions are impregnated by patriarchal norms that outline the role of women (Saffioti, 2011). These results also lead us to these professionals' lack of autonomy and ownership of time as this dimension is denied, privatized and expropriated from them due to the obligations a macho culture imposes on women in general. Among the tasks directed to them are the zeal and attention to domestic activities, the care of family members and other issues related to the private sphere (Castañeda, 2006).

Resuming the debate on work-related issues, the Class 1 encompasses the ways in which professionals deal with conflicts, the difficulties and other issues related to the relationship between the professionals and meeting the demands received in the work context. the lack of institutional attention to the emergence of conflicts within these work environments and the psychological repercussions caused by the approach to cases of violence make this professional group create strategies for voiding and handling of these issues. This scenario points to the lack of self-care involving these professionals at the institutional level, as the identification, analysis and approach of conflicts is one of the consequences of the management entities' taking care of these workers (Arellanos & Dupuis, 2016). Sansbury et al. (2015) reinforce this institutional responsibility, pointing to the need for organizations to quickly address and resolve conflicts, as well as to address the consequences of the violence demands attended at these centers for the professionals' health. These data listed in this class and in others described above differ from the self-care actions advocated by Ginés and Barbosa (2010) at the institutional level, such as: facilitating and maintaining safe working conditions for both service providers and users, expressing and keeping up interest in the quality of relationships between professionals, supporting the construction of spaces for voiding and decompression and fostering consensus decisions for difficult cases. In addition to building mechanisms to deal with conflicts, these professionals also face obstacles for the follow-up of their activities, such as difficulties in articulating the care network, in decision-making, in the lack of professional training and in the outcome of the cases. In some professionals, this generates feelings of frustration, helplessness and anguish.

The fragmentation of the care network for battered users contrasts with one of the axes of the National Pact against Violence against Women (Brasil, 2011), which advocates the expansion and strengthening of care networks for this audience. On the other hand, this finding is also reported in other surveys (Santos, 2015; Vieira & Hasse, 2017) and in the Joint Parliamentary Committee of Inquiry (CPMI) of the National Congress, which took place between March 2012 and July 2013, which, among other observations, diagnosed not only a network diversification but also a more personalized than institutionalized service network (Campos, 2015). This shows that the personalistic dynamics characteristic of this research scenario may be one of the obstacles to the connection between care services for victims of violence and, as a result, the lack of implementation of other actions necessary to assist the users and in a concomitant set of negative feelings of anguish, frustration and impotence for the professionals who provided the welcoming services.

Regarding the lack of professional training one of the interviewees cited, other surveys (Osis et al., 2013; Vieira & Hasse, 2017) point to the same reality, so that this can cause difficulties to identify cases and handle the situations attended. This is another indication of the lack of self-care involving these professionals, as the spaces of supervision, training and sharing of experiences are places for systematic reflection on the actions of professionals without exercising control functions (Cruells, 2015). Based on the discussion presented here, self-care actions are linked to the lifestyle of the person who, in turn, is situated within a structural, social, economic and cultural context of the individuals and social groups so that self-care behaviors should be understood in light of the circumstances and conditions they experience (Arenas-Monreal et al., 2011).

The classes demonstrate how these professionals are subject to severe psychosocial risks due to cultural crossings driven by the chauvinistic, political and economic society, characterized by personalism in the management of institutions and the advancement of prerogatives neoliberal actions and actions brought by state power.

Conclusion

In this research, the professionals described working conditions characterized by the fragility of the physical structure of the workplaces and the lack of material and human resources to perform the work activities. These components are part of a framework of weakening public policies and the distancing of care by the state from social issues within the context of advances in the neoliberal prerogatives typical of contemporary capitalism (Pereira et al., 2016). In addition to the immersion in weak working conditions and harassing and personalistic labor relations, these workers are overcome by feelings such as anguish, powerlessness and frustration, as well as by efforts to take distance from the kind of content they respond to in their experiences of listening to the violent episodes narrated by battered women and in the activation of the components of the care network for these users.

The institutional self-care promoted by maintaining safe working conditions for both users and service providers, due to the interest in the quality of relationships between professionals, the fostering of horizontal and vertical leadership and the support for the construction of spaces for voiding and decompression (Ginés & Barbosa, 2010) is a non-existent aspect in the context under investigation. These workers do not have time available either for self-care to the detriment of the expropriation of this dimension in care for domestic activities and family members, reinforcing the remarks of Castañeda (2006) about the repercussions of a macho culture. The findings presented represent the change of focus to the work experience of professional groups assisting victims of violence, being an activity with high exposure to individual and group illness (Arellanos & Dupuis, 2014). This requires the promotion of preventive actions, represented by self-care at different levels. This constitutes a distant reality in the research scope, either due to the absence of such initiatives by the institution, or to the privatization of the time these workers spend on domestic and private care and care activities.

Given the working conditions, the quality of professional relationships and other difficulties in daily work faced by professionals and presented in this research, it is important to meet the demands of social movements and other organizations to strengthen the public policy system. In the same sense, it is essential to discuss the condition of women in the labor market and the implementation of occupational health programs in this field under investigation that range from the encouragement of personal self-care actions to the institutions' development of initiatives in this area. As a guiding axis for the proposals highlighted, self-care is shown as an element that promotes improvements in working circumstances, preventing the occurrence of bullying and vicarious traumatization caused by the set of subjective experiences the contact with the cases of violence the professionals respond to mobilize (Llanos & Arón, 2004).

References

ALANI, T., & STROINK, M. (2015). Self-care strategies and barriers among female service providers working with female survivors of intimate partner violence. Canadian Journal of Counselling and Psychotherapy, 49(4), 360-378. Available at https://www.academia.edu/22959214/Self-Care_Strategies_and_Barr- iers_among_Female_Service_Providers_Working_with_Female_Survivors_of_Intimate_Partner_Violence.

ARELLANOS, V. D., & DUPUIS, N. G. (2014). Lineamientos par el cuidado de los equipos, promoción y autocuidado y atención en crisis. Guatemala: IDEART.

ARENAS-MONREAL, L. et al. (2011). Autocuidado: elementos para sus bases conceptuales. Global Health Promotion, 18(4), 42-48. https://doi.org/10.1177/1757975911422960.

BRADY, P. Q. (2017). Crimes against caring: Exploring the risk of secondary traumatic stress, burnout, and compassion satisfaction among child exploitation investigators. Journal of Police and Criminal Psychology, 32(4), 305-318. https://doi.org/10.1007/s11896-016-9223-8.

BRASIL. (2011). Presidência da República. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. Brasília. Available at https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres.

CAMARGO, B. V., & JUSTO, A. M. (2013). Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ. Florianópolis: LACCOS. Available at http://www.iramuteq.org/ documentation/fichiers/tutoriel-en-portugais.

CAMPOS, C. H. (2015). Desafios na implementação da Lei Maria da Penha. DIREITO GV L. Rev., 11, 391-406. http://dx.doi.org/10.1590/1808-2432201517.

CAMPOS, E. P. (2016). Quem cuida do cuidador? Uma proposta para profissionais de saúde (2nd ed.). Salvador: Pontocom.

CASTAÑEDA, M. (2006). O machismo invisível. Pacaembu: A Girafa Editora.

CAYIR, E., SPENCER, M., BILLINGS, D., HILFINGER MESSIAS, D. K., ROBILLARD, A., & CUNNINGHAM, T. (2020). "The Only Way We'll Be Successful": Organizational Factors That Influence Psychosocial Well-Being and Self-Care Among Advocates Working to Address Gender-Based Violence. Journal of Interpersonal Violence, 1-29. https://doi.org/10.1177/0886260519897340.

CHOI, G. Y. (2017). Secondary traumatic stress and empowerment among social workers working with family violence or sexual assault survivors. Journal of Social Work, 17(3), 358-378. https://doi.org/10.1177/1468017316640194.

CIESLAK, R. et al. (2014). A meta-analysis of the relationship between job burnout and secondary traumatic stress among workers with indirect exposure to trauma. Psychological services, 11(1), 75-86. https://doi.org/10.1037/a0033798.

CORDEIRO, M. P., & SATO, L. (2017). Psicologia na política de assistência social: trabalho em um "setor terceirizado". Estudos de Psicologia, Campinas, 34(1), 41-52. https://dx.doi.org/10.1590/1982-02752017000100005.

CORREA, O. T. (2015). El Autocuidado Una Habilidad para Vivir. Hacia la Promocion de la Salud, 8(1), 38-50. Available at http://www.fisac.org.mx/AUTICUIDADO.pdf.

CRUELLS, C. P. (2015). Diez propuestas para cuidarse y cuidar en las profesiones sociales. Hacia la construcción de una cultura del cuidado en los profesionales. Alternativas. Cuadernos de Trabajo Social, 22, 171-183. Available at https://www.siis.net/documentos/ficha/509681.pdf.

FRIEZE, I. H., NEWHILL, C. E., & FUSCO, R. (2020). Examining the Service Provider: Challenges (and Successes) in Assisting Victims of Violence and the Need for Self-Care. In Dynamics of Family and Intimate Partner Violence (pp. 353-385). Springer, Cham. Available at https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-030-42608-8_10.

GASPAROTTO, G. P. (2013). Desigualdades e resistências: avanços, contradições e desafios para a garantia das seguranças do SUAS pela proteção social especial. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

GINÉS, O., & BARBOSA, E. C. (2010). Cuidados con el equipo cuidador. Revista Brasileira. Psicoterapia, 12(2/3),297-313.

GOMÀ-RODRÍGUEZ, I. et al. (2018). Autocuidado de los profesionales que trabajan en la erradicacion de la violencia de pareja. Psicoperspectivas, 17(1), 132-143. Available at https://psicoperspectivas.cl/index.php/psicoperspectivas/article/view/1058.

GROSSI, P. K. et al. (2015). Desafios do atendimento à mulher em situação de violência no âmbito dos CREAS. In: I Seminário Nacional de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Available at https://core.ac.uk/download/pdf/132122196.pdf.

HIRIGOYEN, M. F. (2011). Assédio moral: a violência perversa no cotidiano. Bertrand Brasil.

KANTORSKI, L. P. et al. Gênero como marcador das relações de cuidado informal em saúde mental. Cadernos Saúde Coletiva, 27(1), 60-66. https://doi.org/10.1590/1414-462x201900010071.

LEMOS, A. H. D. C. et al. (2020). Mulheres em home office durante a pandemia da Covid-19 e as configurações do conflito trabalho-família. Revista de Administração de Empresas, 60(6), 388-399. https://dx.doi.org/10.1590/s0034-759020200603.

LERNER, G. (2019). A criação do patriarcado: História da opressão das mulheres pelos homens. Cultrix.

LLANOS, M. T., & ARÓN, A. M. (2004). Cuidar a los que cuidan: Desgaste profesional y cuidado de los equipos que trabajan con violencia. Sistemas Familiares, 20(2), 5-15. Available at http://www.bivipas.unal.edu.co/handle/10720/259.

OBSERVE. Observatório pela Aplicação da Lei Maria da Penha. (2010). Condições para aplicação da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) e nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar nas capitais e no Distrito Federal. Available at http://www.observe.ufba.br/_ARQ/Relatorio%20apresent%20e%20DEAMs.pdf.

OBSERVE. Observatório pela Aplicação da Lei Maria da Penha. (2011). Identificando entraves na articulação dos serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar em cinco capitais: Belém, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador e o Distrito Federal. Relatório de pesquisa. Available at http://www.observe.ufba.br/_ARQ/relatorio_final_redes%5B1%5D%20(1).pdf.

OGI SKA-BULIK, N. et al. (2020). The mediating role of cognitive trauma processing in the relationship between empathy and secondary traumatic stress symptoms among female professionals working with victims of violence. Journal of Interpersonal Violence, 1-29. https://doi.org/10.1177/0886260520976211.

OKABAYASHI, N. Y. T., TASSARA, I. G., CASACA, M. C. G., DE ARAÚJO FALCÃO, A., & BELLINI, M. Z. (2020). Violência contra a mulher e feminicídio no Brasil-impacto do isolamento social pela COVID-19. Brazilian Journal of Health Review, 3(3), 4511-4531. https://doi.org/10.34119/bjhrv3n3-049.

OSIS, M. J. D. et al. (2013). Limitações no atendimento, pelas delegacias especializadas, das mulheres que sofrem violência sexual. BIS. Boletim do Instituto de Saúde, 14(3), 320-328. Available at http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-18122013000400010&lng=pt&nrm=iso.

PARSONSON, K., & ALQUICIRA, L. (2019). The power of being there for each other: the importance of self-awareness, identifying stress and burnout, and proactive self-care strategies for sex-offender treatment providers. International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology, 63(11), 2018-2037. https://doi.org/10.1177/0306624x19841773.

PEREIRA, V. T. et al. (2016). Violação de direitos no SUAS: a precarização da vida. Revista Polis e Psique, 6(2), 25-44. Available at http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S2238-152X2016000200003.

QUIÑONES, P. et al. (2013). La Violência Relacional en Contextos Laborales que Trabajan contra la Violência. In L. M. Cantera, S. Pallarés, & C. Selva (Eds.), Del Mal-estar al Bienestar Laboral (pp. 135-155). Amentia Editorial.

ROSANDER, M. et al. (2020). Gender matters: workplace bullying, gender, and mental health. Frontiers in psychology, 11, 1-13. https://doi.org/10.3389/fpsyg.2020.560178.

SAFFIOTI, H. (2011). Gênero, patriarcado e violência. Fundação Perseu Abramo, Coleção Brasil Urge.

SANSBURY, B. S. et al. (2015). Managing traumatic stress responses among clinicians: Individual and organizational tools for self-care. Trauma, 17 (2), 114-122. Available at http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1460408614551978.

SANTOS, C. M. (2015). Curto-circuito, falta de linha ou na linha? Redes de enfrentamento à violência contra mulheres em São Paulo. Revista Estudos Feministas, 23(2), 577-600. Available at http://www.jstor.org/stable/estufemi.23.2.577.

SOUZA, A. A. C. D., & CINTRA, R. B. (2018). Conflitos éticos e limitações do atendimento médico à mulher vítima de violência de gênero. Revista Bioética, 26(1), 77-86. https://doi.org/10.1590/1983-80422018261228.

SPRANG, G. et al. (2019). Defining secondary traumatic stress and developing targeted assessments and interventions: Lessons learned from research and leading experts. Traumatology, 25(2), 72. http://doi.org/10.1037/trm0000180.

VIEIRA, E. M., & HASSE, M. (2017). Percepções dos profissionais de uma rede intersetorial sobre o atendimento a mulheres em situação de violência. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, 21, 52-62. https://doi.org/10.1590/1807-57622015.0357.

VILLELA, W. V. et al. (2011). Ambiguidades e contradições no atendimento de mulheres que sofrem violência. Saúde e Sociedade, 20, 113-123. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902011000100014.

Karine David Andrade Santos
psimulti@gmail.com
Mestrado em Psicologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS).
Discente de Doutorado do Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Universidade Federal de Sergipe – Campus São Cristóvão
Avenida Marechal Rondon Jardim s/n - São Cristóvão – SE – Bairro: Rosa Elze
Aracaju – Sergipe – Brasil
CEP: 49100-000

Joilson Pereira da Silva
joilsonp@hotmail.com
Doutorado em Psicologia pela Universidad Complutense de Madrid, Espanha.
Docente do Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Universidade Federal de Sergipe – Campus São Cristóvão
Avenida Marechal Rondon Jardim s/n - São Cristóvão – SE – Bairro: Rosa Elze.
Aracaju – Sergipe – Brasil.
CEP: 49100-000

Leonor María Cantera Espinosa
leonor.cantera@uab.cat
Doutora em Psicologia Social pela Universitat Autònoma de Barcelona (UAB).
Docente do Programa de Psicologia Social da Universitat Autònoma de Barcelona.

Universidad Autónoma de Barcelona
Campus de la UAB, Edifici B Despatx B5/040, Bellaterra (Cerdanyola del Vallès).
Barcelona – Espanha.
CEP: 08193

Thanks
Not applicable.
Funding agency
Not applicable.
Authors' contributions
The work was carried out jointly by all the authors involved.
Approval by the Ethics Committee and consent for participation
CAAE: 82003917.5.0000.5546 and consent of the participants.
Consent for publication
Authors' consent.
Conflict of interests
There is no conflict of interest.